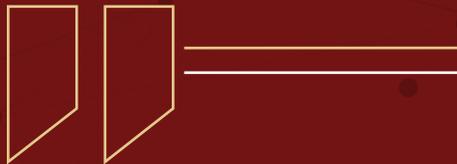


Estudos de  
Pós-Graduação em  
**LINGUÍSTICA  
DO TEXTO E  
DO DISCURSO**



**ORGANIZADORES**

Tatiana Emediato Corrêa  
Mariana Pinter Chaves  
Maíra Ferreira Sant'Ana  
Jaqueline Batista Soares  
Stener Carvalho Fernandes Barbosa



Núcleo de Análise  
do Discurso



FALE  
FACULDADE  
DE LETRAS

UFMG





Núcleo de Análise  
do Discurso



FALE  
FACULDADE  
DE LETRAS

UFMG

## **CONSELHO EDITORIAL**

Ida Lucia Machado  
Gustavo Ximenes Cunha  
Gláucia Muniz Proença Lara  
Helcira Maria Rodrigues de Lima  
Wander Emediato  
André William Alves de Assis

## **Diretoria da Faculdade de Letras da UFMG**

DIRETORA: Graciela Inés Ravetti de Gómez  
VICE-DIRETORA: Sueli Maria Coelho

## **Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UFMG**

COORDENAÇÃO: Wander Emediato  
SUBCOORDENAÇÃO: Ana Larissa Marciotto Oliveira

## **Núcleo de Análise do Discurso da UFMG**

COORDENAÇÃO: Wander Emediato  
SUBCOORDENAÇÃO: Ida Lucia Machado

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

E82

Estudos de pós-graduação em linguística do texto e do discurso  
/ Organizadores: Tatiana Emediato Corrêa... [et al.]. –  
Belo Horizonte : Faculdade de Letras da UFMG, 2019.

423 p.

Publicação financiada pelo Programa de Pós-Graduação  
em Estudos Linguísticos com recursos do Proex-Capes.

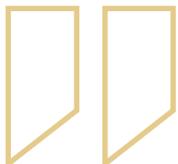
Inclui referências.

ISBN: **978-85-7758-375-1**

1. Análise do discurso. 2. Discurso político. 3. Linguística.  
4. Retórica. I. Corrêa, Tatiana Emediato. II. Universidade Federal  
de Minas Gerais. Faculdade de Letras.

CDD : 418

Publicação financiada pelo Programa de Pós-graduação em estudos linguísticos da UFMG (Poslin) com recursos do PROEX-CAPES.



Estudos de  
Pós-Graduação em  
**LINGUÍSTICA  
DO TEXTO E  
DO DISCURSO**

**ORGANIZADORES**

Tatiana Emediato Corrêa

Mariana Pinter Chaves

Maíra Ferreira Sant'Ana

Jaqueline Batista Soares

Stener Carvalho Fernandes Barbosa



# SUMÁRIO

**CAPÍTULO 1**  
**#ELENÃO X #ELESIM: um estudo discursivo argumentativo da polêmica em torno das *hashtags*** | **17**

Mariana Pinter Chaves (POSLIN/UFMG/CAPES)

**CAPÍTULO 2**  
**A construção da imagem de si no discurso em reportagem sobre ativismo feminino da nova geração de artistas globais, publicada na revista Marie Claire** | **37**

Tatiana Emediato Corrêa (POSLIN/UFMG/CNPQ/CAPES)

**CAPÍTULO 3**  
**Narrativas de vida de professores e a constituição da identidade docente** | **61**

Amanda da Conceição Barros Pereira (POSLIN/UFMG)

**CAPÍTULO 4**  
**“420 mortes são poucas?”: a força enunciativa das vozes de resistência** | **77**

Adriana do Carmo Figueiredo (POSLIN/UFMG)

**CAPÍTULO 5**  
***Julgamento de Nuremberg*: as razões patêmicas da construção discursiva** | **101**

Fábio Ávila Arcanjo (POSLIN/UFMG/CNPQ)

**CAPÍTULO 6**  
**O caso Marielle Franco no *Facebook*: contribuições da multimodalidade para a criação da polêmica pública** | **125**

Bárbara Amaral da Silva (POSLIN/UFMG/CAPES)

Graciele Martins Lourenço (POSLIN/UFMG/CAPES)

<b>CAPÍTULO 7</b> <b>Reflexões sobre o conceito de imaginário sociodiscursivo em análise do discurso</b> Thiago Fernandes Peixoto (POSLIN/UFMG/FAPEMIG)	<b>145</b>
<b>CAPÍTULO 8</b> <b>Análise discursiva do “Dia da Parada Hétero”</b> Stener Carvalho Fernandes Barbosa (POSLIN/UFMG)	<b>163</b>
<b>CAPÍTULO 9</b> <b>Audiência pública: Ágora grega na modernidade?</b> Égina Glauce Santos Pereira (POSLIN/UFMG/CNPQ) Tatiana Affonso Ferreira Paiva (POSLIN/UFMG/CAPES)	<b>187</b>
<b>CAPÍTULO 10</b> <b>Falar de si entre mudanças e continuidades: imaginários sociodiscursivos em “Confissões de Minas” de Carlos Drummond de Andrade</b> Gabriela Pacheco Amaral (POSLIN/UFMG/CAPES)	<b>205</b>
<b>CAPÍTULO 11</b> <b>O processo de construção argumentativa no primeiro discurso de Jair Bolsonaro após a Eleição de 2018</b> Natália Silva Giarola de Resende (UFMG/Fapemig)	<b>227</b>
<b>CAPÍTULO 12</b> <b>Análise da primeira sequência de imagens de <i>In the Night Kitchen</i> de Maurice Sendak</b> Graciele Martins Lourenço (POSLIN/UFMG/CAPES) Janaína Viera Taillade Abud (POSLIN/UFMG)	<b>251</b>
<b>CAPÍTULO 13</b> <b>Quanto vale a lama de Mariana: Análise da coluna de ombudsman da <i>Folha de S. Paulo</i> dedicada à cobertura do rompimento da barragem da Samarco</b> Alessandra Folha Mós Landim (POSLIN/UFMG/CAPES)	<b>267</b>

<p><b>CAPÍTULO 14</b> <b>Análise prosódico-discursiva da <i>indignação</i> no depoimento de uma testemunha de feminicídio</b> Leandro da Silva Moura (POSLIN/UFMG/CAPES)</p>	<p><b>283</b></p>
<p><b>CAPÍTULO 15</b> <b>O desastre de Mariana e a campanha institucional da Samarco: Uma abordagem semiolinguística dos modos de organização do discurso</b> Juliene Silva Vilela (POSLIN/UFMG)</p>	<p><b>301</b></p>
<p><b>CAPÍTULO 16</b> <b>O pré-discurso e a esquematização na manutenção e na (des)construção das noções</b> Karina Nogueira Druve Novais (POSLIN/UFMG)</p>	<p><b>317</b></p>
<p><b>CAPÍTULO 17</b> <b>“Em casa, no Brasil”? Análise discursiva de narrativas de vida de refugiados venezuelanos</b> Maíra Ferreira Sant’Ana (POSLIN/UFMG/Fapemig)</p>	<p><b>335</b></p>
<p><b>CAPÍTULO 18</b> <b>“Amélia”, a representação discursiva da/sobre a mulher em uma crônica do jornal o tempo</b> Jaqueline dos Santos Batista Soares (POSLIN/UFMG/CAPES)</p>	<p><b>355</b></p>
<p><b>CAPÍTULO 19</b> <b>As estratégias argumentativas da marca ‘Quem Disse Berenice’ na campanha publicitária ‘É pra mim’</b> Julianna Christina Carvalho Bechir (POSLIN/UFMG/CAPES)</p>	<p><b>379</b></p>
<p><b>CAPÍTULO 20</b> <b>A cidadania francesa como recompensa ao herói: Uma análise das representações sociodiscursivas do migrante pelas mídias brasileiras</b> Bárbara Mano de Faria (POSLIN/UFMG/CAPES)</p>	<p><b>393</b></p>



# PREFÁCIO

A Análise do Discurso (AD) e a Linguística Textual (LT) “surgem” no final da década de 1960. Na França, a AD se delinea como disciplina que abre espaço para o sujeito, relegando a ele o centro das suas discussões, buscando desautomatizar a relação com a linguagem. A AD sempre se mostrou uma proposta que dialoga com áreas diversas das ciências humanas, como a Filosofia e Psicanálise. Durante muito tempo, essa proposta privilegiou *corpus* político, ficando circunscrita a este domínio. Com o passar do tempo, a proposta da AD passou por diferentes momentos, tomou novas formas e o interesse por *corpora* diversos foi inevitável, a ponto de não mais ser possível identificar um ou outro interesse central, mas sim evidenciar que a AD se interessa por toda e qualquer produção de sentidos inerente às atividades humanas. Na Alemanha, por sua vez, a LT transpôs a análise da frase e deu enfoque no texto, considerando-o a unidade maior de análise. Também passou por diferentes fases e hoje é uma proposta que se interessa pelos processos de produção, recepção e interpretação de textos, o que nos mostrar um escopo teórico que dá espaço ao sujeito, ao contexto social e aos estudos cognitivos. Esse contexto, de alguma forma, aproxima as duas propostas aqui apresentadas, sendo recorrente a troca de referências promovida por pesquisas que partem dessas perspectivas. A AD e a LT são disciplinas em constante diálogo entre si e entre áreas do saber e disciplinas diversas, ainda que o discurso, o texto e seus efeitos seja um enfoque recorrente.

No Brasil isso tudo fica bastante evidente. Além do que se produz nas Instituições Públicas de Ensino Superior, sobretudo no âmbito dos programas de pós-graduação, diferentes grupos de pesquisas promovem eventos em que se observa um interesse crescente pelos aspectos relacionados ao texto e ao discurso, o que se realça em pesquisas de *corpora* diversos. Um grupo de destaque nesse cenário certamente é o Núcleo de Análise do Discurso, o NAD, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Desde 1993, quando a AD ainda era pouco difundida em nosso país, professores da Faculdade de Letras (FALE) da UFMG deram início, informalmente, a um grupo de discussões que envolvia a tradição teórica e a atualidade de estudos do texto e do discurso. Mais tarde, em 1996, esse grupo seria oficializado, sob a liderança

da Profa. Ida Lucia Machado, como o NAD dentre as atividades contínuas realizadas na Universidade. Atualmente, o NAD é coordenado pelo Prof. Dr. Wander Emediato e subcoordenado pela Profa. Dra. Ida Lucia Machado. Dos encontros que o NAD promove há 26 anos, muito se desenvolveu e se desenvolve em pesquisa científica que estão materializadas em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, pesquisas de pós doutorado, etc. Uma rápida consulta ao site do NAD nos permite ter acesso a grande quantidade de publicações desse grupo, assim como nos dá a possibilidade de visualizar um histórico de organização de eventos que foram, seja pelas discussões que ensejaram, seja pelas publicações que promoveram, de imensurável valor para a pesquisa do Texto e do Discurso no Brasil e no mundo. Sim, o NAD, desde a sua criação, é internacional. Dele participam pesquisadores de diferentes instituições brasileiras e estrangeiras das quais o NAD manteve e mantém convênio. Volta e meia é possível encontrar nos corredores da FALE autores de renome no âmbito dos estudos discursivos, que vêm até a UFMG para promover cursos, encontros, debates e eventos. Os integrantes do NAD e a comunidade acadêmica também são convidados para participar dos encontros que o grupo oferece, dos eventos realizados pelo grupo e dos convênios que são realizados mundo afora.

É nesse contexto profícuo de pesquisa, debates e discussões sobre o discurso que surge esta publicação. Os pesquisadores Tatiana Emediato Corrêa, Mariana Pinter Chaves, Jaqueline Batista Soares, Maíra Ferreira Sant'Ana e Stener Carvalho Fernandes Barbosa são todos integrantes do NAD e alunos do programa de Pós-graduação de Estudos Linguísticos (POSLIN) da UFMG. A partir de discussões e de trabalhos apresentados nos encontros promovidos pelo NAD, os organizadores se propuseram a publicar este livro de título "Estudos de Pós-graduação em Linguística do Texto e do Discurso", do qual me encarrego, neste momento, de prefaciá-lo, sem fazer qualquer questão de me isentar de apreciá-lo de maneira enfática, dada a qualidade do material que foi aqui reunido e que será, com a publicação deste ebook, colocado em circulação para todos que se interessam por discussões atuais em torno das teorias do Texto e do Discurso. Esta é uma iniciativa que poucos têm adotado no âmbito da academia e que merece total apreço pelos leitores que passa a ter disponível para consulta um rico material que nos mostra como as teorias do Texto e do Discurso ancoram estudos discursivos contextualizados em discussões atuais, *corpora* variados e diálogo com teorias diversas.

Ao todo, este livro apresenta vinte artigos, todos eles produzidos por autores que es-

tiveram em algum momento no NAD, seja participando do último evento (a 1º JORNADA), seja apresentando seus trabalhos em seminários promovidos ao longo do ano de 2019. As discussões são de ordens diversas, das quais destaco muito brevemente algumas aqui. Em “#ELENÃO X #ELESIM: um estudo discursivo-argumentativo da polêmica em torno das *hashtags*”, Mariana Pinter Chaves discutiu sobre os mecanismos argumentativos engendrados em *hashtags* em torno de um acontecimento específico: as eleições presidenciais de 2018 no Brasil. No texto “A construção da imagem de si no discurso em reportagem sobre ativismo feminino da nova geração de artistas globais, publicada na Revista Marie Claire”, Tatiana Emediato Corrêa estudou a construção do ethos discursivo da mulher na contemporaneidade. As narrativas de vida de professores e a constituição da identidade docente constituem o interesse da análise de Amanda da Conceição Barros Pereira. No texto, a autora aborda a influência das representações sociais e das histórias de vida no processo de constituição identitária do professor. Em “‘420 mortes são poucas?': a força enunciativa das vozes de resistência”, Adriana do Carmo Figueiredo colocou em discussão a repercussão da fala do vice-procurador-geral da república, Luciano Mariz Maia, no contexto da possível criminalização da homotransfobia no STF, e observou o embate realizado na arena jurídica e seus efeitos nos imaginários sociodiscursivos. No texto “Julgamento de Nuremberg: as razões patêmicas da construção discursiva”, Fábio Ávila Arcanjo analisou o filme que dá título ao trabalho, dirigido por Stanley Kramer, e observou como nele se inscrevem os efeitos do real e o emprego das emoções indignação e compaixão. Em “O caso Marielle Franco no Facebook: contribuições da multimodalidade para a criação da polêmica pública”, Bárbara Amaral da Silva e Graciele Martins Lourenço, a partir da análise de comentários do vídeo “#Marielle-Presente Gente, parem de matar”, analisaram como os recursos multimodais reverberam sentidos que ecoam no espaço público.

Continuando esta breve apresentação dos textos, em “Reflexões sobre o conceito de imaginário sociodiscursivo em análise do discurso”, Thiago Fernandes Peixoto, a partir do movimento “Escola sem partido”, como os aspectos do real, da realidade e os saberes em torno da noção de imaginários da “tradição” e do “medo” se entrelaçaram a outros no nosso cotidiano. Em “análise discursiva do ‘Dia da parada hétero’”, Stener Carvalho Fernandes Barbosa pesquisou sobre a representação social em torno do Dia do orgulho heterossexual, apresentando e categorizando as modalidades enunciativas na análise da PL 1.672. No texto “Audiência pública: ágora grega na modernidade?”, Égina Glauce Santos Pereira e Tatiana Affonso Ferreira Paiva

discorreram sobre a aproximação entre a ágora grega e a audiência pública, observando essa relação no que se refere à fixação de práticas sociais que visam a ordem jurídica e a aproximação da comunidade. “Falar de si entre mudanças e continuidades: imaginários sociodiscursivos em ‘Confissões de minas’ de Carlos Drummond de Andrade”, é o texto de Gabriela Pacheco Amaral em que se deu enfoque à noção de imaginários sociodiscursivos, analisando o julgamento de si, a mudança e a continuidade identitária em excertos de uma obra drummondiana. Em “O processo de construção argumentativa no primeiro discurso de Jair Bolsonaro após a eleição de 2018”, Natália Silva Giarola de Resende observou a materialização e a predominância do modo de organização argumentativo na fala do presidente eleito. “Análise da primeira sequência de imagens de ‘In the night kitchen’ de Maurice Sendak”, é o texto de Graciele Martins Lourenço e de Janaína Viera Taillade Abud que nos trouxeram a análise de um livro infantil ilustrado, em que as autoras observaram como a narrativa é abordada a partir das metafunções presentes em sua estrutura.

Finalizando os textos dessa coletânea, em “‘Quanto vale a lama de Mariana’: análise da coluna de *ombudsman* da Folha de S. Paulo dedicada à cobertura do rompimento da barragem da Samarco”, Alessandra Folha Mós Landim nos mostrou como se deu a gestão de pontos de vista construída entre as instâncias de produção e de recepção, que é contrabalanceada por uma espécie de mediador entre o papel do jornal e as críticas que essa mídia recebeu a respeito da cobertura do desastre de Mariana. “Análise prosódico-discursiva da indignação no depoimento de uma testemunha de feminicídio”, de Leandro da Silva Moura, mostrou-nos que os modos de organização (descritivo, narrativo, enunciativo e argumentativo) deram forma à indignação no depoimento de uma testemunha de feminicídio, sendo que a prosódia contribuiu, de maneira especial, para a construção dessa emoção. No texto “O desastre de Mariana e a campanha institucional da Samarco: uma abordagem semiolinguística dos modos de organização do discurso”, Juliene Silva Vilela observou a recorrência do enunciativo, do narrativo e do argumentativo no depoimento dos funcionários utilizados pela Samaco em um vídeo publicado por essa empresa para tratar das ações que realizou após o desastre de Mariana. Em “O pré-discurso e a esquematização na manutenção e na (des)construção das noções”, Karina Nogueira Druve Novais analisou os sentidos invocados pelos pré-discursos na construção de noções em textos jornalísticos, o que influencia as nossas leituras e as nossas compreensões atuais em enunciados como “Bela, recatada e do lar”. No texto último texto da coletânea, “‘Em casa, no Brasil?’ Análise discursiva de narrativas de vida de

refugiados venezuelanos”, Maíra Ferreira Sant’Ana observou, ancorando-se nas noções de ethos e de doxa, como esses sujeitos são silenciados em nossa sociedade pelos veículos midiáticos. A representação discursiva da mulher em uma crônica do jornal o tempo foi o objeto analisado por Jaqueline dos Santos Batista Soares. A autora analisa o papel dos preconstruídos na ancoragem social e discursiva da imagem da mulher-amélia, tal como é tratada e esquematizada pela cronista do jornal. Julianna Christina Carvalho Bechir discorre sobre as estratégias argumentativas da marca ‘quem disse berenice’ na campanha publicitária ‘é pra mim’, mostrando como a campanha buscaria desconstruir preconceitos e estereótipos ligados à imagem da mulher. Por fim, Bárbara Mano de Faria faz uma análise das representações sociodiscursivas do migrante pelas mídias brasileiras, buscando identificar os imaginários sociodiscursivos que atravessam a enunciação midiática.

Como se vê, os trabalhos reunidos neste livro podem ser observados em torno de uma unidade teórica, delineada pela ancoragem de seus autores à Linguística do Texto e do Discurso. O espaço que aqui se abriu aqui para discussões tão diversas resulta em livro com conteúdo rico e pretensamente paradoxal: ao mesmo tempo que demonstra trabalhos concretos, finalizados, já que muito do exposto aqui resulta ou caminha para conclusão de pesquisas desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da UFMG, o conjunto textual também nos sugere processos abertos à discussão e problemáticas textuais e discursivas atuais, o que nos incita a realizar novas pesquisas, novos caminhos, novas descobertas. Tudo isso pode ser preenchido pelo olhar dos leitores que terão acesso a esta obra em formato de ebook, lugar em que encontrarão fonte abundante de caminhos possíveis e de motivação para trilhar novos percursos no âmbito dos estudos do texto e do discurso. Nada mais prazeroso do que uma leitura que nos inquieta, alimenta a nossa curiosidade e ainda nos aponta caminhos, ao invés de cerceá-los.

**André William Alves de Assis**

---



# CAPÍTULO 1

## #ELENÃO X #ELESIM: UM ESTUDO DISCURSIVO-ARGUMENTATIVO DA POLÊMICA EM TORNO DAS HASHTAGS

Mariana Pinter Chaves (POSLIN/UFMG/CAPES)

---

**RESUMO:** O presente trabalho objetiva analisar a configuração discursiva das hashtags com vistas a identificar os mecanismos argumentativos que ela mobiliza, partindo do pressuposto que a argumentação é constitutiva do discurso. Especificamente, nosso intento é compreender o fenômeno de utilização de uma *hashtag* e descrever elementos retórico-discursivos nele observados. Para isso, utilizamos uma metodologia empírica associada a um estudo de caso: uma batalha de *hashtags* surgida no contexto das eleições presidenciais do Brasil no ano 2018: #EleNão x #EleSim. Podemos depreender que batalhas desse tipo instauram a polêmica social e assim, mobilizam a opinião pública, contribuindo para a participação cidadã nos debates democráticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise do discurso digital. Polêmica. Opinião pública.

---

### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nós estamos na sociedade em rede (CASTELLS, 2005, p. 26), portanto, a Comunicação mediada por Meio Digital (CMD) se apresenta como inerente às interações contemporâneas, sobretudo com a popularização da internet<sup>1</sup>. Para Lévy (1999), a ascen-

---

<sup>1</sup> Fragoso, Recuero e Amaral (2011) explicam que apesar das denominações internet e web serem usadas como sinônimo, a internet é a rede global de computadores, conectados através de uma infraestrutura de hardware e software, a partir do final dos anos 1960; já a world wide web foi criada no final dos anos 1980 e é somente um subconjunto das informações disponíveis na internet, organizadas em documentos interligados por hiperlinks e acessíveis através de softwares específicos.

são da internet resulta em uma cultura que desponta com características próprias; a cibercultura, um “[...] conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.” (LÉVY, 1999, p.17).

Diante disso, ao mesmo tempo em que a utilização da tecnologia é realizada, suas particularidades comunicativas são observadas pelos internautas, engajados na co-construção de sentidos no ciberespaço, onde os indivíduos passaram a poder se comunicar, independentemente da distância que se encontram, implicando, assim, uma nova relação de tempo e espaço, conforme explicita Lévy (1999). Como as mídias digitais avançam incessantemente, a compreensão de seus usos linguísticos se faz relevante e necessita estar em constante atualização. Assim, ao observarmos a recente e crescente utilização das (#) *hashtags* como uma nova forma de interação na CMD na cibercultura, fomos instigados a investigá-las, questionando-nos sobre sua configuração linguageira.

Nosso trabalho parte de uma perspectiva enunciativa, o que significa que abordamos o fenômeno discursivo em questão – o ato de utilizar uma # – considerando a realização de seu mecanismo linguístico, por um sujeito que enuncia (o sujeito da enunciação e não o sujeito em si <sup>2</sup>), como integrantes do sentido. Por isso, o presente estudo irá considerar a língua nas relações do homem com o outro, do homem com a língua, do homem com o mundo via língua, conforme preconizam Flores e Teixeira (2017). Partindo do pressuposto de que a argumentação é uma dimensão constitutiva do discurso, uma vez que não há enunciação sem que se compartilhe modos de pensar, de ver, de sentir entre os interlocutores (AMOSSY, 2018), objetivamos analisar a configuração discursiva das *hashtags* com vistas a identificar os mecanismos argumentativos que ela mobiliza.

Para tanto, utilizaremos uma metodologia empírica explicitada por um estudo de caso: a batalha das *hashtags* #EleNão versus #EleSim, amplamente divulgada na sociedade. Desse modo, nosso papel será o de buscar compreender o fenômeno de utilização dessas *hashtags*, descrever elementos retórico-discursivos nele observados e propor interpretações possíveis para colocá-lo em foco no debate social, conforme preconiza Charaudeau (2013).

---

*2 Por isso optamos por manter sigilo das fontes utilizadas como corpus da pesquisa, mesmo elas fazendo parte do domínio público. Para cada enunciação aqui utilizada, a referência a seus indivíduos empíricos foi ocultada.*

Nossa escolha se justificativa por este se apresentar como um *tema social sensível* (EMEDIATO, 2019), o que nos faz supor que ele mobilize a opinião pública e seja representativo da instauração de uma polêmica social. É importante destacar que, para procedermos à observação dos debates polêmicos, levamos em conta a ressalva de Amossy (2017) de que o analista precisa ter a precaução de não se transformar, ele próprio, em polemista, fazendo um esforço para não tomar partido, para ficar fora da discussão e, assim, poder melhor apreender as funções que ela desempenha no espaço público.

Desse modo, levantamos as seguintes perguntas: O que é uma *hashtag* e como ela surge nas redes? O que determina a sua criação e como se apresenta o sujeito dessa enunciação? De que maneira ela se instauraria na polêmica social e em que medida ela mobilizaria a opinião pública? Iremos, a partir de então, percorrer esses questionamentos buscando explicações possíveis para respondê-los, assim como demonstrar como tais questões relacionam-se ao caso social específico que optamos estudar.

## **2 AFINAL, O QUE É UMA HASHTAG?**

De acordo com Berg (2014), a primeira notícia que se tem da utilização das *hashtags* foi em salas de chat. Fora desse espaço, é creditado a Chris Messina o emprego dessa etiqueta na mídia social *Twitter*, em 23 de agosto de 2007. Ventura (2013) explica que a inspiração para Messina usar o sinal # veio do IRC, um sistema de comunicação desenvolvido em 1988 por Jarkko Oikarinen, utilizado para bate papo em tempo real permitindo tanto conversas públicas quanto privadas. Nesse sistema, o internauta inicia a mensagem com #nomedocanal para dizer que ela pertence a certo grupo ou assunto.

Berg (2014) narra que o *Twitter* não aderiu inicialmente à ideia de Messina de filtragem de conteúdo, mas essa utilização foi colocada em prática posteriormente, manifestando-se popularmente nos *tweets* que disseminaram informações relacionadas aos incêndios florestais ocorridos em San Diego, Califórnia, em 2007, através da palavra-chave #sandiegofire. Ventura (2013) afirma que foi o escritor Stowe Boyd, ao comentar as ideias de Messina três dias depois de sua postagem, o responsável por cunhar o termo *hashtag*.

No entanto, Berg (2014) e Ventura (2013) elucidam que somente em 2009 o uso da *hashtag* entrou oficialmente em vigor pela plataforma do *Twitter*, que transformou

os termos precedidos da cerquilha/jogo da velha (#) em links que levariam à interface de busca, reunindo os *tweets* com a mesma palavra-chave. Esse fenômeno de agrupamento de termos foi seguido pelo *Google+* e pelo *Instagram* em 2011, e pelo *Facebook* em 2013. Berg (2014) defende que a popularidade desfrutada pela *hashtag*, tornando-a uma prática comum nas plataformas de mídia social, reside em sua funcionalidade, pois ela proporciona que sejam classificadas e selecionadas certas informações dentre uma infinidade de mensagens contidas no contexto digital.

Com base na percepção da onipresença do uso do mecanismo de pesquisa para localizar informações na interação social online, Zappavigna (2011) afirma que a *hashtag* é uma convenção tipográfica que ampliou seu potencial de significado para operar como um marcador linguístico. Ela defende que os “marcadores linguísticos começaram a povoar os *tweets* para facilitar a heteroglossia (Bakhtin, 1981<sup>3</sup>), em outras palavras, para trazer outras vozes para o *tweet*, endereçando outros usuários, republicando outros *tweets* e sinalizando tópicos que podem ser adotados por vários usuários” [sic] (ZAPPAVIGNA, 2011, p. 790, tradução nossa<sup>4</sup>). A autora justifica seu embasamento esclarecendo que os recursos de atribuição e endereçamento, disponíveis na atividade de *hashtagging*, tanto pressupõem uma comunidade virtual de sujeitos, que estão seguindo ativamente essa palavra-chave e/ou interessados em usá-la como um termo de pesquisa, quanto expandem seu potencial de significação linguística ao incorporarem metadados.

Zappavigna (2011) esclarece que as *hashtags* são uma forma de metadados *inline*, ou seja, de dados sobre dados que são, de fato, integrados à estrutura linguística dos enunciados digitais. Isso significa que elas inscrevem a palavra-chave como um metadado, que é diretamente visível para o usuário do texto por ser renderizado em linguagem de marcação extensível. Dessa forma, para a autora, o usuário entra, conseqüentemente, no campo social da marcação colaborativa.

Ainda no âmbito dos estudos linguísticos, a *hashtag* é definida por Paveau (2013), em seu Dicionário de Discurso Digital, como

---

3 BAKHTIN, M. *The Dialogic Imagination*. Austin: University of Texas Press, 1981.

4 Linguistic markers have begun to populate tweets to facilitate heteroglossia (Bakhtin, 1981), in other words, to bring other voices into tweets by addressing other users, republicating other tweets and flagging topics that may be adopted by multiple users.

[...] um segmento de linguagem precedido pelo sinal #, usado principalmente na rede de microblog do Twitter. Essa associação faz dela uma tag clicável, inserida manualmente em um tweet e permitindo o acesso a um segmento. A hashtag é uma convenção criada por usuários da rede (Kwak et al., 2010). É uma forma linguística cuja função é essencialmente social, permitindo a afiliação difusa de usuários (afiliação ambiental), a tecnoconversacionalidade e a investigabilidade (pesquisabilidade) do discurso. (PAVEAU, 2013, tradução nossa<sup>5</sup>)

Essa pesquisadora vem defendendo uma Análise do Discurso Digital<sup>6</sup> (ADD) em que “os *corpora* digital não são *corpora* entre outros, mas sim terrenos, que necessitam a presença utilitária do pesquisador” (PAVEAU, 2016, p. 14).

Segundo a autora, para darmos conta das produções verbais digitais, devemos pensar sobre o lugar e sobre os efeitos do digital nas teorias da linguagem equiparando-as com uma teoria que possa captar sua dimensão técnica, pois os textos digitais possuem características específicas que requerem um conhecimento dos dispositivos de escrita e da cultura digital, bem como dos usos e práticas escriturais. Por isso, para Paveau (2016) a ADD convoca uma análise ecológica, isto é, realizada a partir de ecossistemas digitais, tomando como objeto de investigação não os segmentos de linguagem dissociados de seus ambientes (abordagem logocêntrica), mas estes ambientes digitais como um todo.

Diante do que foi exposto, levando em conta a abordagem ecológica para analisar o discurso digital na internet, percebemos que atividade de utilizar uma *hashtag* mo-

---

5 *Le hashtag est un segment langagier précédé du signe #, utilisé principalement sur le réseau de microblogging Twitter. Cette association en fait un tag cliquable, inséré manuellement dans un tweet et permettant d'accéder à un fil. Le hashtag est une convention mise en place par les usagers du réseau (Kwak et al. 2010). C'est une forme langagière dont la fonction est essentiellement sociale, permettant l'affiliation diffuse (ambient affiliation) des usagers, la technoconversationalité et l'investigabilité (searchability) du discours.*

6 *Paveau (2016) opera uma distinção entre os termos digital e eletrônico, justificando sua opção pelo segundo. Para ela, o termo digital designa de maneira antropológica e englobante os usos gerais da sociedade enquanto que a palavra eletrônico concerne à prática, “[...] o digital integra etimologicamente a natureza da informação produzida, ou seja, sua codificação binária, e permite não perder de vista a dimensão técnica das produções escritas, independentemente dos dispositivos ou gêneros e formas em questão.” (PAVEAU, 2016, p. 19)*

biliza, ao mesmo tempo, a conversação, a afiliação e a pesquisa, por isso a *hashtag* é definida ora como uma *convenção tipográfica*, ora como um *marcador linguístico*, ora como um *segmento de linguagem clicável*. Para nós, todas essas denominações podem ser englobadas naquilo que a Teoria Semiolinguística de Análise do Discurso – a qual nos filiamos e pela qual perpassa, portanto, nossa compreensão dos fenômenos linguageiros – classifica como *discursos circulantes* (CHARAUDEAU, 2013), pois as *hashtags* resultam da conjunção das práticas sociais e representacionais como uma soma empírica de enunciados. De acordo com Charaudeau (2013), tais discursos possuem uma visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados. Para o autor, é através dessas formas discursivas que se fixam em fragmentos textuais, que os membros de uma comunidade se reconhecem.

Essa classificação semiolinguística está em consonância com a teorização da *argumentação no discurso* (AMOSSY, 2018), pois, ao apresentar uma visada definicional, o *discurso circulante* procura modificar a orientação dos modos de ver e de sentir, logo, a argumentação é concernente a ele. No entanto, como objetivamos, neste trabalho, enfocar os elementos retórico-argumentativos presentes no *hashtaging* e elegemos um caso de batalha de *hashtags* para elucidar o estudo, nosso interesse investigativo encontra-se apenas nas palavras-chave precedidas de # que possuem uma *visada argumentativa* (AMOSSY, 2018), isto é, delimitamos nossa observação aos termos que se esforçam em fazer o auditório aderir a uma tese.

Assim sendo, em nosso estudo, faz-se coerente adotarmos, dentre todas as nomeações anteriormente elucidadas, o termo que Husson (2016) utiliza para definir a *hashtag*: palavra-argumento. Para ela, essa noção pode ser aplicada com benefício aos estudos do ativismo online, bem como pode ir além da ideia do papel organizacional das *hashtags* (interessante para as ciências da informação e da comunicação), oferecendo-se à ADD. A autora propõe integrar uma perspectiva argumentativa nos estudos das *hashtags* ao evidenciar a manifestação da militância na internet, ou ativismo 2.0, a qual, segundo ela, é pouco estudada na análise do discurso, mas largamente identificada pelos usuários do discurso digital. Dessa forma, ao optarmos por problematizar aqui o #EleNão x #EleSim, que é um exemplo de ativismo online, nossa escolha terminológica se justifica como apropriada.

Husson (2016) não deixa de elucidar a crítica direcionada ao ativismo 2.0, que denuncia a natureza efêmera e pouco articulada do internauta às ações de campo, dando

a eles a impressão de ter realizado uma ação efetiva, porém, ela visa sair da oposição pós/contra o militantismo das *hashtags* para atrair a atenção para seu funcionamento pragmático. Por isso, para a pesquisadora, de forma geral, as palavras-argumento, ao serem criadas a partir de uma perspectiva de justiça social e serem escolhidas por um utilizador, marcam um posicionamento enunciativo e inscrevem-se em uma rede de militância qualquer. Nesse sentido, questionamo-nos: como as palavras-argumento são criadas e quem, em uma perspectiva enunciativa, é tal utilizador?

### **3 COMO E POR QUEM UMA HASHTAG É CRIADA?**

A batalha #EleNão *versus* #EleSim surge no contexto do primeiro turno da eleição presidencial no Brasil, no ano 2018, envolvendo a campanha de candidatura do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro – referenciado por meio do pronome *e/e* nas duas palavras-argumento –, pelo Partido Social Liberal (PSL). No entanto, o que tornou tais discursos circulantes foi um acontecimento específico, ocorrido durante a corrida presidencial.

De acordo com Charaudeau (2013), o acontecimento se encontra no surgimento de uma fenomenalidade que se impõe ao sujeito, em estado bruto, antes de sua captura perceptiva e interpretativa. Por isso, neste processo de construção do acontecimento, relacionam-se uma *modificação* no estado do mundo, uma *percepção* cognitiva de uma saliência na uniformidade do mundo e uma *significação* dessa modificação através de uma recategorização semântica, o que significa que “para que o acontecimento exista é necessário nomeá-lo. O acontecimento não significa em si. O acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso” (CHARAUDEAU, 2013, p. 131-132)

Esse autor sistematiza os modos de aparição dos acontecimentos em três tipos: *acontecimento-acidente*, aquele que surge com caráter inesperado; *acontecimento programado*, pontuado no calendário, como os eventos esportivos ou culturais e *acontecimento suscitado*, provocado por algum setor institucional. Embora as eleições sejam programadas de acordo com o calendário estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que, por sua vez, embasa-se na Constituição Federal, o que ocorreu no caso em questão foi um acontecimento-acidente. Um movimento nas redes sociais iniciado no dia 12 de setembro, com o objetivo de protestar contra a candidatura do parlamentar que liderava a intenção de votos, teve uma surpreendente propagação, o que tornou esse fato sócio histórico inesperado.

A difusão da manifestação explica-se em termos de velocidade e tempo, pois o grupo criado contra o presidencial na rede social atingiu uma grande quantidade de adesões, 1 milhão de participantes<sup>7</sup>, exatamente no mesmo dia de sua concepção. Somado a isso, o caráter de ineditismo deste acontecimento justifica-se, ainda, pelo fato dele ter sido liderado por mulheres, um protagonismo que, ao longo da história das movimentações populares do país mostra-se incomum. Essas brasileiras se uniram em um grupo no *Facebook* nomeado “Mulheres Contra Bolsonaro” e encorajaram-se a agir fora dele<sup>8</sup>, manifestando-se através da palavra-argumento #EleNão para unificar seu ativismo. A motivação feminina de liderança do protesto explicita-se, também, na escolha do pronome pessoal para compor a #, pois, além de representar o gênero oposto ao delas, apresentaria uma opção de não mencionar o nome do presidencial, para que essa referência não fosse entendida pelo comportamento dos algoritmos<sup>9</sup> como relevante e, assim, não acabasse beneficiando-o ao disseminar a sua alcunha. Como reflexo desse acontecimento, teve início o movimento pró-Bolsonaro, amparado na palavra-argumento referenciada pelo mesmo *pronome masculino*, porém, de maneira afirmativa: #EleSim.

Charaudeau (2013) preconiza que a percepção e a significação de um acontecimento dependem do sujeito que interpreta o mundo e Husson (2016) acrescenta que a prática de utilizar uma palavra-argumento coloca em jogo, além da nominação, a relação entre enunciado, sujeito e posicionamento enunciativo. Portanto, faz-se necessário refletir sobre quem, de acordo com a perspectiva enunciativa, cria uma #, isto é, devemos melhor compreender como se apresenta o sujeito dessa enunciação. Para isso, tomamos de empréstimo um termo utilizado nos estudos de Maingueneau (2008) sobre citação e destacabilidade: o hiperenunciador.

Para Maingueneau (2008), a noção de hiperenunciador relaciona-se à de fórmula, uma vez que a maior parte das fórmulas correspondem a enunciados que, em seu

---

7 [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537989018\\_413729.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/26/politica/1537989018_413729.html) Acesso em: 22. jun. 2019

8 <https://sociotramas.wordpress.com/2018/09/27/hashtags-batalhas-simbolicas-na-politica/> Acesso em: 22. jun. 2019

9 De acordo com Ferreira e Lopes (2017), um algoritmo é uma série de instruções a executar para a solução de um problema envolto na compreensão/produção de expressões em uma língua natural. Isso, pois, a computação consiste em inserir dados a serem manipulados por um algoritmo que, ao final da série de instruções, apresenta como resultado os dados transformados pelas instruções.

texto de origem, se apresentavam como destacáveis. Como fórmula, ele define os enunciados curtos cujo significante e cujo significado são considerados no interior de uma organização pregnante, o que explica serem facilmente memorizáveis (definição não muito distante de discurso circulante). Para o autor, uma das funções da fórmula é marcar um posicionamento específico que se propõe implicitamente a outros, como ocorre, por exemplo, com as máximas ou sentenças que realizam discursivamente uma exemplaridade heroica. Maingueneau (2008) explica que o hipe-renunciador encontra-se em um sistema<sup>10</sup> de particitação, isto é, um procedimento enunciativo concomitante de participação e de citação que, ao estabelecer relação entre um enunciado e uma situação de enunciação, gera um deslocamento entre a voz ordinária do locutor que cita e uma voz extraordinária. O pesquisador estabelece uma comparação entre seu conceito e o de coenunciação, operacionalizado nos estudos de Alain Rabatel, uma vez que, na particitação, existe acordo em torno do Ponto de Vista (PDV).

Segundo Maingueneau (2008), na particitação

[...] a propriedade de citação é marcada apenas por um deslocamento interno à enunciação, que pode ser de natureza gráfica, fonética, para-linguística... O enunciado citado é apresentado em seu significante, dentro de uma lógica de discurso direto, mas levada ao extremo: não se trata apenas de simular - como geralmente ocorre no discurso direto -, mas de restituir o próprio significante (MAINGUENEAU, 2008, p. 94)

Em nosso caso, o ato de utilizar uma palavra-argumento marca um deslocamento interno na enunciação pelo símbolo gráfico # (cerquilha/ jogo da velha). Além disso, ao tratarmos especificamente de uma batalha advinda do acontecimento explicitado anteriormente, estamos diante de um caso de particitação de grupo, que, no entender desse autor, implica locutores coletivos visando à fusão imaginária dos indivíduos que, por sua enunciação, instituem e confirmam o pertencimento de cada um ao grupo. Mais especificamente, o caso #EleNã versus #EleSim se insere em um tipo de particitação de grupo, nomeada por Maingueneau

---

<sup>10</sup> Sistema este que, segundo ele, mobiliza o aparelho enunciativo ao qual estão associados gêneros de discurso e marcadores linguísticos.

(2008) como militante, pois nele, um ator coletivo, que tem por referente grupos de locutores empíricos (que formam uma organização em um momento e lugar determinados), é enunciado por um hiperenunciador, que funda diversos PDVs expressos por esse ator. Esse tipo de participação, ao permitir reforçar a coesão de uma coletividade opondo-se a um exterior ameaçador, implica tanto a enunciação de *slogans* que distinguem comunidades, quanto um hiperenunciador, para garantir a validade do enunciado, sua adequação aos valores, aos fundamentos de uma coletividade.

Essa teorização de Maingueneau (2008), como se pode perceber, vai ao encontro daquilo que Husson (2016) defende como inscrição em redes de militância. Para a autora, palavras-argumento são mais que operadores de posicionamentos enunciativos, pois a prática de utilizar # pode também ser considerada em termos de performance identitária. A esse respeito, Charaudeau (2016) defende que nossa identidade é construída de maneira paradoxal, entre atração e rejeição, colocando em relevo o gerenciamento de nossos múltiplos pertencimentos. Nesse sentido, ele entende que nossa identidade depende dos grupos aos quais vivemos, portanto, constituímos uma identidade coletiva ao tornar-nos um Eu-Nós.

Para Charaudeau (2016), a identidade de um grupo é feita daquilo que seus membros compartilham: opiniões, conhecimentos, valores; que constituem um vínculo social e norteiam sua conduta em sociedade. Por isso, a opinião pública é fragmentada pela diversidade de grupos sociais que a compõem, ou seja, pela opinião coletiva de cada um desses grupos. No entanto, a identidade coletiva é algo frágil, pois “os grupos se encontram, entram em contato, e então cada um dos indivíduos se defronta com a questão de saber quem ele é em relação ao outro [por isso] os grupos, ao se confrontarem, estabelecem entre si relações de força” (CHARAUDEAU, 2016, p. 29).

As duas *hashtags* presentes na batalha que estamos observando explicitam tal confronto abordado pelo semiolinguista uma vez que esses hiperenunciadores, ao defenderem, cada qual, sua identidade coletiva, inscrevem-se em posições antagônicas – representadas pelos advérbios de negação e de afirmação – instaurando um jogo de relações de força entre posições de poder. É nesse sentido que Husson (2016) afirma que as palavras-argumento constituem *etiquetas polêmicas*, na medida em que condensam um conteúdo semântico-argumentativo compartilhado por membros de uma comunidade discursiva. Sendo assim, questionamo-nos: de

que maneira as etiquetas #EleNão e #EleSim podem ser representativas da polêmica social e como o caso dessa batalha mobilizaria a opinião pública?

#### **4 QUAL A RELAÇÃO DAS HASHTAGS COM A POLÊMICA SOCIAL E COM A MOBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA?**

Ao interrogar-se sobre o funcionamento e as funções sociais da polêmica, Amossy (2017) abarca o fenômeno global que ela suscita, observando que a condição *sine qua non* de sua existência é o antagonismo de opiniões apresentadas em um confronto verbal, o que permite uma apreciação por comparação. Disso, ela depreende que a interação polêmica é uma modalidade argumentativa que atravessa tanto os gêneros como os tipos de discurso que circulam na esfera social. Para a pesquisadora, as especificidades da polêmica pública se traduzem pela dicotomização, pela polarização, pela desqualificação do outro e, de forma secundária, pela violência verbal e pelo apelo às emoções.

A dicotomização é uma operação abstrata na qual duas posições antitéticas se excluem mutuamente, dificultando a busca por um acordo entre as partes adversárias. A batalha que estamos elucidando apresenta tal dicotomização, haja vista a denominação bélica que a caracteriza. Cabe ressaltar que esse tipo de disputa virtual também é incitado por programas esportivos, por festivais musicais e por empresas diversas, com o intuito fornecer um pretexto de interação aos seus seguidores/ usuários das redes e, conseqüentemente, promover suas marcas. Esses duelos podem ser averiguados em termos de ganhadores e perdedores conforme elucidam Ferreira e Lopes (2017), por mecanismos computacionais, que permitem explorar grande conjunto de dados e realizar descrições quantitativas desse material, aplicando uma abordagem estatística de detecção e contagem de unidades predeterminadas.

A polarização realiza agrupamentos em campos adversos entre os participantes e “se cria além, e apesar, de numerosas divergências. É um efeito da distinção entre atores e actantes.” (AMOSSY, 2017, p. 57). Os atores são entendidos como os indivíduos sociais, enquanto os actantes são papéis enunciativos orquestradas concretamente, representadas por um Proponente, um Oponente e um Terceiro. Vale ressaltar que essa compreensão de Amossy (2017) a respeito das instâncias subjetivas diferencia-se da compreensão de Maingueneau (2008), para quem os locutores empíricos são

os seres no mundo, o ator coletivo é aquele que representa a coenunção dos locutores coletivos de um mesmo grupo e o hiperenunciador é aquele que, de fato enuncia, fundando diversos PDVs. Isso ocorre porque, enquanto ela observa o plano de estrutura actancial, ele enfoca o plano enunciativo.

Em nosso caso, os papéis desempenhados pelos actantes (AMOSSY, 2017) ou pelo ator coletivo (MAINGUENEAU, 2008) do #EleNão são: P (hiperenunciador contra Bolsonaro), O (declarações prévias do presidencial), T (internauta espectador da confrontação); já os actantes do #EleSim são: P (hiperenunciador a favor de Bolsonaro), O (apoiadores do #EleNão), T (internauta espectador da confrontação). Entendemos que o Oponente da palavra-argumento com advérbio de negação seriam as declarações prévias do presidencial com base na justificativa dos manifestantes, que afirmam terem sido motivados por declarações ditas fascistas, LGBTfóbicas, racistas, misóginas e sexistas do candidato durante os 27 anos de sua vida política, o que, para os hiperenunciadores do #EleNão, representaria uma ameaça à democracia caso ele se tornasse eleito. Já os Oponentes da etiqueta polêmica com o advérbio de afirmação seriam, para nós, os apoiadores do movimento contrário, isto é, os atores (AMOSSY, 2017) ou os locutores empíricos (MAINGUENEAU, 2008) – os seres sociais, em resumo –, uma vez que o #EleSim surgiu como resposta ao que vinha sendo afirmado pelos proponentes do #EleNão que, empiricamente, não votariam no candidato escolhido, hiperenunciado pelo proponente #EleSim.

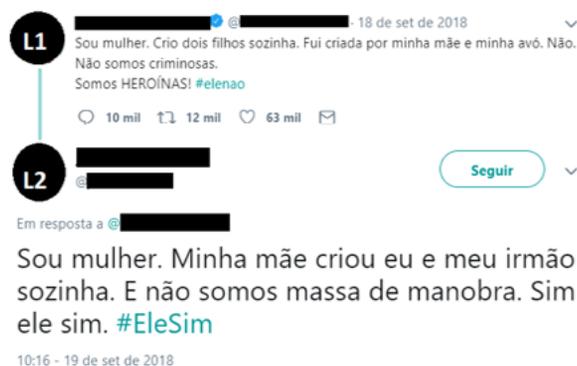
A última especificidade da polêmica pública, a desqualificação do adversário é explicada pela autora com relação à polarização, já que a disputa – que se desenrola sempre em face ao Terceiro perpassa por tentativas de descrédito do Oponente, por uma apresentação pejorativa do adversário, justificada pela consolidação identitária de um grupo, ou seja, a identidade coletiva (CHARAUDEAU, 2016). A desqualificação pode ser exemplificada, em nosso caso, com um acontecimento ocorrido no dia 16 de setembro, quatro dias depois da criação do “Mulheres Contra Bolsonaro” no *Facebook*, que já contava com mais de 2 milhões de participantes. Nessa data, o perfil de algumas administradoras do grupo foi invadido, uma delas foi expulsa e os invasores modificaram-no para “Mulheres Com Bolsonaro #17”, numa tentativa de desaprovar esse manifesto <sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento\\_Ele\\_N%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Movimento_Ele_N%C3%A3o) Acesso em: 22. jun.2019

Ademais, a batalha entre essas # se configura como uma *interação polêmica* (AMOSSY, 2017), pois alude uma enunciação dialógica, implicando que dois ou mais adversários se engajem em uma discussão falada ou escrita em que um tente levar vantagem sobre o outro, isto é, ganhe a batalha e, conseqüentemente, influencie a decisão das urnas. Fazemos essa afirmação com base na própria configuração das mídias sociais que têm, cada qual a seu modo, diversas maneiras de interação entre seus participantes, seja com respostas, curtidas, compartilhamentos, dentre outros meios. Apresentamos, a seguir, um caso de interação polêmica entre L1 e L2, no qual L2 se vale do mecanismo de resposta a L1, elucidando a batalha que está em voga:

**Figura 1:** Exemplo de interação polêmica



Fonte: Twitter<sup>12</sup>

No caso da disputa em estudo, a polêmica instituída pela batalha das *hashtags* ultrapassa as fronteiras digitais, gerando protestos nas cidades do Brasil e do exterior e contando, inclusive, com a participação de celebridades e figuras públicas. Foram às ruas, no dia 29 de setembro, representantes das duas palavras-argumento, que portavam suas # em cartazes, adesivos, faixas, camisetas ou inscritas em seus corpos, trazendo o discurso ativista digital para a militância de campo e alçando o *hashtagging* para além da internet, como pode ser confirmado nas imagens:

<sup>12</sup> [https://twitter.com/RachelSherazade/status/1041955358187704323?ref\\_src=twsrc%5Etfw%7C-twcamp%5Etweetembed%7Ctwtterm%5E1041955358187704323%7Ctwgr%5E393039363b636f6e-74726f6c&ref\\_url=https%3A%2F%2Fwww.pragmatismopolitico.com.br%2F2018%2F09%2F Rachel-sheherazade-bolsonaro-hashtag-elenao.html](https://twitter.com/RachelSherazade/status/1041955358187704323?ref_src=twsrc%5Etfw%7C-twcamp%5Etweetembed%7Ctwtterm%5E1041955358187704323%7Ctwgr%5E393039363b636f6e-74726f6c&ref_url=https%3A%2F%2Fwww.pragmatismopolitico.com.br%2F2018%2F09%2F Rachel-sheherazade-bolsonaro-hashtag-elenao.html) Acesso em: 25. jun. 2019

Figura 2: Hashtags além da internet



Fonte: Revista Exame<sup>13</sup>



Fonte: Empresa Elo<sup>14</sup>

A polêmica suscitada pelos grupos dicotômicos representados pelo #EleNão e pelo #EleSim, ao adotarem uma dessas duas etiquetas, polarizam-se de acordo com o que Charaudeau (2016) entende ser o fechamento do grupo sobre si mesmo. Para ele, esse isolamento reivindica as especificidades do grupo, apaga as semelhanças possíveis com o outro, marca as diferenças, realça os próprios valores que julga diferentes e tenta deslegitimar as pretensões do outro.

As consequências desse isolamento (feito em nome de uma reação de dominação) quando levado ao extremo são, para Charaudeau (2016), o aprisionamento do indivíduo em categorias (essências comunitárias), a dupla exclusão (de si para com os outros e dos outros para consigo) e a autossatisfação em comprazer-se apenas com sua própria reivindicação (gerando exacerbamento de tensões entre as comunidades opostas). Portanto, essa movimentação de fechamento pode chegar a produzir um *efeito perverso* (CHARAUDEAU, 2016), que, no âmbito sociodiscursivo, pode levar a um *debate virulento* (AMOSSY, 2017).

Consoante Charaudeau (2016, p. 35 -36), a opinião coletiva é expressa “sob o modo de um enunciado “verdadeiro”, portador de um ponto de vista geral, de uma *doxa* anônima, de uma crença supostamente comum”. A esse respeito, os filósofos contempo-

<sup>13</sup> <https://exame.abril.com.br/brasil/15-imagens-que-resumem-os-atos-a-favor-e-contra-jair-bolsonaro-pelo-brasil/> Acesso em: 22. jun.2019

<sup>14</sup> [https://www.elo7.com.br/camiseta-jair-bolsonaro-ele-sim-cod-208/dp/D59750?e7src=home&e7mdm=history&nav=hm\\_pd\\_rh\\_1\\_1#bn=1](https://www.elo7.com.br/camiseta-jair-bolsonaro-ele-sim-cod-208/dp/D59750?e7src=home&e7mdm=history&nav=hm_pd_rh_1_1#bn=1) Acesso em: 22. jun.2019

râneos defendem, de maneira pessimista e extremista, que os internautas proferem aquilo que eles têm chamado de pós-verdade, ou seja, um regime de inverdade consensual, uma verdade útil, possível, consumida e consumível<sup>15</sup>. Para Tiburi (2017), como emitir informação tornou-se um hábito e até mesmo uma compulsão desde a invenção da internet e, mais ainda, das redes sociais, estas se tornaram o lugar da *verdade digital*, tornando-se *pós-* ao refletir uma experiência angustiante na prática concreta. A filósofa culpabiliza os meios de comunicação e as instituições produtoras de discursos por instaurarem uma verdade virtual, pois entende haver uma divisão<sup>16</sup> entre o mundo analógico e o mundo digital, chegando a afirmar que existe, nesse contexto, uma “diferença entre o mundo da ação e o mundo da simulação” (TIBURI, 2017, p. 118).

No entanto, Amossy (2017) explica que, embora as polêmicas possam atrair a curiosidade do público pela espetacularização presente nas mídias, seja devido à violência verbal, seja porque possibilita contar os ataques que acontecem e apontar os vencedores – como nos casos das batalhas das *hashtags* –, nem a violência nem a paixão são seus traços definidores. Portanto, mesmo que possa ocorrer, de fato, a incapacidade de alguns cidadãos, como pessoas políticas, de seguirem as regras do debate racional, substituindo o diálogo pela troca de insultos, a polêmica aborda um assunto de interesse público e não uma simples discussão, uma disputa entre particulares. Amossy (2017) afirma que a polêmica permite o debate, a exposição e a defesa de PDVs; é uma atividade que consiste em trazer argumentos em favor de uma tese e contra a tese adversa, e não uma simples eliminação do Oponente utilizando tons de agressividade, figuras de veemência e afrontas.

Diante do exposto, esses grupos isolados e antagônicos proclamarão sua opinião coletiva, que se manifestará cada vez qualquer um deles sentir seus interesses particulares comprometidos, como pontua a semiolinguística. A esse fenômeno, Amossy (2017, p. 41) chama de *retórica do dissenso*, isto é, “uma gestão do conflito de opinião sob o modo de dissidência, e não de uma busca do acordo”. Dessa forma, a polêmi-

---

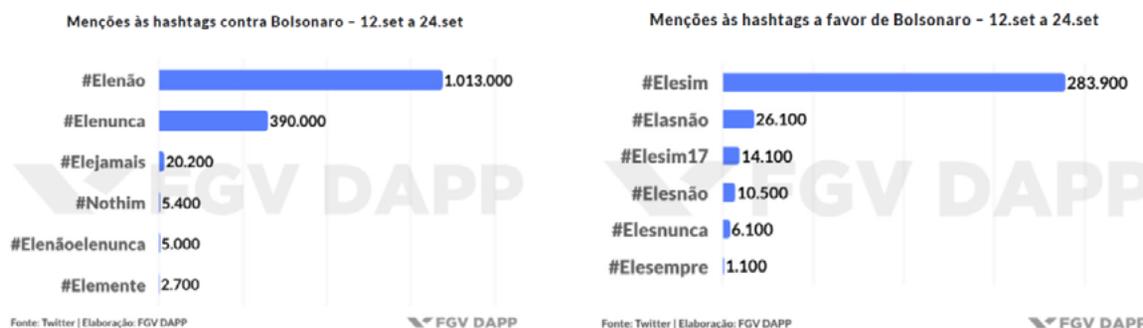
15 Termos que testemunham a ancoragem marxista do conceito de pós-verdade e que justificam nosso entendimento do pessimismo e do extremismo que tais formulações abarcam, tendo em vista nossa filiação semiolinguista.

16 Fragoso Recuero e Amaral (2011) explicitam, acerca dessa divisão entre “real” e “virtual” que os estudos antropológicos, por meio da noção de artefato cultural, já apontaram que a tecnologia encontra-se inserida na vida cotidiana, por isso a rede é um elemento da cultura e não uma entidade à parte.

ca social é instaurada, uma vez que possibilita a controvérsia construtiva, o exercício deliberativo das opiniões coletivas. Ao mesmo tempo, a opinião pública (CHARAU-DEAU, 2016) é mobilizada, pois, devido ao fato de ela depender tanto de um acontecimento quanto dos grupos que sustentam saberes de crença, ela diz respeito aos interesses da vida em sociedade.

Apresentamos, a seguir, uma das diversas pesquisas quantitativas realizadas sobre esse caso que elegemos para estudo. A Fundação Getúlio Vargas<sup>17</sup> mapeou, entre os dias 12 e 24 de setembro as etiquetas polêmicas em observação e as *hashtags* com variações discursivas aproximadas, apresentando um resultado para a batalha em questão:

**Figura 3:** Resultado da batalha das hashtags em análise



Paradoxalmente, apesar de os opositores de Bolsonaro terem ganhado a disputa na batalha das *hashtags*, esse candidato acabou vencendo as eleições no segundo turno. A esse respeito, muitas interpretações poderiam ser evocadas, porém, esse tipo de análise ultrapassaria os objetivos que nos propusemos percorrer aqui.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observarmos o recente fenômeno de utilização de uma *hashtag*, percebemos que ela pode se configurar discursivamente como uma convenção tipográfica, um

<sup>17</sup> <https://observa2018.com.br/posts/movimento-elenao-impulsiona-mais-de-16-milhao-de-mencoes-no-twitter-contr-a-favor-de-bolsonaro/> Acesso em: 21. jun. 2019

marcador linguístico ou um segmento de linguagem clicável, isso, de acordo com sua funcionalidade de indexar metadados e de se caracterizar como um discurso circulante. Pelo fato de passar por um processo de nomeação decorrente de um acontecimento, ela opera uma recategorização semântica e já apresenta, por esse fato, uma dimensão argumentativa.

Como objetivávamos identificar os elementos retórico-discursivos que o *hashtaging* mobiliza e visávamos melhor compreender um caso específico em que ocorre uma batalha entre elas, percebemos que deveríamos delimitar, em nossa investigação, aquelas # com visada argumentativa. Prosseguimos, então, a nossa análise desse discurso digital ativos e atentos às especificidades desse ecossistema, uma vez que a internet nos fornece inúmeros dados empíricos de usos languageiros.

Posteriormente, percebemos que as *hashtags* possuem visada argumentativa ao inserirem-se no ativismo 2.0, por isso, elas passam a se configurar como palavras-argumento, condensando um conteúdo semântico-argumentativo. Consequentemente, essas *tags* clicáveis apresentam-se como etiquetas polêmicas, ao passo que exigem um posicionamento enunciativo. Tal posicionamento se inscreve em um sistema de participação de fórmulas destacáveis e evoca um hiperenunciador que milita em nome de um ator coletivo/actante. Diante disso, depreendermos que o principal mecanismo argumentativo dessa disputa investigada era a polêmica.

No caso escolhido para análise, foi possível notar que a dissidência iniciou com um acontecimento inesperado no período das eleições presidenciais do Brasil, no qual manifestantes do sexo feminino lideraram um movimento de oposição às declarações do então candidato à presidência Jair Bolsonaro, nas redes sociais. Como reflexo, manifestantes a favor de Bolsonaro opuseram-se aos manifestantes contrários ao seu candidato. Os dois grupos, unidos por seus aspectos identitários, acabaram fechando-se em si mesmos, expressando, cada qual, suas opiniões coletivas e suas crenças supostamente comuns. Contudo, para além da espetacularização que uma batalha de # pode gerar, vimos que nem o debate virulento e passional nem o efeito perverso são fenômenos que vão definir essas argumentações. Prova disso é que a interação militante extrapolou o meio digital, o que testemunha não só a importância da internet para a promoção de ações como também a mobilização em torno de posicionamentos sociais, ainda que antagônicos.

Em suma, o #EleNão começa nas redes, vai para as ruas, ganha a batalha na rede, perde nas urnas; enquanto o #EleSim perde a batalha na rede e ganha nas urnas.

Embora paradoxal, a discursivização argumentativa dessas *hashtags* faz-se essencial, como defende Amossy (2017), para o gerenciamento dos conflitos nas sociedades democráticas e plurais, já que o conflito é inerente à norma social, conforme pontua Charaudeau (2016).

---

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.

BERG, Jan Albert van den. The story of the hashtag(#): A practical theological tracing of the hashtag(#) symbol on Twitter. **HTS Teologiese Studies / Theological Studies**. Cape Town, v. 70, n.01, p. 01-06, 2014. Disponível em: <https://hts.org.za/index.php/HTS/article/view/2706>. Acesso em: 17. jun. 2019.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. **Do conhecimento à ação política**. Belém: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista de opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. São Paulo: Contexto, 2016.

EMEDIATO, Wander. **Interações polêmicas e violência verbal em temas sociais sensíveis: análise do discurso polêmico e da gestão interacional de pontos de vista em diferentes meios**. Belo Horizonte: Câmara de Pesquisa da Faculdade de letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

FERREIRA, Marcelo; LOPES, Marcos. Linguística computacional. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Novos caminhos da linguística**. São Paulo: Contexto, p. 195 – 213, 2017.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2017.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para a internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

HUSSON, Anne-Charlotte. Les hashtags militants, des mots-arguments. **Fragmentum**, Santa Maria, v. 01, n. 48, p. 105-127, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodi->

[cos.ufsm.br/fragmentum/article/view/23295](http://cos.ufsm.br/fragmentum/article/view/23295). Acesso em: 15. mai. 2019.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Edições 34, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PAVEAU, Marie-Anne. “Hashtag”, Technologies discursives. **Carnet de recherche**. 22. mai. 2013. Disponível em: <https://technodiscours.hypotheses.org/author/penseedu-discours>. Acesso em: 15. mai. 2019

PAVEAU, Marie-Anne. L'écriture numérique. Standartisation, delinearization, augmentation. **Fragmentum**, Santa Maria, v. 01, n. 48, p. 105-127, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/23296>. Acesso em: 15. mai. 2019.

TIBURI, Marcia. Pós-verdade, pós-ética: um reflexão sobre delírios, atos digitais e inveja. In: DUNKER, Christian et al. **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre: Dublinense, p. 95 – 123, 2017

VENTURA, Felipe. A hashtag # está prestes a se espalhar para um bilhão de usuários. Mas por que ela foi criada? **Gizmodo Brasil**. 13 junho 2013. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/historia-hashtag/>. Acesso em: 21. jun. 2019.

ZAPPAVIGNA, Michele. Ambiente affiliation: a linguistic perspective on Twitter. **New Media & Society**. Austrália. v. 13, n. 5, p. 788-806, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1461444810385097>. Acesso em: 18. jun. 2019



## CAPÍTULO 2

### A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE SI NO DISCURSO EM REPORTAGEM SOBRE ATIVISMO FEMININO DA NOVA GERAÇÃO DE ARTISTAS GLOBAIS, PUBLICADA NA REVISTA MARIE CLAIRE

Tatiana Emediato Corrêa (POSLIN/UFMG/CNPQ/CAPES)

---

**RESUMO:** O presente trabalho trata a questão da construção do *ethos* discursivo em reportagem da revista *Marie Claire*, voltada para o ativismo feminino da nova geração de artistas da rede Globo, intitulada “Elas não andam sós”, publicada no exemplar impresso de abril do ano de 2018. As mulheres encontram-se engajadas, solidárias e conscientes no que se refere às questões que envolvem o gênero e, para isso, o seu discurso, muitas vezes silenciado, ganha espaço nas mídias voltadas para esse público-alvo, como o da revista *Marie Claire*, considerada por nós grande nicho para os estudos sobre o discurso feminino. Para abordar a construção da imagem do *ethos* discursivo dessa mulher representada na reportagem, nós nos apoiaremos em alguns teóricos da Análise do Discurso, como Ruth Amossy, Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, bem como em outros aportes que achamos necessários. A mulher, hoje, possui um papel bastante representativo na imprensa brasileira em geral e interessamo-nos pela sua representação nesse suporte, utilizando como *corpus* depoimentos de mulheres publicados na *Marie Claire*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise do discurso. Imagem de si. Mulher. Representação.

---

#### 1 INTRODUÇÃO

A mulher de hoje tem um papel bastante representativo e heterogêneo, uma vez que ela possui vários papéis sociais, tais como ser mãe, esposa, profissional, dona de casa, participando, assim, tanto do planejamento quanto do sustento familiar. Para

muitos, conforme pesquisas acerca da mulher, o século XX teria representado um grande avanço para ela e, depois de muitas batalhas, novas conquistas lhe deram mais liberdade de agir e de se expressar, marcando a sociedade como um todo. A título de exemplo, Zimbalist e Lamphere (1979) expõem e colocam em evidência as transformações e as questões de desigualdade do “segundo sexo”. Com a ascensão de debates sobre o gênero, outras perspectivas surgiram, e a mulher se destacou em diversos segmentos sociais, políticos e culturais do/no mundo.

Essas conquistas e outras conjunturas acerca da mulher foram e continuam sendo objetos de debate, de objeto de representações que (re)produzem imagens acerca da mulher, as quais podem remeter a diversificados papéis sociais e discursivos, comportamentos e lugares do “feminino” na sociedade. Como não poderia deixar de ser, a mídia não está alheia a essas representações. Pelo contrário, ela desempenha um papel considerável no que se refere à propagação e à circulação das representações do feminino em nossa sociedade. Mas o problema que continua é: a mulher ainda faz parte de uma categoria “menor” em relação à atuação masculina vista como um todo, no mundo.

Hoje, no campo da Análise do Discurso (doravante AD), os discursos das minorias são frequentemente objeto de estudo. As escolhas realizadas pelos pesquisadores partem do pressuposto de que existem vozes silenciadas e de que a voz do dominado é muitas vezes abafada, sem ter repercussão no meio social em que vivemos da forma como deveria. Ducard (2015, p. 110), em pesquisa que estudou as vozes silenciadas, os problemas de construção da identidade e as figuras de representação do mundo criadas pelo texto – narrativas de vida relatadas em reportagens radiofônicas –, a escolha das reportagens para sua análise

[se] justifica pela vontade de privilegiar as formas de resistência aos poderes e aos discursos estabelecidos, de revolta contra as opressões, de luta pela vida, de resiliência diante das adversidades e dos sofrimentos da vida, assim como as formas de expressão inconfessáveis ou condenáveis, não politicamente corretas, ou ainda as formas de vida movidas pela paixão, motivadas pelas vocações ou pelos sonhos de infância, e ainda destinos singulares, as exceções à regra e curiosidades, pela ótica do que seria uma normalidade sem história.

A proposta que aqui trazemos tem como enfoque as representações da mulher em um veículo midiático de comunicação, a revista *Marie Claire*, com base nos pressupostos da AD a partir da construção da imagem de si. Acreditamos que tomar as representações do feminino como objeto de análise discursiva pode nos conduzir a apreensões mais profundas acerca dos sentidos que circulam e são reproduzidos pelas mídias. Interessa-nos sobremaneira estudar ou pesquisar a construção do *ethos* discursivo no *corpus* escolhido e as condições que possibilitam a emergência de tal assunto, investigando as regulações que agem e normatizam as práticas discursivas do campo midiático sobre ele, as representações expostas pelo texto selecionado; enfim, toda uma problemática que envolva a representação do feminino na construção a imagem de si em uma dada mídia, ou seja, a mídia feminina, voltada para este público. Nesse sentido, o discurso midiático pode ser apreendido como prática discursiva, interessado em interpelar o leitor a realizar uma reflexão sobre uma temática, intenção essa silenciada na produção do texto, segundo Charaudeau (2015).

Logo, nesta pesquisa, interessamo-nos, em especial, pela construção da imagem de cinco artistas globais consideradas ativistas feministas numa reportagem publicada na edição da revista em abril de 2018. Assim, nosso olhar recai não sobre toda a revista *Marie Claire*, mas apenas sobre essa seção específica da revista, em que convidadas dão depoimentos e se posicionam referente a temas ligados ao homofobismo, machismo e racismo.

Para nós, desse ponto de vista, o texto midiático parece ser um “lugar” privilegiado para a apreensão de diferentes e múltiplas imagens discursivas acerca do feminino. É através das mídias que podemos observar as trocas sociais, as representações e valores presentes no discurso e, ainda, como elas produzem o sentido do texto. Segundo Charaudeau (2015), a mídia chama atenção de todos que precisam dela, pois é por meio dela que se propaga a informação. É uma espécie de “visibilidade social”, que de alguma forma consegue gerir o espaço público. Por isso, acreditamos que realizar pesquisas com reportagens de uma revista voltada para o público feminino possui grande relevância nos estudos sobre as imagens do feminino que circulam na mídia. Nessa perspectiva, as concepções de vidas relatadas pelas protagonistas da reportagem constituem nosso *corpus* e podem ser bastante representativas e, muitas vezes, até intencionais.

Todas essas questões nos atraem e constituem um material importante para o estudo do que é colocado em circulação pela revista como sendo a imagem da mulher contemporânea. Nesse sentido, acreditamos que a análise dessa reportagem pode

nos fazer compreender melhor algumas das representações da mulher em uma revista direcionada ao público feminino brasileiro.

## **2 UM OLHAR SOBRE O DISCURSO FEMININO NA REVISTA MARIE CLAIRE**

A reportagem intitulada “Elas não andam sós” traz como perfil cinco mulheres artistas globais que se engajam em movimentos voltados para o feminismo, segundo a editora. Na capa, está estampada a foto das cinco artistas acompanhadas do título *O feminismo do futuro: Marie Claire apresenta a nova geração de atrizes, cantoras, escritoras e ativistas que têm discurso, atitude e empatia* e, na contra capa, uma breve afirmação de cada artista. Esse é o nosso *corpus* analisado sob a perspectiva da construção do *ethos*, passando pela Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau.

Acreditamos que as representações da mulher carregam elementos de compreensão para o mundo social, elementos esses que revelam como essa imagem é construída em determinado contexto e época histórica. Nesse mundo de informações e de criações de representações sociais (aquilo que circula numa sociedade e é projetado por grupos sociais), existem julgamentos de valor, da moral e de crença que influenciam a projeção do gênero feminino em uma dada sociedade, tais como os estereótipos enraizados nos grupos sociais. As imagens da mulher, a nosso ver, são construídas através da fonte de dados históricos e pela experiência da inserção do indivíduo no mundo social do qual ele pertence. As imagens a que nos referimos são aquelas que projetamos de nós mesmos em um dado contexto ou aquelas que construímos do outro também em um dado contexto. Esclarecemos que representação social é, para Moscovici (1978), a inter-relação entre sujeito e objeto que se constrói pelo conhecimento, ao mesmo tempo individual (na forma psicológica) e coletiva (na forma social), promovendo as representações sociais que estão na ordem do senso comum e ela deve ser encarada “tanto na medida em que ela possui uma contextura psicológica autônoma como na medida em que é própria de nossa sociedade e de nossa cultura” (p.45). A imagem, segundo Amossy (2011), é a auto-projeção do próprio indivíduo no seu discurso cotidiano, ou seja, a construção da imagem de si presente na sua fala.

Não há como negar o antagonismo existente entre os gêneros no que se refere ao conceito biológico e cultural de gênero. A partir dos estudos sobre gênero (masculino e feminino), as relações entre eles são notoriamente baseadas nas relações de poder. Os estudos de gênero apontam mecanismos não só puramente naturais

(biológicos), mas também abordam questões sociais na construção identitária do gênero, que dividem os gêneros dentro de dois papéis sociais. Rosado e Lamphere afirmam que

As atividades e os sentimentos humanos não são diretamente organizados pela biologia, mas sim pela interação das tendências biológicas com as várias expectativas culturais específicas, esquemas e símbolos que coordenam nossas ações, permitindo assim a nossa sobrevivência. A implicação de tal argumento para a compreensão dos papéis sexuais humanos, é que diferenças biológicas entre os sexos necessariamente podem não ter implicações sociais e comportamentais. O que é ser homem ou o que é ser mulher dependerá das interpretações biológicas associadas a cada modo cultural de vida. (1979, p. 22)

Para muitos estudiosos de diversas áreas, o sexo é uma categoria viva e rica para se analisar. Entretanto, não podemos deixar de afirmar que um discurso é construído a partir da existência do outro, independentemente de quais os gêneros estão envolvidos no ato comunicacional. E o comportamento do outro influencia a construção de um discurso, principalmente se a intenção é a de seduzir e persuadir o ouvinte/leitor ou de manter posições hegemônicas no interior de uma dada cultura tradicional. A nossa existência pressupõe a existência de um outro para que o nosso discurso seja validado. É assim que os discursos são construídos e estruturados, a partir das experiências em sociedade, onde nascem as representações. Para Butler,

A estrutura do discurso é importante para a compreensão de como a autoridade moral é introduzida e sustentada se concordamos com o fato de que o discurso está presente não apenas quando nos reportamos ao outro, mas que, de alguma forma, passamos a existir no momento em que o discurso nos alcança, e que algo de nossa existência se prova precária quando esse discurso falha em nos convencer (2011, p.15)

Como exemplo disso, podemos citar o nosso próprio *corpus* e objeto de estudos: de modo geral, as revistas femininas se instalam na bipartição dos indivíduos, ou seja, entre homens e mulheres e suas representações coletivas. Com relação a algum tema abordado numa determinada seção de uma revista cujo público-alvo é o femi-

nino, a construção da imagem tende a manter, quase sempre, um jogo com o sexo oposto para conduzir certo conflito, seja ele negativo ou positivo. A representação feminina, de seu ser, de seus conflitos e de seus desejos, passa com muita frequência pela interação com o sexo masculino (PERROT, 2007; BOURDIEU, 2012). Essa foi uma primeira reflexão ao fazermos leituras dos textos da reportagem estudada da revista *Marie Claire*. Por isso, nos questionamos: o que significa ser mulher na ótica de uma revista feminina como a *Marie Claire*? Qual o significado dessas imagens projetadas por essa revista e qual a sua verdadeira posição no interior da problemática de gênero? Para respondermos a essas perguntas e talvez a outras que surgiram ao longo de nossa pesquisa, precisamos trazer alguns elementos que nos permitem entender a construção do gênero e a representação da mulher nessa revista voltada para o público feminino.

Sabemos que a luta pela paridade entre os sexos é constante. Durante as discussões cotidianas, por exemplo, em textos publicados nas mídias, tais como crônicas jornalísticas, em entrevistas tratando um tema ligado ao feminino, artigos de opinião, editoriais; em instituições educacionais, em debates sobre a questão do gênero; em instituições governamentais, por exemplo, nas campanhas sobre prevenção das DSTs, sobre o crime de feminicídio, no âmbito da participação política, ou seja, em toda esfera social, seja ela qual for

A *Marie Claire* é uma revista de origem francesa, criada na primeira metade do século XX (1937). Já no Brasil, a revista começou a circular em 1991 pela Editora Globo. O periódico oferece esclarecimentos acerca de seu público-alvo, ou seja, sobre o cotidiano das mulheres. A revista voltou-se para o público feminino já inserido no mercado de trabalho, com grau de escolaridade avançada, que por sua vez também é responsável pela família, por diversas obrigações e pela vida social que a leva seguir dicas de moda e beleza (Marie Claire, 1991). Observamos que a revista valoriza o sucesso profissional, a beleza física e bens de consumo.

Nossa hipótese é de que, mesmo que as mulheres depoentes da reportagem estejam engajadas em movimentos feministas, a imagem que constroem de si passam por representações enraizadas na nossa sociedade, que batem de frente aos valores chamados feministas, pois a revista tem o perfil de levar discussões polêmicas, mas muitas vezes os posicionamentos estão fadados aos imaginários que circulam numa sociedade patriarcal como a brasileira. Sabemos que a construção de imagem de si é um fenômeno ligado aos sujeitos interactantes de uma situação comunicacional:

A editora constrói o perfil de uma leitora, que podemos chama-la de leitora ideal pelo periódico, projetada na construção do sentido das afirmações das depoentes, que por sua vez cria uma imagem de si no discurso. Leiamos as afirmativas das artistas depoentes publicadas na contracapa:

Trecho 1: *Os tempos são difíceis e nossa luta, diária. O feminismo me ensina a me aceitar, me amar e dar força para outras mulheres. (Alice Wegmann).*

Trecho 2: *A maioria da população brasileira é negra. A sociedade quer se ver na TV. Temos que caminhar para uma representatividade total. (Erika Januza)*

Trecho 3: *Somos parte de uma revolução. Cansamos da ideia de perfeição, aprendemos que ela nos oprime. Temos medos e defeitos como todo mundo. (Carla Salle)*

Trecho 4: *Minha geração está fazendo uma transformação. Ensinamos os homens a serem mais respeitosos com a gente. (Júlia Dalavia)*

Trecho 5: *Ser lésbica é um ato político. Aceito estar na caixinha, se isso é importante na luta contra a homofobia. (Bruna Linsmeyer)*

Notemos que a partir desses trechos dos depoimentos das artistas estão carregados de representações da imagem da mulher. Os trechos são construídos a partir da experiência individual de cada artista e da imagem de si que cada uma projeta no seu discurso.

### **3 IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS, A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E A NOÇÃO DE ETHOS ATRAVÉS DA VISÃO TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA**

Na TS, as representações indicam os imaginários sociodiscursivos (ISD) coletivos produzidos em indivíduos vivendo em sociedade. Para construir a noção de ISD, entendida como a classificação dos sistemas de pensamento, Charaudeau (2017) utiliza conceitos não só da AD, mas também de outros campos, tais como Filosofia, Antropologia Social, Psicologia Social, Sociologia etc. Logo, há uma interdisciplinaridade ao tratarmos do assunto, mesmo sabendo que a noção é inesgotável. Acreditamos que os saberes constroem os imaginários através de enunciados linguageiros que são semanticamente agrupáveis. Portanto, os ISD representam o conjunto de saberes que circulam na sociedade no interior de um grupo social. Para Charaudeau (2014, p. 206),

Trata-se de um conceito que propomos para integrar a noção de imaginário ao quadro teórico de uma análise do discurso. Efetivamente, para desempenhar plenamente seu papel de espelho identitário, esses imaginários fragmentados, instáveis e essencializados têm necessidade de ser materializados. Isso acontece de diferentes maneiras: nos tipos de comportamentos (os ritos sociais da vida cotidiana), nas atividades coletivas (aglomerações, manifestações, cerimônias) que têm por efeito dar corpo aos imaginários; na produção de objetos manufaturados e de tecnologias que dão ao grupo o sentimento de possuir e dominar o mundo (a televisão e a internet dão a impressão de dominar o espaço e o tempo); na construção de objetos emblemáticos que, erigidos como símbolos, 'objetualizam' (Bourdieu, 1982) e exibem até a exaltação e, às vezes, até mesmo o fetichismo, os valores identitários aos quais os membros do grupo aderem por assunção mais ou menos voluntária (as bandeiras, as insígnias, os slogans, como a foice e o martelo, a cruz gramada, o Black is beautiful etc).

O imaginário social é um universo de significação fundador da identidade de um grupo (soma das relações que os indivíduos estabelecem entre si e que se autorregulam) e constrói seu mundo de significação. O imaginário resulta na interação do homem com o mundo e do homem com o homem. Nessa dupla interação, nascem as representações. Elas podem ser descobertos em: discursos institucionais (escolas, religiões, justiça, política etc); na sociedade de forma inconsciente (julgamentos implícitos); de forma natural (evidências compartilhadas). Portanto, os grupos sociais não param de produzir, reinterpretar, de questionar, ou seja, existe uma pretensão universal entre todos os saberes. O ISD é a materialização desses diversos discursos que circulam num espaço da interdiscursividade. Eles são testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos de um determinado grupo têm do que acontece no mundo, dos julgamentos que fazem as atividades sociais.

O homem constrói seu saber sob a dependência da realidade. Ele é conhecedor do mundo e se torna sujeito e objeto. Também representa o mundo através de representações coletivas (sistema de crenças, de conhecimento, de ideais, de valores, de ideologias, de doutrinas, etc). A ideologia na AD é a representação social como fenômeno cognitivo-discursivo geral, que engendra sistemas do saber nos quais se distinguem os saberes de conhecimento que são os ISD e os de crença. Portanto,

as representações sociais são o conjunto de crenças e saberes compartilhados pelos indivíduos de um mesmo grupo em defesa de um objeto social. (CHARAUDEAU, 2006, p.196).

Podemos dizer que os conhecimentos adquiridos pelo homem passam por suas experiências e pelo aprendizado no mundo, bem como pelos julgamentos e valores que circulam a sociedade no qual ele está inserido. Ele é um ser social que está no meio das representações sociais existentes em qualquer comunidade. Dessa forma, podemos citar a Teoria das Representações Sociais de Moscovici, onde ele defende que “as relações sociais que estabelecemos no cotidiano são fruto de representações que são facilmente apreendidas” (1978, p.41). Logo, para ele, a Representação Social, possui uma dupla dimensão: sujeito e sociedade. Essa dimensão situa-se no limiar de uma série de conceitos sociológicos e psicológicos.

Portanto, o indivíduo é a representação social dele mesmo, inserido num mundo construído por saberes compartilhados e saberes de crenças das quais adquirimos através da nossa inserção no mundo enquanto sujeitos que se utilizam da linguagem para se comunicar para construir um projeto e uma intenção de fala. Dessa forma, o homem é um ser individual pensante, mas que sofre influência do meio do qual ele faz parte.

A identidade aparece no Dicionário de Análise do Discurso, Charaudeau e Maingueneau (2014, p.266) como um conceito difícil de definir: “Ele é ao mesmo tempo central na maior parte das ciências humanas e sociais, e é objeto de diferentes definições, algumas das quais são muito vagas”. E, ainda, para eles:

Em AD, para poder utilizar a noção de identidade, convém acrescentar-lhe duas outras noções que circulam igualmente nos domínios filosóficos e psicológicos, as de sujeito e de alteridade. A primeira dessas noções permite postular a existência do ser pensante como o que diz ‘eu’. Ricoeur nos lembra desse ‘primado da mediação reflexiva sobre a posição imediata do sujeito, tal qual se exprime na primeira pessoa do singular: ‘eu penso’, ‘eu sou’ (1990:11). A segunda noção permite postular que não há consciência de si sem consciência da existência do outro, que é na diferença entre ‘si’ e ‘o outro’ que se constitui o sujeito.

O indivíduo é um ser social, mas não apenas isso. Alguma coisa anima esse indivíduo e o transforma em um ser ativo, com capacidade criativa, envolto de vontade e, ainda, reflexivo. Para Gaulejac (2009, p. 12, apud. MACHADO, 2017),

O social (ou sociedade) pode ser visto como um conjunto de elementos heterogêneos, capaz de reunir indivíduos em um mundo comum. Este conjunto é formado pelas instituições, pelas normas, pelas construções linguageiras, pelas representações coletivas, pelos movimentos esporádicos ou organizados, pelos códigos impostos e incorporados, pelas grandes narrativas mitológicas e ideológicas, pelas construções políticas, econômicas e culturais, pelos modos de pensar, etc. O social é múltiplo, heteróclito, heterogêneo e polissêmico.

Com isso, a identidade desse indivíduo vai sendo construída através da sua experiência em sociedade. O indivíduo é um ser humano que não apenas se socializa, mas também tem seus ideais, que toma suas posições e que busca sempre algo que o deixa vivo passando pelas condutas na vida. Segundo Charaudeau (2009b, p.1),

O conceito geral sobre a identidade parte da Filosofia Contemporânea que tem tratado amplamente dessa questão como fundamento do ser, ou seja, a identidade permite que o sujeito tome consciência de sua existência que se constitui através da tomada de consciência de seu corpo (dentro de um espaço e tempo), de seu saber (seus saberes de mundo), de seus julgamentos (suas crenças), de suas ações (poder fazer). A identidade é a consciência de si mesmo. (Trad. Nossa)

A diferença em relação ao outro faz com que o indivíduo tenha consciência identitária. Ao perceber a diferença, o indivíduo se dá conta que possui uma identidade própria. Esse processo de construção identitária chamamos de princípio da alteridade, logo “essa relação com o outro institui através das trocas que cada parceiro faz ao reconhecer a diferença no outro.” (Trad. Nossa. CHARAUDEAU, 2009, p. 1). Cada indivíduo tem um papel diferente, um jeito próprio de si mesmo, apesar de ter as mesmas motivações, finalidades e intenções.

A identidade social tem em si uma particularidade: a de ser reconhecida pelos outros. Ela dá o direito de palavra para que tenhamos a legitimidade. Charaudeau (2009b, p.3) aborda esse conceito dizendo que “a legitimidade é uma noção que não é exclusiva do domínio político. Geralmente, ela designa o estado ou a qualidade de quem age de uma determinada maneira” (Trad. Nossa), ou seja, o mecanismo da legitimidade é

uma forma de reconhecimento do outro em relação ao sujeito. Logo, a legitimidade depende de normas institucionais praticadas em cada domínio da prática social atribuídas ao status, lugares e papéis dos parceiros da troca linguageira.

Somos uma parte da sociedade. Não existimos enquanto indivíduos sem nos inserirmos nas práticas sociais. Tentamos ser únicos, mas não existe uma unicidade, pois somos influenciados pelo meio que vivemos e pelos fatores sociais que nos cercam. A identidade social são as nossas atividades reconhecidas por uma instituição ou pela comunidade a qual pertencemos. Para Chararudeau (2009b, p.4),

A identidade social é em parte determinada pela situação de comunicação: ele deve responder à questão que se coloca o sujeito falante quando ele toma a palavra: 'Eu estou aqui para dizer o que, em função do status e do papel que me é dado pela situação?', Mas vamos ver que esta identidade social pode ser reconstruída, mascarada e trocada de lugar.

Portanto, podemos afirmar que a questão identitária do indivíduo no discurso é algo complexo. No que se refere à competência comunicacional (ou situacional), o sujeito terá seu reconhecimento na estruturação dos contratos de comunicação que depende dos sujeitos envolvidos na encenação. O papel social de cada indivíduo é fundamental numa troca linguageira. Temos o direito á palavra, porém temos o meio que estamos inseridos e devemos proporcionar a legitimidade da nossa fala. A identidade social corresponde a essa estrutura contrato social entre os integrantes de uma instância de enunciação.

A identidade discursiva se constrói pelo sujeito que fala e que responde a um questionamento: por que estou aqui para falar algo? Esse jogo duplo de quem fala e questiona o porquê tem como base o jogo duplo da credibilidade e da captação. O jogo da credibilidade se baseia no reconhecimento em relação à verdade de sua proposição. Esse sujeito que fala defende uma imagem de si mesmo para alcançar a credibilidade e por isso ele tem diversas atitudes discursivas: neutralidade, distanciamento, engajamento, demonstrações argumentativas (CHARAUDEAU, 2009b, p. 4). O jogo da captação transmite a necessidade que o sujeito falante tem de ser bem compreendido a partir de seu projeto de intencionalidade, ou seja, ele se preocupa com o compartilhamento de suas ideias e de sua aceitação. Em outras palavras, o

que deve ser feito para que o outro aceite o que eu digo? É necessário utilizar de estratégias argumentativas para obter a persuasão.

Logo, tanto a identidade social quanto a identidade discursiva se realizam pela influência discursiva, seguindo as intenções do sujeito comunicante e do sujeito interpretante. Elas formam uma unidade essencial na construção do sentido do ato de linguagem.

Em linhas gerais, para a TS, o *ethos* é um tipo de estratégia utilizada em diversos discursos. É a imagem de si projetada no ato comunicacional. Sabemos que a questão do *ethos* vem de muito tempo com a proposta de Aristóteles (A Retórica, 2015). Para ele, os meios discursivos que influenciam o auditório é a tríade das categorias (provas) retóricas: *logos* (domínio da razão, transmitido através da linguagem - o poder de convencer), *pathos* e *ethos* (situam-se no domínio na emoção). O *pathos* é voltado para o auditório (as disposições em que ele é colocado), e o *ethos* é voltado para o orador (conduta e hábito).

Por um longo tempo essas categorias da retórica foram esquecidas e recentemente são abordadas em diversas teorias. Charaudeau afirma que “a noção de *ethos* foi retomada e redefinida por certos pesquisadores da análise do discurso” (2014, p. 114). Aristóteles distingue um *ethos* discursivo (efeito do discurso) e uma imagem prévia (prevenção sobre o caráter do orador). O polo do *ethos* é importante, uma vez que a convicção vem da confiança que o auditório é levado a atribuir ao orador, em vista de qualidades pessoais que emanam em seu discurso. Portanto, o *ethos* é algo que se constrói no e pelo discurso. Não importa a pessoa do discurso, mas sim o que ele é, a sua conduta e o efeito provocado no seu discurso. O ser orador não deve nem arruinar, nem garantir a priori a argumentação. O que conta é o que o discurso manifesta de sua sinceridade, de sua indignação, de sua inteligência, de sua elegância, de seu propósito. A retórica é necessária para compensar, corrigir ou simplesmente confirmar as posições extradiscursivas prévias.

Em Dicionário de Análise do Discurso, Amossy (2014, p.220) define o *ethos* desta forma:

é um termo emprestado da retórica antiga, (o *ethos* em grego, personagem) designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre os alocutários. Essa noção foi retomada em ciências da linguagem e, principalmente, em análise do discurso, em que se refere às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal.]

No dicionário, os autores ainda distinguem o *ethos* em três campos:

### **Em retórica:**

O *ethos* faz parte, com o ‘logos’ e o ‘pathos’, da trilogia aristotélica dos meios de prova (Retórica I: 1336 a). Adquire em Aristóteles um duplo sentido por um lado, designa as virtudes morais que garantem credibilidade ao orador, tais quais a prudência, a virtude e a benevolência (Retórica II: 1378 a); por outro, comporta uma dimensão social, na medida em que o orador convence ao se exprimir de modo apropriado a seu caráter e a seu tipo social (Eggs, 1999:32). Nos dois casos, trata-se da imagem de si que o orador produz em seu discurso, e não de sua pessoa real. A perspectiva aristotélica em que se inspiram as ciências da linguagem difere, nesse ponto, da tradição iniciada por Isócrates e desenvolvida mais tarde pelos latinos, que define o *ethos* como um dado preexistente fundado na autoridade individual e institucional do orador (sua reputação, seu estatuto social etc.).

### **Em Pragmática:**

Em Ducrot, a noção de *ethos* como imagem de si é associada “al, o locutor’ como tal”, em oposição ao sujeito empírico situado no exterior da linguagem: é localizando-se na fonte da enunciação que o locutor se vê travestido de certos caracteres que, em consequência, tornam essa enunciação aceitável ou indesejável (1984:201). Ducrot insiste na centralidade da enunciação na elaboração de uma imagem de si, posto que as modalidades de seu dizer permitem conhecer bem melhor o locutor do que aquilo que ele pode afirmar sobre si mesmo. A noção de *ethos* herdada de Aristóteles é desenvolvida por Ducrot no âmbito da teoria da polifonia.

### **Em Análise do Discurso:**

O *ethos* retórico foi, entretanto, principalmente retomado e elaborado nos trabalhos de Maingueneau. O enunciador deve legitimar seu dizer: em seu discurso, ele se atribui uma posição institucional e marca sua relação a um saber. No entanto, ele não se manifesta somente como um papel e um estatuto, ele se deixa apreender também como uma voz e um corpo. O *ethos* se traduz também no tom, que se relaciona tanto ao escrito quanto ao falado, e que se apoia em uma ‘dupla figura do enunciador, aquela de um caráter de uma corporalidade’ (Maingueneau, 1984:100). Desde *Analyse Du Discours* (1991), até *Analyser les textes de communication* (1998), o *ethos* assim definido se desenvolve, em Maingueneau, em relação à noção de cena de enunciação. Cada gênero de discurso comporta uma distribuição pré-estabelecida de papéis que determina em parte a imagem de si do locutor. Esse pode, entre-

tanto, escolher mais ou menos livremente sua 'cenografia' ou cenário familiar que lhe dita sua postura (o pai benevolente perante seus filhos, o homem de falar rude e franco etc). A imagem discursiva de si é, assim, ancorada em estereótipo, um arsenal de representações coletivas que determinam, parcialmente, a apresentação de si e sua eficácia em uma determinada cultura.

Diante disso, podemos ver que o *ethos* discursivo mantém uma relação bem estreita com a imagem pré-construída de si em relação ao auditório.

Em *Imagens de Si no Discurso*, Amossy resgata a noção de *ethos* da retórica e chama para uma reflexão dentro das diversas visões da AD. Nesse trabalho, a organizadora da obra amplia o debate no que se refere à maneira de olhar o mundo através das interações verbais, passando pelas práticas discursivas. O aporte teórico revela como as interações cotidianas influenciam a construção das imagens de si que o indivíduo constrói a partir das suas experiências e relações interpessoais. Nessa perspectiva, a autora transita entre a noção clássica de *ethos* da retórica e o *ethos* discursivo.

Após falar dessas abordagens em relação ao *ethos*, falemos um pouco sobre o *ethos* pela ótica da TS. Charaudeau (2017) aborda a retomada dessa categoria dentro das ciências da linguagem. Ele retoma a questão dessa categoria retirando da retórica de Aristóteles cuja divisão dos meios discursivos se dá pela tríade (*ethos*, *logos* e *pathos*) e afirma:

Nós a retomamos por conta própria, inscrevendo-nos nessa filiação, mas tentando esclarecer dois pontos de sua definição que são objetos de debates: (i) enquanto construção da imagem de si, o *ethos* liga-se à pessoa real que fala (o locutor) ou à pessoa como ser que fala (o enunciador)? (ii) a questão da imagem de si concerne apenas ao indivíduo ou pode dizer respeito a um grupo de indivíduos? (p.114)

Essas problemáticas tornaram-se centrais nas pesquisas que abordam o *ethos* na TS. A TS toma emprestada a noção de *ethos* de Ducrot (1984), noção essa que ele retira da retórica de Aristóteles, e Maingueneau (1993), dentro da prática enunciativa construída pela enunciação. Temos duas situações onde ocorre o estudo do *ethos*: a imagem construída ou pré-construída de si. Na primeira concepção, passando por Aristóteles, o orador deve ser sincero e demonstrar sua personalidade causando uma boa impressão ao auditório. Na segunda concepção, defendida pelos estudio-

sos do discurso, o *ethos* situa-se na aparência do ato de linguagem, ou seja, naquilo que o sujeito falante entende no ato de enunciação, tornando esta enunciação aceitável ou não, na perspectiva de Ducrot. Logo, a TS trabalha pelo viés de que “o *ethos* está ligado ao exercício da palavra, ao papel que corresponde seu discurso, e não ao indivíduo ‘real’, apreendido independentemente de sua atividade oratória.” (Maingueneau, 1993, p.138. apud. Charaudeau, 2017, p.115).

Entretanto, para Charaudeau (2017), a partir desse antagonismo do *ethos* pré-construído e construído, nasce uma questão bastante relevante nas pesquisas sobre o ato enunciativo: ao surgir um sujeito que fala, ele é somente um ser feito de discurso, somente um ser social empírico, ou as duas coisas? E, ainda, um teria precedência sobre o outro? Para ele, ao estudarmos o *ethos* no discurso, é de extrema relevância tratar os dois aspectos. E, ainda, afirma:

De fato, o *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro vê. Ora, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe a priori do locutor - e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem. (CHARAUDEAU, 2017, p. 115)

Logo, para sustentar essa posição, Charaudeau (2017) julga necessário passar pela questão da identidade do sujeito falante, passando por duas componentes: (i) sujeito mostrando sua identidade social de locutor (ela dá o direito à palavra ao locutor e sua legitimidade com relação ao estatuto e ao papel que lhe são atribuídos); (ii) sujeito construindo para si uma figura daquele que enuncia, uma identidade discursiva do enunciador que além aos papéis que ele atribui no ato de enunciação, utilizando-se de estratégias que ele mesmo escolhe seguir. Para ele, o *ethos* é o resultado dessa dupla identidade, fundindo-se e tornando uma única (p.115).

Finalizando este item, sabemos que a questão identitária do sujeito passa pelas representações sociais, ou seja, o sujeito constrói sua imagem a partir das representações sociais das quais faz parte e que são configuradas como imaginários sociodiscursivos (CHARAUDEAU, 2017, p. 117). Logo, o *ethos* é a projeção do indivíduo em sociedade,

um sujeito representado por ideias de um indivíduo ou de posicionamentos de um determinado grupo social, o que Charaudeau ainda chama de *ethos* coletivo.

#### **4 ANÁLISE DOS DEPOIMENTOS DAS ARTISTAS GLOBAIS NA REPORTAGEM “ELAS NÃO ANDAM SÓ”, PUBLICADO NA REVISTA MARIE CLAIRE**

Podemos dizer que a nossa identidade é construída através das semelhanças e diferenças que percebemos em relação ao outro. Nos depoimentos do nosso *corpus*, estão presentes diversos posicionamentos que circulam a nossa sociedade como um todo e esses pontos de vista estão inseridos nos imaginários coletivos, dos quais se constroem as identidades coletivas de diversos grupos que compõe uma comunidade. Sabemos que o mundo é feito de indivíduos que se encontram para manifestarem seus desejos e anseios dos quais podem gerar conflitos, confrontos ou integralização social. É a partir dessa manifestação de interação entre indivíduos que se dá o início do processo de construção identitária coletiva. Entretanto, a construção identitária individual torna-se complexa, pois sofremos influência do mundo de que fazemos parte. Não somos únicos e nem limitados em nós mesmos, pois nossa imagem é criada a partir do outro e da visão de mundo que criamos. Para Charaudeau (2016, p. 23),

A questão da nossa identidade, entre o individual e o coletivo, não é simples. Desejaríamos ser únicos, mas dependemos dos outros. Acreditamos ter uma opinião pessoal, mas logo percebemos que ela não é exclusivamente nossa. Em outros momentos queremos nos sentir em comunhão com os outros, mas, ao mesmo tempo, ao ver como funciona o grupo, temos medo de perder nossa singularidade. É uma ilusão acreditar que a nossa identidade é única e homogênea. Somos simultaneamente, o que não é o outro e o que ele é. E mesmo quando gostaríamos de nos ver como únicos, o olhar do outro se encarrega de nos enviar uma imagem de nós mesmos, um aspecto de nossa identidade que varia em função dos diferentes olhares que pousam sobre nós. Basta observarmos como os outros nos veem: os membros da nossa família não nos veem como os nossos amigos nem como os nossos colegas de trabalho, nem como a administração quando nos dirigimos a ela para reclamar, nem como as forças da ordem ou da justiça, quando somos submetidos a um controle.

Logo, a nossa identidade é construída através da coletividade, ou seja, da nossa inserção enquanto indivíduos em uma sociedade a qual fazemos parte e nos relacionamos diariamente, onde existem crenças, juízos, saberes compartilhados etc. Para eu existir é necessário o outro. Para que possamos construir uma imagem de nós mesmos, temos influência do outro para tornar a nossa consciência individual viva. “É nessa contradição de ‘ter necessidade do outro’ e ao mesmo tempo ‘sentir necessidade de se diferenciar do outro’ que se constrói nossa consciência identitária, ao mesmo tempo individual e coletiva” (CHARAUDEAU, 2016, p. 25).

Evidentemente, nos depoimentos da reportagem analisada, temos uma construção identitária da artista que defende seu ponto de vista em relação a um determinado assunto. Ela reflete sua personalidade e vivência ao falar sobre um tema ligado ao feminino. A reportagem “Elas não andam sós” conta com uma apresentação da narradora/editora. Primeiramente, a editora começa com um pequeno texto que fala sobre a artista e um resumo da sua trajetória de vida em terceira pessoa. Nesse primeiro momento, a leitora da revista começa a projetar uma imagem da personagem da história que irá conhecer. O que é possível projetar através do olhar da leitora da reportagem, a seguinte passagem inicial do produto final do depoimento das artistas dado à editora? Vejamos o texto sobre uma das artistas (Bruna Linzmeyer):

Trecho 6: *Sentada num banco do Parque Lage, no Rio, de bermuda, camiseta e tênis, cabelos presos num elástico, aos 25 anos, Bruna fala sobre o tempo em que vivia uma vida mais simples, em Corupá, de 12 mil habitantes, no interior de Santa Catarina. “Pegava fruta no pé, fazia trilhas para cachoeiras e brincava na rua”, lembra. (...)*

Trecho 7: *No entanto, às vezes, ser Bruna Linzmeyer não é tão fácil. Em 2015, terminou uma relação de quatro anos com o ator Michel Melamed e engatou um namoro com a cineasta Kity Féo, o que a fez vítima de ataques homofóbicos. “Nunca pensei em omitir. Seria contra tudo o que penso”, diz. Sofreu outras consequências: “Perdi trabalhos de publicidades, mas não me importo. Fiz uma escolha”.*

Podemos traçar, a partir dos trechos 6 e 7, algumas características do perfil editora em relação ao perfil da depoente da reportagem. A autora/editora nos informa previamente algumas características identitárias da artista depoente. A editora desenha o perfil da artista da seguinte forma: descreve uma mulher simples (após demonstrar como ela se vestiu para a reportagem), relata a idade que caracteriza uma jovialidade (25 anos), trabalha com o julgamento de que a artista é provavelmente bem sucedida (é atriz de uma emissora importante), insere a mudança de vida amo-

rosa da atriz (de heterossexual para homossexual) ao elevar o tema central da do texto utilizando-se do substantivo difícil (pela mudança de orientação sexual, sentiu dificuldades dentro da carreira), e, por último, a editora aborda o posicionamento da atriz em relação ao seu movimento feminista de manter público a sua opção sexual, perfil contrário da tradicional da figura feminina que ainda se mantém dentro da sociedade brasileira.

Nesse momento, a pré-construção do *ethos* (discursivo) da personagem dá início a um entendimento prévio da imagem de si que será projetada em partes no texto construído em primeira pessoa, através das inserções dentro do texto da editora. Nesses momentos, as leitoras podem já traçar um perfil da protagonista da reportagem mesmo antes de ler toda a narrativa da editora. A construção identitária da personagem passa por diversas questões que circulam os imaginários coletivos. Nesse viés, podemos questionar a revista ao demonstrar implicitamente uma tomada de posição: se ela é bem sucedida profissionalmente, por que as dificuldades encontradas na carreira vindas a partir da sua orientação sexual? Se ela se encontrou no mundo artístico, por que ela ainda se projeta nos movimentos feministas e é considerada uma artista que levanta posicionamentos feministas? Temos aqui uma dicotomia entre as experiências tradicionais e modernas, nos quais caracterizam o antes e o depois da imagem da artista projetada na revista *Marie Claire*. Tradicionais, pois configuram como a mulher deve se portar em sociedade, e modernas, pois configuram como a mulher se posiciona hoje referente à tradição ligada ao gênero e como ela conquista um espaço a partir das suas orientações sexuais. Em estudo realizado sobre revistas femininas no Brasil, intitulada *A inteligência chique em Marie Claire*, Barros (2002, p.31) afirma que “mesmo as revistas mais progressistas, a *Marie Claire*, por exemplo, sucumbem diante do tradicionalismo que perpassa os tempos, constituindo-se, desta forma, um instrumento de manutenção de valores vigentes na sociedade”.

Enfim, Charaudeau (2017, p.115) aborda que “para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe a priori do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem”. Ou seja, o enunciador, a editora, apoia-se no depoimento da artista para narrar em terceira pessoa uma situação enfrentada pela depoente.

Vejamos agora dois trechos do depoimento da artista Erika Januza. Ela é mulher, negra e defensora do antirracismo.

Trecho 8: *Quando ainda sonhava em ser modelo, na adolescência, Erika participava de concursos de beleza em Contagem, Minas Gerais, onde nasceu, e em outras cidades da região. Levou incontáveis “nãos” em testes, até passar, entre 2 mil candidatas, para aquele que mudaria a sua vida para sempre: o de Subúrbia (2012), personagem-título da minissérie de Luiz Fernando Carvalho. “Sou uma pessoa antes e depois desse trabalho. Minha profissão mudou os meus pensamentos, me trouxe para um universo completamente diferente”, conta.*

Trecho 9: *Entre outras mudanças está a tomada de consciência em relação às questões raciais. “aquela época, eu nem sequer percebia que sofria preconceito. Hoje reavalio as recusas e comentários negativos que recebia”. Às vésperas de fazer 35 anos, na quarta novela da carreira, encarna Raquel, de O Outro Lado do Paraíso, personagem vítima de racismo. “Ela representa e mexe com os sonhos de muita gente. Vai ficar marcada pra sempre”, comemora.*

Ora, a partir do que foi dito acima, a construção identitária de um indivíduo se dá através das suas experiências de vida, do meio em que vive e da influência do outro para que tenha existência e lugar no mundo. Este trecho é um exemplo de como uma identidade pode ser construída no ambiente profissional, mostrando características de ordem social, tais como o surgimento da consciência racial após seu primeiro trabalho na televisão e , com o último, atuando como uma personagem que sofre preconceitos raciais. Logo, para Charaudeau (2016, p. 27),

As características de ordem social têm a ver com as posições que ocupamos e com os papéis que desempenhamos em nossas diferentes atividades de vida coletiva, quando esta é pública – aqueles ligados a nossa atividade profissional, a nossos cargos administrativos, a nossas responsabilidades no mundo do trabalho. Mas também os papéis que desempenhamos em nossa vida privada em razão de sexo (homem/mulher), de idade (criança/jovem/adulto/idoso), de pertencimento religioso ou étnico, na medida em que essas posições e esses papéis constituem para os outros os sinais que lhes permitem nos classificar numa categoria social.

Todavia, a identidade é construída através dos comportamentos que compartilhamos em grupo, tais como pensamentos, gostos, pontos de vista, valores, juízos, seja

no ambiente de trabalho, familiar, círculo de amizade etc. Os grupos constroem sua identidade a partir desses comportamentos, que o próprio nome já diz, são agrupados de acordo com o que defendem e dividem. A atriz Erika Januza projeta no seu discurso a imagem de si que pretende mostrar ao público da revista.

Trecho 10: *Embora não se defina como militante, Erika se vê diretamente ligada à causa racial. Mesmo que quisesse, seria impossível se dissociar dela, diz a atriz. “Onde quer que eu vá, ouço: ‘Você me representa’. Porque somos todos descendentes de africanos e isso nos une”, conta. Para ela, a sua fama ajuda a incentivar e empoderar outras mulheres. “Sei que ocupo um lugar importante, então, quando posso, falo das minhas experiências como cidadã negra. E nos identificamos. O que passo é parecido com o que todas mulheres negras deste país passam, seja uma atriz, seja uma doméstica.”*

Logo, o trecho acima exemplifica o pensamento de um grupo de indivíduos pertencentes à comunidade negra, confirmando a nossa tese de que a construção identitária coletiva é construída a partir das experiências individuais, dos gostos, dos saberes em comum, preferências, opiniões etc. Logo, a identidade de um grupo é feita

Daquilo que os membros do grupo compartilham: suas opiniões, conhecimentos, valores, gostos (em família, no trabalho, enquanto mulher, homem, jovem ou idoso etc), que constituem um vínculo social, o espelho no qual os indivíduos se reconhecem como pertencentes a um mesmo conjunto, a uma mesma identidade, e que norteiam sua conduta na vida em sociedade. O grupo se constrói então segundo fatores de ordem social que constituem uma identidade social, fatores de ordem cultural que constituem uma identidade cultural. (CHARAUDEAU, 2016, p. 27)

Enfim, a construção da imagem de si para pelas experiências de um grupo e são projetadas no discurso de forma que o leitor também se autoidentifique também no outro, conforme já dissemos. Buscamos aqui demonstrar, através dos trechos retirados da reportagem, a construção identitária de mulheres que utilizam seu espaço na mídia para tornarem-se ativistas de assuntos polêmicos ligados ao feminino.

## 5 CONCLUSÃO

Portanto, a construção identitária passa por diversos vieses que transformam e que delineiam as representações da mulher nessa reportagem, mesmo porque, apesar dos depoimentos serem de atrizes globais que vivem experiências marcantes em suas carreiras e desejam torná-las públicas, é a editora a autora dos textos, com inserções de fala da depoente, trazendo com isso o perfil da revista. Enfim, a nossa pesquisa teve a pretensão de demonstrar como se dá a construção da imagem de si projetada pela revista *Marie Claire* passando pelas representações sociais do gênero feminino que nela estão presentes e almejamos traçar mais precisamente nas próximas análises que pretendemos realizar da totalidade do nosso *corpus*.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, A. C. N. **Estudo sobre a representação da mulher veiculada na revista Marie Claire**. Monografia. Curso de Comunicação Social, UFRJ, 2002.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Trad. Maria H. Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. In.: Feminismo(s) Contemporâneo(s). **Cadernos Pagu** (11) 1998: p.11-42.
- \_\_\_\_\_. Vida precária. In.: Contemporânea: Dossiê Diferenças e (Des)igualdades. N.1. p.13-33, 2011.
- CHARAUDEAU, P. Identité sociale et identité discursive. Un jeu de miroir fondateur de l'activité langagière. In: CHARAUDEAU, P. **Identités sociales et discursives du sujet parlant**. Paris: L' Harmattan.
- \_\_\_\_\_. Les stéréotypes, c' est bien. Les imaginaires, c' est mieux. In: BOYER, H. **Stéréotype, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises em scène**. Paris: L' Harmattan.
- \_\_\_\_\_. CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Discurso das Mídias** São Paulo: Contexto, 2015.
- \_\_\_\_\_. **A Conquista da Opinião Pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. São Paulo: Contexto, 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2017.

CHODOROV, N. Estrutura familiar e personalidade feminina. In.: **A mulher, a cultura, a sociedade**. Michelle Zimbalist, Louise Lamphere. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p.65-94.

DUCARD, D. Dar a palavra: da reportagem radiofônica à ficção documental. In.: **Discurso e (Des)igualdade social**. Glauca P. Lara, Rita P. Lamberti. São Paulo: Contexto, 2015.

LOBATO, M.L.M. A trajetória do feminino na imprensa brasileira: o jornalismo de revista e a mulher do século XX. Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo, integrante do 9º **Encontro Nacional de História da Mídia**, 2013. Issn:2175-6945.

MACHADO, I. L., MELO R., SOUZA M. S. (org.) **Estudos sobre narrativas em diferentes materialidades discursivas na visão da Análise do Discurso** [recurso eletrônico] – Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2016.

MACHADO, I.L., JESUS, S.N. **Análise do Discurso Afinidades Epistêmicas Franco-Brasileiras** (Tomoll). Curitiba: CRV, 2018.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos Discursos**. Trad.: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

\_\_\_\_\_. Problèmes d'ethos. In: **Pratiques: linguistique, littérature, didactique**, n° 113-114, 2002. P. 55-67.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ZIMBALIST, M., LAMPHERE, L (orgs.). **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1979.





# CAPÍTULO 3

## NARRATIVAS DE VIDA DE PROFESSORES E A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE

Amanda da Conceição Barros Pereira (POSLIN/UFMG)

---

**RESUMO:** No presente texto abordaremos a influência das representações sociais e das histórias de vida no processo de constituição identitária do professor. Considerando o caráter interdisciplinar característico da área da Linguística Aplicada (LA), este estudo está apoiado nos princípios e procedimentos da Análise de Discurso de linha francesa, advindos dos estudos de Michel Pêcheux. O *corpus* de nossa pesquisa é constituído por narrativas dos professores e da formadora de um curso de Educação Continuada (EC) para professores de Língua Inglesa (LI) de uma rede pública municipal do estado de Minas Gerais. Por meio das análises realizadas, espera-se contribuir com futuras pesquisas sobre a EC de professores de LI da rede pública e propor reflexões acerca da constituição da identidade docente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise de Discurso. Narrativas de Vida. Identidade Docente.

---

### 1 INTRODUÇÃO

No presente texto abordaremos a influência das representações sociais e das histórias de vida no processo de constituição identitária do professor. Considerando o caráter interdisciplinar característico da área da Linguística Aplicada (LA), este estudo está apoiado nos princípios e procedimentos da Análise de Discurso de linha francesa, advindos dos estudos de Michel Pêcheux. O *corpus* de nossa pesquisa é constituído por narrativas dos professores e da formadora de um curso de *Educação Continuada* (EC) para professores de Língua Inglesa (LI) de uma rede pública municipal do estado de Minas Gerais.

Nosso *corpus* foi coletado, inicialmente, para uma dissertação de mestrado em andamento, com o intuito de analisar as implicações da relação entre formadora e

professores durante a *Educação Continuada*, bem como os conflitos e relação de poder e resistência relatados pelos participantes. Durante a coleta e análise dos dados, nos chamou a atenção alguns dizeres de dois participantes de nossa pesquisa sobre suas histórias de vida e a forma pela qual tais histórias influenciam as práticas desses sujeitos. Apresentaremos, então, as Narrativas de Vida de Geraldo, professor de inglês da rede pública e de Clara, professora formadora da EC.

Buscamos, por meio desse artigo, analisar os relatos de nossos participantes e como os efeitos de sentido produzidos a partir de seus dizeres nos apontam para a influência das representações sociais e de suas histórias de vida no fazer docente desses sujeitos.

O presente estudo está ancorado no conceito de Representação Social da teoria de Serge Moscovici (1978), a partir de sua obra intitulada *Representação Social da Psicanalyse*, a qual abordaremos mais adiante.

No que se refere ao corpus adotado, consideramos que os relatos que apresentaremos aqui podem ser denominados *Narrativas de Vida* ou *Narrativas de Si*, definidas por Machado (2013, p. 2) como “o ato de contar uma história, seja em ocasiões informais (roda de amigos, festas familiares, etc.), seja em ocasiões mais formais (reuniões de trabalho, discursos em campanhas políticas, entrevistas, etc.).

A autora, apoiando-se na teoria de Charaudeau (1992), comenta que a ação de narrar não é apenas *descrever ações ou acontecimentos*. Antes de tudo, narrar é uma atividade de uso da linguagem e conseqüentemente se dá em meio a *tensões e contradições* (MACHADO, 2013, p.8).

Na próxima seção deste texto apresentaremos alguns conceitos da teoria da Análise de Discurso baseada nos estudos de Michel Pêcheux e a noção de Representação Social de Serge Moscovici. Em seguida abordaremos a metodologia de pesquisa adotada e os princípios e procedimentos de análise dos dados. Seguiremos com as análises dos dizeres de nossos participantes e finalizaremos com as reflexões provenientes do estudo de nosso *corpus*.

## **2 A ANÁLISE DE DISCURSO E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

A pesquisa que aqui propomos está baseada na teoria da Análise de Discurso (doravante AD) de linha francesa e seu fundador, filósofo francês, Michel Pêcheux. Em seu estudo, Pêcheux abordou o funcionamento, as condições de produção e os sentidos produzidos a partir do discurso.

Para Eni Orlandi (1999), pesquisadora que se dedicou ao estudo da teoria de Michel Pêcheux, a Análise de Discurso busca ver além dos limites da interpretação e uma possível “verdade” baseada no dispositivo escolhido pelo analista para a compreensão do texto. Desta forma, o analista busca encontrar no discurso pistas que produzam efeitos de sentido a partir de suas condições de produção. Segundo Orlandi (1999, p. 30), é necessário relacionar os dizeres “com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi”.

Para que seja possível analisar as condições de produção do discurso, é necessário considerar o contexto social, histórico e ideológico e entender o papel da memória discursiva, ou interdiscurso que Orlandi define como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI 1999, p.31).

De acordo com Orlandi (1999), o interdiscurso é a ligação entre o que dizemos com os dizeres armazenados em nossa memória. Desta forma, é pela memória que acessamos o que já foi dito anteriormente em um determinado contexto histórico e ideológico. Contudo, Orlandi ressalta que a memória discursiva é atravessada por gestos de interpretação e enfatiza o esquecimento, por esta razão, “é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras” (ORLANDI 1999, p. 34).

Nosso estudo se baseia na terceira fase da teoria pêchetiana (1975), quando o autor incorpora os conceitos de heterogeneidade enunciativa e alteridade de Althier-Revue e a noção de sujeito da teoria psicanalítica de Lacan, que é entendido como clivado, cindido e estruturado a partir da linguagem.

Além dos conceitos abordados acima, a definições do termo Representação Social também é cara para esta investigação. Para Coracini (2003), as representações, são construídas não apenas das experiências pessoais, mas também das experiências dos outros, “daqueles que nos cercam e que nos levam a crer nisto ou naquilo, que nos dizem quem somos” (CORACINI 2003, p. 219). Jodelet (1989, p. 36) compreende a representação social como um conhecimento socialmente construído e partilhado, que contribui para a construção de uma realidade *comum a um conjunto social*.

Fagundes (2009, p. 136), baseando-se no estudo da Representação Social de Moscovici, define o termo da seguinte forma:

uma representação social é a organização de imagens e linguagens de vários ambientes exteriores. Não se refere apenas ao ambiente da ciência, mas a qualquer sistema de conhecimento ou expressão provindo da mídia, da tradição, das leis políticas e até mesmo do ambiente urbano. Todos estes adicionam elementos de saberes diferentes, em nossa vida cotidiana, ao que já é comum e, conseqüentemente, neste processo de comunicação, todos se modificam. Assim, a representação social, formada sobre determinado fenômeno, assunto, ou até mesmo um objeto material, encontra-se em contínua elaboração, sempre sendo ligada a um determinado contexto histórico e geográfico, dentro das atividades cotidianas, tanto sociais, culturais, econômicas e ambientais (FAGUNDES, 2009, p. 136).

Segundo Serge Moscovici (2003, p. 48) nossa sociedade não poderia funcionar “se não se criassem representações sociais, baseadas no tronco das teorias e ideologias que elas transformam em realidades compartilhadas, relacionadas com as interações entre pessoas” (MOSCOVICI, 2003, p. 48).

A partir da noção apresentada por Moscovici (2003) e trazendo o conceito de Representação Social para o campo profissional podemos dizer que as representações sociais além de construírem referenciais de conduta que definem a identidade de um grupo profissional, possibilitam a distinção entre os grupos sociais por meio de sua atuação no interior da profissão. Podemos dizer, por exemplo, que as representações acerca do professor de inglês de escolas públicas se diferem das representações que constituem a identidade do professor de inglês dos cursos de idioma.

Entendemos que a construção da identidade docente se dá socialmente de forma complexa e que nesse processo estão envolvidos fatores como o contexto profissional no qual atuam bem como suas histórias de vida e suas experiências pessoais. Segundo Nóvoa (2000, p. 17) a identidade profissional do professor não se desvincula da sua história de vida.

A maneira como cada um de nós ensina está diretamente dependente daquilo que somos como pessoa quando exercermos o ensino [...]. Eiss-nos de novo face à *pessoa* e ao *profissional*, ao *ser* e ao *ensinar*. Aqui estamos. Nós e a profissão. E as opções que cada um de nós tem de

fazer como professor, as quais cruzam a nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar e desvendam na nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser. É impossível separar o eu profissional do eu pessoal (NÓVOA, 2000, p.17). (grifos do autor).

Partindo da compreensão de que não é possível separar o “ser” do “ensinar”, como nos apresentou Nóvoa (2000) buscaremos mostrar por meio das Narrativas de Vida indícios que nos levam a compreender tal afirmação.

Apresentaremos a seguir a metodologia adotada em nossa investigação, o contexto e participantes, a constituição do *corpus* e o dispositivo de análise.

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia da investigação aqui proposta é de base qualitativa e interpretativista, apoiada nos princípios e procedimentos da teoria da Análise de Discurso franco-brasileira advindos dos estudos de Michel Pêcheux. Pretendemos investigar a influência das representações sociais no processo de constituição identitária do professor a partir de suas narrativas de vida.

### **4 CONTEXTO E PARTICIPANTES**

Os sujeitos deste estudo são: Geraldo, Joana e Beatriz, professores de língua inglesa de uma rede municipal de educação do estado de Minas Gerais, participantes de um curso de formação de professores oferecido por um programa da Secretaria Municipal de Educação, e Clara, a professora formadora do curso, contratada por uma instituição privada. Ressaltamos que para preservar a identidade de nossos participantes, os nomes utilizados são fictícios.

### **5 A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E O DISPOSITIVO DE ANÁLISE**

Nossos instrumentos de geração de dados são entrevistas semiestruturadas que foram gravadas em áudio e transcritas. O dispositivo de análise teórico-metodológico está ancorado nos princípios e procedimentos da análise de discurso (ORLANDI, 2009) e de ressonâncias discursivas (SERRANI-INFANTE, 2001).

O conceito de ressonâncias discursivas está apoiado nas categorias de análise das repetições de marcas linguístico-discursivas propostas por Serrani-Infante (2001, p. 40). A autora apresenta três categorias de repetições, entretanto, faremos uso da subcategorização de suas categorias, desenvolvida por Reis (2007; 2010), a seguir:

1. Repetição de itens lexicais de uma mesma família de palavras;
2. Repetição de itens de diferentes raízes lexicais apresentados no discurso como semanticamente equivalentes;
3. Repetição de construções que funcionam parafrasticamente;
4. Modos de enunciar presentes no discurso:
  - 4.1 Modo determinado e modo indeterminado de enunciar;
  - 4.2 Modos de definir por negações ou afirmações modalizadas ou categóricas;
  - 4.3 Modos de acréscimos contingentes através de incisivas e de glosas.

A partir do aporte teórico-metodológico abordado, apresentaremos a seguir, a análise de alguns excertos que trazem os dizeres do professor Geraldo sobre a imagem de si como professor de LI, da professora Clara, formadora da *Educação Continuada* e de duas professoras de língua inglesa, participante do curso em questão.

## 6 AS HISTÓRIAS QUE CONSTITUEM A IDENTIDADE DO SUJEITO-PROFESSOR

Os primeiros excertos que apresentamos são dizeres do professor Geraldo, que nos relatou ter passado por um processo de mudança em sua prática após ter iniciado a *Educação Continuada*. Pedimos, então, que Geraldo nos relatasse um pouco mais sobre esse processo.

*Bom, sempre houve // em mim algo que eu considero essencial que é o espírito **servidor**. Eu sou um **SERVIDOR** e essa / no entendimento como se fosse a **missão** da minha vida, a RAZÃO da minha existência, independentemente do campo que eu atuar. Eu fui pensando na minha vida e percebi que eu nasci para auxiliar / eu sempre ajudei /foi a escola que eu*

tive com meus pai. Meu pai foi professor também / a gente se ajudava. **A minha mãe foi uma filantropa.** Ela junto aprendeu com minha avó, dirigiram orfanato e minha mãe saía pelas ruas tentando recuperar as pessoas em situações de vulnerabilidades, caídas na SARJETAS, trazia comida, conversava, aconselhava, tentava arranjar abrigo. Então faz parte da minha formação. Aqui na cidade eu lembro desde muito cedo a minha mãe fazia um monte de marmitas, isso saía, e conversava, aconselhava, e eu ajudava a minha mãe e eu acompanhava minha mãe. Dos cinco filhos, **eu sou mais próximo da minha mãe e sempre fui.** Meu pai também foi pastor, meu pai serviu a vida inteira, meu pai serviu, atendia nas madrugadas quando um morria, quando um casal brigava nas madrugadas ou quando // adoecia, **então é minha escola, minha escola de servidor,** além de ter sido professor, professor de geografia. **Então eu entendo claramente e essa era a minha vocação. Eu tenho esse traço e o que mais me frustrava que eu não conseguia fazer isso efetivamente na medida da minha expectativa dentro da escola, mas eu considero fundamental para o entendimento do meu papel (...)** (Geraldo)

Observamos a repetição do vocábulo “servidor” em “espírito *servidor*”, “eu sou um *servidor*”, “minha escola de *servidor*” e o uso do verbo “servir” “meu pai também foi pastor, meu pai *serviu* a vida inteira, meu pai *serviu*” que emerge do dizer do sujeito-professor. A recorrência desses vocábulos nos remete a uma representação do professor como um missionário, encarregado da missão de servir. Geraldo reafirma tal representação ao enunciar “Então eu entendo claramente e essa era a **minha vocação**”, marcando em seu dizer sua “vocação” para ensinar, ou seja, sua missão. Dito de outro modo, as escolhas lexicais do professor como “servidor” e “vocação” nos apontam para uma representação do fazer do professor baseada numa memória discursiva relacionada ao sacerdócio.

Percebemos também que Geraldo atribui à imagem que construiu da docência à sua criação, as experiências que viveu ao lado de seus pais “Então faz parte da minha formação”, “então é minha escola, minha escola de servidor”. Para Geraldo, tais experiências foram sua “formação”, “escola de servidor” que deixaram marcas em sua subjetividade “Eu tenho esse traço”.

Podemos observar que Geraldo era o filho que mais se identificava com sua mãe, que dirigia um orfanato e dedicou sua vida ao trabalho voluntário “eu ajudava a

*minha mãe e eu acompanhava minha mãe. Dos cinco filhos, eu sou mais próximo da minha mãe e sempre fui*. Segundo Soares et al. (2010, p.1), “na psicanálise o termo identificação refere-se ao processo pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, assimilando de forma inconsciente traços ou atributos das pessoas significativas de seu entorno”.

Coracini (2000), apoiando-se no conceito de identidade de Stuart Hall (1997) de que a construção da identidade é um processo em constante transformação, afirma que deveríamos preferir o termo identificação, pois o que podemos apreender são os “momentos de identificação dos sujeitos com outros sujeitos” (CORACINI 2000, p.150). Segundo a autora, o sujeito professor é perpassado por uma “multiplicidade de vozes” que encontram eco positivo ou negativo ao se identificarem ou não com algo ou alguém.

Observamos que no final do trecho, Geraldo conclui “então eu entendo claramente e essa era a minha vocação”. O uso do verbo “ser” no pretérito perfeito do modo indicativo “era” nos revela um deslize em seu dizer apontando para uma compreensão de que para o professor, essa “não era mais” a sua vocação. Tal compreensão vai ao encontro de outro dizer do professor: “*o que mais me frustrava que eu não conseguia fazer isso efetivamente*” que nos mostra a “frustração” de Geraldo em não conseguir alcançar suas expectativas em relação ao seu fazer enquanto professor.

Durante o curso de formação, Geraldo relatou para os colegas professores e para a formadora que havia “salvado” um aluno. Solicitamos ao professor que nos contasse sobre essa história.

*(...) ele chegou / era um menino quieto / e o Mateus<sup>18</sup> ficava no fundo da sala só andando, fazendo bagunça, perturbando, pegando o MATERIAL, chutando o ARMÁRIO e eu fui abordar o Mateus e falei: “Mateus quê que tá acontecendo contigo rapaz? / você era um menino dedicado, tava sentadinho ali”, “professor, eu desisti”, “Desistiu de quê?” “Estudar” “Mas, por quê?” “Por que eu sou burro” “E quem é que disse que você é burro, Mateus?” “Minha mãe / meu pai / dizem todos os dias e hoje de manhã meu pai chutou a cabeça da minha mãe na minha frente”. Eu fiquei chocado com aquilo, mas engoli, metabolizei, assimi-*

---

18 O nome real do estudante foi omitido para preservar a sua identidade e a do professor.

lei aquele choque imediatamente e disse: **“Mateus, vamos provar para o seu pai que eles se equivocaram, que as pessoas podem errar / você é inteligente”**. “Eu não tenho jeito não, professor / já tô de recuperação”. **“Eu te ajudo na recuperação”**. **Coloquei o Mateus do lado da minha mesa e comecei a ensinar pro Mateus passo a passo**. O Mateus conseguiu por mérito a média / mais do que a média / eu não sei a nota do Mateus / eu esqueci da história e de repente, o Mateus veio pra mim / **aliás / é muito fácil escolher / na vida corrida de um professor, muitas vezes você tem uma dificuldade ENORME de manter o foco** (...) e aí o Mateus chegou e me perguntou: “E aí, professor eu consegui?” E eu falei: “Peraí, Mateus, eu esqueci de te dar sua nota”, e na hora que eu olhei, eu dei a nota real para o Mateus. Esse menino chorou 50 MINUTOS e eu chorei com ele. “Eu não sou burro professor / eu não sou burro”. Eu falei: “Cara, chega, né! Tá resolvido”. **A partir desse dia / então / esse menino teve um relacionamento comigo**. Ele me vê / onde for ele atravessa a rua e vem me cumprimentar. **Eu não fiz nada mais do que ser humano, ser solidário, CONECTAR e tentar trazer uma solução do problema dele a partir do meu relacionamento**.

Ao relatar a história, observamos que o professor considera que sua atitude de ajudar o aluno foi algo de cunho social, com a intenção de provocar uma “transformação” na relação do aluno consigo mesmo e com seus pais “*Eu não fiz nada mais do que ser humano, ser solidário, CONECTAR e tentar trazer uma solução do problema dele a partir do meu relacionamento*”. Desta forma, observamos novamente a representação do “missionário” presente no dizer de Geraldo, atribuindo ao professor a habilidade de intervir socialmente, deixando marcas nas vidas de seus alunos.

No primeiro relato de Geraldo, o professor nos diz “*eu nasci para auxiliar / eu sempre ajudei /foi a escola que eu tive com meus pais*”. Analisando seu segundo relato, percebemos que sua ação de “auxiliar”, “ajudar” foi reproduzida em sua prática com o aluno Mateus “*Eu te ajudo na recuperação*”. *Coloquei o Mateus do lado da minha mesa e comecei a ensinar pro Mateus passo a passo*”.

Ao enunciar “*A partir desse dia / então / esse menino teve um relacionamento comigo*” e “*Eu não fiz nada mais do que (...) tentar trazer uma solução do problema dele a partir do meu relacionamento*”, a repetição do vocábulo “relacionamento” nos aponta que a relação estabelecida entre o professor e o aluno foi capaz de deixar

marcas em Mateus e conseqüentemente a melhoria na aprendizagem e na autoestima do estudante. Segundo Nóvoa (1992, p. 14) ao longo do século XIX, a imagem do professor era atrelada ao apostolado e ao sacerdócio e a valorização da qualidade das relações e da “compreensão da pessoa humana”. Desta forma, ressoa novamente de seu dizer a representação do professor como o missionário disposto a se relacionar, ajudar e compreender seus alunos.

Passaremos a seguir para a análise dos relatos de Clara, professora formadora da EC e de Joana e Beatriz, professoras participantes do curso de formação, que no contexto da EC se posicionam discursivamente como alunas de Clara.

Sendo assim, no próximo excerto, Clara, a professora formadora nos relata como foi sua atuação no curso de formação.

*(...) bom, é isso eu lembro da nossa / não vou citar nomes / uma das minhas professoras / na / na / no mestrado na UFMG / que ela citou um determinado autor que / ou autora / que fala que / os primeiros momentos que a gente aprende né / a forma da gente aprender interfere muito na nossa forma de ensinar, e eu venho de um ambiente familiar / é: / com pai que a gente / por causa que ele / além dele ter vivido num / num / num ambiente muito RÍGIDO / ele / a gente não podia expressar opinião contra porque ele era cardíaco e não poderia sofrer emoção / segundo recomendações médicas, nem emoção boa, nem ruim. Então tinha que controlar tudo e aí, eu sempre fui assim tipo / a tendência ser by the book. E aí eu falei, “vou seguir a RISCA porque (RISOS) / o que o manual fala (RISOS) / igualzinho nhênhênhê né, (RISOS). (Clara)*

A formadora nos conta sobre a seu ambiente familiar “eu venho de um ambiente familiar / é: / com pai que a gente / por causa que ele / **além dele ter vivido** num / num / num ambiente muito RÍGIDO / **ele / a gente** não podia expressar opinião contra. O uso do advérbio de intensidade “muito” e a entonação enfática do adjetivo “rígido” nos remete a um ambiente familiar muito duro e intransigente.

A partir do modo pelo qual Clara enuncia, é possível dizer que o mesmo ambiente em que seu pai havia sido criado foi reproduzido na criação de seus filhos “**além dele ter vivido num ambiente muito RÍGIDO**”, “**ele / a gente** não podia expressar opinião contra”. O uso do pronome “ele” escapa em seu dizer, antes mesmo da lo-

cução pronominal “a gente”. Deste modo, as construções “**ele** não podia expressar opinião contra” ou “**a gente** não podia expressar opinião contra” produzem efeitos de sentido que nos apontam para esta conclusão.

Clara atribui sua decisão de seguir o manual do professor à forma que se comportava em relação a seu pai “*Então tinha que controlar tudo (...) E aí eu falei, “vou seguir a RISCA porque (RISOS) /o que o manual fala”*”.

No início de seu relato, Clara nos diz que aprendeu com uma de suas professoras que “*a forma da gente aprender interfere muito na nossa forma de ensinar*”. Poderemos constatar tal afirmação a partir dos dizeres de Joana e Beatriz, também professoras, mas que na EC se posicionavam como alunas de Clara.

*(...) porque a gente chegou num / numa formação para professore / que era a língua que tava sendo ensinada ali / mas curso de línguas eu já tinha feito / inclusive, já trabalhava em um / então não era isso que eu tava precisando, né / e aí **o tempo era cronometra:do / cê tinha que fazer aquela discussão ali:/ acabou o tempo / acabou / então vamo muda:/ apresenta:/ e assim / e aquilo que a gente tava vivendo dentro da sala / aquilo que a gente precisava de ideia / que a gente precisava cresce: / não tinha espaço pra discussão (...)** tinha: é / não sei se era: / era **ela colocava o cronômetro MESMO / batia o sino:inho / acabou / vamo muda de atividade / vamo apresenta / acabou / parou / e assim é /// ficou frustrante** mesmo porque às vezes, até na hora que / de repente a discussão podia estar sendo vá:lida, **pros aspectos que a gente queri:a** discutir, tinha que parar **imediatamente** e ir fazer a próxima atividade. (Joana)*

*(...) o problema todo era a maneira como estava sendo passado, **e a coisa do tempo MUITO controlado. Ela estava presa ao material.** Então, entendendo que ela tinha um tempinho / minutinho para uma coisa / um minutinho para outra e tava um pouquinho complicado e às vezes / **até muito chato de lidar / é difícil lidar** quando você tem um minuto para conversar sobre e às vezes **a gente queria trocar mais experiências e falar um tempo maior.** (Beatriz)*

Beatriz observou que a formadora “*estava presa ao material*”, o que de fato foi afirmado por Clara em seu relato “*vou seguir a RISCA porque (RISOS) /o que o manual*

*fala*". O uso do adjetivo "presa" nos aponta para uma falta de flexibilidade da formadora na condução do curso.

Percebemos também que o quê se repete nos dizeres de Joana e Beatriz é o incômodo do controle do tempo "o tempo era cronometrado" (Joana), "a coisa do tempo MUITO controlado" (Beatriz), a esse respeito. Esse controle, para Joana "ficou frustrante" e Beatriz considerava "até muito chato de lidar". As duas professoras relatam que gostariam de poder continuar trocando experiências com os outros professores, porém, de acordo com Joana e Beatriz, tinham que "parar imediatamente e ir fazer a próxima atividade".

A este respeito, Foucault (2014), em sua obra *Vigiar e Punir*, nos diz:

Durante séculos, as ordens religiosas foram mestras de disciplinas: eram os especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares. Mas esses processos de regularização temporal que elas herdaram as disciplinas os modificam. Afinando-os primeiro. Começa-se a contar por quartos de hora, minutos e segundos. (...) Nas escolas elementares, a divisão do **tempo se torna cada vez mais esmiuçante; as atividades são cercadas o mais possível por ordens a que se tem que responder imediatamente** (FOUCAULT, 2014, p.147) (grifos nossos).

Podemos considerar a partir dos dizeres de Clara e das professoras Joana e Beatriz, que a rigidez e o controle na criação da formadora estavam fortemente presente em sua prática na *Educação Continuada*. É possível perceber pelo dizer de Joana com mais detalhe como as ações dos professores eram controladas por ela: "acabou o tempo / acabou / então vamo muda:/ apresenta: (...) batia o sino:inho / acabou / vamo muda de atividade / vamo apresenta / acabou / parou". A necessidade de manter o controle e a disciplina no fazer de Clara nos remete à representação do modelo de ensino rígido dos colégios internos.

Foucault (2014, p. 161), define a disciplina não como "uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente". O autor apresenta três maneiras de controle dos corpos e é a terceira delas que descrevemos a seguir:

Toda a atividade do indivíduo disciplinar deve ser repartida e sustentada por injunções cuja eficiência repousa na brevidade e na clareza; a ordem não tem que ser explicada, nem mesmo formulada: é necessário e suficiente que provoque o comportamento desejado. Do mestre de disciplina àquele que lhe é sujeito, a relação é de sinalização: o que importa não é compreender a injunção, mas perceber o sinal, reagir logo a ele, de acordo com um código mais ou menos artificial estabelecido previamente. Colocar os corpos num pequeno mundo de sinais a cada um dos quais está ligada uma resposta obrigatória e só uma: técnica de treinamento (...) (FOUCAULT, 2014, p.163) (grifos nossos).

Vale ressaltar que em um determinado momento da entrevista, a formadora nos relata que o cronômetro do celular era usado para controlar o tempo de realização das atividades e o “sininho”, mencionado por Joana, era utilizado para pedir silêncio.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos, por meio deste estudo, analisar as histórias de vida de dois professores de LI e os efeitos de sentido produzidos a partir de seus dizeres que nos revelaram as representações sociais desses sujeitos sobre o fazer docente e que contribuem para a constituição identitária profissional destes professores.

Pudemos observar como as histórias de vida dos sujeitos pesquisados de certa forma, interferem em sua prática em sala de aula, na relação com seus alunos. Foi possível observar como Geraldo, que cresceu em um ambiente familiar aprendendo com seus pais a servir, a ajudar os mais necessitados e a promover mudanças na vida das pessoas, busca em sua prática transformar a vida de seus alunos. Em contrapartida, Clara, tendo sido criada em um ambiente rígido, revela traços dessa rigidez ao conduzir suas aulas de forma controlada e inflexível.

A partir destas reflexões, as análises que aqui propomos nos levam a ressaltar a importância de estudos acerca das representações que constituem a identidade docente tanto na formação inicial quanto continuada de professores. Por esse motivo, é relevante prover momentos de reflexão nos espaços de formação que possam levar o professor à compreensão de seu papel, contribuindo assim, para a aprendizagem efetiva de seus alunos.

## REFERÊNCIAS

- CAMPOS, J. R. **“Era um sonho desde criança”**: a representação social da docência para os professores do município de Queimadas - PB. 2008. 174 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- CORACINI, M.J.F.; BERTOLDO, E.S. (Orgs) *O desejo da teoria e a contingência da prática*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.
- Fagundes, B. A teoria das representações sociais nos estudos ambientais. In R. RA ´ E GA, Curitiba, n. 17. Editora UFPR, 2009 p. 129-137.
- FOUCAULT, Michael. [1975]. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. R. Ramallete. 30. ed. Petrópolis, Vozes, 2005.
- JODELET, D. Représentations sociales: um domaine em expansion. In: MOSCOVICI, S. (Org.) **Les Représentations Sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
- MACHADO, Ida Lucia. A ‘narrativa de si’ e a ironia: um estudo de caso à Luz da Análise do Discurso. *Cadernos Discursivos*, Catalão-GO, v.1, n. 1, p. 01-16, ago./dez. 2013. (ISSN 2317- 1006 – online).
- MOSCOVIC, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 404 p.
- NÓVOA, A. “Formação de professores e profissão docente”. In: Nóvoa António (coord.) *Os professores e a sua formação*. ISBN 972-20-1008-5 Lisboa, Dom Quixote, pp. 13-33, 1992.
- ORLANDI, E. P. (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6ª ed. Campinas: Pontes.
- SOARES, Dulce Helena Penna; AGUIAR, Fernando; GUIMARAES, Beatriz da Fontoura. O conceito de identificação no processo de escolha profissional. *Aletheia*, Canoas, n. 32, p. 134-146, ago. 2010. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942010000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000200011&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 14 de outubro de 2019.

PÊCHEUX, M., FUCHS, C. (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2010. p. 159-249.

REIS, Valdeni S. O Diário de Aprendizagem de Língua Estrangeira (Inglês) sob a perspectiva do Processo Discursivo. 143p. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

REIS, V. S. Representações e Deslocamentos no Diário de Aprendizagem de Língua Estrangeira: Uma Escrita de Si para o Outro In: ECKERT-HOFF, B. M.; CORACINI, M. J. R. F. (Org.). *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010a. p. 137-163.

SERRANI-INFANTE, S. M. Ressonâncias discursivas y cortesia em prácticas de lecto-escritura. *D.E.L.T.A.*, v. 17, n. 1, p. 31-58, 2001.



# CAPÍTULO 4

## “420 MORTES SÃO POUCAS?”: A FORÇA ENUNCIATIVA DAS VOZES DE RESISTÊNCIA

Adriana do Carmo Figueiredo (POSLIN/UFMG)

---

**RESUMO:** Este texto é fruto de uma comunicação que apresentamos no VIII Encontro de Pesquisa em História, EPHIS 2019, promovido pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, entre os dias 13 e 17 de maio de 2019. A proposta deste estudo é analisar o discurso do Vice-Procurador-Geral da República, Luciano Mariz Maia, e sua repercussão nas mídias sociais, momento em que se discutia a criminalização da homotransfobia no Supremo Tribunal Federal (STF). Como resultado preliminar, identificamos a força ilocucionária da fala do jurista como aspecto relevante para pesquisas em direitos humanos, legitimação e discurso. Concluímos que a sustentação oral de Mariz Maia é composta por argumentos que parecem funcionar em uma lógica dialética pautada em uma ética discursivizada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso. Pautas LGBTQI+. Legitimação. Argumentação.

---

### 1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como proposta analisar trechos da sustentação oral proferida pelo Vice-Procurador-Geral da República, Luciano Mariz Maia (Vice-PGR), no dia 13 de fevereiro de 2019, no Supremo Tribunal Federal (STF). Entendemos que o discurso proferido por Mariz Maia traz importantes elementos enunciativos para a compreensão das discussões sobre a possível criminalização da homofobia e transfobia. Essa discussão marcou o contexto jurídico-histórico da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e do Mandado de Injunção (MI) 4733 que tramitaram recentemente no STF<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> A discussão sobre a homotransfobia iniciou-se, no Supremo Tribunal Federal, no dia 13 de fevereiro de 2019. No dia 13 de junho de 2019, o STF concluiu o julgamento e determinou que a

A problemática que norteia a nossa proposta de pesquisa parte da noção de que vivemos tempos políticos conturbados e, diante da necessidade de se criar mecanismos protetivos para as minorias vulneráveis LGBTQI+, o Ministério Público e o Poder Judiciário parecem emergir como protagonistas no processo de resignificação da visão perversa de mundo que frequentemente leva à exclusão e às desigualdades sociais.

O objetivo deste estudo, então, é analisar trechos do discurso do Ministério Público Federal, por meio das vozes discursivas convocadas por Luciano Mariz Maia, e avaliar em que medida essa fala do jurista exprime uma representação dóxica plural e democrática que contribui para as pesquisas de gênero, direitos humanos e suas relações com discurso, ética e legitimação. Objetiva-se também analisar a repercussão que a fala do jurista obteve nas mídias sociais.

A metodologia desta pesquisa parte de uma breve explanação sobre a justificativa das ações que foram ajuizadas no STF e sobre o papel do Ministério Público, na contemporaneidade, considerando a representatividade de sua voz discursiva no imaginário popular. Posteriormente, apresentaremos análises de enunciados proferidos por Mariz Maia dentro do contexto enunciativo do tribunal, tendo em vista a força ilocutória atribuída à sua enunciação. Nesse percurso metodológico, faremos também breves análises das repercussões que o discurso do Vice-PGR adquiriu nas redes sociais, com o intuito de demonstrar a identificação de diferentes sujeitos linguageiros com os enunciados proferidos pelo jurista.

Desse modo, o referencial teórico foi construído por meio de categorias analíticas oriundas da Análise do Discurso de vertente francesa, especialmente, as noções de imaginários sociodiscursivos e sujeitos da linguagem propostas por Patrick Charaudeau (2015, 1983). Nessa travessia teórica, nos deparamos também com alguns conceitos relativos à doxa, desenvolvidos por Ruth Amossy (2010). Identificamos a relevância da noção de “argumentação por autoridade”, proposta por Ducrot (1987). Percebemos que a adesão dos sujeitos linguageiros à fala do jurista, Luciano Mariz Maia, alinha-se a conceitos de narrativas de vida e seus efeitos, desenvolvidos por Ida Lucia Machado (2016). E, por fim, trouxemos um breve diálogo transdisciplinar com abordagens desenvolvidas por Habermas (1968, 1973), a respeito da problemática da legitimação do Estado moderno e da ética comunicativa.

---

*discriminação por orientação sexual e identidade de gênero fosse considerada crime, de acordo com a Lei de Racismo, nº 7716/1989.*

## 2 CONTEXTO: A DISCUSSÃO SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA E TRANSFOBIA

Estava em discussão<sup>20</sup>, no Supremo Tribunal Federal (STF), o julgamento dos processos que avaliavam se havia omissão do Congresso Nacional em não editar lei que criminalizasse a homofobia e transfobia. Essa discussão, conforme explicitamos, foi posta em debate por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26, de relatoria do ministro Celso de Mello, e do Mandado de Injunção (MI) 4733, relatado pelo ministro Edson Fachin.

A ADO 26 foi ajuizada pelo Partido Popular Socialista (PPS) em face do Congresso Nacional. A finalidade dessa Ação por omissão era

obter a criminalização específica de todas as formas de homofobia e transfobia, especialmente (mas não exclusivamente) das ofensas (individuais e coletivas), dos homicídios, das agressões e discriminações motivadas pela orientação sexual e/ou identidade de gênero, real ou suposta, da vítima (PORTAL do STF, 2019).

O partido trouxe como argumento a premissa de que existe uma ordem constitucional que obriga legislar criminalmente. Em outras palavras, há uma obrigatoriedade imanente à figura do legislador que deveria conduzir o processo legislativo à criminalização da homofobia e transfobia, tendo em vista os contextos de violência que tais práticas homotransfóbicas têm provocado em nosso país. O partido alegou, então, que o Congresso Nacional se recusava a atender a esta

---

20 Na época da apresentação da comunicação, em maio de 2019, a discussão sobre a homotransfobia ainda estava em pauta no Supremo Tribunal Federal (STF). O debate foi realizado ao longo de três meses, e chegou a ser suspenso por duas vezes nesse período. No entanto, no dia 13 de junho de 2019, conforme afirmamos, o STF decidiu que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero fosse considerada crime, de acordo com a Lei de Racismo, nº 7716/1989. Dez dos onze ministros reconheceram que, de fato, havia uma demora inconstitucional do Legislativo em tratar do tema. Apenas o ministro Marco Aurélio Mello discordou. Diante desta omissão, por 8 votos a 3, os ministros do STF, então, determinaram que a homotransfobia passasse a ser punida pela Lei de Racismo que, atualmente, traz previsões de crimes de discriminação ou preconceito por “raça, cor, etnia, religião e procedência nacional”.

obrigatoriedade, inclusive, em votar o projeto de lei que tem como escopo efetivar tal criminalização<sup>21</sup>.

Portanto, discutiu-se, na época, se havia mora inconstitucional do Congresso Nacional na criminalização específica da homofobia e transfobia. E, ainda, se seria possível a aplicação subsidiária da lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor para a criminalização da homotransfobia<sup>22</sup>. E, por fim, discutiu-se a possível caracterização do dever estatal de indenizar as vítimas de todas as formas de homofobia e transfobia, enquanto tais condutas não fossem criminalizadas.

O MI 4733, com pedido de medida cautelar, foi ajuizado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) em face do Congresso Nacional. Essa ação também apresentou como objetivo obter a criminalização específica de todas as formas de homofobia e transfobia.

A entidade autora sustentou que a Constituição Federal de 1988 (CRFB/1988) permite a impetração de mandado de injunção que visa à criminalização específica de condutas, especialmente, quando esta situação se configure necessária para o exercício das prerrogativas inerentes à cidadania das vítimas em questão. A associação alegou que ambas, homofobia e transfobia, constituem espécies do gênero racismo<sup>23</sup> e que, por

---

21 Três Projetos de Lei (PL) sobre homofobia e transfobia já foram apresentados ao Congresso, mas todos enfrentaram grande resistência dos parlamentares conservadores. O PL 5003 foi proposto em 2001 (transformado em 2006 no PLC 122) e pretendia incluir na Lei Antirracismo (Lei 7.716/1989) a discriminação por “gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero”, mas foi arquivado. O PL 7582, de 2014, propunha a criação dos crimes de ódio como tipo penal específico, e incluía entre eles os crimes motivados por orientação sexual e identidade de gênero. Mas o projeto de autoria da deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) também foi arquivado em janeiro deste ano. O terceiro projeto, o PLS134, proposto em 2018 pela ex-senadora Marta Suplicy (SP), propõe a criação do Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero que, dentre outras disposições, cria o “crime de intolerância por orientação sexual ou identidade de gênero” e o “crime de indução à violência”. Atualmente, o projeto, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, está parado na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Informações obtidas no Portal Justificando. Cf.: <<http://www.justificando.com/2019/02/15/e-possivel-ser-contra-a-criminalizacao-da-homofobia-e-a-favor-dos-direitos-lgbti/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

22 Cf.: Lei Antirracismo nº 7.716/1989. Legislação que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

23 O Supremo, no famoso caso *Ellwanger* (Habeas Corpus nº 82.424/RS - 17/09/2003), decidiu que o antissemitismo é espécie de racismo, na acepção político-social e não ideológica. Embora a

isso, torna-se imperativa a equiparação de tais condutas de acordo com a legislação criminal que puna tais ofensas. A discussão, então, trouxe também o questionamento sobre a possibilidade de aplicação subsidiária da lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor para a criminalização da homofobia e transfobia.

Inicialmente, o relator não conheceu da ação por entender manifesta a inviabilidade da via injuncional no caso supracitado. Justificou sua decisão com o argumento de que há jurisprudência da Corte com relação à necessidade de se detectar, para o cabimento do mandado de injunção, a existência inequívoca de um direito subjetivo, especificamente consagrado na Constituição Federal de 1988. Posteriormente, essa decisão foi reconsiderada e permitiu-se o cabimento do MI. A reconsideração da decisão se deu com base no artigo 5º, inciso LXXI da CRFB/1988, que preceitua: “conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;” (BRASIL, 1988).

É nesse contexto de apresentação das razões sobre a pertinência do julgamento da criminalização da homofobia e transfobia que surge a figura do Ministério Público, performatizada pelo jurista Luciano Mariz Maia que, particularmente, nos interessa neste estudo.

### **3 “420 MORTES SÃO POUCAS?”: O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E SUA REPERCUSSÃO EM TEMPOS DE CRISE DE LEGITIMAÇÃO POLÍTICA**

Inicialmente, gostaríamos de destacar que a Justiça, como instituição judiciária, não funcionará se não for provocada por alguém (um autor, um sujeito que age). Este é um princípio basilar da função jurisdicional que conduz a um possível equilíbrio e imparcialidade das decisões judiciais.

Nessa base principiológica, encontra-se a justificativa das funções essenciais à Justiça, compostas por advogados, Ministério Público, Advocacia-Geral da União, procuradores dos Estados e do Distrito Federal e defensores públicos.

---

*discriminação por religião já fosse crime, o STF entendeu que o antissemitismo era uma discriminação por raça”. O advogado Paulo Iotti, em nome do PPS e da ABGLT, trouxe esse argumento em defesa das ações, lembrando que a Suprema Corte abandonou o conceito biológico de racismo e adotou o conceito político-social: racismo como a inferiorização de um grupo social relativamente a outro.*

O Ministério Público (MP) vem protagonizando um papel destacado na organização do Estado. Esse protagonismo tem sido notado, em razão do alargamento de suas funções protetivas de direitos ou interesses coletivos e indisponíveis.

As funções institucionais do Ministério Público estão elencadas no art. 129 da CRFB/1988 que o descreve como *titular* da ação penal, da ação civil pública para a tutela dos interesses públicos, coletivos, sociais e difusos, e da ação direta de inconstitucionalidade, conforme arts. 36, III e 103, VI da CRFB/1988.

Entre as funções institucionais do Ministério Público, destacamos aquela prevista no inciso II do art. 129 da CRFB/1988 que descreve o dever do MP de “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;” (BRASIL, 1988).

É justamente dessa atribuição que deriva a ideia dóxica de associação do Ministério Público à figura de *defensor do povo*. Nesse sentido, recordamos as palavras de Ruth Amossy (2010, p. 89) quando faz referência a *elementos dóxicos* que integram a construção argumentativa. Esses elementos referem-se à inscrição pontual no discurso de certas evidências compartilhadas por uma coletividade que trazem uma lógica de plausibilidade.

Entendemos que existem certas crenças compartilhadas que nos conduzem à associação da representatividade do Ministério Público com a noção dóxica de defensoria popular, especialmente, quando o MP atua em causas que envolvem minorias políticas.

Essa proliferação de elementos dóxicos, envoltos na qualificação do MP como defensor do povo ou “justiceiro”, também nos faz recordar a noção de *imaginários sociodiscursivos*, conforme propõe Charaudeau (2015). Esses elementos fazem parte da vida em sociedade e nos permitem compreender saberes de crença que produzem juízos valorativos.

Muitas vezes, esses juízos valorativos também nos conduzem à noção de “soberania popular” sustentada pela força discursiva de visões de mundo que norteiam escolhas e decisões. Nesse sentido, Charaudeau (2015) afirma que “o imaginário da soberania popular”

é sustentado pelos discursos que se referem a um mundo, atual ou em construção, onde o povo reina como responsável por seu bem-estar.

Aqui está o ponto de transcendência divina, ponto de origem, mas uma transcendência ‘apesar de tudo’, que coloca o ideal do julgamento social em lugar e posição de um terceiro mítico que governaria o destino dos homens (CHARAUDEAU, 2015, p. 227)

Charaudeau (2015) sinaliza que essa posição mítica é ocupada pela democracia. O povo emerge como uma entidade abstrata dotada de razão, e essa entidade ocupa o lugar de um representante da opinião coletiva consensual. Entendemos que a figura do Ministério do Público, em certas circunstâncias, parece ocupar também esse espaço, especialmente, quando o representante do MP, em sua sustentação oral, traz o confronto de pontos de vista diferentes para uma possível tomada de decisão.

Importante recordar que a Análise do Discurso (AD), espaço de fala de onde enunciemos neste estudo, leva em consideração o funcionamento do discurso em situação comunicativa. É justamente com base nesse contexto discursivo processual que identificamos a associação da imagem do Ministério Público a uma espécie de *protetor dos cidadãos* ou de *defensor do povo*, em situações de opressão.

Os *elementos dóxicos* (AMOSSY, 2010) alinhados, então, aos *imaginários sociodiscursivos* (CHARAUDEAU, 2015) nos conduzem ao estudo das formas como os seres humanos representam o mundo, com o objetivo de compreendê-lo e nele se estabelecer por meio de vínculos que alicerçam o agir coletivo.

Desse modo, conforme Charaudeau (2015), proliferam-se estudos e teorias que buscam

dar conta desses sistemas de representações, particularmente das representações coletivas, diversamente nomeadas segundo as disciplinas e pontos de vista: sistemas de conhecimento, sistemas de crenças, sistemas de ideias, sistemas de valores e ainda: teorias, doutrinas, ideologias etc. É difícil localizar-se nessa massa de denominações, pois as distinções propostas não são claras em todas as ocasiões e as hierarquias que se estabelecem entre essas noções são sempre controversas (CHARAUDEAU, 2015, p. 191).

Essa noção controvertida é notória quando analisamos o discurso da doutrina jurídica, especialmente, no que se refere às funções da justiça. O constitucionalista José Afonso da Silva (2014, p. 614), por exemplo, sustenta que esse posicionamento

do “*Ministério Público como defensor do povo*” é contrário àquele proposto pelos doutrinadores que, geralmente, são membros da Instituição. Para esse grupo de pessoas,

a função de defensor do povo não é compatível com a função de Ministério Público. Não se podem misturar num órgão funções tão díspares. Alguma coisa acabará ficando sacrificada, dando-se relevo àquelas atribuições que tenham mais visibilidade nos meios de comunicação. Isso até já tem ocorrido (SILVA, 2014, p. 614).

Vale destacar que o próprio Ministério Público tem combatido a institucionalização da defensoria do povo que vinha sendo proposta na elaboração constitucional de suas atribuições. Silva (2014) entende que as funções de *defensor do povo* ou de *provedor da justiça* não são compatíveis com “estruturas burocráticas, nem com investidas vitalícias”, porque devem ser desempenhadas “por órgão de confiança da representação popular com investidura a tempo certo” (SILVA, 2014, p. 614-615).

No entanto, acreditamos que se torna necessário repensar essa função controversa do Ministério Público que ganha visibilidade nos meios de comunicação, especialmente, em contextos de crise política. A função do MP, nessas circunstâncias, parece transitar em um espaço dóxico que indica uma voz que fala, de modo plural, em nome dos direitos dos cidadãos, especialmente, aqueles que se encontram em posição periférica na sociedade, como o caso das minorias LGBT+.

Nesse cenário de opressão social conduzido pelas instâncias heteronormativas de poder, destacamos a figura do jurista Luciano Mariz Maia, Vice-Procurador-Geral da República do Brasil<sup>24</sup>. Em sua sustentação oral, como representante do Ministério Pú-

---

24 Luciano Mariz Maia Ingressou no Ministério Público Federal em 1991, lotado na Procuradoria da República da Paraíba onde foi Coordenador dos Direitos Difusos e Coletivos (1991 a 1993), Procurador Regional dos Direitos do Cidadão (1993 a 1997), e Procurador Regional Eleitoral (1997 a 1999). Assumiu o cargo de Subprocurador-Geral da República em junho de 2012. Foi nomeado Vice-Procurador-Geral da República em 22 de agosto de 2017 pela atual Procuradora-Geral da República (PGR), Raquel Dodge. Cf. <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/sobre/galeria-dos-pfdc/luciano-mariz-maia-1>>. / Acesso em: 10 ago. 2019. O mandato de Raquel Dodge encerra-se em 17 de setembro de 2019, quando haverá nova posição do Poder Executivo a respeito da escolha do PGR ou da recondução de Dodge. Importante comentar que o Procurador-Geral

blico, Maia trouxe a seguinte pergunta retórica a respeito da problemática que envolve as pautas LGBT+: “420 mortes de LGBT é um número pequeno? Quantas mortes serão necessárias para entendermos que já morreu gente demais?” (MAIA, 2019).

A pergunta proposta por Mariz Maia parece, preliminarmente, trazer uma provocação acerca da problemática da legitimação que norteia o Estado moderno. Conforme Habermas (2016 [1975]), legitimidade, nessa perspectiva,

significa que a pretensão vinculada à ordem política é reconhecida como correta e justa, contendo bons argumentos a seu favor; uma ordem legítima merece reconhecimento. *Legitimidade significa que uma ordem política é digna de reconhecimento.* Ressalta-se com esta definição que a legitimidade é uma pretensão de validade contestável, de cujo reconhecimento (no mínimo) factual (também) depende a estabilidade da ordem de dominação (HABERMAS, 2016, p. 380, itálicos e parênteses do autor).

Trazer à baila o pressuposto linguístico de que o Estado tem permitido mortes de LGBTs, pois pouco tem feito para o combate à violência, é uma proposição de que existem problemas de legitimidade na ordem política vigente. A pergunta de Mariz Maia, então, aponta para uma reflexão sobre a crise de legitimação que parece ter como “saída” uma necessária “transformação das instituições de base, não apenas do Estado, mas da sociedade em seu conjunto” (HABERMAS, 2016, p. 380)<sup>25</sup>.

A figura do Vice-PGR, ao trazer essa indagação de “Quantas mortes serão necessárias para entendermos que já morreu gente demais?” (MAIA, 2019), parece incorporar a dialética da linguagem e da sua relação desdobrada pela representação da mediação. Trata-se, então, de uma ação que nos faz recordar a dialética da relação

---

da República é nomeado pelo Presidente da República, dentre integrantes da carreira com mais de trinta e cinco anos de idade, e seu nome deve ser aprovado pela maioria absoluta do Senado Federal, após arguição pública. (Cf.: art. 128, §1º da CRFB/1988).

25 Habermas propôs essa discussão sobre “problemas de legitimidade no Estado moderno” em outubro de 1975, em um Congresso sediado pela Associação Alemã de Ciência Política de Duisburg. Utilizaremos a marca temporal de 2016, referente à edição que consultamos da obra de Habermas *Para a reconstrução do materialismo histórico*, quando nos referirmos às suas ideias de 1975.

ética que Habermas comenta com base na noção dialético-histórica da luta pelo reconhecimento, proposta por Hegel (1807).

Em sua obra *Problemas de Legitimación en el capitalismo tardío*, Habermas (1999 [1973]) sustenta que a “ética comunicativa não exige apenas a universalidade das normas, mas sim um consenso, obtido pela via discursiva, acerca da *capacidade de generalização* dos interesses normativos prescritos” (HABERMAS, 1999, p. 54-56, itálicos do autor). Em outra passagem de sua obra, Habermas afirma que “apenas a *ética comunicativa* assegura a universalidade das normas admitidas e a autonomia dos sujeitos atuantes” [...] (HABERMAS, 1999, p. 153, itálicos do autor). Essa relação é corroborada pela discursividade das pretensões de validade das normas. Desse modo, para que haja a validade normativa, é necessário que os interessados “se coloquem de acordo ou (possam se colocar de acordo), sem coação, como participantes em um discurso,” [...] (HABERMAS, 1999, p. 153)<sup>26</sup>.

Esse movimento dialético de discussão das pretensões de validade das normas tem como propósito discutir a opressão e reconstruir a situação dialógica como uma relação pautada numa ética discursiva. Dessa reconstrução, seria possível compreender a “lógica da violência” e uma possível estratégia de seu combate que se daria não pelos meios coercitivos, mas sim pela ação de “conhecer-se a si mesmo no outro”. Nesse sentido,

Só o resultado deste movimento [o dialético] extingue a violência e restabelece a não coerção do conhecer-se a si mesmo no outro, que tem lugar no diálogo: o amor como reconciliação. O dialético não é a própria intersubjetividade sem coação, mas a história de sua repressão e do seu restabelecimento (HABERMAS, 1968, p. 18, preservamos a grafia do original, colchetes nossos).

---

26 Tivemos acesso à edição em espanhol dessa obra de Habermas, escrita em 1973. No original, em língua castelhana, seguem os fragmentos citados nesse parágrafo: [...] *ética comunicativa que no exija solo la universalidad de las normas, sino un consenso, obtenido por vía discursiva, acerca de la capacidad de generalización de los intereses normativamente prescritos* (HABERMAS, 1999, p. 54-56). *Solo la ética comunicativa asegura la universalidad de las normas admitidas y la autonomía de los sujetos actuantes* [...] (HABERMAS, 1999, p. 153). [...] *los interesados se ponen de acuerdo (o podrían ponerse de acuerdo), sin coacción, como participantes en un discurso,* [...] (HABERMAS, 1999, p. 153).

A sustentação oral de Luciano Mariz Maia sinaliza uma provocação não apenas do “conhecer-se a si mesmo no outro”, para que se possa compreender práticas de violência e estratégias de combate, mas, especialmente, indica a necessária atitude do reconhecimento recíproco, pautado no respeito e amor às pessoas humanas. No seguinte fragmento do preâmbulo da fala do jurista, notamos uma forma de argumentar que parece sinalizar essa tentativa de reconhecimento recíproco. Vejamos:

Ainda que eu falasse a língua dos anjos e falasse a língua dos homens, sem amor eu nada faria. Como é possível que algo entre pessoas com amores gere tantos desamores? Como é que algo decorrente de afetos produza tantos desafetos? Sou de uma geração que ouvia Bob Dylan e ainda escuto “Blowin’ In The Wind” e me pergunto: “how many deaths will it take till he knows that too many people have died?” Quantas mortes serão necessárias para sabermos que já morreu gente demais? 420 mortes são poucas, porque há 60 mil mortes no Brasil por ano? O que há de comum entre todas essas mortes? Há o mesmo desrespeito, desprezo, desimportância de serem consideradas pessoas humanas. É nisso que repousa a igualdade de considerar que há um elemento de desumanização, há um elemento de coisificação, há um elemento de desconsideração da dignidade de pessoa. E a dignidade, sendo o fundamento do Estado brasileiro que une todas (*sic*), que estamos aqui no esforço e na tentativa de tentar respeitar e proteger. [...] (MAIA, 13 fev. 2019).

Mariz Maia inicia a sua fala com várias recorrências interdiscursivas<sup>27</sup>. Entre elas, destacamos a citação bíblica sobre a “língua dos anjos e dos homens”, o refrão proveniente da música de Bob Dylan que alinhou o ponto chave da sua argumentação a respeito das excessivas mortes, e, ainda, a alusão às 60 mil mortes, feita na sustentação oral dos advogados da bancada conservadora, como tentativa de minimizar os dados registrados de mortes LGBTs. Esses elementos discursivos, convocados pelo locutor,

---

27 Entendemos por recorrências interdiscursivas a noção de que a formação discursiva não é configurada como “um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar [...]” (PÊCHEUX, 1997 [1983], p. 314). Esses elementos, às vezes se repetem, e trazem evidências discursivas fundamentais e necessárias para os processos de argumentação.

são estratégias importantes em processos de reconhecimento e compartilhamento de sentidos, que podem conduzir a uma tomada de atitude, frente a um conflito.

Esse reconhecimento se daria, então, com base na tomada de atitude dos sujeitos entre si, com fundamento na compreensão “de que a identidade do Eu só é possível através da identidade do outro que me reconhece, identidade que, por seu turno, depende do meu reconhecimento” (HABERMAS, 1968, p. 19-20).

Esse movimento de compreensão das identidades, mediado discursivamente, nos faz lembrar a categoria dos sujeitos languageiros proposta pela Teoria Semiolinguística. Entendemos que a pergunta de natureza retórica, especialmente esta sobre as mortes dos LGBTQs, tem como objetivo estimular uma reflexão dos *sujeitos da linguagem* sobre o assunto que se discute. Destacamos, ainda, que, em seu famoso quadro dos circuitos do ato de linguagem, Charaudeau (1983) observa a presença de dois espaços discursivos apontados como externo e interno. No espaço externo, o linguista francês aponta a ação de dois sujeitos (seres sociais) - *comunicante* e *interpretante*. No espaço interno, por sua vez, ele indica a presença de outros dois sujeitos (seres de fala) - *enunciador* e *destinatário*.

Ao analisar o discurso do Vice-Procurador-Geral da República, percebemos que o sujeito comunicante Mariz Maia, performatizado pela voz do Ministério Público, na condição de sujeito enunciador e comunicante, parece projetar os interlocutores ideais, no caso e de forma mais imediata, os ministros do STF, sujeitos que pretende convencer com sua tese de que “já morreu gente demais”. Portanto, de acordo com essa projeção, é esperado que o Plenário do STF considere a possibilidade de criminalização da homotransfobia, o que de fato aconteceu, conforme afirmamos, pois os destinatários ideais também são os interpretantes das pautas discutidas.

Além desses sujeitos convocados para a cena discursiva, o locutor parece também projetar outros sujeitos languageiros, oriundos de diferentes estamentos sociais. Em relação a estes outros, o jurista, na condição de comunicante e enunciador, busca mobilizar o discurso das emoções a respeito de uma reflexão profunda sobre o tema que se discute. Isso nos parece claro quando avaliamos que os dizeres do Vice-PGR se pulverizaram nas mídias sociais, trazendo diferentes repercussões discursivas.

Desse modo, o sujeito destinatário pode, ou não, encontrar ressonância no sujeito interpretante, dependendo da cena discursiva posta em análise, e, por sua vez, o sujeito comunicante também pode ou não encontrar correspondência com seu enunciador, dependendo das condições de produção do discurso.

Nesse sentido, destacamos algumas dessas mobilizações discursivas de sujeitos linguageiros. O Portal de Notícias e Comunicação MaisPB, em 13 de fevereiro de 2019, trouxe a seguinte manchete: “Fala de paraibano no STF repercute na internet”. Vejamos algumas dessas repercussões apontadas pelo portal:

Citar Bob Dylan dentro de um discurso jurídico e conseguir não só fazer sentido, como impactar os ouvintes e fazê-los refletir é um feito incrível. Fiquei maravilhada com a eloquência do Dr. Luciano Mariz Maia #CriminalizaSTF #ÉCrimeSim (PORTAL maisPB, 13 de fev. 2019).

Gostaria de agradecer imensamente ao Vice-procurador-geral da República pelas palavras tão bem ditas e a defesa tão firme do direito a vida da população LGBT. Luciano Mariz Maia, não tenho palavras que expressem a gratidão que carrego no peito. #ÉCrimeSim #CriminalizaSTF (PORTAL maisPB, 13 de fev. 2019).

Só aplausos pro vice-procurador Luciano Mariz Maia “Quantas mortes são necessárias para que a gente entenda que já morreu gente demais?”. Que discurso humano e lindo. #CriminalizaSTF #ÉCrimeSim (PORTAL maisPB, 13 de fev. 2019).

Luciano Mariz Maia, que homem meus amigos! Que homem em forma de juiz! (*sic*) Pistolou real (*sic*) ao final contra a bancada pró-família e blá, blá, blá. Eu tô arrepiada até agora! (PORTAL maisPB, 13 de fev. 2019).

Luciano Mariz Maia, homem hetero (*sic*) criado no interior do Nordeste. Esse ícone que tenho orgulho de ter sido aluno fez uma sustentação oral em defesa das vidas das pessoas LGTBs. Eis um verdadeiro exemplo para todos homens heteros (*sic*) de plantão. #CriminalizaSTF (PORTAL maisPB, 13 fev. 2019)<sup>28</sup>.

Essa multiplicidade de sujeitos destinatários e interpretantes que transcendem o espaço jurídico da Corte Constitucional, representada pelos Ministros, parece indicar que há, no espaço dóxico, uma identificação dos sujeitos linguageiros com a figura

---

28 Nos fragmentos citados, preservamos a identidade dos autores. Esses fragmentos estão disponíveis na internet no Portal maisPB. Cf.: <<https://www.maispb.com.br/336561/paraibano-que-bra-internet-durante-julgamento-do-stf-sobre-homofobia.html/>> / Acesso: 07 ago. 2019.

do “procurador paraibano”, que citou “Bob Dylan dentro de um discurso jurídico”, e que é representado como um “homem hetero (*sic*) criado no interior do Nordeste”. Esses epítetos, atribuídos de forma elogiosa ao Vice-PGR, como “homem nordestino” e “procurador paraibano”<sup>29</sup>, também nos parecem interessantes, tendo em vista o deslocamento espacial da figura do jurista do eixo-Rio-São Paulo-Minas Gerais. Nesse deslocamento, nota-se uma identificação dos internautas com a figura de um sujeito que proferiu um discurso jurídico que não apenas conseguiu “fazer sentido”, conforme afirmado, mas que também trouxe a estratégia de “impactar os ouvintes”.

Nos fragmentos citados, além da noção habermasiana do “conhecer-se a si mesmo no outro”, em lógicas dialéticas discursivizadas, percebemos também vários *efeitos de narrativas de vida*, conforme teorias desenvolvidas por Machado (2016). Esses efeitos discursivos parecem compor as identidades dos sujeitos languageiros e suas identificações com a fala do jurista. Entre eles, destacamos: “Fiquei maravilhada com a eloquência do Dr. Luciano Mariz Maia”; “Luciano Mariz Maia, não tenho palavras que expressem a gratidão que carrego no peito”; “Que discurso humano e lindo”; “Luciano Mariz Maia, que homem meus amigos! Que homem em forma de juiz (*sic*)! Pistolou real (*sic*) ao final contra a bancada pró-família”; “Esse ícone que tenho orgulho de ter sido aluno” [...] (PORTAL maisPB, 13 fev. 2019).

Entendemos que se trata de efeitos de narrativas de vida, pois, conforme Machado (2016), existem certas situações discursivas que não se encaixam no “gênero genealógico ‘puro’ (biografias, autobiografias, Memórias, Diários...) e outras que, de forma mais abreviada ou mesmo mais dissimulada, aparecem em outros gêneros” (MACHADO, 2016, p. 126). Esses efeitos carregam marcas pessoais que dizem muito sobre os sujeitos quando, por exemplo, expressam, suas opiniões em declarações, entrevistas, debates etc.

É possível perceber que os sujeitos languageiros identificaram-se com a fala de Mariz Maia e, ainda, sentiram-se “justificados” com os fundamentos da sua eloquência. Há uma identificação imediata com um sujeito que “pistolou real” contra o preconceito

---

29 Sabemos que a notícia sobre a qual comentamos foi veiculada em um portal de notícias situado em João Pessoa, o que evidencia o orgulho dos internautas em demarcar essa regionalidade do jurista em seus comentários. No entanto, a imagem de Luciano Mariz Maia ficou gravada dessa forma, como um jurista diferente, mais humano e engajado em pautas referentes a grupos minoritários. Essa noção ficou clara em várias repercussões midiáticas, no Facebook, no Instagram etc.

oriundo de certas malhas heteronormativas. Há, também, uma identificação que provém da fala de um jurista que exigiu uma ação do Poder Público, diante da violência de gênero. Nos relatos dos internautas, fica evidente a humanização da figura do Vice-Procurador-Geral da República e a confusão semântica com a representatividade do juiz: “Que homem em forma de juiz! (*sic*)”. Esse homem, visto, no espaço dóxico, como “professor-procurador-juiz” parece ilustrar a figura do “justiceiro” que se deprende das declarações destacadas.

É também possível reconhecer traços identitários desses sujeitos que expressaram suas opiniões sobre a fala do jurista. Quando se diz, por exemplo, que Mariz Maia “pistolou real (*sic*) ao final contra a bancada pró-família”, é possível perceber que o sujeito falante apresenta um traço significativo de si, ou de sua história de vida que, claramente, não se alinha à intitulada “bancada pró-família”. Essa declaração revela traços de pertencimento a núcleos sociais que buscam assegurar o reforço de identidades coletivas, fora dos domínios de opressão marcados pelas relações legitimadas pelo sistema tradicional de parentesco.

Importante comentar que, para Habermas (2016, p. 381), existem certas “imagens míticas de mundo” que possuem um prévio significado constituinte que, em certa medida, atuam nos processos de legitimação das normas sociais. Assim, a noção de “sistema de parentesco tem de certo modo força legitimadora; quais são as pretensões que alguém pode erguer é algo decidido pelo *status* familiar a qual pertence” (HABERMAS, 2016, p. 381).

O Estado, então, não cria ou gera a identidade social coletiva. No entanto, na medida em que o Estado assume o seu papel garantista, de modo a “evitar a desintegração social, por meio de decisões vinculantes, ele liga ao exercício do poder estatal a pretensão de conservar a sociedade em sua identidade, determinada de maneira normativa” (HABERMAS, 2016, p. 382). Esta é uma forma de avaliar a legitimidade do poder estatal.

A percepção identitária e subjetiva dos sujeitos a respeito dos processos de legitimação torna-se mais evidente quando analisamos atos discursivos e seus efeitos. Ao tomar a palavra para falar do outro (no caso, sobre o Vice-PGR ou, ainda, sobre a “bancada pró-família”), os internautas revelam traços de si, explicitando fatos e sentimentos compartilhados dentro de uma lógica de sentidos. Nessa lógica, algumas respostas são enviadas para os núcleos conservadores que não aceitam o dissenso ou a diferença como pertencimento social. Dessa noção, podemos extrair o enun-

ciado: “Eis um verdadeiro exemplo para todos homens heteros (*sic*) de plantão” (maisPB, 2019). O exemplo aqui é reforçado pela figura de um sujeito, pertencente às instâncias legitimadoras do Poder Público, que assume a diversidade como regra a ser respeitada pela sociedade.

Os efeitos parecem indicar, também, a propagação de processos intersubjetivos reveladores de visões de mundo que se materializam em movimentos como #criminalizaSTF. Ao compartilhar sentidos, esse modo de narrar-se parece criar não apenas efeitos de narrativas de vida, mas sim redes de solidariedade oriundas das próprias militâncias políticas. O narrar-se, nesse sentido, revela um esforço coletivo para que efetivamente o clamor popular seja atendido, no que se refere à criminalização da homotransfobia.

Machado (2016) esclarece que “esse modo de narrar-se representa um esforço mental”, realizado por um sujeito linguageiro, “para contar algo que ele sente que realmente aconteceu, um esforço para ‘encaixar’ bem as categorias que vão permitir que essa *história de si* seja legível ou plausível” (MACHADO, 2016, p. 126). Desse modo, a história relatada pelos internautas não apenas indica apreço à fala do jurista, mas, sobretudo, potencializa o seu discurso, pois recebe a adesão da opinião pública sobre aquilo que se defende.

Essa identificação de diferentes vozes com a fala do jurista e o modo como ele articula sua sustentação oral, para o combate da violência decorrente da homotransfobia, nos conduziram à tentativa de compreender melhor quem é o sujeito linguageiro Luciano Mariz Maia.

Nessa travessia, em busca da compreensão da figura representativa do Vice-PGR e do seu papel social como membro do MP, nos deparamos com suas próprias narrativas de vida (MACHADO, 2016). Descobrimos que Mariz Maia, além de Vice-PGR, é um jurista brasileiro, acadêmico e professor do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba. Dados que nos parecem relevantes para compreendermos a sua voz discursiva como defensor das pautas de grupos minoritários, dentro de uma ótica acadêmica e jurídica.

Acreditamos que esses elementos, pertencentes à história de vida do Vice-PGR Mariz Maia, são importantes para a compreensão da adesão de diferentes sujeitos linguageiros ao seu discurso. Desse modo, Luciano Mariz Maia fala como acadêmico, membro do MP, mas também como cidadão pertencente a uma “geração que

ainda escuta Bob Dylan”, conforme afirmou em sua sustentação oral. Esse efeito de narrativa de vida, extraído da fala do jurista, marca não apenas a geração a que pertence, mas sim o seu ponto de vista, aspecto significativo para a compreensão dos processos de identificação entre interlocutores e enunciadores, convocados pelo jurista Mariz Maia.

Durante a sustentação oral, Maia deixa claro o seu ponto de vista ao declarar como graves as consequências da homotransfobia no Brasil. Essa percepção da figura do Vice-PGR, como sujeito engajado em atos de cidadania, é reforçada pela sua própria retórica, cuja argumentação é fundamentada em elementos da experiência cotidiana ou do universo real dos seres que integram a diversidade da sociedade brasileira. Quando fala das mortes no Brasil, o jurista traz um retrato da diversidade que é revelador das mazelas oriundas do preconceito:

Essas pessoas foram mortas, porque são pessoas. Pelo o que elas são. Não porque tenham feito algo, mas porque são... porque são negras e pobres de periferia, porque são prostitutas, porque são homossexuais, porque são lésbicas. Há, portanto, a vitimização porque são pessoas. 420 mortes de pessoas que se afirmam gays e lésbicas é um número pequeno? (MAIA, 13 fev. 2019).

Nesse fragmento, o enunciador deixa claro que essas mortes acontecem, na realidade brasileira, não pelas condutas das vítimas, mas sim pelo fato de elas serem pessoas, componentes de uma diversidade que padece preconceito. Dessa e de outras afirmações, extraímos a força enunciativa dos argumentos do jurista que provocaram redes de identificação. Esse impacto de identificação gerou, por sua vez, outras vozes discursivas, em âmbito coletivo, que foram essenciais para a construção da opinião pública, conforme afirmamos, que sustentou o movimento #criminalizaSTF, #ÉCrimeSim e outros.

Ao questionar se as “420 mortes é um número pequeno” e ao propor uma nova indagação sobre “quantas outras serão necessárias” para o entendimento de que já houve gente demais vítima de tais mortes, o sujeito comunicante Mariz Maia provoca a inevitável reflexão sobre a visão perversa de mundo. Uma reflexão que vem da voz de um enunciador incorporado pela instância legitimada pelo Ministério Público.

Essa forma de argumentar parece entrar em consonância com aquilo que Ducrot (1987) intitula de “argumentação por autoridade”, situação em que o elemento semântico veiculado pelo enunciado é constituído por um valor argumentativo. Desse modo, é “a própria proposição que se reforça quando se obriga o interlocutor a tirar dela determinadas conclusões” (DUCROT, 1987, p. 140).

Importante comentar que, na maioria das vezes, o sujeito linguageiro que propõe esse tipo de indagação, na condição de comunicante ou enunciador, já sabe a resposta ao questionamento feito. Portanto, a função precípua desse ato interlocutivo é estimular os interlocutores à reflexão ou compreensão do tema que se discute.

Trata-se de uma reflexão que, muitas vezes, implica em um “poder jurídico” que traz os efeitos de “obrigar a agir” e “obrigar a falar (no caso da pergunta)”, conforme Ducrot (1987, p. 172). Desse modo, o tom enfático do locutor nos convida, como interlocutores e sujeitos interpretantes, a concordar com a tese de que existem núcleos de poder, em sua maioria heteronormativos<sup>30</sup>, que rejeitam o pensamento crítico ou que repudiam o direito ao dissenso.

É essa forma de argumentatividade que nos permite alinhar o discurso jurídico a elementos da historicidade e à ética discursiva dos direitos humanos, em defesa das minorias que compõem os denominados grupos vulneráveis. É essa mediação discursiva que parece encarnar a pluralidade das diversas vozes que, no plano externo do discurso, compõem as militâncias LGBT+ nas lutas contra os cultores da intolerância e seus pensamentos sombrios.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesse estudo, buscamos compreender a força jurídico-política do discurso de Luciano Mariz Maia como acontecimento enunciativo importante para os estudos referentes à história das militâncias LGBTIQ+. Identificamos que a força ilocucionária da sustentação oral do jurista é um aspecto relevante para pesquisas em direitos

---

*30 Nesse sentido, é importante esclarecer que existem argumentos contrários à criminalização da homotransfobia vindos de diferentes segmentos: aqueles que partem de setores progressistas da sociedade que apoiam ou mesmo lutam pelos direitos LGBT+, mas não acreditam que a criminalização e o direito penal sejam uma resposta adequada aos problemas sociais; e aqueles que partem de setores conservadores da sociedade que enxergam a questão como uma pauta moral, ligada aos costumes.*

humanos e discurso, pois produz um compartilhamento de sentidos a respeito de temas como identidade, liberdade, igualdade, dignidade, respeito e combate à violência de gênero.

As vozes enunciativas convocadas por Mariz Maia performatizam os vários sujeitos de direito que, no discurso, se travestem de sujeitos linguageiros em defesa de suas identidades sociais e discursivas, contra as opressões oriundas das malhas heteronormativas. Dessa forma, Mariz Maia também incorpora a voz de um jurista-cidadão que explicitamente é contrário ao discurso do ódio e à intolerância social.

A pergunta “420 mortes são poucas?”, proposta pelo Vice-PGR, é fundamental para que possamos compreender a discussão sobre a crise de legitimação que assola o Estado brasileiro, especialmente, em tempos de declarada violência. A força interlocutiva dessa pergunta, alinhada ao discurso de autoridade do Ministério Público, nos conduz à percepção de que o conceito de legitimidade, na perspectiva habermasiana (1973), deve ser compreendido dentro de uma ética discursivizada que revele o merecimento do reconhecimento de uma ordem política sociointegrativa. Talvez seja nessa percepção política que se encaixa a luta contra a violência de gênero que provoca o Estado a sair da omissão legislativa, ainda que seja pelas vias do Judiciário, como ocorreu.

O sujeito enunciativo, desse modo, interpela os interlocutores para uma reflexão sobre o respeito entre as pessoas, ainda que haja visões de mundo antagônicas. O tom enfático da indagação proposta pelo comunicante resgata, então, as memórias narradas ou silenciadas dos sujeitos vítimas dos sistemas de opressão que se imiscuem na representação discursiva. Esse resgate impulsiona uma obrigação de agir e falar (DUCROT, 1987), diante da vitimização das pessoas.

Essas pessoas, aqui entendidas como sujeitos de direito e deveres, trazem suas narrativas de vida ou seus efeitos (MACHADO, 2016), interpostos na repercussão discursiva do movimento #CriminalizaSTF. Essa repercussão, de certa forma, obriga a tomada de consciência histórica daquilo que representa o sistema de opressão, promovendo um deslocamento de si para o lugar do outro, como tentativa de reconciliação. Trata-se de uma lógica dialética que se pauta no “conhecer-se a si mesmo no outro”, conforme afirmou Habermas (1968).

Desse modo, a ética discursivizada que se extrai da voz do jurista Luciano Mariz Maia é, sem dúvida, um importante mecanismo argumentativo que transcende as are-

nas jurídicas, pois alcança também os imaginários sociodiscursivos, os elementos dóxicos e as nossas visões de mundo, em diferentes perspectivas sociais. A pergunta de Mariz Maia, então, nos conduz à reflexão da nossa existência humana e dos vínculos que alicerçam o agir coletivo em defesa da vida.

---

## REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. *L'argumentation dans le discours*. 3e ed. Paris: Armand Colin, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, 5 de janeiro de 1989; 168º da Independência e 101º da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm)>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pela emenda constitucional nº 101, de 03 de julho de 2019. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 11 ago. 2019.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26*. Repte.: Partido Popular Socialista. Intdo.(a/s): Congresso Nacional; Presidente do Senado Federal. Relator: Ministro Celso de Mello. Distrito Federal. Jurisprudência. Julgamento: 13 de junho de 2019. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>>. Acesso em: 11 ago. 2019.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus nº 82.424/RS*. Caso Ellwanger. Paciente: Siegfried Ellwanger. Impetrantes: Werner Cantalício, João Becker e outra. Coator: Superior Tribunal de Justiça. Relator originário: Ministro Moreira Alves. Julgamento: 17 de setembro de 2003. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79052>>. / Acesso em: 11 ago. 2019.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Mandado de Injunção (MI) 4733 DF*. Impte.: Associação Brasileira de Gays, lésbicas e Transgêneros - ABGLT. Impdo.: Congresso Nacional. Relator: Ministro Edson Fachin. Distrito Federal. Jurisprudência. Julgamento: 13 de junho de 2019. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4239576>>. Acesso em: 11 ago. 2019.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. 2. ed. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et discours* : éléments de sémiolinguistique. Paris: Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo et al. (orgs.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso FALE/UFMG, 2001. p. 23-38.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FIGUEIREDO, Adriana do Carmo. “420 mortes são poucas?”: a força enunciativa das vozes de resistência. In: *Caderno de Resumos – VIII EPHIS – VIII Encontro de Pesquisa em História da UFMG – História em Tempos Sombrios: estudar, pesquisar, ensinar*. Encontro de Pesquisa em História, 13 a 17 de maio de 2019 [e-book]. / Organizadores: Álvaro Augusto Lourenço et al. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. p. 345. Disponível em <[https://drive.google.com/file/d/1L77GBJjLSqoifARGCa-Wxky7VR\\_yU-l4E/view](https://drive.google.com/file/d/1L77GBJjLSqoifARGCa-Wxky7VR_yU-l4E/view)>. / Acesso em: 14 ago. 2019.

HABERMAS, Jürgen. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. Trad. Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

HABERMAS, Jürgen. *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*. Colección Teorema. Trad. José Luis Etcheverry. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999.

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência como “ideologia”*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1968.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito* (Parte 1). Coleção Pensamento Humano. Trad. Paulo Meneses, com a colaboração de Karl-Heinz Effen. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes LTDA, 1992.

MACHADO, Ida Lucia. *Reflexões sobre uma corrente da análise do discurso e sua aplicação em narrativas de vida*. 1. ed. Coimbra: Grácio Editor, 2016.

MAIA, Luciano Mariz. Sustentação oral proferida no Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26 e no Mandado de Injunção nº 4733, 13 de fevereiro de 2019. Vídeo do youtube (14min.54) Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=PKRUP05eSj8>>. Acesso em: 10 ago. 2019.

PÊCHEUX, Michel. A análise do discurso: três épocas. In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Mariani et al. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 311-319).

PORTAL do Supremo Tribunal Federal (STF). Apresenta informações sobre jurisprudência, legislação, biblioteca, agenda e assuntos específicos do STF. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=403689>>. / Acesso em: 11 ago. 2019.

PORTAL Justificando. Mentas inquietas pensam Direito. Notícias publicadas em 15 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2019/02/15/e-possivel-ser-contrario-a-criminalizacao-da-homofobia-e-a-favor-dos-direitos-lgbti>>. / Acesso em: 11 ago. 2019.

PORTAL maisPB. Portal de notícias e comunicação LTDA. Notícia: “fala de paraibano no STF repercute na internet”. Publicada em 13/02/2019. Disponível em: <<https://www.maispb.com.br/336561/paraibano-quebra-internet-durante-julgamento-do-stf-sobre-homofobia.html>>. / Acesso em: 10 ago. 2019.

PORTAL MPF. Contém dados biográficos sobre o Vice-Procurador-Geral da República. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/sobre/galeria-dos-pfdc/luciano-mariz-maia-1>>. / Acesso em: 10 ago. 2019.

SILVA, José Afonso. *Comentário contextual à Constituição*. 9ª. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.





# CAPÍTULO 5

## **JULGAMENTO DE NUREMBERG: AS RAZÕES PATÊMICAS DA CONSTRUÇÃO DISCURSIVA**

**Fábio Ávila Arcanjo (POSLIN/UFMG/CNPQ)**

---

**RESUMO:** Nosso artigo adota como *corpus* a produção *O julgamento de Nuremberg* (1961), dirigida pelo cineasta americano Stanley Kramer. O filme tem o seu desenvolvimento ao redor de um fictício processo jurídico, no qual quatro magistrados, que exerceram suas funções durante o regime nazista, são colocados no banco dos réus. Para a condução das análises, dois eixos teóricos foram levados em consideração: a inscrição dos *efeitos de real* e o emprego das emoções, mais especificamente, da *indignação* e da *compaixão*. Trata-se de um trabalho marcado pela interdisciplinaridade, uma vez que aspectos históricos e cinematográficos precisaram ser contemplados na busca por um maior embasamento teórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cinema. Julgamento. Efeitos de real. Emoções.

---

### **1 INTRODUÇÃO**

Quando se volta o olhar, levando em consideração a literatura historiográfica, testemunhal e filosófica, para as implicações consequenciais ao regime *nacional-socialista*, uma das percepções é de que o século XX “abrigou” um sistema político notadamente paradoxal. Temos dois lados de uma mesma moeda, ou, já que estamos falando de nazismo, de uma mesma *Reichsmark*: de um lado, temos a instabilidade causada por um poderio pautado por forçosas anexações territoriais, além do clima de terror a que eram submetidos os adversários, com destaque especial para o extermínio de mais de seis milhões de judeus; do outro lado, temos a organização burocrática da máquina de morte, caracterizada pela minuciosa atenção aos pequenos detalhes. Em suma: no chamado *Terceiro Reich*, a organização (interna) e a instabilidade (externa) conviviam de forma relativamente harmônica.

Essa organização criteriosa possui vínculos indissociáveis com o ordenamento jurídico, o que nos leva a entender que o papel de juízes e advogados era fulcral para o funcionamento do sistema totalitário. Em 15 de setembro de 1935, as Leis de Nuremberg foram instauradas dois anos após a ascensão de Adolf Hitler ao poder. As bases totalitárias do regime estão contidas nessas leis, principalmente a segregação enfrentada pelo povo judeu. Esse é um ponto importante a ser levado em consideração em *O julgamento de Nuremberg*, filme produzido em 1961, que será o material de análise a ser contemplado no presente artigo. Contudo, antes de introduzir nosso *corpus*, julgamos ser válido apresentar as ideias precedentes às leis de Nuremberg, desenvolvidas pelo importante jurista Carl Schmitt, que, influenciado pela desorganização política da República de Weimar (1918-1933), julgou ser necessária a presença de um líder centralizador, que estaria à frente de um Estado forte e soberano.

A preferência pela exceção, pelo extremo é um traço característico do pensamento de Schmitt. Na teoria jurídica de Schmitt, o estado de exceção constitui uma instituição jurídica não submetida aos limites normativos constitucionais que acaba por constituir o núcleo de sua teoria política que aceita a guerra (ou a potencialidade desta) como o aspecto constituinte da unidade política, modernamente encarnada no Estado (MARTINS, 2017, p. 34).

Carl Schmitt, para formular suas ideias jurídicas, estava imerso, evocando o filósofo espanhol José Ortega y Gasset, no chamado *espírito do tempo* – “opinião pública intramundana e mutável” (GASSET, 2016, p. 209). E nesse sentido, novamente Gasset (2016), ele encontrou diante de si *circunstâncias* que implicaram, decisivamente, na tomada de *decisão* – acreditar na necessidade de um poder centralizador. O grande problema, além da questão moral e ética de legitimar um sistema de governo absoluto, é definir quem seria essa liderança, que fatalmente flertaria com o culto à personalidade, e como ela seria alçada ao poder. Nosso lugar de fala nos constrange a seguir discutindo questões historiográficas e, principalmente, jurídicas. Nosso objetivo, ao trazer tais apontamentos, é destacar a importância do discurso jurídico e como ele apresenta um ponto de ancoragem decisivo em nosso objeto de análise. É chegado o momento de apresentá-lo.

*O Julgamento de Nuremberg*, dirigido pelo importante cineasta americano Stanley Kramer, gira em torno do julgamento de quatro juízes alemães – Emil Hahn, Friedri-

ch Hoffstetter, Werner Lammpe e Ernst Janning, que exerceram seus cargos durante o regime *nacional-socialista*. A história, fictícia, vale lembrar, se passa no ano de 1948, momento em que grande parte dos principais líderes nazistas, ou já haviam se matado, ou já teriam sido julgados pelos países que ocupavam o território germânico. O filme é estruturado em dois tópicos: o embate entre os advogados de defesa e de acusação, interpretados, respectivamente, por Maximilian Schell e Richard Widmark; e o empenho individual do juiz americano Dan Haywood, interpretado por Spencer Tracy, na tentativa de deliberar e compreender todos os meandros de um processo polêmico e turbulento.

O *Julgamento de Nuremberg* nos permite estabelecer algumas discussões fulcrais para os estudos argumentativos: a primeira questão, concernente à esfera do *logos*, abrange a estruturação fílmica, no sentido de analisar a inscrição dos *efeitos de real*<sup>31</sup>, em uma produção caracterizada pela ficcionalidade<sup>32</sup>. Esse real seria, a nosso ver, tácito, no sentido de que o discurso fílmico se posiciona em um universo verossímil. Contudo, é válido apontar a inscrição explícita desse real, através das imagens de arquivo. Abordaremos essa questão com mais profundidade ao longo do texto. O segundo ponto se volta para o estudo das emoções. Para tanto, analisaremos as trocas interativas, operadas pelos dois advogados, bem como o efeito patêmico das citadas imagens de arquivo e as interações construídas pelo juiz Haywood. Privilegiaremos duas emoções em nossa análise: a *indignação* e a *compaixão*.

## 2 MUNDO POSSÍVEL

O *juulgamento de Nuremberg* pode ser categorizado como um *drama histórico*. Tal adjetivação é importante, pois confere à produção uma necessidade de lidar com um fato real e concreto. Interessante notar que, mesmo apresentando personagens fictícias, em um julgamento igualmente fictício, podemos entender, através do olhar oferecido pela enunciação fílmica, que estamos diante de um horizonte possível, ou seja, a ficção exercendo a função de ilustrar o “real”. Sabemos da existência

---

31 Tais efeitos, de acordo com Machado (2007) se inscrevem em uma esfera de predomínio da ficção, conferindo maior dramatização na tentativa, por parte do sujeito comunicante (ser detentor de uma história) de incrementar o processo de captação junto ao sujeito destinatário idealizado, que poderá, ou não, coincidir com o sujeito interpretante real.

32 A linguista Ida Lúcia Machado assevera que “a conjunção de ‘ficção’ mais ‘realidade’ pode dar lugar a uma sedutora teatralização da narrativa” (MACHADO, 2007, p. 119).

desses julgamentos e sabemos quão polêmicos e controversos eles foram. Muitas obras historiográficas e filosóficas foram escritas e elas primaram em discutir as implicações desses processos legais. Portanto, a pergunta a ser feita: qual a contribuição da ficção?

A nosso ver, a ficção teria como principal característica a possibilidade de lidar com as emoções, de forma distinta em relação ao que é feito em textos teóricos. Acreditamos que a produção fílmica – *efeito de ficção* – se inscreve na realidade, se municia dos *efeitos de real*, e alimenta o imaginário daqueles possíveis espectadores. A ficção, portanto, operaria uma diminuição das distâncias<sup>33</sup> entre o fato concreto e o horizonte interpretativo desse fato. É válido evocar as palavras de Patrick Charaudeau, pois ele afirma que “contar é também construir um universo de representação das ações humanas por intermédio de um duplo imaginário baseado em dois tipos de crenças que dizem respeito ao mundo, ao ser humano e à verdade” (CHARAUDEAU, 2012, p. 154).

Para o linguista francês, os tipos de crenças seriam aquelas focadas na *unidade do ser* (alegóricas e religiosas, por exemplo) e aquelas voltadas para uma *realidade plural do mundo e do ser*. O estudo de caso contemplado em nosso artigo está situado nesse segundo espectro, podendo se enquadrar na condição de narrativa “de testemunho histórico que, pelo acúmulo dos documentos, de arquivos, das investigações, reconstroem o mais objetivamente possível uma parte da realidade passada” (CHARAUDEAU, 2012, p. 156).

A partir dos dizeres de Charaudeau, a definição de documentário presente em Arcanjo (2016), justificada em Nichols (2014) – “recorte subjetivo da realidade” – pode também ser aplicada nas obras de ficção, principalmente nos chamados docudramas<sup>34</sup>. A pesquisadora Emília Mendes amparada na *teoria semiolinguística*, carac-

---

<sup>33</sup> Estamos alinhados com a tratativa que o filósofo Michel Meyer concede à retórica. Para o pesquisador belga, a retórica seria fruto de uma “negociação das distâncias entre os indivíduos sobre uma questão dada” (MEYER, 2007, p. 25). A questão dada, em nosso caso, é o extermínio dos judeus na Europa e os posteriores julgamentos. Os indivíduos seriam aqueles responsáveis pela enunciação fílmica e os possíveis sujeitos-espectadores. Portanto, acreditamos que a ficção, em especial o drama histórico, carrega consigo uma retoricidade estrutural.

<sup>34</sup> Segundo Fernão Pessoa Ramos, “a ficção baseada em fatos históricos, ou docudrama, possui todas as características narrativas de uma ficção, conforme a narrativa ficcional se configurou na história do cinema. Para representar fatos históricos, o docudrama usa estruturas narrativas marcadas pelo classicismo hollywoodiano. Não é um documentário, pois não enuncia como

teriza os *efeitos de real* por meio de quatro figuras, a nosso ver, relevantes para a discussão que pretendemos desenvolver. A primeira delas é a *figura do tangível*, “que permitiria verificar o real através dos sentidos (...); estabeleceria um contato direto com o mundo que engendra o mito do testemunho do espectador” (MENDES, 2008, p. 206).

O prólogo de *O Julgamento de Nuremberg* apresenta a ficha técnica da produção, deixando como pano de fundo uma imagem do palácio da justiça de Nuremberg. No ponto mais alto do palácio em questão, há uma espécie de monumento com uma grande suástica. A cena traz consigo uma carga simbólica, no sentido de que, ao término das informações dos profissionais responsáveis pela produção, a câmera vai se aproximando lentamente e, em poucos segundos, o monumento explode. Em seguida, há uma transição em que a câmera, mediante um movimento de *travelling*<sup>35</sup>, nos mostra a cidade de Nuremberg em ruínas. O ano é 1948, apenas três anos após a derrota militar do regime *nacional-socialista*. Na cena em questão, significativa por estar localizada no introito do discurso fílmico, há um jogo em que visadas objetivas e subjetivas se imiscuem. Mostrar a cidade destruída é subjetivo, pois está inscrito em um roteiro, ou seja, não são imagens fortuitas. Todavia, há um efeito de objetividade, no sentido de que as imagens parecem ter sido extraídas de algum documentário expositivo<sup>36</sup>.

Por outro lado, a suástica explodindo tem um efeito de subjetividade, ou seja, tem um valor metafórico. Esse jogo entre as visadas poderia ser simplificado com a ideia de causa-consequência, isto é, os ideais que permeiam a suástica teriam causado a destruição da Alemanha. A explosão desse monumento simbolizaria a derrota militar do país. A discursividade se inscreve mediante a existência de elementos dóxicos circulantes nesse interdiscurso. A suástica, o palácio de justiça da Alemanha e as ruas de Nuremberg estão presentes no imaginário dos espectadores, e citando Plantin (2010), evocam um notório *gatilho emocional*.

---

enunciam os documentários” (RAMOS, 2013, p. 51).

35 *Deslocamento lateral construído por um movimento de câmera.*

36 *“Agrupa fragmentos do mundo histórico numa estrutura mais retórica do que estética ou poética. (...) dirige-se ao espectador diretamente”* (NICHOLS, 2014, p. 142).

Seguindo nossa discussão a respeito das categorias pertencentes aos *efeitos de real*, podemos apontar as figuras da *experiência*<sup>37</sup>, do *dizer*<sup>38</sup> e do *saber*<sup>39</sup>. No tocante à *experiência*, a cena que mais simbolizaria essa inscrição é a das imagens de arquivo utilizadas para incriminar os quatro magistrados acusados. O advogado de acusação constrói para si um *ethos* de autoridade, ao sair da sua posição de inquisidor e assumir o papel de testemunha. Como isso se dá? Tal personagem afirma ter participado das equipes de libertação dos campos de concentração, narrando para o júri e para os sujeitos-espectadores, a partir das imagens mencionadas, os horrores presenciados nos campos. Aqui, há a proeminência da esfera da *experiência*, embora o *dizer* e o *saber* também se façam presentes. Por se tratar de uma cena, notadamente, patêmica, iremos analisá-la com mais atenção, quando formos problematizar a respeito da emoção da *compaixão*.

O que podemos adiantar é que a fronteira entre os gêneros ficção e documentário, diante dessas imagens, se atenua drasticamente. O causador desse esfacelamento seria a “invasão” do discurso fílmico documental na estrutura discursiva de *O Julgamento de Nuremberg*. Expliquemos melhor: Tais imagens de arquivo são originárias dos documentários *Noite e neblina* (1955), de Alain Resnais e *Fatos dos campos de concentração*<sup>40</sup> (2015), de Alfred Hitchcock, em um quadro notório, definido por Jacqueline Authier-Revuz (2004) de *heterogeneidade mostrada*.

Existem outros elementos interessantes a serem analisados, em relação ao tema contemplado no presente tópico. Poderíamos citar, por exemplo, a memória dos

---

37 “(...) permitiria verificar o real a partir de uma vivência própria ou da de alguém; o partilhar do vivido” (MENDES, 2008, p. 207).

38 “(...) constrói lugares de evidência, alguns institucionalizados (...), outros registrados na memória coletiva e configurados em provérbios, máximas, expressões idiomáticas, estereótipos, enfim, toda fala que tenha um valor de aforismo” (ibidem).

39 “Mais ou menos codificada pelas ciências, representa as técnicas, que permitiriam construir e verificar o verdadeiro pelo raciocínio; é mundo do inteligível estruturado pela racionalidade” (MENDES, 2008, p. 208).

40 Esse documentário é controverso, no que diz respeito ao ano de produção. Lançado em 2014, porém com imagens originárias dos anos de 1944 e 1945, o filme em questão é creditado a Alfred Hitchcock. As imagens foram apreendidas por diversas equipes britânicas, no momento em que diversos campos de concentração estavam sendo libertos. Sua exibição no circuito comercial ocorre setenta anos após a realização das filmagens.

lugares, que se dá no supramencionado prólogo e em uma cena na qual o juiz Dan Haywood caminha nas ruas de Nuremberg e se depara com o púlpito utilizado por Hitler para as solenidades do sexto congresso do partido nazista, que aconteceu em 1934. Aqui, também há a incursão do arquivo, porém, dessa vez, ele é unicamente sonoro. Enquanto o personagem olha para o púlpito, ouvimos a voz do ditador alemão. Para a cena em questão, novamente, nos deparamos com uma heterogeneidade, porém, nesse caso, ela é tácita, uma vez que há uma menção discreta ao documentário *O triunfo da vontade*, dirigido por Leni Riefenstahl em 1935. O filme em questão prima, justamente, por documentar o mencionado congresso, que contou com mais de 30 mil partidários do regime nazista.

Após problematizarmos a respeito dos *efeitos de real*, façamos agora uma análise acerca da presença das emoções na construção discursiva. Para tanto, nos municiaremos das interações entre os diversos personagens e das imagens de arquivo citadas anteriormente.

### 3 A INDIGNAÇÃO COMO COMBUSTÍVEL

Conforme expomos na introdução de nosso texto, um dos principais eixos de *O Julgamento de Nuremberg* se desenvolve na turbulenta troca interacional realizada pelos advogados. Como se pode imaginar, as duas personagens se situam em campos diametralmente opostos. O advogado de acusação traz consigo o sentimento de revanchismo histórico, a ponto de, em alguns momentos, imputar a culpa<sup>41</sup> em toda a sociedade alemã. O advogado de defesa, em contrapartida, durante todos os embates, objetiva justificar as ações mediante a ideia de que os alemães, personificados nos juízes acusados, estavam indefesos frente à violência do *Terceiro Reich*. Nesse sentido, uma emoção notória nos proferimentos é a *indignação*. Para Helcira Lima,

---

41 A noção de culpa coletiva, aplicada à sociedade alemã, foi amplamente problematizada junto a historiadores e filósofos. Acreditar em sua pertinência implica em duas consequências: a primeira é estigmatizar toda uma nação, o que traria como consequência o acionamento de ideias como dívida histórica. Por outro lado, a culpa coletiva pode dirimir a responsabilidade individual, dificultando o processo de julgamento, uma vez que, a nosso ver, existem escalas de responsabilidades que não poderiam ser colocadas em um mesmo patamar. Informações mais acuradas a respeito desse assunto podem ser encontradas, por exemplo, em Arendt (1999), Hilberg (2016), Jaspers (2018) e Voegelin (2007).

Uma emoção como a *indignação* não é impessoal, mas se assenta em valores e julgamentos morais. Assim como a raiva, ela coloca em cena um ofensor e um ofendido ou prejudicado. Portanto, a *indignação* dirige-se também a um outro presente – ou não – na interação. Todavia, diferentemente da raiva, a *indignação* envolve um julgamento moral e esse outro ao qual se dirige o indignado pode ser lido mais como opressor que como ofensor (LIMA, 2018, p. 102).

Como temos uma interação entre polos antagônicos, podemos notar que a *indignação* surge em perspectivas distintas, assim como os papéis de *ofensor* e *ofendido*. Para o advogado de acusação, o que estimularia a encenação da *indignação* é o valor da justiça, haja vista que, para ele, aqueles que estavam sendo julgados simbolizariam o sistema totalitário nazista. Em contrapartida, o advogado de defesa se mostra indignado, justamente, por acreditar que os juízes estavam sendo vítimas de uma grande injustiça, pois não podiam impedir a barbárie cometida pelo regime assassino de Hitler. O proferimento inicial do advogado de acusação evidencia ao espectador qual será o tom adotado na condução de sua fala ao longo do julgamento. Antes, porém, lembramos que, por se tratar de uma obra de ficção, haverá uma proeminência da *emoção encenada* em todas as falas presentes na produção, contudo, isso não quer dizer que os atores, de fato, não tenham sentido algum tipo de emoção durante as cenas.

Estes homens, junto com seus companheiros mortos ou foragidos são a encarnação do que era a justiça durante o Terceiro Reich. (...) Eles conheciam bem os tribunais. Eles sentaram com suas túnicas pretas e perverteram, distorceram, destruíram a justiça e a lei na Alemanha. (...) Isto, por si só, é indubitavelmente um grande crime. Mas a acusação não requer dos acusados que respondam por violar as garantias constitucionais ou por alterar o legítimo curso da lei. A acusação quer que os acusados respondam por assassinatos, brutalidades, tortura, atrocidades. Eles compartilham com todos os líderes do Terceiro reich a responsabilidade pelo mais maligno, o mais calculado dos mais devastadores crimes na história da humanidade. (1961).

O que se pode perceber no fragmento anterior são os verbos, conjugados na terceira pessoa do plural, evidenciando uma ação provocada por outrem. São verbos, confor-

me Plantin (2010), que selecionam uma emoção. Ao afirmar que os réus “ajudaram a perverter, distorcer e destruir o aparelho jurídico alemão”, o advogado de acusação justifica o tom indignado de seu proferimentos. Logo adiante, ele explicita os resultados práticos das condutas adotadas pelos juízes acusados: *assassinatos*, *brutalidades*, *tortura* e *atrocidades*. Todos esses itens lexicais se configuram em termos de emoção, utilizados como justificativas para uma performance carregada de indignação.

Lima (2018) observa que tal emoção envolve “a imputação de uma culpa, porém nela não há desejo de vingança, mas sim o desejo de proferir um *grito*” (LIMA, 2018, p. 102). No caso da personagem supracitada, esse grito seria direcionado contra um estado de coisas que poderia permitir que os réus, na condição de perpetradores<sup>42</sup> do regime nazista, saíssem ilesos do julgamento. No que diz respeito à ausência do desejo de vingança, estamos de acordo com a pesquisadora, pois, a nosso ver, o anseio do advogado de acusação é acertar as contas com o passado, isto é, fazer com que o valor da justiça encontre ressonância junto ao julgamento.

O que vemos no fragmento destacado é o estratagema *nós x eles*. Os juízes, nesse caso, seriam a antítese daquilo que seria aceitável em um magistrado. Há uma tentativa de radicalizar a oposição entre o advogado de acusação e os réus. De fato, o que ele busca é aumentar a distância entre os sujeitos, incluindo, aqui, os espectadores, que são levados por esse proferimento a entender que aqueles acusados simbolizam valores verdadeiramente nocivos. Como se poderia imaginar, a impactante fala da acusação não ficaria sem uma resposta, porém, não se detecta, aqui, a emoção da cólera. Vejamos alguns fragmentos do que foi dito pelo advogado de defesa:

Com a vênia do tribunal não é apenas uma grande honra, mas também um grande desafio para um advogado colaborar com as tarefas deste tribunal. Todo o mundo civilizado acompanhará atentamente o que faremos aqui. Porque este não é um julgamento comum no sentido que se dá a palavra. O propósito manifesto deste tribunal é mais amplo que aplicar um castigo justo a uns poucos homens. Está dedicado à consagração do templo da justiça. Aspira a encontrar um código de justiça, ante o qual o mundo todo seja responsável. Como se estabelecerá este código? (1961).

---

<sup>42</sup> Terminologia adotada pelo historiador americano Raul Hilberg (2016) para se referir aos oficiais e simpatizantes do regime nacional-socialista.

A seleção lexical e o ritmo de fala, no excerto anterior, apontam para uma necessidade de agir com prudência, uma vez que a situação da defesa se mostra em posição de desvantagem, frente à opinião pública, que abrange tanto o mundo de papel, fictício, acionado pela enunciação fílmica, quanto os sujeitos-espectadores. Pensemos, portanto, em uma dobra na questão da opinião pública, tanto no ponto de vista ficcional, quanto no ponto de vista daqueles que assistem a produção. A verossimilhança, portanto, se manifesta, na questão da dificuldade enfrentada pelo advogado em defender homens que faziam parte de um regime condenável e isso acaba sendo explicitado pela narrativa.

Sigamos em frente: a defesa lança mão de um *argumento de autoridade*, ao evocar o importante jurista americano Oliver Wendel Holmes, no seguinte proferimento: “Esta responsabilidade não poderá ser encontrada apenas em documentos que ninguém contesta ou nega. Se encontrará em considerações de natureza política ou social. Se encontrará, acima de tudo no caráter dos homens” (1961). O advogado utiliza tal afirmação para apresentar a biografia do juiz Ernst Janning, interpretado por Burt Lancaster (personagem fundamental no desenrolar da história), um dos quatro réus, que, segundo a defesa, tem uma carreira ilibada. Ora, há um problema nesse proferimento, pois o advogado evoca o caráter do seu cliente, para, momentos depois, utilizar como principal argumento uma espécie de positivismo jurídico, isto é, “um juiz não faz as leis. Ele faz cumprir as leis de seu país”. Nesse caso, o caráter desse juiz não parece ter tanta relevância, uma vez que, por mais nefasta que seja a lei – proibição de casamento entre “arianos” e judeus, esterilização e execução sumária dos infratores (para ficar apenas nas questões abordadas pelo filme), o magistrado não a problematiza, ratificando esse estado de coisas. Os argumentos *estava cumprindo o meu dever e eu não sabia* são recorrentemente encontrados em diversos proferimentos dos alemães que vivenciaram aqueles tempos.

A intervenção do advogado de defesa se conclui com uma espécie de clamor: “Não é só Ernst Janning que está sendo julgado aqui, mas todo o povo alemão”. O que se percebe é a construção de, nas palavras de Plantin (2010), um *enunciado de emoção* com viés marcadamente persuasivo. Ademais, o tom de sua fala evoca a emoção da *calma*, antitética à indignação. Segundo Meyer,

a calma é uma verdadeira paixão porque reflete, interioriza, uma certa imagem que o outro forma de nós, de sorte que, ao mesmo tempo, agi-

mos sobre ele, mantendo (ou encontrando) nossa calma a seu respeito (MEYER, 2000, p. 44).

Nesse sentido, a *calma* acionada pelo sujeito enunciatador, advogado de defesa, é uma resposta ao proferimento encolerizado que o antecedeu. Mas, como veremos a seguir, isso não se sustentará. A primeira testemunha – uma espécie de tutor de Ernst Janning – é interpelada pela defesa de forma incisiva. O ponto principal das questões levantadas gira em torno da convivência, uma vez que, ao contrário do réu, a referida testemunha renunciou ao cargo de juiz, logo no início do regime *nacional-socialista*. A emoção da *indignação* se inscreve na fala do advogado de defesa de forma notória.

A testemunha é interpelada a traçar o quadro da Alemanha pré-nazismo, com crises internas, instabilidade política, fome e desemprego etc. Aqui, ele faz menção às políticas nacional-socialistas, que estabilizaram economicamente aquele país, ao que a testemunha rebate: “Mas, a que preço”? Entretanto, a estratégia mais recorrente da defesa é partir para a confrontação, afirmando que, mesmo rejeitando as políticas nazistas, a testemunha teria feito um julgamento de lealdade ao *Terceiro Reich*, logo no momento da vitória de Hitler. Temos, diante disso, o primeiro embate, verdadeiramente bélico entre os dois advogados, uma vez que a acusação intervém de forma direta na estratégia de seu antagonista.

A enunciação fílmica, a nosso ver, diante do que foi ensaiado até o momento, constrói dois campos distintos. De um lado, vemos a construção de duas imagens da Alemanha. A primeira, indignada/ressentida, personificada pelo advogado de defesa. A segunda, prostrada/desalentada, simbolizada pelo réu Ernst Janning. O segundo campo é o da opinião pública, que vai da ferocidade apresentada pelo advogado de acusação à total incompreensão expressa pelo juiz responsável em julgar o caso.

Pela limitação do espaço, convém adiantar as nossas discussões a respeito da *indignação* expressa na produção fílmica em questão. Ela se manifesta, ainda, em dois momentos-chave: após a utilização das imagens de arquivo, cuja análise será feita no próximo tópico, e, em seguida, quando o advogado de defesa interpela a testemunha Irene Hoffman, interpretada por Judy Garland, uma *ariana* que supostamente teria se envolvido amorosamente com um judeu, em um caso julgado por Ernst Janning. Vale ressaltar que o julgamento culminou na sentença de morte para o suposto amante da testemunha. A parte final da interação entre o

advogado de defesa e a testemunha é explosiva e se configura em um ponto de virada no roteiro.

**Advogado de defesa:** A senhora admitiu que continuou a vê-lo. Admitiu que ele vinha ao seu apartamento. Admitiu que o beijou. Admitiu que sentou em seu colo. O que mais admite? O que mais?

**Testemunha:** Nada. Não houve nada do que o senhor está insinuando.

**Advogado de defesa:** O que mais? O que?

**Testemunha:** Pare!

**Advogado de defesa:** O que mais admite?

Na primeira intervenção destacada, podemos pontuar o caráter de progressão adotado pelo advogado, no que diz respeito à gravidade das ações cometidas pela testemunha. O que poderia ser mais grave, pensando nas leis de Nuremberg, do que sentar no colo de um judeu? O problema é que Hoffman nega ter tido qualquer envolvimento íntimo com o condenado, o que ocasiona uma interação verdadeiramente bélica – lembremo-nos da ideia de “grito contra a injustiça”, observada por Lima (2018) – entre as personagens. Julgamos que a cena descrita, somada à exibição das imagens de arquivo dos campos, são importantes detonadores de emoção da produção. O que vemos são enunciados psicológicos, nos quais conseguimos resgatar os efeitos de sentido almejados pela enunciação fílmica. Quais efeitos seriam esses?

O principal deles é o *efeito de real*, uma vez que o mundo construído pela narrativa se mostra crível e o fiador desse caráter credível é, justamente, a literatura especializada no assunto, produzida ao longo dos anos. Outro efeito notório são os chamados *patemas*, definidos por Plantin (2010), como *traços argumentativos emocionais*. As emoções expressas nesse discurso fílmico estão longe de serem fortuitas, isto é, elas possuem um caráter fortemente argumentativo.

#### 4 A INEVITÁVEL COMPAIXÃO

Iniciemos o presente tópico com as palavras de Aristóteles, pois sua definição e as implicações referentes à *compaixão* são norteadoras para a análise que buscamos empreender.

Admitamos ser a compaixão uma espécie de pena causada por um mal aparente capaz de nos aniquilar ou afligir, que fere o homem que não merece ser ferido por ele, quando presumimos que também nós podemos sofrer, ou alguns dos nossos, e principalmente quando nos ameaça de perto (ARISTÓTELES, 1969, p. 141).

A questão do *não merecimento* é insuficiente para analisar os males sofridos pelas vítimas do holocausto. Alain Finkielkraut, por exemplo, define o espírito daqueles que se horrorizam com o *nacional-socialismo*, afirmando que “não há nada mais instantaneamente inovador, nada que desperta em nós compaixão mais ardente do que a fúria da força bruta contra a inocência ou a fraqueza absoluta” (FINKIELKRAUT, 1989, p. 60).

O que parece ser notório no filme analisado, mais do que a inscrição da emoção da *indignação* é, de fato, a *compaixão*. Alguns personagens são utilizados, justamente, para evocar o espírito de solidariedade junto ao público. Conseguimos apreender a fraqueza de alguém como Irene Hoffman. Percebemos, ainda, a inocência em um personagem como Rudolph Petersen, interpretado por Montgomery Cliff, que foi vítima de um processo de esterilização, sob a alegação de sofrer retardamento mental. Sua última fala, ao ser interpelado pelo advogado de defesa traz uma carga patêmica significativa. Ele diz: “sou uma sombra do que fui”.

O filme é carregado de identidades esfaceladas. Não há um personagem que não tenha sofrido algum tipo de trauma, em decorrência das consequências do regime nazista. De alguma forma, esse fator confere, conforme atestamos no primeiro tópico de nosso texto, um evidenciado *efeito de real*. A *compaixão*, aqui, exerce, justamente, a função de impactar o público. Na definição de Lima, a *indignação* visaria uma aproximação catártica, principalmente nos proferimentos do advogado da acusação. No advogado de defesa, se mostrar indignado, ao contrário, funcionaria como um distanciamento, que, a nosso ver, não parece ser fortuito, já que aquilo que ele defende, dificilmente, encontraria justificativa junto à opinião pública. A *compaixão*, por seu turno, seria uma emoção de aproximação. Aristóteles com seu texto fundador define as causas para essa emoção:

As causas que a provocam, deduzem-se claramente da definição dada; entre as coisas penosas e dolorosas, as que são suscetíveis de causar nossa destruição podem, todas elas, excitar a compaixão (...). Chamo causas do-

lorosas e destruidoras: os diversos gêneros de morte, os golpes e as feridas; os maus tratos corporais, a velhice, as doenças e a falta de alimentação (ARISTÓTELES, 1969, p. 142).

A *solução final*, estruturada por Heinrich Himmler – chefe da SS –, em parceria com Heydrich Reinhard, parece ter seguido a risca as causas apontadas pelo estagirita, com exceção, à questão da velhice. A próxima cena que iremos problematizar é, justamente, o ponto alto, no que tange ao uso das emoções. Estamos falando das imagens de arquivo, extraídas no momento de libertação dos campos de concentração. A encenação da *compaixão*, nesta cena, é manifestada mediante o gestual dos personagens que a ela são submetidos. Além disso, o escurecimento do cenário e o tom de voz do advogado de acusação se configuram em elementos que conferem um acentuado suporte patêmico para as imagens. Vejamos, a seguir, alguns fragmentos:

Havia um lema em Buchenwald: “Destrua o corpo. quebre o espírito, parta o coração.”. Os fornos crematórios de Buchenwald. Evidência dos esforços de última hora para livrar-se dos cadáveres. (...). Uma exposição de subprodutos de Buchenwald mostrada à população local por um oficial aliado. Escovas de todo tipo. Sapatos de adultos e crianças. Óculos. Ouro de implantes dentários enviado uma vez por mês ao Departamento Médico das Waffen-SS. Um quebra-luz feito de pele humana. Pele usada para pinturas muitas de caráter obsceno. As cabeças de dois trabalhadores poloneses encolhidas a um quinto de seu tamanho normal. Uma pelve humana usada como cinzeiro. Crianças tatuadas marcadas para um eventual extermínio. Algumas vezes mostravam alguma compaixão com as crianças. Injetavam morfina nelas para que não sentissem quando fossem enforcadas (1961).

Na cena em questão, os gêneros ficção e documentário se imiscuem. A voz de Richard Widmark, ator que interpreta o advogado da acusação, funciona como uma espécie de *voice over*, elemento muito comum em discursos fílmicos documentais. Para cada sentença proferida pelo Coronel Lawson, vemos a materialização do relato através das imagens de arquivo, ao mesmo tempo em que as reações dos personagens estabelecem um diálogo com o espectador, em um mecanismo claro de identificação. O horror das cenas se liberta do espaço narrativo.

A produção traz consigo uma particularidade interessante, ao individualizar a questão das vítimas do holocausto. A *culpa coletiva* acaba sendo uma noção insuficiente, não apenas pelo aspecto concernente à justiça ou injustiça, mas pela dificuldade de reflexão, naquilo que Eric Voegelin nomeia de *domínio do presente*. Para o filósofo alemão, “a ciência da ordem do homem na sociedade surge da reação contra a sua não existência no presente” (VOEGELIN, 2007, p. 99). Ele ainda complementa: “se queremos domar o passado no sentido de domar o presente, defrontamo-nos com a tarefa de limpar todo o lixo ideológico para podermos fazer de novo visível a *conditio humana*” (ibidem). Trocando em miúdos: a compreensão e a necessidade de se defender de futuros regimes similares ao de Hitler não passa pela denegação. O domínio do presente seria, portanto, a compreensão dos elementos dóxicos que regem a sociedade.

Falamos tudo isso para afirmar que existe um jogo muito curioso entre a particularização das vítimas (Irene Hoffman, Rudolph Petersen...) com a universalização. Portanto, ao contrário da *culpa coletiva*, temos as vítimas coletivas – os judeus, além de outras etnias atingidas –, que dialogam com as personagens nomeadas anteriormente. Com isso, busca-se ainda mais a adesão do público, ao mostrar a ele histórias de vida inscritas no universo do possível. É provável a existência de alguém como Irene Hoffman. O que choca ainda mais, e talvez isso justifique o momento em que as imagens de arquivo aparecem, é que, diferentemente da visada fictícia, aquelas pessoas são reais. Elas existiram em algum momento. Foram funcionais e, no entanto, estão reduzidas a restos.

Ao término das imagens, a *compaixão*, topicalizada no presente momento, cede lugar à *indignação*, tanto do advogado de defesa, quanto dos próprios juízes, com exceção de Ernst Janning. Um diálogo aterrador é estabelecido entre Werner Lammppe e outro preso, referenciado na produção como alguém que era um dos diretores de um determinado campo de concentração:

**Werner Lammppe:** Como se atrevem a nos mostrar esses filmes? Como se atrevem? Não somos carrascos. Somos juízes. Você não acha que foi assim, acha? Houve execuções, sim. Mas não desse modo. De maneira alguma. Pohl! Você dirigiu aqueles campos de concentração. Você e Eichmann. Eles dizem que matamos milhões de pessoas. Milhões de pessoas. Como foi possível? Diga-lhes. Como foi possível?

**Poul:** É possível.

**Werner Lammpe:** Como?

**Poul:** Tecnicamente falando? Tudo depende da estrutura. Digamos que você tem duas câmeras que acomodam duas mil pessoas. Pensem. É possível livrar-se de 10.000 em meia hora. Não precisa nem de guardas para fazer isso. Pode dizer-lhes que vão tomar uma ducha e em vez de água joga o gás. Matá-los não é o problema. Livrar-se dos cadáveres. Este é o problema (1961).

Qual seria a razão para inserir esse diálogo? O que nos parece é que há uma discursivização daquilo que Hannah Arendt nomeia de *banalização do mal*. De acordo com Arendt (2012), os campos de concentração – materialização soberana do domínio totalitário – tinham como um dos principais objetivos tornar os homens supérfluos e reduzi-los, literalmente, a meros números. A filósofa alemã define o interno do campo de concentração como alguém que “não tem preço algum, porque sempre pode ser substituído; ninguém sabe a quem ele pertence, porque nunca é visto” (ARENDR, 2012, p. 590).

Estamos na reta final de nossas discussões a respeito da inscrição da *compaixão* na narrativa fílmica. Contudo, antes de fecharmos o tópico, uma questão ainda se revela pertinente. Como se dá a construção das imagens dos alemães? Ensaíamos essa resposta ao apontarmos que os perfis de Ernst Janning e do advogado de defesa, de alguma forma, simbolizariam o estado de espírito de um país em frangalhos. Contudo, para trazer uma resposta mais satisfatória, focaremos essa análise final na tentativa de redenção feita por Ernst Janning e nas interações construídas pelo juiz Dan Haywood com a viúva de um oficial nazista, Mrs. Bertholt, interpretada por Marlene Dietrich, e com os funcionários da casa em que ela morava e que abriga, momentaneamente, o juiz americano. Hannah Arendt afirma: “Os habitantes de um país totalitário são arremessados e engolfados num processo da natureza ou da história para que se acelere seu movimento; como tal, só podem ser carrascos ou vítimas da sua lei inseparável” (ARENDR, 2012, p. 623).

Há uma cena em *O Julgamento de Nuremberg* que corrobora com o pensamento da filósofa germânica. Os funcionários da casa – alheios à condição de *perpetradores*, quando interpelados pelo juiz Haywood, se colocam na defensiva, construindo para si um *ethos* de indefesos e humildes. Tais imagens visam evocar a emoção da compaixão, junto ao público.

**Dan Haywood:** Como era viver sob o Nacional Socialismo?

**Sra. Halbestadt:** Como era?

**Dan Haywood:** Sim. Me refiro ao dia a dia. Sabem, conheço muita gente como vocês em meu país. Vocês são gente boa. Como era para vocês, viver sob o poder de Hitler?

**Sra. Halbestadt:** Não entendemos. O Sr. Halbestadt e eu não entendemos de política.

**Dan Haywood:** Não, mas vocês estariam cientes do que acontecia aqui. Muitas coisas estavam acontecendo. Havia desfiles Hitler e Goebbels vinham aqui todos os anos. Como eram essas visitas?

**Sra. Halbestadt:** Nunca atendemos esses encontros. Nunca.

**Dan Haywood:** Eu não estou tentando julgá-los. É só curiosidade. Gostaria de saber (...). Por exemplo, há um lugar chamado Dachau que não é muito longe daqui. Sabiam do que estava acontecendo ali? (1961)

A questão que se coloca no diálogo anterior, é que o juiz, mesmo fora de seu ambiente de trabalho, ainda é detentor de um imaginário de inquisição. O papel social acompanha essa personagem, mesmo ela assumindo o papel de um homem que tenta estabelecer um diálogo informal com seus funcionários. Ao mencionar Dachau<sup>43</sup>, Dan Haywood aciona uma forte memória compartilhada, proporcionando a inscrição das emoções *compaixão* e *indignação*:

Não sabíamos nada disso. Como pode perguntar se sabíamos algo daquilo? (...). Meritíssimo, somos gente simples. Perdemos um filho no exército e nossa filha em um bombardeio. Durante a guerra quase morremos de fome. Foi terrível para nós. (...). Hitler fez algumas coisas boas. (...) Eu não diria que não fez algumas coisas boas. (...) Mas as outras coisas, as coisas que dizem que fez com os judeus e os demais, não sabíamos de nada sobre isso. Poucos alemães sabiam. E se soubéssemos: que poderíamos fazer? (1961).

---

<sup>43</sup> Primeiro campo de concentração alemã, construído em 1933. No começo do regime nacional-socialista, o foco desse campo era aprisionar inimigos políticos.

Como estratégia de justificar o pertencimento a um estado de coisas, alheio à sua vontade, mas, ainda, entranhado na identidade de seu povo, os funcionários apelam às emoções, construindo uma narrativa de vida, que os eximiria de responsabilidade. Aqui, há a percepção daquele caráter indefeso, observado por Hannah Arendt. *Que poderíamos fazer?* – pergunta retórica finalizadora do proferimento – acaba atestando a apatia de grande parte da sociedade alemã.

Outra justificativa recorrente, observada anteriormente, é o *não sabíamos de nada sobre isso*. A personagem que simboliza tal justificativa de forma decisiva é a supracitada Mrs. Bertholt. A viúva de um oficial alemão, executado em um dos julgamentos posteriores ao fim do nazismo, constrói com o juiz Dan Haywood uma interação carregada de emotividade. Porém, aqui, diferentemente do binarismo percebido anteriormente, temos um caráter enigmático. Não fica claro para o público se, de fato, o marido de Mrs. Bertholt era a mesma pessoa construída discursivamente pela enunciação fílmica. Em um momento-chave, ela diz ao juiz que seu marido e ela odiavam Hitler e afirma, ainda, que, embora esteja sendo julgado naquele momento, o juiz Ernst Janning também nutria ódio pelo *fuhrer*. O discurso fílmico não nos possibilita condições para confirmar as palavras de Mrs. Bertholt. Há uma tentativa de construir uma imagem meio misteriosa para os alemães. Uma fala interessante é disparada por Mrs. Bertholt ao juiz Haywood “Tenho uma missão com os americanos... convencê-los de que nem todos somos monstros” (1961).

Fechemos o tópico inserindo fragmentos do longo depoimento final do juiz Ernst Janning, outro momento carregado emocionalmente, que veio como uma resposta à interpelação agressiva feita pelo advogado de defesa à Irene Hoffman.

Meu advogado quer que vocês acreditem que nós não sabíamos dos campos de concentração. Que não sabíamos de nada. Onde estávamos? Onde estávamos quando Hitler começou a apregoar seu ódio no Reichstag? Onde estávamos quando nossos vizinhos foram levados no meio da noite para Dachau? Onde estávamos quando em cada estação de trem na Alemanha chegavam vagões de gado cheios de crianças sendo levadas para o extermínio? Onde estávamos quando elas imploravam por nós? Estávamos surdos? Mudos? Cegos? (...) Meu advogado disse que não sabíamos do extermínio de milhões. Ele lhes daria a desculpa de que nós sabíamos apenas do extermínio de algumas centenas. Isto nos faz menos culpados?

Talvez não sabíamos de detalhes. Mas se não sabíamos, era porque não queríamos saber (1961).

O excerto anterior atesta, em maior ou menor grau, a convivência do povo alemão com os maus tratos sofridos pelas vítimas do regime. É um proferimento carregado emocionalmente, que visa, por um lado construir uma imagem negativa dos alemães, mas, ao mesmo tempo, por outro lado, existe uma clara construção do *ethos de arrependimento*. O tom de fala e a expressão corporal são elementos que constroem uma cena de *compaixão*. O ponto interessante a ser destacado: esse arrependimento, demonstrado pelo juiz, se inscreve em um universo do possível. Certamente, muitos alemães nutriram esse mesmo sentimento. Mas, isso serviria de alento?

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre o questionamento que conclui o tópico anterior, um notório sobrevivente dos campos de concentração tece impactantes observações:

(...) na geração que superou os 45 anos, quantos são os alemães verdadeiramente conscientes de tudo o que ocorreu na Europa, em nome da Alemanha? A julgar pelo resultado desconcertante de alguns processos, temo serem poucos: junto com vozes amarguradas e piedosas, ouço outras, divergentes, agudas, demasiado orgulhosas do poder e da riqueza da Alemanha de hoje. (LEVI, 2004, p. 157).

Há um tom de desconfiança no excerto de Primo Levi<sup>44</sup>. Se a imagem dos alemães é construída discursivamente para evocar algum tipo de *compaixão* no público, o contra discurso evidencia que certas cicatrizes não são facilmente apagáveis. O fragmento anterior converge com o *domínio do presente*, problematizado por Eric Vo-

---

<sup>44</sup> Químico e escritor italiano, que, em fevereiro de 1944, conheceu os horrores do campo de concentração de Auschwitz. Grande parte de sua obra literária girou em torno das experiências coletadas ao longo dos onze meses em que ele passou nas mãos dos temidos oficiais alemães. Levi morreu em 1987, aos 67 anos, em decorrência de uma suposta queda. Existem diversas correntes que acreditam que ele tenha se suicidado.

egelin. A função da ficção, a nosso ver, é justamente agregar esse universo de apreensão do passado, para compreensão do presente. O horizonte fictício, conforme afirmamos ao longo do nosso texto, trabalha o imaginário, trazendo esse passado para o presente, com todas as suas fraturas, arestas e silêncios.

Colocar em perspectiva uma produção fílmica como *Julgamento em Nuremberg* com textos científicos e filosóficos tem o efeito de humanizar esses últimos. Mas, não apenas isso, o cinema de ficção constrói um olhar sobre as condições de produção do discurso. O *domínio do presente* passa pela elaboração de um conjunto de discursos, que, de alguma forma, seriam inseridos em um interdiscurso, ou seja, estariam presentes no imaginário das pessoas. Qual a importância disso? Tentar impedir o ressurgimento de regimes totalitários como o *nacional-socialismo*, pois como nos disse Primo Levi:

Os jovens nos perguntam, com uma frequência e uma insistência tanto maiores quanto mais aquele tempo se afasta, quem eram, de que cepa eram feitos os nossos “verdugos”. (...) eram feitos de nossa mesma matéria, eram serem humanos médios, medianamente inteligentes, medianamente maus: salvo algumas exceções, não eram monstros, tinham nossa face, mas foram mal educados. (LEVI, 2004, p. 174-175).

O fato é que a narrativa fílmica se inscreve em um mundo possível, pois aquele regime totalitário se concretizou no passado, podendo, perfeitamente, se materializar em algum outro momento da história. A discursivização do nazismo teria, portanto, a missão de barrar esse tipo de discurso, a ponto de ele não poder ser tolerado. O problema é que discursos fílmicos como *O Julgamento de Nuremberg*, muitas vezes, precisam entrar em colisão com o recorrente fenômeno do *reversionismo histórico*. Contudo, isso é assunto para outros textos.

---

## REFERÊNCIAS

ARCANJO, Fábio Ávila. **A retórica da performatividade a partir do documentário Estamira**. 2017. 156f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos – Área: Análise do Texto e do Discurso), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução de José Rubens Siqueira. 17ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido**. Apres. Marlene Teixeira. Revisão da trad. Leci Barbisan e Valdir Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. Coordenação da equipe de tradução Angela M. S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

FINKIELKRAUT, Alain. **A memória vã: do crime contra a humanidade**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HILBERG, Raul. **A destruição dos judeus europeus**. Tradução de Carolina Barcellos [et al]. Barueri, São Paulo: Amarilys, 2016.

JASPERS, Karl. **A questão da culpa: a Alemanha e o nazismo**. Tradução de Claudia Dornbusch. São Paulo: Todavia, 2018.

LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LIMA, Helcira. Emoções e representações de si: a propósito da indignação e do embaraço. In: **Múltiplas perspectivas do trabalho de face nos estudos da linguagem**. CUNHA, Gustavo Ximenes; ADORNO, Ana Larissa (orgs.). Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2018, p. 93-107.

MACHADO, Ida Lúcia. Teorias e discursos transgressivos. In: **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, jan./jun. 2007, p. 109-128.

MARTINS, Argemiro. O debate entre Hans Kelsen e Carl Schmitt em seu tempo e para além dele. In: **Sonhos e pesadelos da democracia em Weimar: tensões entre Carl Schmitt e Hans Kelsen**. BUENO, Roberto; RAMIRO, Caio Henrique Lopes (orgs.). São Paulo: LiberArs, 2017, p. 33-39.

MENDES, Emília. Por um remodelamento das abordagens dos efeitos de real, efeitos de ficção e efeitos de gênero. In: **Análise do discurso hoje, volume 2**. LARA, Gláucia Muniz Proença et al (orgs.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 199-220.

MEYER, Michel. Aristóteles ou a retórica das paixões. Tradução de Ísis Borges Belchior da Fonseca. In: ARISTÓTELES. **Retórica das paixões**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. **A retórica**. Tradução de Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Tradução de Mônica Saddy Martins. – 5ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2014.

ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. Tradução de Felipe Denardi. Campinas, SP: Vide Editorial, 2016.

PLANTIN, Christian. **As razões das emoções**. Tradução de Emília Mendes. In: MACHADO, Ida Lúcia; MENDES, Emília (orgs.). *As emoções no discurso, vol II*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010, p. 57-80.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... O que é mesmo documentário?** 2ª ed. São Paulo: Editora Senac, 2013.

VOEGELIN, Eric. **Hitler e os alemães**. Tradução de Elpídio Mário Dantas Fonseca. São Paulo: É Realizações, 2007.





# CAPÍTULO 6

## O CASO MARIELLE FRANCO NO FACEBOOK: CONTRIBUIÇÕES DA MULTIMODALIDADE PARA A CRIAÇÃO DA POLÊMICA PÚBLICA

Bárbara Amaral da Silva (POSLIN/UFMG/CAPES)

Graciele Martins Lourenço (POSLIN/UFMG/CAPES)

---

**RESUMO:** Levando em conta o contexto das redes sociais *online*, nosso trabalho apresenta a análise de um vídeo feminista em homenagem a Marielle Franco publicado em uma página do *Facebook*. O trabalho abarca elementos multimodais e retoma o vídeo como recurso criador da polêmica pública sobre a morte de Marielle. Buscamos, então, refletir sobre o funcionamento e as funções da polêmica pública materializada nos comentários do vídeo “#MariellePresente Gente, parem de matar”, a partir, principalmente, de Amossy, e, ainda, verificamos, com Kress e Van Leeuwen, como os sentidos produzidos pelos recursos multimodais encontram eco na polêmica pública. Mais do que apenas descrever recursos multimodais e elementos da polêmica, mostramos que coexistir no dissenso também pode ser um ato feminista

**PALAVRAS-CHAVE:** Marielle Franco. Análise do discurso. Polêmica. Multimodalidade

---

### 1 INTRODUÇÃO

A internet e suas redes sociais *online* inauguram uma nova lógica de comunicação em que as pessoas passam a maior parte de seu tempo expostas a conteúdos cuja base conceitual extrapola muito o que conhecemos como linguagem verbal e não verbal. A comunicação contemporânea ultrapassa essa divisão, construindo-se e constituindo-se a partir dos mais diversos modos semióticos combinados. As mensagens veiculadas nas redes sociais *online*, nosso objeto de estudo nessa análise, são multimodais. Cumpre dizer que textos multimodais antecedem a expansão da

internet, porém “[...] as tecnologias digitais deram acesso maioritário aos recursos necessários para produzir e disseminar textos multimodais e um custo relativamente baixo”<sup>45</sup> (BEZEMER; JEWITT [2017?], ou seja, os textos já eram vistos como complexos multimodais e tiveram seu potencial de ação e disseminação amplificados pela virtualização da comunicação.

Compreendendo a importância de se debruçar sobre os discursos veiculados nas redes sociais *online* e suas possibilidades de sentidos e ações (dentro e fora do mundo virtual), esta análise apresenta um vídeo em que alguns modos operam juntos na produção de sentidos, possibilitando a manifestação da polêmica pública deflagrada pela morte da vereadora Marielle Franco. Consideraremos aqui a própria internet como um modo semiótico e a rede social *Facebook* como um de seus recursos, porém nos dedicaremos a analisar, especificamente e primeiramente, uma das mensagens veiculadas nessa rede, um vídeo<sup>46</sup> postado no perfil do jornal *O Globo*<sup>47</sup>, sobre o assassinato da vereadora carioca, Marielle Franco, em 16 de março de 2018, dois dias após a sua morte. Nesse sentido, destacamos: Voz/música, tipografia e cor, comentando também, de forma breve, sobre a iluminação. Em seguida, passamos à análise de alguns comentários gerados a partir da recepção do vídeo. Analisamos, assim, o embate de pontos de vistas opostos presente nos comentários, buscando identificar a constituição da polêmica pública, suas características e desdobramentos. A polêmica pública, certamente, é sinal das democracias pluralistas, que permitem a expressão de opiniões contrárias, na tentativa de se evitar, a partir da retórica, a violência armada<sup>48</sup>. Enfim, verificamos como os sentidos produzidos pelos recursos multimodais encontram eco na polêmica pública. Mais do que apenas descrever recursos multimodais e elementos da polêmica, sinalizamos as funções persuasiva e de protesto na polêmica, mostrando que coexistir no dissenso também pode ser um ato feminista.

---

45 Tradução nossa. “[...] digital technologies have given a majority access to the resources needed to produce and disseminate multimodal texts at relatively low cost.” (BEZEMER; JEWITT, [2017?], p.15).

46 Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=2022888981084104>

47 O vídeo foi veiculado também em perfis de alguns outros veículos e páginas feministas.

48 Sabemos aqui que, mesmo Amossy (2017), não consegue estabelecer bem os limites da violência verbal, reconhecendo, ainda, uma possível transformação da violência do discurso em violência real. Devido às dimensões e à proposta deste artigo, porém, preferimos não discorrer sobre esta problemática.

## 2 SEMIÓTICA SOCIAL E MULTIMODALIDADE

A Semiótica Social parte dos estudos de Saussure sobre a “vida dos signos”, ampliando seu olhar sobre esse signo, e considerando-o não como uma forma com sentido prévio, pronto para utilização, sendo arbitrário, mas como algo motivado a partir das escolhas e interesses de seu produtor ao representar determinado aspecto do mundo. Assim, para Hodge e Kress (1988), principais teóricos da S.S., a Semiótica Social procura identificar e compreender os processos da produção e reprodução de sentidos, bem como seus efeitos na construção do indivíduo em sociedade. A Semiótica de Saussure estuda a vida dos signos em sociedade e a Semiótica Social de Hodge e Kress estuda os usos e funções sociais desses signos na prática social, e não isoladamente. “A teoria Semiótica Social está interessada no sentido, em todas as suas formas. Sentido surge em ambientes e em interações sociais. Ela coloca o social como fonte, a origem e o gerador de sentido.”<sup>49</sup> (KRESS, 2010, p.54). Ou seja, a S.S. se interessa pelos vários elementos e características próprias à produção de sentido, independente do modo escolhido para sua materialização.

A abordagem multimodal encontra campo fértil exatamente nessa perspectiva ampliada da comunicação humana, em que “[...] não é possível entender a língua e seus usos sem entender o efeito de todos os modos de comunicação que coexistem em qualquer texto<sup>50</sup>” (KRESS, 2000, p.337), compreendendo esses modos semióticos como formas de comunicação socialmente aceitas, como afirma Kress (1995, p.7) “[...] formas sistemáticas e convencionais de Comunicação [...]”, recrutados em situações de comunicação diversas, acompanhados por recursos semióticos que têm o papel de potencializar os sentidos que eles abrigam, a partir das escolhas feitas para sua composição. Em conjunto, esses modos e recursos semióticos geram sentidos variados de acordo com a comunidade interpretativa à qual se destina a mensagem. Para Kress e Van Leeuwen (2001), a mensagem se destina a uma comunidade ativa, capaz de decidir quais aspectos serão interpretados e (re)significados a partir da sua visão de mundo, por isso é uma comunidade interpretativa e não somente discursiva. Assim, como em todo ato

---

49 Tradução Nossa. “Social-Semiotic theory is interested in meaning , in all this forms. Meaning arises in social environments and in social interactions. The makes the social into the source, the origin and the generator of meaning.”

50 Tradução Nossa. “[...] no longer possible to understand language and its uses without understanding the effect all modes of communication that are copresent in any text.”

de comunicação, os produtores de signo precisam pensar em um leitor/espectador alvo, ou modelo, cujos valores e cultura serão representados na mensagem, sendo reconhecidos enquanto intenção comunicativa que será identificada por todos os tipos de espectadores, mas resultará em adesão daqueles que compartilham dos sentidos ali expressos. No caso de um material veiculado na internet, as possibilidades de sentido sofrem uma amplificação que foge ao controle do produtor do signo, sendo os comentários registrados a partir do contato com o material, uma pequena amostra do seu poder de significação (da mensagem), da presença (e manifestação) de tipos variados de leitores e da potência de distribuição da rede mundial de computadores.

O assassinato da vereadora causou comoção internacional, e o vídeo, feito pela blogueira Ana de Cesaro, veiculado na página do jornal e em outros perfis (jornais, figuras públicas, usuários comuns), faz uso de uma gama variada de modos e recursos na intenção de transmitir ao interlocutor a impressão da blogueira sobre o ocorrido e a opinião indireta das páginas, que escolhem compartilhar a mensagem. Já no início do vídeo estabelece-se uma importante metáfora que acompanha toda a narrativa, a chuva é como o choro do Rio de Janeiro pelo assassinato de mais uma mulher. As gotas que caem com força no vídeo são as lágrimas da cidade, que descobre a morte de mais uma militante. Essa reconfiguração de um processo da natureza sugere a leitura de que há uma relação mais profunda entre a cidade e suas mulheres, especialmente militantes, do que o que se convencionou no cotidiano, como a de cidade apenas como palco dos acontecimentos vividos pelos indivíduos. Aqui, a cidade é personificada como mais um ser que vive e chora essa perda.

Os modos em destaque são o verbal e escrita, uma vez que é um texto escrito por Ana e lido por ela com locução em Off<sup>51</sup>. Como recurso do modo verbal, a locução confere ritmo ao que é dito, trazendo à tona sentimentos que a instância de produção deseja compartilhar com seu interlocutor. Em seu trabalho sobre a análise crítica do discurso musical, Van Leeuwen (2012) elenca uma série de características da voz capaz de suscitar sentidos diversos na recepção. Ele fala sobre a qualidade da voz, ritmo, timbre, tom como fatores capazes de trabalhar a favor ou contra as relações de poder existentes na sociedade no momento em que a música é exe-

---

*51 Quando o locutor não aparece na cena em vídeo, somente se escuta a sua voz.*

cutada ou veiculada. No material analisado, não há a presença de uma música conforme tradicionalmente conhecemos, entretanto o trabalho de sobreposição de voz feito pela locução sugere um ritmo musical à narrativa, o que faz com que tomemos por base esse estudo do autor para nortear a análise da locução do vídeo de Ana de Cesaro. A voz é feminina, começa com um tom médio, em volume também médio, com certa aspereza, uma pequena rouquidão, o que segundo Van Leeuwen (2012) caracteriza a busca por aproximação com o ouvinte.

Ela começa com a representação do que parecia ser um dia comum, modificado definitivamente pela morte de Marielle, o que é marcado na locução pelo uso do *mas* após a descrição do início desse dia. “Hoje saí do banho e a luz piscou, vi na janela uma chuarada, lembrei da TV queimada, *mas* mal sabia que o Rio de Janeiro chorava [...]”. A partir do momento em que se sabe sobre o assassinato, todas as outras questões se tornam menores e a narrativa passa a tratar dessa questão exclusivamente.

Na medida em que a narrativa avança, seu volume aumenta, o que, segundo o autor, confere energia e privilegia a emoção, assim como a velocidade de sua fala sobreposta a uma releitura da mensagem, o que aumenta o ritmo da narração e dá a ela um tom de fuga, pressa e medo. Tais elementos podem ter função tanto representacional quanto interacional, quando buscam representar a realidade vivida pela sociedade ao descobrir o assassinato e os sentimentos gerados a partir desse acontecimento. Na sequência, observamos também o uso da fala para marcar um posicionamento diante do acontecido, a voz feminina repete várias vezes o advérbio *não*, com entonações diferentes, mais baixo, mediano e alto, deixando claro tanto o fato de não acreditar no que estava acontecendo, quanto à recusa em conjugar os verbos que remetem às ações de Marielle no passado, o que é endossado por sua fala final: “[...] Marielle, presente.”

O modo escrita materializa em forma de legenda aquilo que é dito por Ana no modo verbal e usa recursos como cor, tipo e tamanho de fonte para atribuir o mesmo ritmo ao que segue escrito. A função textual do modo escrito fica evidente quando, da mesma maneira, é possível perceber a sobreposição da legenda, as palavras são colocadas umas sobre as outras, no mesmo momento em que a locução faz esse movimento, conferindo linearidade aos modos, legitimando seu trabalho multimodal para a geração de sentidos. As cores usadas na legenda são branco e vermelho, pois carregam um forte sentido intimamente relacionado ao tema tratado no material analisado, mais uma vez podemos destacar tanto a função re-

presentacional quanto a interacional quando representa um saber compartilhado pela sociedade e quando encena as relações sociais estabelecendo uma relação com seu espectador. Nesse caso, o saber compartilhado em nossa sociedade sugere o branco como representante da pureza, paz, um estado de conformidade entre as ações cotidianas, e o vermelho, a desorganização dessa ordem, é o alerta, o perigo, o proibido, o sangue. O vídeo começa com a letra menor, em caixa baixa, na cor branca, assim como o tom de fala mais baixo da locução, no momento em que a voz feminina fala sobre o piscar da luz, a legenda apresenta a palavra luz em tamanho maior, caixa alta, e logo em seguida volta para o formato menor, como se também no modo escrita a luz pudesse piscar por meio desse jogo tipográfico. Na sequência, as palavras seguem dançando entre tipos e tamanhos de letras, a base é a letra menor, em caixa baixa, lembrando letra de máquina, e na medida em que a voz feminina fala sobre o assassinato, as palavras surgem maiores e em um tipo de letra mais robusto, como se estivesse em negrito, a primeira palavra a aparecer logo após *Luz*, é *chorava*, em seguida *mulher*, o que podemos inferir como uma analogia entre a luz que se apagou e a vida que foi interrompida, a escuridão trouxe o choro, o medo ao Rio de Janeiro, pois foi à noite que a luz da vida de Marielle foi apagada. Acompanhando a locução, a legenda traz a palavra *assassinada* em tamanho maior e na cor vermelha, assim como as palavras *negra*, *Marielle*, *executada*, *gente*, *parem*, *matar*, e por fim novamente *Marielle* em um tamanho bem maior que os demais utilizados no decorrer da narrativa. As palavras aparecem em caixa alta, “gritando” em letras garrafais a dor de mais um assassinato. A escolha por utilizar o vermelho nessas palavras, contrastando com o branco usado nas demais, busca trazer do saber coletivo o sentido ligado a essa cor para a realidade abordada no vídeo, uma mulher negra assassinada, executada em meio à escuridão da noite. O alerta “[...] gente, parem de matar [...]” também é feito em vermelho, apropriando-se desse sentido de perigo, de impedir algo, também residente nessa cor.

Cumprido destacar ainda que, de modo superficial, outro modo que participa da construção multimodal da mensagem analisada é a iluminação. Esse modo se ocupa da cenografia do vídeo, dando vida àquilo que é dito e escrito nos outros modos. Segundo Van Leeuwen e Boeriis (2017), a iluminação orienta o olhar do espectador na medida em que escolhe representar ou destacar determinados elementos em detrimento a outros em uma narrativa. Os autores afirmam também que a iluminação possui um componente emocional forte, sendo carregada de sentimentos

dos produtores de signo a respeito do conteúdo representado, buscando, através dele, estabelecer uma relação com seu espectador que os aproxime. No material analisado, podemos observar a presença da emoção na predominância da escuridão, com apenas alguns pontos de luz vindos de raios e trovões que cortam o céu que participa da narrativa. A legenda aparece em primeiro plano, a iluminação privilegia as palavras com suas formas e cores, e no segundo plano o espectador pode ver uma cidade escura, estática, não há movimentação da iluminação, ora jogando luz sob um aspecto do vídeo ora sob outro. A luz é o tempo inteiro escura, representa a noite, período em que ocorreu o assassinato e também os sentimentos do produtor da mensagem e de parte da população do Rio de Janeiro: Luto.

Podemos concluir que o vídeo traz a representação clássica de um texto multimodal, auxiliado pelos infinitos recursos da internet, em que somos interpelados por uma mensagem verbal, sonora, escrita e imagética que apresenta uma explosão de sentimentos e busca no outro tanto abrigo para essa explosão quanto ação, mobilização para que esse fato, assim como Marielle e seus feitos, não sejam esquecidos. O vídeo é em sua totalidade a manifestação da indignação da autora. Ela primeiro se mostra surpresa com a morte, quando começa a relatar um dia comum que é interrompido por esse acontecimento. Depois, ela passa para a indignação quando fala de mais uma mulher assassinada, uma militante, o *mais* marca a indignação pelos assassinatos constantes de mulheres. O *não* repetido é indignação, descrença, desesperança causada pela morte e pelo pensamento de que o que ela fez até ali não pode ser esquecido. O vídeo inteiro é a expressão da dor e indignação pela perda e é também uma chamada para a mobilização em torno da hashtag #mariellepresente.

Torna-se preponderante retomarmos aqui a noção de comunidade interpretativa estabelecida por Kress e Van Leeuwen (2001), que compreendem a instância de recepção como viva e que promove a propagação dos discursos a partir de sua interpretação e (re)significação, amparada por sua experiência social, para a compreensão da repercussão do material analisado, veiculado no *Facebook*. Lima e Santos (2009) comentam, a partir de Kress e Van Leeuwen, que “[...] o sujeito-receptor também seleciona os aspectos da mensagem que serão interpretados. Ele sai, então, de uma posição apenas receptiva para ser um reproduzidor social do discurso, o que também está diretamente relacionado à sua vivência [...]” (LIMA E SANTOS, 2009, p.661), e cuja adesão à tese proposta está relacionada ao reconhecimento de si naquela mensagem veiculada. Importa-nos falar sobre a comunidade interpre-

tativa que se manifesta nos comentários postados em várias páginas que veicularam o vídeo, fazendo “coro” ao grito de dor que ecoa no vídeo, em contraponto aos outros tipos de leitores/espectadores que não comungam das ideias destacadas na mensagem, mas se manifestam nos perfis em que ela foi postada por ser a internet um modo semiótico que permite livre navegação, e o *Facebook* um recurso que permite livre acesso, a perfis públicos, e expressão.

A “proteção” dos indivíduos de carne e osso atrás de seus avatares na rede social dá a eles a força necessária para se manifestar fora de suas comunidades interpretativas, por se sentirem tocados de alguma forma pela mensagem veiculada. O que vemos a partir de então é uma espécie de arena virtual em que indivíduos pertencentes a comunidades interpretativas distintas se digladiam a partir dos pontos em que foram mais tocados (positiva ou negativamente), como, por exemplo, o fato de ser assassinada uma mulher, militante, negra, deflagrando, então, uma grande polêmica pública, em que indivíduos possivelmente muito diferentes se unem em grupos atacando as teses adversárias.

### **3 A POLÊMICA PÚBLICA NO CASO MARIELLE FRANCO A PARTIR DO VÍDEO “#MARIELLEPRESENTE GENTE, PAREM DE MATAR”**

É na Retórica que se desenvolve a arte do debate, em que vence aquele que melhor se apropria dos argumentos próprios a cada ocasião, e também se evidencia a natureza humana para o questionamento e contraposição que, muitas vezes, pode fugir da argumentação lógica. Desde sua origem, com Córax, depois Aristóteles e, até mais recentemente, com Perelman e Tyteca, a retórica é símbolo da democracia por permitir a resolução de conflitos por meio do discurso, em vez de se usar a força física, no intuito de garantir a coesão social. Porém, desde então, qualquer coisa que fugisse ao consenso foi condenada. Nesse sentido, a polêmica, entendida por Amossy (2017, p. 18) como “[...] o choque de posições antagônicas [...], foi deslegitimada, assimilada à erística e à falácia, vista como sinal do fracasso e como a fonte do mal, já que ela representaria o desacordo social, distanciando-se do debate agonístico. Embora a polêmica tenha sido resgatada por alguns pesquisadores, a exemplo de Marc Angenot, em seu *Diálogos de Surdos*, que reconhece a impossibilidade de se chegar sempre a um acordo, nas trilhas de Amossy (2017), não vemos o dissenso como uma falha. Ao contrário, vemos “[...] na confrontação polêmica um modo de gerenciamento inevitável, e útil, dos conflitos” (AMOSSY,

2017, p. 38) (grifos da autora).

A morte de Marielle Franco se tornou assunto de interesse público, o que foi concretizado em várias mídias, inclusive na rede social *Facebook*, por meio dos diversos recursos oferecidos pela internet e pela rede social, a exemplo de vídeos e de comentários que os usuários podem fazer em publicações. A fim de estudar a polêmica pública sobre tal evento, buscamos algumas páginas do *Facebook* que publicaram o vídeo em homenagem/memória de Marielle, a partir das quais analisaremos a polêmica presente nos comentários. Nessa perspectiva, buscaremos refletir sobre o funcionamento e as funções da polêmica pública materializada nos comentários do vídeo “#MariellePresente Gente, parem de matar”, já descrito acima.

Como modalidade argumentativa presente em um dos polos de um *continuum* de argumentatividade, a polêmica, caracterizada pelo choque de teses antagônicas, ancora-se no conflitual, fazendo aparecer três aspectos do conflito, a dicotomização, a polarização e a desqualificação do outro. Esses elementos constitutivos da polêmica ainda podem ser intensificados pela violência verbal e pelo *pathos*, sendo estes secundários.

A dicotomização, isto é, o choque de posições contraditórias marca a dificuldade de resolver um conflito, já que, nela, opções antitéticas parecem se excluir mutuamente. O assassinato de Marielle Franco desencadeou dicotomias que se repetem nos comentários das diferentes páginas do *Facebook*. Sendo quatro as principais delas, separamos alguns comentários a fim de ilustrá-las.

- 1 A culpa foi da polícia X A culpa não foi da polícia
- 2 Não há tratamento diferenciado X há tratamento diferenciado
- 3 Foi morta por ser minoria X não foi morta por ser minoria
4. A morte dela foi um silenciamento X não foi um silenciamento

**Comentário 1<sup>52</sup>:** No dia a dia morre tantos negros, trabalhadores honestos, brancos. Honestos e desonestos também morrem policiais. Enfim morre gente p caralho uma verdadeira guerra. Mas a esquerda prefere vitimizar mais uma vez e inclusive acusando a polícia sem nem mesmo esperar as investigações, todo assassinato é uma tragédia e não apenas quando morre político negro!! E a propósito Anderson

---

<sup>52</sup> As identificações dos autores dos comentários foram retiradas para preservar a identidade de cada um.

Pedro Gomes é o nome do motorista que morreu junto com a vereadora. Meus sentimentos a família. (retirado de *O Globo*)

Neste comentário, percebemos a presença de um dos lados dessas várias dicotomias. A menção a mortes de “negros” e “brancos”, e a colocação delas como um evento comum, do “dia a dia”, primeiramente, mostra a banalidade do assassinato de Marielle, que seria apenas mais um no meio de tantos outros, e, portanto, não estaria ligada à sua raça e ao fato de ser uma minoria. Além disso, o autor do comentário trata do que ele considera uma vitimização da esquerda, já que, para ele, “todo assassinato é uma tragédia e não apenas quando morre político negro”. Assim, ele questiona o tratamento dado ao caso em comparação às outras mortes, possivelmente de pessoas comuns (sem ser “político negro”), destacando, com ironia, que o motorista que morreu junto com Marielle não foi nem lembrado, o que ele faz questão de lembrar, com a expressão “a propósito”, e com o envio das condolências “Meus sentimentos a família”. Por fim, critica a dita “esquerda” por estar propagando a ideia de que a polícia seria a responsável pelo crime, mesmo sem provas para isso, deixando, ainda que nas entrelinhas, que este não seria o seu posicionamento. Aqui, vale lembrar que a hipótese de ser a polícia a mandante do crime veio do fato de Marielle ter denunciado abusos de policiais dias antes de sua morte.

**Comentário 2:** Não. Marielle não foi morta por ser do PSOL. Marielle não foi morta por ser negra. Marielle não foi morta por ser pobre. Marielle não foi morta por ser contra a intervenção federal e muito menos em razão dela. Tudo leva a crer que Marielle tenha sido executada por criminosos (se policiais ou traficantes, pouco importa), em decorrência de atos por ela praticados no exercício de sua função parlamentar. Um crime bárbaro, com características de crime de estado, revelador de um fato que muitos ainda tentam ocultar: o Rio de Janeiro hoje é a nova Medellín do ano 2000. É a Nápoles dos anos 60. Uma cidade onde não há lei, não há polícia e não há Estado. (Retirado de *O Globo*).

O comentário 2 tem início com “Não”, como se estivesse respondendo a uma pergunta ou a uma afirmação anterior. A sequência de negativas, “Marielle não foi morta por ser do PSOL. Marielle não foi morta por ser negra. Marielle não foi morta por ser pobre. Marielle não foi morta por ser contra a intervenção federal e muito menos em razão dela”, deixa evidente a existência de um discurso anterior, de um já-dito. A negação é o caso mais clássico da polifonia tal como a entende Ducrot. Assim, o Locutor expressa não só o seu ponto de vista, neste caso o de

que Marielle não foi morta por ser minoria, mas deixa marcada a existência de seu contrário anterior, o de que a vereadora teria sido morta por ser minoria. Além disso, embora, a princípio, não se posicione em relação à culpabilidade do crime (“Marielle tenha sido executada por criminosos (se policiais ou traficantes, pouco importa)”)), o responsável pelo comentário, ao final, deixa transparecer outra dicotomia, a de que o mandante do crime não foi a polícia, mas os traficantes. Isto fica evidente pela caracterização do assassinato como um “crime de estado”, isto é, crimes contra a humanidade sob o comando de regimes totalitários, juntamente com a comparação do Rio de Janeiro com Medellín e Nápoles, lugares que já foram dominados por traficantes de drogas.

Os contrapontos a esses posicionamentos, isto é, o outro lado das dicotomizações aparece explícita ou implicitamente, por exemplo, nos seguintes comentários:

**Comentário 3:** Marielle lutava justamente pelas “estatísticas”, pelo número de mulheres que morrem todos os dias vítimas de homicídios, pelas mulheres negras que se olhar bem as estatísticas hoje são as que mais sofrem de injustiças, preconceitos, estupros, racismos... [...] (Retirado de *Todas Fridas*).

O autor do comentário 3 mostra que Marielle lutava a favor daqueles que “sofrem de injustiças” e coloca nesse grupo as mulheres “vítimas de homicídios” e as “mulheres negras”, afirmando que “a mesma causa da qual ela lutava contra infelizmente tirou a vida dela”. Nesse sentido, vemos aí a convicção de que Marielle foi morta por ser minoria, já que Marielle também era uma mulher e, ainda, era negra.

**Comentário 4:** O principal suspeito de ter participação no crime era um ex militar. Também tem suspeitas de ter outros policiais envolvidos! (Retirado de *Todas Fridas*)

Neste comentário, vemos a afirmação explícita de que seu autor acredita no envolvimento da polícia.

**Comentário 5:** Porque matam? Matam por poder, por dinheiro, por amor, por Deus...Matam para calar. Calar alguém que defende um mundo mais igual, mais justo, mais tolerante. A Vaz se cala, mas a semente está lançada. A terra fértil entende que os frutos serão proveitosos. A voz calou. A semente está germinando e não demora mostrar com que força irá os brotos a se espalharem pelas vielas e ruas dos excluídos. [...] (Retirado de *OBSERVE SEMPRE*).

O comentário 5 tem início com apontamentos sobre causas possíveis para assassinatos em geral, sendo elas poder, dinheiro, amor, Deus, silenciar (“Matam para

calar”). A morte de Marielle é, então, enquadrada nesta última causa. Ela foi morta com o intuito de “Calar alguém que defende um mundo mais igual, mais justo, mais tolerante”. O autor do comentário percebe que a morte da Vereadora foi, sim, um silenciamento.

Enquanto a Dicotomização é um aspecto abstrato da polêmica, seu segundo aspecto conflitual, a Polarização, é concreto. Aqui, estamos no plano da enunciação, em que um “nós” se opõe a um “eles”, agrupando os participantes da polêmica em lados opostos. Nas palavras de Amossy (2017, p. 56-57), “Em suma, a retórica da polarização consiste em estabelecer campos inimigos e é, portanto, um fenômeno social, e não uma divisão abstrata em teses antagônicas e inconciliáveis”. Além desse agrupamento social por identificação, a polarização firma a identidade de um grupo ao mesmo tempo em que desqualifica o “outro”, o adversário, apresentando-o como símbolo do erro e do mal. Nos comentários recortados, vemos, principalmente, a polarização “direita” X “esquerda”, em que, por vezes, as teses adversárias são atacadas, e, em outras vezes, a pessoa ou o grupo que as defendem são atacados, caracterizando o argumento *ad hominem*. Traço fundamental da polêmica é que ela “[...] não pode ser percebida como tal sem que seja recuperado e reconhecido o discurso atacado no texto do atacante” (AMOSSY, 2017, p. 59). Nessa trama dialógica, a desqualificação do adversário ainda pode ser potencializada pela violência verbal e pelo *pathos*.

#### 4 OS ATAQUES DA “DIREITA”:

**Comentário 6:** Coxinhas do Brasil, vamos nos unir e pedir clemência para os manos se forem pegos (devem ter seus motivos de vítimas, como outros, os Di-Menores, etc). Logo [#direitosprosmãos](#) (Retirado de *O Globo*).

Neste comentário em todo irônico, o autor se autodenomina “coxinha”, apelido pejorativo dado pela esquerda brasileira àqueles da direita, e convida os outros do mesmo grupo a se unirem pela “clemência para os manos”, os assassinos de Marielle. A polarização se faz, ainda que indiretamente pelo interdiscurso, uma vez que, se o autor é da “direita”, quem ele ataca (aqueles que defendem os “Di-Menores” e os “manos”) seria da “esquerda”. No comentário irônico, “[...] (devem ter seus motivos de vítimas, como outros, os Di-Menores, etc). Logo [#direitosprosmãos](#)”, percebemos a distorção do pensamento de Marielle pelo respeito às favelas e contra a intervenção militar no Rio de Janeiro, o que é visto de forma negativa pela di-

reita, que nomeia essas ações como “#direitosprosmãos”. A violência verbal nessa ironia se faz pela ridicularização do ponto de vista do adversário, sem considerar seu contexto de produção e deslocando seu sentido original vislumbrado por Marielle, de que é necessário garantir os Direitos Humanos a todos os indivíduos, sem distinção de raça ou classe. Da forma como o comentário foi feito, a fala do outro (de Marielle) é reduzida ao absurdo, tornando ridícula e sem validade, conforme explica Amossy (2017) ao falar da violência verbal. Nesse caso, o ataque à tese leva, ao mesmo tempo, não só ao ataque à Marielle, mas, também, ao grupo que corrobora o seu pensamento, isto é, a “esquerda”.

**Comentário 7:** [...] Então agora ele estão provando o próprio veneno ,o interessante é que quando eles fazem isso ,na visão de muitos de vcs alienados do psol [...] isso não soa desumano,piada,deboche,demoníaco, etc... né,no entanto quando o povo cansado de ver esses imundo dizerem que bandidos são vítimas da sociedade e começam a dizer exatamente o que eles (psol) mesmo diz ,aí parece ser tudo de ruim né, o hipocrisia da porra ,isso sim parece piada ! (Retirado de *O Globo*).

Novamente, o autor do comentário 7 opõe um “ele”/“eles”, que representaria a “esquerda”, ao “povo cansado de ver [...]”, que englobaria um “nós” que fica implícito e que seria a “direita”. A crítica àqueles da esquerda fica explícita pelos diversos ataques *ad hominem*<sup>53</sup> presentes no excerto, a exemplo de “vcs alienados do psol”, “esses imundo”, construindo, assim, imagens negativas desse grupo e, claro, de Marielle, que o representava. O argumento focado na pessoa em vez de no assunto em si, de acordo com Amossy (1998), tenta minar uma posição ou uma opinião minando o *ethos* da pessoa que a expressa. Dessa forma, o autor tenta deslegitimar Marielle e a esquerda de diferentes formas, por exemplo, questionando sua capacidade de julgamento (“alienados do psol”). Esse tipo de ataque, juntamente com a violência verbal expressa em “hipocrisia da porra” e reforçada pelo ponto de exclamação, ao mesmo tempo em que cria imagens negativas do adversário, erige imagens do próprio comentador, a exemplo de uma pessoa sem argumentos, agressiva e emocionalmente tomada pelo ódio. Quando Aristóteles trata do ódio, na *Política*, de acordo com Konstan (2000), coloca a ideia de inimigo em questão, afirmando que se deseja coisas ruins a este inimigo, chegando no ponto máximo de se desejar a morte. No excerto em análise, quando o comentador diz que eles -

---

<sup>53</sup> Esse argumento foi chamado de *ad personam* por Perelman e Tyteca (Cf. PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, § 72).

a esquerda “estão provando do próprio veneno” e rebate a crítica de que esse tipo de pensamento seria “desumano, piada, deboche, demoníaco”, vemos um deleite com a morte de Marielle, como se se dissesse “bem feito”. Por fim, é necessário esclarecer que o ataque ao outro não sai impune ao orador, isto é, se por um lado, ele construiria imagens positivas frente à comunidade que corrobora suas ideias, como de corajoso por expressar sua opinião, e inteligente pelo seu pensamento, por outro lado, para os adversários, certamente, as imagens seriam negativas, como aquelas mesmas que ele retoma em sua fala, de desumano e demoníaco.

### 5 OS ATAQUES DA “ESQUERDA”:

**Comentário 8:** Esses são os argumentos rasos sem nexos algum dos cidadão de bem dos bons costumes da família tradicional etc zombando da morte da vereadora carioca defensora dos valores dos direitos humanos das mulheres negras dos pobres coitados que tentam sobreviver constatemente nas comunidades pobres pelo Brasil afora. Vcs cidadão de bem e patriotas quem a mesma visão e mentalidade ofusca dos psicopatas onde tentam justificar o motivo do crime orquestrado quando cometem. (Retirado de *O Globo*).

**Comentário 9:** Tá vendo quem essas pessoas seguem Bolsolixo e juiz Moro parcial e perseguidor. Daí já sabemos não respeitam direitos e deveres e a vida! (Retirado de *O Globo*).

Nos comentários 8 e 9, a polarização se mostra pela nomeação irônica dos “cidadãos de bem dos bons costumes da família tradicional” e pela crítica ao conservadorismo em “essas pessoas [que] seguem Bolsolixo e juiz Moro parcial e perseguidor”, isto é, a direita brasileira. O ataque *ad hominem*, também nesses excertos, aparece de forma a criar imagens negativas do adversário, como daquele que não tem senso crítico (“Esses são os argumentos rasos sem nexos algum”), que prezam pelos ditos “bons costumes”, mas que, na realidade, subvertem-nos como a grande maioria dos cidadãos, porém sob o véu “da família tradicional brasileira”, engendrando a imagem de hipócritas, e, ainda, de “psicopatas” que “não respeitam direitos e deveres e a vida!”. Da mesma forma como nos ataque da direita, nesses deferidos pela esquerda, os oradores constroem imagens positivas frente outros cidadãos do mesmo grupo, e imagens negativas diante do adversário. Ao erigirem imagens positivas de Marielle (“vereadora carioca defensora dos valores dos direitos humanos das mulheres negras dos pobres coitados”), constroem imagens po-

sitivas de si mesmos frente à esquerda, já que defendem os mesmos pensamentos que a vereadora assassinada, e imagens negativas frente a direita, que possui modo contrário de se pensar a sociedade e os direitos humanos. Por fim, vale destacar a presença de duas emoções principais: *Piedade* em relação às mulheres e às minorias, isto é, “[...] a pena que se sente por males imerecidos” (ARISTÓTELES, 2012, p. 114) e a *Indignação* em relação à direita: “[...] a pena experimentada por êxitos imerecidos” (ARISTÓTELES, 2012, p. 114). Ambas as emoções parecem estar ligadas à subversão dos valores justiça/injustiça.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divulgação de um vídeo em defesa de Marielle Franco é mais uma das inúmeras manifestações feministas proporcionadas pela internet e, especificamente, por uma rede social *online*, o *Facebook*. A morte da vereadora foi o evento que desencadeou a polêmica pública, o vídeo, representante de um dos lados da polêmica, permitiu o início de sua materialização nos comentários, na página da rede social, a partir dos sentidos gerados pela mensagem veiculada por ele.

Os modos e recursos destacados na análise multimodal constroem um todo discursivo em que é possível perceber a indignação da autora (tomando um lado na polêmica), representando uma comunidade que comunga deste sentimento, e o convite para a luta, por meio da mobilização em torno da hashtag #marielepresente que passou a representar o movimento criado a partir desse acontecimento. Tais sentidos encontram eco nos comentários dos usuários que se envolvem na polêmica naquele ambiente virtual específico. É possível perceber os sentidos gerados quando a instância de recepção se manifesta, como por exemplo no comentário 1, em que o usuário fala sobre a morte de pessoas negras e brancas em dimensões variadas da sociedade. Fica claro ali que ele não faz parte da comunidade interpretativa desse discurso, porém foi tocado/incomodado por ele no ponto “morte negra” a partir do qual ele tece seu comentário e contribui com o desenrolar da polêmica no sentido de diminuir a importância do ocorrido. No segundo comentário observamos o mesmo comportamento, o usuário “responde” o conteúdo do vídeo negando os sentidos que ele conseguiu perceber ali, ele tenta desconstruir a mensagem veiculada dizendo que “*não*, Marielle não foi morta por ser do PSOL, *não* foi morta por ser negra...” O que explicita mais uma vez o fato do indivíduo não fazer parte da comunidade interpretativa do vídeo, porém se sentir tocado por ela de alguma maneira.

A polêmica revela muitas coisas sobre a sociedade e a época na qual o discurso circula no espaço público. A partir das análises feitas, pudemos perceber, principalmente, uma sociedade dividida, machista, racista, elitista e homofóbica. Por seu formato não ser o do diálogo, a polêmica não é um “diálogo de surdos” (no sentido de Angenot), não objetivando também o consenso, mas coexistir no dissenso. Para além dessa função mais geral, percebemos, na análise, a existência da função persuasiva, em que tanto o vídeo, quanto os comentários tentam persuadir não o Oponente, mas o Terceiro, angariando mais comentários a favor de um dos lados da polêmica em detrimento do outro. Como explica Amossy (2017, p. 210), “Na democracia, o número de adesões a uma dada posição importa, porque os cidadãos vão às urnas e porque a pressão da opinião pública pode pesar sobre as decisões governamentais”. A polêmica também pode servir como protesto, favorecendo o protesto individual e social. Tanto o vídeo quanto os comentários da “esquerda” se mostraram contra a violência da mulher e das minorias, argumentando “[...] com força contra seus instigadores, adjuvantes ou defensores” (AMOSSY, 2017, p. 213), isto é, a “direita”, o que foi percebido no vídeo pelo uso da palavra militante, mulher, negra e nos comentários, pela violência verbal, pelas imagens negativas do adversário e pelos ataques *ad hominem*.

Por fim, discordamos de Amossy (2017, p. 48) quando afirma que a polêmica “[...] é efêmera” e que é “[...] rapidamente esquecida [...]”. Talvez, as paixões envolvidas na polêmica não sejam mais tão exacerbadas pela maioria das pessoas, assim como os ataques verbais, quando de seu estopim. Porém, ao menos no caso Marielle Franco, ouvimos os gritos ecoando até hoje, de ambos os lados da polarização, mas, claro, especificamente de uma esquerda que ainda cobra a solução do crime e faz da figura de Marielle um símbolo de luta pelos direitos das mulheres e das minorias.

A ampliação do uso e combinação dos modos e recursos semióticos permitida pela internet funciona como um portal para um mundo paralelo em que os indivíduos podem expressar aquilo que na vida “de carne e osso” precisam esconder. Acreditamos que, nos casos analisados, os ataques verbais ao Oponente e a violência verbal apenas não chegaram em seus extremos, pois os comentários são vinculados ao perfil do *Facebook* de cada um, o que pode tê-los impedido de agir de forma mais bruta. Provavelmente, se analisássemos a mesma polêmica em um fórum em que fosse permitida a criação de perfis falsos, ela seria bem mais intensa. Cada mensagem multimodal veiculada na internet esconde uma caixa de pandora que

pode ser aberta ao acessarmos os comentários dos usuários que tiveram acesso à mensagem. Se outrora a instância de recepção era distante e pouco conhecida, hoje ela ultrapassa qualquer limite para expor sua face muitas vezes escura.

---

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. Coordenação da tradução: Mônica Magalhães Cavalcante; Tradução de Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto ... [et al]. São Paulo: Contexto, 2017.

Amossy, Ruth. 1999. The argument ad hominem in an interactional perspective. **Proceedings of the Fourth International Conference on Argumentation** (Amsterdam : Sic Sat), 14-18. Disponível em: < <http://rozenbergquarterly.com/issa-proceedings-1998-the-argument-ad-hominem-in-an-interactional-perspective/> >. Acesso em: 11 mar. 2019.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Prefácio e introdução de Manuel Alexandre Júnior; Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. (Coleção Obras Completas de Aristóteles).

BEZEMER, J.; JEWITT, C. Multimodality: A guide for linguists. In: LITOSSELITI, L. (ed.), **Research Methods in Linguistics** (2nd edition). London: Continuum, no prelo. [2017?]. Disponível em: [https://www.academia.edu/37101521/Multimodality\\_A\\_guide\\_for\\_linguists](https://www.academia.edu/37101521/Multimodality_A_guide_for_linguists). Acesso em: 15 de Março de 2019.

JEWITT, Carey.; BEZEMER, Jeff.; O'HALLORAN, Kay. Social Semiotics. In:\_\_\_\_\_. **Introducing Multimodality**. Londres e NY: Routledge, 2016, p. 58-85.

KONSTAN, David. **A raiva e as emoções em Aristóteles: as estratégias do status**. Tradução de MARIA CECÍLIA DE M. N. COELHO. *LETRAS CLÁSSICAS*, n. 4, p. 77-90, 2000. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/letrasclassicas/article/view/73781> >. Acesso em 11 mar. 2019.

KRESS, Gunther. **Writing The Future**: English and the making of a culture of innovation. New York: Routledge, 1995.

KRESS, Gunther. **Multimodality**: Challenges to Thinking about Language. *TESOL Quarterly*, Hoboken, v. 34, n. 2, 2000, p. 337-340.

KRESS, Gunther.; VAN LEEUWEN, Theo. **Multimodal Discourse**: the modes and media of contemporary communication. London: Arnold; New York: Oxford University Press, 2001.

KRESS, Gunther. Multimodality. In: \_\_\_\_\_. **Multimodality**: A Social Semiotic Approach to Contemporary Communication. Londres e NY: Routledge, 2010. p. 54-78.

LIMA, Cássia Helena. Pereira. SANTOS, Zaira Bomfante. dos. Contextualizando o contexto: Da exterioridade estruturalista ao conceito fundamental da Semiótica Social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2, 2009. João Pessoa, PB. *Anais..* Disponível em: [http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN\\_2009/PDF/C%C3%A1ssia%20Helena%20Pereira%20Lima.pdf](http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ABRALIN_2009/PDF/C%C3%A1ssia%20Helena%20Pereira%20Lima.pdf) acesso em: fevereiro de 2019.

OGLOBO. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=2022888981084104>>. Acesso em 11 mar. 2019.

OBSERVE SEMPRE. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Observesempre/videos/2035175176723325/>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 3 ed. São Paulo: Editora: WMF Martins Fontes, 2014.

*Todas Fridas*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/watch/?v=889129274593379>>. Acesso em 11 mar. 2019.

VAN LEEUWEN, Theo. The critical analysis of musical discourse. **Critical Discourse Studies**, Londres, v. 9, n. 4, 2012, p. 319-328.

VAN LEEUWEN, Theo.; BOERIIS, Morten. Towards a Semiotics of Film Lighting. In: WILDFEUER, Janina.; BATEMAN, John. **Film Text Analysis**: New Perspectives on the Analysis of Filmic Meaning, Londres: Routledge, 2017.





# CAPÍTULO 7

## REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE IMAGINÁRIO SOCIODISCURSIVO EM ANÁLISE DO DISCURSO

Thiago Fernandes Peixoto (POSLIN/UFMG/FAPEMIG)

---

**RESUMO:** Pretende-se, com este artigo, apresentar o conceito de “imaginário sociodiscursivo”, criado, dentro do quadro da Análise do Discurso, por Patrick Charau-deau. Compreendemos que se trata de um conceito relevante para o trabalho em Análise do Discurso, uma vez que preenche lacunas deixadas, ou pouco precisadas, pelos termos “ideologia”, “estereótipo” e afins. Com o intuito de exemplificar uma possível operacionalidade dos imaginários sociodiscursivos, realizaremos uma pequena análise de matéria veiculada pelo site “Papodelas”, a qual trata da relação entre o programa “Escola sem Partido” e do desejo em se proibir que determinados assuntos sejam ensinados em sala de aula e em normatizar o modo como professores abordam outros assuntos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise do Discurso. Ideologia. Imaginário Sociodiscursivo. Escola sem Partido.

---

### 1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Um artigo acerca do que se convencionou chamar “Análise do Discurso” não constitui algo simples de se realizar, seja pelo caráter demasiado abstrato daquilo que muitos gostariam que fosse eminentemente prático, seja pela gama de interações que esse ramo das Ciências da Linguagem estabelece com disciplinas que, aparentemente, são-lhe alheias.

Desde seus primeiros passos como disciplina, a Análise do Discurso já fruía em interação com outras disciplinas. Isso porque aquilo que chamamos de Análise do Discurso constitui, na verdade, um conjunto de hipóteses que atingiram seu auge de preocupação a partir da segunda metade dos anos de 1960, sendo comumente

atribuída sua origem a uma corrente dita “Escola Francesa de Análise do Discurso” (MAINGUENEAU, 2006), mas diversas ciências, dentre as quais a Psicologia, a Filosofia, a Sociologia e outras contribuíram, cada uma ao seu modo, para constituir essa disciplina, a qual, até os dias atuais, procura definir seu espaço próprio em meio a uma instabilidade interna, que se deve ao caráter muito vasto do que se define como sendo seu objeto de estudo, o discurso: seus limites, suas possíveis interações, os significados a ele atribuídos.

Não bastasse a instabilidade quanto às suas diretrizes epistemológicas, a Análise do Discurso precisa debater-se com diferentes significados atribuídos ao seu objeto de estudo, estabelecendo vínculos com ciências que o estudam de uma forma que lhe interesse.

Por outro lado, tem-se ainda o senso comum, para o qual o discurso possui significados como o de fala, conjunto de ideias, intenção manipulatória etc., os quais dificilmente alcançam uma concepção clara. No entanto, como a Análise do Discurso visa analisar discursos sem distinção de relevância<sup>54</sup>, ela também possui a necessidade de entrecruzar esse emaranhado polissêmico que é aquilo que o senso comum denomina discurso, apresentando sua concepção acerca de um termo em um terreno que o usa quase indistintamente.

Entendemos, porém, que não somente o senso comum possui uma abrangência de significações para o termo discurso, com a Análise do Discurso ocorre algo parecido, sendo o discurso, dentro da própria disciplina que o estuda, algo de difícil distinção. Poder-se-á falar em “discurso racista”, “discurso acadêmico”, “discurso religioso” etc., em diferentes áreas do eixo abrangedor dessa disciplina, porém sempre distinguindo as razões para atribuir ao discurso um ou outro significado: às vezes em razão das representações sociais ou das relações de poder entre os interlocutores (“discurso racista,” “discurso patronal”), às vezes em razão das instituições sociais às quais se pode vincular a “constituição” do discurso (“discurso jurídico”, “discurso religioso”). O que compreendemos como inevitável, porém, é que uma das razões de o discurso ser de difícil definição ocorre devido a ele ganhar significação precisa apenas dentro da teoria que o estuda.

---

*54 Com isso, quer-se dizer que todos os discursos interessam à Análise do Discurso, e não um ou outro em particular.*

Quaisquer discursos sobre os quais se reflita poderão ser estudados mediante pontos de vista distintos, já que os aspectos que constituem tais pontos são múltiplos e multifacetados, assim como os modos pelos quais os discursos são apreendidos pelos interlocutores da comunicação. Essa pluralidade é, certamente, algo positivo, pois evita que haja uma dogmatização em torno de uma única teoria nessa disciplina, o que não quer dizer que um ou outro autor não deixem de ser mais apreciados que outros.

O discurso, por esse viés, é aquilo de menos natural que se pode encontrar em meio às relações humanas, justamente por ser preciso, para sua concepção, de elementos artificiais, como as *representações sociais* e os *imaginários*, que fazem com que a “realidade” a ser significada transforme-se em um “real” significado<sup>55</sup>.

Essa talvez seja uma posição dúbia, já que a única forma de significação possível aos seres humanos é uma artificialidade, pois a *realidade*, como algo em si, é impossível a esses seres sem a intermediação da linguagem. Em contrapartida, a única forma de apreensão da realidade - o que se dá mediante o uso da linguagem<sup>56</sup> -, não é para o falante de uma língua compreendido como artificial, pelo contrário, é compreendido como natural. Conforme expõe Benveniste (2005, p. 57) “Para o falante há, entre a língua e a realidade, adequação completa: o signo encobre e comanda a realidade; ele é essa realidade [itálico do autor]”. Entretanto, isso ocorre somente para o falante, pois para o analista do discurso o assunto torna-se mais complexo, a ponto de ser necessário que este realize explicações sobre a não coincidência entre linguagem e realidade.

## 2 O REAL, A REALIDADE E OS IMAGINÁRIOS

Quando pensamos em “realidade”, pensamos sempre aqui em “realidade linguageira”, já que tendemos a considerá-la como algo não natural, cujas razões existentes são construções, dentre outras, sociais, históricas, psicológicas e filosóficas.

Justamente por não compreendermos a realidade como algo natural é que nos permitimos realizar algumas ponderações sobre ela, começando por elencar alguns aspectos que lhe poderiam dar existência mediante o uso da lin-

---

55 Cf. ARENDT (2009), CHARAUDEAU (2017) e NIETZSCHE (2007) para saber mais a esse respeito.

56 Tal uso ocorre em um sentido amplo, por meio do icônico, do indicial e do simbólico.

guagem, pois é possível que somente assim ela exista: a realidade seria, então, a linguagem configurada em discurso, a partir do que se poderia falar em “realidades”.

Os aspectos aos quais nos referimos podem ser desmembrados em uma tríade composta por elementos diversos, os quais permitem a transfiguração da linguagem em discurso, não sendo ele uma forma natural de manifestação da linguagem (mas qual o seria?), porém uma forma construída a partir dos três aspectos anteriormente mencionados<sup>57</sup>.

Certamente, ainda há outros elementos, como o filosófico, mas compreendemos que ele seria inerente aos demais, uma vez que toda manifestação de uma palavra é, na verdade, manifestação de um conceito dotado de um *valor* social, alocado no tempo e imbuído de uma carga representativa, adentrando aqui nos três aspectos anteriormente mencionados.

É por esse motivo que Nietzsche (2007, p. 35) afirma que toda palavra é, na verdade, a manifestação de um conceito com valor social, temporal, espacial e representativo, valores que aqui compreendemos como psicossociais. Indo sua existência em contramão ao singular e a simples rememoração de eventos.

Por esse viés, a comunicação humana somente existiria com vista à ação, ou seja, intencionando realizar algum ato, qualquer que seja ele, uma vez que quaisquer atos executados por meio da linguagem seriam somente uma das muitas possibilidades de criação de verdades, propiciadas pelo discurso.

Em um dos vieses de seu pensamento, Nietzsche compreende “a verdade”, como relacionada a realidades languageiras, sendo elas, para o próprio filósofo:

um exército móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, numa palavra, uma soma de relações humanas que foram realçadas poética e retoricamente, transpostas e adornadas, e que, após uma longa utilização, parecem a um povo consolidadas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que elas assim o são, metáforas que se

---

<sup>57</sup> Para uma reflexão a esse respeito, conferir o excelente artigo de Eliana Muzzi “Do enunciado à enunciação: Benveniste”, no qual a autora discute, a partir da obra de Benveniste, os aspectos interacionais da linguagem humana.

tornaram desgastadas e sem força sensível, moedas que perderam seu troquel e agora são levadas em conta apenas como metal, e não mais como moedas. (NIETZSCHE, 2007, p. 36-37).

Neste caso, de acordo com o filósofo alemão, haveria incapacidade de os elementos existentes no mundo serem apreendidos de uma forma precisa, por isso o “mundo” seria concebido de modo absolutamente languageiro, ou seja, seria por meio da linguagem que a ideia de “real” ganharia existência.

Conforme Nietzsche, o homem agiria ininterruptamente em uma busca pelas verdades do cotidiano, às quais, a título de exemplo, poderíamos apresentar como a busca pelo “moderno” (que seria isso senão uma realidade de linguagem), pela “honestidade” (como a busca por políticos honestos, apesar de as qualidades relacionadas à honestidade variarem no tempo e no espaço), ou a busca pela “verdade do ocorrido” (o que sempre se faz ao se preferir uma e não outra fonte de informação). Tais buscas seriam inconscientes, justamente pelo esquecimento primordial de que tais termos, alvos da busca, seriam ilusões que, por terem sido consideravelmente repetidas, perderam seu *status* de ilusão.

O pensamento de Charaudeau entrecruza-se com o do filósofo alemão, já que o linguista francês assume que os homens determinam, em cada comunicação, quais serão seus objetos de saber, classificando-os em domínios de experiência, além de atribuírem valor a esses objetos. E estende a mesma linha de pensamento, ao afirmar que a atividade de linguagem “*tematiza* esses objetos e esses domínios, *problematiza* a maneira como se deve considerá-los, precisa o *posicionamento* daquele que fala” (CHARAUDEAU, 2006, p. 188 [itálicos do autor]).

Em cada enunciação é possível encontrar tais elementos (tematização, problematização e posicionamento), uma vez que sua recorrência é necessária para a conformidade das interações, não podendo cada uma destas se diferenciar drasticamente das demais, em virtude mesmo do caráter social da linguagem humana, a qual seria impossível se fosse diferente em cada uma das vezes em que ocorresse. Além disso, a *finalidade* da interação restringe o que se pode falar e o modo como se deve falar.

As restrições do uso do verbo possuem aqui um caráter duplo, possibilitando a *compreensão*, o que não ocorreria se todas as vezes que falássemos fosse preciso criar uma palavra nova, mas também a repetição e o encaixe dos discursos em blocos, di-

vididos, seja por temas, por formas de comunicação, por domínios discursivos, por gêneros etc. Talvez por essa razão nem mesmo a Análise do Discurso consiga escapar à “armadilha” criada pela comunicação, uma vez que, no entender de um dos mais conhecidos estudiosos dessa disciplina, a Análise do Discurso não é neutra, como muitos gostariam, pois *“Elle semble prise dans la même logique de prolifération que son objet, le discours, qui se diversifie à l’infini en fonction des moments et des lieux d’énonciation: les études sur le discours sont aussi du discours.”*<sup>58</sup> (MAINGUE-NEAU, 1995, p. 5). Essa citação ganha mais relevância quando compreendemos ser por meio da linguagem e de sua utilização em discurso que ocorre a construção do “real”.

O termo “real” se refere ao mundo significado por meio da linguagem, opondo-se à “realidade”, a qual trata daquilo que ainda há de ser significado, como uma pedra antes de ser moldada pelo artesão. Em meio a isso, o conceito de “imaginários sociodiscursivos”, proposto por Charaudeau em um quadro da Análise do Discurso, é um dos mais relevantes, uma vez que trata de “uma forma de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais”, além de sua função imbricar a “criação de valores” e a “justificação da ação” (CHARAUDEAU, 2017, p. 578).

Tais imaginários são assim denominados, primeiramente, não por serem uma *invenção* do que não existe no mundo visível, ao que o termo “imaginário” poderia remeter, mas por serem uma forma de lapidação da *realidade*, organizadora das sociedades humanas. O “imaginário”, portanto, não é o que deixa de ser real, mas é aqui entendido como uma forma de conceber o mundo. As representações oriundas dos imaginários, necessárias à criação do real, somente se fazem em meio às práticas sociais, por isso sua denominação de “imaginários sociais”.

Não obstante, por ser indispensável o uso da linguagem para que ocorra a criação dos “imaginários sociais”, estes precisam, necessariamente, no quadro da Análise do Discurso apresentada por Charaudeau, converter sua nomenclatura em “imaginários sociodiscursivos”, já que “o sintoma de um imaginário é a fala” (2017, p. 579).

A partir do exposto é possível precisar melhor a nomenclatura utilizada por Charaudeau para trabalhar o conceito em Análise do Discurso utilizando as palavras do próprio autor:

---

58 *“Ela parece seguir a mesma lógica de proliferação do seu objeto, o discurso, que se diversifica ao infinito em função dos momentos e dos lugares de enunciação: os estudos sobre o discurso também são discursos” (Tradução nossa).*

À medida que esses saberes, enquanto representações sociais, constroem o real como universo de significações, segundo um princípio de coerência, falaremos de “imaginários”. E tendo em vista que estes são identificados por enunciados linguageiros produzidos de diferentes formas, mas semanticamente reagrupáveis, nós os chamaremos de “imaginários discursivos”. Enfim, considerando que circulam no interior de um grupo social, instituindo-se em normas de referência por seus membros, falaremos de “imaginários sociodiscursivos”. (CHARAUDEAU, 2006, p. 203)

O conceito de imaginários sociodiscursivos nos remete, então, aos saberes oscilantes nas diferentes sociedades, saberes que dizem respeito aos julgamentos de valor e também àquilo que poderíamos chamar de verdades sobre o mundo, na medida em que essas “verdades” seriam construções mais sólidas, diferentes das oscilantes, de caráter essencialmente subjetivo.

### **3 OS SABERES E OS IMAGINÁRIOS**

Percebe-se, a partir do que apresentamos até aqui, que, em uma interação, os imaginários são criados a partir dos discursos que circulam nos grupos sociais, ao mesmo tempo em que eles próprios possibilitam a existência desses discursos. Além disso, a depender da prática social em que se insere, um mesmo imaginário, caso consideremos os juízos de valor, pode ser entendido como “bom” e “justo” por um grupo e “ruim” e “injusto” por outro. Precisamos, por isso, buscar compreender como se estruturam os imaginários, a fim de apreender seu funcionamento.

Conforme Charaudeau (2006; 2017), os imaginários podem ser distinguidos entre aqueles que buscam alçar uma verdade exterior à subjetividade do indivíduo e aqueles que se baseiam em julgamentos e avaliações que os indivíduos realizam acerca do mundo. Aos primeiros, denominam-se “saberes de conhecimento”, aos outros, “saberes de crença”.

Os saberes de conhecimento procuram proferir “verdades” que se querem como absolutas, pois são sistematizadas por meio de uma metodologia que visa a imparcialidade, já que qualquer pessoa poderia provar sua veracidade. Assim ocorre com as “teorias”, envoltas em postulados que partem do princípio da certeza, do qual elas dependem para se desenvolver.

Charaudeau (2017, p. 581) entende que as teorias podem ser consideradas como uma “forma aberta” de discurso, uma vez que possibilita o contraditório para continuar a se desenvolver. Entretanto, elas também poderiam ser consideradas uma “forma fechada”, já que se baseiam em postulados, metodologias e axiomas aos quais estão presas e das quais dependem para existir.

Dentre os saberes de conhecimento, não somente as teorias (enquadradas nos “saberes científicos”) podem ser apresentadas como saberes de certeza (verdades), os quais se baseariam em uma verdade que se valeria da repetição e que se conceberia como exterior ao sujeito. Os chamados “saberes de experiência” também adentrariam ao que teria sua verdade engendrada pelo que pode ser comprovado e repetido, por mais de um indivíduo.

Certezas oriundas do exterior dos sujeitos concerniriam a um tipo de conhecimento visto pelo senso comum como *hard*, em relação àqueles que dependem inteiramente do olhar do indivíduo sobre o mundo e das coisas que neste há. Entretanto, os saberes de conhecimento não são os únicos existentes.

Os “saberes de crença” são também formas de conhecimento, mas diferente das anteriores, tratam do olhar do sujeito sobre o mundo, não de uma metodologia organizada com a pretensão de ser repetível e incontestável. Estes saberes são inteiramente oriundos da subjetividade dos sujeitos, de seu posicionamento e julgamento. Eles não podem ser comprovados ou verificados, mas nem por isso deixam de ser menos verdadeiros para aqueles que os proferem. Tais saberes comportam a “revelação” e a “opinião”.

A *revelação*, nesse caso, é comprovadora de como os saberes de crença requerem a adesão do sujeito à concepção de que aquilo que é dito constitui uma verdade incontestável: “Não é, portanto, surpreendente que sejam as doutrinas que se atrelem a esse tipo de saber” (CHARAUDEAU, 2017, p. 583), isso porque uma doutrina, caso seja tida por verdade, não poderá ser contestada, ou perderá seu *status* de doutrina. A doutrina sempre será incontestável para aquele que nela crê, sendo isso um dos aspectos que a diferencia do caráter fechado apresentado pelas teorias.

Se, por um lado, as teorias precisam de ser fechadas, a fim de constituírem-se como saberes, de outro, precisam também de abertura para prosseguir como saberes, sendo essa uma de suas características. As doutrinas, por sua vez, fecham-se e não admitem aberturas, ganhando o seu fechamento o *status* de “dogma”, ao que, como exemplo, poderíamos apresentar o enunciado “Todos são iguais pe-

rante a lei”. Esse enunciado, estabelecido como dogma, não pode ser refutado ou contradito, pode somente ser negado, e, nesse caso, apresenta-se como verdade inabalável, mas verdade somente para quem nela acredita, devido a um aspecto subjetivo, e não a um saber oriundo de experiências ou procedimentos científicos.

Arelados ao que, dentro dos saberes de crença, Charaudeau (2006; 2017) apresenta como saberes de revelação, estariam inseridas as “ideologias”, o ponto mais sensível posto até aqui, devido ao problemático histórico desse termo. Correndo o risco de parecermos inexoráveis, vamos, à maneira de Charaudeau, entender as ideologias como formas inelutáveis de conceber o mundo, fundadas em valores relativamente rígidos. Tratam-se de modos nos quais ocorrem distinções sobre as relações sociais, estabelecendo - querendo ou sem querer -, uma discriminação das identidades sociais dos indivíduos, por sempre serem as ideologias formas de pensamento relativamente fechadas em volta do modo de pensar o mundo cultivado por um grupo tido como majoritário.

Conforme Charaudeau (2006; 2017), as ideologias não se inserem em um simples sistema de pensamento, pois, quando enrijecidas, podem vir a tornar-se doutrinas, já quando permanecem demasiado flácidas, transformam-se em um simples sistema de crenças. Por esse motivo, não se deve pressupor que certas doutrinas não sejam ideologias, ou que determinadas teorias também não o sejam, assim como teorias podem vir a ser entendidas como doutrinas. O que estabelecerá a distinção entre umas e outras será o grau de importância e de incontestabilidade que os sujeitos atribuem a um determinado sistema de conhecimento.

Dito isso, há que se compreender que não são unicamente os saberes de revelação<sup>59</sup> aqueles que são comportados pelos saberes de crença, os saberes de *opinião* também fazem parte deste último, na medida em que o sujeito adentra os saberes majoritários nos grupos sociais e apresenta o seu julgamento acerca deles, assim como acerca das “coisas” do mundo e dos acontecimentos nele ocorridos.

A manifestação dos saberes até aqui apresentados poderá ser posta em um plano prático, apesar de não ser a intenção de Charaudeau, como um analista do discurso, de que todos os conceitos apresentados por essa disciplina sejam práticos. Intentaremos, porém, ir até onde nos seja possível em uma análise esboçar uma aplicação

---

59 A fé é um exemplo desse saber, o qual atesta uma verdade exterior ao sujeito, mas que não pode ser comprovada.

do conceito de imaginários sociodiscursivos, a fim de que o leitor perceba o modo como um evento, aparentemente simples, apesar de sabermos que nenhum o é, pode tomar proporções significativas devido à quantidade de meios de comunicação, domínios de discurso e interlocutores envolvidos em sua discussão. Trata-se do evento que ficou conhecido como “Escola sem Partido”, ao qual passaremos.

#### 4 UM CASO POLÊMICO

É difícil pensar que tenha havido algum momento na história em que componentes da sociedade tenham deixado de realizar críticas ou sugestão à “coisa pública” e ao seu *modus operandi*. Exemplo disso seria a maneira mais pertinente de os professores falarem em sala de aula, sobre quais temas abordarem, qual ênfase dar a estes e o que omitir dos estudantes. Tratando-se de uma sociedade recheada por julgamentos de valor.

Atualmente, o programa Escola sem Partido tem sido o movimento encabeçador do entendimento de que os professores podem ser doutrinadores dos estudantes, ensinando-lhes valores que iriam de desencontro àqueles compreendidos pelos defensores do movimento como valores “naturais” e “corretos”, do ponto de vista destes sujeitos.

Por estarem em uma posição que os beneficiaria, já que o *status* hierárquico inferior dos estudantes os subordinaria aos docentes, fazendo com que estes últimos possam prejudicá-los em caso de discordância de ideias, os professores seriam capazes, conforme essa maneira de pensar, de aproveitar-se da “inocência” dos discentes e obrigá-los ou levá-los a pensar de um modo que fosse compreendido como correto, do ponto de vista destes profissionais da educação, em detrimento de diversas outras formas possíveis.

Em meio a tudo isso, duas seriam as ideias norteadoras defendidas pelo programa Escola sem Partido. Primeiramente, a pluralidade dos pontos de vista, uma vez que o professor seria obrigado a apresentar as principais versões acerca de uma mesma teoria ou acontecimento, e não somente as que ele considerasse mais importantes; por outro lado, dever-se-ia, conforme os ideais do programa, ser fixado um cartaz em cada sala de aula, com o intuito de que os estudantes conheçam seus direitos, bem como os “deveres do professor”, sendo inclusive este o título do cartaz apresentado no site do programa, o qual reproduzimos a seguir:

**Deveres do professor**<sup>60</sup>

1. O professor<sup>61</sup> não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
2. O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
3. O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
4. Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
5. O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
6. O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

Contudo, muitos professores, e parte da sociedade, não compreendem a colocação do cartaz como algo benéfico ao ensino, mas como a imposição de uma visão de mundo: aquela dos indivíduos adeptos dos imaginários de crença, nos quais imperaria uma visão não laica da sociedade, com tendência uniformizante para as escolhas sexuais, religiosas, políticas, dentre outras. Alguns chegaram mesmo a denominar a fixação do cartaz como “Lei da mordaca”<sup>62</sup>.

Mas passemos ao modo como o programa Escola sem Partido foi retratado pelo site Papodelas, começando pela imagem abaixo<sup>63</sup>, constante no site.

---

60 Disponível em <https://www.programaescolasempartido.org/>. Acesso em 05/08/2019.

61 No próprio site, a palavra “professor” ora é utilizada com letra inicial maiúscula, ora com inicial minúscula.

62 Um exemplo da utilização dessa nomenclatura pode ser encontrado em <http://ubes.org.br/2018/8-motivos-para-lutar-contra-a-lei-da-mordaca-nas-escolas/>. Acesso em 05/08/2019.

63 Disponível em. <http://papodelas.com.br/escola-sem-partido-da-passo-importante-na-proibicao-de-genero/> Acesso em 05/08/2019.



A imagem apresentada foi publicada pelo site “Papodelas”, em matéria do dia 17 de maio de 2018, fazendo referência ao projeto de lei que propunha a colocação do já referido cartaz em todas as salas de aula do país, apresentando aos alunos os deveres do professor, assim como exercendo a função de “lembrar” ao professor quais seriam suas “obrigações fundamentais” em sala de aula.

Na mesma matéria do Papodelas, podíamos encontrar os seguintes dizeres:

Nesta semana, o projeto de lei conhecido como Escola sem Partido (PL 7180/14) deu um passo importante na proibição de “gênero” e “orientação sexual” em sala de aula e em atividades complementares.

A proposta do texto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ao excluir a possibilidade de o professor apresentar e debater questões de gênero na escola – prática considerada pelo movimento como doutrinação ideológica.

O site, ao afirmar: “deu um passo importante na proibição de ‘gênero’ e ‘orientação sexual’ em sala de aula e em atividades complementares”, apresenta, de modo irônico, sua concepção acerca do assunto. Isso se dá por Papodelas realizar a afirmação por meio de um enunciador que não coaduna com a possibilidade de que se proíba a discussão sobre os temas “gênero” e “orientação sexual” em sala de aula, uma vez que são exatamente sobre esses assuntos que escreve o site, tomando em suas matérias uma posição oposta à do programa Escola sem Partido.

Ocorre que a escolha lexical utilizada na matéria parte de imaginários existentes na sociedade e é significativa para que aqueles que a lerem recriem imaginários de crença sobre os temas e sobre o programa Escola sem Partido, reavaliando, com tendência negativa, as repercussões deste para a educação brasileira.

Por esse viés, o site possui um saber de opinião que postula a necessidade de discutir os assuntos em pauta, repudiando a proibição destes e fazendo isso mediante o apelo a uma figura de linguagem (a ironia) que apresenta seu modo de ver - mesmo que ele não tenha sido dito explicitamente, como quase nunca o é - por meio de um enunciador irônico, podendo, assim, conservar a ilusão de o site possuir imparcialidade jornalística.

A escolha do enunciado “excluir a possibilidade de o professor apresentar e debater questões de gênero na escola”, informa, com tom agressivo, a proposta do movimento, tal como visto pelo site, uma vez que a escolha do léxico em “excluir a possibilidade” e “de o professor debater”, independente do que virá a seguir, configura a crença de que o programa se trata de uma forma de censura. Caso fosse diferente, o site não faria referência à lei oriunda do programa Escola sem Partido ser por muitos denominada de “Lei da mordança”, bem como não intensificaria essa afirmação com um desenho em que professor, alunos e até mesmo uma imagem do filósofo Aristóteles aparecem com mordança, sendo impedidos de falar.

O aspecto de assustados daqueles que, na imagem, aparecem amordaçados, além da conotação de que todos estariam sendo vigiados, expressa pelo olhar de um homem atrás de uma porta, o qual os observa, possibilita inferir que não apenas a crença do site é a de que os professores estariam sendo censurados, mas também a de se tratar de uma censura em grau elevado.

Entretanto, isso somente pode ser inferido ao se comparar a imagem com a afirmação apresentada na matéria:

De acordo com informações divulgadas pela Agência Câmara Notícias, “as diretrizes [apresentadas pelo projeto de lei] teriam repercussão sobre os livros paradidáticos e didáticos, as avaliações para o ingresso no ensino superior, as provas para o ingresso na carreira docente e as instituições de ensino superior.”<sup>64</sup>

Tal afirmação, ao se juntar ao todo do texto, apresenta-o como uma crítica às ideias do programa, pois o Papodelas, em uma elaboração textual que presa pelo implícito, entende essa “repercussão” como um outro nome para “censura”.

Neste caso, há um alerta acerca de uma possível doutrinação que o programa procura “impor”: o silenciamento de alunos e professores, mesmo sendo nele afirmado que seriam os professores, e não o programa Escola sem Partido, aqueles que doutrinaríamos os estudantes.

Ora, como visto, a ideologia sempre existirá, pois ela configura um saber sem o qual a comunicação seria impossível. Ao nos comunicarmos, o que fazemos é manifestar diferentes saberes, os quais apresentam formas de criação da realidade que se configuram em imaginários sociodiscursivos. O que se encontra tanto na reivindicação do movimento, quanto na apresentação da notícia acerca do projeto pelo Papodelas são diferentes formas de ver o mundo, saberes de crença que os interlocutores possuem uns sobre os discursos dos outros, duas diferentes formas de construção da realidade.

Para os adeptos do programa, falar a respeito de sexo em sala de aula seria deturpar a ordem natural da sexualidade humana, pois, para este movimento, o simples ato de falar poderia levar garotos e garotas a realizarem escolhas não heterossexuais<sup>65</sup>. Por outro lado, alguns dos que não aderem ao exposto pelo programa, como os integrantes do Papodelas, não creem que possa ocorrer essas escolhas por sua simples menção ou discussão. Acreditam, diferente disso, que o programa é que procura exercer uma doutrinação ao expor ideias que expressam o “imaginário de

---

<sup>64</sup> Disponível em <http://papodelas.com.br/escola-sem-partido-da-passo-importante-na-proibicao-de-genero/>. Acesso em 05/08/2019.

<sup>65</sup> O que é bastante para se perceber um posicionamento ideológico do programa Escola sem Partido.

tradição”<sup>66</sup>. Tais ideias são manifestas no Papodelas em fala atribuída ao deputado Flavinho, segundo o qual o professor que fosse contra o que defende o programa desconstruiria “o conceito de família tradicional”, e em comentário que o site faz a respeito da fala do parlamentar.

Conforme o site:

“Procura-se impor às crianças e aos adolescentes uma educação sexual que visa desconstruir a heteronormatividade e o conceito de família tradicional em prol do pluralismo e da diversidade de gênero”, argumentou o deputado Flavinho (PSC-SP), relator do projeto.

Como um Winston Smith saído do livro “1984”, o parlamentar parece acreditar que o “problema” de gênero vai ter fim (ou diminuir) se o assunto for banido das salas de aula \_ voltaremos ao “amor que não ousa dizer o seu nome”.<sup>67</sup>

Neste aspecto, mais do que aquilo que teria dito o parlamentar, interessa-nos a escolha de sua fala realizada pela revista e o modo desta apresentá-la a seus leitores.

Alguns indícios nos apontam tratar-se mais claramente de uma ironia em relação ao imaginário da tradição, já que a modalização do exposto pelo site em “o parlamentar parece acreditar”, bem como a modalização pelo uso das aspas na palavra “problema”, aliados a afirmação de que, conforme o parlamentar, caso o assunto não seja exposto em sala “voltaremos ao ‘amor que não ousa dizer o seu nome’”, busca uma origem em que haveria uma unicidade ou pureza, por ele imaginada, a qual adentra sua forma de conceber esse discurso, ou seja, seu saber de crença acerca dos efeitos da (não) abordagem da sexualidade em sala de aula. Também a referência ao livro *1984*, do escritor inglês George Orwell, ironiza a fala do parlamentar, já que dentre tantas referências possíveis, escolheu-se a de uma obra distópica que aborda a censura em Estado totalitário.

---

*66 Este imaginário constitui uma busca por uma origem que representa uma essência, uma unicidade, uma pureza. No entanto, tais buscas constituem objetos de discurso, “realidades” moldadas e, a partir de sua constituição como “real”, discursos emanados pelos sujeitos a partir dos saberes de crença e frutos de embates.*

*67 Disponível em <http://papodelas.com.br/escola-sem-partido-da-passo-importante-na-proibicao-de-genero/>. Acesso em 05/08/2019.*

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões que o programa Escola sem Partido visa proibir que sejam mencionadas em sala de aula e as que o site Papodelas infere desejar que não o sejam constituem proferimentos linguageiros que somente quando ditos passam a existir. Ambos, programa e matéria jornalística, sabem disso, sendo essa a questão posta em debate: mencionar características da sexualidade humana, de movimentos políticos, de pensamentos religiosos e quaisquer outros relacionados ao rol elencado pelo programa farão com que passem a existir para aqueles que com eles entrem em contato. Novamente, trata-se da linguagem criando uma realidade que somente existirá após sua utilização, ou seja, somente se saberá que existem “movimento políticos” após alguém dizer que eles existem.

Uma notícia, aparentemente neutra, como a que analisamos, constitui uma visão de mundo que se organiza a partir da colocação de sujeitos em cena no discurso, da inserção desses sujeitos em um meio social, da escolha de estratégias linguageiras diversas: o que, tanto pelo ponto de vista de Charaudeau quanto de outros, como Nietzsche, constitui a criação de noções que denominamos “verdade”, “realidade”, “real”. Os imaginários sociodiscursivos são o ponto crucial em que podemos perceber a criação, a partir da linguagem, de noções tão abstratas quanto essas.

Os imaginários são o melhor exemplo de como o discurso possui capacidade para não somente constituir o *dito*, ou seja, o produto acabado, mas, principalmente, para criar e organizar os *modos de dizer*: o processo pelo qual os diferentes saberes de conhecimento e de crença são, para nós e por nós (seres sociolinguageiros), constituídos.

Ao tratarmos de uma notícia acerca do programa Escola sem Partido, veiculada pelo site Papodelas, quisemos mostrar como os imaginários da “tradição” (percebido no que o site menciona sobre o programa), do “medo” (emanado da maneira como o site elabora a notícia), e aqueles não trabalhados ou não nomeados aqui, não devem ser vistos como incomuns, mas como saberes diversos, igualmente a outros, com os quais a todo momento nos deparamos no cotidiano.

Não há momento em que manifestemos nossas ideias sem nos embasarmos em algum dos diversos imaginários sociodiscursivos existentes na vida em comum. Isso porque ela exige um viver junto, como também exige o compartilhamento de ideias. Talvez devemos considerar que existem ideias perigosas para a vida em sociedade, como aquelas em que é disseminado o ódio ao outro, e que uma melhor compreensão de como elas são construídas por meio da linguagem é o único

modo de saber com o que estamos lidando em um terreno comum, mas perigoso, já que nele debatemos acerca dos saberes que os indivíduos têm para si como certezas, das quais dificilmente conseguem se desprender, ainda que momentaneamente, para ouvir a voz do outro.

---

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. **A vida do espírito**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BENVENISTE, E. Natureza do signo linguístico In.: **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 2005, p. 53-59.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun. 2017.
- MAINGUENEAU, D. Escola Francesa de Análise do Discurso In.: CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 202.
- MAINGUENEAU, D. Présentation. **Langages** n° 117. Larousse, Paris, 1995 p.5-11.
- MUZZI, E. Do enunciado à enunciação: Benveniste In: MARI, H. et al. (Org.). **Fundamentos e dimensões da análise do discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges – Núcleo de Análise do Discurso. Fale – UFMG, 1999, p. 201-210.
- NIETZSCHE, F. **Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral**. São Paulo: Hedra, 2007.



# CAPÍTULO 8

## ANÁLISE DISCURSIVA DO “DIA DA PARADA HÉTERO”

Stener Carvalho Fernandes Barbosa (POSLIN/UFMG)

---

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo analisar a representação social do “dia do orgulho heterossexual” como forma de explícito verbal tendo como pano de fundo o implícito discriminatório. Para isso tratou-se de categorizar as modalizações enunciativas do discurso utilizando-se a teoria semiolinguística de Patrick Charau-deau (2009) na análise do Projeto de Lei 1.672 de 2011 de propositura do locutor legislativo Eduardo Cunha. Nesse sentido, viabilizamos a análise por meio da justificativa do PL 1.672 enfatizando o Modo de Organização do Discurso Enunciativo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Preconceito. “Dia do orgulho heterossexual”. Modalização enunciativa. Projeto de Lei.

---

### 1 INTRODUÇÃO

Existe um domínio de enunciados institucionais na Câmara dos Deputados. Um dos mais importantes são os *projetos de lei*. Não é difícil imaginar o porquê, já que esse gênero textual e discursivo é a realização material da atividade típica do poder legislativo, ou melhor, a produção das leis.

Em 2011 foi protocolado o *projeto de lei 1.672 que buscava instituir o Dia do Orgulho Heterossexual*. Melhor dizendo, por meio de uma iniciativa parlamentar, o congresso nacional esteve frente à necessidade de discutir uma inclusão de data comemorativa para o “orgulho hétero”. Frente ao já histórico dia da “parada gay”, teríamos – de acordo com a proposta e iniciativa política – a imposição legal, caso viesse a ser instituída, da “parada hétero”. Tratou-se, portanto, da ação política para a inclusão de uma data celebrativa. Isso, não obstante, se remetendo ao *explícito* verbal “direitos dos heterossexuais”.

O presente artigo visa realizar uma análise discursiva do *implícito*, ou seja, uma análise do significado<sup>68</sup> do “dia do orgulho heterossexual”. O propósito é trabalhar este projeto de lei (PL 1.672) sob a ótica linguística através dos Modos de Organização do Discurso (MOD) revelando o signo dessas intenções. Ou melhor, através da modalização enunciativa, buscaremos elucidar os enunciados dentro do ponto de vista do locutor na defesa dos direitos dos heterossexuais imersos em uma “onda conservadora”. Em outras palavras, por meio da teoria semiolinguística de Patrick Charaudeau, analisaremos a justificativa presente nesse PL através dos Modos de Organização do Discurso Enunciativo.

## 2 A ONDA CONSERVADORA

A “onda” é um substantivo, uma unidade gramatical. É definida como uma sinusoidalidade, “cada uma das elevações formada nos mares, rios, lagos, etc, pelos movimentos de ventos, marés, etc.” (HOUAISS, 2011, p. 2.064). Enquanto verbete do dicionário, associada a uma qualidade específica, pode designar especialidades. Nas ciências, designa fenômenos físicos (ondas magnéticas, eletromagnéticas, ondas sonoras, subsônicas, etc.), fisiológicos (onda cerebral) ou biológicos (onda migratória, onda de gafanhotos) (HOUAISS, 2011). Nas artes, *as ondas* indicam movimentos. Na pintura, *a onda* diz respeito à técnica. Em Van Gogh, *onda* é a expressão pincelar do impressionismo. *A Grande Onda de Kanagawa* é uma das mais famosas pinturas japonesas do século XIX que retrata um enorme *tsunami* encobrendo o Monte Fuji. No cinema, o filme *The Wave (A Onda)*, sucesso da década de 80, inspirou a denúncia de movimentos políticos fascistas em dias recentes. O filme retratou a experiência realizada por um professor de história ao construir um ambiente muito semelhante ao surgimento dos movimentos fascistas da Europa. Naquela ocasião, alunos aderiram à “onda”. Não obstante, *a onda* pode indicar uma tendência, uma moda, uma prática cultural definida no tempo. Os jovens que *estão na onda* são os jovens que estão na moda, que

---

68 Há uma discussão que decorre em distinguir significado de sentido. Ducrot (1987) toma a significação como estrutura frásica da língua (componente linguístico) e o sentido como aquele que depende do ambiente de produção (componente retórico), isto é, do enunciado do discurso. Charaudeau (2009), ao contrário, prefere utilizar significação para as atribuições discursivas e sentido para as atribuições transparentes do explícito frasal. Aqui abriremos mão da distinção – sentido X significado – tão somente com intuito de buscar um implícito através do explícito verbal.

se vestem com os últimos lançamentos das grifes, que conversam por meio de gírias atuais, que gesticulam de forma particular constituindo uma comunicação socioletal, uma identidade de grupo.

O substantivo “onda”, portanto, se vincula a essas diversas noções de movimento, da arte à ciência, passando pela moda, pela cultura e pelas diversas interações comunicacionais. Contudo, o movimento do significado “onda” impacta, em especial, o discurso político, a mobilização na mídia e suas reações na *internet*. Mais detalhadamente, a expressão “onda conservadora” é uma das variações mais recorrentes. De um a outro modo, trata-se de uma designação de um grupo político, de uma descrição de pessoas, de um processo histórico em que o discurso está mobilizado pelo aparecimento desse grupo.

No mundo informacional, à disposição dos usuários, o sintagma nominal “onda conservadora” é uma recorrência intensa. A *internet* potencializa seu significado. São milhões de referências informacionais disponíveis ao clique quase instantâneo do *mouse*<sup>69</sup>. Em consonância com isso, na América Latina, temos uma transformação no cenário geopolítico, indicando uma tendência conservadora. Muitos cargos presidenciais estão sendo ocupados por representantes dessa tendência. É o caso atual do Chile com Sebastián Piñera, do Peru com Martín Vizcarra, do Paraguai com Mario Abdo Benítez, da Argentina com Mauricio Macri, da Colômbia com Iván Duque Márquez, do Brasil, etc. Com efeito, a “onda conservadora”, decorrente de um fenômeno mundial, se inseriu e está presente no cenário político brasileiro. A crescente ocupação de representantes no Congresso Nacional por políticos de tendências conservadoras foi objeto de várias reportagens e de artigos de opinião divulgados pela mídia de referência. No caso brasileiro, no ano de 2014, a título de exemplo, foi eleita, para compor as 513 cadeiras da Câmara dos Deputados, a legislatura mais conservadora desde o ano do golpe militar em 1.964 (SOUZA, CARAM, 2014).

A “onda conservadora” se inscreveu no Brasil e no mundo demonstrando sua influência nas decisões políticas e nos discursos institucionais. Trata-se de um cenário que vem causando impacto semiológico nas manifestações discursivas, isto é, nos

---

69 Em uma busca no site Google, encontramos, em uma rápida pesquisa, 2.260.000 (dois milhões e duzentos e sessenta mil) resultados sem critérios de seleção. Selecionando o período que compreende o ano de 2.010 a 2.018 temos 180.000 (cento e oitenta mil) resultados específicos referentes ao corte temporal. No ano de 2.014 temos 2.100 (dois mil e cem) retornos cujo filtro é tão somente este ano e a expressão “onda conservadora”. Acesso em 22/09/2018.

sentidos sociais e sistemas de significação coletivos. Inclusive, nos acontecimentos e datas comemorativas tal como o dia do orgulho LGBT<sup>70</sup>.

### 3 O DIA DA “PARADA DO ORGULHO GAY”

Ao longo do tempo as datas comemorativas atravessaram as diferentes gerações, períodos de curta, média e longa duração na história (BARROS, 2012). Essas datas se fundam na temporalidade humana, ao mesmo tempo revelando a singularidade de um momento, ou de uma geração, com a estrutura de uma memória coletiva, isto é, se prolongando no tempo ao anexar ao evento “um tempo muito superior a sua própria duração” (BRAUDEL, 2011, p.90). Dizer, por exemplo, que o *11 de setembro*<sup>71</sup> é um acontecimento é dizer que ele se inseriu no quadro de uma estrutura das datas de uma memória social ou de um imaginário histórico em que circulam “as imagens verbais, as imagens oníricas, as imagens mentais” (BARROS, 2012, p.329). Dizem respeito, essas datas comemorativas, ao reconhecimento histórico e cultural pela sociedade através do impacto e da mobilização dos eventos que deram causa a essas datas. São eventos que abalam os pilares de uma estrutura social. Não são raros os casos em que eles se fundam após a realização de um acontecimento “traumatizante”. Isso implica dizer que não se trata, necessariamente, de celebrar o fato, festejá-lo, mas de se homenagear as vítimas e os envolvidos no evento histórico, de se concretizar uma política da memória (como é o caso de *11 de setembro*, ou o *dia D* da invasão da Normandia, etc.). Em alguns momentos, chega-se a violentar essa memória, infligi-la. Como disse Paul Ricoeur (2003, *online*):

[...] a questão do dever de memória ou de outros problemas cruciais que apelam a uma política da memória – amnistia vs crimes imprescritíveis – podem ser colocados sob o título da reapropriação do passado histórico por uma memória instruída pela história, e ferida muitas vezes por ela.

---

<sup>70</sup> Atualmente a sigla que designa a comunidade em torno dos direitos dos homossexuais é LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e mais). Contudo, vamos utilizar apenas as 4 (quatro) primeiras letras (LGBT) para nominalizar, dentro desse artigo, a comunidade em prol desses direitos.

<sup>71</sup> Em 11 de Setembro de 2001 dois aviões sequestrados por terroristas vinculados ao seu líder Osama Bin Laden destruíram, uma de cada vez, as denominadas Torres Gêmeas (World Trade Center) na cidade de Nova Iorque nos Estados Unidos da América.

Com efeito, esses acontecimentos podem gerar transformações linguísticas, ou melhor, novas nominalizações, designações ou apropriações lexicais. O discurso mobiliza essas transformações incluindo, no repertório verbal da sociedade, novas utilizações, novos sentidos coletivos e significados sociais. O substantivo *terrorista*, por exemplo, atualmente nos remete ao outro, ao *sujeito infame*, que promove o terror ou que auxilia na realização das catástrofes. A sociedade, diante dessa repudiada verbalização do *terror*, isto é, do *aterrorizar*, mobiliza diversas ações ou reações responsivas (BAKHTIN, 2006). Algumas autoridades públicas, motivadas pelo combate ao ativismo político (IBCCRIM, 2018) ou ao dano ao patrimônio público buscam a ampliação do verbo “aterrorizar”, entendendo que o significado deve abranger novas ações, pois:

Ninguém queima patrimônio público, põe fogo em ônibus, propriedade com famílias, sem *aterrorizar* a sociedade. [...]. Não podemos entender esses atos como luta ideológica e sim como ato terrorista. (MALTA, 2018)

Neste caso temos uma constituição negativa do evento. Logo, as apropriações lexicais serão perturbadas por um dispositivo ético discursivo em direção a essa percepção negativa. Afinal, o terror do mundo real terá impacto no mundo da linguagem. É nesse sentido que se diz que há uma dimensão ética no discurso (PAVEAU, 2015).

No caso específico da “parada do orgulho gay”, teremos outro acontecimento relevante, contudo de natureza positiva. Alguns léxicos irão se inserir no repertório verbal da comunidade política de todo o mundo para significar as lutas das comunidades LGBT. Dentre eles, “orgulho” possui grande força de mobilização dos imaginários políticos dessa comunidade. Um dos eventos que suscitará o aparecimento do “dia do Orgulho Gay” gira em torno de uma luta de setores da sociedade civil nova-iorquina contra agentes policiais da cidade de Nova Iorque. Conta a narrativa histórica que em 28 de junho de 1969, após mais uma das inúmeras batidas policiais no bar *Stonewall Inn*, pessoas frequentadoras desse estabelecimento – em sua maioria *gays*, *lésbicas* e *trans* – entraram em conflito com os policiais. Este conflito se arrastou por duas noites seguidas. Após esse episódio, no dia 1º de Julho de 1970, várias pessoas se uniram para a realização da primeira passeata pacífica com intuito de lembrar os acontecimentos daquela luta por direitos, contra a opressão do Estado. A passeata ficou mundialmente conhecida como “parada do orgulho gay” (JESUS, 2017).

No Brasil, o dia do Orgulho LGBT teve a sua primeira realização em 1997, na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo e surgiu em meio a mobilização de associações e organizações que desde a década de 70 se dedicavam a abordagem temática dos direitos da comunidade *gay* (FACCHINI, 2005). De lá para a cá, a discussão sobre a instituição oficial da data comemorativa ganhou várias iniciativas do poder público. A cidade de Uberaba/MG possui, desde o ano de 2010, a lei municipal 10.941, que institui a “semana do orgulho GLBTS”. A cidade de Belém do Pará promulgou a lei 9.270 em 2017 com várias datas comemorativas da “cidadania LGBT”. Outra cidade, no interior do estado de São Paulo denominada Pontal, por meio da lei municipal 2.683, de 2013, instituiu data celebrativa da “parada do orgulho LGBT”. Várias cidades já possuem projetos de lei para a instituição da parada comemorativa da comunidade LGBT (como é o caso de Campo Grande/MS, Blumenau/SC, etc.). Ou melhor, o movimento de reconhecimento das lutas traduzidas em verdadeiros acontecimentos históricos, vieram ganhando força dentro dos espaços públicos do poder institucionalizado no Brasil. Esse cenário mudará com a emersão da onda de conservadorismo político dos últimos anos.

#### 4 O “ORGULHO”

A forma nominal, ou o substantivo masculino “orgulho”, diz respeito ao “brio”, à “altivez”. Conforme o dicionário eletrônico *Priberam*, orgulho é a “manifestação do alto apreço ou conceito em que alguém se tem”, próximo de uma autoestima, de uma vaidade pessoal, de uma autovalorização. A depender do tamanho dessa *valorização de si*, afirma o dicionário que orgulho pode se tratar, na sua forma exagerada, de uma “soberba ridícula”.

A forma verbal desse léxico é acompanhada de um reflexivo, ou melhor, quem orgulha *se orgulha*. Em razão disso temos um movimento definido em que o sujeito do discurso<sup>72</sup>, na enunciação, realiza a estima a si mesmo. Os enunciados possuem verbos reflexivos em razão do próprio significado nominal:

Eu me orgulho da “parada gay”. → (autoestima)

---

72 Maingueneau (1997) chama a atenção para 3 (três) diferentes sujeitos de interesse a *Análise do Discurso: o sujeito genérico, o sujeito linguístico e o sujeito da formação discursiva*. Aqui, neste capítulo, “sujeito do discurso” é o que ele entende por “sujeito da formação discursiva” por se inserir nos debates acerca dos domínios dos gêneros discursivos.

Eles se orgulham de participarem do evento. → (se sentem estimados)

Nós nos orgulhamos de participar do dia do orgulho LGBT. → (todos são estimados)

Portanto, a expressão verbal do orgulho remete a estima entre os outros, mas principalmente consigo, ou melhor, de um EU para um EU. Trata-se de uma relação, denominada por Charaudeau de elocutiva (2009), traduzida pelo seu ponto vista sobre o seu valor frente ao mundo, como veremos mais adiante.

## 5 OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

O discurso tem suas modalizações. Ao pôr em curso as categorias da língua, tomando a definição de Benveniste (1989), o sujeito faz uso do sistema linguístico para efetivá-lo em categorias do discurso. Essa noção, de outra forma, faz uma diferenciação entre unidades da língua e unidades do discurso, bem proferida por Bakhtin nos estudos acerca do dialogismo (2006)<sup>73</sup>. Neste caso, a primeira diria respeito às unidades sem atuação na circulação de enunciados. Nada diriam sobre o sentido investido pelas intenções e atividades responsivas dos sujeitos discursivos. Já as unidades do discurso seriam os próprios enunciados que corresponderiam a rede de modalizações (à maneira, *o como* fazer uso do sistema da língua) dentro da atividade linguageira (CHARAUDEAU, 2009, p.82).

Na teoria semiolinguística, as modalizações são imersas nas visões de mundo dos sujeitos discursivos. Trata-se de observar o comportamento do sujeito falante ante o acontecimento discursivo. Nesse sentido, esse comportamento se desdobra em uma tríade modal:

- a)** No Alocutivo o locutor age sobre o interlocutor, numa relação de influência;
- b)** No comportamento Elocutivo o locutor enuncia seu ponto de vista sobre o mundo (Eu para um Eu-mesmo);
- c)** No Delocutivo o sujeito falante se apaga da enunciação, não implicando, em tese, o interlocutor (CHARAUDEAU, 2009).

De forma geral, esses comportamentos linguísticos, ou melhor, discursivos, definem a modalização enunciativa.

---

*73 Tomaremos Dialogismo na mesma acepção trazida pela professora Diana (2011), isto é, como duas dimensões do diálogo: a) uma entre os interlocutores e b) outra entre os enunciados ou os discursos.*

## 6 O PL 1.672 E O MODO DE ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVO

Existem 4 (quatro) Modos de Organização do Discurso, conforme Charaudeau (2009): o enunciativo, o narrativo, o descritivo e o argumentativo. Desses quatro, o modo de organização enunciativo perpassa todos os restantes.

De forma mais específica, podemos dizer que o modo enunciativo de organização do discurso refere-se a um *propósito referencial*, a um *ponto de vista* do sujeito falante integrados em uma *situação de comunicação* (CHARAUDEAU, 2009).

A situação da elaboração do projeto de lei 1.672 remetem-nos a um espaço institucional e a um tempo político caracterizado por uma “onda conservadora”. Dentro dessa situação, o discurso modal enunciativo se encontra numa relação entre os sujeitos da comunicação, isto é, entre o locutor e sua relação com o interlocutor. Não obstante, ainda, pode este mesmo sujeito falante (locutor) se exprimir por uma atividade reflexiva, isto é, do *Eu com o Eu-mesmo*. Nestes casos, estamos diante da relação Elocutiva do MOD enunciativo. Como afirma Charaudeau:

“o verbo **enunciar** se refere ao fenômeno que consiste em organizar as *categorias da língua*, ordenando-as de forma a que deem conta da posição que o sujeito falante ocupa em relação ao *interlocutor*, em relação *ao que ele diz* e em relação ao *que o outro diz*.” (2009, p.82)

Em Charaudeau as modalizações são posicionamentos dos sujeitos discursivos frente ao acontecimento discursivo, ou, frente ao “ato de linguagem” (CHARAUDEAU, 2009, p.52). Isto implica, sempre, numa atitude enunciativa, em uma manifestação discursiva que não seria outra coisa senão a “organização das categorias da língua” (CHARAUDEAU, 2009, p.82). De uma forma ou de outra, seja qual for a modalização em curso (se descritiva, se argumentativa ou se narrativa), como dissemos, todas estarão submetidas aos pontos de vista elaborados e inscritos no modo de organização enunciativo.

## 7 A ANÁLISE DO PL 1.672

O texto da justificativa do projeto de lei 1.672 está permeado de comportamento enunciativos, isto é, comportamentos Alocutivos, Elocutivos e Delocutivos.

Tratar-se, aqui, de considerar o “orgulho” – e sua forma verbal “orgulhar-se” – como um *subjetivema-central*, pois remete a um grau presente de aproximação do sujeito e seu discurso através do seu “comportamento”. Trata-se, de um suposto restabelecimento da honra por meio da reivindicação do brio, uma espécie de “orgulho de ser hétero”. Todo o corpo textual do PL está imerso em impressões subjetivas desse porte (opiniões, convicções, suposições, etc.) do locutor. Assim, será necessário passar pelas marcas subjetivas no plano verbal para analisarmos o PL do “Dia do Orgulho Heterossexual”. Dividiremos a análise pelos 4 (quatro) parágrafos da *justificativa* do projeto de lei 1.672:

#### Quadro 1 – Exposição dos motivos

1º parágrafo	A presente proposta visa resguardar direitos e garantias aos heterossexuais de se manifestarem e terem a prerrogativa de se orgulharem do mesmo e não serem discriminados por isso.
2º parágrafo	No momento que discutem preconceito contra homossexuais, acabam criando outro tipo de discriminação contra os heterossexuais e além disso o estímulo da “ideologia gay” supera todo e qualquer combate ao preconceito.
3º parágrafo	Aqueles que tem bom senso são contra qualquer tipo de preconceito, seja por cor, raça, religião e opção sexual. Contudo, não podemos confundir combate a preconceito com uma ideologia de venerar a razão do próprio preconceito.
4º parágrafo	O objetivo aqui é a livre manifestação das famílias, daqueles que respeitam as opções sexuais de quem quer que seja, mas querem deixar claro a sua opção e não irão se envergonhar dela. Daqui a pouco os heterossexuais se transformarão pela propaganda midiática em reacionários e nós queremos ter a nossa opção pela família sendo alardeada com orgulho.

Os projetos de lei são proposituras, iniciativas dos parlamentares para dar início ao processo legislativo. Compõe-se de duas partes: a) uma destinada a estrutura da lei que pleiteia sua aprovação com artigos, alíneas, parágrafos jurídicos, etc.; e b) outra que traz a exposição dos motivos que, geralmente, diz da importância da propositura e da matéria política a ser apreciada pelos legisladores. O quadro 1 acima diz respeito a esta segunda parte que busca evidenciar o ponto de vista do locutor legislativo.

O primeiro parágrafo evidencia o distanciamento do locutor para caracterizar uma objetividade assertiva. Esta é a singular característica do MOD Delocutivo.

---

1º parágrafo	A presente proposta visa resguardar direitos e garantias aos heterossexuais de se manifestarem e terem a prerrogativa de se orgulharem do mesmo e não serem discriminados por isso.
--------------	---

---

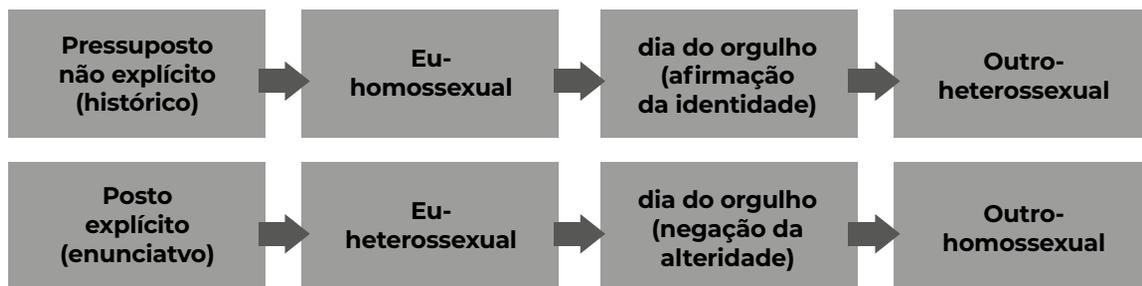
O plano objetivo do enunciado refere-se a proposta de apagamento do locutor. Existem dois movimentos no que diz respeito à posição do enunciador em relação ao tema homossexualidade: aquele que se afastaria de opinar e aquele que se inseriria, se aproximaria da opinião subjetiva sobre o tema. No caso em particular, o enunciador realiza um movimento de distanciamento do debate ao subtrair a enunciação “eu”. Ao mesmo tempo, insere sua profunda subjetividade ao retomar o verbo “orgulhar” no plural. Este último movimento é amplificado pela reivindicação do locutor heterossexual que “visa resguardar direitos e garantias aos heterossexuais”. Sob a ótica discursiva, o enunciado diz de um *explícito* e de um *implícito*, imbricados num efeito de sentido particular. Se por um lado “resguardar direitos e garantias”, dentro do universo das representações sociais – do resgate da memória coletiva, de uma história vinculada ao direito das minorias – é uma invocação do sujeito falante para supostamente *proteger os que não tem proteção*, por outro lado, o substantivo “heterossexuais” nos remete ao estranhamento da mobilização verbal dessa reivindicação para suscitar a *proteção daqueles que já tem proteção*. Nesse sentido, teríamos duas situações cujo efeito de sentido se divergiriam:

**Quadro 2** – Análises de situações e sentidos

- 
- ◆ Resguardar direitos e garantias → dos *homossexuais*
    - ▶ O *explícito* em acordo com o *implícito*.
  - ◆ Resguardar direitos e garantias → dos *heterossexuais*
    - ▶ O *explícito* em desacordo com o *implícito*.
- 

Esse efeito de sentido subvertido – uma espécie de falácia argumentativa – é identificável, no universo de representações do substantivo “orgulho”. Como já dito, se trata de manifestações da autoestima ou autovalorização do locutor. A novidade é que a apropriação desse sentido seria para excluir e não somente valorizar a si. Trata-se, portanto, de uma mobilização discursiva em torno de valores supostamente ameaçados pelo outro, em uma dinâmica de negação da alteridade frente às necessidades de afirmação identitária conservadora. Ao fundo, diz respeito a uma questão de identidade, um entrecruzamento entre o funcionamento interno (enunciativo) e externo (identidade social) do discurso. Inicialmente, o significado histórico pressuposto do imaginário social, da memória coletiva, é do Eu-homossexual/ “dia do orgulho”/Outro-heterossexual. Isto, evidenciando o acordo entre o implícito e o explícito. O enunciado posto, contudo, é o do Eu-heterossexual/“reivindicação do orgulho”/Outro-homossexual. Diante disso temos:

**Figura 1** – Percepção dos enunciados



Como reforça a figura 1 o primeiro parágrafo, retrata uma tentativa de distanciamento da posição do sujeito frente ao debate legislativo, mas com impressões

de subjetividade reveladas pelo *subjetivema* “orgulho” e pelo desacordo de sentido revelado pela suposta identidade conservadora e sua negação da identidade do outro.

O excerto seguinte (segundo parágrafo) apresenta com clareza o dialogismo entre os enunciadores e a posição dos interlocutores. Trata-se, conforme Charaudeau, de outro desdobramento do MOD delocutivo denominado “discurso relatado”.

[...] Um locutor *relator* (L.R) se dirige a um Interlocutor (I.R) num determinado Tempo (T.R) e num determinado Espaço (E.R.) para relatar o Discurso enunciado anteriormente (D.O) por um Locutor de *origem* (L.O) que se dirigiria a um interlocutor (I.O) num determinado Tempo (T.O) e num determinado espaço (E.O). (2009, p.103)

Isto é, há uma interação entre os participantes em que o EU promove uma troca comunicacional com o TU, mas com intuito de interagir, ainda que em conflito, com o ELE ou com o seu relato de origem. É assim no segundo parágrafo da justificativa do projeto de lei do dia do orgulho heterossexual:

---

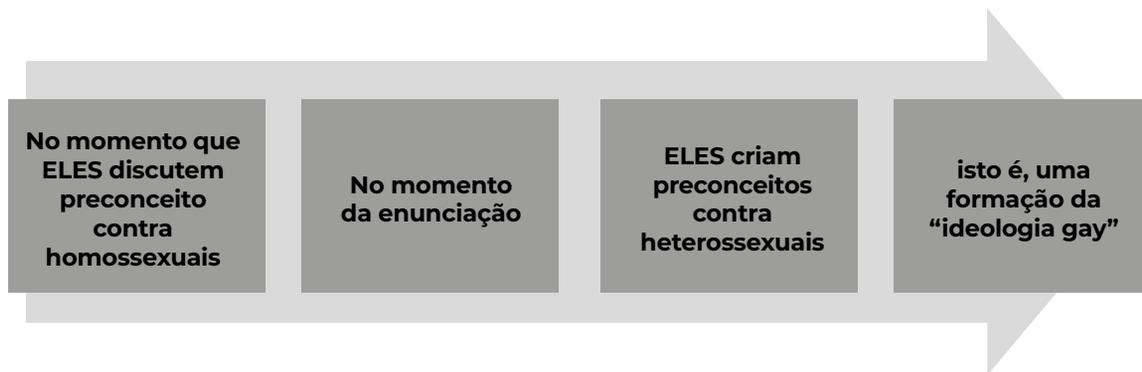
2º parágrafo

**No momento que discutem preconceito contra homossexuais, acabam criando outro tipo de discriminação contra os heterossexuais e além disso o estímulo da “ideologia gay” supera todo e qualquer combate ao preconceito.**

---

Diz respeito então a um locutor de origem (L.O) que está discutido a importância de combater discriminações contra a comunidade LGBT, isto é, a voz dos próprios representantes da comunidade LGBT. O locutor relator Eduardo Cunha (L.R.) conclui, com isso, que no momento da instauração dessa discussão, no momento da enunciação, os locutores de origem (deputados da bancada LGBT, organizações sociais pró-diversidade sexual, etc.) instauram automaticamente uma nova modalidade de preconceito. Em outras palavras, seria o preconceito surgindo do combate ao preconceito representado por uma “ideologia gay”. O movimento é causa e consequência da discriminação representada pelos incentivadores de tal ideologia:

Figura 2 – Análise enunciativa



Como demonstra a figura 2 é possível, contudo, analisar as categorias discursivas de forma flutuante uma vez que o MOD enunciativo pode demonstrar na mesma atividade enunciativa mais de uma posição semiolinguística. Logo, se por um lado no excerto anterior ele traz uma tentativa de distanciamento (por se tratar de um ato de exprimir do MOD Delocutivo), por outro apresenta uma opinião fortemente presente sobre a “ideologia gay”, o que entende ser uma espécie de “preconceito dos preconceitos”. Nesse sentido, além de uma análise do MOD enunciativo Delocutivo, podemos observar um MOD enunciativo Elocutivo expresso por meio da categoria “opinião”. Diz respeito, portanto, a manifestação verbal, chamada por Charaudeau de “configuração explícita” (2009, p.92 e 93), sob condições próprias e de fórum íntimo:

Estou persuadido que...

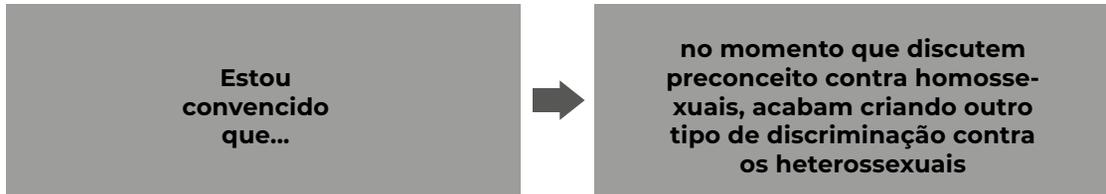
Estou convencido de que...

Estou certo de que...

Não duvido em absoluto de...

Esse contexto verbal permite compreender que a modalidade expressa no enunciado nos remete a configuração implícita de ordem opinativa. De outra forma, é uma manifestação verbal tácita, através desse índice de “configuração implícita”, que estabelece o caráter doxal do locutor que, mais uma vez, é um sujeito do discurso certo de que há em andamento uma trama para o fortalecimento de um “ideologia gay” e de uma nova forma de discriminação. Isto é, a configuração implícita está na convicção do locutor que combater preconceitos gera mais preconceitos. Em palavras esquematizadas na figura 3 abaixo:

Figura 3 – Análise da opinião tácita



Por fim, cabe observar que o enunciado se divide, sob a perspectiva semântica, em duas partes. A partícula que realiza essa divisão é a conjunção aditiva “e”. Na primeira parte o locutor constrói o ponto de vista de que o combate ao preconceito gera o preconceito. Na segunda parte, o locutor se justifica informando que ainda que haja um combate à discriminação, fomentar a “ideologia gay” *supera* toda iniciativa de combater o preconceito. Mas esse *supera* está associado ao sentido de repúdio do locutor a tal ideologia, ou melhor, contra o “orgulho do dia LGBT” traduzido como uma ameaça ao universo *hétero*. Logo, esse verbo “*supera*” (ainda que expresso em terceira pessoa do singular) pode ser considerado outro *subjetivema* de grande índice da presença do sujeito no enunciado, pois supõe a hierarquização dos universos em conflito. Pressupõe que o locutor tem dimensão que existe uma superioridade do sistema de valores heterossexuais. E nesse sentido, estaria pronto a travar uma luta para manter o universo de valores da comunidade LGBT sempre a um nível inferior, não podendo esta *superar* o universo de representações heterossexuais. Se por um lado combater a discriminação gera mais discriminação, por outro, dar ensejo a “ideologia gay” já é o suficiente para rebaixar as iniciativas de afirmação da comunidade LGBT. Embora as razões do locutor devam sugerir íntima convicção do “orgulho hétero” – o que supostamente suscitou um projeto de lei para a instituição do dia do orgulho heterossexual –, na mesma via sugere uma manifestação de pulverização da identidade do *Outro*. Novamente o interno e o externo se fundem para revelar um dispositivo discursivo específico entre *identidade social versus crença individual*. Esse duplo movimento ainda parece trazer o locutor a uma recorrente justificativa das suas intenções, oscilando em denunciar o preconceito, mas, ao fundo, proferindo preconceitos ao negar a identidade de terceiros. Ele manifesta uma discriminação em relação à comunidade filiada ao que denomina “ideologia gay”. Ou melhor, há um manifesto verbal que acusa o ELE de discriminação frente ao EU e ao TU. Há uma “terceirização” do preconceito que é, ela mesma, uma prática de discriminação do outro.

No 3º parágrafo temos um julgamento. Para Charaudeau a categoria do “julgamento” enunciativo é uma Modalidade Alocutiva em que se estabelece uma relação de influência sobre o destinatário. É nesse sentido que o EU enunciador “aprova”, “acusa”, “condena” ou “absolve” para consolidar sua posição de força, de peso, de autoridade sobre as convicções ou manifestações verbais do *outro*. No caso em particular, contudo, o “julgamento” não é direcionado ao TU de forma explícita, isto é, direta ao público-alvo, aos pares de debates, aos correligionários, aos parceiros (na acepção estrita do termo). Trata-se de definir que tem ou não tem “bom senso”.

3º parágrafo

---

**Aqueles que tem bom senso são contra qualquer tipo de preconceito, seja por cor, raça, religião e opção sexual. Contudo, não podemos confundir combate a preconceito com uma ideologia de venerar a razão do próprio preconceito.**

---

Neste relato o locutor põe em jogo um dialogismo, pois clama pela comunidade de filiados à sua orientação política. É assim em “não podemos confundir”. É nesse contexto de representatividade política que o locutor convoca os representados em um exercício de legitimidade da sua fala. “Aqueles que tem bom senso” serão identificados como pessoas filiadas à sua agenda política, isto é, aos eleitores de orientação heterossexual. Mas, inicialmente “aqueles que tem bom senso” podem ser quaisquer cidadãos preocupados com os aparecimentos das manifestações de preconceito na sociedade. De uma forma ou de outra, trata-se de uma bifurcação em que se constitui um falso dilema: ou você tem bom senso ou não tem.

É no decorrer do argumento, ou melhor, do enunciado que surgirá a definição clara para o locutor Eduardo Cunha (por meio do enunciador) de *quem tem* ou *quem não tem* bom senso. Logo, é a partir da conjunção adversativa “Contudo” que dará início a próxima etapa de efetivo julgamento:

Contudo, não podemos confundir combate a preconceito com uma ideologia de venerar a razão do próprio preconceito.

Neste instante, o locutor agrega ao modo enunciativo de julgamento o modo enunciativo Elocutivo de *recusa*.

De acordo com Charaudeau (2009, p.97) na recusa o locutor:

- a) Pressupõe que lhe foi dirigido um *pedido de realização* de um ato;
- b) Responde desfavoravelmente a esse pedido;
- c) Pode ou não ter uma autoridade institucional.

Em um raciocínio dialógico, há uma petição social ao estatuto do legislador quando se trata de combater preconceitos. Nesse sentido, é de se destacar que o papel institucional de um congressista é responder a esse pedido. Com efeito, podemos dizer que há uma petição social para se combater os preconceitos, e uma resposta *desfavorável* a esse pedido. O locutor não é a favor da forma como se está combatendo preconceitos. Em um tipo de efeito retórico, atribui a este combate a construção de um novo tipo de preconceito.

No último parágrafo, a manifestação discursiva está impregnada de aproximações do falante com o ato de linguagem. Além disso, um intenso jogo dialógico é invocado para convocar os ouvintes responsivos para a constituição do debate político.

---

4º parágrafo

**O objetivo aqui é a livre manifestação das famílias, daqueles que respeitam as opções sexuais de quem quer que seja, mas querem deixar claro a sua opção e não irão se envergonhar dela. Daqui a pouco os heterossexuais se transformarão pela propaganda midiática em reacionários e nós queremos ter a nossa opção pela família sendo alardeada com orgulho.**

---

O texto mostra que as forças dos subjetivemas dentro do MOD enunciativo retiram o locutor do lugar da imparcialidade. Basicamente, toda a justificativa do PL 1.672 de 2011 está calcada nas formas subjetivas de marcas pessoais do plano verbo-nominal. Mas, ao final, essas fugas enunciativas pela delocução (apagamentos) se revelam apenas como máscaras aparentes de neutralidade. É bem provável que isso se dê em razão das exigências e coerções do gênero “Projeto de Lei”, rígido, solene e padronizado<sup>74</sup>. Transgressivamente a isso, é através dos apelos ao TU, pela adesão ao ponto de vista do locutor, que encontramos expressões verbo-nominais como:

---

<sup>74</sup> O debate sobre o gênero Projeto de Lei estará incluso na dissertação de mestrado sobre a relação entre a onda conservadora e as manifestações enunciativas nos projetos de lei polêmicos.

- ◆ Orgulhar-se = reflexivo referente ao substantivo “orgulho” de pertencimento a um grupo por exclusão a outro numa relação de afirmação de uma identidade por negação a outra.
- ◆ Superar = referente a iniciativa institucional, por meio do poder político, de manter fora dos debates sobre combates a discriminação todos aqueles considerados difusores da “ideologia gay”.
- ◆ Venerar = referente a cultivadores de ideologias doutrinadoras do “orgulho LGBT”.

Igualmente, nesse momento final, outro verbo ingressa na mobilização discurso fugindo da neutralidade institucional, isto é, o verbo “envergonhar” põe em curso a subjetividade do locutor. Como um par necessário de “orgulho”, a “vergonha” determinará a inclusão do locutor associado a uma opinião preconceituosa ou, no mínimo, desconfortável com o avanço das garantias e direitos a comunidade LGBT. Com efeito “vergonha” surge como um novo paradigma de subjetividade. Ela carrega as impressões de um sujeito apropriado da reafirmação de uma identidade heteronormativa. Num universo em que o processo legislativo é eminentemente heterossexual – e principalmente masculino<sup>75</sup> – as expressões verbais são manifestações transparentes de uma identidade com os interesses tão somente heterossexuais e masculinos. “Vergonha”<sup>76</sup>, portanto, é a emoção discursiva vinculada ao universo do “orgulho” heterossexual masculino, que frente a crescente reivindicação de espaços de poder público da comunidade LGBT, reage influenciado por fortes e excludentes emoções em defesa do brio *hétero*.

Não se pode deixar de fora uma análise do “desejo” enunciativo. Este está associado ao verbo “querer”. Dentre as recorrências que nos remetem a observação de uma expressão subjetiva nos verbos, “querer” tem uma forte marca modal. Além disso, diz respeito também a um “desejo” e a uma “carência”, modalidades claras de subjetividade pelas emoções. Conforme Charaudeau:

O “Querer” comporta variações, de acordo com a natureza do outro agente a quem o locutor apela. O “Desejo” expressa um “Querer” íntimo do locu-

---

*75 Atualmente, somente 15% (77 das 513 cadeiras) da composição da Câmara de Deputados é ocupada por mulheres. Este número aumentou em 2018. A legislatura passada ainda continha percentual menor, isto é, apenas 10% (51 cadeiras) foram mulheres eleitas deputadas federais para o período de 2014-2018.*

*76 “Vergonha” está no famoso rol de emoções descritas na Retórica aristotélica (2011).*

tor, sem especificar o agente ou a causa que poderia realizar esse desejo.” (2009, p.95)

Nesse sentido, o último parágrafo (representados por duas frases ou por dois enunciados) indica um *querer elocutivo por exigência*. As exigências do locutor são para preencherem uma lacuna de carência, pois, como afirma Charaudeau:

[...] a “Exigência”, que exprime um “Querer” muito intenso em relação com a posição de autoridade do locutor, o qual o chama o outro (interlocutor ou um terceiro) à submissão para que sua carência seja preenchida. (2009, p.96)

Por fim, o locutor realiza a categoria modal opinativa ao abrir a última frase com o sintagma adverbial “Daqui a pouco”. Mas neste, não se trata de expressar a opinião por meio da convicção. Se trata de manifestar uma opinião elocutiva por *suposição*. Diz respeito ao pressentimento do locutor que um evento futuro, ainda que incerto, possa surgir. Conforme Charaudeau, trata-se de uma “certeza forte”, pois a suposição:

[...] implica dúvida, e o locutor exprime seu ponto de vista quanto ao grau de certeza da validade do propósito. Vai desde uma “certeza forte” (mas não total) ao “pressentimento”, passando pela negação da própria crença [...] (2009, p.92)

Nesse sentido, teme o locutor que em um momento futuro próximo, isto é, “Daqui a pouco”, sejam os mesmo nominalizados pela imprensa como “reacionários”. Afirma o locutor legislativo que eles não são reacionários, temendo por uma semantização negativa das suas ações, ou melhor, das suas falas, do seu discurso. Ele entende que ser designado como um *reacionário* é atacar a própria legitimidade das suas reivindicações.

Contudo, é necessário frisar que a propositura de um PL que vise instaurar um dia do orgulho heterossexual é uma *reação* ao movimento de reconhecimento do dia do orgulho LGBT. Portanto, o locutor teme ser caracterizado como um *reacionário*, mas a sua atitude discursiva é, por si só, uma atitude de *reação* ao movimento LGBT. Essa

reação, inclusive, quer o locutor que seja “alardeada com orgulho”. Há uma convocação ao público, mas uma restrição à intermediação midiática.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso não é o que está necessariamente expresso. Se há um implícito discriminatório, ele se encontra nas exposições do sujeito discursivo. Essas aparições ocorrem nas modalidades, em especial, a enunciativa, que de uma forma ou de outra, expressa o que está nas linhas (explícito) e nas entrelinhas (implícito). Nesse sentido é que temos as aparições dos pontos de vistas do enunciador no modo de organização enunciativo.

As comemorações da “parada LGBT” são retomadas de uma memória com intuito de se lembrar as condições de tratamento, as perseguições políticas e o silenciamento das vozes dessa comunidade. Serve, esta data comemorativa, como símbolo de recorrentes conquistas e de permanente reivindicação por direitos conquistados. Paralelamente, relembra as perseguições que sofreram e celebram o reconhecimento da sua existência, o respeito e a garantia da cidadania democrática. Representam uma ressignificação da estrutura social no sentido de revalidar a inclusão da comunidade LGBT nas decisões políticas. Trata-se de uma celebração para lembrar os acontecimentos que ensejaram em uma luta pelo diálogo e pela visibilidade.

No projeto de lei do “dia do orgulho hétero” temos um locutor que não compõe esse cenário histórico. Há um sujeito discursivo que usa das exposições modais do seu ponto de vista discriminatório. Nem sempre essas intenções são evidenciadas, pois há uma tentativa de distanciamento do locutor/enunciador Eduardo Cunha na expressão das opiniões. Em determinado momento, há uma aproximação em tom emocional para revelar o ponto de vista. O “orgulho” e a “vergonha” são mobilizados para realizar várias das categorias discursivas como as suposições, as recusas, as opiniões e os desejos aliados a carências enunciativas. Corresponde, a iniciativa, a uma intenção enunciativa com intuito de mobilizar a polêmica social. Não se trata de um movimento social coletivamente construído, mas de uma manifestação política institucional. O movimento não é o do público para o institucional, mas do institucional para o público.

Já a “parada LGBT” diz respeito a uma celebração do orgulho da sua história frente ao poder público e a própria sociedade em geral. Desde a década de 70, até os dias atuais, os movimentos LGBT reproduzem no mundo as reverberações dessas lutas, que são constantes e repetidas nas datas comemorativas. O Dia do Orgulho LGBT,

portanto, é um movimento com respaldo histórico e social que nos remete a uma legitimidade de conquista dos espaços de fala, principalmente o espaço de fala político. Mais do que as ações e as inclusões na vida pública, diz respeito ao direito de dizer, de se expressar, de realizar as manifestações enunciativas nos espaços cotidianos da vida democrática.

Desta feita, as marcas da efeméride da “parada do orgulho gay” realizam o surgimento de uma memória coletiva através da lembrança do acontecimento pela data celebrativa, que a um só tempo representa a reivindicação de direitos da comunidade LGBT e a memória daqueles que ousaram desafiar os agentes do Estado perante a situação de opressão.

Uma reação contrária cresceu nos últimos anos. Uma onda conservadora tomou conta dos espaços públicos e institucionais do mundo democrático. Esse movimento conservador quer instituir um “dia do orgulho heterossexual”. A reação decorre do fato de se buscar por meio das manifestações verbais a exclusão da vida política da comunidade já excluída dos espaços de poder da sociedade. O movimento está inserido numa *onda conservadora* emergente no mundo e com força institucional no Brasil. Os desafios para a vida democrática, independente do espectro político, são as inclusões das diferentes vozes nas esferas do poder público brasileiro.

---

## **REFERÊNCIAS**

- ALTHUSSER, L. P. Aparelhos Ideológicos de Estado. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- ARISTOTELES. Retórica. 4.ed. Portugal. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: BRAIT, Beth (org.). Bakhtin, dialogismos e construção do sentido. São Paulo: Unicamp, 2011.
- BARROS, José D’Assunção. Teoria da História. Volume V: A Escola dos Annales e a Nova história. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- BENVENISTE, Émile. Problemas da Linguística Geral II. Campinas: Pontes, 1989.
- BRAUDEL, Ferdinand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: NOVAIS, F & SILVA, R (orgs.). Nova História em perspectiva. São Paulo: Cosac & Naify, p.87-127 [original:1958]

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso Político. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso. São Paulo: Contexto, 2009.

DUCROT, Oswald. As leis do discurso. In: O dizer e o dito. Campinas: Pontes, 1987.

FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro. Garamond. 2005.

HOUAISS. Dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, 2011, 1ª edição.

JESUS, Jaqueline Gomes de. O labirinto da cidadania LGBT. In: Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos: perspectivas multidisciplinares. Belo horizonte. Initia Via, 2017.

MALTA, Magno. Movimentos temem que até 'like' baste para virarem terroristas no governo Bolsonaro. In: Folha de São Paulo, 06/12/2018, disponível em [<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/movimentos-temem-que-ate-like-baste-para-virarem-terroristas-no-governo-bolsonaro.shtml>], acesso em 10/12/2018.

MAINGUENEAU, Dominique. Novas tendências em análise do discurso. Campinas: Editora Unicamp, 1997.

ORGULHO. Dicionário online do Priberam, 17 mar. 2019. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/orgulho>>. Acesso em 17 mar. 2019.

PAVEAU, Marie-Anne. Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

SOUZA, Nivaldo e CARAM, Bernardo. Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap. O Estado De São Paulo, São Paulo. 06 de out. de 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528>>. Acesso em 25 mai 2019.

RICOEUR, Paul. Memória, história e esquecimento. Universidade de Coimbra, 2003. Disponível em: <[http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos\\_traduzidos\\_paul\\_ricoeur](http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_traduzidos_paul_ricoeur)>. Acesso em 12 dez 2018.

---

## REFERÊNCIAS JURÍDICAS

BRASIL. Projeto de Lei 1.672 de 2011. Institui o “Dia do Orgulho Heterossexual”, a ser comemorado no terceiro domingo de dezembro. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=4883E-DEF2A5AEF2122F3F42BBB7BA667.proposicoesWebExterno2?codteor=892977&file-name=Tramitacao-PL+1672/2011](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=4883E-DEF2A5AEF2122F3F42BBB7BA667.proposicoesWebExterno2?codteor=892977&file-name=Tramitacao-PL+1672/2011)>.c Acesso em 15 mar. 2018

BELEM DO PARÁ (PA). Lei 9.270 de abril de 2017. Institui no Calendário Oficial do Município de Belém, a agregação de datas alusivas à promoção da cidadania LGBT, e dá outras providências. Belém do Pará, PA, 04 abr. 2017. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pa/b/belem/lei-ordinaria/2017/927/9270/lei-ordinaria-n-9270-2017-institui-no-calendario-oficial-do-municipio-de-belem-a-agregacao-de-datas-alusivas-a-promocao-da-cidadania-lgbt-e-da-outras-providencias>>. Acesso em 22 abr. 2019.

IBCCRIM - Instituto Brasileiro De Ciências Criminais. “Constituição garante direito de ativismo político”, dizem palestrantes em mesa de estudos e debates do IBCCRIM. 01 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.ibccrim.org.br/noticia/14404-Constituicao-garante-direito-de-ativismo-politico-dizem-palestrantes-em-mesa-de-estudos-e-debates-do-IBCCRIM>>. Acesso em 09 ago. 2019.

PONTAL (SP). Lei 2.863 de setembro de 2013. Institui no calendário oficial do município de Pontal o dia municipal da parada do orgulho “LGBT”. Pontal, SP, 18 set. 2013. Disponível em: <<http://www.pontal.sp.gov.br/site/leis-decretos/leis/2013/2683.pdf>> Acesso em 22 abr.2019.

UBERABA (MG). Lei 10.941 de abril de 2010. Institui a Semana do Orgulho GLBTS - Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros e simpatizantes e a Parada Gay no calendário de eventos oficiais do Município de Uberaba e altera a Lei nº 8.194, de 15 de março de 2002 - Calendário Popular. Uberaba, MG, 19 abr. 2010. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberaba/lei-ordinaria/2010/1094/10941/lei-ordinaria-n-10941-2010-institui-a-semana-do-orgulho-glbts-gays-lesbicas-bissexuais-transgeneros-e-simpatizantes-e-a-parada-gay-no-calendario-de-eventos-oficiais-do-municipio-de-uberaba-e-altera-a-lei-n-8194-de-15-de-marco-de-2002-calendario-popular>> . Acesso em 22 abr.2019.





# CAPÍTULO 9

## AUDIÊNCIA PÚBLICA: ÁGORA GREGA NA MODERNIDADE?

Égina Glauce Santos Pereira (POSLIN/UFMG/CNPQ)

Tatiana Affonso Ferreira Paiva (POSLIN/UFMG/CAPES)

---

**RESUMO:** Em um Estado democrático de direito, é preciso colocar as diferenças em diálogo para reduzir o distanciamento entre as pluralidades. Os valores são as pontes que interligam as diversas áreas de conhecimento, como o direito, a política ou a religião com a sociedade e, diante disso, a audiência pública é um dos instrumentos através do qual se busca a diminuição das distâncias. Sua finalidade é debater a questão suscitada anteriormente à decisão judicial, já que a mesma gerará reflexos na sociedade. Portanto, por meio do debate entre os representantes legitimados na Constituição Federal, seria possível uma intervenção social em ações estatais. Nesse conceito, a perspectiva histórica da ágora grega se assemelha ao papel discursivo político, econômico e social próprio do gênero da audiência pública.

**PALAVRAS-CHAVE:** Audiência Pública. Jurisdição Constitucional. Diálogo. Ágora.

---

### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O papel do Direito é regular as ações sociais definindo o que é permitido ou não nas relações entre pessoas, afetando diretamente o dia a dia das pessoas. No entanto, diante de uma democracia instituída inicialmente por um governo de maioria, algumas regulações podem causar mal estar social, já que os interesses das minorias também devem ser respeitados. Nesse sentido, é evidente que o ordenamento jurídico pode ser influenciado e sofrer alterações quando confrontado com a realidade da sociedade na qual está inserido. Em outras palavras, o Direito, para atingir sua finalidade e ser instrumento de organização social, não pode nem deve ser estático.

Buscando, então, consubstanciar suas decisões dentro de um espírito democrático e de mudanças necessárias, seja em decorrência das tecnologias inovadoras ou das alterações sociais em seus usos e costumes, o Supremo Tribunal Federal (STF) passou a instaurar audiências públicas com o objetivo de ouvir a parte da sociedade que detém o discurso de conhecimento a respeito de certa situação não jurídica e que afetará diretamente parcela da sociedade.

Assim, apesar do objeto de pesquisa encontrar-se situado no Discurso Jurídico Constitucional, constitui-se, na verdade, como parte do processo judicial, enquanto deliberação considerada necessária para melhor compreensão dos assuntos tratados nas ações constitucionais, podendo ser considerado, atualmente, um elemento probatório na Jurisdição Constitucional.

A audiência pública permite à autoridade competente abrir espaço para que todas as pessoas, ou grupo de pessoas, que possam sofrer os reflexos dessa decisão tenham oportunidade de se manifestar antes do desfecho do processo. Assim, pode ser pensada como um instrumento que possibilita uma decisão com legitimidade e transparência, ao considerá-la como instância opinativa, consultiva e probatória.

Deve-se lembrar, entretanto, que, na Jurisdição Constitucional, é necessário ter permissão ou autorização prévia para participar dela, sendo, portanto, um sistema controlado, inclusive, porque o Discurso Jurídico é institucionalizado e ritualístico, não podendo ampliar, sem controle, a participação aos seus atos processuais.

Dentro dessa perspectiva de controle, a audiência pública, na sua construção, tem peculiaridades imanentes da sua própria forma legal estatuída, permitindo-se a participação oral e efetiva do público em procedimento ordenado, controlado pelo Ministro Relator. Dessa forma, qualquer sessão, ainda que aberta ao público, mas cujo comportamento dos presentes seja apenas de ouvinte, passivo, silencioso, contemplativo, será apenas uma audiência. Pela mesma lógica, caso o procedimento formal estabelecido previamente não seja observado pelos participantes, também não se estará diante de uma audiência pública, pois caracterizará apenas reunião popular, com livre troca de opiniões entre o administrador e os particulares acerca de determinado tema. Somente com a junção da formali-

dade e da efetiva participação na jurisdição constitucional<sup>777B</sup> é que se constituirá o instituto da audiência como audiência pública.

## 2 TENTATIVA DE DEFINIÇÃO: A AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Audiência Pública é um instituto já utilizado no Direito brasileiro desde 1986, quando observamos a previsão normativa de sua aplicabilidade através da Resolução nº001, de 23 de janeiro de 1986, com a finalidade de fixar diretrizes gerais para o uso e implementação da avaliação de impacto ambiental como um instrumento de política nacional do meio ambiente.

Seu foi ampliando-se com o movimento social de discussão constituinte, assim, a Resolução nº02, de 25 março de 1987, dispôs sobre o regime interno dessa Constituinte a possibilidade de uso da audiência pública no ordenamento jurídico brasileiro, abrindo possibilidade para sua introdução direta na Constituição de 1988, quanto a possibilidade de uso dela no Congresso Nacional e suas Casas (art. 58 da CRFB/1988).

É decorrente dessa normatização o esboço utilizado inicialmente pelo Supremo Tribunal Federal nas primeiras audiências públicas, quando ainda não havia disposição legal no regulamento interno da Corte<sup>79</sup>.

Cabe salientar que independente do lugar em que será utilizada como processo discurso, cabe salientar que, segundo Rais (2012), a audiência pública auxilia na tomada de decisões, permitindo o diálogo entre a autoridade que decidirá e a sociedade conhecedora de suas peculiaridades, seja pela exper-

---

77 “[...] a jurisdição constitucional compreende o poder exercido por juízes e tribunais na aplicação direta da Constituição, no desempenho do controle de constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público em geral e na interpretação do ordenamento infraconstitucional conforme a Constituição.” (BARROSO, 2006, p. 04).

78 Segundo Kelsen (2007, p. 123) “é um elemento do sistema de medidas de técnicas que têm por fim garantir o exercício regular das funções estatais”.

79 O STF, pelo seu Regulamento Interno, somente regulamentou a audiência pública em fevereiro de 2011, com a Emenda Regimental nº 29, pela inserção do inciso XVII, “convocar audiência pública para ouvir o depoimento de pessoas com experiência e autoridade em determinada matéria, sempre que entender necessário o esclarecimento de questões ou circunstâncias de fato, [...] debatidas no âmbito do Tribunal.”.

*tise* na área, seja por ser sujeito direto ou indireto dos efeitos da decisão que se seguirá.

Assim, diferente do que foi proposto inicialmente no poder legislativo, que era pela leitura de documentos produzidos, agora sua condução no STF se dará, necessariamente, pela oralidade, pautada pela elevada transparência, atribuindo maior substrato factual para a autoridade que decide, além de ampliar a legitimidade da decisão (PEREIRA, 2018).

O STF, ao utilizar esse instituto, causou um estranhamento para os operadores do Direito, tendo em vista a formalidade própria do Direito, bem como a postura de “imparcialidade” que causou certo alvoroço, pela aproximação dos ministros do STF da “população”. Tanto assim que foi assunto discorrido na mídia em 2008,

[...] Antes, o tribunal era uma casa restrita a advogados e só falavam aqueles que tinham carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Hoje, cientistas, médicos, pessoas comuns estão levando os seus “memoriais” aos ministros e influenciando nas decisões finais do Supremo. (CONJUR, 2008, s/p) (Grifo nosso).

A quebra do paradigma esperado como ritual: participantes do universo jurídico, vestimentas e linguagem jurídica, foi substituído pela linguagem técnica (acadêmica de certa área) mantém-se o conhecimento como fundamento, mas suaviza os termos técnicos, que conduz para uma socialização da linguagem a ponto de conduzir permitir o diálogo para todo o universo social e não apenas um público. Nesse contexto, o discurso didático demonstra-se mais aplicado nas audiências públicas, a fim de facilitar o entendimento de questões árduas das ciências discutidas.

Enfim, a definição de Rais (2012, p.48) nos permite compreender bem a audiência pública no STF como:

[...] o instrumento pelo qual essa Corte ouve o público especializado ou dotado de experiência na matéria para esclarecer questões ou circunstâncias de fato [...] com a finalidade de criar oportunidade para se debater simultaneamente as teses opostas e com fundamentos variados, ampliando e fomentando o debate dentro e fora do Tribunal, ampliando a transparên-

cia e a publicidade das atividades do Supremo Tribunal Federal e trazendo maior pluralidade ao processo constitucional, além de aproximar a sociedade da Corte [...].

A função delas, então, é aproximar os ministros da sociedade, bem como esta das decisões proferidas para a sociedade e os ministros compreendam as diversas perspectivas sobre o assunto tratado, que não são de fundo jurídico, e subsidiarão tanto as decisões dos ministros, como possibilitarão que a decisão possa ou não ser legitimada junto à sociedade pelo processo argumentativo instaurado na própria audiência pública.

### **3 A DELIBERAÇÃO POLÍTICA NA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A necessidade de deliberar publicamente em defesa dos direitos dos cidadãos foi o fator desencadeante para o desenvolvimento da retórica no seio social da Grécia antiga. A habilidade de se expressar em público é preocupação não apenas dos gregos, pois passa pelos romanos, chegando até a modernidade. A própria noção de democracia transita pela noção de deliberação, sendo um dos discursos descritos por Aristóteles o deliberativo juntamente com o judiciário.

Acompanhando esse pensamento, Bohman (2009, p. 31) diz que “A deliberação foi pensada por Aristóteles (1941) para ser atividade paradigmática da virtude política e da autorregulação. Somente aqueles que podem deliberar bem podem manter seu próprio autogoverno”.

Atualmente, impossível a sociedade se autorregular como acontecia na Grécia antiga através da democracia direta, e isso se dá tanto pela complexidade das sociedades modernas, como pelos espaços físicos dos Estados. Existem alguns institutos determinados constitucionalmente que se aproximam dessa autorregulação pelos cidadãos como o orçamento participativo municipal, pois “[...] o ideal aristotélico de deliberação pressupõe uma comunidade política pequena e homogênea. A deliberação é sem dúvida facilitada se os cidadãos concordam com a maioria dos problemas relativos ao valor e à crença.” (BOHMAN, 2009, p. 31).

Em uma sociedade pluralista e complexa como a brasileira, as decisões da Suprema Corte necessitam ser fundamentadas e pautadas pela possibilidade de uma ampla participação social. É baseado nesse critério que a audiência pública ganhou destaque.

[...] as democracias constitucionais modernas abriram um espaço para muitas formas de deliberações públicas. Certamente, os direitos por elas assegurados, como liberdade de fala, expressão, associação e investigação, ofereceram todas as condições necessárias para uma deliberação bem sucedida. Esses direitos também são exercidos em práticas partilhadas com os outros, incluindo o debate, a discussão e a escrita dirigida para uma audiência na qual os cidadãos são livres e iguais (BOHMAN, 2009, p. 31).

Assim, deve-se a audiência pública pautar-se pela capacidade de participar do debate, da discussão, com apresentação de argumentos, como prática partilhada, sendo importante a dinâmica dialógica, o processo deliberativo.

É exatamente nessa perspectiva que se enquadra a realização de audiência pública pelo STF, enquanto mecanismo processual apto a viabilizar, o diálogo com os diversos setores da sociedade, no sentido de possibilitar a compreensão da sociedade do por que da decisão ser aquela e não outra. Podemos inferir ainda legitimidade às decisões tomadas no âmbito da Jurisdição Constitucional, ainda que haja uma escolha dos sujeitos que poderão participar pelo conhecimento específico que possuem (PEREIRA, 2018).

Para se alcançar esse propósito, insta analisar a mudança de paradigma que permitiu uma interpretação tanto dos elementos componentes do sistema jurídico, como das normatizações constitucionais sobre o prisma de uma interpretação da Constituição aberta, a fim de que a própria constituição se concretize, maior desejo dos constitucionalistas atuais, voltando à publicação no jornal em 2008, o STF abraçou a sociedade aberta de Peter Habermas (1997, p. 33), segundo o qual:

[...] não apenas o Estado em sentido estrito, mas também a própria esfera pública (*Öffentlichkeit*), dispendo sobre a organização da própria sociedade e, diretamente, sobre setores da vida privada, não pode tratar as forças sociais e privadas como meros objetos. Ela deve integrá-las ativamente enquanto sujeitos.

É evidente que somente podemos ter integração de sujeitos através de processos argumentativos, pois os grupos determinados a participar da audiência pública integram a sociedade e apesar das limitações impostas pela própria Constituição

a quem poderá participar da audiência, vemos, pela efetivação das audiências públicas, que o acesso promovido proporciona debate no seio social. Isso porque no “conceito de “sociedade aberta”, [...] o STF é visto como uma instância de participação das pessoas nas decisões” (CONJUR, 2008).

As audiências públicas no STF são constituídas por proferimentos de segmentos da sociedade considerados vitais para elucidar uma questão não jurídica colocada, ou seja, diz respeito a assunto de outra ordem, que pode ocorrer tanto em uma ação constitucional, como em um processo judicial, que chega à Corte em sede de recurso específico.

Segundo o ministro Gilmar Mendes, na ADPF 54, a “[...] importância deste instrumento previsto nas Leis 9.868 e 9.882, que permite este diálogo particular e esta abertura na interlocução do Supremo Tribunal Federal com a comunidade científica e com a sociedade como um todo”. Nesse sentido, os oradores são representantes dos “[...]segmentos da sociedade brasileira sobre o que [é] tratado nesta arguição [...]”.

Na Jurisdição Constitucional, há limitação para a participação dos atores e ritos específicos a serem seguidos por esses atores durante seus proferimentos, por isso, é o ministro relator quem define como se desenrolará a audiência pública. Não podemos esquecer que o discurso jurídico é ritualístico, por natureza, assim os controles não são novidades, principalmente por serem decorrentes de princípios processuais/procedimentais/jurídicos, que devem ser observados, buscando-se preservar direitos e garantias constitucionais (PEREIRA, 2018).

A oralidade será seu principal traço, e, inicialmente, devia ater-se as perspectivas de dois blocos discursivos, determinados pela defesa ou não da constitucionalidade da norma. Assim, o debate efetivo se dará sobre matéria relevante, comportando sua realização sempre que estiverem em jogo direitos constitucionais, mas cuja concretude envolva assuntos de outras áreas: bioética, meio ambiente, segurança de transporte, entre outros.

Observamos que os assuntos tratados nas audiências públicas ou reduzem direitos ou acrescem algum controle sobre a liberdade das pessoas, por isso, interferem diretamente na sociedade como um todo ou em determinados grupos sociais. A

discussão torna-se necessária porque a democracia não é mais vista apenas como simples governo da maioria, mas deve proporcionar o acesso às minorias em sua representatividade e escolhas possíveis.

O STF percebeu que para manter essa perspectiva de representatividade e a legitimidade de suas decisões para além da autoridade definida pela Constituição como Corte, oriunda do discurso jurídico, o processo decisório deveria ultrapassar a própria Corte e chegar à casa do cidadão comum, a fim de permitir o conhecimento das questões envolvendo assuntos diversos do legal (extrajurídico) para que a sociedade pudesse dialogar e compreender essas razões, ainda que não fossem as razões pessoais daquele indivíduo.

A audiência pública realizada no STF tem ampla publicidade, como veículo para obter maior conhecimento dos cidadãos, diretamente ou através de entidades representativas, no processo de tomada de decisão. E isso é feito na Jurisdição Constitucional tanto pela divulgação da audiência em tempo real pelo TV Justiça, como pela permanência das audiências no Youtube e a própria abertura aos grupos interessados para participarem com seus proferimentos (PEREIRA, 2018).

Não basta que a decisão seja um argumento de autoridade que deve ser cumprido. Ela deve ser cumprida porque a sociedade foi persuadida das convicções/argumentos que fundamentaram a decisão, bem como da sua participação no processo de tomada de decisão.

Segundo Meyer (2010, p. 216)

Para que a sociedade funcione como um todo, é necessário pontes entre os valores que exprimem o essencial dentro das diferentes esferas da atividade social. A mediação exige os meios de comunicação e os mediadores. [...]

Os mediadores variariam pelos períodos históricos: os feiticeiros, os sacerdotes, os filósofos, os especialistas, os jornalistas, a imagem que deveria ser veiculada a exigência dos mediadores que deveriam se adaptar [...]

Assim, na Jurisdição Constitucional, a audiência pública funcionaria como um instrumento de conscientização comunitária, ou seja, como veículo para a legítima participação de grupos sociais em temas de interesse público e social, mas tam-

bém como forma de ampliar o debate na própria sociedade referente aos assuntos discutidos. Os debatedores seriam os mediadores habilitados<sup>80</sup>, bem como os próprios ministros no papel julgador imputado pelo espaço social que ocupam (PEREIRA, 2018). Isso por que:

Novos e modernos instrumentos de controle e de participação no poder devem assim ser permanentemente incorporados na prática democrática, em correspondência, aliás, com a própria modernização e maior complexidade das sociedades atuais (CARRION, 1997, p. 50).

A audiência pública, como espécie do gênero participação popular, constitui-se em importante vertente de prática democrática, tomada em sua plena concepção doutrinária, que é a possibilidade de acesso e exercício do poder. Ela se constitui em meio de obtenção de informações, que capacitam o cidadão para uma participação de resultados, seja através da legitimação dos atos compartilhados com a administração, seja através de uma constante negociação democrática.

#### **4 ÁGORA: GÊNERO ORIGINÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA?**

O exercício da democracia grega ateniense ocorria em assembleias de cidadãos, de forma direta (KELSEN, 2006), ainda que não fossem todos os integrantes da sociedade a participar do debate. A ágora [...] se caracterizava como um espaço construído, permanente e fixo, que, tinha também um sentido político – era o lugar onde se deliberavam assuntos importantes para a vida dos cidadãos e da sociedade como um todo (AUSTIN; VIDAL-NAQUET, 1986, p. 124).

Observamos que o exercício da democracia direta foi facilitado tanto pela geografia grega, como pela composição social, em que apenas parte da sociedade possuía o *status* de cidadão<sup>81</sup> e participava ativamente das decisões sociais, políticas

---

*80 Podem ser convidados pelo ministro relator em razão de seu status na sociedade acadêmica ou indicados pelas partes interessadas.*

*81 Nossa tradução do inglês: "In ancient Greece, this positive consensus omnium did not, however, have the scope it acquired in modern democratic regimes. Everybody included only the citizens of Athens capable of seeking an agreement in the polis and not, for instance, slaves, barbarians,*

etc.. No que se refere à democracia brasileira, esta ocorre de forma indireta, por meio representativo e participativo, com alguns instrumentos que proporcionam a participação de forma direta.

Segundo Amossy (2002, p. 371),

Todos incluíam apenas os cidadãos de Atenas capazes de buscar um acordo na polis e não, por exemplo, escravos, bárbaros ou mulheres. Além disso, na visão de Aristóteles, todo o corpo de cidadãos atenienses pode ser substituído não apenas por uma elite de sábios ou especialistas que os representam, mas também pelo julgamento de autoridades indiscutíveis como os deuses, o pai ou os senhores. Sua opinião é a verdade digna e respeitável, porque eles próprios são dignos e respeitáveis (Tradução nossa).

Assim, na cultura grega, a autoridade é bem demarcada, por isso, em determinado momento histórico, passou-se a ter um estímulo para o desenvolvimento de certas habilidades da linguagem<sup>82</sup>. Segundo Vernant (2002), a transformação da Grécia se deu entre os séculos VIII e VII, colhendo os frutos desse reconhecimento, quando retorna as atividades com o Oriente, no helenismo. Para Vernant (2002, p.11),

A Grécia se reconhece numa certa forma de vida social, num tipo de reflexão que definem a seus próprios olhos sua originalidade, sua superioridade sobre o mundo bárbaro [...] a vida política grega pretende ser objeto de um debate público, em plena luz do sol, na Ágora, da parte de cidadãos definidos como iguais e de quem o Estado, é a questão comum.

As primeiras *ágoras* eram abertas para a comunidade e o acesso era livre. Havia uma tendência de se estabelecer esse “ponto de encontro” nas encruzilhadas ou

---

*or women. Moreover, in Aristotle's view, the whole body of Athenian citizens can be replaced not only by an elite of wise men or experts representing them, but also by the judgment of undisputable authorities like the gods, the father, or the masters”.*

*82 Alguns autores apontam a escravidão como possibilidade de devoção integral do tempo do cidadão grego à atividade pública, inclusive à arte do falar.*

nas principais vias da cidade, pois a “A praça pública, a *ágora*, tendia a tornar-se num caos em redor das esquinas, porque os edifícios se apertavam uns aos outros, havia uma invasão das mesas do mercado e as estátuas e pedras dedicatórias eram colocadas por todo lado.” (FINLEY, 1984, p. 133.)

Nesse contexto, os gregos saíam de suas casas para participar do social, de encontros públicos entre amigos, para tratar de interesses pessoais e também assuntos de Estado, o que se refletia nas bases familiares, sociais e políticas. “As pessoas de uma mesma comunidade se relacionavam, elas saíam de dentro de seus *oikos* e iam se reunir nesse grande centro de circulação de produtos, ideias e pessoas, ou seja, um ponto de reunião – [...] – era este o sentido que a *ágora* tinha” (AUSTIN; VIDAL-NAQUET, 1986, p. 124).

Especificamente, a *ágora* era geralmente convocada pelo rei e parece ter sido também convocada por chefes destacados, sendo certo que o rei ocupava o assento mais importante nessas assembleias, e perto dele sentavam-se os nobres, enquanto o povo se sentava ou ficava em círculo ao redor deles. Alguns autores, comentando a Odisseia, sustentam que o povo podia falar e votar; enquanto outros pensam que os nobres era os únicos que podiam propor medidas, deliberar e votar (PEREIRA, 2018).

O nome *ágora* foi transferido cedo da própria assembleia para o local em que a assembleia foi mantida; e assim veio a ser usado para o mercado onde mercadorias de todas as descrições eram compradas e vendidas (ANTHON, 1870).

A partir do século VII a.C., com a mudança da realidade grega, a *ágora* constitui-se como algo inteiramente novo: centro econômico, cultural, social e político. As práticas sociais, antes restritas à aristocracia, tornam-se com a *pólis* atividades públicas e que o povo participa em maior ou menor grau, dependendo do momento histórico em que se vivia (PEREIRA, 2018).

Assim, a *ágora* passar a ser o espaço da cidadania e de convivência, onde se forjaram cidadãos conscientes, decididos a influírem nos destinos daquela pátria (BONAVIDES, 2014). Por isso, segundo Nitti, *apud* Bonavides (2014, p. 288) “Um povo sem *Ágora* era um povo escravo, como hoje o é um povo sem liberdade de opinião e sem direito ao sufrágio (Francesco Nitti, *La Démocratie*, t. I, p. 53)”.

Então, a *ágora* passou a representar a deliberação democrática, o falar em público era considerado uma das mais importantes qualidades de um cidadão, e,

atualmente, tal fato vem ressurgindo nas sociedades modernas, o que vem sendo reforçado pelas construções das teorias contemporâneas de argumentação. Isso porque a sociedade deve contribuir de maneira mais efetiva com o debate de ideias, o que era o pilar formador da sociedade grega antiga (PEREIRA, 2018).

Os discursos eram proferidos em um local específico: as *ágoras*, onde eram feitas as contribuições intelectuais para tornar as sociedades melhores, onde os filósofos se reuniam para discutir os temas mais relevantes para a *polis*, onde se reuniam para os julgamentos, onde ocorriam os atos negociais.

Assim, os debates tinham como objetivo construir algo, uma solução prática para os problemas sociais, jurídicos etc. Os gregos desejavam consolidar a democracia, um dos mais importantes conceitos criados por eles, e as *ágoras* possuíam papel fundamental para isso, na formação política das cidades, pois eram os locais onde aconteciam as manifestações da opinião pública, enquanto exercício da cidadania.

Por isso, nessa perspectiva, reconhecemos que as audiências públicas como processos discursivos semelhantes aos que ocorriam na *ágora* em relação ao contexto de socialização e de debate nos valores sociais, políticos e econômicos, pois, os debates ocorridos nas *ágoras* ficavam ao encargo dos cidadãos gregos, assim quem não participasse por não pertencer à classe poderia ouvir e compreender as razões a serem definidas como regulamentares nas diversas áreas, semelhante ao que ocorre nas audiências públicas.

Como nas *ágoras* gregas, a audiência pública permite à sociedade formar ideias e participar dos debates envolvendo conteúdos sociais, econômicos, jurídicos etc., mesmo que de forma indireta, já que os oradores/expositores são representantes dos grupos sociais que serão atingidos pela norma diretamente e que toda a sociedade deverá seguir enquanto regra após o julgado.

Podemos afirmar que o ato de debater é fundamental para a construção das sociedades modernas e, principalmente, das democracias, que inserem o cidadão como sujeito de ação e não apenas receptor das ações estatais, ainda que este papel ainda tenha que ser desenvolvido na sociedade brasileira.

Então, inferimos que a praça pública grega, de certa forma, respeitando as diferenças históricas, sociais, econômicas, etc., alcançou seu espaço, no Brasil, na modernidade, quando os três poderes inseriam a possibilidade de utilização da audiência pública a partir de 1986, já que não é possível o exercício da democracia direta,

considerando ainda que não era qualquer cidadão grego que participaria da democracia diretamente, mas uma parcela.

A *internet*, hoje em dia, faz parte do cotidiano de uma parcela significativa da população e permite a divulgação e o acesso a uma grande quantidade de informação, em várias áreas e nas mais diferentes esferas de poder: executivo, legislativo, judiciário, em nível federal, estadual ou municipal. Assim, pode ser vista como uma ferramenta democrática que amplia o conhecimento e, conseqüentemente, o processo discursivo, já que ter acesso independente do local onde se esteja, ampliando o espaço físico da *ágora* para o espaço cibernético, tanto pela divulgação em tempo real das audiências públicas, como pela disponibilização no Youtube, que permite o acesso de qualquer ouvinte<sup>83</sup>.

Como linguistas, percebemos que os gêneros são adaptáveis a novas situações sociais, permitindo que se modifiquem com o tempo, a fim de acompanhar a história das atividades sociais. Os gêneros podem até se separar de suas funções originais, atendendo a finalidades às quais antes não atendiam, por isso, nosso olhar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em lugares institucionais, como os tribunais, os turnos de palavra estão sujeitos a formas protocolares controladas pelo juiz. (GRÁCIO, 2013, p. 131)

Considerando-se o grau de formalidade atribuído ao gênero que pode ser abrandado ou intensificado com o decorrer das práticas sociais, bem como o modo de circulação dos textos e seu público alvo, compreendemos que fundamento histórico da audiência pública encontra-se na *ágora* grega.

Isso porque na audiência pública, semelhante ao que ocorria na *ágora* grega, debate-se os valores mais caros à sociedade, vinculados a políticas públicas fixadas, posteriormente, com a decisão judicial.

---

83 Sabemos que, na Grécia Antiga, a questão da representação era impensável, tanto que para levar aos Tribunais seus discursos os cidadãos recorriam aos logógrafos para redigir seus termos, os quais seriam lidos nos Tribunais (Cf. Pereira, 2006).

Apesar de todo discurso ser regulamentado por regras com mais formalidades ou não, as peculiaridades do Discurso Jurídico decorrem do fato de ser este um discurso produzido em rituais específicos, com maior formalidade, determinados por regras procedimentais, que buscam controlar as falas como requisito para constituição em que há sempre um mediador promovendo esta regulamentação, mesmo que percebamos uma flexibilização com a utilização da audiência pública.

Na audiência pública haverá os rituais e regras definidas no contexto do Discurso Jurídico Constitucional, ainda que regido, inicialmente pelas normas do legislativo, já que ainda não definição de sua realização nas normas internas do STF. Dessa forma, o controle é exercido pelo relator; o ministro que conduz a ação constitucional, e percebemos claramente a função dele sendo exercida, ao observarmos os passos a serem seguidos na ADPF nº 54:

[...] abriremos, após cada audição, o questionamento, o lançamento de perguntas que deverão ser dirigidas pela requerente, pela autora da ação e também pelo Ministério Público à Mesa para que, então, aquele que haja procedido à exposição esclareça possíveis dúvidas existentes.

Temos nesse trecho a determinação de como será regulamenta ritualisticamente a audiência pública. As exposições que permitem o embate de ideias na AP não são diferentes de outros processos argumentativos em que há controle da interação em outros âmbitos. O que se modifica são os assuntos e a possibilidade de utilizar argumentos normativos, legais, o que, na audiência pública, inclusive, fugiria à regra e à regulamentação normativa utilizada.

A audiência pública, como espaço de debate, permite o embate de ideias, mas não a desconstrução do argumento contrário, pois haveria divergência de perspectiva, tendo em vista que estaria em desacordo com o que se pretende com a AP, que seria um diálogo, no qual os posicionamentos fossem apresentados e o público fizesse suas considerações sob os diversos pontos de vista. Assim, embora não seja ao que se predestina com a audiência pública, tal fato ocorreu, conforme pesquisa realizada por Pereira (2018), quando se verificou o debate direto entre as partes com a desconstrução de argumentos através de algumas técnicas que revelam subversão ao gênero audiência pública, que consideramos semelhante ao que ocorria na *ágora* grega.

A audiência pública permite a difusão do critério de aceitabilidade<sup>84</sup>, que são provenientes dos valores partilhados e normalmente aceitos para se introduzir novos aspectos e permitir ao auditório acompanhar o fio do discurso, sendo condicionada pelas leis do mercado social e pela questão da autoridade (GRÁCIO, 2010).

Os Ministros guardiões da Constituição e de suas interpretações adequadas devem buscar em sua atuação a defesa dos valores constitucionais democráticos não apenas da maioria, mas sim reduzir as desigualdades existentes pela participação da sociedade em suas decisões. As audiências públicas criam essa perspectiva, principalmente quando temos a índia e advogada Joênia Batista de Carvalho, que falou no plenário do STF na audiência pública em que se discutia a demarcação da Reserva Indígena da Raposa Serra do Sol (CONJUR, 2008).

Compreendemos, então, que a audiência pública, dentro do discurso jurídico constitucional, faz parte das práticas sociais especialmente para a fixação da ordem jurídica em vigor e do processo de democratização, proporcionando a participação efetiva da comunidade no procedimento deliberativo através de critérios de interpretação aberta.

---

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. Introduction to the study of Doxa. In: AMOSSY, Ruth. (Ed.). **Poetics Today**. Vol. 23, n. 3, Fall. Durham, North Carolina: Duke University Press, 2002, p.369-394.

ANTON, Charles. **Dictionary greek and roman antiquities**. New York: Haper e Brothers, Publishers, 1870.

BARROSO, Luis Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito/ Neoconstitutionalism and constitutionalization of the Law. **Revista Quaestio Iuris**, UERJ, v. 2, n. 1, 2006. . Disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/11641>>. Acesso em 05 de julho de 2015.

BITTAR, E. C. B. **Linguagem jurídica**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

---

*84 Para obter sucesso na comunicação persuasiva é necessário saber recortar, tal fato se faz através de habilidades: critério de relevância, critério de aceitabilidade e critério de suficiência (GRÁCIO, 2010).*

BOHMAN, James. **O que é a deliberação pública? Uma abordagem dialógica.** In: A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais. Ângela Cristina Salgueiro Marques (Org. e trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 31-84.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política.** São Paulo: Malheiros Editores, 20146.

BRASIL. **Constituição Federal.** São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2007.

BRASIL. Lei nº 9.868, de 03 de novembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, 11 nov. 1999. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19868.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19868.htm) Acesso em 10/05/2013

BRASIL. Lei nº 9.882, de 03 de dezembro de 1999. Dispõe sobre o processo e julgamento da argüição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1o do art. 102 da Constituição Federal. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, 06 dez. 1999. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19882.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19882.htm). Acesso em 10/05/2013

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Preceito Fundamental (ADPF) nº 54 Disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo661.htm>. Acesso em 02/05/2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Notas taquigráficas da audiência Pública do dia 26-8-08. Disponível em: [http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudiencia-PublicaAdpf54/anexo/ADPF54\\_notas\\_dia\\_26808.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudiencia-PublicaAdpf54/anexo/ADPF54_notas_dia_26808.pdf). Acesso em 30.08.2013

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Notas taquigráficas da audiência Pública do dia 28-8-08. Disponível em: [http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudiencia-PublicaAdpf54/anexo/ADPF54\\_notas\\_dia\\_28808.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudiencia-PublicaAdpf54/anexo/ADPF54_notas_dia_28808.pdf). Acesso em 30.08.2013

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Notas taquigráficas da audiência Pública do dia 16-9-08. Disponível em [http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudiencia-PublicaAdpf54/anexo/ADPF54\\_notas\\_dia\\_16908.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudiencia-PublicaAdpf54/anexo/ADPF54_notas_dia_16908.pdf). Acesso em 30.08.2013

CARRION, E. K. M. **Apontamentos de direito constitucional.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. pp. 83/84

CONJUR - Consultório Jurídico. **Teses do alemão Peter Häberle influenciam o**

**Supremo.** Disponível em: [http://www.conjur.com.br/2008-nov-22/teses\\_alemao\\_peter\\_haberle\\_influenciam\\_supremo](http://www.conjur.com.br/2008-nov-22/teses_alemao_peter_haberle_influenciam_supremo). Acesso em 08/06/2014.

FINLEY, M. I. Os Gregos Antigos. Lisboa: Edições 70, 1984.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **A interação argumentativa.** Coimbra: Grácio Editor, 2010.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Vocabulário Jurídico.** Coimbra: Grácio Editora, 2013.

HÄRBELE, P. **Hermenêutica Constitucional:** a sociedade aberta dos interpretes da constituição, contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição. Tradução: Gilmar Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor. 1997.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito.** 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KELSEN, H. **Jurisdição Constitucional.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. **As interseções entre o processo comunicativo e a deliberação pública.** In: A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais. Ângela Cristina Salgueiro Marques (Org. e trad.). Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MEYER, Michel. **Principia Rhetorica:** Une théorie générale de l'argumentation. Paris: PUF, 2010.

PEREIRA, Égina Glauce Santos. Retórica e argumentação: os mecanismos que regem a prática do discurso jurídico. Dissertação de Mestrado. UFMG, 2006.

PEREIRA, Égina Glauce Santos. A argumentação “pró-vida” e “pró-escolha” nas audiências públicas no Supremo Tribunal Federal: a relação entre a *doxa* e *endoxa*. Tese de Doutorado. UFMG, 2018.

RAIS, Diogo. **A sociedade e o Supremo Tribunal Federal:** o caso das audiências públicas. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

VERNANT, Jean-Pierre. **As Origens do Pensamento Grego.** 2.ed. Tradução Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Difel, 2002.



# CAPÍTULO 10

## FALAR DE SI ENTRE MUDANÇAS E CONTINUIDADES: IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS EM “CONFISSÕES DE MINAS” DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Gabriela Pacheco Amaral (POSLIN/UFMG/CAPES)

---

**RESUMO:** Os imaginários sociais que circulam na sociedade e no universo de crenças de cada indivíduo tornam-se discursivos quando expressos pelo sujeito falante em uma situação comunicativa. Em um gênero discursivo no qual o autor tenciona falar de si, por meio de confissões, compreendemos que os imaginários sociodiscursivos podem ser apreendidos como aspectos que indicam a relação de tal sujeito narrador consigo e com o mundo. Isto posto, o objetivo deste trabalho é analisar os *imaginários sociodiscursivos* (CHARAUDEAU, 2007) em enunciados nos quais o sujeito enunciador fala de si, bem como observar o conceito de *mudança* e de *continuidade* (DAMÁSIO, 2000; CHAUVIER, 2016) da identidade em sete excertos retirados da obra *Confissões de Minas* (1944), de Carlos Drummond de Andrade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imaginários sociodiscursivo. Identidade. Continuidade. Mudanças. Carlos Drummond de Andrade.

---

### 1 CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Carlos Drummond de Andrade, poeta mineiro, nascido em Itabira, é autor de poesias inesquecíveis e tocantes como “*No meio do caminho*” e “*Quadrilha*”. Trata-se de um autor mineiro que, em suas obras, aborda temas sobre o questionamento da existência humana, do sentimento de estar no mundo, da inquietação social, religiosa, filosófica e amorosa.

Drummond é conhecido por ter passado por quatro fases literárias. A primeira fase é a *gauche*, relacionada a um período de pessimismo, individualismo, isolamento e reflexão existencial. A segunda fase é social, no qual o autor se interessa pelos problemas sociais e pelo contexto histórico, nesse tempo, o poeta publicou o famoso poema “José”. Na terceira fase, do não, o poeta publicou poesias com tendências do concretismo e com temas de morte. A fase do não é uma experiência de desencanto pela abordagem política na poesia e na vida. Por fim, a quarta fase é conhecida como o período do tempo e da memória, na qual publicou poesias e prosas com temas sobre a infância, a Itabira, a família e sobre si. Nesse momento, foram publicadas obras consideradas autobiográficas como “Boitempo” e “Confissões de Minas”, esta última que nos interessa nessa pesquisa.

“Confissões de Minas”, publicada em 1944, reúne uma coleção de artigos, notas, crônicas, cenas, descrições, reflexões e estudos de Carlos Drummond de Andrade, trata-se de seu primeiro livro de prosa.

De acordo com Candido (1944), assim como nas poesias, também nessa prosa é perceptível o vasto complexo de Itabira, tão influente na personalidade literária e humana do poeta. Para o crítico brasileiro, Drummond se sente e se percebe itabirano, isso porque as raízes de Itabira estão fixadas nos escritos, nas memórias e na vida literária do artista mineiro.

Em tal obra, denominada como confissões, a fala de si é o propósito da escrita visto que o autor se coloca no centro da obra. Para Candido (1944), essa escrita de si pode ser entendida como intenso desejo de comunicar-se com o outro. Desejo de explicar o sentimento de tristeza, da saudade, da infância e da solidão. Ainda para o crítico literário, a solidão é fulcro dessa prosa, de toda a poesia e da personalidade de Drummond.

Escorel (1944) também argumenta que a solidão é mola na vida artística e na vida pessoal do poeta, para esse crítico, poucos poetas conheceram tão intimamente a solidão como o poeta mineiro. Drummond é visto pela maioria dos críticos literários como um indivíduo tímido, fechado e de poucas palavras. Será na literatura, nos versos e nas linhas de seus escritos que o poeta se abrirá e falará de seus sentimentos e de suas memórias ao mundo.

Assim sendo, podemos considerar que no processo de escritura de si, será possível observar alguns indícios linguísticos e discursivos nos quais identificaremos alguns traços de personalidades da identidade do poeta mineiro. Nesses traços, por sua vez, é possível analisar a relação do “eu-que-se-conta” com o mundo através dos imagi-

nários sociodiscursivos. Para isso, abordaremos alguns conceitos importantes para se entender a perspectiva dos imaginários sociodiscursivos pelo viés semiolinguístico.

## 2 IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS

Os imaginários sociodiscursivos, para Charaudeau (2007), são formas de compreensões construídas por meio das representações sociais do sujeito falante e produzem significações sobre os objetos do mundo. Os imaginários, aliás, transformam a realidade em real significativa, por meio da atividade da linguagem. Sendo assim, consideramos, neste primeiro momento, apresentar conceitos fundamentais no que concerne à produção destes imaginários: representações sociais e construção do real.

Ao discorrer, sucintamente, sobre a emergência da noção de representação social, podemos lembrar que tal conceito surgiu a partir de Émile Durkheim, sob o sintagma de “representações coletivas”. Para o teórico, deve-se observar a especificidade do pensamento social em relação ao pensamento individual, logo, haveria uma distinção entre representações coletivas e representações individuais. A primeira é concebida como fruto de acontecimentos sociais e de consciência coletiva, por isso, o seu estudo estaria destinado à Sociologia. Já a representação individual dos indivíduos ficaria sob a custódia da Psicologia. Na teoria de Durkheim, de acordo com Farr (1995), haveria uma dicotomia entre social e individual e, nesta perspectiva, não se poderia tratar as representações coletivas sob a dimensão individual.

Posteriormente aos trabalhos de Durkheim, o psicólogo social francês Serge Moscovici refuta a divisão entre o individual e o social, e reformula o sintagma para “representações sociais”. De tal modo, o psicólogo francês argumenta que há uma complementaridade entre ambos na produção da representação, pois “[...] tanto na medida em que ela possui uma contextura psicológica autônoma como na medida em que é própria de nossa sociedade e de nossa cultura” (MOSCOVICI, 1978, p. 45). Para o autor, as representações sociais resultam de uma dupla dimensão de sujeito e de sociedade, pois é por meio delas, afinal, que o sujeito constrói o seu entendimento do mundo. Em outras palavras, o indivíduo recorre às representações sociais para compreender os objetos do mundo. Em resumo, para o supracitado autor, inferimos a inter-relação existente entre o sujeito e o objeto, entre o individual e o coletivo na configuração do conhecimento, a partir das representações sociais.

Com base nisso, para Abric (1994, p. 14), o processo de formação das representações ocorre por um sistema cognitivo em que há uma atividade mental do sujeito para produção de compreensões sobre dado objeto. Como também é uma construção que se realiza por intermédio de um sistema contextualizado, no qual são relevantes as condições de produção do discurso, o contexto ideológico e a posição social do indivíduo ou de um grupo.

As representações sociais têm base em dois processos formadores que se complementam: o processo de objetivação e o processo de ancoragem, conforme Moscovici (1978, p. 107). O processo de objetivação “[...] faz com que se torne real um esquema conceptual, com que dê a uma imagem uma contrapartida material” (MOSCOVICI, 1978, p. 107). Ou seja, é um processo que possibilita a materialização dos conceitos, em que há construções de realidades concretas para imagens abstratas. O processo de ancoragem é “[...] uma integração cognitiva do objeto representado no sistema de pensamento preexistente” (MOSCOVICI, 1978, p. 107). Ancorar é classificar e dar nome a algum objeto, assim, o processo de ancoragem é a nomeação das coisas. Para o estudioso francês, quando não sabemos o nome de algo, temos a tendência de sentir estranhamento. A ancoragem, nesse caso, transforma o estranho em algo comum e familiar ao classificá-lo e ao nomeá-lo.

Em síntese, ainda conforme Moscovici (1978), o processo de objetivação cria a realidade do objeto, e o processo de ancoragem lhe atribui significados. Podemos nos valer do exemplo utilizado pelo teórico para exemplificar tais processos: a noção de Deus. Nesse viés, a imagem construída de Deus e a sua nomeação estão no nível do abstrato e da ancoragem, ao passo que, quando atribuímos uma característica de Bom Pai a Deus, estamos produzindo uma realidade concreta, porque utilizamos de algo empírico e conhecido, como boas qualidade de pai, para tentar codificar a imagem de Deus.

No campo da Semiologia, Charaudeau (2007) retoma a noção de representações sociais “[...] como um mecanismo de construção do sentido que modela, formata a realidade em real significante, engendrando formas de conhecimento da ‘realidade social’” (CHARAUDEAU, 2007, p.574). Para ele, não se pode conceber as representações como um conjunto de imaginários ou de ideologias que são produzidas pelos sujeitos. Na perspectiva do linguista, pensar em representações sociais é tomá-las como engendramento dos saberes e dos imaginários. Nesse ponto, chegamos ao segundo conceito fundamental para entendermos os imaginários socio-discursivos: a construção do real.

Segundo os pensamentos de Charaudeau (2007, p.574), as noções de real e de realidade foram, por muito tempo, tomadas como sinônimas. Desde Platão, o real está na ordem do empírico e dos objetos que são exteriores ao homem; desse modo, o real, ou a realidade, é um mundo que existe independente do indivíduo. Entretanto, Charaudeau (2007) acredita ser necessário realizar uma distinção entre real e realidade, e lança uma hipótese face aos estudos sobre o signo linguístico, na linha de Saussure e de Benveniste. Para o autor,

[...] o signo, com sua dupla face significante/significado, caracteriza-se por uma tripla dimensão: referencial (remete a qualquer coisa do mundo), simbólico (constrói o sentido a partir deste mundo), contextual (adquire sentido dentro de uma ampla combinação contextual). Ele resulta da definição de que o significado não é a própria realidade, mas uma construção significante do mundo (CHARAUDEAU, 2007, p.574).

Diante do entendimento de Charaudeau (2007, p.574) sobre o signo linguístico, vemos a proposição de que a realidade corresponde ao mundo físico que se impõe ao homem, em um estado bruto *a-significante* e ainda *a-significado*. O real, por sua vez, refere-se ao mundo construído por meio da atividade significante do homem e por meio do exercício da linguagem. O real é, pois, imbricado à atividade racional. Diante disso, Charaudeau (2007) concorda com a proposição de Hegel (2007, p.574), para quem “[...] o que é racional é real, o que é real é racional”, acrescentando que “[...] o que é racional é, por si só, marcado pelo afeto e pelo emocional”.

A realidade, ainda para o autor francês<sup>85</sup>, precisa passar por um processo de formação para tornar-se real. Tal processo ocorre, então, por meio da razão e da emoção que, por sua vez, realizam-se por meio da linguagem. Como podemos notar na hipótese levantada por Charaudeau (2007), a linguagem seria o veículo necessário para transfiguração da realidade em real. Nesse aspecto, podemos considerar que o real é o processo racional e emocional de entendimento do homem sobre o mundo.

---

*85 Há uma distinção entre os pressupostos de Charaudeau (2007) e os da Psicanálise sobre o real e a realidade. De acordo com Jorge (2010, p.10), nos estudos psicanalíticos lacanianos, a realidade é tida como simbólico-imaginária e construída por cada sujeito face ao real. O real, por sua vez, tem caráter evasivo de sentido, sendo, portanto, impossível de ser simbolizado e assimilado.*

Com base nas considerações acima, os imaginários sociodiscursivos são formas de representações de entendimentos do ser humano sobre o real que se constrói por intermédio da linguagem.

Charaudeau (2007, p.577) faz uma explicação sobre o uso do sintagma imaginário sociodiscursivo. A utilização do termo “imaginário” tem como aporte as teorias antropológicas, que consideram os rituais sociais, os mitos e as lendas como formas discursivas que mostram as relações humanas. O imaginário é fruto de um processo de simbolização do mundo que ocorre em ordem afetiva e racional, por meio da intersubjetividade, e se instala na memória coletiva da sociedade. Ele, então, adquire dupla função de criação de valores e de justificação da ação. Por conseguinte, será por meio do imaginário, emergente das representações sociais, que o sujeito constrói sua percepção e sua significação dos objetos do mundo, transformando, pois, a realidade em real significante.

O imaginário pode ser social quando se insere em uma representação que é realizada dentro de um domínio de prática social, como o artístico, o político, o jurídico, etc. Nesse ponto, de acordo com o linguista (CHARAUDEAU, 2007, p.579), pode-se pensar em imaginários pessoais quando as percepções de mundo são realizadas na história íntima do indivíduo, como a morte de um parente. Os imaginários sociais, por sua vez, são caracterizados sob o entendimento em nível de dimensões coletivas, como a morte de Cristo, por exemplo, que pode suscitar um imaginário social de salvação aos pecadores para um certo grupo de pessoas.

Para completar a justificativa do sintagma, os imaginários serão sociodiscursivos quando forem representações coletivas sobre uma percepção de mundo realizada por meio da linguagem, dos discursos. A construção discursiva dos imaginários, ainda na esteira de Charaudeau (2007), pode ser realizada através dos discursos narrativos e argumentativos, já que o sujeito falante pode, por meio deles, propor descrições e explicações dos objetos, conforme os saberes e a visão representacional do indivíduo ou do grupo. Os saberes que atravessam os discursos sobre o mundo são compostos, por vezes, de *pathos*, em que o saber se produz pelo afeto; de *ethos*, no caso de o saber ser realizado pela imagem de si ou do outro; e/ou de *logos*, quando o saber ocorre pelo argumento racional.

Pelo fato de os imaginários sociodiscursivos serem representações sociais estabelecidas e produzidas em determinada prática social, concordamos com Charaudeau (2007, p.579) que eles passam por filtros axiológicos que podem mu-

dar os valores dos imaginários. Na tentativa de explicar esse processo, podemos pensar no imaginário sobre o tradicionalismo, que pode adquirir valor positivo para um coletivo de pessoas que gostam de praticar e de sustentar práticas tradicionais de religião, de família. Contudo, esse mesmo imaginário pode ter um valor não-positivo para aqueles que são mais inovadores e gostam de mudanças, como, por exemplo, as que ocorrem em práticas sociais que visem às evoluções tecnológicas.

## **2.1 A ESTRUTURA DOS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS**

Os imaginários sociodiscursivos são constituídos por tipos de saberes que podem ser de conhecimento ou de crenças. Os saberes de conhecimento são produzidos com o intuito de estabelecerem verdades sobre os fenômenos e sobre os objetos do universo. Tais verdades estariam isentas da subjetividade e do julgamento afetivo do sujeito, seriam, pois, verdades neutras e impessoais que se impõem aos indivíduos. O discursivo produzido por este saber não é discutível e tenta impor uma verdade objetiva; para Charaudeau (2007, p.581), ele possui um enunciador abstrato que pode ser chamado de “a ciência” ou “a ordem das coisas”.

A construção do saber de conhecimento pode ainda ser subdividida em saber científico e saber de experiência. O primeiro visa a produção de explicações sobre os objetos, os fenômenos e sobre o mundo que procuram desvendar e entender os seus funcionamentos e as suas imposições sobre o homem. Essa explanação é pautada na ordem da razão científica, que é originada nos procedimentos de observação, de experimentação e de cálculo, os quais se utilizam de instrumentos (como o microscópio) ou de operações (como a informática) que garantem a objetividade e a prova dos resultados.

As teorias (CHARAUDEAU, 2007) são ligadas ao saber científico e se caracterizam por um discurso que é, simultaneamente, fechado e aberto. Fechado no sentido que cada teoria é constituída de proposições com valor de postulados e princípios, assim como possuem conceitos, modos de raciocínio e procedimentos metodológicos específicos. Elas configuram-se como um discurso aberto na medida em que se depara com proposições contrárias, refutações ou resultados contraditórios. Sendo assim, as teorias precisam aceitar confrontos e críticas, porém, quando elas se enunciam como tal, possuem força de verdade, como as leis da gravidade, por exemplo.

Similar ao saber científico, conforme Charaudeau (2007, p.582), o saber de experiência constrói explicações sobre o mundo que podem ser aplicadas e experimentadas por todos. Entretanto, não há garantia de que a experiência possa ser provada por procedimentos específicos ou por instrumentos. Ou seja, qualquer indivíduo pode usar este saber, desde que passe por uma situação de experimentação de algo que outro indivíduo tenha passado pela mesma circunstância. Como seria o caso de uma pessoa soltar um copo de vidro de suas mãos e concluir que, toda vez que ela e/ou qualquer outra pessoa repetir tal ação, o resultado será o mesmo, o copo na certa irá se partir em vários pedaços. Logo, esse saber é atrelado aos saberes empíricos sobre o mundo, que é sustentado por discursos de causalidade natural.

Os saberes de conhecimento, portanto, são pautados em discursos explicativos sobre o mundo, construídos de maneira oposta aos saberes de crença. Isso porque, enquanto o primeiro é um processo que independe das apreciações subjetivas do indivíduo, o segundo é constituído essencialmente de avaliações, julgamentos e pontos de vista do sujeito face ao mundo. Charaudeau (2007) esclarece que o saber de crença não visa refutar o saber de conhecimento, como no caso da explicação científica de que a terra gira ao redor do sol, isso é um saber inquestionável. Porém, o sujeito pode ter uma crença sobre a melhor hora para trabalhar, podendo ser ao nascer ou ao pôr do sol. Sendo assim, o saber de crença é produzido no âmago do sujeito (in-sujeito) portador de julgamento. Os saberes de crenças são construídos no domínio do valor que se caracteriza

[...] ao mesmo tempo, por ser uma atividade mental polarizada entre a razão de ser dos eventos e dos comportamentos (daí seu aspecto afetivo) e por um posicionamento (daí seu aspecto subjetivante). Já não tratamos mais da enunciação de um 'ele-verdadeiro', mais sim de um 'nós-verdadeiro', que interioriza o saber e ao mesmo tempo o deseja compartilhado, ainda que, nesse caso, não ele não seja verificável – outra diferença com relação ao saber de conhecimento, ainda que por vezes seja difícil diferenciá-los (CHARAUDEAU, 2007, p. 583).

A organização da elaboração do saber de crença pode ser subdividida em saber de revelação e saber de opinião. O primeiro exige uma adesão do sujeito sobre a ver-

dade que é exterior a ele, por isso é relativamente similar ao saber de conhecimento, em que se supõe a existência de explicações sobre o mundo que independem dos indivíduos. Contudo, também é diferente dele, pois as supostas verdades não podem ser provadas nem verificadas. Então, para suscitar a confiança das pessoas, tais explanações são materializadas em textos com caráter de sagrado, como por exemplo, acontece em livros tais como a bíblia, o alcorão e outros do gênero. Os discursos produzidos por este saber estão na modalidade da evidência e são produzidos com a finalidade de serem fechados às críticas e às refutações, portanto, são discursos estabelecidos como dogmas.

O saber de revelação ainda pode ser interligado às ideologias quando os discursos que as reproduzem são endurecidos, fixam-se em um texto de referência sagrada para seus adeptos e articulam os saberes de forma doutrinária. Para explicar isso, Charaudeau (2007, p. 584) dá como exemplo o marxismo, que teve origem em um teórico e em uma teoria, e tornou-se uma ideologia que, segundo ele, seria doutrinária e dogmática.

A distinção entre saber de conhecimento e saber de crença ainda nos parece questionável, pois suscita alguns questionamentos, como por exemplo: a religião. Esta última é classificada por Charaudeau como saber de crença subdivida em saber de revelação. Em tal revelação, as explicações sobre o mundo são informadas por meio de textos sagrados, que conforme o linguista, não podem ser verificadas nem comprovadas. Contudo, tal distinção entre ciência e religião vem sendo questionada por cientistas, como Louis Comfort Tiffany e mais recentemente com Marcelo Gleiser. Para ambos os conhecimentos, de ciência e de religião, estariam no mesmo patamar, não sendo nenhum de menor ou maior conhecimento que outro.

Por fim, há o saber de opinião, que origina do processo de avaliação em que o sujeito se posiciona face ao julgamento sobre algo. Desse modo, não será o mundo que se impõe ao sujeito, mas o sujeito que se impõe ao mundo. Não há um discurso de referência a ser seguido, pois existe um universo de saber repleto de múltiplas possibilidades de julgamentos. Nesse universo, o sujeito escolhe o que melhor se adapta às suas crenças. Charaudeau (2007, p. 584) considera que tal escolha é organizada segundo diversas lógicas, como as do necessário, do provável, do possível, do verossímil e assim por diante. A opinião resulta, assim, da apropriação, por parte do sujeito, de um saber inserido em um universo de crenças sociais e, por conseguinte, o julgamento de opinião é subjetivo e social.

### 3. JULGAMENTO DE SI: MUDANÇAS E CONTINUIDADES NA IDENTIDADE

Questões sobre *mudanças* e sobre a fluidez da identidade são assuntos bem consolidados na área da Sociologia, como em estudos de Bauman e Hall, por exemplo. De certo, podemos afirmar que a identidade de um indivíduo estará em constante *mudança* em um processo dinâmico e complexo que percorrerá toda a vida deste sujeito. Alguns fatores são fundamentais para que tais *mudanças* ocorram, como meio social, papel social, situação de comunicação, estudos, carreira, viagens, relacionamentos e etc.

Entretanto, a identidade é uma dimensão complexa e paradoxal, pois da mesma maneira que ela estará sempre em *mudança* ela terá também a *continuidade*. Para Chauvier (2016, p.24), a relação entre a *continuidade* e a mudança que há na construção da identidade pode ser metaforicamente pensada sobre a possibilidade de haver em um mesmo corpo, uma nova pessoa todos os dias, como um ator que todos os dias incorpora um novo personagem. Nessa perspectiva, existe uma ligação estreita entre a *continuidade* e a memória do sujeito, ou seja, ela implica diretamente na lembrança e na autoconsciência dos acontecimentos de vida, para que o “eu” seja o “eu-próprio” todos os dias.

Para ilustrar essa relação, a psicóloga aponta o seguinte exemplo: se um indivíduo subiu ontem em topo do Kilimanjaro, porém, hoje, não possui nenhuma lembrança ou nenhum resquício de memória sobre este fato, por conseguinte, o sujeito de hoje não seria o mesmo de ontem, pois se perderia a *continuidade* e a autoconsciência de si. Logo, a identidade transtemporal de cada pessoa é construída pela capacidade de ter em mente, na memória, os episódios de sua existência que o definem psicologicamente e socialmente, como estado civil, apegos e gostos. Tais pressupostos não configuram dizer que a identidade pessoal é fixa e estável, ela é, ao mesmo tempo, mutável e contínua. Nesse quesito, a autora postula “*Nous savons donc que nous sommes montés sur Le Kilimandjaro, mais peut-on dire que la personne que nous étions en y montant soit toujours vivante en nous-mêmes?*”<sup>86</sup> (CHAUVIER, 2016, p. 25).

As colocações de Chauvier (2016) vão ao encontro dos pensamentos do psicólogo português Damásio (2016, p. 200 - 284). Para esse autor, em nosso fluxo de consci-

---

86 Nossa tradução do original: “Nós sabemos, então, que subimos no Kilimanjaro, mas podemos dizer que a pessoa que eramos e lá subimos ainda esta viva em nós mesmos?”

ência, o “eu”<sup>87</sup> muda conforme avança o tempo, mesmo que o sujeito conserve a impressão de que o “eu” permanece o mesmo durante a sua existência. Sob esse raciocínio, Damásio (2016) configura que há dois “eus” no indivíduo, o *eu-central* e o *eu-autobiográfico*. O primeiro está sempre em mudança e em transição, ele é efêmero e precisa continuamente ser refeito, é o responsável pela dinâmica e transformação da identidade pelo decorrer do tempo. A mudança deste “eu” deriva dos traços de personalidade, inteligência, conhecimento, meio social e cultural.

Em consonância com Hall (2006), percebemos que a identidade é elaborada conforme a maneira pela qual o sujeito é representado pela sociedade. Desse modo, ela torna-se móvel, formada e transformada em conformidade com as relações às quais o sujeito é submetido. Assim, o indivíduo assume identidades diferentes em momentos diversos (HALL, 2006, p.10-12). Dessa maneira, podemos compreender que a identidade nunca está completa, e sim em constante processo de construção em relação ao mundo e ao outro. Além disso, a formação da identidade está vinculada a alguma identificação do indivíduo, com um referente no seu exterior (ib.).

Para melhor esclarecer sobre esse processo de identificação, Silva (2000, p.81) postula que a construção da identidade pode ser produzida por meio da identificação e da diferença. Nelas, estão presentes os processos de “incluir” e “excluir” as semelhanças de um sujeito com algum ponto de referência. Na operação de incluir, o sujeito se identifica com o que ele é. Já na exclusão, o sujeito se identifica com aquilo que ele não é. Nessa concepção, recuperamos a teoria do dialogismo constitutivo do sujeito, que precisa do outro para existir.

Em relação ao efeito de sentido provocado no ser humano, de que ele é o mesmo sempre, ele está no âmbito do *eu-autobiográfico*, pois se baseia no repositório de memórias do sujeito que são fundamentais à biografia individual. Tais recordações são parcialmente reativadas, proporcionando a continuidade do/no sujeito. Sem essas memórias autobiográficas, não teríamos a noção do passado e do futuro, não haveria continuidade histórica em nossa pessoa. As lembranças de nossa história de vida constituem a nossa identidade e ajudam a definir a nossa individualidade. A base para o *eu-autobiográfico* é estável, como quando o sujeito nasceu, quem são seus pais, quais são os seus gostos e aversões.

---

87 Damásio utiliza o termo “self”, porém, iremos traduzi-lo neste trabalho como o sintagma “eu”.

Nesse âmbito, Tap (2016, p. 46-47) sublinha que os elementos componentes da identidade pessoal são as representações e os sentimentos que um indivíduo desenvolve sobre si. De forma análoga, a identidade é o que mantém esse indivíduo o mesmo, assim como aquilo que o faz perceber esse contínuo. Isso seria, então, a noção de *continuidade*.

#### 4. OS IMAGINÁRIOS DE SI E DO MUNDO

Com o intuito de observarmos os imaginários sociais e discursivos no discurso de Drummond, selecionamos sete excertos da obra para análise.

O primeiro trecho selecionado trata-se de um enunciado que o autor expressa os sentimentos pelo falecimento de um querido amigo:

As memórias despertam em mim, os fatos sucedem-se, mas já não é a exposição retrospectiva, é o próprio tempo de ontem que se inscreve no quadro de hoje, e a vida em movimento, com a amizade em movimento. P. 55.

Drummond realiza uma bela e expressiva análise sobre a memória. Para o poeta, os sentimentos e a exposição das lembranças são fenômenos em movimento no qual o passado se inscreve no presente. Nesse sentido, a partir de tal expressão, inferimos que ao relembrarmos nossas memórias e experiências, esse exercício será feito com os olhos do presente, em contínuo. Podemos ainda pensar na relação entre sincronia e diacronia na memória. Ao acionar a memória sobre um evento específico, ou data, ou momento, estaremos, então, realizando o trabalho sincrônico de recorte. Contudo, é impossível lembrar de algo utilizando somente o momento do passado. Muito do “eu” do passado já mudou, já adquiriu novas experiências e por isso toda essa carga de experiência de vida estará presente no momento da recordação. Assim, a evolução do *eu-central*, a diacronia, estará implicada e amalgamada às lembranças.

Nas recordações de Drummond notamos a relação do narrador com o outro e com o mundo, bem como os imaginários sociodiscursivos que podem ser apreendidos dessa relação. Isso que podemos observar em alguns enunciados na obra, dentre eles escolhemos o seguinte:

Afinal, João Guimarães é todo um pedaço de minha vida.

Assente-se aí, João. Na minha opinião, você está apenas fingindo de morto. P.56

Nos enunciados em que o autor expressa seus sentimentos sobre a morte de seu amigo, João Guimarães, compreendemos um imaginário sociodiscursivo de opinião que está intrinsecamente relacionado com as crenças e com os conhecimentos do poeta face ao mundo e à morte. Vários interpretativos poderiam surgir desse imaginário de opinião sobre o conhecimento da morte. O uso do vocativo, por exemplo, implicaria uma conversa direta com o falecido, demonstraria que para o autor a morte não é separação brusca entre as pessoas, afinal o amigo “estaria apenas fingindo de morto”.

O imaginário sociodiscursivo subjetivo que notamos nesse enunciado revela a relação das crenças e dos conhecimentos do autor sobre um fato e uma verdade inquestionável no mundo, a morte do corpo. É certo que todos os indivíduos irão falecer um dia, é conhecimento irrefutável, porém a subjetividade, a opinião e as crenças que surgem de tal conhecimento cabem a cada sujeito construir. Desse modo, consideramos a passagem, “na minha opinião”, como traço importante de marcação de subjetividade do poeta. Tais palavras relativizam a afirmativa que vem a seguir “você está apenas fingindo de morto” e demonstra a crença do autor.

No decorrer da obra, o sujeito enunciadador de Drummond escreve algumas linhas sobre o seu ponto de vista no que se refere à biografia e à autobiografia, vejamos:

Convidado pela Revista Acadêmica a escrever minha autobiografia, re-lutei a princípio por me parecer que esse trabalho seria antes de tudo manifestação de impudor. Refleti logo, porém, que, sendo inevitável a biografia, era preferível que eu próprio a fizesse, e não outro. Primeiro, pela autoridade natural que me advém de ter vivido a minha vida. Segundo, porque, praticando aparentemente um ato de vaidade, no fundo castigo o meu orgulho, contando sem ênfase os pobres e miúdos acontecimentos que assinalam a minha passagem pelo mundo, e evitando assim qualquer adjetivo ou palavra generosa, com que o redator da revista quisesse, sincero ou não, gratificar-me. 67

Nesse recorte, podemos observar os imaginários sociodiscursivos de opiniões do narrador sobre autobiografia e biografia. Para ele, a autoridade de projeto de escrita para se narrar a vida de alguém, nada é mais natural do que a própria o fizesse. Pelo contrário, poderiam criar-se ênfases e proezas em situações nas quais não as caberiam inserir. Logo após essa explicitação sobre o ponto de vista do eu enunciatador de Drummond sobre sua biografia, ele segue com o relato de si:

Isto posto, declaro que nasci em Itabira, Minas Gerais, no ano de 1902, filho de pais burgueses que me criaram no temor de Deus [...]

[...] Ao sair do grupo escolar, tomei parte na guerra europeia (pesa-me dizê-lo) ao lado dos alemães. 67

O eu-que-se-conta pelo discurso, nesse trecho, faz uma atividade de memória que resgata primeiramente, na esteira de Damásio, o *eu-autobiográfico*, ou seja, as informações, os conhecimentos e as lembranças que são estáveis no sujeito narrador. Alguns fatos sobre a vida de Drummond são mudam, não são variáveis, isto é, trata-se de uma *continuidade*. Nisso, destacamos o lugar de nascimento, Itabira, o ano de 1902, a condição financeira e social dos pais, a criação religiosa e a posicionamento durante a guerra europeia. Todos esses dados presentes na memória do sujeito enunciatador de Drummond fazem parte da *continuidade* do *eu-autobiográfico* da vida e da consciência de si do autor.

Na *continuidade* da identidade do narrador, algumas informações discursivas demonstram ter relevância na consciência de si, como por exemplo, a descrição qualitativa dos pais como burgueses e a expressão “temor de Deus”. A informação adicional aos papéis sociais e econômicos dos pais podem demonstrar o tipo de vida e criação que o poeta teve em sua infância e as marcas que tais lembranças suscitem em sua vida no presente. Assim, as escolhas lexicais para descrever os pais e a seleção de “temor de Deus” ao invés de outras descrições, como “catolicismo” ou “cristianismo” pode nos levar a criar um possível interpretativo do relevante papel da família e da religião na *continuidade* e também nas *mudanças* da identidade do sujeito enunciatador de Drummond.

Nesse excerto podemos identificar um recurso linguístico e discursivo que pode demonstrar a relação complexa entre a *continuidade* e a *mudança* na formação

da identidade pessoal do sujeito. A narrativa de que o autor ao sair da escola, tomou parte na guerra ao lado dos alemães e a informação entre parênteses de que tal fato pesa dizê-lo. Em outras palavras, a identidade do *eu-autobiográfico* conserva as informações do passado, não tem como se desfazer ou não se lembrar dos atos vividos. Contudo, a evolução e a mudança da identidade do *eu-central* fizeram com que alguns imaginários de crença fossem alterados e modificados com o longo do tempo. Tais alterações que ocorreram são demarcadas no discurso de Drummond através da informação de arrependimento realizada entre parênteses.

A expressão de arrependimento no enunciado revela, então, no mínimo dois imaginários sociodiscursivos de crenças e de opiniões sobre a guerra europeia no universo de crenças do sujeito enunciatador de Drummond. O primeiro seria o que direcionou a tomada de posição e julgamento a favor dos alemães. O segundo é revelado através do julgamento de si no passado e a marca de arrependimento no discurso que aponta que o imaginário sociodiscursivo em relação à guerra sofreu mudanças no universo de crenças do narrador.

Dito isso, a complexidade da identidade entre a *mudança* e a *continuidade* é aspecto importante no julgamento de si e da relação com o mundo. No discurso de Drummond, a informação que ele apoiou os alemães poderia ser retirada dos seus escritos, poderia ter sido omitida. Contudo, ele preferiu expor esse fato, mesmo que lhe causasse arrependimentos. A opção de revelar aos leitores um acontecimento constrangedor para si, leva-nos a inferir que a própria escrita de sua vida é reflexão e julgamento dos atos e das crenças antes adotadas. De tal modo, a expressão de pesar no enunciado é característica discursiva da relação entre a *mudança* e a *continuidade* do sujeito-que-se-conta.

Em outros enunciados na obra, observamos o recurso da ironia para narrar um acontecimento na escola, a ironia por sua vez permite apreender mais imaginários sociodiscursivos. Doravante o trecho:

Primeiro aluno da classe, é verdade que mais velho que a maioria dos colegas, comportava-me como um anjo, tinha saudades da família e todos os outros bons sentimentos, mas expulsaram-me por “insubordinação mental”. 67

O sujeito narrador de Drummond relata a expulsão do colégio por meio de ironia. Tal recurso pode ser compreendido nos enunciados em que o autor narra ser bom aluno, ter comportamento de “anjo”, mas mesmo assim fora retirado da escola por “insubordinação mental”. Ademais, o termo “insubordinação mental” está entre parênteses, isso que pode ser inferido como distanciamento e recusa de tal motivo declarado pelos responsáveis escolares. O termo insubordinação mental pode ainda demonstrar um imaginário sociodiscursivo adotado pelo sujeito narrador que contrariava as crenças da escola. Para o autor, tal saída causou-lhe algumas consequências identitárias nas quais ele relata a seguir:

A saída brusca do colégio teve influência enorme no desenvolvimento dos meus estudos e de toda a minha vida. Perdi a Fé. Perdi tempo. E sobretudo perdi a confiança na justiça dos que me julgavam. Mas ganhei a vida e fiz alguns amigos inesquecíveis. 68

Em decorrência da saída do colégio, o sujeito narrador de Drummond declara que houve mudanças nas suas crenças e visões sobre o mundo, aliás, ocorreram mudanças significativas na identidade. A relação do autor com os estudos e com a religião sofreu alterações devido à alteração de crenças. Contudo, o poeta relata que “ganhou a vida”, o que nos leva a inferir que tal fato pode ser compreendido como um divisor de águas para sua identidade.

Nesse relato, observamos como o sujeito enunciatador avalia e julga o seu próprio *eu-central* e as mudanças ocorridas em relação ao passado e ao presente momento do processo de escritura. Ademais, o relato de si, ou seja, a escrita autobiográfica permite ao sujeito narrador o processo de julgamento dos eventos, dos comportamentos e das consequências decorridos deles. O discurso de si aponta para a atividade reflexiva sobre como o sujeito enunciatador lidou com as adversidades e com as conquistas em toda a sua experiência de vida.

Algumas marcas discursivas permitem-nos perceber a relevância do evento da expulsão do colégio para a vida do sujeito narrador. Assim sendo, destacamos as seguintes expressões “influência enorme”, “toda a minha vida” e “ganhei a vida” como formas enunciativas que descrevem os imaginários sociodiscursivos de opiniões e de avaliações sobre o evento e sobre a própria identidade.

O sujeito enunciatador de Drummond, em sua escrita autobiográfica, não utiliza, linguisticamente, somente do tempo verbal do passado, o que é mais comum em uma escrita de si. Ele faz uso também do tempo verbal do presente para realizar o relato de sua vida, como podemos ver em:

Entro para a antologia, não sem registrar que sou o autor confesso de certo poema, insignificante em si, mas que a partir de 1928 vem escandalizando meu tempo, e serve até hoje para dividir no Brasil as pessoas em duas categorias mentais:

No meio do caminho tinha uma pedra  
 Tinha uma pedra no meio do caminho  
 Tinha uma pedra  
 No meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento  
 Na vida de minhas retinas tão fatigadas  
 Nunca me esquecerei que no meio do caminho  
 Tinha uma pedra  
 Tinha uma pedra no meio do caminho  
 No meio do caminho tinha uma pedra. 69

No relato acima, identificamos uma avaliação de si que é realizada no momento da escrita, no tempo presente do processo de escritura, não mais no passado, mas sim como um julgamento vivo e atual de sua vida recente. Em tal trecho, o sujeito enunciatador produz imaginários sociodiscursivos de opiniões sobre a publicação do seu famoso poema e a recepção do mesmo na crítica literária. Percebemos esse imaginário no momento em que o poeta relata que seu poema consegue dividir o público leitor em duas categorias mentais, entretanto autor não expressa quais seriam essas duas categorias mentais.

O poema, ao qual o enunciatador de Drummond faz questão de descrever após sua opinião, é um dos mais famosos do poeta. Ele foi publicado em 1928 *na Revista de Antropofagia de São Paulo*. O escândalo mencionado trata-se de algumas críticas sobre a repetição de termos e do uso incorreto de “tinha uma pedra” ao invés de “havia uma pedra”. Os autores de tais críticas, porém, não conseguem perceber o valor reflexivo que essas escolhas linguísticas e discursivas trazem ao poema. A opção de

uso de repetições e do verbo “ter” possui significados à interpretação do poema no que diz respeito às dificuldades encontradas na vida e como as pessoas lidam com tais obstáculos.

Dito isso, no relato de si, compreendemos os imaginários de opiniões construídos pelo poeta no que se referem as suas obras e a relação delas com o mundo e por consequência, com ele próprio. A posição de estilo literário do autor também pode ser observada pelo seu discurso, já que no momento da publicação do poema ocorria uma transição do Parnasianismo para o Modernismo Brasileiro.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o processo de escrita de si pode ser visto como um gênero discursivo pelo qual o sujeito narrador realiza avaliações e julgamento de si, dos outros e do mundo. Nessas avaliações, consequentemente, observamos imaginários socio-discursivos do sujeito enunciador sobre questões identitárias.

Nos relatos de Drummond selecionados para esse trabalho, compreendemos como o discurso de si se constrói como uma dimensão apreciável para se realizar enunciados que refletem as *mudanças* e as *continuidades* da identidade desse sujeito que se conta.

A atividade de refletir sobre o passado bem como sobre os eventos e as consequências desses para a identidade do sujeito pôde ser observada nos enunciados do sujeito enunciador de Drummond. Além de identificar as relações identitárias do sujeito consigo e com o seu passado, também compreendemos alguns imaginários sociodiscursivos de crenças, sobretudo os de opiniões, que são importantes para essas relações.

Por fim, nos discursos que são construídos com o objetivo de narrar a vida do sujeito enunciador de Drummond, identificamos como as informações sobre *continuidades* da identidade, ou *eu-autobiográfico*, são relevantes para observamos quais foram as *mudanças* do *eu-central* ao longo da experiência de vida do poeta, bem como quais imaginários sociodiscursivos estão presentes em tais avaliações de si.

---

**REFERÊNCIAS**

ABRIC, J-C. Pratiques sociales et représentations. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

\_\_\_\_\_. L'étude expérimentale des représentations sociales. In: JODELET, D. (Ed.). *Les représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Confissões de Minas*. São Paulo :Cosac, 2011 [1944].

CANDIDO, Antonio. Notas de Crítica Literária. In : ANDRADE, Carlos Drummond de. *Confissões de Minas*. São Paulo :Cosac, 2011 [1944].

CHARADEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

\_\_\_\_\_. Pathos e discurso político. In: MACHADO, I.L. et al. (org). *As emoções no discurso*, v. 1. Rios de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 240-251.

\_\_\_\_\_. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, Henri (org). *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*. Paris: L'Harmattan, 2007b. p.49-63.

\_\_\_\_\_. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2009, p. 309-326, 2009. Disponível em: <http://www.patrick-charadeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, [1992]2014, nº 1 -2, p. 26-31.

CHAUVIER, Stéphane. La question philosophique. In: HALPERN, C. (org.) *Identité(s): l'individu, le groupe, la société*. Auxerre: Sciences Humaines Édition, 2016.

DAMÁSIO, António. *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e o Cérebro Humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *O mistério da consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ESCOREL, Lauro. Crítica Literária. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. *Confissões de Minas*. São Paulo :Cosac, 2011 [1944].

FARR, R. M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHLOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 31-59.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*, vol. 2: A clínica da fantasia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MARC, E. La construction identitaire de l'individu. In : HALPERN, C. (org.) *Identité(s): l'individu, le groupe, la société*. Auxerre: Sciences Humaines Édition, 2016.

MARTINOT, Delphine. Le soi en psychologie sociale. In : HALPERN, C. (org.) *Identité(s): l'individu, le groupe, la société*. Auxerre: Sciences Humaines Édition, 2016.

MATHIEU-CASTELLANI, Gisèle. *La Rhétorique des passions*. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000, p. 73-102.

TAPP, P. Marquer sa différence. In : HALPERN, C. (org.) *Identité(s): l'individu, le groupe, la société*. Auxerre: Sciences Humaines Édition, 2016, p. 55-62.





# CAPÍTULO 11

## O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO ARGUMENTATIVA NO PRIMEIRO DISCURSO DE JAIR BOLSONARO APÓS A ELEIÇÃO DE 2018

Natália Silva Giarola de Resende (POSLIN/UFMG/FAPEMIG)

---

**RESUMO:** Este artigo tem como finalidade analisar a maneira pela qual se materializa o modo de organização argumentativo, no primeiro discurso de Jair Bolsonaro em cadeia nacional, após vitória em segundo turno presidencial. O *corpus* constitui-se da transcrição do discurso do presidente eleito, na matéria publicada pelo site G1, no dia 28 de outubro de 2018, intitulada “Íntegra: discurso de Jair Bolsonaro após vitória eleitoral”. Adotaremos como arcabouço teórico-metodológico os modos de organização do discurso, propostos por Patrick Charaudeau (2008), com base nas seguintes categorias: (a) o modo de organização enunciativo, (b) o modo de organização argumentativo e a (c) encenação argumentativa. Ao final do trabalho, observou-se que a partir da articulação entre os fundamentos teóricos e as reflexões resultantes, o modo argumentativo predominou no discurso

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso Político. Argumentação. Semiologia. Eleições 2018.

---

### 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar se o primeiro discurso em rede nacional de Jair Bolsonaro, após ser eleito presidente do Brasil, em 2018, constitui-se como argumentativo. Para tal, utilizaremos como arcabouço teórico-metodológico a Teoria Semiológica (devorante ST) de Patrick Charaudeau, no que tange ao modo de organização argumentativo.

O trabalho identificará as categorias linguísticas e os procedimentos de encenação argumentativa na transcrição do discurso do presidente eleito, na matéria publicada

pelo site G1, no dia 28 de outubro de 2018, intitulada *Íntegra: discurso de Jair Bolsonaro após vitória eleitoral*. O discurso foi proferido por Bolsonaro em sua residência, logo após a confirmação do resultado, em que Bolsonaro, com 53,13%, venceu o candidato Fernando Haddad (PT).

A primeira parte do trabalho apresenta uma breve exposição da teoria Semiolinguística, a qual nos fornecerá o percurso metodológico necessário para a análise do *corpus*, com base nas seguintes categorias: (a) o modo de organização enunciativo, (b) o modo de organização argumentativo e a (c) encenação argumentativa. E, por fim, apresentaremos a conclusão.

## **2 TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA**

No campo dos estudos discursivos, a Teoria Semiolinguística, de Charaudeau, coloca o discurso em uma problemática em que cria ligações entre os fatos da linguagem e certos fenômenos psicológicos e sociais. Desse modo, a linguagem mantém uma relação com o contexto psicossocial no qual ela é produzida. O autor se filia ao modelo em que objeto, método e conhecimento são caracterizados por sua “concepção de linguagem-objeto-não-transparente, por seu método de atividade de elucidação, e se interessa por como nos fala a linguagem”. (CHARAUDEAU, 2008, p. 20)

O discurso é o objeto central dos estudos do autor, afastando-se de um entendimento reducionista da linguagem. Em outras palavras, rejeita a visão teórica que trata a língua apenas na sua concepção gramatical e lexical. Segundo Oliveira (2013, p. 236), o linguista francês considera a linguagem como o “mecanismo ou o instrumento que permite às pessoas não só pensar e agir, mas também interagir com seus semelhantes e, conseqüentemente, viver em sociedade”.

Nesses termos, pode-se entender que cada ato de linguagem ocorre conforme certas condições de enunciação e conhecimentos que os agentes sociais, locutores e interlocutores possuem ou não para codificar ou decodificar signos linguísticos. Para Charaudeau (2008, p. 20), “o ato de linguagem não pode ser concebido de outra forma a não ser como um conjunto de atos significadores que falam o mundo através das condições e da própria instância da sua transmissão”.

Logo, a TS compreende o seu objeto de estudo, o fenômeno languageiro, como o resultado de uma dupla dimensão: o implícito e o explícito. Ora, o ato de linguagem não significa somente em uma configuração semiológica visível, mas tam-

bém em saberes que são trazidos pelos sujeitos durante a produção e interpretação desse ato.

Em vista disso, o ato de linguagem nada mais é do que o resultado de um explícito que corresponde à configuração semiológica e de um implícito derivado das circunstâncias de produção/interpretação ou *Circunstâncias do Discurso*. Charaudeau (2008, p. 27) propõe uma equação para representar o ato de linguagem: **A de L = [Explícito x Implícito] C de D**, em que A de L é o ato de linguagem e C de D. Portanto, o sentido implícito comanda o sentido explícito, dando a significação a uma totalidade discursiva.

## 2.2 O ATO DE LINGUAGEM COMO ENCENAÇÃO (MISE EN SCÈNE)

Charaudeau (2008) compreende o ato de linguagem como um dispositivo, no centro do qual se encontra o sujeito falante, o locutor que fala ou escreve, em relação a um parceiro, o interlocutor. Considerando o ato de linguagem como uma encenação, o autor propõe um esquema no qual o divide em dois circuitos: interno e externo, bem como institui quatro sujeitos interactantes, que são responsáveis pelos processos de produção e interpretação do discurso.

O circuito externo é formado por um material psicossocial do ato, a situação de comunicação, que inclui dois sujeitos, também sociais, denominados de sujeito comunicante (EUc) e sujeito interpretante (TUi). Já o circuito interno, corresponde ao material verbal do ato de linguagem, incluindo dois outros sujeitos, os protagonistas do dizer: o sujeito-enunciador (EUe) e o sujeito-destinatário (TUD).

Segundo Charaudeau (2008, pp. 45-56), o sujeito comunicante é o responsável pelo processo de produção. O EUc projeta dois outros sujeitos, o EUe, que põe em cena as suas intenções, além de representar um papel languageiro, e o TUD, que representa uma imagem fabricada e totalmente dominada por ele, que é colocada como uma representação do TUi, sem, no entanto, ser esse sujeito.

No processo de produção, o EUe é uma imagem de enunciador construída pelo sujeito produtor da fala, o EUc, que representa a sua intencionalidade, o seu projeto de fala; já o TUD é o interlocutor fabricado pelo EUe como sendo o destinatário ideal, adequado ao seu ato de comunicação.

O sujeito interpretante, o TUi, da mesma forma que o EUc, é independente das intenções do EUe, sendo o condutor do processo de interpretação. Por meio desse

processo, o TUi remete-se a uma imagem do Eu (EUe) que pode ser ou não diferente da imagem que EUc concebe de si próprio. Desse modo, o sujeito interpretante é considerado como um ser mais ou menos livre da intencionalidade do EUc.

### **2.3 OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO**

Para Charaudeau (2008), os modos de organização do discurso são os princípios de organização da matéria linguística que estão interligados à finalidade comunicativa do sujeito falante. São procedimentos da ordem languageira que consistem no uso de determinadas categorias de língua, sendo agrupados em quatro modos: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo. Cada modo possui uma finalidade discursiva ligada ao projeto de fala do locutor (enunciar, descrever, contar/narrar, argumentar) e um princípio de organização. Nesta pesquisa, enfatizaremos o modo de organização argumentativo.

## **3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS**

### **3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTUALIZAÇÃO PARA ANÁLISE**

Utilizaremos como metodologia de análise a Teoria Semiolingüística de Charaudeau, no que tange os seguintes eixos temáticos: (a) o modo de organização enunciativo, (b) o modo de organização argumentativo e (c) a encenação argumentativa. Ressaltando que o nos interessa neste artigo é o discurso realizado por Bolsonaro. Em vista disso, não levaremos em conta as diretrizes e linha editorial do site G1, apenas a transcrição realizada por ele.

#### **3.1.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA**

A eleição brasileira de 2018 certamente ficará marcada na histórica política do país como a primeira, em 24 anos, em que não há uma polarização entre os partidos PSDB e PT. O primeiro turno contou com onze candidatos, sendo os mais expressivos: Bolsonaro (PSL), Fernando Haddad (PT), Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB), João Amoêdo (Novo), Henrique Meirelles (MDB), Cabo Daciolo (Patri) e Guilherme Boulos (PSOL).

A disputa eleitoral foi iniciada com a incerteza de se o ex-presidente Lula, que até início de setembro era tido como pré-candidato pelo PT, poderia concorrer ou não às eleições, uma vez que o mesmo se encontrava preso. Com a negação do pedido, Fernando Haddad assumiu a candidatura.

Outro ponto marcante da eleição, foi a facada no candidato Jair Bolsonaro, no dia 06 de setembro, na cidade de Juiz de Fora (MG). Com o incidente, Bolsonaro foi submetido a uma cirurgia no intestino. Não participando, a partir dessa data, dos debates promovidos pelas emissoras de televisão.

As redes sociais também tiveram um papel de destaque no pleito. Elas contribuíram como facilitadoras da disseminação de discursos intolerantes. A rede ajudou ainda a intensificar a campanha negativa, que desconstruía os candidatos por meio de criação de boatos (*fake news*) e ofensas pessoais.

O período eleitoral foi marcado também por dois outros fatores: o antipetismo e os discursos intolerantes de Jair Bolsonaro. Segundo Oliveira (2016), o antipetismo caracteriza-o como um fenômeno em que a disputa está entre os que apoiam o PT e aqueles que desejam tirar o partido do poder. Por outro lado, temos a reprodução, principalmente em redes sociais, de discursos homofônicos, totalitaristas, preconceituosos, xenofóbicos, enfim, de maneira geral, discursos intolerantes por parte do candidato do PSL e seus apoiadores, sejam eles ocorridos antes ou durante as eleições. Ao final do segundo turno, Jair Bolsonaro foi eleito com 55,13% contra 44,87 de Fernando Haddad.

### **3.2 O MODO ENUNCIATIVO**

Conforme explica Charaudeau (2008), o modo enunciativo comanda todos os demais, uma vez que ele intervém em suas encenações. Ao analisarmos o modo enunciativo, temos como finalidade descrever os atos referentes à capacidade de ordenamento das categorias de língua, possibilitando a interpretação da posição que o enunciador assume em relação ao destinatário. Esse modo envolve os seres de fala, protagonistas do ato de linguagem, em seu circuito interno e a situação de comunicação, que envolve os sujeitos sociais presentes no circuito externo do ato de linguagem.

O autor classifica os atos enunciativos em três: alocutivo (relação de influência e relação do locutor ao interlocutor); elocutivo (ponto de vista sobre o mundo e relação

do locutor com si mesmo); delocutivo (apagamento do ponto de vista e relação do locutor com um terceiro).

No pronunciamento em análise, destacamos o modo elocutivo como predominante. Ele mostra a relação do sujeito comunicante consigo, pelo fato de enunciar seu ponto de vista sobre o mundo (propósito referencial), sem que o sujeito interpretante esteja envolvido nesta tomada de posição. Tais pontos podem ser notados de acordo com as especificações intrínsecas aos atos de linguagem, de modos de saber, de avaliação e/ou apreciação, de motivação, de engajamento e de decisão. (CHARAUDEAU, 2008, p. 85). Tomemos o exemplo a seguir, retirado do texto em análise:

(Excerto 01- parágrafo 04):

*Faço de vocês minhas testemunhas de que esse governo será um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade. Isso é uma promessa não de um partido. Não é a palavra vã de um homem. É um juramento a Deus.*

Nessa citação, encontramos uma modalidade elocutiva de constatação, saber, declaração e afirmação. Como salienta Charaudeau (2008, p. 83), destaca-se, desse modo, o ponto de vista de *modo de saber* e de *engajamento*, que especifica o grau de adesão ao propósito, tendo como correspondente as modalidades já descritas, na qual o enunciador julga o propósito enunciado ao mesmo tempo que tem uma adesão ao mesmo. Assim, o sujeito comunicante constrói a imagem (EUe) de alguém que, por meio de suas atividades, busca afirmar uma verdade, que, no caso, será transformar o Brasil em uma grande nação, tendo como testemunhas Deus e os cidadãos.

### 3.3 MODO ARGUMENTATIVO

Argumentar é, segundo Charaudeau (2008, p.205), uma atividade discursiva em que o sujeito necessita provar a veracidade de seu propósito, desenvolvendo um ato de persuasão. Desse modo, para que haja argumentação, é necessário: (1) uma proposta de mundo que gere um questionamento, (b) um sujeito que desenvolva um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade e (c) um sujeito que constitui o alvo da argumentação.

Os três pontos são percebidos no texto em análise. O primeiro, pode ser avaliado mais implicitamente como uma mudança de posicionamento governamental, gerando um questionamento de insuficiência dos governos anteriores. Além disso, Bolsonaro se posiciona como um sujeito que possui uma certa autoridade para desenvolver o raciocínio e estabelecer uma verdade em relação ao futuro do Brasil, ao mesmo tempo em que se constitui como alvo da argumentação. Notemos os excertos abaixo:

(Excerto 02 - 12º parágrafo):

*Como defensor da liberdade, vou guiar um governo que defenda e proteja os direitos do cidadão que cumpre seus deveres e respeita as leis; elas são para todos. Porque assim será o nosso governo; constitucional e democrático.*

(Excerto 03 - 14º parágrafo):

*Esse futuro de que falo e acredito passa por um governo que crie as condições para que todos cresçam. Isso significa que o governo federal dará um passo atrás --reduzindo a sua estrutura e a burocracia; cortando desperdícios e privilégios, para que as pessoas possam dar muitos passos à frente.*

Nesses casos, Bolsonaro se coloca como defensor da liberdade, apresentando uma solução, um raciocínio argumentativo (principalmente com a utilização das expressões sublinhadas), para estabelecer um contrato de confiança, de verdade com a população brasileira.

De acordo com Charaudeau (2008), essas características citadas acima, assim como toda relação argumentativa, são compostas por: afirmação de partida (A1), afirmação de chegada (A2) e de uma ou várias afirmações de passagem (prova, inferência ou argumento).

(Excerto 04 - 3º parágrafo):

*Orações de homens, mulheres, crianças, famílias inteiras que, diante da ameaça de seguirmos por um caminho que não é o que os brasileiros desejam e merecem, colocaram o Brasil, nosso amado Brasil, acima de tudo. (A1)*

(Excerto 05 - 13º parágrafo):

*Acredito na capacidade do povo brasileiro, que trabalha de forma honesta, de que podemos juntos --governo e sociedade-- construir um futuro melhor. **(asserção de passagem)***

(Excerto 06 - 16º parágrafo):

*Vamos “desamarrar” o Brasil. **(asserção de passagem)***

(Excerto 07 - 23º parágrafo):

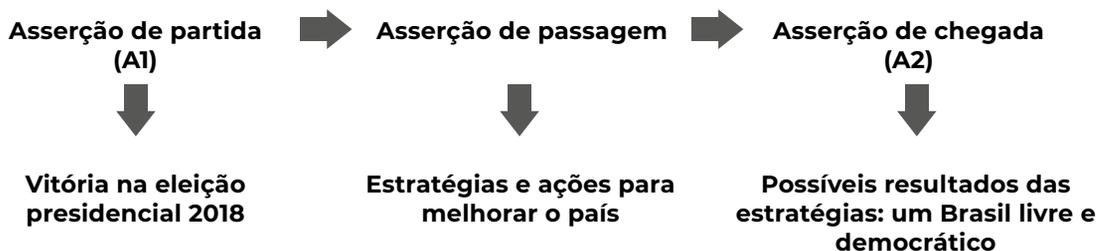
*Emprego, renda e equilíbrio fiscal: é o nosso compromisso para ficarmos mais próximos de oportunidades e trabalho para todos. **(asserção de passagem)***

(Excerto 08 - 35º parágrafo):

*Somos um grande país, e agora vamos juntos transformar esse país em um grande nação. Uma nação livre, democrática e próspera! BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS!” **(A2)***

Com base nessas passagens e nos itens demarcados nelas é possível montar a relação argumentativa proposta por Charaudeau (2008, p. 210).

**Figura 1 – Asserções de partida, passagem e chegada**



Durante seu pronunciamento, Bolsonaro sai de um discurso da vitória na eleição (A1), para caminhar à asserção de chegada (A2), que é “transformar esse país em um grande”. Para tanto, ele utiliza de asserções de passagem, sejam elas provas ou inferências, de como o candidato eleito conseguirá atingir seu objetivo final. Desta maneira, ele utiliza de estratégias que legitimam a proposta da A2.

No entanto, vale destacar que para as relações argumentativas funcionarem é necessário que haja uma relação de causalidade. Conforme elenca Charaudeau (2008, p. 210),

os modos de encadeamento geral da causalidade podem ser de conjunção, disjunção, restrição, oposição, causa, consequência e finalidade. Observamos o excerto.

(Excerto 09 - 25º parágrafo):

*O déficit público primário precisa ser eliminado o mais rápido possível e convertido em superávit.*

Encontramos um encadeamento de conjunção, que é utilizada para expressar uma relação argumentativa, na qual, “se” o déficit público primário for eliminado rapidamente, “então” poderá ser convertido em superávit. Não há, portanto, uma operação de junção, mas de argumentação.

Ademais, o encadeamento de finalidade também pode ser encontrado, já que há uma relação de causalidade explicativa expressa por A1 para A2. Em outras palavras, só será necessário tornar o país democrático e liberal porque Bolsonaro foi eleito. Por conseguinte, A2 só ocorrerá porque A1 veio primeiro (A1 para A2). Nesse sentido, notamos, como explica Charaudeau (2008, p. 214), um modo de raciocínio do campo da dedução, em que A1 equivale à origem, à causa de A2, por meio de inferências. Logo, A1 e A2 encontram-se em uma relação de causalidade, orientada da causa para a consequência.

### **3.4 ENCENAÇÃO ARGUMENTATIVA**

A encenação argumentativa envolve os sujeitos comunicantes que adotam um dispositivo argumentativo cujo objetivo é persuadir. A persuasão, nesse caso, está ligada ao sujeito que argumenta e à situação em que este se encontra diante do interlocutor a que está ligado por um contrato de comunicação. O sujeito encontra-se no centro de uma encenação que depende de componentes (dispositivo argumentativo, os tipos de configuração e as posições do sujeito) e de procedimentos (semânticos e discursivos) que serão analisados abaixo.

#### **3.4.1 CONTRATO DE COMUNICAÇÃO**

O sujeito falante, em nosso caso Bolsonaro, tem o papel de fornecer a informação, cuja validade está interligada à relação que ele mantém com o outro e também

da variante linguística que é tangível para ambos. A persuasão depende, assim, da interação entre o sujeito que argumenta e o interlocutor, uma vez que ambos estão ligados por um contrato de comunicação.

Para Charaudeau (2008, pp. 226 e 227), o contrato de comunicação é um dispositivo argumentativo que fornece chaves de interpretação de um texto, ele é um componente da encenação argumentativa. No discurso analisado, o contrato é explícito, utilizando o uso de primeira pessoa, ao mesmo tempo em que há uma declaração de posicionamento, ou seja, apresenta sua proposta. Vejamos os casos em que há recorrência da primeira pessoa do singular ou plural:

(Excerto 10 - 12º parágrafo):

*Como defensor da liberdade, vou guiar um governo que defenda e proteja os direitos do cidadão que cumpre seus deveres e respeita as leis; elas são para todos.*

(Excerto 11 - 22º parágrafo):

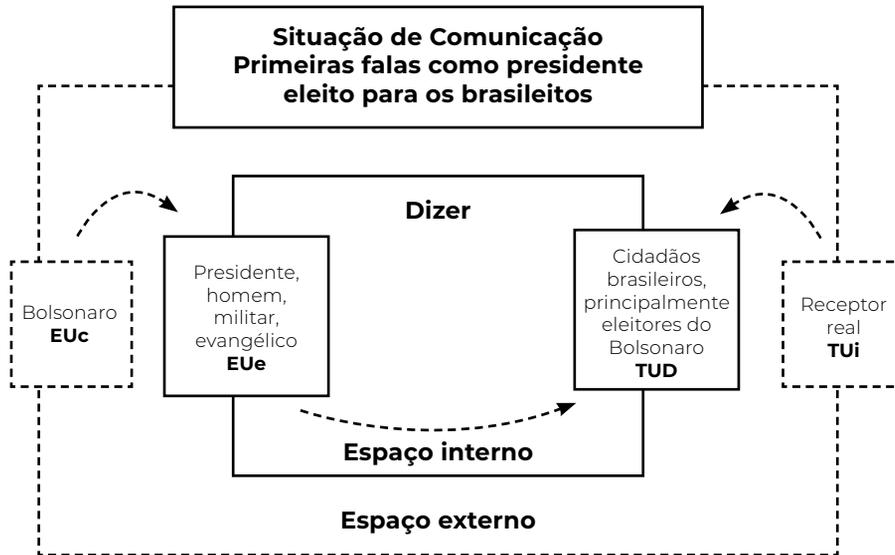
*Reafirmamos aqui o respeito e a defesa deste princípio constitucional e fundador das principais nações democráticas do mundo.*

Dessa forma, o contrato a reger as trocas languageiras é o contrato político, mais especificamente o primeiro discurso de um candidato eleito à presidência do Brasil, em que fornece premissas para seu futuro governo, mostrando ações que poderão ser executadas, promessas que serão benéficas para os cidadãos. Já em seu aspecto argumentativo, o texto trata de uma situação de troca languageira monologal, na qual não há espaço para réplica, cabendo ao EUE (sujeito de fala) o desenvolvimento do ato de persuasão, que apresenta de modo explícito seu argumento.

### **3.4.2 CONSTITUIÇÃO DOS SUJEITOS**

Conforme salienta Charaudeau (2008), o ato de linguagem, muito mais do que um ato de comunicação, resulta do jogo entre o implícito e o explícito, no qual agem os quatro sujeitos do ato de comunicação: EUC (social), o EUE (ser de fala), o TUD (ser de fala) e o TUI (ser social).

**Figura 2** – Representação do dispositivo de encenação de linguagem do *corpus*



O discurso de Bolsonaro foi feito para circular num espaço jornalístico. É natural, desse modo, que participem da cena enunciativa o enunciador, presidente eleito, jornalistas que transmitem o pronunciamento e o enunciatário, ou seja, aquele que lê. Nesse sentido, o EUC corresponde a Bolsonaro, enquanto pessoa física, e o TUI, ao consumidor real, que, não necessariamente, irá ser interpelado pela mensagem do EUC. Esses constituem os sujeitos externos, reais, seres do mundo, inseridos numa realidade histórico-cultural determinada. No caso, no site do G1, dentro da sessão “Eleições 2018”.

O EUE e o TUD correspondem, respectivamente, ao ser responsável pela fala, presidente eleito, homem, militar e evangélico, que deixa transparecer tais características em sua fala, e o ser a quem esse ser se dirige – os cidadãos brasileiros, principalmente os eleitores de Bolsonaro. Tratam-se dos sujeitos internos à comunicação, à dimensão linguística do processo enunciativo, que só nessa instância encontram a sua existência.

Assim sendo, O EUE e o TUD, sob a perspectiva do processo de produção, são seres que existem no e pelo discurso e que assumem certos estatutos languageiros, independente, de certo modo, dos sujeitos psicossociais reais do ato: o EUC e o TUI.

### 3.4.3 DISPOSITIVOS DA ARGUMENTAÇÃO – PROPOSTO, PROPOSIÇÃO E PERSUASÃO

O dispositivo argumentativo, de acordo com Charaudeau (2008, pp. 221-226), é constituído por uma *proposta*, na qual o sujeito deve tomar uma posição, ou, uma *proposição*, e apresentar prova(s), desenvolvendo um ato de *persuasão*. Em outras palavras, a proposição corresponde à posição que o sujeito assume diante da proposta, podendo se manifestar contra, a favor ou nenhum dos dois. Nesse caso, se ele se mostra a favor da proposta, ele persuade por meio da justificativa. Se se mostra contra, persuade por meio da refutação. Finalmente, se não toma posição sobre a veracidade ou não da proposta, ele usa da ponderação. Notemos:

PROPOSTA 01 (Excerto 12 – parágrafo 02): *Sempre senti a presença de Deus e a força do povo brasileiro.*

PROPOSIÇÃO: O sujeito enunciador se coloca numa tomada de posição em que justifica sua fala.

PERSUASÃO: justificativas:

(Excerto 13 – parágrafo 02): *Nunca estive sozinho.*

(Excerto 14 – parágrafo 03): *Orações de homens, mulheres, crianças, famílias inteiras que, diante da ameaça de seguirmos por um caminho que não é o que os brasileiros desejam e merecem, colocaram o Brasil, nosso amado Brasil, acima de tudo.*

CONCLUSÃO: Bolsonaro, enquanto enunciador, justifica a ideia de que não ganhou a eleição sozinho, que ele contou com o apoio de seus eleitores e, principalmente, de Deus. Reafirmando, muitas vezes no texto, que sua vitória foi um designo divino.

PROPOSTA 02 (Excerto 15 – parágrafo 07): *O que ocorreu hoje nas urnas não foi a vitória de um partido, mas a celebração de um país pela liberdade.*

PROPOSIÇÃO: O sujeito enunciador vai de acordo com a proposta.

PERSUASÃO: justificativas

(Excerto 16 – parágrafo 05) *A verdade vai libertar este grande país, e a liberdade vai nos transformar em uma grande nação.*

(Excerto 17 – parágrafo 12): *Como defensor da liberdade, vou guiar um governo que defenda e proteja os direitos do cidadão que cumpre seus deveres e respeita as leis; elas são para todos. Porque assim será o nosso governo; constitucional e democrático.*

CONCLUSÃO: vemos Bolsonaro, como EUE, assumir sua posição de um presidente que vai lutar pela liberdade do país, por um país democrático e constitucional.

Com base no que foi exposto, fica clara a posição do sujeito, uma vez que ele autostifica suas falas. Percebemos que o candidato eleito utiliza, no início de seu pronunciamento, discursos que sinalizam garantias democráticas e a promoção da liberdade. Bolsonaro encena argumentativamente sua fala como alguém que vai respeitar “as regras” e as leis da Constituição Brasileira.

#### 3.4.4 PROCEDIMENTOS SEMÂNTICOS

Os procedimentos semânticos consistem em apresentar argumentos que se fundamentam em um consenso social. Para tal, partem do princípio de que os “membros de um grupo social compartilhem determinados valores, em determinados domínios de avaliação” (Charaudeau, 2008, p. 233). São cinco domínios de avaliação e respectivos valores propostos por Charaudeau: da Verdade, do Estético, do Ético, do Hedônico e do Pragmático. Notemos.

(Excerto 18 – parágrafo 08): *O compromisso que assumimos com os brasileiros foi de fazer um governo decente, comprometido exclusivamente com o país e com o nosso povo -e eu garanto que assim será.*  
**(DOMÍNIO DE VERDADE)**

(Excerto 19– parágrafos 21 e 22): *O estado democrático de direito tem como um dos seus pilares o direito de propriedade. / Reafirmamos aqui o respeito e a defesa deste princípio constitucional e fundador das principais nações democráticas do mundo.* **(DOMÍNIO ÉTICO)**

A primeira afirmação é situada no domínio da Verdade, especificamente do saber como princípio único de explicação dos fenômenos do mundo, gera valores que correspondem às normas de representação social. São valores de crença de um saber verdadeiro, em que um presidente tem que fazer um governo para o povo e para o país. Já a segunda, corresponde ao domínio ético, ligado a um *dever-fazer*, que é colocado diante de um princípio, um valor ético de responsabilidade e honestidade, perante ao respeito à Constituição brasileira.

### 3.4.5 PROCEDIMENTOS DISCURSIVOS

Segundo Charaudeau (2008, p. 236), os procedimentos discursivos estão baseados na utilização de certas categorias da língua ou procedimentos de outros modos de organização, tais como: a definição, a comparação, a descrição narrativa, a citação, a reiteração, o questionamento, para produzir determinados efeitos persuasivos. Nesse artigo, são analisados os procedimentos de definição, descrição narrativa, citação e composição.

A definição possui um papel estratégico no modo argumentativo. Mesmo que não seja de verdadeira definição. Quando, por exemplo, encontramos no texto o seguinte parágrafo:

(Excerto 20 – parágrafos 20 e 21): *Uma nação democrática! / O estado democrático de direito tem como um dos seus pilares o direito de propriedade.*

estamos diante de uma definição do *ser*. Bolsonaro faz uma distinção de sentido em torno de uma noção, em que ele não fala apenas de uma nação democrática, mas de um Estado democrático de direito. Há, um efeito de sentido de evidência e de saber do sujeito que argumenta, descrevendo um traço semântico que caracteriza a palavra – nação democrática – no contexto histórico-social dado.

A descrição narrativa envolve a descrição de um fato, ou o relato de uma história, para reforçar uma prova ou para produzi-la.

(Excerto 21 – parágrafo 33): *Mesmo no momento mais difícil desta caminhada, quando, por obra de Deus e da equipe médica de Juiz de Fora, ganhei uma nova certidão de nascimento, não perdemos a convicção de que juntos poderíamos chegar a esta vitória.*

No enunciado em questão, o EUE apresenta uma pequena narrativa, descrevendo um dos momentos que marcou a campanha eleitoral do ano de 2018. O fato é a facada recebido por Bolsonaro na cidade de Juiz de Fora, no dia 06 de setembro deste

mesmo ano. Na ocasião<sup>88</sup>, o candidato era carregado nos ombros por apoiadores quando foi ferido na barriga por um homem com uma faca. O candidato foi levado para a Santa Casa da cidade, onde passou por uma cirurgia no intestino, o suspeito foi preso. Com esse narrativa, o enunciador reforça o valor persuasivo de uma campanha de superação.

A citação, enquanto discurso relatado, de acordo com Charaudeau (2008, p. 240), “consiste em referir-se, o mais fielmente possível (ou pelo menos dando uma impressão de exatidão), às emissões escritas ou orais de um outro locutor”.

(Excerto 22 – parágrafo 01): *Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.*  
 (Excerto 23 – parágrafo 30): *Durante a nossa caminhada de quatro anos pelo Brasil, uma frase se repetiu muitas vezes: “Bolsonaro, você é a nossa esperança”.*

A primeira citação é retirada de uma passagem bíblica, alusiva ao Evangelho segundo João, capítulo oito, versículo 32, que se refere a Jesus como aquele que revela a verdade. Já a segunda, volta-se para falas que o candidato ouviu durante a campanha. A utilização do recurso de citação produz um efeito de sentido de autenticidade, como uma fonte de verdade, um testemunho de um dizer. No primeiro caso, a verdade liga Deus a Bolsonaro, reafirmando a veracidade religiosa do candidato. Já no segundo, há uma forma de destaque e de exatidão, isentando-se a responsabilidade do dizer e delegando voz ao outro, que traz uma verdade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação dos dados de análise nos leva a tecer algumas considerações acerca de como Sujeito Argumentante utiliza as categorias da língua para produzir efeitos de persuasão, com base na teoria Semiolinguística de Charaudeau (2008). No início do trabalho consideramos a possibilidade do pronunciamento de Bolsonaro ser uma peça argumentativa. Ao final, pudemos comprovar tal afirmativa e concluir que ela se constitui a partir de uma asserção de partida (vitória nas eleições), apre-

---

88G1. *Jair Bolsonaro leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>>. Acesso em: 27 nov. 2018.*

sentando várias asserções intermediárias até chegar à asserção de chegada pretendida: transformar o Brasil num país livre e democrático.

Há um contrato de comunicação entre o candidato eleito e os cidadãos brasileiros. Durante o decorrer do texto, nota-se a construção dos quatro sujeitos do ato de linguagem: (1) O ser Jair Bolsonaro - EU comunicante (EUc), ser social, sujeito agente, que se constitui como locutor e articulador da fala; (2) o presidente, homem, militar e evangélico, como EU enunciador (EUe), ser de fala, a imagem do enunciador construída pelo EUc; (3) o TU destinatário (TUd), é a projeção do leitor ideal, que cria as hipóteses para a argumentação do texto; e (4) o TU Receptor (TUi), é o ser social e interpretante real do pronunciamento, aquele que o EUe não terá noção de quem é e como interpretou.

Em diversas passagens do texto, o sujeito enunciador usa dos recursos argumentativos, como por exemplo, a *Mise en scène*, ou encenação argumentativa, para produzir efeitos que lhe permitem direcionar a narrativa em direção ao seu objetivo: persuadir, por meio de afirmações e promoções, que o Brasil será um país democrático e livre.

O EUe, portanto, impõe sua visão de mundo ao leitor, sustentando-a argumentativamente por meio de efeitos de sentidos gerados pelo uso de expressões que imprimem sua opinião. Além da produção de saber, por meio de descrição de narrativa e a produção de efeito de real, em que o sujeito enunciador ao mesmo tempo em que relata se coloca como personagem, tornando de certa forma a sua argumentação mais confiável para o receptor.

Outro ponto a ser destacado é o modo enunciativo, com predomínio para a categoria elocutiva, que produz o efeito de legitimidade. Uma vez que o contrato firmado entre o enunciador e o eleitor é engajamento e saber, por meio de promessas, acordos, declarações e constatações.

Considerando o contexto histórico, a argumentação utilizada no primeiro discurso após a eleição é uma forma de responder a questões que ficaram marcadas durante o pleito. Logo no início, ao dizer que “Faço de vocês minhas testemunhas de que este governo será um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade”, há um efeito de sentido de que o candidato seguirá leis e garantias democráticas. A utilização e repetição dessas palavras – liberdade e democracia – durante todo o texto é uma maneira de evitar novas críticas e apaziguar algumas declarações feitas por

Bolsonaro, como defender a Ditadura Militar, exaltar torturados do período, ataques a ativistas, imprensa e as minorias.

O presidente eleito constrói, argumentativamente, uma imagem de quem vai respeitar as regras e buscar uma união nacional, utilizando de um tom mais institucional e patriótico. A religiosidade também aparece diversas vezes no discurso. Bolsonaro agradece a Deus, a orações que recebeu e disse que seu compromisso em respeitar a democracia é “um juramento a Deus”. As menções à Deus fazem parte de uma retórica utilizada pelo candidato durante toda a campanha, o que lhe garantiu apoio de parte do eleitorado e alguns líderes cristãos.

Por conseguinte, o enunciador atinge, com base nas categorias propostas por Charaudeau (2008), uma argumentação, que gera uma suposta persuasão no leitor. Mas esse resultado é hipotético, uma vez que para confirmá-lo seria necessária a realização de estudo de recepção.

---

## REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Tradução de Angela M. S. Corrêa e Ida Lucia Machado. São Paulo: Contexto, 2008.

G1. **Íntegra: discurso de Jair Bolsonaro após vitória eleitoral**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/integra-discurso-de-jair-bolsonaro-apos-vitoria-eleitoral.ghtml>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013. 350 p

OLIVEIRA, Luiz Ademir de. Disputa Eleitoral de 2014: As velhas práticas políticas num contexto de novas configurações midiáticas. In: ASSUNÇÃO, Antônio Luiz et al (Org.). **As letras da política**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015. p. 185-201.

TSE. **Divulgação dos resultados das Eleições 2018**. 2018. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/votacao-e-resultados/resultados-eleicoes-2018>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

---

## ANEXOS

Discurso de Bolsonaro na integra.

ELEIÇÕES 2018

# Íntegra: discurso de Jair Bolsonaro após vitória eleitoral

Presidente eleito falou na própria residência, no Rio de Janeiro, logo após confirmação do resultado.

Por G1

28/10/2018 20h32 - Atualizado há um mês



## Parágrafo 01

"Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.

## Parágrafo 02

Nunca estive sozinho. Sempre senti a presença de Deus e a força do povo brasileiro.

## Parágrafo 03

Orações de homens, mulheres, crianças, famílias inteiras que, diante da ameaça de seguirmos por um caminho que não é o que os brasileiros desejam e merecem, colocaram o Brasil, nosso amado Brasil, acima de tudo.

## Parágrafo 04

Faço de vocês minhas testemunhas de que esse governo será um defensor da Constituição, da democracia e da liberdade. Isso é uma promessa não de um partido. Não é a palavra vã de um homem. É um juramento a Deus.

## Parágrafo 05

A verdade vai libertar este grande país, e a liberdade vai nos transformar em uma grande nação.



## Parágrafo 06

A verdade foi o farol que nos guiou até aqui e que vai seguir iluminando o nosso caminho.

## Parágrafo 07

O que ocorreu hoje nas urnas não foi a vitória de um partido, mas a celebração de um país pela liberdade.

## Parágrafo 08

O compromisso que assumimos com os brasileiros foi de fazer um governo decente, comprometido exclusivamente com o país e com o nosso povo --e eu garanto que assim será.

## Parágrafo 09

Nosso governo será formado por pessoas que tenham o mesmo propósito de cada um que me ouve neste momento: o propósito de transformar o nosso Brasil em uma grande, livre e próspera nação.

## Parágrafo 10

Podem ter certeza de que nós trabalharemos dia e noite para isso. Liberdade é um princípio fundamental: liberdade de ir e vir, de andar nas ruas, em todos os lugares deste país, liberdade de empreender, liberdade política e religiosa, liberdade de informar e ter opinião. Liberdade de fazer escolhas e ser respeitado por elas.

## Parágrafo 11

Este é um país de todos nós, brasileiros natos ou de coração. Um Brasil de diversas opiniões, cores e orientações.

## Parágrafo 12

Como defensor da liberdade, vou guiar um governo que defenda e proteja os direitos do cidadão que cumpre seus deveres e respeita as leis; elas são para todos. Porque assim será o nosso governo; constitucional e democrático.

## Parágrafo 13

Acredito na capacidade do povo brasileiro, que trabalha de forma honesta, de que podemos juntos --governo e sociedade-- construir um futuro melhor.

## Parágrafo 14

Esse futuro de que falo e acredito passa por um governo que crie as condições para que todos cresçam. Isso significa que o governo federal dará um passo atrás --reduzindo a sua estrutura e a burocracia; cortando desperdícios e privilégios, para que as pessoas possam dar muitos passos à frente.

## Parágrafo 15

Nosso governo vai quebrar paradigmas: vamos confiar nas pessoas. Vamos desburocratizar, simplificar e permitir que o cidadão, o empreendedor, tenha mais liberdade para criar e construir e seu futuro.

## Parágrafo 16

Vamos "desamarrar" o Brasil.

## Parágrafo 17

Outro paradigma que vamos quebrar: o governo, de verdade, a Federação. As pessoas vivem nos municípios; portanto, os recursos federais irão diretamente do governo central para os estados e municípios. Colocaremos de pé a federação brasileira. Nesse sentido é que repetimos que precisamos de mais Brasil e menos Brasília.

## Parágrafo 18

Muito do que estamos fundando no presente trará conquistas no futuro. As sementes serão lançadas e regadas para que a prosperidade seja o desígnio dos brasileiros do presente e do futuro. Esse não será um governo de resposta apenas às necessidades imediatas.

## Parágrafo 19

As reformas a que nos propomos serão para criar um novo futuro para os brasileiros. E quando digo isso falo com uma mão voltada para o seringueiro no coração da selva amazônica e a outra para o empreendedor suando para criar e desenvolver sua empresa. Porque não existem brasileiros do sul ou do norte. Somos todos um só país, somos todos uma só nação!

## Parágrafo 20

Uma nação democrática!

## Parágrafo 21

O estado democrático de direito tem como um dos seus pilares o direito de propriedade.

## Parágrafo 22

Reafirmamos aqui o respeito e a defesa deste princípio constitucional e fundador das principais nações democráticas do mundo.

## Parágrafo 23

Emprego, renda e equilíbrio fiscal: é o nosso compromisso para ficarmos mais próximos de oportunidades e trabalho para todos.

## Parágrafo 24

Quebraremos o círculo vicioso do crescimento da dívida, substituindo-o pelo círculo virtuoso de menores déficits, dívidas decrescente e juros mais baixos.

## Parágrafo 25

Isso estimulará os investimentos, o crescimento e a consequente geração de empregos. O déficit público primário precisa ser eliminado o mais rápido possível e convertido em superávit.

## Parágrafo 26

Este é o nosso propósito.

## Parágrafo 27

Aos jovens, uma palavra do fundo do meu coração: vocês têm vivido um período de incerteza e estagnação econômica. Vocês foram e estão sendo testados a provar sua capacidade de resistir. Prometo que isso vai mudar. Esta é a nossa missão. Governaremos com os olhos nas futuras gerações e não na próxima eleição.

## Parágrafo 28

Libertaremos o Brasil e o Itamaraty das relações internacionais com viés ideológico a que foram submetidos nos últimos anos. O Brasil deixará de estar apartado das nações mais desenvolvidas.

## Parágrafo 29

Buscaremos relações bilaterais com países que possam agregar valor econômico e tecnológico aos produtos brasileiros. Recuperaremos o respeito internacional pelo nosso amado Brasil.

## Parágrafo 30

Durante a nossa caminhada de quatro anos pelo Brasil, uma frase se repetiu muitas vezes: "Bolsonaro, você é a nossa esperança".

## Parágrafo 31

Cada abraço, cada aperto de mão, cada palavra ou manifestação de estímulo que recebemos nesta caminhada fortaleceram o nosso propósito de colocar o Brasil no lugar que merece.

## Parágrafo 32

Nesse projeto que construímos, cabem todos aqueles que têm o mesmo objetivo que o nosso.

## Parágrafo 33

Mesmo no momento mais difícil desta caminhada, quando, por obra de Deus e da equipe médica de Juiz de Fora, ganhei uma nova certidão de nascimento, não perdemos a convicção de que juntos poderíamos chegar a esta vitória.

**Parágrafo 34** É com esta mesma convicção que afirmo: ofereceremos a vocês um governo decente, que trabalhará, verdadeiramente, para todos os brasileiros.

**Parágrafo 35** Somos um grande país, e agora vamos juntos transformar esse país em um grande nação. Uma nação livre, democrática e próspera!

**Parágrafo 36** BRASIL ACIMA DE TUDO,

**Parágrafo 37** DEUS ACIMA DE TODOS!"





# CAPÍTULO 12

## ANÁLISE DA PRIMEIRA SEQUÊNCIA DE IMAGENS DE *IN THE NIGHT KITCHEN*<sup>89</sup> DE MAURICE SENDAK

Graciele Martins Lourenço (POSLIN/UFMG/CAPES)

Janaína Viera Taillade Abud (POSLIN/UFMG)

---

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo analisar a primeira sequência de imagens do livro infantil ilustrado *In the night kitchen*, sob a ótica da Semiótica Social hallidayana, mais precisamente da Gramática do Design Visual (GDV) de Kress e Van Leeuwen (1996). A análise engloba as três metafunções da linguagem, porém detendo-se aos aspectos que se sobressaem (*foregrounding*). A metodologia adotada é a de Ravelli (2016). Além da autora, foram trazidos aportes de autores que, no escopo da GDV, analisaram gêneros diferentes que entendemos serem enriquecedores. Como resultado, destacamos que a sequência evidencia o universo onírico infantil, embora com certo distanciamento. As metafunções representacionais e interacionais calibraram mais significados, embora a composicional também tenha contribuído especialmente na progressão da narrativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Livro ilustrado. Maurice Sendak. Semiótica Social. Multimodalidade.

---

### 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma análise das relações de sentido nas seis primeiras páginas do livro infantil ilustrado *In the night kitchen*, do americano Maurice Sen-

---

<sup>89</sup> Publicado em português em 2014, com o título *Na cozinha da noite*, pela editora Kalandraka, com tradução de Carla Maia de Almeida.

dak, publicado pela primeira vez em 1970, nos Estados Unidos. O livro recebeu uma menção honrosa do Prêmio Caldecott em 1971. A abordagem teórica utilizada é a da Semiótica Social hallidayana, mais particularmente no escopo da multimodalidade proposta na Gramática do Design Visual (GDV) por Kress e Van Leeuwen (1996). Portanto, a análise guia-se pelas três metafunções da linguagem: representacional (representa a experiência e as atividades em curso), interacional (estabelece relação entre os participantes e entre eles e o leitor) e composicional (organiza o texto). Nesta perspectiva, a pesquisa busca responder à questão: Tendo em vista o significado global da sequência, o que pode ser considerado um destaque em relação a este livro ilustrado específico?

Desta forma, este trabalho divide-se em cinco seções distintas, além desta introdução. Na primeira, apresentamos um breve referencial teórico que nos guiou. Na segunda, apresentamos o texto multimodal analisado. Na terceira, a metodologia utilizada. Na quarta, apresentamos os resultados da análise. Finalizamos com as considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O escopo teórico que utilizamos para analisar a sequência do livro ilustrado escolhido é o da Gramática do Design Visual (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996), conforme a aplicação dada por vários autores em análises de diferentes gêneros, em diversos contextos (CARVALHO; MAGALHÃES, 2009; FERNANDES; ALMEIDA, 2008; RAVELLI, 2016). Neste breve referencial teórico, não iremos resenhar estas obras por conta das limitações de espaço. O que tentaremos fazer é retrazar os conceitos básicos nos quais se apoiam, focando nos que se destacaram na sequência analisada.

A GDV se inscreve no arcabouço teórico da Teoria Sistemico-Funcional (TSF) hallidayana propondo trazer para a linguagem visual o enfoque das três metafunções da língua: ideacional (a pessoa representa sua experiência do mundo), interpessoal (a pessoa interage com os outros) e textual (a pessoa organiza os textos que compõe). Transpondo esses conceitos para o campo do visual, a GDV propõe as metafunções: experiencial (representa a experiência), interacional (estabelece relações entre os participantes e com o leitor) e composicional (organiza o texto visual).

Na metafunção representacional, as estruturas representadas podem ser narrativas ou conceituais. Na representação narrativa, vemos participantes (humanos ou hu-

manizados) realizando processos (atos), indicados por vetores formados pela linha do olhar, de braços, orientação corporal etc. Esses processos podem ser de ação (fazendo algo), reação (olhando algo), verbal (falando algo) ou mental (pensando algo). Eles podem apontar para outro participante (transacional) ou não (não transacional). Os processos ocorrem em certas circunstâncias, no caso analisado em um cenário.

As estruturas também podem ser conceituais classificacionais (representam uma relação de taxonomia entre os participantes), analíticas (mostram um portador com atributos) ou simbólicas (os participantes significam ou são algo). Os processos simbólicos podem ser apenas sugestivos, quando se depreende a identidade do participante por suas características.

Na metafunção interacional, as relações entre os participantes e com o leitor podem se dar de quatro maneiras. A primeira é o possível contato entre o olhar do participante e o leitor, que estabelece demanda quando há contato, ou oferta quando não há contato. A segunda efetiva-se pela distância social que a imagem estabelece com o leitor: plano aberto (relação impessoal); plano médio (relação social) e plano fechado (intimidade). A terceira diz respeito à perspectiva ou atitude e é veiculada pelo ângulo em que a imagem é apresentada. No eixo horizontal, pode ser frontal (proximidade) ou oblíqua (distanciamento). No eixo vertical, pode ser de cima (o leitor tem poder), de frente (relação de igualdade) ou de baixo (o participante tem poder). A quarta maneira é chamada de modalidade e veicula ou não um valor de verdade: naturalística (mais próximo da realidade), sensorial (ênfata ou impacta os sentidos), abstrata (atém-se ao essencial da imagem) ou tecnológica (uso prático e explicativo).

Na metafunção composicional, três categorias emergem: o valor informacional, a saliência e o enquadre. Quanto ao valor informacional, os elementos da imagem adquirem significado a depender de sua posição na imagem. Elementos à esquerda são informações dadas ou conhecidas, enquanto à direita são informações novas. No topo, o valor é ser ideal (idealização ou essência da informação). Na base, a informação é concreta e real. Quanto mais no centro, mais importância a informação adquire, perdendo esse valor quanto mais na margem. Em estruturas trípticas, o valor de dado e novo permanece, mas o elemento central se torna um mediador que pode conter o núcleo da informação. Em estruturas circulares, pode ser criada uma distinção gradual em termos de valor.

A saliência é estabelecida por variadas estratégias: no binômio primeiro e segundo plano; pelo tamanho dos elementos; por contraste de cor; ou por outros como

nitidez e sobreposição. Já o enquadre diz respeito ao modo como os elementos se conectam ou desconectam, separados ou não por meio de linhas divisórias ou enquadres. A rima visual pode contribuir para conectar elementos ou imagens.

Além das diretrizes traçadas pela GDV, alguns autores trazem contribuições específicas de algumas linguagens que precisamos contemplar aqui para o entendimento da análise. Painter (2007; 2008; 2018) estuda os livros ilustrados e, nesse contexto, introduz o conceito de *splashing* (PAINTER, 2008) em que se usa o contraste de cor entre o ambiente e um elemento para chamar a atenção para um detalhe. A mesma autora também observa que a decomposição de uma ação leva a uma sensação de lentidão na mesma. Ela também aborda a contraexpectativa, quando, em uma sequência, quebra-se a lógica esperada da ação (PAINTER, 2007). Outro ponto é o desenho minimalista cujas características são descritas por Painter, Martin e Unsworth (2012). Segundo eles, o estilo minimalista é menos próximo da realidade, reduzindo os traços do desenho e as expressões faciais e, portanto, o repertório das emoções retratadas. Já Carvalho (2012) analisa os efeitos da tipografia na composição visual, destacando, por exemplo, as letras retas e serifadas em caixa alta, como mais racionais. Veloso (2014, 2015) descreve as especificidades da linguagem dos quadrinhos, compostos, segundo ele, de requadros (os painéis), de recordatórios (as narrações), de balões (as falas) e de onomatopeias (os barulhos).

Ravelli (2016) propõe um arcabouço metodológico interessante direcionado para os estudantes que querem analisar imagens pela Gramática do Design Visual (GDV). Ela ensina como ir do texto ao contexto de modo significativo e útil. A autora mostra o passo a passo da análise para o leitor, incluindo etapas extras que foram inferidas por ela das leituras de base. A proposta, em nosso entender, consegue dar fluidez à análise.

Entre os direcionamentos gerais da proposta de Ravelli, estão a necessidade de comparação com outros textos similares, seja pelo contexto, pelo conteúdo ou pelo emissor. Desse modo, ela sugere que o leitor da imagem possa ter acesso às entrelinhas do texto visual analisado: “meaning is as much what it is *not*, as what it is<sup>90</sup>” (p. 22) (grifo no original). Outra sugestão é a de se começar com uma descrição breve da imagem que o pesquisador está analisando, uma espécie de visão panorâmica resumida, uma primeira impressão.

---

90 o significado é tanto o que *não* é quanto o que *não* é.” (todas as traduções são nossas)

### 3 DESCRIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O objeto da presente análise é uma sequência das seis primeiras páginas de um livro infantil ilustrado, cujo título é *In the night kitchen* (1970), de autoria do americano Maurice Sendak. As quatro primeiras páginas estão divididas em duas imagens cada, somando oito ilustrações, com textos narrativos no alto. O narrador começa: “*Did you ever hear about Mickey, how he heard a racket in the night and shouted*<sup>91</sup>.” As ilustrações representam o menino Mickey que é acordado, no meio da noite, por um barulho repetitivo. Ele reclama, rompendo o silêncio com um grito: “*Quiet down there!*”<sup>92</sup> Assim se encerra a primeira dupla página.

Figura 1 – Primeira dupla página de *In the night kitchen*.



Fonte: *In the night kitchen* (1970).

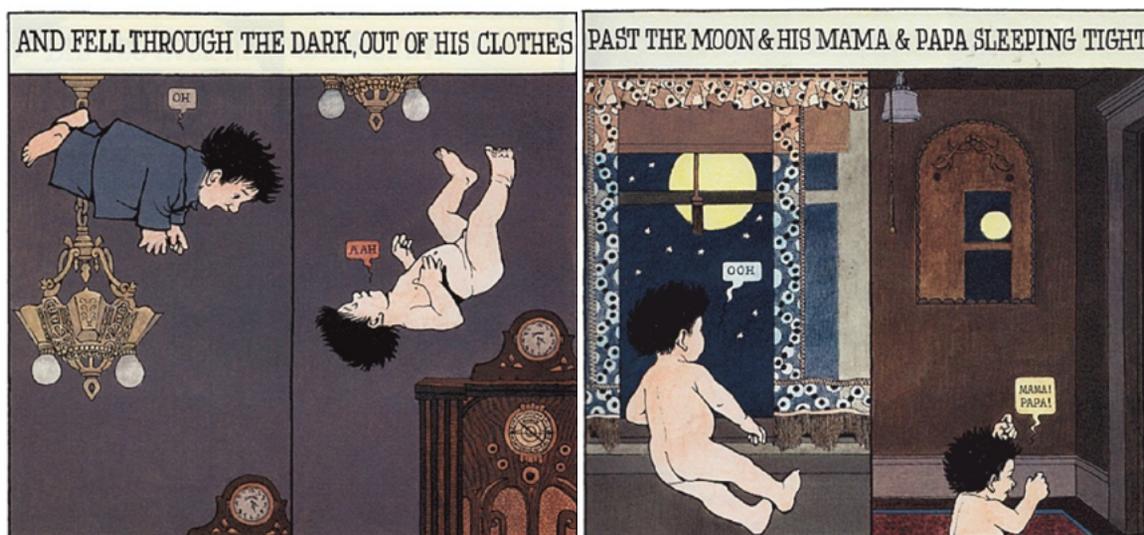
A partir daí (na segunda dupla página), algo extraordinário acontece. O narrador continua: “*And felt through the dark, out of his clothes. Past the moon and his mama*

91 “Você já ouviu falar de Mickey, como ele ouviu um barulho de noite e gritou...”

92 “Cala a boca, lá em baixo!”

*and papa sleeping tight.*<sup>93</sup> Mickey começa a cair em câmera lenta, atravessando o teto e o chão. Durante a queda, ele observa a lua cheia pela janela e, sem convicção, chama pelos pais, cuja imagem não aparece, mas que, de acordo com o narrador, dormem profundamente. Assim encerra-se a segunda dupla página.

**Figura 2** – Segunda dupla página de *In the night kitchen*.



**Fonte:** *In the night kitchen* (1970).

Na dupla página da sequência, páginas finais de nossa análise, visualizamos duas ilustrações. À esquerda, temos o destino final da queda da criança, dentro de uma vasilha gigante cheia de massa de bolo, situada em uma cozinha ou padaria<sup>94</sup> imaginária, onde os ingredientes e utensílios são tão gigantes que se confundem com

<sup>93</sup> "E caiu pelo escuro, fora de suas roupas. Passou pela lua e papai e mamãe dormindo profundamente."

<sup>94</sup> Escolhemos essa dupla identificação do cenário e dos três participantes adultos, tendo em vista a referência temporal noturna da história. Sendak teria dito em entrevista que a inspiração do livro foi quando criança ter ficado fascinado por um dizer em uma vitrine de padaria, afirmando que todas as guloseimas tinham sido feitas à noite. De fato, padeiros, e não cozinheiros, têm por rotina trabalhar em período noturno e também fazem bolos. Portanto, entendemos que o referencial noturno remete à padaria e à figura do padeiro que desenvolve rotineiramente sua arte nesse turno.

os prédios da cidade. O narrador finaliza a sequência: “*Into the light of the night kitchen?*”<sup>95</sup> À direita, em outro trecho da mesma cozinha, descobrimos novos participantes da história: três padeiros, com ar bonachão, que alegremente se preparam para a labuta, com utensílios e ingredientes nas mãos. Os cozinheiros estão andando em direção ao menino (da direita para esquerda da imagem).

**Figura 3** – Terceira dupla página de *In the night kitchen*.



**Fonte:** *In the night kitchen* (1970).

O texto multimodal analisado é parte de um clássico dos livros ilustrados infantis e forma uma trilogia – de acordo com o próprio autor – com o ainda mais famoso e anterior *Where the wild things are*<sup>96</sup> (1963) e o posterior *Outside over there* (1981) (que o

<sup>95</sup> “Dentro da luz da cozinha da noite.”

<sup>96</sup> Publicado em português, pela editora Kalandraga, sob o título *Onde vivem os monstros* (2009), com uma tradução de Heloisa Jahn.

próprio autor considerava sua obra mestre). O livro *In the night kitchen* foi escrito e ilustrado por Maurice Sendak (1928-2012), um americano judeu de origem humilde, nascido em Nova York e criado no bairro do Brooklyn. Sendak foi, em 1970, ano da publicação do nosso objeto de análise, agraciado pela maior comanda relacionada a livros infantis, atribuída às suas ilustrações: o prêmio Hans Christian Andersen. Sendak também recebeu a medalha Caldecott em 1963 por *Where the wild things are*, considerado melhor livro infantil do ano.

Sendak começa a desenhar na infância, para passar o tempo, já que era uma criança doente. Ele assiste aulas de desenho na *Art Students League*. Cedo ele inicia no mundo do trabalho com desenho de quadrinhos, na *All-American Comics*, e de cenários das vitrines de brinquedos da *F.A.O. Schwartz*. A virada na sua vida acontece, nos anos 1940, com o encontro com Ursula Nordstrom da editora *Harper and Brother*, que o incentiva e reconhece, dando-lhe a oportunidade de ilustrar os textos de outros autores e, por fim, os dele próprio.

Sendak falou várias vezes de suas influências, tanto na literatura (Mark Twain, William Blake, Robert Louis Stevenson, os irmãos Grimm), quanto nos desenhos (Randolf Caldecott, Walt Disney, Winsor McCay). Outros autores que vieram posteriormente também manifestaram ser fãs de seu trabalho e, dele, receber influência, como Art Spiegelman (autor da *graphic novel Maus*).

#### **4 METODOLOGIA**

Nossa metodologia de análise começou seguindo os passos de Ravelli (2016), por uma breve descrição (primeira impressão) e contextualização do texto multimodal a ser analisado. Enfatizamos que o desenvolvimento da nossa análise deter-se-á apenas aos pontos que consideramos como tendo-se destacados (*foregrounded*) no entendimento da imagem.

Seguimos a análise proposta pela Gramática do Design Visual (GDV) (KRESS; VAN LEEUWEN, 2006), da forma como foi exposta e aplicada por Fernandes e Almeida (2008) e Magalhães e Carvalho (2009). No que diz respeito às características do texto relacionadas a cor e a tipografia, recorreremos a Carvalho (2012). Nas especificidades dos livros ilustrados, utilizamos alguns aportes de Painter (2007; 2008; 2018) e Painter, Martin e Unsworth (2012). Já no que se refere aos quadrinhos, utilizamos as propostas de Veloso (2014; 2015).

Portanto, a base de nossa análise é identificar os recursos que se destacam, relacionados às metafunções representacional (relacionada às atividades em curso, à experiência representada), interacional (relacionada à relação entre os participantes e entre eles e o leitor) e composicional (relacionada ao modo de organização textual). Para efeito de organização da análise, tentaremos proceder nesta ordem, com exceção dos momentos em que várias metafunções manifestam-se nos mesmos recursos.

## 5 RESULTADOS DA ANÁLISE

Na perspectiva da metafunção representacional, o recorte do livro *In the night kitchen*, escolhido para análise, traz como participantes representados Mickey (nomeado pelo narrador, como o personagem dos quadrinhos de Walt Disney, do qual era fã) e três padeiros. Mickey é um garoto branco que aparenta ter entre 3 e 6 anos. Os padeiros são três adultos brancos. Embora não sejam nomeados pelo autor, seus rostos e corpos são a representação estilizada do ator Oliver Hardy (famoso por incarnar de 1921 a 1951 o personagem “Gordo” da dupla de comediantes americanos, conhecidos como “o Gordo e o Magro”). Essa identificação com o “Gordo” traz a imagem de um adulto atrapalhado, cômico e simpático, direto do mundo imaginário do cinema.

A respeito da verbiagem, ideacionalmente, a narração cria uma atmosfera particular quando utiliza uma estrutura verbal semelhante à dos contos ou das fábulas: “*Have you ever hear of Mickey (...)*”<sup>97</sup>. A estrutura tem também uma função interpessoal pelo fato de interpelar o leitor. Ainda na perspectiva ideacional, a narração (ou recordatório<sup>98</sup>) apresenta Mickey como o personagem central. O elemento invisível que perturba o sono de P1 é representado por onomatopeias: *thump, dump, clump, lump, dump*.

---

97 “*Você já ouviu falar de Mickey...*”

98 Desde já, optamos por utilizar a linguagem própria dos quadrinhos abordada por Veloso (2014; 2015), tendo em vista esta ser dominante no texto. Entendemos ela como um elemento composicional, que será explicado adiante. No entanto, desde já esclarecemos que os requadros são as imagens delimitada por linha preta. Os recordatórios são textos narrativos em separado, aqui delimitados por linha preta na parte superior. Os balões delimitam as falas, enquanto as onomatopeias se inserem dentro dos requadros, representando verbalmente os sons.

Ainda dentro do modo representacionais, a análise indica a presença tanto de uma estrutura narrativa – dirigindo nossa atenção para os vetores corporais presentes na imagem, as expressões faciais e o balão de fala; quanto de uma estrutura conceitual (simbólica, sugestiva) – observando o simbolismo de certas representações ligadas ao Mickey.

Quanto à estrutura narrativa, há processo de reação, de ação e de fala. Na primeira dupla página, contendo as quatro primeiras imagens ou requadros, Mickey (participante 1, doravante P1) é reator em um processo não-transacional, quando se acorda e olha raivoso para fora da imagem. Em seguida, P1 é também ator em uma ação não-transacional em que seu corpo é o vetor oblíquo que indica uma meta invisível fora da imagem, caracterizando um processo não-transacional. O processo de fala não-transacional ocorre simultaneamente, com um enorme balão com o enunciado: “*Quiet down there!*”<sup>99</sup>

Paralelamente, identificamos estruturas conceituais simbólicas e sugestivas, relacionadas a P1. Mickey simboliza por meios de atributos sugeridos pela sua aparência prototípica – desenho minimalista, segundo Painter, Martin e Unsworth (2012) – toda criança com seu medo do escuro e seu mundo imaginário. Também reforçam esse simbolismo, o achatamento do cenário do quarto e a saliência (letras garrafais) dada ao grito no escuro.

Na sequência, os quatro próximos requadros criam de modo representacional uma contraexpectativa. Ao invés da consequência esperada da simples parada do barulho, o grito de P1 gera, para ele, uma queda em câmera lenta (a ideia de lentidão é representada pela decomposição do movimento) (PAINTER, 2007), atravessando teto e chão da casa, além de ocasionar o sumiço total das suas vestimentas. Entendemos que a atmosfera criada pela estranha queda remete ao mundo onírico e que a nudez remete a um retorno ao estado primordial, como um recém-nascido, reforçado pelo balbúcio de P1. Os pais são representados pela sua ausência, quando P1 grita por eles, sem resposta.

As circunstâncias desses oito primeiros requadros (a casa) são representadas em formas realísticas, em cores escuras (correspondendo à escuridão real), tendendo para monocromáticas e complementares (predominância de marrons e azuis) (CARVALHO, 2012). Esteticamente, o único elemento que destoa é a lua, em cor amarela quente, única fonte quente de luz. Esse contraste contribui para a saliência desse

---

99 “*Quieto embaixo!*”

elemento constituindo um *splashing*, conforme definido por Painter (2008) como um contraste de cor entre o ambiente e um elemento. Fica a pergunta se a lua é aqui um símbolo do feminino, como costuma ser na cultura ocidental, reforçando então a ideia representacional de um retorno ao ventre.

Na última dupla página, o requadro à esquerda representa o fim suave da queda, em uma tigela gigante, cheia de massa de bolo. Arriscamos identificar essa tigela com o retorno ao seio materno (função representacional de simbolismo), o que se reflete na nudez e no rosto de P1, sereno, sorrindo e de olhos fechados. São as emoções prototípicas do aconchego do seio materno evidenciadas pelos traços minimalistas (PAINTER; MARTIN; UNSWORTH, 2012). Embora as cores se alterem pouco (aos azuis e marrons, adicionam-se os amarelos e vermelhos), em nível representacional, o cenário se ilumina em um mundo imaginário, onde os ingredientes e móveis da padaria são gigantes, confundindo-se com prédios de uma cidade cheia de luzes. No requadro à direita, na mesma padaria, aparecem, indo na direção de P1, os três padeiros, encarando o padeiro prototípico, vestidos com chapéu e bata branca profissionais.

No que se refere aos significados interacionais, observamos que, no recorte escolhido, P1 não estabelece contato direto com o leitor, seu olhar é dirigido ao fenômeno que ocorre fora do quarto, o que caracteriza uma relação de oferta, em que o personagem é objeto de contemplação. Mesmo quando aparecem os participantes padeiros (P2), não há interação entre eles por meio do olhar, nessa sequência. Isso reforça um distanciamento do leitor.

Ainda em nível interacional, em termos de perspectiva (ângulo em que o leitor vê a ação), temos dois pontos de vista nos oito primeiros requadros. No eixo horizontal, observamos um uso predominante de ângulo oblíquo, pois visualizamos o participante e a cena pela lateral. Isso nos distancia como leitores, pois na visão oblíqua, “o que você vê aqui não é parte do nosso mundo, é o mundo deles, algo em que nós não estamos envolvidos”<sup>100</sup> (KRESS; VAN LEEUWEN, 1996, p. 136). Ao contrário, no eixo vertical, o ângulo frontal sugerindo uma relação de igualdade, não há relação de poder entre o leitor e os participantes. Nos dois últimos requadros, temos a mudança, no eixo horizontal, para uma perspectiva frontal e a permanência da igualdade, sugerindo uma aproximação do leitor.

---

100 “What you see here is part of our world, something we are involved with” (tradução nossa)

Em relação à distância social estabelecida interacionalmente com o leitor, o plano médio aparece – vemos o participante de corpo inteiro, mas com quase nenhum cenário – nos oito primeiros quadros –, enquanto os dois últimos utilizam um plano aberto, em que é possível ver o corpo inteiro do participante e o cenário. O uso do plano médio sugere distância social, correspondendo a pouca intimidade. Enquanto o plano aberto, traz impessoalidade. Talvez isso dê ao leitor distanciamento em relação aos medos infantis e ao mundo de fantasia criado.

Com relação ao valor de verdade da função interacional, os desenhos são todos realizados em uma modalidade naturalística (há objetos possivelmente reais, ordenados logicamente, não deformados), o que contrasta com o conteúdo representacional fantasioso. Quanto aos mecanismos de modalização, os cenários (contextualização) apresentam vários detalhes concretos e similares ao real, como as dobras e a franja da colcha de cama, o relógio de pé, o lustre, o espelho e as cortinas, no primeiro cenário; e as minúcias do desenho dos prédios/ ingredientes na padaria. Esse detalhamento destoa com o do mundo onírico.

As cores (CARVALHO, 2012) em parte contradizem o conteúdo representacional fantasioso. Nos oito primeiros quadros, elas traduzem, de maneira condizente com o real, a escuridão natural da noite, que contrasta, nos dois seguintes, com a luminosidade da padaria/ cidade. No que diz respeito à transmissão das emoções de P1, nas cenas da residência, as cores, por serem escuras, transmitem ao leitor o aspecto sombrio do medo. Porém, nos dois últimos quadros, as cores provocam novas emoções com tons de amarelos (lua, estrelas e janelas dos prédios) e avermelhados (por exemplo, os morangos), sugerindo afetos positivos como diversão e alegria, conforme Carvalho (2012) atribui as cores quentes e vibrantes (amarelo e vermelho). Apesar de ser pouco diversificadas, misturando quentes (tons marrons) e frias (tons azuis), as cores da sequência expressam familiaridade, pois correspondem às dos objetos no mundo real.

Considerando os significados composicionais, entendemos que o que realça é a estética do quadrinho, embora estejamos diante de um livro ilustrado. A estrutura em quadros, conforme descrito por Veloso (2014), fica evidente, com a linha preta enquadrando cada imagem de modo sequencial. Também os traços minimalistas comuns à série de quadrinhos *Little Nemo* de Winsor McCay (cuja temática onírica também é retomada no campo representacional). Isso é reforçado pelo emprego de recordatórios (a narração tradicionalmente no topo do quadro e separada por linha), de onomatopeia e de balão de fala. O único detalhe que contrasta com essa estética é a

tipografia, pois o tipo de fonte, caixa alta, reta e serifada, remete a um conteúdo mais racional (CARVALHO, 2012) e se distancia um pouco das letras usadas em quadrinhos que costumam parecer escritas à mão.

No tocante ao valor informacional, o que se destaca é uma estrutura polarizada entre dado e novo (esquerda e direita), nos oito primeiros requadros. Portanto, a estrutura dado e novo mostra que os oito primeiros requadros podem ser vistos em dupla, em que o primeiro é informação já conhecida, o ponto de partida e o segundo traz novidades problematizáveis. Na primeira dupla imagem, o dado é que P1 estava dormindo, a novidade é que ele levanta o tronco, indignado com o barulho. Na segunda dupla, P1 aparece, primeiro, em pé na cama (reação ao acordar); depois, grita (fato novo que provoca todo o resto). Na terceira dupla, o primeiro requadro mostra que P1 começa a cair, porém ainda está de pijama, o que o conecta com a informação precedente; já no segundo, P1 está nu, marca do mundo imaginário e novidade para o leitor. Na quarta dupla, o primeiro requadro mostra a nudez como dada e o segundo, introduz a ausência dos pais nessa realidade paralela (quando P1 chama por eles sem resposta).

No penúltimo requadro da sequência analisada, sobressai-se uma estrutura em tríptico. Temos, no centro, como mediador, um recordatório verticalizado (que funciona também como grafismo da queda, típico dos quadrinhos), o garoto Mickey e uma tigela imensa de massa de bolo, formando um bloco. Esse tríptico tem por efeito salientar o participante e a circunstância do bolo, que passa a ser central na história. Já na última imagem, entendemos a estrutura como centralizada, dando total saliência aos padeiros, pois os três em conjunto ocupam quase toda a figura, de cima a baixo e da esquerda para a direita. Por outra estratégia, a saliência dos oito primeiros requadros é dada a P1 pela cor clara da sua pele em meio à escuridão da noite e, por vezes, pela centralidade de sua silhueta.

Ainda no aspecto composicional, há uma forte rima das cores (PAINTER; MARTIN; UNSWORTH, 2012) e de alguns elementos. No campo representacional, existe tanto uma progressão no tempo, quanto uma transição progressiva para a imaginação. No campo composicional, as cores, os traços e os elementos dão uma continuidade à ação. Em toda a sequência, há diversos tons de marrons e azuis que predominam. Além da presença de P1, há repetição do elemento lua e estrelas, com as mesmas cores. Entendemos que a lua, por sua cor quente amarela em meio ao frio do azul, fique em destaque, caracterizando um *splash*, conforme Painter (2008), ao mesmo tempo que cria uma rima, nos requadros sete, oito e nove.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou uma análise sociossemiótica e multimodal das mais relevantes relações de sentido estabelecidas pelas seis primeiras páginas do livro infantil *In the night kitchen*, do americano Maurice Sendak. A análise guiou-se pelas três metafunções propostas pela Gramática do Design Visual (GDV) de Kress e Van Leeuwen (1996) – representacional, interativo e composicional – conforme trabalhadas por autores em diferentes gêneros textuais (CARVALHO, 2012; CARVALHO, MAGALHÃES, 2009; FERNANDES; ALMEIDA, 2008; PAINTER, 2007, 2008, 2018; PAINTER; MARTIN; UNSWORTH, 2012; RAVELLI, 2016; VELOSO, 2014, 2015). O referencial teórico mostrou-se adequado para o alcance do objetivo proposto.

Entendemos que as metafunções representacionais e interacionais calibraram mais significados, embora a composicional também tenha contribuído. Os significados representacionais trouxeram fortemente a temática do mundo dos sonhos (queda lenta como um voo dentro de uma massa de bolo gigante), além de nos colocar no mundo familiar a todos do medo infantil, mesmo que com certo distanciamento (escuro da noite, barulhos desconhecidos). Além disso, remeteram à nudez da nossa chegada ao mundo, vivida por uma criança prototípica (desenho minimalista). A vida adulta aparece sob uma ótica infantil, na pessoa de o Gordo, vestido de padeiro em uma cidade animada pela noite. Havendo um contraste entre esse primeiro mundo da criança, marcado pelo medo, e esse segundo mundo iluminado pelas atividades noturnas.

Os significados interativos reforçaram as emoções contrastantes entre o medo primeiro da escuridão e a alegria da padaria, por meio de cores, da luz e dos objetos. O detalhamento e a modalidade naturalística do cenário contrastaram um pouco com o onirismo, dando mais concretude à ação. A perspectiva oblíqua dos oito primeiros requadros nos distanciou do medo, mas a frontal dos dois últimos nos reaproximou. O texto reforçou a iluminação da padaria, com a palavra “luz”.

No âmbito composicional, sentimos a progressão da narrativa, a partir das novidades surgindo e a continuidade pelas rimas visuais. A estética dos quadrinhos trouxe a dinâmica própria dessa linguagem.

---

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, F. F. *Semiótica social e imprensa: o layout da primeira página de jornais portugueses sob o enfoque analítico da Gramática Visual*. 2012. 286 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Estudos Anglísticos, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012. p. 90-112.

CARVALHO, F.F.; MAGALHÃES, C. Mídia impressa e multimodalidade: os significados composicionais na primeira página de jornais mineiros. In: *Revista da ANPOLL, Multimodalidade e intermedialidade*, Belo Horizonte, n. 27, p. 1-388, jan/jun, 2009.

FERNANDES, J. D. C.; ALMEIDA, Danielle Barbosa Lins de. Revisitando a gramática visual nos cartazes de guerra. In: ALMEIDA, Danielle Barbosa Lins de. (Org.). *Perspectivas em análise visual: do fotojornalismo ao blog*. João Pessoa: Ed. Universitária, 2008. p. 11-31.

KRESS, G.; VAN LEEUVEN, T.. *Reading Images: the grammar of visual design*. London & New York: Routledge, 1996

PAINTER, C.. Children's picture book narratives: reading sequences of images. In: MC CABE, A.; Ó DONNELL, M.; WHITTAKER, R.. *Advances in language and education*. Londres: Continuum, 2007, cap. 2, p. 40-59.

PAINTER, C.. The role of colour in children's picture books: choices in ambience. In: UNSWORTH, L.. *New literacies and the English curriculum: multimodal perspectives*. Londres: Continuum, 2008, cap. 5, p. 89-111.

PAINTER, C., MARTIN, J. R., UNSWORTH, L. *Reading Visual Narratives: Image Analysis of Children's Picture Books*. Sheffield: Equinox, 2012.

RAVELLI, L. J. Navigating the gap between text and context in visual analysis: foregrounding and intersemiosis. In: ALMEIDA, D. B. L. de (org.). *Novas Perspectivas em Análise Visual: Do Texto ao Contexto*. Campinas: Mercado de Letras, 2016. cap. 1, p. 19-36.

VELOSO, F. O. D.. Pesquisa em multimodalidade por uma abordagem sociosemiótica. In: GONÇALVES, Adair Vieira; SILVA, Wagner Rodrigues; GÓES, Marcos Lúcio de. *Visibilizar a Linguística Aplicada: abordagens teóricas e metodológicas*. São Paulo: Pontes Editora, 2014, cap. 6, p. 155-180.

VELOSO, F. O. D.. (Re)produzindo o terror: uma análise da série Guerra Civil. *Nona Arte*, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 25-34, 2015.



# CAPÍTULO 13

## QUANTO VALE A LAMA DE MARIANA: ANÁLISE DA COLUNA DE OMBUDSMAN DA FOLHA DE S. PAULO DEDICADA À COBERTURA DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DA SAMARCO

Alessandra Folha Mós Landim (POSLIN/UFMG/CAPES)

---

**RESUMO:** Este trabalho tem como objeto uma coluna de *ombudsman* do jornal *Folha de S. Paulo* que aborda o tratamento dado ao rompimento da barragem de Mariana-MG por diferentes mídias. O artigo analisa a coluna em sua dimensão discursiva no tocante a noções que visam representar o ato de comunicação cujo centro é ocupado por um sujeito comunicante e sua relação com um sujeito interpretante. Além de postular noções sobre modos de organização e visadas discursivas, o trabalho aponta para a gestão de pontos de vista que pode ser observada na dinâmica construída entre as duas instâncias (produção e recepção), mostrando como o enunciador contrabalança o papel do jornal e sua cobertura sobre o evento com a crítica recebida do leitorado em uma relação enunciativa e dialógica com sua instância de recepção.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão de pontos de vista. Modos de organização discursiva. Jornalismo. *Ombudsman*.

---

### 1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Sabe-se que poucos os jornais no Brasil mantêm um profissional dedicado ao que se denomina no mundo dos negócios e no mundo da imprensa *ombudsman*. Uma das instituições midiáticas que mantém esses profissionais é a *Folha de S. Paulo*. A coluna de *ombudsman* da *Folha de S. Paulo* teve seu início em 1989, quando, inspirado em jornais internacionais, o jornal decidiu manter um profissional que tivesse

contato com seus leitores e publicasse uma coluna semanal na qual a temática seria uma crítica ao jornalismo e cujo alvo principal fosse a própria *Folha de S. Paulo*. Até a data de confecção deste trabalho, 12 profissionais já ocuparam o cargo, que tem estabilidade empregatícia durante o mandato, que pode ser estendido até 3 vezes.

A coluna que pretendemos analisar neste trabalho é parte do *corpus* da pesquisa que realizamos sobre a construção discursiva midiática no que se refere ao rompimento da barragem da Samarco em Mariana-MG, em novembro de 2015. Ao consultarmos as edições da *Folha de S. Paulo*, nos deparamos com uma coluna de *ombudsman* inteiramente dedicada à crítica sobre o modo como a imprensa deu cobertura ao evento, o que inclui, como pudemos perceber acima, a própria *Folha de S. Paulo*. Assim, nosso trabalho passará por uma pequena reflexão sobre questões epistemológicas que embasarão a análise da coluna de *ombudsman* do dia 22 de novembro de 2015, 17 dias após o rompimento da barragem da Samarco em Mariana. Talvez não fosse necessário dizer que nós não excluimos outras possibilidades de análise neste breve ensaio, tampouco desejamos esgotá-las, mas é importante mencionar que nossas reflexões dialogam com noções enunciativas como os modos de organização do discurso e gestão de vozes, materializada em pontos de vista, o que nos dá orientações sobre possibilidades interpretativas da coluna em questão.

## 2 NOÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS QUE ANCORAM A ANÁLISE

Neste trabalho, procuramos como ancoragem teórica noções charaudianas que visam representar o ato de comunicação cujo centro é ocupado por um sujeito comunicante (instância de produção) e sua relação com um sujeito interpretante (instância de recepção). Essa relação do EU com um TU tem suas especificidades. Assim, pensemos no TU em duas esferas. Uma em que é projetado por este EU comunicante como instância de recepção ideal. Nesse sentido, a instância de recepção se daria pelo imaginário sobre o leitorado (revelado pela própria materialidade do texto em pauta, especialmente no que tange à visada crítico-persuasiva na qual se inscreve e com a qual se dirige ao leitor). A outra esfera da instância de recepção é a que materializa-se no sujeito interpretante em si ao qual não temos acesso dadas às especificidades deste trabalho.

Pela própria relação dialógica com essa instância de recepção presumida pelo sujeito comunicante, percebemos o vínculo que este mantém com o leitorado em sua função profissional de jornalista ouvidor e crítico. O que nos chama a atenção, portanto,

nesta dinâmica do ato de comunicação é que este vínculo entre o sujeito comunicante e sua instância de recepção revela a noção enunciativa que perpassa toda a construção discursiva da coluna de *ombudsman*. Procuremos nos deter um pouco mais nessa ideia charaudiana: o sujeito comunicante “idealiza” um eu enunciador “e representa seu traço de intencionalidade nesse ato de produção” (CHARAUDE-AU, 2016, p. 48). Essa instância de produção discursiva procura construir, assim, uma espécie de *ethos* na coluna que representa/deveria representar um sujeito de posicionamento crítico ao tratamento dado pelo jornal ao rompimento da barragem da Samarco. A própria palavra *ombudsman* carrega em si mesma a memória de um profissional cuja postura é/deveria ser crítica em relação às instâncias midiáticas. Por outro lado, o sujeito comunicante tem também um compromisso com a imprensa dada à sua própria atividade profissional, por isso, podemos ver também construída na coluna a imagem de um eu-enunciador comprometido com a atividade midiática que instaura seu posicionamento como jornalista. Nesse sentido, propomos na análise que o fio discursivo acontece em dois movimentos, quais sejam, i) aquele que em que o enunciador se coloca como jornalista, numa visada crítico-persuasiva e ii) aquele que rompe com o comprometimento de jornalista, assumindo o papel de *ombudsman* numa interrupção da visada crítico-persuasiva que dá certa razão às reclamações recebidas pela ouvidoria do jornal.

Além da relação existente entre essas duas instâncias do ato de comunicação, observamos ainda um processo de gestão de vozes que pode ser percebido, por exemplo, na menção às cartas de leitores. Essa retomada da voz do leitorado se traduz em um ponto de vista (RABATEL, 2013), doravante PDV, qual seja, um enunciador, gerido pelo sujeito comunicante em uma visada crítico-persuasiva. Esse resgate do ponto de vista do leitor tem, à primeira vista, relação direta com o posicionamento do sujeito comunicante. Em outras palavras, essa gestão da voz do leitorado que chega ao *ombudsman* por meio de cartas com reclamações revela uma identidade enunciativa (MAINGUENEAU, 2016) do sujeito comunicante tanto no que diz respeito ao seu cargo de *ombudsman* e jornalista quanto ao seu papel de locutor. Ainda sobre a questão do ponto de vista, tomamos também o próprio sujeito comunicante materializado em um enunciador (PDV). Dizendo de outra maneira, levemos em consideração que o sujeito comunicante conduz o fio do discurso de modo a trazer à tona variados PDV e que, na medida em que o discurso é desenvolvido, o locutor torna essas vozes em enunciadores, bem como se apresenta ele mesmo como enunciador (principal). Temos então, de acordo com Rabatel (2013, p. 38):

Os pontos de vista (pdv) são entidades semânticas portadoras de uma fonte que é dita “ter o pdv”. As fontes são entidades abstratas chamadas de enunciadores. Os seres discursivos (ê-d) são entidades semânticas suscetíveis de saturar os enunciadores; eles são responsáveis pelos pdv expressos (Nolke & Olsen, 2000, p. 50). Os seres discursivos (ê-d), que só existem em relação aos pdv podem ser locutores virtuais (e.g. os personagens suscetíveis de tomar a palavra) ou não locutores, como os estereótipos, os discursos da lei, da opinião pública (Nolke & Olsen, 2000, p. 53)<sup>101</sup>.

Esse modo de compreender a gestão de vozes nos interessa não somente na medida em que o sujeito comunicante convoca noções imaginárias, opiniões públicas ou discursos de lei, mas na medida em que convoca elementos externos ao discurso por intermédio da voz do leitorado, emergida na materialidade do texto. Nesse sentido, a voz do leitorado é construída pelo sujeito comunicante como um ser discursivo, participante do discurso e relacionada ao PDV num movimento de retomada e crítica desse discurso, que tem como finalidade levar a instância de recepção ideal à reflexão sobre as reivindicações das cartas de leitores chegadas ao departamento de ouvidoria.

Os apontamentos teóricos que sugerimos dialogam com os princípios de organização discursiva propostos por Charaudeau (2016) na medida em que todo esse movimento de gestão de vozes e de relação entre instância de produção e de recepção tem como um dos pontos de partida o “**ato de comunicação** como um *dispositivo* cujo centro é ocupado pelo **sujeito falante** (locutor, ao falar ou escrever), em relação com um outro parceiro (o interlocutor)” (CHARAUDEAU, 2016, p. 67) – grifos do autor. Assim, os componente desse dispositivo são:

- a **Situação de comunicação** que constitui o enquadre ao mesmo tempo *físico e mental* no qual se acham os parceiros da troca linguageira, os quais são determinados por uma *identidade* (psicológica e social) e ligados por um *contrato de comunicação*.

---

<sup>101</sup> As citações utilizadas por Rabatel nessa passagem correspondem a:  
 NOLKE, H. *La polyphonie comme théorie linguistique*. In: Carel, M. (ed). *Les dacettes du dire. Hommage à Oswald Ducrot*. Paris: Kimé, 2002, pp. 215-224.  
 NOLKE, H & OLSEN, M. *Polyphonie: théorie et terminologie*. In: *Polyphonie-linguistique et littéraire*, 2, 2000, pp. 45-171 [Université de Roskilde: Danemark].

- os **Modos de organização do discurso** que constituem os *princípios de comunicação* da matéria linguística, princípios que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante: enunciar, descrever, contar, argumentar.
- a **Língua**, que constitui o material verbal estruturado em categorias linguísticas que possuem, ao mesmo tempo e de maneira consubstancial, uma *forma* e um *sentido*.
- o **Texto**, que representa o resultado material do ato de comunicação e que resulta de escolhas conscientes (ou inconscientes) feitas pelo sujeito falante dentre as *categorias de língua* e os *Modos de organização do discurso*, em função das restrições impostas pela *Situação* (CHARAUDEAU, 2016, p. 68).

Uma vez que postulamos que a gestão de vozes se dá na dinâmica do sujeito comunicante com sua instância de recepção e na materialização dos PDV, nossa intenção é nos debruçarmos sobre a situação de comunicação, onde essa movimentação do fio discursivo ocorre para que, na medida do possível, apontemos para os modos de organização do discurso. Os modos de organização discursiva se relacionam diretamente com as questões da língua e do texto, noções que nos parecem tácitas no que diz respeito à materialidade linguística e textual em nosso objeto. A situação de comunicação se desdobra, assim, na identidade do sujeito comunicante e em como esse sujeito se coloca no processo de produção discursiva, por meio, senão da força de repetição, que faz com que um texto ganhe *status* de gênero discursivo<sup>102</sup>, pelo próprio contrato (pré-)estabelecido na atividade comunicativa desse dispositivo de troca languageira. Embora não estejamos especificamente ocupados da noção de gênero, é importante mencionar que estamos sob a égide de um contrato global de comunicação (CHARAUDEAU, 2009), cujas condições gerais se traduzem no universo do discurso midiático, o que nos permitiria inscrever nosso objeto em uma visada crítico-persuasiva na qual não somente se sugere um fazer pensar (CHARAUDEAU, 2004), mas um fazer pensar por meio de dura crítica ao leitorado. Seguindo essa linha, é possível, então, introduzir, ainda que de relance, a noção das visadas discursivas propostas por Charaudeau (2004), onde lemos:

---

<sup>102</sup> Embora não tenhamos a intenção de tratar das questões de gênero, o *status* de gênero discursivo pode ser mais bem examinado nas colunas de ombudsman em incursões futuras. Isso porque, para falarmos em gênero neste caso, seria necessário que explorássemos as regularidades das formas e sua normalização, bem como a memória discursiva no tocante a situações de comunicação do espaço do ombudsman na mídia impressa, ainda pouco difundido no país.

As visadas correspondem a uma intencionalidade psicossocial discursiva que determina a expectativa (enjeu) do ato de linguagem do sujeito falante e por conseguinte da própria troca linguageira. As visadas devem ser consideradas do ponto de vista da instância de produção que tem em perspectiva um sujeito destinatário ideal, mas evidentemente, elas devem ser reconhecidas como tais pela instância de recepção. (...)

Os tipos de visadas são definidos por um duplo critério: a intenção pragmática do *eu* em relação com a posição que ele ocupa como enunciador na relação de força que o liga ao *tu*; a posição que da mesma forma *tu* deve ocupar.

Se não temos acesso à instância de recepção em TUi (o sujeito interpretante propriamente dito), ainda assim, podemos perceber intencionalmente no texto a instância do TUD (o destinatário, a instância de recepção ideal) consubstanciando a noção de visada que nos interessa especialmente no que diz respeito ao *ato de linguagem do sujeito*. Assim, deduzimos que o texto enquanto resultado do ato de comunicação oferece elementos que nos permitem compreender sua visada. Sobre a coluna de *ombudsman*, podemos apontar para uma visada crítico-persuasiva, especialmente quando levamos em consideração o desenrolar do texto e a “conclusão” a que se chega ao fim da leitura.

A noção de visada crítico-persuasiva se materializaria, a nosso ver, por meio dos modos de organização discursiva<sup>103</sup> que são “procedimentos que consistem em utilizar determinadas categorias de língua para ordená-las em função das finalidades discursivas do ato de comunicação” (CHARAUDEAU, 2016, p. 74). Assim temos:

a) Modo de organização enunciativo: tem como *função base* a relação de influência do sujeito comunicante com a instância de recepção. Também se ocupa de expressar o ponto de vista do sujeito e a retomada do que já foi dito. Intervém em todos os outros e isso porque, como vemos, dá conta de posicionar o locutor em relação aos interlocutores, sendo este um de seus *princípios de organização*. A posição do locutor em relação ao mundo e em relação a outros discursos também é princípio constitutivo desse modo de organização do discurso;

---

<sup>103</sup> Noções sobre PDV também nos auxiliariam nesse sentido. Já abordamos um pouco a questão anteriormente. Procuraremos também fazer apontamentos sobre isso durante a análise.

- b) Modo de organização descritivo: tem como *função de base* identificar e qualificar seres de maneira objetiva ou subjetiva. Tem como *princípio de organização* as funções de nomear, localizar e qualificar;
- c) Modo de organização narrativo: tem como *função de base* construir a sucessão dos acontecimentos e das ações, tendo como finalidade fazer um relato que se interpõe na temporalidade. Como *princípio de organização*, podemos destacar a organização da lógica narrativa que se dá nos actantes e nos processos;
- d) Modo de organização argumentativo: tem como *função de base* expor e provar casualidades, visando a racionalidade com a intenção de influenciar o interlocutor. Esse modo de organização do discurso tem como *princípio de organização* a organização da lógica argumentativa<sup>104</sup>. O que nos irá interessar para a análise nesse modo de organização corresponde: i) à asserção de partida, que “representa um dado de partida destinado a fazer admitir uma ou outra asserção em relação à qual ela se justifica” (CHARAUDEAU, 2016, p. 209); ii) à asserção de passagem, que “representa um universo de crença sobre a maneira como os fatos se determinam (...) que deve ser compartilhado pelos interlocutores (idem) e iii) à asserção de chegada que “representa o que deve ser aceito em decorrência da asserção de partida e em decorrência da relação que une uma à outra” (idem).

Todos esses modos de organização se dão na metáfora da encenação linguageira na qual os atos de linguagem ocorrem. A breve explanação dos modos de organização que fizemos não abarca em sua totalidade as noções de cada um deles, antes tem como princípio guiar o leitor de modo que tenha um norte no que se refere à leitura e análise da coluna proposta como objeto de prova das ancoragens teóricas nas quais nos apoiamos. Dessa forma, com essas questões teórico-metodológicas em mente, vamos procurar propor uma possível análise da coluna de *ombudsman* em pauta.

### **3 QUANTO VALE A LAMA DE MARIANA: ANÁLISE DA COLUNA DE OMBUDSMAN DA FOLHA DE S. PAULO**

As colunas de *ombudsman* do jornal *Folha de S. Paulo* situam-se habitualmente

---

<sup>104</sup> Essa breve explanação sobre os modos de organização do discurso é totalmente inspirada no quadro de Charaudeau, 2016 que se encontra na página 75.

no intermédio do caderno A das edições do jornal. A coluna em pauta é composta basicamente por um *layout* típico das colunas na *Folha*, dividindo espaço na página com uma notícia e uma publicidade. Seu título é “Quanto vale a lama de Mariana?”, que sugere, pelo menos à primeira vista (já que se trata de uma coluna de ouvidoria do leitorado) uma postura crítica em relação à cobertura do rompimento da barragem da Samarco. Num primeiro impacto, a instância de recepção pode ser levada a refletir sobre a “pergunta retórica” do título, conduzindo sua linha de pensamento à pressuposição de que a cobertura fora mal feita. É claro que, como já dissemos, não temos acesso à instância de recepção no sujeito leitor, mas somos levados a considerar essa hipótese na medida em que a escolha do título da coluna provavelmente não tenha se dado de modo aleatório. O *layout* da matéria apresenta ao centro a foto da Igrejinha de Barra Longa com a marca da lama de rejeitos que ultrapassa a altura da porta. Também é possível perceber outras construções atingidas, bem como a lama no chão do espaço recortado pela foto. Embora não tenhamos nenhuma intenção de analisar a imagem, é importante mencionar que ela é parte constitutiva do texto e ilustra seu assunto principal. Leiamos:

*Quanto vale a lama de Mariana?*

(1) *Foram muitas as reclamações contra a cobertura do rompimento da barragem em Mariana. Curiosamente, parte das mensagens não mencionava só este jornal, mas generalizava para toda a imprensa a acusação de que o desastre não vinha sendo tratado com a visibilidade que a sua gravidade merecia.*

(2) *Esses vereditos são frequentemente exagerados (“ninguém está dando nada”), calcados em avaliações subjetivas e parciais que comprometem a percepção do Conjunto. O leitorado, porém, não está de todo errado. Houve, sim, um descompasso na cobertura, e ela foi ainda maior neste Jornal.*

(3) *Dos três grandes diários nacionais a **Folha** foi o que deu menos espaço ao desastre e o menor destaque na “Primeira Página” - em 4 edições a capa simplesmente ignorou o assunto, embora a jornada da lama avançasse dia a dia.*

(4) *Em “O Estado de S. Paulo”, o assunto também não chegou ao título principal, mas o concorrente paulista nunca deixou de destacar o caso quase sempre com maior destaque do que neste jornal. No carioca “O Globo”, o desastre mereceu duas manchetes, e suas consequências galgaram o topo, às vezes ocupando toda a largura da capa.*

(5) No primeiro dia, só a **Folha** deixou de mencionar que a empresa Samarco é controlada pela brasileira Vale e a inglesa BPH Billiton. A omissão mais a cobertura criticada foram o mote para que alguns leitores especulassem se o jornal não estava tentando poupar a Vale, um dos maiores anunciantes do país. Fosse a relação simples assim, não haveria jornais. Em termos de anúncio e patrocínio, a verba da Petrobras deve bater a da Vale e mesmo assim seus desastres ambientais sempre são reportados com afinco, o que não ocorreria se a intenção fosse poupar a receita publicitária.

(6) Ah, dirão alguns, mas os jornais são mais críticos e rigorosos com as empresas públicas do que com as companhias privadas. Verdade, e natural que seja assim: é função precípua do jornalismo zelar pela coisa pública e vigiar a atuação dos governos de qualquer nível responsáveis finais por essas empresas.

(7) Convém lembrar que o noticiário diário é fruto da temperatura do momento: quando ela está alta, acaba relegando o papel de coadjuvante fatos que, em outras circunstâncias, poderiam ser manchetes.

(8) Já de início, o rompimento em Mariana dividiu os holofotes com assuntos de alta combustão, como a corrupção da Lava Jato a bananosa que enreda o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, a discussão do impeachment da presidente e a degradação econômica do país. Na sexta passada, surgiu mais um tema de altíssima voltagem, o atentado que matou 130 pessoas em Paris. Desde então, os assuntos mencionados perderam, com razão, o papel principal.

(9) Surgiram, então as queixas sobre o espaço conferido a tragédia francesa, em detrimento do desastre nacional. É uma comparação indevida, me perdoem a aspereza dos termos, em um dualismo simplório e por vezes provinciano. Não faz sentido pretender o mesmo tratamento para os dois eventos, porque as consequências geopolíticas e econômicas dos atentados em Paris são indubitavelmente mais vastas e disseminadas do que as do rompimento da barragem - além de uma coisa não decorrer da outra.

(10) O tratamento dado a Mariana já era insatisfatório antes da eclosão do drama francês. A rigor, o desastre não foi prioridade nem em "Cotidiano", que faz a cobertura ambiental. Com exceção do início e uma ou outro dia, a lama foi relegada as páginas internas do caderno. Pode ter sido por erro de avaliação do Jornal, supervalorização do noticiário político, falta de sensibilidade diante de tragédias ambientais, etc. Paris ou Cunha não tem nada com isso.

*Na próxima semana estarei em congresso de ombudsmen na Colômbia, compartilhando a história dos 11 profissionais que já exerceram esse cargo no jornal e fazem dos 26 anos do ombudsmandato da **Folha** o mais longo da América Latina. Não haverá coluna no dia 29, mas os atendimentos aos leitores serão normalmente encaminhados.*

*Vera Guimarães Martins*

*Folha de S. Paulo, domingo, 22 de novembro de 2015.*

No primeiro parágrafo (1), o sujeito produtor da fala inicia sua construção discursiva com uma pequena narrativa que relata as reclamações dirigidas ao jornal pelo leitorado em relação à baixa cobertura da imprensa sobre o rompimento da barragem. É um momento crucial do texto em que a instância de recepção pode ser levada a presumir que toda a coluna será destinada à reflexão sobre tal falha numa visada crítica à imprensa. A segunda sentença, modalizada pelo advérbio (curiosamente), no entanto, sugere certo grau de “estranhamento” por parte do enunciador em relação ao objeto de motivação do texto: as mensagens, recebidas pelo departamento de *ombudsman* que, por sua vez, não reclamavam somente da cobertura da *Folha*, mas da imprensa em geral. Além disso, o resgate da voz do leitorado é evidente nessa passagem, motivando, juntamente com a modalização, a introdução do trecho que se segue. Designando as mensagens como resultados de julgamentos (veredictos) em (2), o enunciador, se posiciona no dialogismo com as cartas de leitores, exprimindo sua avaliação. Existem saberes populares que podem ser resgatados nesse parágrafo: aqueles que afirmam que os julgamentos coletivos não são confiáveis, o que nos coloca diante de um imaginário, uma memória discursiva que pode ser interpretada aqui como um PDV interposto no fio do discurso com o intuito de introduzir uma asserção de partida (CHARAUDEAU, 2016). Assim, os “vereditos” “exagerados”, “calcados em avaliações subjetivas e parciais” são uma designação, desdobrada em outras designações, que introduzem o modo de organização argumentativo. No entanto, no mesmo parágrafo, esta asserção de partida é interrompida pelo último enunciado. O enunciador dá uma certa razão às mensagens recebidas pelo *ombudsman* e ainda assevera com o modalizador “sim”, usado como um aposto. Ora, pressupõe-se que uma coluna de *ombudsman* deve ser escrita “como um mecanismo de controle de qualidade, em que um profissional comenta e analisa o produto de um olhar interno, mas na defesa do leitor” (STANCKI, 2018, p. 218). Nesse sentido, parece-nos que essa interrupção da ordem natural da organização argumentativa

tem uma justificativa. A coluna parece construir o fio discursivo em dois movimentos, quais sejam i) uma visada crítico-persuasiva do enunciador em relação ao leitorado, especialmente aquele que entrou em contato com o jornal e ii) a interrupção dessa visada para dar alguma razão às reclamações recebidas pelo *ombudsman*.

A interrupção da asserção de partida instaura o segundo movimento no fio do discurso que continua em (3) e (4), onde podemos conferir o discurso se organizando em um modo narrativo com traços descritivos. Isso porque, ao mesmo tempo em que a materialidade do trecho sugere um sujeito que desempenha um papel de *testemunha* da cobertura do evento, verifica-se também que esse mesmo sujeito desempenha o papel de *observador* (CHARAUDEAU, 2016). O texto continua relatando como o caso da barragem fora tratado em três jornais: i) a própria *Folha de S. Paulo*, ii) *O Estado de S. Paulo* e iii) *O Globo*, dando algumas informações sobre: a quantidade de vezes em que o evento foi mencionado em manchetes, a quantidade de capas que trataram do assunto, o destaque que cada um deu à notícia e seus desdobramentos, o que parece corroborar o contrato de comunicação estabelecido por uma instância de produção em posição de ouvidor, crítico à atuação da imprensa. Nesse sentido, o trecho parece confirmar o papel atribuído ao sujeito produtor da fala que, para utilizarmos uma metáfora maingueneuniana, assume o papel de *ombudsman* na cena da enunciação.

Em (5), observamos a continuidade dada ao relato sobre o modo como o rompimento da barragem fora coberto, agora em uma dimensão crítica à *Folha de S. Paulo*. O advérbio “só” nos permite ter essa leitura: “No primeiro dia, só a Folha deixou de mencionar”. Nesse trecho, a presença do advérbio “agrava” a situação do jornal, corroborando o PDV do leitorado. Esse enunciado introduz uma espécie de justificativa para o segundo movimento do fio do discurso, qual seja, aquele que interrompe a visada crítico-persuasiva ao PDV do leitorado para dar razão a parte de suas postulações. Assim, a “omissão mais a cobertura criticada” são motivações para especulações sobre o jornal, mais uma vez fazendo emergir a voz de alguns leitores que acusaram o jornal de poupar um grande anunciante. Sabe-se que os anunciantes são aqueles que movimentam um jornal financeiramente, por isso, o enunciador principal, num claro posicionamento em relação a esse dialogismo e em relação à sua instância de recepção ideal, trata de desconstruir essa “tese” rejeitando o estatuto por meio de um argumento: há anunciantes muito mais significativos do ponto de vista financeiro que não são poupados. Essa preocupação

com a instância de recepção ideal introduz novamente no fio do discurso a visada crítico-persuasiva: dá razão ao leitorado sobre a cobertura do evento, mas ao mesmo tempo, instaura uma construção argumentativa que desmonta suas reclamações. A lógica do PDV do leitorado é, assim, quebrada pelo enunciador que, a partir daí parece deixar de lado sua função de *ombudsman* para tornar-se uma espécie de patrono da mídia.

Parece-nos, a partir de (6), que o enunciador construído pelo sujeito comunicante, mesmo na posição de *ombudsman* introjeta em seu discurso o que poderíamos chamar de *ethos* jornalístico que se confirma por meio da menção ao que denomina um dos papéis principais do jornalismo: “zelar pela coisa pública e vigiar a atuação dos governos”. Dessa maneira, ao afirmar o compromisso social do jornalismo, passa a ressaltar de maneira pragmática a função jornalística, o que resulta no “fruto” de seu trabalho: o noticiário, mencionado em (7). A partir de então, o texto passa a abordar as motivações do noticiário diário, sob a égide do *ethos* jornalístico. Para o sujeito comunicante, então, o “noticiário diário é fruto da temperatura do momento”, o que inaugura as justificativas para com o tipo de tratamento que a cobertura do rompimento da barragem tivera na imprensa em uma asserção de passagem que retoma o primeiro movimento do fio discursivo. A asserção de passagem iniciada em (7) é desdobrada em (8). Se o noticiário é fruto do que acontece no momento, o enunciador passa a apresentar os assuntos contemporâneos do rompimento da barragem: corrupção da Lava Jato, Eduardo Cunha e *impeachment*. Nessa passagem, podemos perceber que existe uma tentativa do enunciador de levar a instância de recepção ideal à reflexão. Como nos assegura Charaudeau (2016), na asserção de passagem, os interlocutores devem compartilhar o universo de crença que, neste caso, se refere ao universo dos acontecimentos noticiosos. Outro assunto, então, é introduzido pelo enunciador, este também comum no universo dos interlocutores: os atentados em Paris. A última frase do parágrafo, além de corroborar a ideia de que a temática da barragem não é única no universo dos acontecimentos noticiosos, ainda revela o PDV do enunciador principal. Em outro apostrofo, a expressão “com razão” é uma das modalizações do discurso na qual percebemos a intervenção do sujeito produtor da fala que procura construir uma organização argumentativa em que busca persuadir seu interlocutor.

Em (9), novamente o relato sobre as reclamações do leitorado toma corpo. Mais especificamente, o parágrafo se inicia referindo-se à comparação entre os atentados em Paris e o rompimento da barragem em Mariana. Segundo o que se depreende

da leitura da coluna, essas reclamações se referem ao espaço atribuído aos atentados parisienses em detrimento do espaço conferido ao rompimento da barragem. O enunciador procura dismantlar essas alegações através de designações: seriam as reclamações “comparação indevida”, “dualismo simplório e (...) provinciano”. Além disso, ao utilizar o pronome pessoal, coloca-se como sujeito da fala claramente e constrói com isso a imagem de um enunciador comprometido com a “verdade” dos fatos, atribuindo, dessa forma, aos atentados maior destacabilidade no universo dos acontecimentos noticiosos. Em outras palavras, é neste parágrafo que o enunciador aponta para a asserção de chegada do primeiro movimento do discurso, “o que deve ser aceito em decorrência da asserção de partida” (CHARAUDEAU, 2016, p. 209), qual seja, a ideia de que as reclamações recebidas pelo *ombudsman* são rasas e não consideraram o todo do universo noticioso. Neste ponto, o primeiro movimento do discurso materializa a visada crítico-persuasiva que propomos na análise como uma das finalidades da coluna.

Parecendo até mesmo paradoxal em relação ao restante do texto, em (10) fecha-se a coluna com a confirmação de que a cobertura dada ao rompimento da barragem em Mariana foi, de fato, insatisfatória, até mesmo do ponto de vista do enunciador principal. Ao que se sugere, aqui se retoma novamente o segundo movimento do discurso, aquele que rompe com o comprometimento de jornalista, assumindo o papel de *ombudsman* numa interrupção da visada crítico-persuasiva, fechando o transcurso dos movimentos discursivos na coluna.

#### 4 PALAVRAS FINAIS

Este ensaio tratou de analisar uma coluna de *ombudsman* da *Folha de S. Paulo* que teve como temática uma discussão sobre o tratamento dado pela imprensa ao rompimento da barragem da Samarco que aconteceu em novembro de 2015 em Mariana-MG. Como ancoragem teórico-metodológica, procuramos apontar para a gestão das vozes no que diz respeito aos PDV encontrados na construção do discurso e que materializam as relações enunciativas entre a instância de produção discursiva e a instância de recepção.

A gestão das vozes apreendida por meio da análise e das reflexões ocorre especialmente na relação existente entre o sujeito comunicante e um sujeito interpretante, num resgate da voz do leitorado em suas cartas de reclamação e nos elementos imaginários que ancoram certas asserções encontradas no fio discursivo

em um direcionamento crítico-persuasivo. Por outro lado, o duplo movimento do fio discursivo que constitui a coluna se dá em duas fases, a saber, i) aquela em que o enunciador principal se coloca como um crítico às reclamações recebidas pelo departamento de *ombudsman* no jornal e ii) aquela em que interrompe essa visada introduzindo os fatos da cobertura – a baixa frequência das matérias nos jornais em relação à magnitude do acontecimento – que atribui certa razão ao leitor. Esse processo realizado nos apontamentos aos PDV e o duplo movimento que propusemos como constitutivos do fio discursivo se materializam, por sua vez além das relações enunciativas, nos modos de organização do discurso e na visada crítico-persuasiva que perpassa o fio discursivo.

Pudemos perceber, ao longo da análise, que essa construção discursiva, organizada ora em modo argumentativo, ora em pequenos relatos com traços descritivos demonstra que o enunciador procura contrabalancear o papel do jornal e sua cobertura sobre o evento com a crítica recebida em uma relação enunciativa e dialógica com a voz do leitorado e com sua instância de recepção ideal. O enunciador está, dessa forma, num posicionamento que se divide ora em um jornalista, ora em um ouvidor. Esse sujeito não é, portanto, um autor de coluna comum: ele fala em seu papel de ouvidor e *ombudsman*, aquele que media o leitorado e o jornal bem como fala em seu papel de jornalista, no que denominamos *ethos* jornalístico. Neste caso específico, o enunciador principal procura conciliar as duas partes ao justificar a atividade jornalística ao mesmo tempo em que procura se colocar em favor do leitor, embora o faça em uma visada crítico-persuasiva. O sujeito comunicante aparece, assim, no centro de um “cabo de guerra” de posicionamentos ideológicos: de um lado o jornal, com o qual tem um vínculo empregatício e de outro o leitor “indignado” pelo sentimento de falta de informação.

---

## REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, Ida Lucia e MELLO, Renato de. **Gêneros reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte, NAD/Fale-UFMG, 2004. Disponível em: <https://www.patrick-charauveau.com/Visadas-discursivas-generos.html>. Último acesso em 19 de nov. 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **El contrato de comunicación en una perspectiva lingüística: convenciones psicosociales y convenciones discursivas**. 2009. Disponível

em: <http://www.patrick-charaudeau.com/El-contrato-de-comunicacion-en-una.html>. Último acesso em 27 de nov. 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2016.

MAINGUENEAU, Dominique. Posicionamento. *In*: CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2016.

RABATEL, Alain. O papel do enunciador na construção interacional dos pontos de vista. *In*: EMEDIATO, Wander (org.). **A construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013.

STANCKI, Rodolfo. **Entranhas da imprensa teoria e prática dos gêneros jornalísticos**. Curitiba: InterSaberes, 2018.

FOLHA DE S. PAULO. **O que é o cargo de ombudsman?** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ombudsman/2014/09/1520973-o-que-e-o-cargo-de-ombudsman.shtm>. Último acesso em 06 de dez. 2018.



# CAPÍTULO 14

## ANÁLISE PROSÓDICO-DISCURSIVA DA INDIGNAÇÃO NO DEPOIMENTO DE UMA TESTEMUNHA DE FEMINICÍDIO

Leandro da Silva Moura (POSLIN/UFMG/CAPES)

---

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar os modos de organização da *indignação* em um depoimento de uma testemunha de crime de feminicídio, o qual passou a figurar no rol dos crimes hediondos em 2015, ao se tornar um qualificador do homicídio. Para atingir tal objetivo, seguimos as trilhas de Charaudeau (2012), entendendo que tais modos possuem funções de base, as quais estão relacionadas ao projeto de fala do locutor, e princípios de organização. Além disso, nos propomos a sinalizar, ainda que modestamente, as contribuições da prosódia, sobretudo no que diz respeito à organização e construção da argumentação. Entre os principais resultados obtidos, destacamos que o locutor tende a realizar ajustes prosódicos quando expressa indignação. Esses ajustes funcionam como nuances que dão forma à emoção, utilizada como estratégia argumentativa, corroborando a construção do depoimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modos de organização. Prosódia. Indignação. Feminicídio.

---

### 1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Feminicídio refere-se ao crime cometido contra a mulher, em razão do sexo feminino, envolvendo violência doméstica e familiar, bem como menosprezo ou discriminação em razão do gênero. Tal crime passou a figurar no rol dos crimes hediondos em março de 2015, quando a então presidente Dilma Rousseff, sancionou a lei de número 13.104, a qual prevê o feminicídio como uma circunstância qualificadora de homicídio.

No entanto, apesar de sancionada a lei, houve um aumento expressivo no número de mulheres assassinadas nos últimos anos no Brasil<sup>105</sup>. Embora seja difícil precisar se houve, de fato, um aumento no número de casos ou uma diminuição da subnotificação, haja vista que a lei ainda é recente, tal fato chamou a atenção do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Tal instituição, em parceria com os tribunais de justiça estaduais, propôs, em agosto de 2018, a realização de audiências relacionadas à violência doméstica, priorizando diversos processos referentes aos crimes fatais contra a mulher. Para além do domínio jurídico, é importante observar que esses dados também têm atraído os olhares de linguistas.

Inserindo-nos neste último grupo, nos propomos, neste trabalho, a tecer algumas considerações acerca dos modos de organização do discurso em depoimentos de uma testemunha de um crime de feminicídio. Trata-se, mais especificamente, de analisar a construção da *indignação*, a fim de observar como tal emoção, servindo como estratégia argumentativa, pode ser construída. Além disso, pretendemos mostrar quais as contribuições da prosódia, a qual faz parte da argumentação, verificando como ela corrobora a construção da emoção. Para atingir tal objetivo, nas trilhas de Charaudeau, analisamos os modos de organização do discurso em um depoimento, retirado de um processo já julgado, gravado durante a primeira fase de julgamento, frente ao juiz sumariante<sup>106</sup>.

## **2 MODOS DE ORGANIZAÇÃO**

Como pontua Charaudeau (2012), todo ato de comunicação é representado por um dispositivo que tem ao centro um locutor, ao falar ou ao escrever (*sujeito falante*) em relação a um outro parceiro (*o interlocutor*). Esse dispositivo é composto por uma situação de comunicação, pelos modos de organização do discurso, pela língua e, finalmente, pelo texto.

Nessa perspectiva, entendemos que estudar os quatro componentes dos atos de comunicação é uma tarefa fundamental para a Análise do Discurso, mas nos interessa, neste trabalho, observar especialmente como se dá a construção da indignação.

---

<sup>105</sup> Segundo o 12º Anuário de Segurança de 2018, somente em Minas Gerais, estado com maior número de feminicídios no Brasil, foram registradas 145 mortes (em um total de 1133) entre 2016 e 2017.

<sup>106</sup> Juiz responsável pela primeira fase do julgamento de crimes dolosos contra a vida.

nação no depoimento de uma testemunha de um crime contra a vida, ancorados, sobretudo, nos trabalhos de Charaudeau. Assim, buscamos analisar como se dá a organização da matéria linguística, isto é, como determinadas categorias da língua são ordenadas, conforme uma finalidade discursiva, e incluímos, ainda que modestamente, o aspecto prosódico.

Conforme Charaudeau (2012), os modos de organização do discurso possuem funções de base, que têm relação com o projeto de fala do locutor, e princípios de organização. Nessa esteira, o autor reconhece a existência de quatro modos de organização, dos quais falaremos, ainda que brevemente, ao longo do texto. São eles: o *enunciativo*, o *narrativo*, o *descritivo* e, finalmente, o *argumentativo*.

## 2.1. O MODO ENUNCIATIVO

O Modo Enunciativo relaciona-se à “maneira pela qual o sujeito age na encenação do ato de comunicação” (CHARAUDEAU, 2012, p. 81). Desse modo, enunciar significa organizar categorias da língua, a fim de ordená-las, abrangendo a posição do sujeito em relação ao seu interlocutor, ao que ele diz e ao que o outro diz.

Conforme Charaudeau (2012), é possível distinguir três funções do Modo Enunciativo. Em uma primeira, procura-se estabelecer uma relação de influência entre locutor e interlocutor, em um comportamento *alocutivo*. Neste caso, o sujeito falante enuncia sua posição em relação ao interlocutor, de modo que, com o seu dizer, lhe imponha um comportamento. Outra função seria aquela que busca evidenciar um ponto de vista do locutor, em um comportamento *elocutivo*: o sujeito falante enuncia seu ponto de vista sobre o mundo, sem implicar o interlocutor. Finalmente, o autor observa que há uma função na qual se busca recuperar a fala de um terceiro, em um ato *delocutivo*: há um apagamento do sujeito falante em seu ato de enunciação, além de uma não implicação do interlocutor. O sujeito, nesse caso, é testemunha do discurso de um terceiro que se impõe a ele.

Assim, o modo enunciativo tem por função organizar o discurso, dando conta da posição do locutor em relação ao interlocutor e, ao mesmo tempo, intervindo na encenação dos modos narrativo, descritivo e argumentativo. Esses modos, com suas características e singularidades, são comandados pelo enunciativo (CHARAUDEAU, 2012).

## 2.2 O MODO NARRATIVO

Tratar do modo narrativo é uma tarefa bastante delicada, como lembra Charaudeau (2012), uma vez que este modo é estudado por diversos teóricos, sob diversas perspectivas. Além disso, outra dificuldade encontra-se no fato de o modo narrativo ser objeto de ensino de uma longa tradição escolar, que o trata como uma prática de exercícios, cujo objetivo é redigir textos, como uma classificação ou ainda como uma pedagogia da explicação de textos. Por outro lado, diferentes correntes teóricas, relacionadas à semiótica narrativa, trouxeram à luz uma multiplicidade de termos técnicos, nem sempre de fácil assimilação.

Levando-se em consideração que *contar* não significa somente descrever sequências de fatos ou acontecimentos, como é visto nos dicionários, o modo narrativo permite construir a sucessão das ações de uma história, em um tempo determinado, com a finalidade de fazer um relato. Em suma, “contar é, então, uma atividade linguageira cujo desenvolvimento implica uma série de tensões e até mesmo de contradições”. (CHARAUDEAU, 2012, p. 154).

Há, segundo Charaudeau, dois princípios básicos do modo narrativo: uma *organização da lógica narrativa*, voltada para o mundo referencial; e uma *encenação narrativa*, que constrói o universo narrado propriamente dito, sob os cuidados de um *sujeito narrante*. A primeira é composta por actantes, por processos e por sequências. A segunda, por sua vez, diz respeito à encenação articulada em dois espaços de significação: um extratextual (externo ao texto), no qual se encontram dois parceiros, um sujeito falante e um sujeito receptor-interpretante, cujo objeto de troca é o texto escrito ou dito; um intratextual (interno ao texto), em que se encontram sujeitos de identidade discursiva, enunciador e destinatário, e tem como objeto de troca uma forma particular de texto, isto é, o discurso.

## 2.3 MODO DESCRITIVO

Charaudeau lembra que descrever é “ver o mundo com um ‘olhar parado’ que faz existir os seres ao *nomeá-los*, *localizá-los* e *atribuir-lhes qualidades* que os singularizam” (CHARAUDEAU, 2012, p. 111. Grifos do autor), identificando seres do mundo, os quais têm sua existência verificada por um consenso. Os termos destacados são os 3 elementos que constituem o modo descritivo: nomear (fazer com que um ser exista), localizar-situar (determinar o lugar ocupado por um ser no tempo e no espaço,

atribuindo-lhe características), qualificar (atribuir um sentido particular aos seres e permite ao sujeito falante manifestar seu imaginário).

Cabe lembrar que, como pontua Charaudeau, “descrever” corresponde a uma atividade da linguagem, que se opõe a outras atividades, quais sejam, argumentar e contar. No entanto, apesar de haver essa oposição entre os processos, é válido salientar que eles estão estreitamente ligados. Nessa perspectiva, o Descritivo não apenas serve ao Narrativo, mas também lhe atribui sentido e, do mesmo modo, o Descritivo e o Argumentativo podem se relacionar, uma vez que aquele recorre a operações lógicas deste para classificar os seres.

## 2.4 O MODO ARGUMENTATIVO

O modo de organização argumentativo é, para Charaudeau, o mais difícil de ser estudado. Diferentemente do modo Narrativo, que considera as ações humanas, o Argumentativo está em contato com um saber que leva em conta a experiência humana, por meio de operações do pensamento.

Nos termos de Charaudeau, a argumentação não deve ser limitada a uma sequência de frases ou de proposições ligadas por conectores lógicos e não deve ser confundida com outros atos de discurso, como a *negação*, que se combina com a argumentação, mas tem existência autônoma. Assim, a argumentação é definida por uma relação triangular entre um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e um sujeito-alvo. Do ponto de vista do sujeito argumentante, trata-se de uma atividade discursiva, a qual busca i) uma *racionalidade*, que tende a um ideal de verdade, ou, ainda, ii) *influência*, cujo objetivo é a persuasão.

Os componentes da lógica argumentativa são de três tipos: uma asserção de partida, uma asserção de chegada e uma, ou várias, asserção de passagem. De modo resumido, a relação argumentativa pode ser esquematizada da seguinte maneira:



No esquema proposto, A1 é a “asserção de partida”, na qual se tem uma premissa, cujo objetivo é fazer admitir outra asserção, dessa vez de chegada, de conclusão (A2). Essa passagem é embasada por uma “asserção de passagem” (prova, argumento) que justifique as relações entre A1 e A2.

Ao pensarmos a organização de um texto, notamos que este se constitui a partir dos quatro modos propostos por Charaudeau, evidentemente, em proporções diferentes (ou não). Assim, um texto pode, por exemplo, ter traços do modo Argumentativo, mas ser constituído, predominantemente, pelos modos Narrativo e Descritivo. Ainda, uma organização argumentativa pode apresentar características dos modos Descritivo e Enunciativo, haja vista que este comanda os demais.

A relação entre os modos, sobretudo quando envolve Argumentativo, pode ser corroborada (e até mesmo ampliada) pelos estudos de Plantin (1996) e de Amossy (2010), os quais defendem que a argumentação está em qualquer discurso, pois

toute parole est nécessairement argumentative. C'est un résultat concret de l'énonciation en situation. Tout énoncé vise à agir sur son destinataire, sur autrui et à transformer son système de pensée. Tout énoncé oblige ou incite autrui à croire, à voir, à faire, autrement. (PLANTIN, 1996, p. 18).

Na esteira de Plantin, Amossy (2010; 2011) sustenta que argumentar não significa empregar um raciocínio único, mas sim uma troca de informações entre dois ou mais parceiros, visando à persuasão. Nas palavras da autora, em uma concepção mais ampla, a argumentação define-se como uma “tentativa de modificar, reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (AMOSSY, 2011, p. 130).

Levando-se em consideração as relações existentes entre os modos de organização do discurso, notamos que os depoimentos de testemunhas, quando interrogadas por um juiz no tribunal, são organizados, sobretudo, pelo modo narrativo, além de apresentar características dos outros modos. Nesses casos, bem como em qualquer situação de comunicação, vale observar, que, além do que é dito, importa também o “como” isso é dito, o que nos obriga, em alguma medida, a considerar também a prosódia, que será abordada na próxima seção.

### 3 PROSÓDIA: DEFININDO CONCEITOS

Conhecida como “Cinderela dos Estudos Linguísticos”<sup>107</sup>, a prosódia foi defendida por

---

107 CRYSTAL, 1969.

estruturalistas e funcionalistas de maneira negativa num primeiro momento, associada somente ao que não está no nível segmental. Todavia, é importante lembrar que os segmentos correspondem, na tradição fonética, aos sons definidos por alfabetos fonéticos. Logo, existem elementos suprasegmentais que modificam os segmentos, como a palatalização e a nasalização, e outros que diferem dos segmentos em relação à natureza fonética e que caracterizam elementos maiores que os próprios segmentos. Aqueles que modificam cadeias segmentais são os elementos suprasegmentais propriamente ditos. No segundo caso, quando passamos às unidades maiores que os segmentos, falamos em elementos prosódicos (cf. CAGLIARI, 1992).

No entanto, é válido salientarmos que não há um consenso entre os pesquisadores acerca do termo prosódia. Por vezes confundida com o termo entonação, a prosódia, *grosso modo*, pode ser entendida como um conjunto de aspectos suprasegmentais, tais como organização do tempo, organização da melodia e organização da intensidade (cf. COUPER-KUHLEN, 1986; 't HART; COLLIER; COHEN, 1990; HIRST, DI CRISTO, 1998).

Crystal (1969) adota uma perspectiva interessante, sustentando que a prosódia não deve se restringir à melodia, ou entonação, como querem alguns prosodistas, mas também envolver outros parâmetros, tais como ritmo, duração e intensidade. Assim como Crystal (1969), defendemos a prosódia em seu sentido amplo, pluriparamétrico, compreendendo variações de altura melódica, variações rítmicas, de intensidade e de duração, incluídas as pausas. Todos esses elementos prosódicos fazem parte da argumentação retórica, sendo modificados de acordo com os propósitos do locutor.

Tradicionalmente, 3 parâmetros são considerados em um estudo prosódico, quais sejam: a frequência fundamental (F0), a duração e a intensidade (GOLDMAN *et al*, 2008) A F0 relaciona-se à periodicidade de vibrações das pregas vocais e é percebida, auditivamente, como melodia (mais *aguda* ou mais *grave*, por exemplo). O segundo parâmetro, a duração, corresponde à percepção em termos de tempo. Finalmente, a intensidade corresponde a uma sensação auditiva na qual os sons são percebidos como *forte* ou *fraco*, relacionando-se ao volume. Neste trabalho, nos ateremos mais detidamente à frequência fundamental, haja vista que os demais parâmetros carecem de análise um pouco mais quantitativa, a qual não é almejam por ora.

Pensando especialmente na prosódia das emoções, Scherer (2003), pontua que elas têm características prosódicas próprias, as quais as distinguem de outros estados

afetivos, como as *atitudes*. Nessa esteira, ele sugere que enquanto as emoções teriam um caráter mais fisiológico, ligadas a algum evento externo, as atitudes, estariam mais ligadas ao sistema cognitivo. Esses ajustes estão relacionados entre si e fazem parte da organização do discurso, complementando, via prosódia, o que é dito nos níveis lexical e sintático, por exemplo, quando o locutor expressa *indignação*.

### 3.1 AFINAL, QUAL O LUGAR DA PROSÓDIA NOS ESTUDOS ARGUMENTATIVOS?

É fato que, durante muito tempo, a prosódia foi esquecida pela Linguística. Entretanto, nas últimas décadas, muitos analistas do discurso têm se interessado um pouco mais por tais estudos, buscando entender e conhecer um pouco melhor o elemento linguístico que molda nossa enunciação. Charaudeau, por exemplo, embora não desenvolva um trabalho prosódico de maneira detalhada, faz menção a esse aspecto, ao considerar que em situações dialogais<sup>108</sup>, o locutor pode “por um lado apoiar-se no ambiente físico para limitar-se a designar os objetos, e por outro, *utilizar a entonação, os gestos e a mímica para reforçar sua expressão*” (CHARAUDEAU, 2012, p. 71. Grifos meus).

Além de Charaudeau, outros analistas também conferem um lugar à prosódia em seus estudos. Galinari (2011), por exemplo, compreende a argumentação como uma propriedade da linguagem, na qual o *logos* passa a ser entendido como uma estrutura linguístico-discursiva, carregado de múltiplas dimensões. Desse modo, ele deve abarcar todos os componentes linguísticos do discurso e, entre as diversas modalidades de *logoi* possíveis, destaca-se a que o autor chamou de *logos*-prosódico, na qual estariam incluídas questões relacionadas a variações de tempo, de altura melódica e de acento, ambas de domínio prosódico. Dascal (2005), por seu turno, assevera que

há tempos que os pragmaticistas não consideram mais “para-linguísticas” as informações que provêm dos gestos, da orientação do olhar, da expressão facial, do tom de voz etc. Elas são de fato consideradas fazendo parte da atividade discursiva que, sem elas, seria incompleta e insuficiente (DASCAL, 2005, p. 63. Grifos meus).

---

<sup>108</sup> Situações em que os parceiros encontram-se frente a frente, sendo possível a troca entre eles. Nesse caso, o canal de transmissão é oral.

Assim, o autor reconhece a importância da prosódia ao apontar que o tom de voz, as expressões faciais, a orientação do olhar e os gestos deixaram de ser paralinguísticos, pois os elementos prosódicos fazem parte da atividade discursiva, a qual seria incompleta e insuficiente sozinha.

Conforme Lima (2006), embora o analista não possa afirmar com absoluta certeza o que o outro sentiria em uma dada situação, ele pode “verificar [...] enunciados proferidos ou mesmo silenciados, gestos, expressões faciais, variações de tons [...]” (LIMA, 2007, p. 148. grifos nossos). Novamente, vemos que questões relacionadas à prosódia são entendidas como elementos que levam ao reconhecimento de um determinado estado afetivo do locutor, neste caso a emoção, mostrando sua relevância para os estudos da linguagem.

Embora estejamos nos referindo a analistas contemporâneos, é importante lembrar que a alusão à prosódia não é tão recente. Na *Retórica*, especialmente no Livro III, Aristóteles examina os elementos a partir dos quais a persuasão seria obtida, observando que

a pronúncia assenta na voz, ou seja, na forma como é necessário empregá-la de acordo com cada emoção (por vezes forte, por vezes débil ou média) e como devem ser empregues os tons, ora agudos, ora graves ou médios, e também quais os ritmos de acordo com cada circunstância. São, por conseguinte, três os aspectos a observar: são eles volume, harmonia e ritmo (ARISTÓTELES, 1998, p. 176. Grifos nossos).

De acordo com o filósofo, elementos de natureza prosódica ajustam-se conforme a emoção, tendo um papel significativo nas diversas situações comunicativas. Sendo assim, reafirmamos que modulações no modo de falar (como mudanças de altura melódica, prolongamento ou não de sílabas etc.) são elementos argumentativos e dão forma aos processos discursivos. Fica claro, portanto, que o que hoje entendemos como prosódia já figurava como um elemento retórico-discursivo, o qual corrobora a construção de sentido, desde a antiguidade clássica.

Ainda que alguns trabalhos façam menção à prosódia, esse aspecto nem sempre é explorado. Desse modo, entendemos que é necessário ampliar tais estudos, mostrando como a entonação, o ritmo e a intensidade, por exemplo, contribuem para a organização do discurso. Desse modo, acreditamos que será possível compreender um pouco melhor o funcionamento da língua, ampliando um pouco mais a interface entre prosódia e os demais estudos acerca do discurso.

#### 4 OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO NO DEPOIMENTO E A EXPRESSÃO DA INDIGNAÇÃO

O depoimento é um gênero importante para o domínio jurídico, sobretudo no que diz respeito ao réu e às testemunhas, uma vez que os discursos ali enunciados serão fundamentais para o andamento do processo penal. Nesses momentos, os depoentes podem expressar diversas emoções, como a *indignação*, alvo de nossas análises, que serão apresentadas nesta seção.

Apesar de predominantemente narrativo, o depoimento também apresenta marcas de outros modos em sua organização. Entre eles, começaremos pelo enunciativo, marcado, neste caso, por uma modalidade *delocutiva*, na qual o sujeito testemunha o discurso de um terceiro. Nesse sentido, o discurso relatado aparece como uma modalidade complexa, dependente da posição dos interlocutores, da maneira de relatar e dos modos de enunciação de origem. Veja-se o fragmento abaixo<sup>109</sup>:

*T1: Então, se eu te falar assim você viu matar? Não vi. Ele te falou que matou? Pra mim não. Ele só falou assim: mãe, querendo ou não tava no quarto só eu e ela. (fragmento 1)*

No fragmento 1, nota-se a presença de um locutor relator (L.R) – a testemunha, que se dirige a um interlocutor (I.R) – o juiz sumariante, em um determinado tempo, isto é, no momento em que está depondo (T.R), em um tribunal (E.R). Aqui, T1 relata um discurso anteriormente enunciado (D.O) por um locutor de origem (L.O) – o réu, num tempo passado, após o crime, quando réu e testemunha conversaram sobre o imbróglio (T.O).

A propósito dessas construções, a testemunha busca contar, narrar, ao juiz que o réu reconhece a culpa, visto que confessa, ainda que implicitamente, o crime, ao dizer que no quarto só estavam ele e a vítima. Esse tipo de modalidade de discurso relatado é recorrente no depoimento analisado, mas, devido às limitações e ao objetivo deste trabalho, não nos ateremos às demais ocorrências.

O depoimento, assim como outros gêneros, caracteriza-se pela combinação de ou-

---

<sup>109</sup> Omitiremos o nome da testemunha, a fim de resguardar sua identidade. Para nos referirmos a ela, utilizaremos “T1”.

tros modos, além do enunciativo. Nessa *mise en scène* linguageira, a testemunha também busca fazer descrições da vítima, a fim de lhe atribuir qualidades:

*T1: Ela era muito vaidosa, ela gostava de trabalhar, comprar as coisas pra ela. Então, assim, ela, tipo assim, ela era muito boa de lidar com ela. Só que ela tinha os defeitos dela, como meu filho tem, como todo ser humano tem. (fragmento 2)*

É clara, ao longo da descrição, a tentativa de fazer com que o “o ser seja alguma coisa” (CHARAUDEAU, 2012, p. 117). Aqui, a qualificação ocorre por meio da apresentação de características, predominantemente psicológicas, da vítima, marcadas pelo uso de adjetivos como *vaidosa* e *boa*. Ao final do fragmento, nota-se o uso de analogia, ao justificar os “defeitos” da vítima e do filho, réu no processo, comparando-os a “todo ser humano”.

O depoimento analisado tem características bastante peculiares. Trata-se, como já mencionado, de um crime de feminicídio, cujo culpado foi julgado e condenado em 2018. Ao testemunhar em relação ao crime, do qual o réu era acusado, T1 esquivava-se, em alguma medida, e não fala diretamente sobre esse episódio. Ao invés disso, mostra-se indignada com o fato de ter perdido a guarda dos netos, o que já havia motivado a abertura de outro processo, envolvendo T1 e a família da vítima. A sequência narrativa evidencia, mais uma vez, a construção dessa emoção:

*T1: Me ameaça, vai lá e faz ocorrência de como gente ia ameaçar. Maria<sup>110</sup> falou que a gente foi armada na casa dela, mentira. Edna pegou minhas netas comigo pra me entregar na segunda-feira, passou pra senhora Maria, que nunca procurava minhas netas nem quando nasceram pra visitar, quando você visita um irmão ou a sobrinha que ganha menino. Nunca fizeram nada disso. Nunca. Nunca levaram uma fralda. Quem sempre sustentou as crianças foi eu e meu filho. Então, o que que acontece: fizeram isso, tão jogando MENTIRA, SUJEIRA, FALSIDADE, tanto no processo dele quanto no processo do juizado de menor. Eu só peço, gente, que vocês olhem o seguinte: tem uma denúncia aí, muito, MUITo, mentiROsa da senhora Maria. (fragmento 3)*

---

<sup>110</sup> Mais uma vez, para resguardar a identidade dos envolvidos, estamos utilizando nomes fictícios.

A sequência narrativa, na qual T1, Maria e Edna são sujeitos actantes, permite observar claramente como a indignação é construída. Os pontos de vista de T1, que aqui narra uma sequência de ações em um passado mais distante, quando as ações narradas aconteceram, inseridas em um passado recente, quando existiram os conflitos, são marcados por advérbios, como *nunca* e *muito*. Além disso, substantivos que denotam certo julgamento negativo também são enfatizados nessa construção discursiva: *sujeira, falsidade e mentira*.

Na sequência narrativa apresentada no fragmento 4, há, também, alguns argumentos com vistas à persuasão. Dando continuidade ao discurso, T1 prossegue:

*T1: Se Deus estiver presente aqui, ele vai pedir, o juiz vai pedir que puxa a tornozeleira dele [do réu] pra saber se ele teve atrás dela porque ele tava de tornozeleira e ela indo na delegacia falar que meu filho tava seguindo ela. Se meu filho fosse um ladrão, um traficante, um vagabundo, se ele não fosse uma pessoa bem eu não tava aqui não, eu não tava aqui. (fragmento 4)*

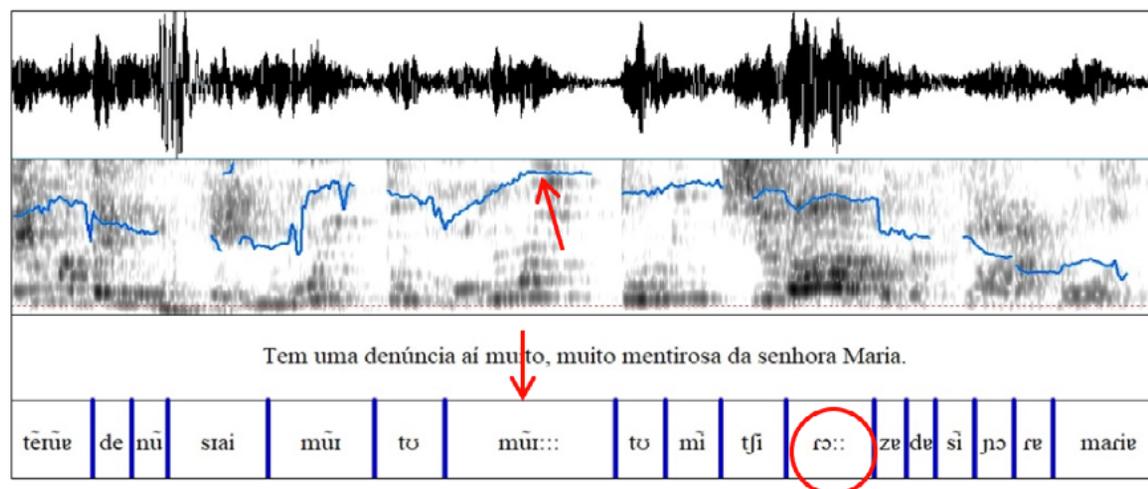
É importante notar que parece haver uma tentativa de desvio da finalidade do contrato de comunicação. Aqui, T1 deveria construir seu depoimento direcionado ao caso de feminicídio. No entanto, as estratégias argumentativas adotadas visam convencer o tribunal de que ela deveria permanecer com a guarda dos netos. Para isso, se vale de uma *imagem* (*ethos*, pode-se acrescentar) da vítima, construída no momento em que enuncia, fundamentada em um *ethos* prévio. Assim, a argumentação é direcionada para, de certo modo, a *desqualificação* da vítima, arranhando sua face, o que poderia persuadir o tribunal, comovendo-os, para que, de algum modo, pudessem interferir no processo de guarda dos netos de T1.

O trecho 4, que aponta para o fim da primeira parte do depoimento, é marcado pela frase “*Se meu filho fosse um ladrão, um traficante, um vagabundo, se ele não fosse uma pessoa de bem, eu não tava aqui não, eu não tava aqui*”. Trata-se, neste caso, de uma hipótese, localizada em um escopo do valor de verdade, inserido no que Charaudeau chamou de *Modos de encadeamento*, dentro do modo Argumentativo. Aqui, tem-se A1 (*Se meu filho fosse um ladrão, um traficante, um vagabundo, se ele não fosse uma pessoa de bem*), como suposição, e A2 (*eu não tava aqui não, eu não tava aqui*), como conclusão, de ordem do *necessário*.

As análises feitas até aqui, sobretudo quando discorreremos sobre o modo narrativo, desenham a construção da *indignação*. Lima (2018) lembra que, apesar de essa emoção ser impessoal, ela se assenta em valores e julgamentos morais e coloca em cena um ofensor e um ofendido ou prejudicado. Assim, ela se dirige a um outro, presente ou não na interação, envolvendo a atribuição de uma culpa, sem envolver necessariamente violência física, ainda que a violência simbólica esteja imbricada nessa emoção. Recuperando o fragmento 3, é possível ver que T1 ocupa o papel de ofendido, enquanto a família da vítima ocuparia o lugar do opressor. Trechos como “*me ameaça*” e “*fizeram isso, tão jogando mentira, sujeira, falsidade*” deixam a expressão dessa emoção bastante evidente e bem marcada textual e discursivamente.

Além dessas características, a construção desse depoimento é marcada por modulações prosódicas que fazem parte da construção argumentativa, complementando as informações lexicais. Na transcrição do fragmento 3, por exemplo, há expressões propositalmente registradas em caixa alta em nossa transcrição (*MU*lto e *mentiRO*sa, por exemplo), a fim de sinalizar o aspecto prosódico presente nessas construções. Antes de dar continuidade às análises, veja-se a figura a seguir:

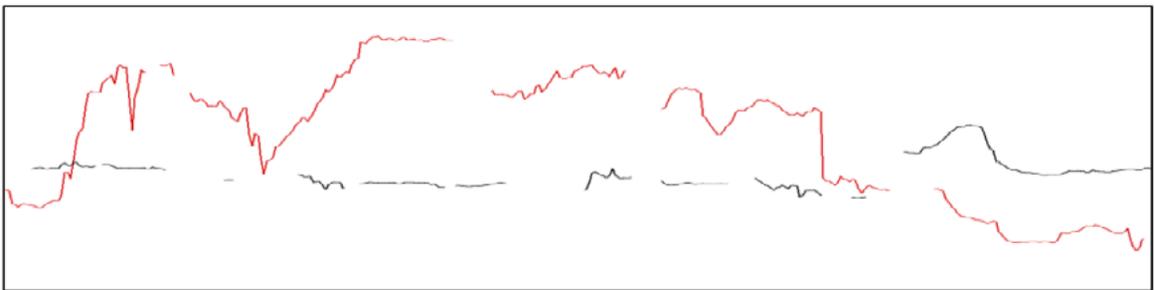
**Figura 1** - onda sonora, espectrograma, curva de F0 e transcrição fonética do enunciado “Tem uma denúncia aí muito, muito mentirosa da senhora Maria”.



A imagem acima permite observar o comportamento da curva de F0 (linha azul) durante a expressão do enunciado “Tem uma denúncia aí muito, muito mentirosa

da senhora Maria”. Há, na primeira sílaba do advérbio “muito”, uma elevação melódica, com F0 atingindo 29 st/100Hz, enquanto a média global é de 22 st/100Hz, além de um prolongamento silábico. O mesmo acontece na sílaba tônica de “mentirosa”, adjetivo que qualifica, aos olhos da testemunha, a denúncia feita por Maria. Esses ajustes atuam discursivamente como pistas prosódicas e sugerem uma ênfase no que é enunciado, provavelmente com a finalidade de prender a atenção do interlocutor e mostrar, oralmente, o que é dito no nível lexical. A título de comparação, veja-se a figura abaixo, na qual estão sobrepostas curvas de F0 de duas frases:

**Figura 2** - movimentos de F0 do enunciado “Tem uma denúncia aí muito, muito mentirosa da senhora Maria” (linha vermelha) e “Ela gostava de trabalhar” (linha preta).



Na figura 2, as duas curvas de F0 que representam um enunciado com indignação (linha vermelha) e um enunciado sem a expressão dessa emoção (linha preta, atitudinalmente *neutro*, sob um olhar prosódico). Aqui, a média de F0 para o enunciado “Ela gostava de trabalhar” é de 14 st/100Hz, bem abaixo da média para o enunciado com indignação. Assim, nota-se que há diferenças entonacionais bastante expressivas, uma vez que a expressão da *indignação* acontece em níveis muito mais elevados, se comparada à ausência de expressão da emoção.

Essa breve comparação nos mostra que o locutor molda sua enunciação, conforme seu propósito comunicativo. Há mudanças prosódicas que servem ao modo Descritivo e ao modo Argumentativo. Assim, se por um lado ele emprega tons melódicos em níveis mais baixos nos momentos em que tenta trazer à baila uma imagem positiva da vítima (corroborando a construção descritiva), por outro, as frequências registradas no momento em que argumenta de forma indignada tendem a ser bem mais elevadas. Isso nos permite dizer que tais ajustes funcionam como nuances que

dão forma à expressão dos afetos, contribuindo para a organização e construção do depoimento da testemunha.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso jurídico é sempre um campo bastante profícuo para os analistas do discurso, uma vez que apresenta um leque bastante diversificado de gêneros que podem ser contemplados pelos mais diversos perfis de pesquisadores. Inserido nesse domínio discursivo, o depoimento tem características que o singularizam enquanto gênero, favorecendo a expressão de emoções, como a raiva, o ódio, a compaixão, a indiferença, por exemplo.

Desse modo, este trabalho objetivou descrever como os modos de organização dão forma à *indignação* no depoimento de uma testemunha de um crime feminicídio. Assim, a análise buscou evidenciar traços dos modos Descritivo, Narrativo, Enunciativo e Argumentativo, na construção do discurso. Além disso, foi possível evidenciar, ainda que modestamente, as contribuições da prosódia para a construção dessa emoção, sobretudo no que tange à frequência fundamental, auditivamente percebida como melodia.

À guisa de conclusão, ressaltamos que a leitura dos depoimentos aqui apresentada é somente uma das muitas interpretações possíveis. Finalmente, gostaríamos de salientar que é preciso expandir as análises acústicas, abarcando, inclusive, os demais parâmetros prosódicos, a fim de descrever um pouco mais o funcionamento da língua, explorando, sobretudo a interface entre prosódia e estudos discursivos.

---

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours*. 3e édition. Paris: Armand Colin, 2010.

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.1, nov. 2011, p. 129-144.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%ABlica-2018.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2019.

- ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.
- CAGLIARI, L. C. Prosódia: algumas funções dos supra-segmentos. In: *Cadernos de Estudos de Estudos Linguísticos*. Campinas, n.23, p.137-151, jul./dez.1992.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- CRYSTAL, D. *Prosodic Systems and Intonation in English*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- CRYSTAL, D. *Dicionário de Lingüística e Fonética*/ tradução e adaptação [da 2ª ed. Inglesa rev. e ampliada, publicada em 1985], Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- DASCAL, M. O ethos na argumentação: uma abordagem pragma-retórica. In: AMOSSY, R (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 57-68.
- GOLDMAN, J-P.; AUCLIN, A.; SIMON, A.C.; AVANZI, M. Phonostylographe: un outil de description prosodique. Comparaison du style radiophonique et lu. In: *Cahiers de Linguistique française*, 28, 2008, 219-237.
- LIMA, H. Patemização: emoções e linguagem. In: MACHADO, I. L.; MENEZES, W.; MENDES, E (orgs). *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 140-149.
- LIMA, H. Emoções e representações de si: a propósito da indignação e do embaraço. In: CUNHA, G. X.; OLIVEIRA, A. L. A. M (orgs). *Múltiplas perspectivas do trabalho de face nos estudos da linguagem*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2018.
- PLANTIN, C. *L'argumentation*. Paris: Seuil, 1996.
- SCHERER, K. Vocal Communication of emotion: a review of research paradigms. *Speech Communication*, v. 40, 2003. p. 227-256.





# CAPÍTULO 15

## O DESASTRE DE MARIANA E A CAMPANHA INSTITUCIONAL DA SAMARCO: UMA ABORDAGEM SEMIOLINGUÍSTICA DOS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

Julienne Silva Vilela (POSLIN/UFMG)

---

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo identificar algumas das estratégias adotadas pela Mineradora Samarco após o desastre socioambiental de rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em Mariana/MG, sob a ótica dos modos de organização do discurso (CHARAUDEAU, 2014). Para isso, analisaremos um dos vídeos veiculados pela Samarco, constituído de depoimentos de seus funcionários sobre ações realizadas nos momentos seguintes ao rompimento da barragem. A metodologia adotada segue os postulados da Teoria Semiolingüística, com foco de análise nos modos de organização do discurso, que organizam a matéria lingüística conforme a finalidade comunicativa do sujeito falante (descrever, narrar, enunciar, argumentar). Neste trabalho tomaremos como base os modos de organização enunciativo, narrativo e argumentativo, que são preponderantes no *corpus* de pesquisa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Semiolingüística. Modos de organização. Samarco. Mariana.

---

### 1 INTRODUÇÃO

O chamado “Desastre de Mariana”, ocorrido em 05 de novembro de 2015, deixou marcas profundas no espaço físico, nas vidas dos atingidos e na memória da população. Os impactos gerados pelo rompimento da Barragem de Fundão não se limitam aos aspectos ambientais e materiais, mas também se configuram em danos à saúde mental e física das populações afetadas, a quebra de laços de amizade e

convivência, um lapso na sensação de pertencimento das pessoas em relação ao local em que viviam. São impactos econômicos, materiais, sociais, culturais, históricos, psicológicos e à saúde pública, todos reunidos em torno de um só acontecimento.

A empresa responsável pela barragem, a Samarco Mineração, é controlada pelas empresas Vale S.A. e BHP Billiton e mantém suas operações em cidades do Espírito Santo e Minas Gerais (SAMARCO, 2017). Antes do rompimento da Barragem de Fundão, a empresa era considerada a 3ª principal produtora de minério de ferro do Brasil (BRASIL, 2016b, p. 12). Em 2014, a Samarco foi eleita pela quinta vez como a melhor mineradora brasileira pelo levantamento das “500 maiores e melhores” da revista Exame.

Segundo denúncia realizada pelo Ministério Público Federal, cerca de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro vazaram do reservatório de Fundão, causando 19 mortes, deixando mais de 300 famílias desabrigadas, além de causar diversos danos ambientais, patrimoniais, históricos e culturais. Além das mortes, no município de Mariana/MG foram contabilizadas seis pessoas feridas e 225 enfermos em razão do desastre, e no município de Barra Longa/MG, 250 feridos e 55 enfermos (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016, p. 45-57).

No mês seguinte ao rompimento da barragem, a Mineradora Samarco realizou a contratação de uma agência de comunicação especializada para concepção de uma campanha institucional. Diante do grave contexto de crise institucional e das diversas notícias negativas sobre a empresa divulgadas pela mídia, a mineradora lançou a campanha “É sempre bom olhar para todos os lados”, que utilizava o *slogan* “Fazer o que deve ser feito: esse é o nosso compromisso”.

Em 11 de fevereiro de 2016, um dos vídeos que compõem a campanha da Mineradora Samarco foi veiculada durante o intervalo do Jornal Nacional, da Rede Globo. O vídeo era composto por uma série de depoimentos de funcionários da Samarco sobre o dia do rompimento da barragem e as ações realizadas por eles para atendimento às vítimas da tragédia. Ao longo dos depoimentos também eram exibidas informações escritas sobre o número de empregos gerados pela empresa, sua colocação como 10ª maior exportadora do Brasil e informações sobre ações de alocação das famílias atingidas e o trabalho de monitoramento da qualidade da água nas regiões afetadas.

Nos dias seguintes à veiculação, a propaganda recebeu várias críticas de telespectadores e sites especializados. O Conselho Nacional de Autorregulamentação Pu-

blicitária (CONAR) recebeu 166 denúncias de consumidores contra a publicidade institucional exibida, com a alegação de que “o anúncio é inadequado por lançar mão de testemunhais dos funcionários da mineradora, o que acabaria velando a verdadeira responsabilidade sobre a catástrofe e constrangendo aqueles trabalhadores” (BRASIL, 2016a). Os consumidores também contestaram a veracidade do *slogan* utilizado, pois “a empresa estaria recorrendo das multas e não estaria tomando providências visando reparar os danos ao meio ambiente e aos moradores das localidades atingidas”. Diante das denúncias, o CONAR abriu um processo para averiguar a veracidade das informações divulgadas pela Samarco ao longo da campanha, dando origem à Representação nº 036/16, de maio de 2016 (Idem).

O CONAR, então, decidiu por manter a campanha no ar, solicitando a comprovação dos dados apresentados pela Samarco. Sobre o *slogan* “Fazer o que deve ser feito”, o relator do processo, Paulo Chueiri, decidiu pela realização de alteração, afirmando que o texto “denotaria um ‘ato heroico’ na tentativa de neutralizar todos os aspectos negativos do acidente, o que não exprime a realidade” (BRASIL, 2016a). A indicação do relator foi de que,

Caso queira refletir a honesta intenção da empresa, seria mais correta e adequada a utilização de *claim* que possa indicar que a empresa está cumprindo com a sua obrigação por meio de medidas que estão em andamento para atenuar os danos causados (BRASIL, 2016a).

Em resposta às acusações, a Samarco afirmou que a propaganda mostra o empenho de centenas de empregados da empresa e de moradores que se dedicam ao atendimento das pessoas atingidas. A empresa afirmou, ainda, que os depoimentos são verdadeiros e que os dados apresentados nos vídeos constam nos relatórios entregues às autoridades.

Diante do contexto apresentado, realizaremos neste artigo uma análise sobre as estratégias adotadas pela Mineradora Samarco em sua campanha, adotando como *corpus* da pesquisa o vídeo veiculado durante o intervalo do Jornal Nacional, em 11 de fevereiro de 2016, e que deu origem à maioria das críticas e à Representação nº 036/16 do CONAR. Adotaremos como referencial teórico neste trabalho a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau, com foco na análise dos modos de organização do discurso.

## 2 A TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA

A Teoria Semioliolinguística, formulada pelo estudioso francês Patrick Charaudeau, enquadra-se como uma das correntes do campo de estudos da Análise do Discurso, tendo caráter interdisciplinar e alimentando-se de categorias de outras áreas do conhecimento. O livro que deu origem à teoria foi publicado em 1983, sob o título *Langage et discours: éléments de sémiolinguistique*. As obras de Charaudeau abriram campo para os estudos dos discursos midiático, político, publicitário, cinematográfico, dentre outros.

Para o teórico, os sentidos são fruto da interação entre os sujeitos, sendo construídos tanto na produção quanto na recepção dos enunciados. Ele destaca que é a partir do reconhecimento do outro que o homem constrói o discurso, sendo este, portanto, uma representação de uma relação social. Sendo assim, todo discurso é uma construção social e que só pode ser analisado levando-se em consideração o contexto histórico e social, bem como sua forma de produção.

Em sua abordagem semiolinguística, Charaudeau destaca que certas condições devem ser preenchidas para que um ato de comunicação se realize: 1) o *princípio da interação* - que define o ato de comunicação como um fenômeno de troca entre dois parceiros, em uma relação não simétrica (pois um está em uma relação de produzir/emitir, enquanto o outro em receber/interpretar), ligados por reconhecimento recíproco; 2) *princípio de pertinência* - que faz algumas exigências: a existência do interlocutor (destinatário) que supõe que o locutor possui uma intenção que dará uma razão de ser ao ato de linguagem, e a existências de saberes compartilhados, isto é, a posse pelos parceiros da troca do mínimo de dados que constituam o ato, além da existência de certos saberes, valores e normas; 3) *princípio da influência* - que ressalta que a motivação do sujeito falante possui uma finalidade acional (ou psicológica) e implica o uso de estratégias discursivas (de sedução, de convicção, de credibilidade, etc.), dependendo das postulações que cada sujeito dará de seu parceiro na troca; 4) *princípio da regulação* - determinada as condições para que os parceiros entrem em contato e se reconheçam como parceiros legitimados e a troca atinja seus fins, permitindo ao sujeito comunicante colocar estratégias de base com a finalidade de encerrar ou prosseguir na troca (aceitação/rejeição da palavra do outro, valorização/desvalorização do parceiro, reivindicação/afirmação da identidade pelo sujeito falante).

Esses princípios constroem o chamado *contrato de comunicação*, que “liga os parceiros em uma espécie de aliança objetiva que lhes permite coconstruir sentido e

se legitimar” (CHARAUDEAU, 2008, p. 16). O sentido não é construído apenas por aquele que fala em um ato de comunicação, mas também por aquele que recebe a mensagem e a interpreta. Ele é construído de forma conjunta pelos chamados “parceiros de troca”, que se legitimam por meio do contrato de comunicação. Sendo assim, conforme ressaltado por Mendes (2001, p. 317-318), o ato de comunicação só tem pertinência e os parceiros só têm direito à fala quando o contrato de comunicação é reconhecido.

A base da Teoria Semiollingüística está na ação comunicativa, que envolve a situação de comunicação. Charaudeau define *situação de comunicação* como “conjunto de condições situacionais não enunciadas que determinam em parte o sentido do ato de linguagem e que fariam deste um lugar de troca contratual entre as duas partes envolvidas” (CHARAUDEAU, 2010). Na situação de comunicação é que se definem as condições e circunstâncias em que o ato de linguagem é realizado, bem como os papéis dos sujeitos envolvidos, os tipos de relações instauradas e a finalidade discursiva visada, determinando, assim, o sentido desse ato.

Para a teoria semiollingüística, os sujeitos são sede da produção e da interpretação da significação, especificadas de acordo com os lugares ocupados por eles no ato lingüístico. Os sujeitos envolvidos em um ato não são apenas dois (emissor/receptor), mas se desdobram em quatro: sujeito comunicante, sujeito interpretante, sujeito enunciador, sujeito destinatário. Os sujeitos comunicante e interpretante se transformam em *parceiros* quando há um reconhecimento mútuo e são determinados por uma identidade (psicológica ou social). Esses parceiros estão implicados no jogo proposto em uma *relação contratual*. Já os sujeitos enunciador e destinatário se definem como *seres de fala* da encenação do *dizer*, definidos como *protagonistas*. De acordo com os papéis que lhe são atribuídos na relação contratual, os protagonistas assumem diferentes faces (CHARAUDEAU, 2008, p. 21-22).

## 2.1 NÍVEIS DE COMPETÊNCIA DE LINGUAGEM

Retornando aos conceitos e aspectos tratados pelas teorias da pragmática, da enunciação e da sociolingüística dentro de uma teoria do sujeito, Charaudeau propõe o modelo de níveis de competência de linguagem.

La construcción del sentido, mediante cualquier acto de lenguaje, procede de un sujeto que se dirige a otro sujeto, dentro de una situación de

intercambio específica, que sobredetermina parcialmente la elección de los recursos de lenguaje que pueda usar. Esto me ha llevado a elaborar un modelo que consta de tres niveles, con tres tipos de competencia correspondientes para el sujeto: nivel situacional y competencia situacional, nivel discursivo y competencia discursiva, nivel “semiolingüístico” y competencia “semiolingüística” (CHARAUDEAU, 2001).

O **nível situacional** exige que o sujeito que se comunica deve estar apto para construir seu discurso em função: a) da identidade dos protagonistas do intercâmbio, da finalidade e seu propósito. A identidade dos protagonistas define quem tem direito à fala, de acordo com o status, o papel social e a localização dentro da hierarquia; b) a finalidade do ato de comunicação, isto é, seus fins discursivos (prescrição, solicitação, informação, incitamento, instrução, demonstração); c) os temas utilizados, isto é, a forma como está estruturado aquilo “sobre o que se fala”; d) as circunstâncias materiais, que distinguir variantes dentro da situação de comunicação.

O **nível discursivo** exige que cada sujeito que se comunica e interpreta seja capaz de manipular (EU)/reconhecer (TU) as estratégias de *mise en scène* que surgem das necessidades inerentes do quadro acional (Charaudeau, . Esse nível comporta três ordens discursivas: enunciativa, enunciatória e semântica. A estratégias da ordem enunciativa remetem às atitudes enunciativas que o sujeito que fala constrói em função dos elementos de identificação e de inter-relação da situação de comunicação (que são sobredeterminantes), assim como em função da imagem de si mesmo que deseja transmitir e que, por outro lado, deseja atribuir ao outro. A partir daí, é elaborado um Eu e um Tu da enunciação, que coincidem com esses elementos ou os ocultam. Isso será possível mediante o que se chama de jogo da modalização do discurso e a construção dos papéis enunciativos, que podem ser de ordem elocutivo, alocutivo e delocutivo. A situação de enunciação é então delimitada por essas estratégias.

Ainda sobre o nível discursivo, as estratégias de *ordem enunciatória* remetem aos **“modos de organização do discurso”**, que podem ser de quatro tipos: o enunciativo, o descritivo, o narrativo e o argumentativo. Trataremos de forma mais detalhada sobre cada um desses modos no item a seguir.

Por fim, sobre o nível discursivo, as estratégias de *ordem semântica* remetem ao conhecimento supostamente compartilhado entre os protagonistas do intercâmbio.

bio (locutor e interlocutor), podendo ser de dois tipos: conhecimentos por discernimento e conhecimento por crenças.

O **nível semiolinguístico** está ligado a um saber-fazer em termos de composição do texto, de construção gramatical, ao uso correto das palavras e do léxico de acordo com o valor social que transmitem. Para Charaudeau (2001), neste nível o texto é construído, sendo necessária uma aptidão dos sujeitos para adaptar sua formalização com uma certa intenção, de acordo com requisitos previamente definidos.

## 2.2 MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

O ato de comunicação é representado por Charaudeau como um dispositivo cujo centro é ocupado por um sujeito falante, o locutor, em relação a um outro parceiro, o interlocutor. Esse dispositivo é composto por uma situação de comunicação, por modos de organização do discurso, pela língua e pelo texto. Sem a pretensão de esmiuçar cada um destes componentes no momento, remetemos à conclusão de Charaudeau, de que “comunicar” é um fenômeno complexo, pois não consiste apenas em transmitir uma informação (CHARAUDEAU, 2014, p. 68).

Os textos podem ser categorizados em tipos (publicitários, científicos, informativos, etc.), o que não se confunde com os tipos de discurso. Um mesmo tipo de texto pode resultar em mais de um modo de organização do discurso, como no caso do texto publicitário.

Conforme abordado por Charaudeau,

os procedimentos que consistem em utilizar determinadas categorias de língua para ordená-las em função das finalidades discursivas do ato de comunicação podem ser agrupadas em quatro Modos de organização: o Enunciativo, o Descritivo, o Narrativo e o Argumentativo (CHARAUDEAU, 2014, p. 74).

O *modo enunciativo* remete à relação de influência entre o locutor e interlocutor, revela o ponto de vista do locutor. O *modo descritivo* consiste em nomear e qualificar os seres do mundo, de maneira objetiva ou subjetiva; o *modo narrativo* consiste em descrever ações; e o *modo argumentativo* consiste em um saber organizar

as sequências causais que explicam os acontecimentos, assim como as provas do verdadeiro, do falso, do verossímil.

Cada um desses modos de organização possui uma função de base e um princípio de organização. A função de base corresponde à finalidade discursiva do projeto de fala do locutor, que pode ser enunciar, descrever, narrar e/ou argumentar. O princípio de organização é duplo para o descritivo, o narrativo e o argumentativo. Cada um desses modos propõe, ao mesmo tempo, uma organização do “*mundo referencial*”, que resulta em lógicas de construção desses mundos (descritiva, narrativa, argumentativa); e uma organização de sua “*encenação*” (descritiva, narrativa, argumentativa) (CHARAUDEAU, 2014, p. 74).

### 3 METODOLOGIA

O *corpus* de análise deste trabalho é constituído pelo vídeo veiculado pela Mineradora Samarco no intervalo do Jornal Nacional, da Rede Globo, em 11 de fevereiro de 2016. O vídeo é constituído de depoimentos sobre as ações realizadas pelos funcionários da Samarco nos momentos seguintes ao rompimento da Barragem de Fundão, além da apresentação de dados sobre a empresa e sobre as providências tomadas em relação aos impactos gerados.

A metodologia adotada segue os postulados da Teoria Semiolinguística, de Patrick Charaudeau, com foco de análise nos modos de organização do discurso, que organizam a matéria linguística conforme a finalidade comunicativa do sujeito falante (descrever, narrar, enunciar, argumentar). Neste trabalho tomaremos como base os modos de organização enunciativo, narrativo e argumentativo, que são preponderantes no *corpus* de pesquisa.

### 4 ANÁLISE

Diferentemente das publicidades de venda de produtos, uma propaganda institucional tem por objetivo promover a imagem positiva de uma empresa ou órgão público, de forma a moldar ou influenciar a opinião pública. Esse tipo de estratégia tem sido adotada por diversas organizações em suas atividades de Relações Públicas.

Conforme destacado por Charaudeau (2014, p. 78), o gênero publicitário caracteriza-se pela combinação de vários modos de organização do discurso, com uma tendên-

cia para o descritivo e o narrativo. A linguagem publicitária recorre, ainda, ao modo argumentativo, muitas vezes de modo implícito, buscando mais sugerir que afirmar.

No vídeo analisado há uma preponderância do modo narrativo, já que os participantes do vídeo contam como foram os momentos seguintes à tragédia. Há também trechos em que são exibidos textos descritivos, que objetivam qualificar a mineradora quanto à sua importância (“Uma empresa com 38 anos de história”, “12ª maior exportadora do Brasil”, “6 mil empregos diretos”) e descrever suas ações diante do rompimento da barragem (“99,7% das famílias desabrigadas estão acomodadas em casas”, “Monitoramento constante da qualidade da água”, “Mais de 90 mil análises realizadas no Rio Doce e no mar”, “Área revegetada ao longo do Rio Doce equivalente a 304 campos de futebol”). De forma implícita, há ainda a presença do modo argumentativo, que por meio de uma visada dominante de fazer-creer, busca levar o interlocutor a acreditar no compromisso da Samarco no atendimento aos atingidos.

Verifica-se no vídeo analisado uma situação de comunicação monologal, já que não há presença física simultânea dos parceiros e o locutor não pode perceber a reação imediata do interlocutor. O canal utilizado é oral e gráfico, que permite ao interlocutor ouvir as narrativas dos funcionários e também perceber suas reações emotivas ao falarem sobre assunto. No texto analisado há uma progressão na ordem das palavras e uma construção contínua e hierarquizada do texto. Os trechos dos depoimentos dos funcionários são recortados em pontos específicos, formando então um só texto.

#### 4.1 MODO DE ORGANIZAÇÃO ENUNCIATIVO

Ao se utilizar dos depoimentos de funcionários para construir o vídeo publicitário, a Samarco (locutor) busca apagar suas marcas no texto, produzindo um efeito de imparcialidade, isto é, já não é a empresa ou a diretoria quem fala, mas os funcionários, pessoas comuns, que o dizem.

Em seu comportamento enunciativo *elocutivo*, o locutor (Samarco), por meio da fala de seus funcionários, busca um *engajamento* do interlocutor. Para isso, as falas apresentadas no texto são marcadas por *promessas* (“É um momento difícil que a gente está passando, mas *a gente vai vencer*”, “Fazer o que deve ser feito. Esse é o *nosso compromisso*”).

O texto também busca expressar uma *motivação* do locutor, isto é, um *querer* da Samarco, por meio de seus funcionários, em reparar os danos causados (“Aí a gente falou ‘Vamos arrumar uma maneira, a gente quer ajudar de qualquer forma’”; “Todo mundo vestiu a camisa e está fazendo o possível para tentar minimizar os danos que a gente causou”; “(...) as pessoas desejando estar juntas para poder somar forças e fazer o que deve ser feito”) e prestar auxílio aos atingidos pela barragem (“De repente a gente amanheceu com essa missão de acolher as pessoas”; “A gente abriu os braços e falou ‘pô, *tamo* aqui!”).

O *slogan* da campanha também apresenta a categoria modal de *obrigação*, em que o papel do locutor é de estabelecer, com seu enunciado, uma ação cuja realização depende apenas dele (“fazer o que deve ser feito”). O locutor também expressa dever realizar essa ação por coerções próprias, uma “obrigação interna” de ordem moral, reafirmada pela fala final do vídeo: “Desde antes do acidente nós tínhamos uma forma diferente de trabalhar e isso ficou potencializado nessa situação. As pessoas se percebendo como importantes e as pessoas desejando estar juntas para poder somar forças e fazer o que deve ser feito”.

## **4.2 MODO DE ORGANIZAÇÃO NARRATIVO**

Como abordado por Charaudeau (2014, p. 153), para que haja narrativa é necessário um “contador”, investido de uma intencionalidade, isto é, um sujeito que queira transmitir alguma coisa a alguém, de uma certa maneira, reunindo tudo aquilo que dará um sentido particular à sua narrativa.

O modo de organização narrativo se caracteriza por uma dupla articulação: uma organização da lógica narrativa e uma organização da encenação narrativa. A lógica narrativa trata-se de uma sucessão de ações segundo uma lógica acional de construção da trama da história (fictícia ou não) cuja configuração é asseguradas por certos procedimentos; já a encenação narrativa busca realizar uma representação narrativa, apontando a identidade, o estatuto, os pontos de vista do narrador textual.

Os componentes da lógica narrativa são de três tipos: os actantes, os processos e as sequências. Sem detalhar os aspectos relativos aos actantes e aos processos, destacamos as questões relacionadas às sequências presentes no vídeo analisado. A lógica narrativa é concebida por uma sucessão de acontecimentos organizados segundo um princípio da coerência. A sequência das ações apresentadas no vídeo

não é arbitrária, mas é delimitada em seu princípio e seu fim. O texto de abertura, que nomeia a campanha (“É sempre bom olhar para todos os lados”), exerce a função de abertura; já o depoimento de uma das funcionárias, que apresenta em seu fecho parte do slogan da campanha (“fazer o que deve ser feito”) configura a realização do processo em resultado (o compromisso da empresa).

Sob o aspecto da encenação narrativa, no *corpus* analisado, os sujeitos exercem diferentes tipos de papéis: um é o sujeito que descreve, e outro, o sujeito que narra. O *sujeito que descreve* desempenha o papel de alguém que descreve e no caso do vídeo, mostra dados que são exibidos no vídeo de forma escrita. Importante observar que as informações são escritas em terceira pessoa (referindo a um “ele”) e não em primeira (“eu”), com a Samarco falando sobre si (“Uma empresa com 38 anos de história”, “12ª maior exportadora do Brasil”). O *sujeito que narra* desempenha um papel de testemunha que está em contato direto com o vivido, configurados como os funcionários que participam do vídeo e que estiveram envolvidos nos acontecimentos posteriores ao rompimento da barragem.

O narrador (funcionários da Samarco) está no interior da narrativa, seguindo em seu conjunto o princípio da elocutividade, isto é, conta a história em primeira pessoa. O *corpus* estudado enquadra-se no caso descrito por Charaudeau (2014) como o do *narrador que não é porta-voz do autor-indivíduo-escritor*. O narrador/funcionário é porta-voz da empresa, mas ambos são apresentados como coincidentes por intermédio da narrativa apresentada em primeira pessoa. Sendo assim, os funcionários da empresa tornam-se porta-vozes e fiadores dos objetivos da empresa e de seu discurso.

A montagem da narrativa é realizada por meio da unificação dos recortes dos depoimentos, compondo um só vídeo e possibilitando a coerências das informações apresentadas.

### 4.3 MODO DE ORGANIZAÇÃO ARGUMENTATIVO

As descrições narrativas presentes no vídeo analisado estão carregadas de argumentação, embora de forma implícita. Para Charaudeau (2014, p. 205), “o sujeito que argumenta passa pela expressão de uma convicção e de uma explicação que tenta transmitir ao interlocutor para persuadi-lo a modificar seu comportamento”. No caso do vídeo, os argumentos apresentados podem persuadir o interlocutor a modificar a imagem negativa construída sobre a Samarco, já que diversas notícias

negativas sobre a empresa e sobre suas falhas no atendimento aos atingidos vinham sendo veiculadas.

A argumentação define-se por uma relação triangular entre um sujeito argumentante, uma proposta sobre o mundo e o um sujeito-alvo (ibidem). A proposta sobre o mundo tem o papel de provocar um questionamento em alguém sobre a legitimidade da proposta; o sujeito argumentante é aquele que se engaja em relação a esse questionamento (convicção) e desenvolve um raciocínio para estabelecer uma verdade (uma aceitabilidade ou uma legitimidade) quanto a essa proposta; e o sujeito-alvo é aquele a quem o outro sujeito se dirige, com a esperança de conduzi-lo a compartilhar a mesma verdade (persuasão), sabendo que ela pode aceitar (ficar a favor) ou refutar (ficar contra) a argumentação.

No *corpus* analisado, o sujeito argumentante é a Samarco e o sujeito-alvo são os telespectadores da Rede Globo, emissora de maior audiência do país. O sujeito que argumenta recorre a um argumento de autoridade, apelando para o relato de sua experiência (“É assim porque eu vi/ouvi/vivi”).

O sujeito argumentante lança mão de procedimentos que o ajudam a argumentar e persuadir os telespectadores apelando para valores compartilhados, como solidariedade, bondade, responsabilidade, esforço e superação, visando validar a argumentação. Esses valores são ligados ao que Charaudeau definiu como um dos cinco domínios de avaliação (2014, p. 233-234), o domínio do *Ético*, que correspondem às normas de representação social do bem e do mal, do certo e do errado, e que define como devem ser os comportamentos humanos. Esses valores estão presentes no slogan da campanha “Fazer o que *deve ser feito*. Esse é o nosso *compromisso*” (responsabilidade) e em uma parte considerável dos depoimentos: “Foi uma *comoção* total. A partir daí a gente nem conseguia mais trabalhar direito” (solidariedade), “Aí a gente falou ‘Vamos arrumar uma maneira, a gente quer ajudar de qualquer forma’” (solidariedade/bondade), “A gente abriu os braços e falou ‘pô, *tamo* aqui” (solidariedade), “É um momento difícil que a gente está passando, mas a gente vai vencer” (esforço e superação).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta breve análise realizada foi possível identificar algumas das estratégias da Mineradora Samarco sob a ótica dos modos de organização do discurso. Sem a pre-

tensão de esgotar o tema, foi possível perceber que o emprego dos depoimentos dos funcionários configurou-se como uma estratégia argumentativa com o apelo a valores éticos e como uma estratégia de identificação do telespectador com os narradores/funcionários.

Por fim, cabe destacar que o *corpus* apresentado compõe-se de um farto material para análise sob a ótica de outras abordagens e teorias, como as estratégias de credibilidade, legitimação e captação, a construção do *ethos* da empresa e o estudo do rompimento da barragem como acontecimento.

---

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária. **Representação nº 036/16 da Sétima Câmara, mai. 2016a**. Disponível em: <<http://www.conar.org.br/processos/detcaso.php?id=4332>> Acesso em: 13 out. 2016.

BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Brasileiro: Principais Substâncias Metálicas**. Brasília: DNPM, mai 2016b. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/anuario-mineral-brasileiro-2016-metalicos>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, A. D. (Org.). O discurso da mídia. Rio de Janeiro: Oficina do Autoir, 1996. p.5-43.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: LARA, Gláucia Muniz Proença; MACHADO, Ida Lucia; EMEDIATO, Wander (Orgs.). Análises do discurso hoje. Rio de Janeiro: Lucerna/Nova Fronteira, 2008. v. 1, P. 11-29.

CHARAUDEAU, Patrick. Linguagem e discurso: modos de organização. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria as questões da linguagem. In: MARI, Hugo; MACHADO, Ida Lucia; MELLO, Renato (Orgs.). Análise do discurso: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Nad-FALE-UFMG, 2003. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-teoria-os-sujeitos-da.html>>. Acesso em: 6 dez. 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. De la competencia social de comunicación a las competencias discursivas. Revista Latinoamericana de Estudios Del Discurso, Caracas, v.1, n. 1, p. 7-22, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/De-la-competencia-social-de.html>>. Acesso em: 07 dez. 2018.

JUNIOR, Waldomiro Carvas. Relações Públicas no Gerenciamento de Crises. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (Org.). **Obtendo resultados com relações públicas**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006. P. 235-244.

MENDES, P. H. A. Sobre o contrato de comunicação: do discurso ao debate político eleitoral. In: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. de (Orgs.). Análise do discurso: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001. p. 313-346.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO – FORÇA-TAREFA RIO DOCE. Denúncia – IPL n.º 1843/2015 SRPF/MG; Autos n.º 38.65.2016.4.01.3822 (Busca e apreensão); Autos n.º 3078-89.2015.4.01.3822 (Medida Cautelar); IPL Polícia Civil - MG 1271-34-2016.4.01.3822; IPL Polícia Civil - MG 1250-24.2016.4.01.3822; Procedimento Investigatório Criminal (PIC) - MPF n.º 1.22.000.003490/2015-78; Procedimento Investigatório Criminal (PIC) MPF n.º 1.22.000.000003/2016-04.0. Belo Horizonte, out. 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/denuncia-samarco>> Acesso em: 30 mai. 2018.

SAMARCO MINERAÇÃO. É sempre bom olhar para todos os lados - Samarco histórias. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oaZYpRMr2C0>>. Acesso em: 12 out. 2018.

SAMARCO MINERAÇÃO. **Relatório Biental 2015-2016**. Belo Horizonte, 8 set. 2017. Disponível em: <[https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2017/09/Samarco\\_Relatorio-Biental-2015\\_16-08092017.pdf](https://www.samarco.com/wp-content/uploads/2017/09/Samarco_Relatorio-Biental-2015_16-08092017.pdf)>. Acesso em: 30 mai. 2018.





# CAPÍTULO 16

## O PRÉ-DISCURSO E A ESQUEMATIZAÇÃO NA MANUTENÇÃO E NA (DES)CONSTRUÇÃO DAS NOÇÕES

Karina Nogueira Druve Novais (POSLIN/UFMG)

---

**RESUMO:** Pensando na importância dos pré-discursos na construção e no entendimento dos textos, visamos, no presente artigo, verificarmos sua influência na manutenção e na (des)construção de noções. Para tanto, selecionamos duas matérias que acabam evocando pré-discursos, mas de formas distintas: uma, utilizando-o como base para a manutenção de noções relacionadas a esses pré-discursos; outra, buscando construir novas noções ao mesmo tempo que busca romper com aquelas provenientes de pré-discursos. Como base teórica, recorreremos aos trabalhos de Paveau (2006, 2007), no que se refere ao contexto e ao pré-discurso e aos de Vignaux (2004), acerca da questão das noções.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso. Contexto sócio-histórico. Pré-discurso. Noções.

---

### 1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Teoria Semiociuística de Patrick Charaudeau, devemos compreender o ato linguageiro como um fenômeno que se constitui na relação entre o linguístico e o extralinguístico. Nessa abordagem, “[...] o Objeto do Conhecimento é o *do que* fala a linguagem através do *como* fala a linguagem, *um constituindo o outro* (e não um *após* o outro)” (CHARAUDEAU, 2010a, p.20, grifos do autor). O que vemos é que, para tal teoria, o ato de linguagem é construído pela união do explícito (o dito, a materialidade verbal) e do implícito (o não dito), sendo que, para alcançar este, é preciso considerar o contexto sócio-histórico e a relação entre os sujeitos envolvidos nesse ato.

Na perspectiva charaudiana, o discurso é visto como material que, para significar, depende das circunstâncias e das condições de produção, a saber: o lugar e o momento em que ocorre a situação de comunicação; a identidade dos parceiros da troca linguageira; os papéis desempenhados pelos protagonistas da enunciação; a intenção que liga os parceiros da comunicação; os saberes partilhados entre os interlocutores; o contrato de comunicação envolvido.

Considerando que todo e qualquer discurso é produzido por um sujeito enunciador que pretende atingir, de alguma maneira, um sujeito destinatário, torna-se interessante pensarmos em como esse discurso é elaborado. Afinal, nem todas as informações e intenções do sujeito enunciador são explicitadas na materialidade do discurso. Em muitas das vezes, é o não dito que permitirá que o dito seja compreendido da melhor maneira ou, mesmo, é o não dito que se busca transmitir ao sujeito destinatário.

Pensando na Teoria Semiolinguística, a questão do contrato de comunicação pode ser considerada um dos pontos centrais, visto que é a existência desse contrato que permite que o ato de comunicação seja validado do ponto de vista do sentido. Para Charaudeau (2008, p. 132),

É o que permite aos parceiros de uma troca linguageira reconhecerem um ao outro com os traços identitários que os definem como sujeitos desse ato (identidade), reconhecerem o objeto do ato que os sobre-determina (finalidade), entenderem-se sobre o que constitui o objeto temático da troca (propósito) e considerarem a relevância das coerções materiais que determinam esse ato (circunstâncias). [...] Do ponto de vista do sujeito interpretante, é o que permite compreender, em parte, um ato de comunicação sem que se conheçam todos os detalhes: diante de um cartaz publicitário, compreende-se parte do que está em jogo mesmo antes que se saiba de qual publicidade se trata.

Charaudeau (2010b, p. 67), estabelece que “a situação de comunicação constitui [...] o quadro de referência ao qual se reportam os indivíduos de uma comunidade social quando iniciam uma comunicação”. Ela (a SC), a partir da identidade dos parceiros da troca linguageira e do contrato de comunicação envolvido, acaba impondo algumas restrições e construindo “convenções e normas dos comportamentos linguageiros, sem as quais não seria possível a comunicação humana” (CHARAUDEAU, 2010b, p. 67). Desse modo, para que o ato de linguagem seja bem-sucedido, não

basta que o locutor de um discurso conheça as restrições impostas pela SC: o interlocutor também necessita de ter a capacidade de reconhecê-las. Afinal, é o fato de (re)conhecer os dados da SC – a destacar o próprio contrato de comunicação, que funciona como um acordo prévio sobre os dados do quadro de referência – que faz com que o interlocutor perceba, por exemplo, o objetivo do discurso e antecipe como ele (interlocutor) deve se relacionar com esse discurso.

É nesse sentido que Charaudeau (2010a, p. 56) afirma que “a noção de contrato pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais”. E, em função desse provável acordo, o sujeito comunicante, pressupondo a competência do sujeito interpretante em reconhecer tal contrato, lança mão das estratégias que julga convenientes para produzir o efeito pretendido. Mas é importante observar que, mesmo que os dois parceiros conheçam o contrato da situação de comunicação, é possível que as estratégias utilizadas pelo sujeito comunicante não obtenham o resultado esperado. Isso, porque em alguns casos, é possível que a estratégia empregada não consiga fazer com que o sujeito interpretante se identifique com o sujeito destinatário idealizado pelo sujeito enunciador. Em função disso, o contrato não será validado: a interação poderá exigir ajustes ou, mesmo, ser rompida. Quando a situação de comunicação permite a troca imediata entre os parceiros da linguagem, é possível que o sujeito comunicante intervenha com ações de ajustamento, buscando evitar o rompimento do contrato.

No caso de uma situação de comunicação em que os parceiros da troca linguageira não estejam em contato direto – mutuamente presentes –, é preciso que a validação do contrato de comunicação seja anterior ao próprio contato do sujeito interpretante com esse discurso. Para Emediato (2007, p.84), “a validação parece constituir um momento primeiro e fundador do reconhecimento à palavra do outro”. Acontece que o caráter monolocutivo de alguns discursos não permite ajustes ao longo da enunciação, como não permite uma validação efetiva no momento da enunciação. Nesse caso, Ghiglione (1984), citado por Emediato (2007, p.85, grifo do autor), propõe que “as situações não interlocutivas supõem uma validação *a priori*, ou seja, elas tratariam as situações potencialmente comunicativas como se fossem, imaginariamente, contratos de comunicação efetivos”. Nessa perspectiva, “a figura imaginária de destinatário atua como instância pré-validante, conforme a imagem desenhada pelo produtor, reagindo apenas por abdução” (EMEDIATO, 2007, p.86). Ou seja, é a imagem que o sujeito comunicante faz de seu destinatário ideal que orienta o ato

linguageiro, que define as estratégias a serem empregadas e, conseqüentemente, que funciona como uma instância que pré-valida, na ausência do alocutário, o contrato de comunicação.

## 2 O PRÉ-DISCURSO, AS ESQUEMATIZAÇÕES E AS NOÇÕES

Como vimos acima, o ato linguageiro é influenciado por fatores internos e externos. Dentre os fatores, enfatizaremos, neste trabalho, os externos ao discurso. Mais precisamente, àqueles relacionados ao ambiente, aos saberes, aos conhecimentos, aos discursos prévios que são acionados no atual.

Pensando nessa influência dos elementos externos, recorreremos aos trabalhos de Paveau (2006, 2007), para quem a noção do contexto deve ser repensada. Isso, porque, segundo a autora, devemos considerar, além dos fatores sócio-históricos, os fatores ambientais.

Na minha perspectiva, realmente, o discurso da análise do discurso não se reduz aos parâmetros enunciativos nem à situação de comunicação, nem tampouco à posição do sujeito (sociopragmático), mas deve levar em conta os dados sócio-históricos (o que se chamava na tradição da escola dita francesa representada por Pêcheux as “condições de produção”) e ambientais. Falo de dados ambientais para designar, na perspectiva da cognição social, não só as relações entre os humanos e seus quadros de saberes, crenças e práticas (os pré-discursos, de que voltarei a falar), mas também as relações entre eles e sua ambientação material concreta (ambientes naturais ou artificiais, espaços, objetos, artefatos, suportes). Isso implica um remanejamento da noção de contexto, e, nesse caso, o termo “ambiente” me parece mais pertinente.

(PAVEAU, 2007, p.312)

Dessa maneira, Paveau faz ecoar a perspectiva da cognição social<sup>111</sup>, uma vez que atribui a construção do conhecimento ao resultado das relações humanas e não humanas. Nessa linha, o homem constrói níveis cognitivos em interação com seus pares, com seu meio ambiente exterior e material.

---

<sup>111</sup> Diferentemente da cognição clássica, que percebia a elaboração cognitiva de forma apenas internalizada.

Influenciada pela cognição social, Paveau (2006, 2007) lança a noção de pré-discurso como sendo as relações existentes entre os sujeitos e seus quadros de conhecimento, crenças e práticas discursivas anteriores a uma situação de comunicação.

Propus a noção de pré-discurso (Paveau, 2006a) para responder às questões de determinações pré-linguísticas da transposição em palavras. Entendo “determinações pré-linguísticas” no sentido de dados anteriores à transposição em linguagem, de ordem perceptiva e representacional, mas pré-configuradas pela dimensão lingüística, nas quais se apoiam os mecanismos de produção languageira. (PAVEAU, 2007, p.314)

De acordo com Paveau (2007, p.318), “os pré-discursos não são sequências discursivas identificáveis [...], mas quadros prévios tácitos, assinalados nos discursos atuais por um certo número de fenômenos”. Para a autora, podem ser analisados a partir de seis características:

- sua coletividade, resultado de uma coelaboração entre os indivíduos e entre o indivíduo e a sociedade;
- sua imaterialidade, já que a pré-discursividade é de ordem tácita (isto é, não formulável explicitamente, ao contrário do implícito);
- sua transmissibilidade, no eixo horizontal de comunicabilidade enciclopédica (a ideia do compartilhamento) e no eixo vertical da transmissão por meio das linhagens discursivas (o papel da memória);
- sua experiencialidade, já que permitem ao sujeito organizar e, também, antecipar seu comportamento discursivo;
- sua intersubjetividade, pois os critérios de mobilização são veri-relacionais, e não lógicos;
- sua discursividade, enfim, já que são languageiramente assinalados. (PAVEAU, 2007, p.318)

A partir do que foi exposto acima, buscaremos verificar como o pré-discurso colabora para a manutenção ou para a desconstrução de algumas noções em matérias jornalísticas.

Em nossa análise, verificaremos que a escolha por algumas palavras ou construções visam reforçar ou desconstruir uma noção já enraizada na sociedade. E, como tais

escolhas não são desprovidas de intenção, encararemos o discurso jornalístico como um discurso com carga argumentativa (AMOSSY, 2011). Nessa abordagem, a argumentação não é vista como o modo de organização discursivo, mas como o um tipo de organização discursiva que busca atingir o sujeito destinatário. Aqui, aproximamo-nos do conceito de esquematização de Grize (2004), para quem, a argumentação deve ser vista como uma esquematização discursiva, isto é, como a produção de um discurso organizado em vista de intervir sobre a opinião, a atitude e o comportamento de alguém.

Como abordaremos a questão das noções que serão preservadas ou desconstruídas nos discursos jornalísticos, torna-se fundamental apresentarmos o que entendemos por noção. Para tanto, recorreremos a Vignaux. Segundo o autor, todo texto que se visa demonstrativo ou que se inscreve em situações polêmicas, representa ideias, constrói desenvolvimentos, argumenta, isto é, trabalha os sentidos das noções que invoca ou constrói. As noções, são as grandes questões, os grandes temas que alimentam e motivam os discursos e os textos de uma cultura universal ou de uma dada cultura. E mais, toda argumentação trabalha as noções em vista de modificá-las, de completá-las ou transformá-las (VIGNAUX, 2004, p. 113. Tradução livre e resumida). O que dialoga, diretamente, com o objetivo de nosso presente trabalho.

A seguir, iniciamos uma breve análise de duas matérias jornalísticas que possuem objetivos distintos, se pensarmos na questão de noções enraizadas.

### **3 AS NOÇÕES (DES)CONSTRUÍDAS EM TEXTOS JORNALÍSTICOS**

Em uma sociedade que prevê a união entre pessoas de mesma faixa etária e/ou classe social, é possível que algo que fuja desses padrões seja visto de forma negativa, como uma consequência de interesses. Interesses esses, desvalorizados e, mesmo, recriminados por tal sociedade. Nesse caso, vemos alguns discursos anteriores – e, na maioria das vezes, preconceituosos – sendo acionados no momento em que enunciados do tipo “Prostituta diz que era amante do empresário”; “Político de 62 anos casa-se com uma bela jovem de 20 anos” são proferidos.

A partir desses enunciados, é possível que alguns estereótipos sejam acionados no momento da leitura: o de que prostitua não pode ser amante, uma vez que cobra por serviço sexuais; o de que uma jovem que se envolve com homem bem mais velho age por interesse financeiro. Ou seja, ambos os enunciados poderiam suscitar a ideia de proveito próprio como a base das relações “amorosas”.

Considerando que a intenção do sujeito enunciador interfere nas escolhas linguísticas, é possível que ele – diante de uma dada situação, que contemple tais realidades – tente reforçar ou desconstruir as noções trazidas por determinados termos/construções.

Como forma de exemplificar ambas as possibilidades/intenções do sujeito enunciador, analisaremos duas matérias jornalísticas, cujos títulos e linhas finas são:

### **3.1 AMANTE DE MATSUNAGA MUDA DEPOIMENTO PARA TENTAR PARTICIPAR DA HERANÇA**

Assessorada por advogado do PCC, a garota de programa Natália sustenta que tinha um relacionamento estável com o empresário

→ matéria veiculada na Veja on-line, no dia 20 de junho de 2012. (Anexo 01)

A matéria aborda o segundo depoimento de Natália Vila Real Lima sobre sua relação com o empresário Marcos Kitano Matsunaga, assassinado pela própria mulher, Elize Araújo Matsunaga, em maio de 2012. O crime, na época, ficou conhecido como o caso Yoki.

### **3.2 MARCELA TEMER: BELA, RECATADA E “DO LAR”<sup>112</sup>**

A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice

→ matéria veiculada na Veja on-line, no dia 18 de abril de 2016. (Anexo 02)

A matéria traz informações sobre o relacionamento pessoal de Marcela Temer com o então vice-presidente Michel Temer.

Já nos títulos e nas linhas finas, percebemos uma intenção bem distinta entre os dois discursos: o primeiro busca manter a noção trazida por discursos anteriores de que prostituta age por interesse financeiro; o segundo busca quebrar a noção de que uma jovem só se relaciona com um homem mais velho (43 anos de diferença) por interesse financeiro.

---

*112 Não será nossa intenção, abordar a polêmica gerada pela escolha desses adjetivos. Tal matéria, foi alvo de críticas por ter sido recebida de forma machista.*

No decorrer dos textos, tais noções continuam sendo mantidas e/ou desconstruídas em função do destaque – ou à falta de destaque – que é dado aos termos/construções geradoras de tais polêmicas, bem como o uso de outros termos que a eles se relacionam.

### 3.3 PROSTITUTA AMANTE?

A noção de que prostituta não se envolve emocionalmente com um cliente é mantida no texto devido a vários fatores, entre eles:

- Pelo uso da expressão Garota de programa para fazer referência à Natália. Essa opção vem carregada de valores culturais e morais, o que torna mais difícil, para o leitor, acreditar que uma garota de programa seria alguém com quem o empresário manteria um relacionamento estável.
- Pela apresentação do que motivou o segundo depoimento, insinuando que a mudança no depoimento foi para que ela simplesmente pudesse tentar participar da herança. Vale dizer, que essa motivação não é um dado extraído do depoimento, mas uma leitura do próprio enunciador.
- Pelo uso do termo assessorada que provoca uma impressão de que ela mudou o depoimento por conselho, por assessoria do advogado. Deixando mais distante uma leitura que aponte para um segundo depoimento associado à verdade.
- Pela informação de que quem a assessorou é o advogado do PCC (facção criminosa *Primeiro Comando da Capital*). Essa denominação aparece como elemento de desqualificação do advogado e, paralelamente, do próprio depoimento de Natália.
- Já no corpo da matéria, pela qualificação, pela diferença de idade entre eles e pelos verbos e construções empregados: “a morena de 23 anos flagrada pela câmera de um detetive particular com o empresário Marcos Kitano Matsunaga, 42 anos, na véspera de ser assassinado pela mulher, [...] resolveu mudar o teor do depoimento prestado no último dia 15 à polícia. Se conseguir comprovar a nova versão, ela pode tentar ficar com parte da herança do empresário. Ao apresentá-la como morena de 23 anos (e não com a indicação de seu nome), o enunciador imprime um tom mais sensual, principalmente, ao relacioná-la a um empresário de 42 anos. O emprego dos verbos e construções destacados corrobora a construção de uma imagem de pessoa com interesses financeiros.

- Pelo uso de termos como: “A acompanhante contou, também em seu primeiro depoimento, que havia feito duas viagens em companhia de Matsunaga e que a frequência dos encontros cresceu, a ponto de ela não conseguir atender outros clientes.” Mesmo que o segundo depoimento aponte para uma relação amorosa, a matéria não deixa de apresentá-la como sendo apenas profissional: ela como acompanhante e ele como um de seus clientes.

Além dos aspectos já analisados, o próprio foco dado às declarações do primeiro depoimento contribui para a manutenção dessa noção. Vale comentar que a novidade é o teor da segunda versão, mas o que realmente recebe destaque é o teor da primeira. Ocorre, assim, o que chamamos de *éclairage*: iluminar e destacar a informação que se deseja evidenciar.

Grize comenta como a *éclairage* – juntamente com o jogo da encenação “*mise en scène*” – influencia a comunicação.

Le discours argumentatif doit toujours être considéré comme “mise en scène” pour autrui. Ainsi une schématisation donne à voir, mieux à regarder, une situation dans laquelle se trouvent des objets et des acteurs sous un certain éclairage. (GRIZE, 2004, p.36)

Enfim, toda a construção da matéria está orientada para apresentar Natália Vila Real Lima como garota de programa que está agindo em benefício próprio. Em outras palavras, como a típica prostituta; viva em discursos que não conferem credibilidade a mulheres com essa profissão.

### **3.4 BELA, RECATADA E DO LAR**

Diferentemente do que vimos na matéria acima, o texto que apresenta a mulher do então vice-presidente da República, busca amenizar ou, mesmo, apagar a imagem de mulher interesseira trazida por discursos anteriores.

Na matéria da Veja on-line, Marcela Temer é retratada como sendo uma esposa dedicada e apaixonada pelo marido (mesmo após treze anos de casados<sup>113</sup>). Essa tenta-

---

113 Dando a entender que esse tempo é suficiente para comprometer a paixão de um casal.

tiva de quebra das expectativas trazidas pelos discursos anteriores ocorre em função de algumas escolhas, a saber:

- Marcela Temer é qualificada com termos que visam apagar a noção de jovem interesseira para criar a de jovem séria e comprometida com a família: recatada, do lar, quer ter outro filho com o marido.

- A menção à sua discrição “aparece pouco” e ao tipo de roupa que utiliza “gosta de vestidos na altura dos joelhos”, aparecem para fortalecer sua imagem de mulher recatada, séria. O que se distancia da típica imagem de jovens interesseiras, muito concebidas como exibidas e sensuais.

- A menção ao apelido carinhoso proferido por ela – no corpo do texto –, para se referir ao marido (Mi): “mas foi esvaziada para receber apenas “Mar” e “Mi”, como são chamados em família”. A indicação do apelido carinhoso parece buscar fortalecer o afeto entre o casal, ajudando a desconstruir a ideia de um relacionamento estruturado no interesse.

- A revelação de que Michel Temer foi seu primeiro namorado. Isso aos 20 anos de idade. O que pode sustentar a ideia de mulher séria, recatada. O que é potencializado quando informado que sua mãe a acompanhou em seu primeiro encontro.

- O uso do verbo sonhar para se referir ao desejo de ter outro filho com o marido: “sonha em ter mais um filho com o vice”. Caso tivessem optado por outros verbos, como “pretende” e “planeja”, o efeito seria outro, uma vez que, diferente desses verbos, “sonhar” está mais ligado a um universo romantizado.

- A indicação de como Marcela se comporta: “Pedia luzes bem fininhas e era educadíssima”, lembra o cabeleireiro, “Em todos esses anos de atuação política do marido, ela apareceu em público pouquíssimas vezes. ‘Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada’, diz sua irmã mais nova, Fernanda Tedeschi. ‘Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras’, conta a estilista Martha Medeiros”. Comportamento que, aparentemente, não corresponde ao de jovens interesseiras.

- Sua relação com o marido: “Marcela é o braço digital do vice. Está constantemente de olho nas redes sociais e mantém o marido informado sobre a temperatura ambiente”. O que revela preocupação com o marido, atitude não muito esperada das jovens que se relacionam com homens mais velhos por interesse.

- O fechamento do texto com a expressão “Michel Temer é um homem de sorte”. O que procura fazer desaparecer uma opinião depreciativa a respeito de Marcela Temer.

A diferença de idade entre os dois é apresentada, mas não recebe tanto destaque na matéria. O que também acontece com as informações a respeito de sua rotina de beleza: algumas são mencionadas, mas relacionadas a um aspecto ou ação que remete à noção de boa esposa. Desse modo, o possível preconceito oriundo de outros discursos, acaba perdendo a força diante de tantas outras informações apresentadas.

Nessa matéria, vemos o uso de uma noção sendo desconstruída e, por que não dizer, sendo substituída por outra: sai a noção de jovem “interesseira” e surge a noção de jovem “boa esposa”. Nesse caso, o texto faz acionar outros pré-discursos. Aqui, é potencializado o pré-discurso de “moça de família” que, mesmo na juventude, já se apresenta como séria, recatada e ligada às questões familiares.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de nossa breve análise, foi possível percebermos a influência dos pré-discursos na leitura e compreensão dos discursos atuais (aqueles com que nos deparamos, de fato, no momento da situação de comunicação). Os pré-discursos, por trazerem marcas de nossas crenças, práticas e saberes, são responsáveis por nos permitir preencher lacunas deixadas pelos discursos atuais e, também, por orientar e influenciar nossas leituras. Dessa forma, estão intimamente relacionados à questão das noções.

Dependendo da intenção do sujeito comunicante, é possível que os pré-discursos sejam acionados como “amplificadores” de algumas noções que se deseja manter e/ou construir, conforme vimos no caso da matéria que aborda o caso Yoki. Nesse texto, os pré-discursos acerca da prostituição e da defesa de réus ligados a crimes hediondos são evocados para manter a noção de que uma garota de programa não poderia manter uma relação amorosa com empresário e a de que um advogado de réu polêmico cria argumentos questionáveis para defender o cliente.

Em outras situações, é possível que, no decorrer do texto, os pré-discursos acionados sejam questionados ao se evidenciar uma situação específica, como foi observado na matéria de Marcela Temer. Nesse caso, as informações apresentadas não visam evocar as noções presentes em discursos anteriores, mas desconstruí-las e, ao mesmo tempo, criar novas noções: mulher de família, mesmo que jovem, pode se relacionar com homem mais velho sem que seja por interesse financeiro.

Diante do exposto, vemos que os pré-discursos aparecem estreitamente relacionados à manutenção e à (des)construção das noções. Sendo usados como pano de

fundo para a manutenção ou como objeto a ser questionado e, mesmo, abandonado para a (des)construção das noções.

---

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.1, p.129-144, nov. 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. Sujeito do discurso. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUE-NEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2.ed, 3ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008, p.457-458.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010a.

CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso das mídias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010b.

EMEDIATO, Wander. Contrato de leitura, parâmetros e figuras do leitor. In: MARI, Hugo; WALTY, Ivete; FONSECA, Maria Nazareth (orgs.). *Ensaíos sobre leitura 2*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007, p.83-98.

GRIZE Jean-Blaise. Le point de vue de la logique naturelle: démontrer, prouver, argumenter. In: DOURY, M.; MOIRAND S. *L'argumentation aujourd'hui. Positions théoriques en confrontation*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004, p. 35-44.

PAVEAU, Marie-Anne. *Les prédiscours*. Sens, mémoire, cognition. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2006.

PAVEAU, Marie-Anne. Palavras Anteriores. Os Pré-Discursos entre Memória e Cognição. In: *Filologia e Linguística Portuguesa*. N. 9. FFLCH/USP, 2007, p. 311-331.

VIGNAUX, Georges. Une approche cognitive de l'argumentation. In: DOURY, M.; MOIRAND S. *L'argumentation aujourd'hui*. Positions théoriques en confrontation. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004, p. 103-124.

---

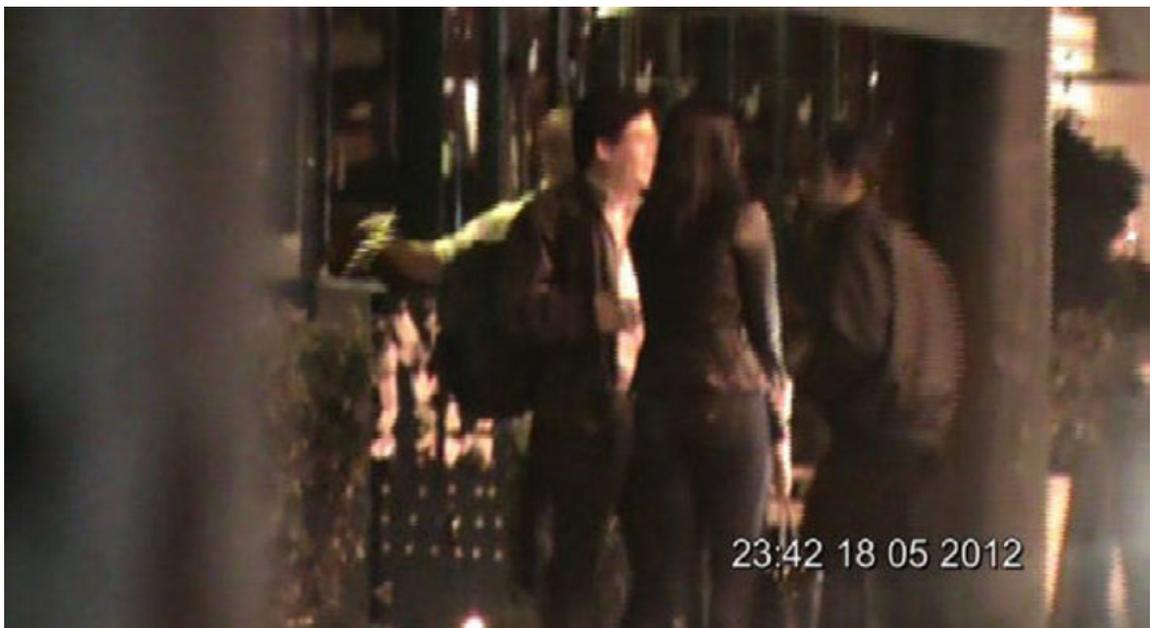
## ANEXO 01

Amante de Matsunaga muda depoimento para tentar participar da herança

### **Assessorada por advogado do PCC, a garota de programa Natália sustenta que tinha um relacionamento estável com o empresário=**

Por **Valmar Hupsel Filho**

access\_time20 jun 2012, 15h30



Marcos Matsunaga aparece no vídeo feito por detetive particular com a nova amante, a garota de programa Natália, pivô da briga que resultou em seu assassinato pela mulher, Elize Araújo Matsunaga (Reprodução de vídeo)

Natália Vila Real Lima, a morena de 23 anos flagrada pela câmera de um detetive particular com o empresário Marcos Kitano Matsunaga, 42 anos, na véspera de ser assassinado pela mulher, Elize Araújo Matsunaga, 30 anos, resolveu mudar o teor do depoimento prestado no último dia 15 à polícia. Se conseguir comprovar a nova versão, ela pode tentar ficar com parte da herança do empresário.

O advogado de Natália, Roberto Parentoni, o mesmo que representa o criminoso Marcola, apontado como chefe da organização criminosa Primeiro Comando da

Capital, o PCC, protocola hoje um aditamento em que ela diz que mantinha um relacionamento estável com Marcos havia mais de um ano e não uma relação cliente-acompanhante, como havia dito em seu primeiro depoimento.

Em sua nova versão, Natália confirma que anunciava seus serviços de acompanhante de luxo no site MClass, mas dá uma nova versão para o momento e as circunstâncias em que encontrou o diretor-executivo da empresa de alimentos Yoki pela primeira vez. Ela agora diz que não anunciava mais no site quando conheceu Marcos Matsunaga em um evento em que trabalhava como modelo. Parentoni não soube dizer em que evento se deu o encontro nem precisar a data. “Foi há mais ou menos um ano”, desconversou.

À polícia, Natália havia dito que, por meio do site de acompanhantes em que anunciava seus serviços com o codinome Lara, recebeu uma ligação de Marcos e o primeiro encontro se deu no dia 13 de fevereiro deste ano. A partir daí, segundo o primeiro depoimento, teria passado a se encontrar com o cliente pelo menos uma vez por semana no flat em que ela morava. Ela disse ainda que, a partir de março, passaram a se encontrar duas vezes por semana – e que recebia pelos serviços uma quantia de 4 mil reais por mês.

A acompanhante contou, também em seu primeiro depoimento, que havia feito duas viagens em companhia de Matsunaga e que a frequência dos encontros cresceu, a ponto de ela não conseguir atender outros clientes. Segundo Natália, o empresário então teria pedido a ela que parasse de atender como prostituta. Para tanto, ele lhe pagaria, a partir de maio, uma quantia de 27 mil reais por mês para que ela tirasse o anúncio do site e se fosse sua amante exclusiva. Ela confirmou que recebeu o primeiro pagamento e também que ganhou de presente uma caminhonete Mitsubishi Pajero TR-4 blindada.

“Marcos deu a ela os 27 mil reais porque eles estavam montando apartamento para morar”, argumenta agora o advogado de Natália. Ele sustenta que Marcos já estava separado de fato de Elize quando conheceu Natália. Parentoni tenta provar que Natália e Marcos tinham uma relação de afeto em vez de profissional. “Ela gostava dele”, disse. O advogado nega que a intenção de mudar o discurso seja o interesse em participar da partilha dos bens deixados por Marcos, mas também não descarta essa possibilidade. “Se ela conseguir provar que tinha uma união estável, ela tem direito sim”, disse.

(Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/amante-de-matsunaga-muda-depoimento-para-tentar-participar-da-heranca/>> Acesso em 20 de julho de 2019)

## ANEXO 02

### Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”

A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice

Por: Juliana Linhares 18/04/2016 às 19:14 - Atualizado em 18/04/2016 às 19:14



Marcela, mulher do vice, Michel Temer: jantares românticos e apelidos carinhosos  
(Bruno Poletti/Folhapress)

Marcela Temer é uma mulher de sorte. Michel Temer, seu marido há treze anos, continua a lhe dar provas de que a paixão não arrefeceu com o tempo nem com a convulsão política que vive o país - e em cujo epicentro ele mesmo se encontra. Há

cerca de oito meses, por exemplo, o vice-presidente, de 75 anos, levou Marcela, de 32, para jantar na sala especial do sofisticado, caro e badalado restaurante Antiquarius, em São Paulo. Blindada nas paredes, no teto e no chão para ser à prova de som e garantir os segredos dos muitos políticos que costumam reunir-se no local, a sala tem capacidade para acomodar trinta pessoas, mas foi esvaziada para receber apenas “Mar” e “Mi”, como são chamados em família. Lá, protegido por quatro seguranças (um na cozinha, um no *toalete*, um na entrada da sala e outro no salão principal do restaurante), o casal desfrutou algumas horas de jantar romântico sob um céu estrelado, graças ao teto retrátil do ambiente. Marcela se casou com Temer quando tinha 20 anos. O vice, então com 62, estava no quinto mandato como deputado federal e foi seu primeiro namorado.

Michelzinho, de 7 anos, cabelo tigelinha e uma bela janela no lugar que abrigará seus incisivos centrais, é o único filho do casal (Temer tem outros quatro de relacionamentos anteriores). No fim do ano passado, Marcela pensou que esperava o segundo filho, mas foi um alarme falso. “No final, eles acharam que não teria sido mesmo um bom momento para ela engravidar, dada a confusão no país”, conta tia Nina, irmã da mãe de Marcela. Ela se refez do sobressalto, mas não se resignou - ainda quer ter uma menininha. No Carnaval, Marcela planejou uns dias de sol e praia só com o marido e o filho e foi para a Riviera de São Lourenço, no Litoral Norte de São Paulo. Temer iria depois, mas, nos dias seguintes, o plano foi a pique: o vice ligou, dizendo que estava receoso de expor a família, devido aos ânimos acirrados no país. Pegou Marcela, Michelzinho, e todo mundo voltou para casa.

Bacharel em direito sem nunca ter exercido a profissão, Marcela comporta em seu *curriculum vitae* um curto período de trabalho como recepcionista e dois concursos de miss no interior de São Paulo (representando Campinas e Paulínia, esta sua cidade natal). Em ambos, ficou em segundo lugar. Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele).

Por algum tempo, frequentou o salão de beleza do cabeleireiro Marco Antonio de Biaggi, famoso pela clientela estrelada. Pedia luzes bem fininhas e era “educadíssima”, lembra o cabeleireiro. “Assim como faz a Athina Onassis quando vem ao meu salão, ela deixava os seguranças do lado de fora”, informa Biaggi. Na opinião do cabeleireiro, Marcela “tem tudo para se tornar a nossa Grace Kelly”. Para isso, falta só “deixar o cabelo preso”. Em todos esses anos de atuação política do marido, ela apa-

receu em público pouquíssimas vezes. “Marcela sempre chamou atenção pela beleza, mas sempre foi recatada”, diz sua irmã mais nova, Fernanda Tedeschi. “Ela gosta de vestidos até os joelhos e cores claras”, conta a estilista Martha Medeiros.

Marcela é o braço digital do vice. Está constantemente de olho nas redes sociais e mantém o marido informado sobre a temperatura ambiente. Um fica longe do outro a maior parte da semana, uma vez que Temer mora de segunda a quinta-feira no Palácio do Jaburu, em Brasília, e Marcela permanece em São Paulo, quase sempre na companhia da mãe. Sacudida, loiríssima e de olhos azuis, Norma Tedeschi acompanhou a filha adolescente em seu primeiro encontro com Temer. Amigos do vice contam que, ao fim de um dia extenuante de trabalho, é comum vê-lo tomar um vinho, fumar um charuto e “mergulhar num outro mundo” - o que ocorre, por exemplo, quando telefona para Marcela ou assiste a vídeos de Michelzinho, que ela manda pelo celular. Três anos atrás, Temer lançou o livro de poemas intitulado *Anônima Intimidade*. Um deles, na página 135, diz: “De vermelho / Flamejante / Labaredas de fogo / Olhos brilhantes / Que sorriem / Com lábios rubros / Incêndios / Tomam conta de mim / Minha mente / Minha alma / Tudo meu / Em brasas / Meu corpo / Incendiado / Consumido / Dissolvido / Finalmente / Restam cinzas / Que espalho na cama / Para dormir”.

Michel Temer é um homem de sorte.

(Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>> Acesso em 20 de julho de 2019)



# CAPÍTULO 17

## “EM CASA, NO BRASIL”? ANÁLISE DISCURSIVA DE NARRATIVAS DE VIDA DE REFUGIADOS VENEZUELANOS

Maíra Ferreira Sant’Ana (POSLIN/UFMG/FAPEMIG)

---

**RESUMO:** A presente pesquisa tem como intuito analisar narrativas de vida de refugiados venezuelanos que estão no Brasil, as quais foram obtidas por meio de áudios divulgados na exposição imersiva intitulada “Em casa, no Brasil”, realizada no Rio de Janeiro em comemoração ao “Dia do Refugiado”. Para isto, primeiramente realizaremos uma transcrição livre dos áudios e, posteriormente, para fins analíticos, utilizaremos os pressupostos teórico-metodológicos das narrativas de vida (MACHADO & LESSA, 2013), (MACHADO, 2011, 2016, 2017), da *doxa* (AMOSSY, 2018), e do *ethos* (AMOSSY, 2018). Verificamos que, apesar do título da exposição, quando ouvimos esses sujeitos percebemos que nem todos se sentem “em casa”. Além disso, notamos que o *ethos* prévio ou pré-discursivo, que muitas vezes é pautado em imaginários e estereótipos, neste caso não coincide com o discursivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Refugiados. Narrativas de vida. *Doxa*. *Ethos*.

---

### 1 INTRODUÇÃO

A gestão da crise dos refugiados é, atualmente, um dos principais desafios mundiais, haja vista sua dimensão, verificável pelo crescente número de pessoas que têm que sair de seus países de origem, e pela complexidade de suas implicações sociais, políticas e econômicas.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), conhecido como Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para Refugiados, em

dados disponibilizados anualmente no relatório *Global Trends*<sup>114</sup>, os números de deslocamento no mundo são os maiores já registrados. Em 2017, aproximadamente 68,5 milhões de pessoas foram forçadas a migrar devido à perseguição, conflito ou violência generalizada, um aumento de 2,9 milhões se comparado ao ano anterior. Dentre estas, cerca de 25,4 milhões são consideradas refugiadas – 19,9 milhões de refugiados estão sob o mandato do ACNUR e 5,4 milhões de refugiados da Palestina sob o mandato da UNRWA –, 40,0 milhões de pessoas foram deslocadas internamente e 3,1 milhões são requerentes de asilo.

Conforme o relatório<sup>115</sup> do CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados)<sup>116</sup>, em 2017, no Brasil, 33.866 pessoas solicitaram o reconhecimento da condição de refugiado, aumento significativo em relação a 2016, que foi de 10.308 solicitações. Os venezuelanos representam trinta e três por cento dos pedidos realizados, com 17.865 solicitações. Se comparado a 2016, ano em que os pedidos de solicitação dos indivíduos provenientes deste país foram 3.375, este aumento é considerável.

O crescimento do fluxo migratório da população da Venezuela se verifica também a nível mundial, já que, de acordo com o documento em pauta, entre os meses de janeiro e setembro de 2017, aproximadamente 48.500 venezuelanos solicitaram refúgio no mundo, quase o dobro do ano anterior. Ademais, até julho de 2017, estima-se que havia em média 300.000 venezuelanos na Colômbia, 40.000 em Trinidad e Tobago, e 30.000 no Brasil em situações migratórias diversas ou de forma irregular.

Dados divulgados em 2019 pelo ACNUR, juntamente com a Organização Internacional para as Migrações (OIM)<sup>117</sup>, revelam que o número de refugiados e migrantes provenientes da Venezuela em todo o mundo é de 3,4 milhões. Deste total, com base nos dados das autoridades nacionais de migração e outras fontes, os países da América Latina e do Caribe abrigam aproximadamente 2,7 milhões de venezuela-

---

114 Disponível em: [https://www.unhcr.org/5b27be547#\\_ga=2.179742756.1004315855.1559735864-324681148.1559735864](https://www.unhcr.org/5b27be547#_ga=2.179742756.1004315855.1559735864-324681148.1559735864). Acesso em: 05 junho de 2019.

115 Disponível em: [https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros\\_1104.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf). Acesso em: 05 junho de 2019.

116 Órgão colegiado e interministerial sob a coordenação do Ministério da Justiça. É responsável pela análise de reconhecimento da condição de refugiado, em primeira instância, e pelas declarações de cessação e de perda da condição de refugiado.

117 Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/02/25/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-mundo-atinge-34-milhoes/>. Acesso em: 06 junho de 2019.

nos, enquanto que as outras regiões, o restante. Dentre os países que mais abrigam estes refugiados e imigrantes estão: i) Colômbia – com mais de 1,1 milhão; ii) Peru – com 506 mil; iii) Chile – 288 mil; iv) Equador – 221 mil; v) Argentina – 130 mil; e vi) Brasil – 96 mil.

O Alto Comissariado revela que houve um aumento de 4.000% no número de venezuelanos que se candidataram ao *status* de refugiado em todo o mundo desde 2014, principalmente nas Américas. Trata-se, portanto, do maior êxodo da história recente da América Latina, segundo esta instituição.

Esses dados, aliados a outros aspectos que serão abordados no decorrer do artigo, demonstram a relevância de se estudar a situação migratória da população da Venezuela, principalmente o discurso dos refugiados venezuelanos que estão no Brasil, país que, apesar de ser o mais populoso da América do Sul, de acordo com o Censo, e de ter apresentado um aumento significativo no número de solicitações de refúgio de venezuelanos, está em sexta posição no que tange ao acolhimento desses refugiados.

Em um primeiro momento, é fundamental distinguir refugiados e imigrantes, uma vez que estes termos não podem ser considerados como sinônimos, já que há uma diferença legal entre eles. O refugiado, consoante a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)<sup>118</sup>, é o indivíduo que, devido a fundados temores de perseguição em razão de

raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer fazer uso da proteção desse país ou, não tendo uma nacionalidade e estando fora do país em que residia como resultado daqueles eventos, não pode ou, em razão daqueles temores, não quer regressar ao mesmo (p.2).

Destarte, o conceito de refugiado envolve indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade social, tendo em vista as ameaças e/ou riscos presentes no contexto

---

118 Adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, convocada pela Resolução n. 429 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950. Entrou em vigor em 22 de abril de 1954, de acordo com o artigo 43. Série Tratados da ONU, n° 2545, vol. 189, p. 137.

social dos mesmos. O ACNUR destaca que a condição de refugiado é extensiva ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, bem como aos demais membros do grupo familiar que sejam dependentes do portador do *status*.

A Declaração de Cartagena (1984), documento que tem como ênfase a proteção dos refugiados, considera como refugiados pessoas fugindo de “violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública”. Conforme o ACNUR, os diversos motivos que impulsionam o fluxo migratório dos venezuelanos os enquadram nas exigências da Declaração de Cartagena, além do fato de que, por mais que nem todos saiam em função da solicitação de refúgio, é notório que eles precisam de ajuda internacional.

Diferentemente, para os imigrantes, o deslocamento não ocorre devido a uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas, sobretudo, na busca por melhorias de condições de vida, por motivos tais como, trabalho, educação, reunião familiar, dentre outros. Enquanto que aos refugiados se aplicam as normas sobre refúgio e a proteção dos refugiados definidas em leis nacionais e no direito internacional, os imigrantes são tratados conforme a própria legislação do país que os recebe.

Conforme relatório publicado pelo *Human Rights Watch* (2018), os venezuelanos têm emigrado por diferentes motivos. Dentre eles, destacam-se a escassez de medicamentos, suprimentos médicos e alimentos, repressão por parte do governo, que tem resultado em detenções arbitrárias, casos de tortura e outras violações contra as pessoas detidas, além do grande número de crimes violentos e hiperinflação. Trata-se, portanto, de uma crise política, econômica, de direitos humanos e humanitária.

Tendo em vista que a História é comumente relatada segundo o ponto de vista do dominador, desconsiderando, abafando e até mesmo silenciando a voz do outro, o dominado (LARA; LIMBERTI, 2015), a presente pesquisa tem interesse pela voz destes locutores destituídos de fala, em especial, pelo discurso dos refugiados venezuelanos que estão no Brasil. Se de um lado observamos considerável aumento no fluxo migratório dos venezuelanos, por outro, é necessário compreender essas pessoas que migram e suas experiências, não as reduzindo a dados numéricos.

Pretendemos, desta forma, analisar narrativas de vida de refugiados venezuelanos que estão no Brasil – neste caso, mais especificamente, no Rio de Janeiro –, com base nos pressupostos teórico-metodológicos das narrativas de vida (MACHADO & LESSA, 2013), (MACHADO, 2011, 2016, 2017), da *doxa* (AMOSSY, 2018), e do *ethos* (AMOSSY, 2018).

O SESC (Serviço Social do Comércio) de São Paulo e a ONG (Organização Não-Governamental) “Estou Refugiado”, em comemoração ao “Dia Mundial do Refugiado”, celebrado em 20 de junho, correalizaram no Rio de Janeiro uma exposição imersiva, inaugurada no dia 26 de junho de 2019, intitulada “Em casa, no Brasil”. Nesta exposição, o público teve a oportunidade de visitar uma unidade habitacional para campos de refugiados e acessar áudios com a narrativa de vida<sup>119</sup> de 13 (treze) refugiados que estão no Brasil, provenientes de 9 (nove) países distintos – Afeganistão, Colômbia, Cuba, Irã, Moçambique, Nigéria, República Democrática do Congo, Síria e Venezuela, as quais foram obtidas por meio da pergunta: “O que te faz sentir em casa, estando longe de sua casa?”

Como na presente pesquisa estamos dando ênfase aos refugiados venezuelanos, selecionamos narrativas de vida de 2 (dois) indivíduos provenientes deste país para transcrição livre e posterior análise.

## 2. NARRATIVA DE VIDA

O relato de vida (*récit de vie*), metodologia de pesquisa que se originou nas Ciências Sociais, foi introduzido na França pelo sociólogo Daniel Bertaux, em meados de 1976. Inicialmente, era conhecido como “história de vida”, tradução literal de *life history*. Entretanto, Bertaux (2005) destaca que esse termo não era adequado, pois não distinguia a história vivenciada por uma pessoa da história que ela poderia contar. Essa distinção, conforme o sociólogo, é fundamental e base para alguns debates acerca do caráter realista e antirrealista da história de vida. Neste aspecto, o mesmo se posiciona de acordo com a primeira corrente, já que acredita que o relato de vida consiste em uma descrição aproximada da história real.

Conforme Bertaux (2005), o relato de vida, na perspectiva sociológica, é uma metodologia de pesquisa através da qual um indivíduo conta para outrem, de forma subjetiva, um episódio de sua vida. Para este autor, o interesse crescente dos estudiosos de sociologia e de outras áreas pelos relatos de vida se deve ao caráter humano do material coletado, pela curiosidade “pelos outros e pelo o Outro” (p.7), pelas experiências vivenciadas por eles e por outros meios sociais.

---

119 Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/em-casa-no-brasil/>. Acesso em: 28 junho de 2019.

Na presente pesquisa, entretanto, enfatizaremos o caráter argumentativo deste gênero, além da relação do relato de vida com a Análise do Discurso de linha francesa, doravante ADF. Destarte, assumimos uma perspectiva analítico-discursiva, como Machado e Lessa (2013) e Machado (2011, 2016, 2017) – que, inclusive, traduziu o termo *récit de vie*, utilizado por Bertaux (2005), para “narrativa de vida”.

Sabemos que a vida de uma pessoa pode ser relatada de distintas formas, tanto por meio do discurso escrito quanto do oral. Com relação ao primeiro aspecto, Machado (2011) destaca três gêneros que são mais usuais e que possuem algumas particularidades: a autobiografia, a biografia e a narrativa ou história de vida. No primeiro, há um “jogo de subjetividades”, já que se trata do relato que o sujeito faz sobre sua vida.

Na biografia, segundo a autora em questão, percebemos um narrador-escritor que conta a história de um indivíduo de uma forma relativamente livre, podendo acrescentar ao seu discurso o de outras pessoas, tendo, desta maneira, autonomia para fazer uma seleção de vozes.

Já na narrativa ou história de vida, assim como na autobiografia, o indivíduo conta sua vida, mas “vemos entrar em cena um novo sujeito, que funciona como uma terceira personagem ou como um ‘mediador’ entre o que é dito ou narrado e o que será escrito” (MACHADO, 2011, p. 60). Neste gênero, portanto, mais de um sujeito comunica.

A narrativa de vida geralmente ocorre, conforme Machado (2017), quando um entrevistador solicita a um indivíduo que lhe conte sua vida ou parte dela, ou exponha seus sentimentos acerca de um determinado assunto que ele tenha vivido. Corroborando com Machado & Lessa (2013), trata-se de um gênero de discurso no qual um indivíduo conta a outro parte de sua vida e, nesta atividade de “se contar”, ele reorganiza suas lembranças e reinterpreta sua história. Assim,

A narrativa – ou relato, ou história – de vida está ligada ao exercício da memória de quem a concebe. A memória de um ser humano é um universo onde diferentes vozes se conjugam, além da voz do ser que reflete sobre si e sobre sua existência. Essas vozes “falam” de acontecimentos pessoais, vividos pelo indivíduo em pauta mas também de acontecimentos coletivos dos quais o indivíduo, participou de uma forma ou de outra (MACHADO, 2016, p. 122).

Sendo assim, tendo em vista que o indivíduo é um ser social, a narrativa de vida que ele elabora permite que se façam reflexões, considerações e ponderações

também acerca do coletivo e do contexto social, não se restringindo apenas a experiências individuais.

Algumas vezes, consoante Machado (2016), o indivíduo testemunha acontecimentos coletivos, outras vezes toma conhecimento destes por meio de outros, desta maneira, o espaço e as práticas sociais são responsáveis para o desenvolvimento do imaginário, o qual faz parte da memória, sendo, assim, fundamental para as narrativas.

Entretanto, a autora em questão afirma que não se deve restringir o imaginário apenas às narrativas de vida e a acontecimentos passados, pois o indivíduo possui tanto representações sociais que adquire por meio de suas experiências quanto as que lhe foram de certa forma impostas. Ela assevera que devemos considerar a presença dos imaginários tanto na mente quanto na vida dos sujeitos. Machado (2016) destaca que às vezes é difícil separar as representações que pertencem ao âmbito do racional e as que pertencem à esfera do simbólico, uma vez que, frequentemente, este “engendra” aquele.

Conforme Machado & Lessa (2013), no processo de produção deste gênero textual há um “desdobramento da consciência” – o indivíduo representa a si mesmo e aos outros –, logo, ele deve responder aos seguintes questionamentos:

*-Quem eu sou?-Como me represento? Assim, o eu que escreve ou fala, na presente instância de enunciação, o eu do aqui, agora, cria um outro, lá, outrora, que protagonizou certos acontecimentos; assim agindo, estabelece uma não coincidência constitutiva entre autor e narrador, entre a experiência vivenciada e a artística (MACHADO & LESSA, 2013, p. 3; grifos do original).*

Neste processo, de acordo com os autores em pauta, o sujeito-enunciador tenta transmitir suas experiências de vida através da linguagem, sendo conduzido pelos sistemas de avaliação axiológicos e pelas crenças. Nas narrativas de vida ocorre, portanto, uma “construção imaginária de si”, “uma autorrepresentação”. Em outras palavras, o sujeito da enunciação não é o mesmo que o sujeito do enunciado.

Machado & Lessa (2013) asseveraram que essa atitude de se contar, de se autorrepresentar, é um desafio para o sujeito-enunciador, já que ele precisa selecionar no seu passado o que será contado, além de ordenar, estabelecendo um início, um meio e

um fim para a narrativa. Neste processo, “ao lidar com a alteridade de seu antigo eu, ele delinea uma imagem de seu eu ideal” (MACHADO; LESSA, 2013, p.4). Além disso, a narrativa de vida permite também que o sujeito-narrador “reconstrua e “recompõe” a sua identidade (MACHADO, 2016).

Assim como Bertaux (2005), Machado & Lessa (2013) também discorrem acerca da concepção de verdade no que tange às narrativas de vida. Interpretar esses textos, acreditando que se trata de uma verdade sobre o indivíduo é, segundo estes autores, uma “ilusão referencialista” e um “contrato de leitura”. Deve-se ter em mente, em consonância com Charaudeau (1992), citado por Machado (2017), que nestes enunciados existem efeitos de ficção e de realidade, ainda que os mesmos tenham como objetivo transmitir uma pesquisa e/ou um conhecimento.

Neste sentido, como a perspectiva adotada na presente pesquisa se situa no âmbito da argumentação e da Análise do Discurso de linha francesa, e neste campo de estudo nenhum ato de linguagem é considerado aleatório, já que possui uma finalidade, consideramos que as narrativas possuem uma visada que tem como intuito influenciar seus receptores (MACHADO, 2017), neste caso, em específico, os ouvintes.

### **3. DOXA: FATOR IMPRESCINDÍVEL PARA A ARGUMENTAÇÃO**

De acordo com Amossy (2018), um discurso argumentativo é construído com base em pontos de acordo, dentre os quais estão as *opiniões* e as *crenças coletivas* – âmbito no qual se situa a *doxa*, pois

é uma palavra emprestada do grego e designa a opinião, a reputação, o que dizemos das coisas ou das pessoas. A doxa corresponde ao sentido comum, isto é, a um conjunto de representações socialmente predominantes, cuja verdade é incerta, tomadas, mais frequentemente, na sua formulação linguística corrente (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p.176).

Neste sentido, para Amossy (2018), o saber compartilhado, bem como as representações sociais, é o fundamento para toda a argumentação. Eles possibilitam a discussão na *polis*, compreendida como o Estado democrático, local onde os indivíduos tomam decisões fundamentando-se em pontos comuns.

Cauquelin (1999), fazendo alusão à Grécia antiga, também ressalta o vínculo da *doxa* com a *polis*, pois afirma que a *doxa* está relacionada ao nascimento e ao desenvolvimento da cidade, além de operar na descrição de três elementos constitutivos da sociedade urbana: os lugares, as pessoas, e as habilidades técnicas e intelectuais dos indivíduos.

De acordo com essa pesquisadora, em tempos remotos, a *doxa* era vista como um modo de conhecimento inferior, pertencente aos homens menos afortunados, os quais não possuíam acesso à tríade dos valores supremos: bem, belo e verdadeiro. Consideravam-na como “falsa” e “errante”, diferentemente da verdade, que possuía legitimidade. Segundo Platão, citado por Cauquelin (1999), a *doxa* era cúmplice dos sofistas, contra a filosofia:

Em outras palavras, *doxa* é a alma negra do sofisma, seu gênio do mal; é porque confiam nela que os sofistas são chamados de mentirosos, e é o instrumento de uma perversão: transforma uma antiga sabedoria em vã retórica<sup>120</sup> (CAUQUELIN, 1999, p.31).

Amossy (2018) também destaca que, na Antiguidade, se opunha a *doxa* a “*episteme*”, que seria o conhecimento autêntico. Aquela era situada no campo da verossimilhança, já que não era considerada verdade, mas uma probabilidade, estaria no “espaço do plausível”.

Ademais, assim como Cauquelin (1999), Amossy (2018) discorre sobre a perspectiva aristotélica de *endoxa*, conceito compreendido como consenso geral: “aquilo sobre o qual todos os homens podem chegar a um acordo ou, pelo menos, a maior parte deles, ou, ainda, os sábios” (AMOSSY, 2018, p.108).

Charaudeau & Maingueneau (2012) também vinculam o conceito de *endoxa* a opiniões comuns conhecidas em uma sociedade. Destacam que uma ideia *endoxal* pode ser compreendida como algo que está sustentado por uma autoridade, neste caso dizendo respeito a um maior número de certa quantidade. Podendo se referir,

---

<sup>120</sup> Tradução nossa de: « Autant dire que la *doxa* est l'âme noire de la sophistique, son mauvais génie; c'est parce qu'ils s'appuient sur elle que les sophistes sont traités de menteurs, et elle est l'instrument d'une perversion: elle tourne une antique sagesse en vaine rhétorique ».

por exemplo, a um grande número de especialistas ou de pessoas “socialmente em evidência”. Esses autores afirmam que esse conceito é criticado no âmbito filosófico, tendo em vista a vinculação ao senso comum.

Para Amossy (2018), a perspectiva antirretórica da *doxa* no século XX tem como ponto principal o fato de que a opinião comum “aliena a consciência individual”, impedindo uma reflexão, vinculando o sujeito a uma ideologia que se esconde na ideia de opinião comum.

Assim, compreender a *doxa* como um saber compartilhado por uma comunidade, em um determinado tempo, significa que os falantes são influenciados pelo contexto, o que ocorre algumas vezes de forma inconsciente (AMOSSY, 2018). Ao analista cabe desvelar o que está opaco, verificar a *doxa*, desmitificar:

A análise da argumentação no discurso a concebe como enraizada em uma *doxa* que atravessa inconscientemente o sujeito falante, que a ignora porque está profundamente imerso nessa argumentação. Se a argumentação implica uma intencionalidade e uma programação, estas se revelam tributárias de um conjunto dóxico que condiciona o locutor, do qual ele está, muito frequentemente, longe de ter clara consciência (AMOSSY, 2018, p.112-113).

Neste sentido, corroborando com a autora em questão, quando o sujeito interage, a fim de expor seu posicionamento, está sob influência de um “espaço dóxico”, que determina a situação do discurso e influencia as palavras que ele utiliza.

Para Amossy (2018), compreender quando uma *doxa* se torna uma ideologia ou correntes dóxicas conflituosas é importante para se realizar uma análise da argumentação no discurso. Neste caso, se faz necessário recorrer ao interdiscurso e à noção de discurso social, que se refere ao já dito e, desta forma, permite o entendimento de elementos dóxicos pertencentes a um discurso particular.

#### **4. ETHOS NA ANÁLISE ARGUMENTATIVA**

Conforme Amossy (2012, p. 220), o *ethos* constitui, juntamente com o *logos* e o *pathos*, a trilogia aristotélica dos meios de prova. Entretanto, na presente pesquisa daremos ênfase ao *ethos*, na perspectiva da análise argumentativa do discurso, tendo

em vista que nosso objetivo é analisar narrativas de vida dos refugiados venezuelanos com base na *doxa* e na imagem que esses sujeitos constroem de si.

Para Amossy (2018), a imagem que o locutor constrói em seu discurso é considerada um componente da força ilocutória. Essa imagem, conforme a autora em pauta, se baseia tanto em elementos preexistentes quanto na ideia que o(s) interlocutor(es) faz(em) do locutor no momento em que ele fala, ou, ainda, na autoridade que lhe proporciona um *status*. No que tange ao *ethos* prévio, ele é

A imagem que o auditório pode fazer do locutor antes que ele tome a palavra (...) é elaborado com base no papel que o orador exerce no espaço social (suas funções institucionais, seu status e seu poder), mas também com base na representação coletiva ou no estereótipo que circula sobre sua pessoa. Ele precede à tomada de palavra e a condiciona parcialmente. Ao mesmo tempo, deixa no discurso traços tangíveis que podem ser identificados, ora nas marcas linguísticas, ora na situação de enunciação que está na base da troca (AMOSSY, 2018, p. 90).

Sendo assim, o *ethos* prévio consiste na imagem que se tem do locutor antes que este desempenhe a atividade verbal. Amossy (2018) recorre a Grize para dizer que, em vista de se obter uma comunicação eficaz, o locutor deve imaginar a ideia prévia que o interlocutor tem dele. Isto possibilita, também, que ele tente reforçá-la ou transformá-la durante sua fala.

Amossy (2018) ressalta que o *ethos* é influenciado pelo imaginário social e sofre influência dos estereótipos. Neste sentido,

É preciso considerar: a imagem que se faz da categoria social, profissional, étnica, nacional etc. do locutor; a imagem singular de um indivíduo que circula no momento da troca argumentativa; a possibilidade de imagens diferentes, até mesmo antagônicas, do mesmo locutor, segundo o auditório visado (AMOSSY, 2018, p. 92).

Destarte, o *ethos* prévio ou pré-discursivo pode não coincidir com o discursivo. Além disso, há a possibilidade, conforme a autora em pauta, da mudança de uma imagem

estereotipada por meio do discurso. Em suma, a imagem prévia do locutor pode ser “remodelada”, “reforçada”, ou até mesmo “transformada” por meio do discurso.

## 5. ANÁLISE

Em comemoração ao “Dia Mundial do Refugiado”, celebrado em 20 de junho, o SESC São Paulo e a ONG “Estou Refugiado” correalizaram uma exposição imersiva, inaugurada no dia 26 de junho de 2019, intitulada “Em casa, no Brasil”, no Centro Cultural Correios, no Rio de Janeiro. Esta mostra possibilitou que o público visitasse uma unidade habitacional para campos de refugiados, além de tomar conhecimento, através de áudios, de narrativas de vida de 13 (treze) refugiados de nove países distintos – Afeganistão, Colômbia, Cuba, Irã, Moçambique, Nigéria, República Democrática do Congo, Síria e Venezuela.

Essas narrativas foram obtidas por meio do seguinte questionamento que se fez aos refugiados: “O que te faz sentir em casa, estando longe de sua casa?”, o qual os leva a relatar suas vidas e resgatar memórias. Esses áudios, além de disponíveis na exposição em pauta, foram também disponibilizados no site do ACNUR<sup>121</sup>. A partir disso, como o foco da presente pesquisa é nas narrativas de vida (BERTAUX, 2005; MACHADO; LESSA, 2013; MACHADO, 2011, 2016, 2017) dos refugiados venezuelanos, selecionamos 2 (duas) de um total de 3 (três) narrativas de indivíduos provenientes deste país para transcrição livre e posterior análise da *doxa* (CAUQUELIN, 1999), (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2012), (AMOSSY, 2018) e do *ethos* na análise argumentativa (AMOSSY, 2018).

O questionamento utilizado para obter as narrativas de vida – “O que te faz sentir em casa, estando longe de sua casa?” – possibilita, como é pontuado por Machado & Lessa (2013), que por meio desse gênero discursivo os refugiados reorganizem suas lembranças e reinterpretem suas histórias, a partir do momento em que eles são convocados a revisitá-las.

Além disso, esta pergunta direciona o refugiado a um efeito dóxico<sup>122</sup> positivo, a partir da expressão “se sentir em casa”, pois ele possivelmente relatará algo que o faça se sentir familiarizado, confortável e acolhido no país para o qual se deslocou, no caso, o Brasil.

---

121 Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/em-casa-no-brasil/>. Acesso em: 28 jun. de 2019.

122 Amossy (2018, p. 115) fala sobre elementos dóxicos. A partir disso, usamos efeito dóxico.

Esse questionamento também conduz o refugiado para a elaboração, na presente instância de enunciação, de uma narrativa de vida que, com base em Machado & Lessa (2013), se constitua dos elementos dêiticos “eu, aqui, agora” – refugiado venezuelano no Brasil relatando no presente – que cria “um outro, lá, outrora”, que, nesse caso, corresponde ao venezuelano enquanto residente em seu país no passado. De acordo com os autores em questão, no ato de se contar, os sujeitos são conduzidos pelos “sistemas de avaliação axiológicos e pelas crenças”, âmbito no qual se situa a *doxa*.

A primeira narrativa de vida<sup>123</sup> analisada é da venezuelana Dayana Elizabeth, de trinta e cinco anos. Ela revela um efeito dóxico positivo com relação ao seu país de origem, a Venezuela, tendo em vista o fato de ser muito conhecida, possuir animal doméstico, bens, além de escola privada para as filhas:

Então, eu tive quinze anos morando lá, muito conhecida, né, tínhamos uma cachorra, tínhamos todas as nossas coisas, na Venezuela. Uma casa muito bonita... é pequena, mas bonita, mas é a minha. Tinha todas as comodidades que qualquer pessoa pode ter, né, no tempo. E as meninas estudavam numa escola privada, tínhamos uma vida muito boa (DAYANA).

Contudo, diferentemente do esperado devido ao direcionamento da pergunta, a locutora não demonstra um efeito dóxico muito positivo sobre sua situação no Brasil. Ela relata que mora, atualmente, em uma casa alugada, composta por três cômodos, sendo que suas filhas dormem na sala. A partir disso, ela revela:

O que eu mais sinto falta em meu país, né, é que minha casa, é que você não tem que alugar, você não tinha que pagar serviços, você tem uma coisa que é sua. Não tem ninguém que vá um dia falar “ah, não, você tem que sair daqui”. Não, você está tranquila na sua casa (DAYANA).

Neste sentido, a partir da perspectiva de que Dayana possuía uma vida tranquila em seu país de origem, podemos dizer que o *ethos* prévio ou pré-discursivo atrelado à

---

123 Transcrição em anexo.

imagem dos refugiados, que muitas vezes é pautado pelo estereótipo da falta, não coincide com o *ethos* discursivo, possuidor de bens na Venezuela.

A partir do efeito dóxico mais positivo sobre o país de origem do que sobre o país acolhedor, Dayana revela: “um dos maiores sonhos é voltar um dia para meu país, né”. Por fim, ela ainda explicita uma nostalgia: “A música que mais o venezuelano lembra que cresceu com essa música foi ‘Venezuela’. A música mais bonita do mundo, eu acho” (DAYANA).

Ao cantar a referida música, ela revela, por meio da intertextualidade, um sentimento de patriotismo, exaltando as belezas do referido país: “Eu carrego sua luz e seu perfume na minha pele/ E os quatro no coração eu carrego no meu/ Sangue a espuma do mar e seu horizonte nos meus olhos (...)”<sup>124</sup> (DAYANA). Destarte, a locutora em pauta constrói, a partir do seu relato, um *ethos* emocionado e triste, tendo em vista o efeito dóxico construído em relação à sua pátria.

A segunda narrativa de vida é do venezuelano Carlos Daniel<sup>125</sup>, também de trinta e cinco anos. Ele revela, assim como Dayana, um efeito dóxico positivo com relação ao seu país de origem, já que menciona o amor e a união da família, bem como a rotina e a proximidade dos amigos:

E, minha casa sempre foi um lugar simples, mas com o necessário que dava minha mãe, meu pai, e o amor que eles sempre deram para nós. Então, aí quando você tem o amor da família e tem todos os integrantes da família, eh, acho que tá tá completo tudo. É, para mim era meu lugar, minha tranquilidade, assim, tá, compartilhar, todo final de semana faz uma comida, faz um churrasco, eh, saia jogar bola, ir para a montanha, essa era minha parte de para vista de lá. Então, lá era porque a proximidade da família e os amigos, então, aí você se sente, como você tá em uma zona de conforto, você se sente em casa, você sempre vai se sentir em casa, você já conhece a cidade, o país... Então você nunca vai se sentir fora d’água (CARLOS).

---

<sup>124</sup> Tradução nossa de: “Llevo tu luz y tu aroma en mi piel/ Y el cuatro en el corazón llevo en mí/ Sangre la espuma del mar y tu horizonte en mis ojos (...)”

<sup>125</sup> Transcrição em anexo.

Podemos dizer que neste caso também não há uma correspondência entre o *ethos* prévio ou pré-discursivo com o discursivo, já que, por se tratar de um refugiado, há uma *endoxa*, representada pelos textos legais, e, até mesmo um estereótipo, de que o indivíduo relatará, sobretudo, situações nas quais percebemos a vulnerabilidade social em que ele estava no país de origem. Nas narrativas analisadas, entretanto, os locutores, tanto Dayana quanto Carlos, apagaram/silenciaram as situações negativas vivenciadas na Venezuela.

Além disso, percebemos, na narrativa de Carlos, um efeito dóxico de que apesar de ser difícil estar em um país diferente, ele se sente familiarizado desde o início no Brasil:

Quando você vai para outro lugar, já sei aqui no Brasil, qualquer parte do mundo, aí é um pouco mais difícil, eh, mais quando você não conhece a língua, não conhece as pessoas. Eu tive sorte porque desde o ano de 2007 eu sempre vim para cá, então eu nunca me senti. Quando eu cheguei agora nunca me senti tão, eh, distante (CARLOS).

Por fim, ele revela um efeito dóxico positivo com relação ao Brasil, relatando que se sente familiarizado no país, já que possui onde morar:

Eh, eu sempre me senti aqui como em casa. Eu chego até falar que eu me sinto mais aqui mais, eh, confortável que na mesmo Venezuela. Minha casa hoje em dia, eh, graças a Deus a gente tem um teto, tem nossa casa, que é a Maria, minha filha e eu e é nosso cantinho, tá, mais, eh, minha casa realmente que eu sinto que é aqui no Brasil, São Paulo, eu sinto paz, porque foi o primeiro lugar que eu cheguei, eh, que eu fui no abrigo, e até hoje eu vou para lá e me sinto em casa realmente (...) nosso lugar onde a gente tem, sabe, que a gente tem um teto, a gente sabe que pode receber alguém (CARLOS).

O sonho de Carlos, alinhado ao efeito dóxico positivo com relação ao Brasil, é continuar no país e retribuir a ajuda que recebeu: “Meu maior sonho hoje em dia é que nosso negócio cresça mais e a gente possa ter no futuro um café, um restaurante. E ajudar também outras pessoas como nos ajudaram a nós, hoje em dia” (CARLOS).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se mostrou relevante devido a diversos fatores. Em primeiro lugar, tivemos a oportunidade de ter contato com a voz de sujeitos que muitas vezes são destituídos de fala, os refugiados. Na maioria das vezes, quando ouvimos falar sobre eles, são outras pessoas falando deles, sobretudo pelos veículos midiáticos, e não ouvimos o que eles têm para falar de si mesmos e de suas próprias experiências.

Percebemos que apesar do título da exposição ser “Em casa, no Brasil” e de alguns veículos midiáticos reproduzirem essa informação<sup>126</sup>, quando ouvimos esses sujeitos notamos que nem todos se sentem assim. Isso demonstra o quão é necessário ouvi-los, pois nem sempre o que se fala sobre eles condiz com que eles falam sobre eles e suas vivências.

Além disso, notamos que o *ethos* prévio ou pré-discursivo, que muitas vezes é pautado em imaginários e estereótipos, não coincide, neste caso, com o discursivo, o que, mais uma vez, revela a importância de ouvir o outro.

Conhecer esse outro lado é necessário também para que tenhamos oportunidade de questionar, reavaliar e, se necessário, transformar nossas opiniões mais comuns. Por isso, a discussão sobre os estereótipos e a *doxa* é fundamental, tendo em vista que eles podem sim ser formas de construção de conhecimento.

---

126 Podemos perceber, por exemplo, em: <https://nacoesunidas.org/no-rio-exposicao-do-acnur-mostra-que-refugiados-se-sentem-em-casa-no-brasil/>. Acesso em: 14 ago. 2019.

<https://www.jornaldeturismo.tur.br/eventos/82936-no-rio-exposicao-do-acnur-mostra-que-refugiados-se-sentem-em-casa-no-brasil/>. Acesso em: 14 ago. 2019.

<https://embassynews.info/no-rio-exposicao-mostra-que-refugiados-se-sentem-em-casa-no-brasil/>. Acesso em: 14 ago. 2019.

## REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.
- AMOSSY, R. Ethos. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- BERTAUX, D. **Le récit de vie**. Paris: Armand Colin, 2005.
- CAUQUELIN, A. Naissance de la doxa. In : **L’art du lieu commun**. Du bon usage de la doxa. Paris: Seuil, 1999.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- EMEDIATO, W; SILVA, D. Análise do Discurso e desigualdades sociais: temas sensíveis. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v.18, n.1, p. 7-11, 2017.
- LARA, G. P.; LIMBERTI, R. P. (Orgs.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015.
- MACHADO, I. L. Histórias discursivas e estratégias de captação do leitor. **Diadorim**. Rio de Janeiro, v. 10, p. 59-74, 2011.
- \_\_\_\_\_. Nos bastidores da Narrativa de vida & Análise do Discurso. MACHADO, I.L; MELO, M.S.S. (Org.) **Estudos sobre narrativas em diferentes materialidades discursivas**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2016. p.121 – 138.
- \_\_\_\_\_. A narrativa de vida como materialidade discursiva. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n. 2, p. 95-108, 2015. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/42557/25814>. Acesso: 12 de junho de 2019.
- MACHADO, I. L.; LESSA, C. H. Reflexões sobre o gênero narrativa de vida do ponto de vista da análise do discurso. In: JESUS, S. N.; SILVA, S. M. R. da (Orgs.). **O discurso & outras materialidades**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.v.1, p. 102-122.
- PAVEAU, M. A. Le discours des vulnerables. Proposition théorique et politique. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 18, p. 29-48, 2017. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/26126/18556>. Acesso em: 04 de julho de 2017.

## ANEXO I – DEPOIMENTOS<sup>127</sup>

### Depoimento 1 – Dayana Elizabeth Guillarte de Mejias, venezuelana

Sou a Dayana, Dayana Elizabeth Guillarte, eu venho da Venezuela, tenho trinta e cinco anos. Estou aqui no Brasil já fazem dezoito meses, e eu morei na Pacaraima dez, e agora aqui em São Paulo uns oito ou nove meses. Nossa, estava vivendo em minha casa, uma casa muito... era pequena, né, mas tenha três dormitórios, uma casa ... lá chama os bairros urbanizações. Então, eu tive quinze anos morando lá, muito conhecida, né, tínhamos uma cachorra, tínhamos todas as nossas coisas, na Venezuela. Uma casa muito bonita... é pequena, mas bonita, mas é a minha. Tinha todas as comodidades que qualquer pessoa pode ter, né, no tempo. E as meninas estudavam numa escola privada, tínhamos uma vida muito boa. A casa que eu estou alugando agora é uma casa que tem três cômodos, né, e tem sua sala, um dormitório grande. Minhas filhas elas dormem na sala. Por isso foi que eu aluguei, porque é muito difícil conseguir uma casa grande, uma casa para quatro pessoas, seis pessoas, então a gente alugou assim, três cômodos. E mais eu achei que era muito cômodo, né, uma sala grande, as meninas dormem lá, eu durmo no dormitório, tenho todas as coisas lá, roupa, sapato, todas essas coisas. O que eu mais sinto falta em meu país, né, é que minha casa, é que você não tem que alugar, você não tinha que pagar serviços, você tem uma coisa que é sua. Não tem ninguém que vá um dia falar “ah, não, você tem que sair daqui”. Não, você está tranquila na sua casa. Meu maior sonho é ver as minhas filhas melhor cada dia. E um dos maiores sonhos é voltar um dia para meu país, né. Algumas vezes eu sinto muita nostalgia em pensar que eu quisera falar, sentia o calor das pessoas, das pessoas com quem você compartilhava a todo tempo. Então, todo dia você acorda e você pensa “nossa, o que será acordar em meu país hoje?” A música que mais o venezuelano lembra que cresceu com essa música foi Venezuela. A música mais bonita do mundo, eu acho. Llevo tu luz y tu aroma en mi piel/ Y el cuatro en el corazón llevo en mi/ Sangre la espuma del mar y tu horizonte en mis ojos/ No envidio el vuelo ni el nido al turpial/ Soy como el viendo en la mies/ Siento el Caribe como una mujer soy así (...).

---

127 Transcrições livres de áudios disponíveis em: < <https://www.acnur.org/portugues/em-casa-no-brasil/>>. Acesso em: 28 junho de 2019.

## Depoimento 2 – Carlos Daniel Escalona, venezuelano, 35 anos

Meu nome é Carlos Daniel Escalona Barroso, sou da Venezuela e tenho trinta e cinco anos. E, minha casa sempre foi um lugar simples, mas com o necessário que dava minha mãe, meu pai, e o amor que eles sempre deram para nós. Então, aí quando você tem o amor da família e tem todos os integrantes da família, eh, acho que tá tá completo tudo. É, para mim era meu lugar, minha tranquilidade, assim, tá, compartilhar, todo final de semana faz uma comida, faz um churrasco, eh, saia jogar bola, ir para a montanha, essa era minha parte de para vista de lá. Então, lá era porque a proximidade da família e os amigos, então, aí você se sente, como você tá em uma zona de conforto, você se sente em casa, você sempre vai se sentir em casa, você já conhece a cidade, o país... Então você nunca vai se sentir fora d'água. Quando você vai para outro lugar, já sei aqui no Brasil, qualquer parte do mundo, aí é um pouco mais difícil, eh, mais quando você não conhece a língua, não conhece as pessoas. Eu tive sorte porque desde o ano de 2007 eu sempre vim para cá, então eu nunca me senti. Quando eu cheguei agora nunca me senti tão, eh, distante, mas, eh, quando você tem que saber a diferença quando você tá de férias quando você tem que sair do seu país. Eh, eu sempre me senti aqui como em casa. Eu chego até falar que eu me sinto mais aqui mais, eh, confortável que na mesmo Venezuela. Minha casa hoje em dia, eh, graças a Deus a gente tem um teto, tem nossa casa, que é a Maria, minha filha e eu e é nosso cantinho, tá, mais, eh, minha casa realmente que eu sinto que é aqui no Brasil, São Paulo, eu sinto paz, porque foi o primeiro lugar que eu cheguei, eh, que eu fui no abrigo, e até hoje eu vou para lá e me sinto em casa realmente. Então, a gente fala assim “vamos para casa!”. Eu e minha família a gente fala “vamos para casa hoje...”. Temos dias ou meses que a gente não passou por casa e quando a gente fala de casa é casa da mesma paz. Hoje em dia a gente tem um apartamento e quando chegaram meus pais também entraram dentro do apartamento, então, nosso apartamento é pequeno, então, cinco pessoas era bem apertadinho. Mas graças a Deus eles têm um apartamento hoje em dia. Mas, eh, nosso já nosso castelo, nosso lugar onde a gente tem, sabe, que a gente tem um teto, a gente sabe que pode receber alguém. Meu maior sonho hoje em dia é que nosso negócio cresça mais e a gente possa ter no futuro um café, um restaurante. E ajudar também outras pessoas como nos ajudaram a nós, hoje em dia. Então, é isso, a gente tem não só para, ah, crescer, e você ter muito dinheiro, não, é para crescer e a gente ter condições de ajudar outras pessoas.



# CAPÍTULO 18

## “AMÉLIA”, A REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA DA/SOBRE A MULHER EM UMA CRÔNICA DO JORNAL O TEMPO

Jaqueline dos Santos Batista Soares (POSLIN/UFMG/CAPES)

---

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a produtividade da Lógica Natural, de Grize, integrada à Análise do Discurso, como também de apreender como o dialogismo, a alteridade e os pré-construídos ancoram a construção de imagens e de representações em uma esquematização sobre o universo feminino. A representação e a esquematização são noções importantes para a Lógica Natural e balizarão nosso percurso de análise em busca de delinear as imagens produzidas pelo gênero crônica. Além dos postulados da Lógica Natural, nossas análises também serão orientadas pelas considerações de Charaudeau (2016) e de Amossy (2016) acerca da argumentatividade no discurso com a finalidade de estabelecermos um deslocamento dialógico da teoria de Grize para Análise do Discurso.

---

### 1 INTRODUÇÃO

Sabemos que a abordagem da Argumentação no quadro da Análise do Discurso nem sempre foi uma questão pacífica<sup>128</sup>. Tal problemática foi bem delineada por Amossy (2006) em *L'argumentation dans le discours* e no artigo “É possível integrar

---

*128 Atualmente, além das pesquisas mencionadas, várias pesquisas importantes têm sido desenvolvidas na área dos estudos de linguagem, tais como os trabalhos de Plantin e de Grácio. No âmbito do Programa de pós-graduação em estudos linguísticos – POSLIN, citamos as pesquisas de Emediato e de Lima, recentemente, o programa conta com uma linha de pesquisa voltada ao estudo de retórica com o objetivo de estabelecer interlocuções entre os princípios da retórica contemporânea com a Análise do Discurso.*

a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios”, publicado no ano de 2016 na *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*. Nesses trabalhos a autora propõe uma concepção mais abrangente da argumentação como argumentatividade constitutiva de todo discurso.

A noção de argumentação desenvolvida nessa perspectiva é amplificada na medida em que alcança tanto os gêneros que explicitamente defendem ou refutam uma tese, “quanto aqueles que se contentam em orientar os modos de ver e de pensar” já que “toda fala tende a compartilhar um ponto de vista” (AMOSSY, 2006, p.174).

Para Charaudeau (2008, p. 10) a tradição retórica centrava-se em uma concepção parcial da comunicação ao privilegiar os tipos de argumentos dos debates jurídicos e dos debates cidadãos, bem delineados e definidos no interior de seu quadro, como gêneros nos quais a argumentação se desenvolveria de forma satisfatória. Com o objetivo de ampliar o alcance da inscrição da argumentatividade para outras configurações genéricas o autor propõe o enfoque da argumentação em uma problemática da influência na qual a Análise do Discurso teria como objetivo a “descoberta dos jogos de apresentação da verdade, tais como ‘crer’ e ‘fazer crer’ e não a descoberta da verdade”.

O autor contribui de modo significativo para os estudos da argumentação no interior da Análise do Discurso ao enfatizar que “a argumentação se inscreve em uma problemática geral da influência”, pois “todo sujeito falante busca partilhar com o outro seu universo de discurso” (2008, p. 14), isto é, seu ponto de vista sobre o mundo. De acordo com Charaudeau (2008, 2016) não há razão para separar Análise do Discurso e argumentação. Ambas são meios de proceder à análise dos processos discursivos na co-construção dos sentidos que envolvem os parceiros em uma visada de influência com o objetivo impor ao outro um modo de percepção, de visão e de avaliação do mundo.

As reflexões propostas até aqui não tem como objetivo esgotar o complexo fenômeno da influência, mas de estabelecer uma problematização possível para a análise da argumentatividade no gênero crônica em uma perspectiva discursiva a partir do diálogo entre os estudos ora mencionados. Aliás, é preciso distinguir o fenômeno da influência da argumentação. A influência é um fenômeno bem mais amplo, que envolve procedimentos bem mais complexos e diversos do que convencer e persuadir através de uma argumentação.

No interior dessa problematização, propomos uma análise ilustrativa de uma crônica a partir do quadro da lógica natural de Grize (1990) integrada à Análise do Discurso

so, uma vez que, de acordo com Amossy (2016) a argumentação está mais nas orientações discursivas que poderão ser percebidas nos traços da linguagem que em um esquema de “raciocínio mais ou menos elaborado” do qual emerge um argumento formal. Para a autora, Grize (1990) vê na argumentação uma forma de agir sobre as representações do outro e, portanto, sobre suas opiniões, seus valores e atitudes por meio de esquematizações.

Ademais, pensar o discurso na perspectiva das representações discursivas implica a percepção dos modos de identificação e de classificação de determinados grupos, pessoas ou no modo de apreensão de certos acontecimentos sociais que se colocam em relevo devido a sua produtividade discursiva. Em síntese, em como o sujeito se posiciona no discurso com a finalidade de construir sua opinião sobre certa realidade. Tais posicionamentos, de acordo com a lógica natural de Grize, podem acionar representações discursivas e produzir imagens dos sujeitos e dos objetos discursivos. Processo que esclareceremos nas próximas seções.

## **2 A LÓGICA NATURAL**

A lógica fundamentada em Aristóteles foi considerada como a “arte de pensar” corretamente. Até o final do século XIX, partia do procedimento de combinação de proposições com o objetivo de transmitir à conclusão a verdade de certas premissas. Desse modo, a lógica aristotélica, no interior de um sistema formal, determinava os esquemas de raciocínios válidos da teoria do discurso racional (PLANTIN, p. 314, 2014).

No final de século XX, Grize propõe uma abordagem para a lógica ocupada com operações que poderiam presidir a qualquer tipo de discurso. Essas seriam operações tão gerais que seria pouco possível algum processo discursivo escapar delas. Para isso, a lógica natural se ocupou em evidenciar as operações lógico-discursivas próprias para gerar uma esquematização, noção chave para a teoria (GRIZE, 1997).

Ao formular as bases da lógica natural o autor argumenta sobre a existência de dois temas fundamentais ainda na lógica aristotélica, contudo, negligenciados pelo pensamento corrente, quais sejam:

- o papel do discurso e do sentido na linguagem
- o papel dos conteúdos

A partir disto o autor discorre sobre algumas razões para ampliar as bases do pensamento lógico e falar de uma lógica natural.

A primeira delas decorre do fato de Aristóteles inicialmente pensar a retórica como uma competência comum a todos os homens sem requerer nenhum conhecimento especial. Uma distinção repousa no uso do adjetivo natural para a lógica, ou seja, visto que a lógica natural utiliza línguas naturais, encontra-se nesse termo uma forma de distingui-la da lógica matemática ou formal (GRIZE, 1997).

Diremos, nos termos do autor, que a perspectiva lógica inaugurada considera a lógica no bojo de uma “espontaneidade” tal como a aprendizagem da língua materna. Essa língua materna é comumente designada por língua natural em oposição às línguas formais aprendidas para fins específicos. Fato que reforça o ineditismo da abordagem e teorização da lógica no âmbito dos estudos de uma argumentatividade no discurso.

Em consonância com os estudos de Grize, Grácio (1995) ressalta que a argumentatividade é algo que atravessa, constantemente, a discursividade, uma vez que ela é um processo de configuração do sentido através da atribuição de significações polarizadas em referentes, efetuadas por uma relação dialógica.

Grácio (2015) afirma que Grize (1997) inaugura uma nova perspectiva ao conceito de argumentação, um conceito de argumentatividade que remete a uma situação de comunicação e de interlocução (a argumentação é discursiva e dialógica), uma concepção mais amplificada que concebe a argumentação de um ponto de vista *lato*, como um processo contextualizado que visa intervir sobre a opinião, a atitude, e, até mesmo, o comportamento de alguém por meios discursivos (GRIZE 1997, p. 40 apud GRÁCIO, 2015).

A lógica natural de Grize (1996) assume um papel relevante no estudo das atividades discursivas. Isso fica claro em sua concepção de texto. Para o autor os textos constituem a expressão visível do processamento das atividades discursivas.

Grize (1996) considera que um texto em sua definição restrita não interessa à lógica natural, uma vez que ela não se ocupa nem a compreendê-lo nem a resumi-lo. Posto que os textos e discursos não existem apenas para permitir a existência de certas operações lógico-discursivas que, possivelmente, os engendram. Além disso, a lógica natural assume, ainda, uma natureza mais descritiva que normativa, aspecto que também a diferencia da lógica matemática, ocupada com o valor dos argumentos.

Dois componentes se constituem como aspectos basilares para lógica natural e são de grande importância, também, na perspectiva da Análise do Discurso, a saber:

- Uma lógica dos objetos
- Uma lógica dos sujeitos

No que refere à lógica dos objetos a atividade discursiva contribuirá para a construção de objetos de pensamento que servem de referentes comuns aos interlocutores. Acrescentamos que esses objetos farão sentido para os interlocutores e seus referentes em um mesmo universo discursivo, pois ao menos nas pressuposições do locutor as representações do objeto serão aceitas e farão sentido para o interlocutor.

Quanto à lógica dos sujeitos, por se tratar de uma língua natural, trata-se de uma lógica na qual há a existência essencial de um dialogismo. Essa dimensão dialógica implica ao menos dois sujeitos em situação de interlocução e de comunicação, inseridos em um contexto social. Considerações que reforçam as contribuições de Grize (1996) no estudo da argumentação como uma prática discursiva contextualizada atravessada por traços do espectro sociocultural que se apresentam na expressão visível da atividade discursiva.

Diante desse postulado, nossa análise da crônica jornalística se ocupará em delinear as imagens e as representações que emergem no fio do discurso. Com foco na construção dos objetos discursivos determinada pela lógica dos sujeitos. Ou seja, nossa análise partirá do princípio de que os objetos do discurso são construídos e são investidos de sentido em função das imagens que os sujeitos constroem de si e do objeto de discurso ancoradas nos pré-construídos culturais.

Logo, em consequência dessas relações, interdiscursivas e dialógicas, temos representações discursivas que deixam pistas ideológicas e valorativas no processo de esquematização.

## **2.1 ESQUEMA COMUNICACIONAL DE GRIZE**

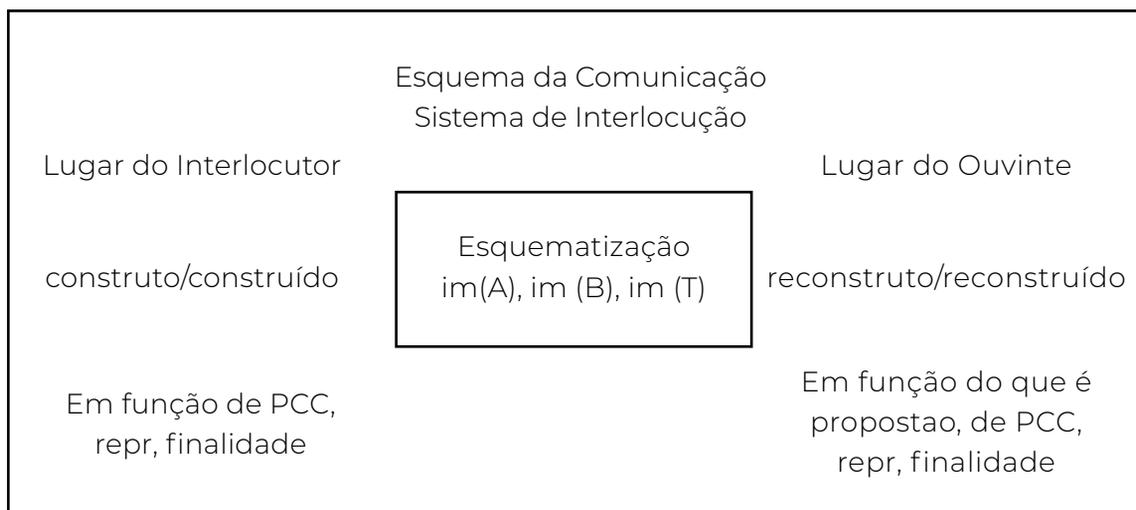
Ao pensar o quadro comunicacional Grize (1996,1997) considera um jogo de expectativas do locutor/esquemizador<sup>129</sup> em relação ao interlocutor. Jogo perpassado por relações interdiscursivas disponibilizadas pelos pré-construídos culturais que atravessam o objeto ou o tema (T), fruto de uma reconstrução imaginária assim como os sujeitos (A), locutor; e (B), interlocutor.

---

<sup>129</sup> Tomaremos essas duas noções como correspondentes.

No jogo de expectativas, criado pelo esquematizador, a análise da representação é realizada no nível de três instâncias que constituem a comunicação discursiva: a reprA(A), a repr A(B) e a reprA(T), como podemos ver no quadro a seguir:

**Figura 1** - Esquema da comunicação proposto por Grize (1996)



**Fonte:** Grize (1996, p. 68)

No esquema comunicacional de Grize (2016), A e B indicam duas instâncias de comunicação, lugares que são ocupados por dois sujeitos: o transmissor (esquematizador/locutor) e o receptor (auditório/interlocutor)<sup>130</sup>.

Sabemos da existência de outras possibilidades de representações dos parceiros de um ato comunicativo. Afinal, compreendemos que há várias formas de perceber como os interlocutores projetam a imagem de si e a imagem de seu interlocutor no/pelo discurso. Tal construção de imagem pode ser considerada como uma finalidade de efetivar o processo de comunicação e de organizar suas estratégias de influência. Por mais que tenhamos conhecimento da multiplicidade de análises que podem ser feitas dos parceiros da comunicação, nos ateremos ao modelo proposto por Grize (2016). Isto, pois, nosso objetivo é o de aplicar a teoria do autor e demonstrar a sua produtividade para a análise do gênero crônica.

<sup>130</sup> Tomaremos essas noções por intercambiáveis.

Ademais, Grize não desconsidera a existência de outras representações tão interessantes quanto as que ele propõe, como é possível perceber na seguinte afirmação do autor: *“je n’analyserai que trois d’ entre elles. Celles T (le thème, ce dont ils’agit ) A et de B et ceci même si les images des diverses relations sont non moins intéressantes”*<sup>131</sup> (GRIZE, 1997, p. 37). Trata-se, portanto, de um esquema que privilegia essas imagens, a imagem do tema (T) e de como ele é organizado/ tematizado pelo locutor, a imagem do sujeito (A) e a imagem do sujeito (B) situados no discurso.

Emediato (2013) afirma que na representação do processo discursivo de Grize (1990) a encenação do dizer do locutor (A) constrói uma representação discursiva, uma esquematização, realizada em uma situação interlocutiva direcionada a um interlocutor (B) sob o qual repousa a expectativa de reconstrução da esquematização que lhe é proposta. Nessa abordagem, A e B não representam indivíduos concretos ou seres no mundo, mas lugares dentro de um quadro teórico. Em cada caso, os lugares serão ocupados por sujeitos ou por grupos, cada qual com seus traços psicológicos e sociais.

Em síntese, para Grize (1990,1996,1997) (A) e (B) intercambiam representações em diferentes níveis. São elas: reprA(A), reprA (T) e reprA (B), no nível mais externo; no nível mais interno, é a esquematização que oferece as imagens: im(A), im(B) e im(T), tanto dos sujeitos quanto dos objetos. É importante não perder de vista que se trata do modelo de uma relação de dialogismo e de alteridade na co-construção e na reconstrução dos sentidos. Sentidos ancorados em representações discursivas que fornecem dados para a construção de imagens no processo de esquematização.

Em outras palavras, consideramos que as imagens produzidas pela esquematização são fortemente influenciadas pelos pré-construídos culturais. Esses por sua vez, estão disponíveis no nível mais externo do quadro comunicacional, que constitui o nível das representações discursivas, as quais fornecem os traços socialmente partilhados para a construção das imagens no nível mais interno do quadro comunicacional, o da esquematização. Noções que discutiremos melhor nos próximos tópicos e que balizarão as nossas análises.

---

<sup>131</sup> Vou analisar apenas três deles. Aqueles de T (o tema e sua organização), de A e B, mesmo que as imagens das várias relações não sejam menos interessantes. (GRIZE, 1997, p. 37, tradução nossa).

## 2.2 ESQUEMATIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA

Ao postular a noção de esquematização, Grize (1996,1997) a considera como uma atividade comum a todo discurso. A esquematização seria o resultado do posicionamento do sujeito em relação a uma questão do mundo que tem a necessidade de ser explicada, comentada e avaliada.

Ao discutir a noção, Grácio (2015) afirma que na atividade discursiva os procedimentos de enunciação implicam uma forma de “dar a ver” tanto personalizada quanto individualizada, nos termos de Grize (2004) um movimento de *éclairage*, um jogo de expectativas na focalização de determinado tema. Nesse jogo, as esquematizações são fruto tanto de um processo quanto de um resultado.

Como um processo as esquematizações partem de um princípio de semiose, ou seja, da criação dos sentidos por meio de um duplo movimento: o sentido de um termo ou de um discurso não se faz apenas no interior da esquematização e, ao mesmo tempo, a esquematização não assume sentido apenas pelos termos ou discursos que contém (GRIZE, 1996). Trata-se de uma reconstrução operada com o auxílio dos pré-construídos culturais que, para nós, possuem o caráter interdiscursivo como parte essencialmente constitutiva das representações.

Como resultado, as esquematizações podem ser compreendidas como a representação de um microuniverso. Grize (1997, 1990) considera a esquematização de um aspecto da realidade, fictícia ou não, como um ato semiótico, um modo de “dar a ver” ou um movimento de *éclairage*. Ao partilhar do mesmo pensamento de Grize, Grácio (1995, s/p) ressalta que “uma esquematização é uma forma discursiva de dar a ver e, simultaneamente, de solicitar um sentido”.

De acordo com Grize (1997):

Uma esquematização tem assim, sempre, uma certa dimensão descritiva, mesmo que os elementos da descrição sejam imaginados, mas, em todos os casos, o autor deve fazer uma escolha dos aspectos que representará, deve selecionar os traços pertinentes do seu referente.[...].(GRIZE, 1997, p. 50 *apud* GRÁCIO, 2015, s/p).

No procedimento de semiotização de um microuniverso, as esquematizações não apenas propõem os sentidos de seus referentes, mas também propõem imagens

dos sujeitos situados em função dos lugares e em função da finalidade comunicativa na qual estão inseridos. Logo, é a partir dessas imagens que os sujeitos são convocados a investirem uma esquematização de sentido de acordo com a pertinência e de acordo com o propósito do ato de comunicação.

O modo de enunciação obedecerá ao princípio de pertinência, tal princípio serve como guia para as escolhas do esquematizador/locutor. Essas escolhas estão relacionadas com a função do interlocutor imaginado e com a função do objeto tematizado. Assim, o locutor dará destaque aos aspectos que julga importante para a sua finalidade comunicativa. Grize afirma que “a pertinência tem uma dupla fonte. Ela é simultaneamente tributária da finalidade do esquematizador e das expectativas que ele tem do seu auditório” (GRIZE, 1997, p. 50 *apud* GRÁCIO, 2015, s/p).

Emediato (2013, p. 91), ao citar Grize, esclarece que a esquematização corresponde a uma forma de organização do discurso de maneira a intervir sobre a opinião, a atitude e o comportamento de alguém. Trata-se de uma esquematização a construção discursiva que leva a “ver” uma situação e seus atores sob certa luz (*éclairage*) com as nuances dadas pelo locutor que deve iluminar ou focalizar “uma de suas facetas e ocultar outras”.

Para nós, em consonância com o autor supracitado, esse “modo de ver”, de jogar luz sobre determinado objeto na cena enunciativa, tem como finalidade fazer com que o outro veja de acordo com o modo escolhido para a tematização do objeto. Logo, uma imposição do locutor ao interlocutor ao oferecer e solicitar um sentido no processo de esquematização que estará, sempre, perpassado pelos pré-construídos.

### **2.3 REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA**

No esquema da comunicação proposto por Grize (1996), o processo de representação discursiva de (A) e de (B) encontram-se no nível mais externo do quadro. Nesse processo consideramos que as representações, de certo modo, sofrem coerções. Diremos que essas coerções são exercidas pelas representações mútuas, pela finalidade da comunicação, pela situação de comunicação e pelos pré-construídos culturais que balizam as imagens produzidas na esquematização.

A reconstrução dessas imagens, no plano da esquematização, não é realizada aleatoriamente. As imagens serão reconstruídas a partir dos dados fornecidos no nível mais externo, o nível da representação discursiva, no qual consideramos que os pré-

-construídos culturais serão elementos constitutivamente dialógicos, traços existentes em qualquer partilha social que influenciam nos valores, nas crenças e nos julgamentos acerca dos sujeitos e acerca dos objetos discursivos.

Grize (1997) destaca que para elaborarmos um discurso qualquer é necessário ter ao menos uma ideia inicial sobre o assunto, isto é, uma representação. Para tanto, faremos pressuposições acerca do nosso interlocutor e dos objetos discursivos. De acordo com o autor, essas pressuposições são as formações imaginárias<sup>132</sup>, na acepção de Pecheux (1969), imagens produzidas pelo discurso que testemunham, também, a autoimagem do locutor.

Amossy (2013) afirma que tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si no discurso. Para a autora, as crenças implícitas do locutor, que escapam no discurso, são suficientes para construir uma representação de si sem ser necessário que ele faça um autorretrato. Trata-se, portanto, de representações partilhadas socialmente conforme modelos pré-construídos que legitimam a imagem do locutor. De acordo com Amossy (2013), o dialogismo é um dos componentes da argumentatividade no discurso mesmo nas trocas comunicativas mais cotidianas.

Na esteira de Bakhtin (1998), a orientação dialógica constitutiva é natural a qualquer discurso vivo. Nas palavras de Fiorin (2006) em uma relação dialógica um objeto do mundo será, sempre, perpassado por ideias, por pontos de vista, por apreciações dos outros. Esse objeto será avaliado, categorizado e iluminado pelo discurso alheio e por isso não se trata de uma apresentação “real” desse objeto, mas de representações que o locutor (A) julga pertinente a determinada situação comunicativa em função da imagem que faz de seu interlocutor (B).

### **3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA CRÔNICA COMO ESPAÇO DE REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS**

Tomamos como objeto de análise uma crônica a fim de ilustrarmos os princípios teóricos da Lógica Natural. Nesse corpus, analisaremos como as representações da

---

*132 Na concepção pechetiana as formações imaginárias são representações de um sujeito (A) e um destinatário (B) posicionados em lugares determinados da estrutura social. Nessa abordagem, o discurso não seria, apenas, um troca linear de informações, existe um jogo de efeitos de sentidos que se constrói na troca verbal ancorada em um imaginário social estabelecido nas relações de poder e de opacidade dos sentidos. No entanto, Pêcheux, em um texto escrito com Fuchs, em 1975, renega essa versão que estava vinculada a análise automática do discurso.*

mulher e sobre a mulher estão presentes no discurso e de que modo essas representações ancoram as imagens produzidas na esquematização.

O texto foi publicado no Jornal O Tempo, na seção Vida Leve, do mês de agosto, do ano de 2014. É constituído de 51 linhas e está disponível *online* no *web site* do jornal. Além da publicação *online* o jornal também conta com uma distribuição impressa. No início da crônica o locutor esclarece que o texto publicado foi resultado de uma palestra direcionada à mulher em uma reunião para membros de uma sociedade intitulada de Amigas da Cultura.

Como o propósito do presente estudo é o de analisar as representações e imagens suscitadas pela esquematização discursiva não tomamos como objeto de análise o texto produzido no momento da palestra. Consideramos para análise a crônica publicada, posteriormente, no jornal O Tempo.

Três motivos nos levaram a realizar essa escolha (1) o acesso ao texto, como sinalizado anteriormente; (2) as características próprias dos gêneros jornalísticos e da crônica publicada no interior desse veículo; (3) a crônica oferece uma visão de mundo particular, uma opinião sobre o comportamento feminino, ou seja, oferece uma tese sobre o universo feminino ainda que seja uma visão partilhada por um grupo em uma situação comunicativa particular.

Além disso, escolhemos o gênero crônica em função de seus traços prototípicos. Ela mantém diálogo com os acontecimentos da semana de modo crítico e bem-humorado toca fatos mais significativos na percepção do cronista e, por ele, considerados como de grande interesse do público leitor. No interior do jornal, a crônica é apreendida pelos interlocutores como mais um dos segmentos que o compõem. Assim, esse gênero se constitui como espaço privilegiado do dialogismo, do “já dito” e da alteridade aspectos que influenciam, fortemente, na produção das representações discursivas e nas imagens construídas na esquematização.

### **3.1 A GESTÃO DAS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DA/SOBRE A MULHER E A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS DO FEMININO NA CRÔNICA “AMÉLIA” DO JORNAL O TEMPO**

O discurso da crônica estabelece uma relação dialógica com a canção de Mário Lago e Ataulfo Alves, “Ai que saudades da Amélia” (1942). Consideramos que tal dialogismo ancora-se em pré-construídos culturais suscitados pela canção popular de

meados do século XX e, ainda, por representações advindas do discurso religioso.

Em função dos nossos objetivos não nos aprofundaremos em um estudo cronológico ou sociológico da música nem nas características do discurso religioso<sup>133</sup>. Nós nos ateremos às representações e às imagens produzidas no processo de esquematização da crônica “Amélia” ao dialogar com a canção popular em um discurso da mulher e sobre a mulher na contemporaneidade.

Entretanto, parece ser importante trazer para nosso trabalho apenas uma breve consideração sociológica sobre a canção popular e as imagens do feminino por ela produzidas. De acordo com Faria (2014) três imagens podem ser (re) produzidas pela canção: uma imagem sexista, marcada por relações hegemônicas; uma imagem construída pela consciência de classe dos autores e o lugar social da mulher; e uma imagem relacionada a uma visão dominante e elitista da sociedade que considera a pobreza como legado do conformismo.

Passemos, então, à análise. Destacamos alguns excertos para ilustrar as nossas reflexões. No trecho abaixo fica claro como o locutor retoma a canção para construir sua esquematização, assim como o espaço-tempo no qual o texto foi, originalmente, escrito e, posteriormente, publicado no jornal, vejamos:

Na semana passada fiz uma palestra na Sociedade Amigas da Cultura, cujo tema era “mulheres”. Ao final, li um texto que escrevi e que repasso a vocês.

Sei que a “mulher de verdade”, como dizia Mário Lago em sua tão versada canção, não tinha a menooor vaidade. Eu tenho, talvez não tanto quanto deveria, mas tenho. Aliás, toda mulher deveria ter, até porque a vaidade está diretamente ligada à autoestima (O TEMPO, 2014).

Trata-se de um discurso no qual a questão temática permeia o universo feminino com suas regras de comportamento. O tema geral da crônica em questão refere-se à mulher. Consideramos que na tematização proposta o locutor gerencia o dizer ancorado no “já dito”, nos termos da Análise do Discurso; ou nos no termos da Lógica Natural, nos pré-construídos culturais, que suscitam representações sobre a “mulher de verdade”.

---

133 Ver: Maingueneau (1984, 2005, 2010), Emediato e Franco (2017)

Logo no início do discurso, o locutor se posiciona subjetivamente contra a imagem da mulher da canção popular que “não tinha a menooor vaidade”. Com uma afirmação vacilante sustenta “eu tenho [vaidade]<sup>134</sup>, talvez não tanto quanto deveria, mas tenho”. Em seus dizeres, parece deixar escapar outros ditos que dialogam com os discursos e com os imaginários atuais sobre a beleza que permeiam o universo feminino, como o da importância da mulher vaidosa, por exemplo.

Ao postular a tese de “que toda mulher deveria ter” vaidade, pois essa se relaciona à autoestima, o locutor centra as questões desse universo, basicamente, em aspectos psicológicos e afetivos. Notadamente, consideramos que suscita preceitos que circundam ou aprisionam o universo feminino, quais sejam: a autoestima, a felicidade e a satisfação feminina; aspectos supostamente atrelados a uma “cultura” da aparência.

Além disso, a posição subjetiva do locutor em –“Sei que a “mulher de verdade”, como dizia Mário Lago em sua tão versada canção, não tinha a menooor vaidade. Eu tenho, talvez não tanto quanto deveria, mas tenho. Aliás toda mulher deveria ter” –produz a imagem do locutor como detentor de um saber que reforça sua posição de autoridade e uma posição deôntica sobre o comportamento feminino contemporâneo.

Vale destacar, como fato bem significativo, que a crônica é perpassada por uma voz feminina que constrói a esquematização sobre o universo dessa “mulher de verdade” fato que pode contribuir para os efeitos de sentido pretendidos e para reforçar a legitimidade das imagens oferecidas para apreciação dessa “mulher de verdade” pelo público leitor, a imagem de uma mulher que valoriza a beleza e aprova o investimento feminino com a autoimagem como forma de reforçar sua autoestima.

Consideramos que essa posição subjetiva poderia revelar certa autonomia do universo feminino, já que é inserida por meio de uma voz feminina, mas está atravessada por outros discursos coletivos, ou seja, pelos pré-construídos ou o “já dito”, tais como o apelo das mídias para o “culto à beleza” e à aparência, sobretudo, no que refere aos apelos direcionados à mulher com forte efeito contextual para os padrões de comportamentos e para as relações de consumo nas sociedades contemporâneas.

Além disso, ao revelar o que pensa sobre suas próprias vaidades, o locutor constrói uma imagem de si moldada por características ditadas por uma cultura socialmen-

---

*134 Os trechos ou palavras em colchetes [] ou seguidas de barra (/) indicam nossas intervenções no texto com o objetivo de clarificar nossa análise.*

te partilhada, como por exemplo, a cultura da beleza. Essa auto avaliação “sei que a mulher de verdade/ eu tenho, (...) não tanto quanto, mas tenho” podem servir como pistas para analisarmos os traços identitários que possivelmente legitimam a imagem do sujeito esquematizador que julga possuir valores partilhados pelo auditório/ interlocutor com a qual dialoga.

Não podemos ignorar o fato de que, em alguns momentos, esse esquematizador se coloca em posição de certo distanciamento da “mulher de verdade” da canção de Mario Lago. Fato notado pelo uso das marcas de heterogeneidade<sup>135</sup> que apontam para o discurso de um outro. Por outro lado, em outras partes do texto a mulher da canção de Mario Lago, a “Amélia”, é vista como certo modelo do feminino,

Existe uma “Amélia” que considero modelo, estereótipo daquela que tudo faz para edificar e manter a harmonia no lar, não por obrigação, mas por prazer e sabedoria. Uma Amélia que não grita, que procura medir as palavras, espera o momento certo para tratar problemas, evita trazê-los para casa, está junto sem sufocar, opina na escolha da gravata, trabalha, estuda, lê muito, se interessa por política, atualidades, ri da piada, espalha flores pela casa, prepara jantares especiais, enxerga o mercúrio no termômetro, conta as gotas da Novalgina, toma café e janta junto, independentemente da hora, escreve bilhetinhos, discute de vez em quando, silencia-se quando necessário, separa para quem ama o melhor pedaço, respeita o seu silêncio, elogia e valoriza sempre as prerrogativas do companheiro (OTEMPO, 2014).

Para construir essa imagem de mulher que seria um modelo para o universo feminino, o esquematizador recorre a argumentos ligados a uma tradição religiosa, argumentos estereotipados como o próprio locutor enfatiza. O estereótipo da mulher do imaginário religioso, assim como “Amélia”, por vezes nega suas próprias vontades ou necessidades em prol de uma convivência com ausência de conflitos, já que “tudo faz para edificar e manter a harmonia no lar”. É de responsabilidade da mulher a

---

*135 Aqui consideramos a noção de heterogeneidade conforme os estudos de Mikhail Bakhtin (1998, 1997) por meio da noção de dialogismo. Para Bakhtin, o dialogismo é constitutivo de todo enunciado e nesse dialogismo a voz do “outro” intervém na constituição e na imagem dos sujeitos da linguagem, já que as imagens discursivas serão, sempre, produzidas em função de um interlocutor.*

manutenção de uma imagem feminina de sabedoria que mantém a estrutura do seu lar fortalecida.

Ainda no excerto anterior temos a descrição de uma sucessão de ações não adequadas a uma imagem feminina ideal, construída pelo universo discursivo do locutor. São ações que estão relacionadas às emoções e ao estado psíquico da mulher, como podemos observar em: “não grita/ procura medir as palavras/ espera o momento certo para tratar dos problemas/ está junto sem sufocar”. Os enunciados retomam discursos silenciadores que reforçam a imagem de fragilidade e, de um suposto, desequilíbrio emocional das mulheres.

As imagens construídas por essas descrições produzem a imagem de uma mulher dócil, pacífica que sabe administrar sua subjetividade e que, ainda, sabe opinar sobre política e sobre coisas banais, mas necessárias à mulher ideal, como por exemplo, “a escolha da gravata”. Essas imagens, possivelmente, estão relacionadas a uma ideologia que sustenta o silenciamento da mulher em prol da satisfação masculina, ou a uma imagem sexista, como afirma os estudos sociológicos de Faria (2017), que na nossa compreensão nega às mulheres o direito a palavra fora da esfera doméstica. A imagem do locutor como um ser de autoridade é reforçada pela proposição de ações normativas sobre a conduta da mulher idealizada por seu discurso.

A mulher construída pelo discurso da crônica não é uma mulher ociosa além de conversar sobre diversos assuntos, cuida da família – “vê o mercúrio no termômetro/ conta as gotas da novalgina/ toma café e janta junto/ prepara jantares especiais/ espalha flores pela casa”, “estuda/ trabalha/ lê muito/ se interessa por política e atualidades” tudo isso mantendo o bom humor, “ri da piada” – Essa mulher é retratada com um ideal feminino que traz felicidade ao ambiente doméstico. A imagem de uma mulher pacífica e pacificadora que “discute de vez em quando”, mas “silencia-se quando necessário”, ou seja, ela somente se posiciona quando é autorizada por situações externas, alheias às suas vontades e necessidades subjetivas de afirmação.

Seria essa mulher moldada por esse imaginário social como um modelo de satisfação do outro? Uma mulher programada para não incomodar o universo masculino que é evocado de modo implícito pela crônica?

Façamos a seguinte suposição, nesse ideal a “mulher de verdade” vive em busca da satisfação e da manutenção da paz do universo da familiar e, conseqüentemente, do universo masculino, pois ela “elogia e valoriza sempre as prerrogativas do companheiro”. De modo implícito, reforça os privilégios masculinos e a teoria na qual

as mulheres devem atender as expectativas daquele universo, já que essa mulher silencia-se e, sempre, considera as “prerrogativas” do seu companheiro em detrimento de seus próprios sentimentos.

Nem mesmo as necessidades dessa mulher atendem aos interesses femininos, pois ela “separa para quem ama o melhor pedaço”. Essa doação altruística remete à imagem de uma mulher benevolente devotada aos laços familiares. Uma imagem construída de modo positivo sem se ocupar com os silenciamentos naturalizados pelas inúmeras “prerrogativas” ou privilégios existentes em uma sociedade que mantém as desigualdades em todos os níveis, tais como no ambiente doméstico, na organização social do trabalho, na esfera política, na esfera econômica e no acesso à educação.

Vemos que as representações discursivas da figura feminina são bem complexas e caracterizam a mulher sob um ponto de vista positivo quando valoriza as ações do objeto de discurso de modo bem próximo ao comportamento da Amélia consagrada na canção popular. Para reforçar seu posicionamento dentro desse universo feminino o esquematizador recorre, nem sempre de maneira explícita, ao discurso religioso e produz a imagem da mulher sábia e dócil que traz a alegria para a casa, ela é a responsável pela manutenção da harmonia doméstica.

Nesse caso ocorre uma dissolução de outros tantos papéis importantes que a mulher moderna desempenha na sociedade e, de modo implícito, do papel que deve ser desempenhado pelos homens na esfera doméstica visto que há uma luta contemporânea das mulheres pela igualdade de oportunidades e de divisão do trabalho. Essa luta é reduzida ao universo feminino, como vemos no seguinte excerto da crônica, “trabalhando em três turnos, a mulher, [...] vem alcançando cada vez mais o seu espaço”.

Como já sinalizamos, as referências ao discurso religioso podem não ser tão evidentes, mas no excerto abaixo ao falar da posição feminina o esquematizador remete a uma ideologia religiosa relacionada à formação da mulher e ao seu papel na família e na sociedade de modo geral, vejamos:

Uma Amélia que não quer medir forças e, como diz aquela velha frase, “não quer estar à frente nem atrás, mas ao lado”. Para isso, é preciso sabedoria, todo dia regar a plantinha... Inteligente e propositadamente se fazer de “protegida”, saber ceder sem se anular, ser tolerante, boa ouvin-

te, boa amante. Mas, acima de tudo, estar junto nas horas difíceis, pois existem mulheres que só reclamam e veem defeitos, principalmente nos momentos de crises ou recessão, justamente quando deveriam ajudar a enfrentar a situação, e não piorá-la com cobranças e exigências.

Talvez, se as mulheres de hoje tivessem uma porção maior de Amélia, haveria nas relações mais equilíbrio (O TEMPO, 2014).

“Não quer estar à frente nem atrás, mas do lado” esse “já dito” parece ter origem no discurso religioso e aloca a mulher a uma posição que remete ao processo de formação da mulher segundo a tradição religiosa. Na tradição religiosa, a mulher foi formada da costela de Adão, por isso, de acordo com a *vox populi*, ela deve andar ao lado e nunca à frente ou atrás do homem. Outra suposição é a de que essa formulação dialogue, inconscientemente, com o que Danblon (2004) considera como posições reducionistas no interior do feminismo.

Danblon (2004) esclarece que tal reducionismo traz duas consequências para o feminismo: uma está relacionada à afirmação identitária machista, que reduz a igualdade das mulheres a uma essência feminina e não ao direito, por isso trata-se de uma questão mais identitária que política. Outra consequência estaria na linha feminista que argumenta sobre os direitos definitivos, que para a autora, reduziria a política à natureza, ou seja, a questão dos direitos se volta a uma essencialização do feminino.

Temos que, as condições para que as mulheres do imaginário do cronista alcancem certa “igualdade” parece se relacionar mais com essa linha de pensamento essencialista e não ao direito ou à política. Essa suposta igualdade está atrelada ao atendimento de alguns padrões de comportamento, tais como agir com “sabedoria/ saber ceder sem se anular/ ser tolerante/ boa ouvinte/ boa amante” – não se trata aqui de uma relação de igualdade dos direitos entre homens e mulheres, mas de uma relação que reduz a igualdade aos valores morais de determinado grupo ou indivíduo.

De modo implícito, essa construção remete a imagem de um locutor que (in) conscientemente é atravessado por uma tradição religiosa que reforça uma afirmação identitária machista e a condição subalterna da mulher.

Assim, a imagem do feminino é legada à submissão, ao silenciamento e à satisfação do desejo do outro para que conquiste uma posição de, suposta, igualdade. Para nós, trata-se mais de uma forma de silenciamento da subjetividade feminina que

fortalece a manutenção de um *status quo* masculino e a dominação sobre o universo feminino que de igualdade de direitos.

Nesse mesmo trecho, temos outra construção que merece nossa atenção. A afirmação de que é necessário que essa mulher saiba propositalmente se fazer de “protegida”. Nesse caso, as marcas de distanciamento podem ser consideradas como um traço irônico do esquematizador que remetem a imagem de um locutor que sabe bem como manipular o processo de dominação sobre o universo feminino.

A ironia na voz feminina faz emergir duas vozes e uma tensão no fio do discurso. Uma voz reproduz a imagem de um locutor que reforça a passividade ideológica a que as mulheres podem ser submetidas, pelo discurso religioso, frente aos desafios cotidianos da vida doméstica. Ademais, surge outra voz que sugere saber bem como se fazer de “protegida” para com muita “sabedoria” “não medir forças”, mas se posicionar e, de modo dissimulado, escapar da dominação.

Essa segunda voz parece ter o conhecimento de que nem sempre as mulheres precisam ser protegidas, mas apenas passarem essa mensagem para a manutenção de uma convivência harmoniosa e da imagem pacífica e apassivadora, idealizada para o feminino devido aos pré-construídos que produzem as representações que culminam nas imagens de docilidade e de fragilidade como traços essencialmente femininos.

Tal reflexão parece um tanto contraditória, mas se considerarmos a pertinência desse discurso diante do auditório, podemos compreender como as estratégias representacionais são utilizadas pelo esquematizador na construção de seu discurso.

O cronista, sutilmente, continua sua tese sobre o comportamento feminino,

Invertem-se as posições. Hoje, os homens têm medo, deixam de ser protetores, pois elas, erroneamente, não querem mais ser “protegidas”. Perdeu-se o romantismo, aquela coisa da conquista. Passando de caça à caçadoras, assustam. Nem sequer dão tempo às descobertas... Precipitar pra quê? tudo que é difícil é mais gostoso, valorizado...E a mulher, nesse aspecto, vem perdendo seu valor. Pelo simples prazer de uma noite, perdem seu mistério, como se sexo e amor, para a maioria fossem coisas

distantes. Acredito que toda mulher emancipada, emocionalmente inteligente, ciente de sua capacidade, tem sua porção Amélia naturalmente despertada quando existe a contrapartida: o respeito, a valorização e a troca por parte de seu companheiro. Lembremo-nos que carinho e amor costumam ser devolvidos na mesma moeda (O TEMPO, 2014).

Ao definir as posições, os papéis e os lugares a serem ocupados pela mulher em contraste com o lugar e o papel que deve ser ocupado pelo homem, o esquematizador avalia negativamente a postura da mulher que se comporta de modo contrário à imagem ideal, delineada para o feminino. Tal comportamento, na visão do locutor, altera as relações afetivas entre homens e mulheres. Essa posição encontra eco em um imaginário paternalista do homem sobre a mulher e na infantilização da mulher que precisa de “proteção” masculina.

Há uma visão arcaica e predatória das relações afetivas entre homens e mulheres. Pois de acordo com o locutor, elas deveriam se comportar como “caça” não como “caçadoras”. Nesse discurso, apreendemos a existência de uma ideologia repressora da sexualidade feminina que reforça a manutenção do controle do corpo<sup>136</sup> e dos desejos da mulher.

Vemos que, o locutor avalia negativamente as atitudes femininas no que se refere à sexualidade, já que no pensamento desse locutor, ao tomar a iniciativa, ela “assusta os homens”. O comportamento sexual feminino é avaliado negativamente, pois, no dizer do locutor: “pelo simples prazer de uma noite, [as mulheres] perdem seu mistério, como se sexo e amor, para a maioria delas, fossem coisas distantes”. Nesse caso, há uma valorização da imagem de amor romântico, de pureza e de castidade tão caros ao imaginário feminino que a mulher transgressora desse ideal desconstrói.

Toda esse discurso que remete ao controle sobre a sexualidade feminina nos lembra Foucault (2010), pois na esteira dos pressupostos do autor, compreendemos que o corpo feminino, no fragmento do corpos, é aprisionado por uma ideologia, impondo limitações, proibições e obrigações como normas de comportamento.

---

*136 Em Michel Foucault (2010) encontramos uma vasta pesquisa sobre as práticas punitivas de manutenção da docilidade do corpos. Um corpo que não deve ser tocado, mas vigiado. Prática que remete ao século XVII período no qual os corpos femininos eram subestimados e seus desejos punidos como transtornos psíquicos.*

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que esse breve estudo possa contribuir para a compreensão de como os pressupostos da lógica natural podem contribuir de modo significativo para a análise do discurso em gêneros que *a priori* não possuem uma visada argumentativa, como no gênero crônica.

Nossa análise buscou evidenciar como locutor organiza o discurso de modo a iluminar os aspectos que deseja fazer com que o seu público leitor veja, como retoma os pré-construídos culturais que suscitam as representações e balizam as imagens produzidas na esquematização, tanto a imagem do locutor quanto do interlocutor e do objeto tematizado.

Ao postularmos hipóteses para as imagens do feminino pautadas por certa tradição religiosa não pretendemos com isso discutir a fé ou as práticas religiosas de qualquer comunidade, mas realizar uma reflexão crítica de algumas imagens produzidas por uma ideologia religiosa em função dos efeitos contextuais que, possivelmente, são produzidos por ela, tais como o equivocado reforço ao machismo e à condição subalterna da mulher.

Em nossas análises foi possível perceber que a crônica assume uma dimensão normativa moralizadora do comportamento feminino. O que nos leva a concordar com Emediato (2013) ao dizer que o discurso literário, no interior do qual se inscreve o gênero crônica, em aparência, sem pretensões universais ou argumentativas e, geralmente, aberto a pluralidade, pode assumir uma posição doutrinária. No nosso caso, essa posição doutrinária repousa nos processos de construção das representações discursivas, marcadas por traços dos dados no nível dos pré-construídos culturais.

A partir das representações as imagens produzidas na esquematização suscitam dois imperativos: propõem os sentidos a serem inferidos pelo leitor e ao mesmo tempo convocam o leitor a investir a esquematização de sentido. Esse duplo movimento intenciona o atendimento das expectativas e das pressuposições do locutor ao tematizar o objeto do discurso e ao produzir uma imagem de si, e o do interlocutor, legitimadas por representações socioculturais em uma situação comunicativa particular.

Na crônica as imagens produzidas pela esquematização são consideradas como uma estratégia do locutor para fazer com que o seu leitor veja que existe um ideal de universo feminino a ser perseguido pelas mulheres para a manutenção de uma

convivência familiar harmoniosa que remete à imagem da “Amélia” consagrada pela canção popular brasileira.

O “já dito” sobre o ideal de mãe, de esposa, de trabalhadora, de amante e de conciliadora dócil e generosa atravessa todo o discurso, retoma um discurso saturado de representações sobre o universo feminino no qual, de modo implícito, a figura feminina está sempre disposta a atender as expectativas masculinas. Esse pode ser o ponto de vista imaginado pelo esquematizador da realidade feminina, orientado a um destinatário como modo de iluminar ou direcionar seu olhar para uma teoria sobre o universo feminino formulada na esquematização.

---

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. **Revista virtual de estudos da linguagem**. Edição especial vol. 14, n. 12, 2016. Disponível em: <[www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br)>. Acesso em: 13 de julho de 2018.

ALVES, Ataulfo; LAGO, Mário. **Ai, que saudades da Amélia**. Rio de Janeiro: Odeon, 1942. Disco 48 RPM.

CHARAUDEAU, P. A argumentação em uma problemática da influência. **Revista virtual de estudos da linguagem**. Edição especial vol. 14, n. 12, 2016. Tradução de Maria Aparecida Lino Pauliukonis. Disponível em: <[www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br)>. Acesso em: 13 de julho de 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. L’argumentation dans une problématique d’influence. **Argumentation et Analyse du Discours**. V.1, 2008. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/aad/193>>. Acesso em: 02 de julho de 2018.

DANBLON, E. **Argumenter em démocratie**. Bruxelles: Éditions Labor, 2004.

EMEDIATO, W. Discurso, argumentação e modalização dos processos avaliativos. In. **A transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade em estudos da linguagem**. MACHADO, I.; COURA, J., MENDES, E. (Orgs.). Belo Horizonte: UFMG, 2013.

FARIA, A.B. Amélias: Imagens da mulher de verdade na canção de Ataulfo Alves. **Revista Brasileira de Estudos da Canção**. Natal, n.6, p. 104-124, jul-dez 2014. Disponível em: <[www.rbec.ect.ufrn.br](http://www.rbec.ect.ufrn.br)>. Acesso em: 13 de julho de 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

GRACIO, R. Logica natural. In. **Vocabulário de argumentação**. 2015. Disponível em: <<https://www.ruigracio.com/VCA/Esquematisacao.htm>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

GRACIO, R. Esquematisação. In. **Vocabulário de argumentação**. 2015. Disponível em: <<https://www.ruigracio.com/VCA/Esquematisacao.htm>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

GRIZE, Jean- Blaise. **Logique et langage**. Paris: Ophrys, 1990.

GRIZE, Jean- Blaise. **Logique et langage**. Paris: Ophrys, 1997.

GRIZE, Jean- Blaise. **Logique Naturelle et communications**. Paris: Puff, 1996.

GRIZE, Jean- Blaise. Le point de vue de la logique naturelle: démontrer, prouver, argumenter. In. **L' argumentation aujourd'hui: positions théoriques en confrontation**. Marianne Douryet Sophie Moirand (orgs.). Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, 2004.

PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Unicamp, 1990.

PLATIN, C. Lógica natural. In. **Dicionário de análise do discurso**. Maingueneau e Charaudeau (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2014.





# CAPÍTULO 19

## AS ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS DA MARCA ‘QUEM DISSE BERENICE’ NA CAMPANHA PUBLICITÁRIA ‘É PRA MIM’

Julianna Christina Carvalho Bechir (POSLIN/UFMG/CAPES)

---

**RESUMO:** Pretendemos realizar um estudo que enfoque as estratégias argumentativas utilizadas pela marca ‘Quem disse Berenice’ para agregar o público feminista ao seu mercado. A marca, com o objetivo de ampliar seu mercado consumidor, decidiu se posicionar utilizando-se do discurso feminista para lançar campanhas que tentam desconstruir preconceitos e estereótipos ligados à imagem da mulher. A campanha da marca escolhida para a análise, ‘é pra mim’, chama a atenção para a questão da dominação masculina e do empoderamento feminino. Utilizamos como referencial teórico-metodológico a ‘Teoria Semiolinguística’, proposta pelo teórico francês Patrick Charaudeau. Após a análise, pudemos perceber que a marca ‘Quem disse Berenice’ aposta na utilização desse discurso com o intuito de se identificar com o público composto por mulheres feministas, na esperança de que essa identificação seja recíproca e elas adquiram o produto anunciado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso. Argumentação. Feminismo. Estratégia Argumentativa.

---

### 1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista as mudanças no cenário publicitário atual, mudanças essas advindas dos movimentos feministas que têm se mostrado em evidência no contexto midiático, pretendemos realizar um estudo que enfoque as estratégias argumentativas utilizadas pela marca ‘Quem disse Berenice’ para agregar o público feminista ao seu mercado (BERTO, 2015). Este trabalho surge de indagações pessoais a respeito

dessa mudança no cenário publicitário nesse momento sócio-histórico específico, marcado pelo protagonismo do discurso feminista.

Esse fenômeno de apropriação pelas marcas do discurso feminista é conhecido como *Femvertising* (uma mistura entre *feminism* e *advertising*). O movimento surgiu em um contexto de demandas e enfrentamentos feministas, a partir de 2012, com o estabelecimento da 'Quarta onda do feminismo'. Nesse período, houve uma ressignificação da luta feminista, que trouxe à tona novas pautas e questionamentos. Através de sua disseminação nas redes sociais, o movimento feminista se tornou a temática mais discutida mundialmente. Com isso, o discurso feminista passou a ser visto como um instrumento de mercado, e artistas e empresas começaram a se apropriar deste com intuito de angariar vendas. Nesse contexto, o feminismo tornou-se um produto vendável, sendo um aliado da lógica capitalista (AZEVEDO, 2017).

A marca 'Quem disse Berenice', com o objetivo de ampliar seu mercado consumidor, decidiu se posicionar utilizando-se do discurso feminista<sup>137</sup> para lançar campanhas que tentam desconstruir preconceitos e estereótipos ligados à imagem da mulher. A campanha da marca escolhida para a análise, intitulada 'é pra mim'<sup>138</sup>, veiculada no *YouTube* em setembro de 2015, traz mulheres bem diferentes entre si, o que mostra a preocupação da marca com a representatividade. Tal campanha chama a atenção para a questão da dominação masculina e do empoderamento feminino, já que apresenta enunciados sexistas sendo ressignificados pelas mulheres no vídeo.

Este trabalho tem como objetivo analisar as estratégias argumentativas da marca 'Quem disse Berenice' na construção da campanha publicitária 'é pra mim'. Partimos do pressuposto de que a argumentação e a persuasão são inerentes a esse gênero. Segundo Machado (1997 *apud* Domingues, 2013), o gênero 'campanha publicitária' é um conjunto de peças publicitárias que visa atingir um determinado público-alvo. Desse modo, a maneira como uma campanha é criada, visando chamar a atenção do interlocutor, demonstra sua dimensão persuasiva e intencional. Nesse sentido, as campanhas publicitárias são sempre sugestivas, trazendo à tona um pla-

---

<sup>137</sup> Entendemos por 'discurso feminista' a emergência de um discurso advindo de movimentos históricos de lutas feministas por direitos e mudanças na condição de vida das mulheres. Um discurso pautado na afirmação da igualdade de gêneros e no protagonismo das mulheres em lugares e situações que outrora lhes foram negados, em função da cultura patriarcal que historicamente sempre regeu nossa sociedade (SOUZA; BARBOSA, 2017).

<sup>138</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=4XbFv9C\\_GiY](https://www.youtube.com/watch?v=4XbFv9C_GiY). Acesso em: 10/08/19.

nejamento com base em pesquisas de mercado e nas características do público-alvo (DOMINGUES, 2013).

A fim de analisarmos as estratégias argumentativas da marca 'Quem disse Berenice' para se identificar com o público feminino feminista, utilizaremos como referencial teórico-metodológico a 'Teoria Semiolinguística', proposta pelo teórico francês Patrick Charaudeau. Acreditamos que um trabalho como esse tem relevância, pelo fato de objetivar analisar essa importante mudança no cenário publicitário, buscando compreender de que forma e por que motivo o discurso feminista é abordado na campanha.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Teoria Semiolinguística é uma corrente teórica da Análise do Discurso que surgiu na década de 1980, sendo proposta pelo teórico francês Patrick Charaudeau. A teoria rompeu com a tradição pècheuxiana no que diz respeito ao assujeitamento do sujeito, inserindo, assim, uma nova teoria do sujeito. Na Teoria Semiolinguística, o sujeito é, aliás, o centro, sendo privilegiado como entidade abstrata, com intencionalidades ao mesmo tempo individuais e coletivas. A teoria insere-se, assim, em um contexto de afirmação das múltiplas vozes que se afrontam no discurso, perspectiva previamente proposta por Bakhtin (MACHADO, 2001).

De acordo com Machado (2001), Charaudeau afirma que as interações resultam da troca entre o "eu" e o "tu", evocando e valorizando o papel do outro nas trocas linguageiras. Nesse sentido, ele busca associar a dimensão linguística e a dimensão social da encenação discursiva. Manifestam-se, então, segundo o autor, quatro sujeitos comunicacionais, sendo dois externos (*situacionais*) e dois internos (*discursivos*) (MACHADO, 2001).

Na perspectiva Semiolinguística, o sentido do discurso depende das circunstâncias de enunciação e dos destinatários aos quais o discurso é endereçado. Charaudeau (2001, p. 25) amplia o conceito de 'discurso' para além da manifestação verbal, tomando-o como "o lugar da encenação da significação, sendo que pode utilizar, conforme seus fins, um ou vários códigos semiológicos". Para o autor, "o discurso é um conjunto de características linguageiras que contribuem para construir o texto" (CHARAUDEAU, 1984, p. 100). De acordo com Charaudeau (2001), o termo 'discurso' pode ser utilizado em dois sentidos. O primeiro se refere ao fenômeno da encenação

do ato de linguagem, que depende de um dispositivo que contém, como foi dito, um circuito interno (lugar da organização do dizer) e outro externo (lugar do fazer psicossocial). Já o segundo sentido de discurso, segundo o autor, diz respeito ao conjunto de saberes partilhados entre indivíduos de um determinado grupo. A teoria considera a linguagem um elemento indissociável de seu contexto sócio-histórico.

Segundo Machado (2001), o próprio nome da teoria, "Semiolinguística", já revela o que ela representa.

Sémio-, vem de *sémiosis*, lembrando que a construção do sentido e sua configuração se fazem por meio de uma relação forma-sentido, relação esta que pode ocorrer em diferentes sistemas semiológicos. Tal construção está sob a responsabilidade de um sujeito, movido por uma determinada intenção, ou seja, um sujeito que tem, em sua mente, um projeto visando influenciar alguém [...] (MACHADO, 2001, p. 47).

Já com relação à presença de "-linguística", o teórico quis lembrar que a forma de ação do sujeito é antes de tudo constituída por um material languageiro que provém das línguas naturais (MACHADO, 2001).

No que diz respeito ao sujeito da Teoria Semiolinguística, este é dotado de intencionalidade e, tendo isso em vista, Charaudeau (1992) explica:

Da mesma forma que um ator em cena de teatro se utiliza do espaço cênico, da cenografia, da iluminação, da sonorização, dos comediantes, de um texto, para produzir os efeitos de sentido para um público que ele imagina, o locutor – que queira falar ou escrever – se utiliza dos componentes do dispositivo de comunicação em função dos efeitos que ele quer produzir sobre seu interlocutor (CHARAUDEAU, 1992, p. 635).

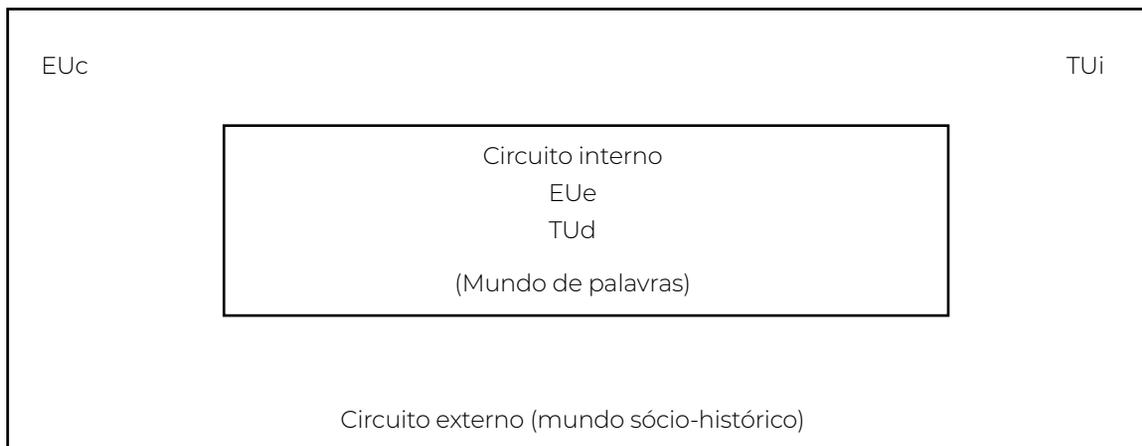
Segundo o autor, as situações de comunicação são comandadas por normas que regem as trocas sociolinguageiras, chamadas de 'contratos comunicacionais' (de fala). O contrato é, em essência, um acordo socialmente compartilhado entre os parceiros. Esse contrato "dá um certo estatuto sociolinguageiro aos diferentes protagonistas da linguagem, determinando suas falas" (CHARAUDEAU, 1983, p. 54). Apesar

de existir um contrato que caracteriza as situações de troca, o sujeito não está totalmente determinado por ele. Existe uma “margem de manobra”, nas palavras de Charaudeau, que permite que os sujeitos também realizem seu próprio ato, podendo escolher uma forma de se expressar que corresponda ao seu projeto de fala. Essa margem está relacionada à noção de ‘estratégia discursiva’, de modo que o sujeito pode produzir determinado ‘efeito’ sobre seu parceiro, de acordo com suas intenções (CHARAUDEAU, 1983).

Para que o contrato comunicacional funcione, é necessário que o Eu-comunicante (EUc) e o Tu-interpretante (TUi) estejam dispostos a incluírem outros sujeitos na cena enunciativa. Assim, o EUc aciona um Eu-enunciador (EUe) que se dirige a um TUd (sujeito-destinatário). Essa representação diz respeito ao que Charaudeau quis chamar de *mise en scène* (CHARAUDEAU, 1983).

Apresentamos, a seguir, o quadro enunciativo proposto por Charaudeau.

**Figura 1** - O quadro enunciativo



No quadro acima, os sujeitos estão inseridos na encenação discursiva, onde cada um tem uma função no processo de comunicação. Temos, então, o sujeito destinatário (TUd), que é fabricado pelo EU como interlocutor ideal, sobre o qual ele tem total domínio, já que o EU supõe que seu projeto de fala será totalmente inteligível para TUd. Já o TUi, sujeito interpretante, é exterior ao ato de enunciação produzido pelo EU. Ele é o sujeito responsável pelo processo de interpretação que se esquia

do domínio do EU. Por outro lado, temos o EUE, sujeito enunciador, o ser de fala que sempre se apresenta no ato de linguagem. Visto a partir do processo de produção, ele é uma imagem de enunciador construída pelo EUC, sujeito produtor da fala, chamado de sujeito comunicante. O EUE representa sua intencionalidade. Visto a partir do processo de interpretação, o EUE é uma imagem construída pelo TUI que supõe qual é a intencionalidade do EUC construída no ato de produção (CHARAUDEAU, 2008).

Apresentamos, a seguir, os conceitos mais relevantes da Teoria Semiolinguística que aparecerão ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Um deles é o 'ato de linguagem', que diz respeito à intencionalidade do sujeito. Um ato se refere a um conjunto de intenções mais ou menos conscientes, que são influenciadas pelas circunstâncias psicossociolinguageiras, ou seja, ele está suscetível a impactos inconscientes do contexto sócio-histórico. Conforme afirma Charaudeau (2008), o ato é estudado como encenação discursiva, o que significa que este está intimamente ligado às relações comunicacionais. O ato de linguagem deve, portanto, estar adequado ao contexto e à sua finalidade. Ainda segundo o autor, todo ato de linguagem visa persuadir e envolver o outro na troca linguageira. Temos, ainda, a 'situação de comunicação', que está relacionada ao contexto sócio-histórico em que ocorrem as trocas linguageiras. Para cada situação de comunicação, há uma forma adequada de se posicionar. Charaudeau (2008) afirma que o sentido ou a significação são dependentes não só do material linguageiro, mas elementos de ordem social, situacional e cultural também fazem parte do processo de significação. Estes auxiliam na interpretação do ato de linguagem. Além dos citados, o conceito de 'contrato comunicacional', anteriormente explicitado, também é fundamental para a análise semiolinguística.

Charaudeau (2008), ao tratar das representações linguageiras das experiências dos indivíduos (sejam elas individuais ou coletivas), afirma que tais representações são organizadas por componentes linguageiros, semânticos e formais que constituem ordens de organização do discurso. O autor, então, propõe uma reflexão sobre os componentes da organização discursiva, que são divididos por ele em quatro modos. São eles: 'modo de organização enunciativo' (que define a posição dos sujeitos e revela a posição que o locutor mantém com o interlocutor, com o que é dito e com a realidade exterior), 'modo de organização descritivo' (modo que confere qualidades, nomeia o mundo e distingue seres e objetos), 'modo de organização narrativo' (que organiza o mundo de forma sucessiva e constante) e 'modo

de organização argumentativo' (que rege operações de pensamento, organizando relações de causalidade).

Devido aos objetivos do presente trabalho, trataremos apenas do modo de organização argumentativo. Segundo Charaudeau (2008),

argumentar é (...) uma atividade discursiva que, do ponto de vista do sujeito argumentante, participa de uma dupla busca:

- uma *busca de racionalidade* que tende a um ideal de verdade quanto a fenômenos do universo (...). Pelo fato de que nenhum sujeito é ingênuo, essa busca do verdadeiro torna-se uma busca do *mais verdadeiro*, ou seja, do verossímil (...), de um verossímil que depende das representações socioculturais compartilhadas pelos membros de um determinado grupo, em nome da experiência ou do conhecimento (...).

- uma *busca de influência* que tende a um ideal de persuasão, o qual consiste em compartilhar com o outro (...) um certo *universo de discurso* até o ponto em que este último seja levado a ter as mesmas propostas (atingindo o objetivo de uma coenunciação). (CHARAUDEAU, 2008, p. 206).

Charaudeau (2008) afirma que o modo de organização argumentativo contribui para a construção da totalidade da argumentação, a qual resulta da ligação entre elementos distintos que dependem de uma determinada situação com certa finalidade persuasiva. De acordo com o autor, esse modo ocupa-se da construção de explicações acerca das asserções feitas no mundo, numa perspectiva dupla de 'razão demonstrativa' (que busca estabelecer relações de causa, chamadas de 'organização da lógica argumentativa') e 'razão persuasiva' (que procura estabelecer a *prova* através dos argumentos, mecanismo chamado de 'encenação argumentativa').

Segue, abaixo, um quadro elaborado por Charaudeau (2008) que resume os elementos da encenação argumentativa.

**Figura 2** - Resumo dos componentes da encenação argumentativa

O dispositivo argumentativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Proposta</li> <li>- Proposição</li> <li>- Persuasão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Tese”</li> <li>- “Quadro de questionamento”</li> <li>- “Quadro de raciocínio”</li> </ul>
Os tipos de configuração	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Situações de troca</li> <li>- Contrato de comunicação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Monological”</li> <li>- “Dialogal”</li> <li>- “Explícito”</li> <li>- “Implícito”</li> </ul>
As posições do sujeito	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Com relação à Proposta</li> <li>· Com relação ao emissor (E) da Proposta</li> <li>· Com relação a sua própria argumentação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- “Tomada de posição”</li> <li>- “Não tomada de posição”</li> <li>- “Rejeição do estatuto”</li> <li>- “Aceitação do estatuto”</li> <li>- “Autojustificativa”</li> <li>- “Engajamento e argumentação polêmica”</li> <li>- “Não engajamento e argumentação racional”</li> </ul>

De acordo com Charaudeau (2008), chamamos de ‘Proposta’ o encadeamento de asserções que se combinam para estabelecer parte do processo argumentativo. Além da Proposta, para que tal processo aconteça, é necessário que o sujeito tome uma posição em relação a uma determinada tese, desenvolvendo uma ‘Proposição’. Essa condição faz com que o sujeito desenvolva um ato de ‘Persuasão’, explicitando sua opinião sobre a Proposta colocada. Charaudeau (2008) sustenta, então, que o dispositivo argumentativo é composto por três quadros: ‘Proposta’, ‘Proposição’ e ‘Persuasão’. O autor ainda destaca que, na Proposição, o sujeito pode tomar uma posição (mostrando-se de acordo ou em desacordo com a Proposta) ou não (ele então coloca a Proposta em questão, sem engajar-se).

Conforme afirma Charaudeau (2008), a argumentação também depende de fatores situacionais e é em função destes que são utilizados os componentes do dispositivo argumentativo. Os fatores situacionais que caracterizam uma argumentação em forma de texto dependem da situação de troca e do contrato de fala. A situação de

troca pode ser monologal (o próprio sujeito responsável pela totalidade do texto aplica a Proposta, a Proposição e o ato de Persuasão) ou dialogal (Proposta, Proposição e Persuasão são aplicadas através das réplicas que se manifestam na troca linguageira). O contrato de argumentação, por outro lado, oferece as chaves de interpretação de um texto. Se o texto remete a esse contrato, a argumentação é explícita, mas se ele o dissimular, nesse caso, a argumentação é implícita.

Segundo Charaudeau (2008), o sujeito argumentante utiliza procedimentos de acordo com seu propósito de comunicação, tendo como base os diversos componentes do modo de organização argumentativo. Esses procedimentos visam validar uma determinada argumentação, ou seja, mostrar que a Proposição é justificada. Para tanto, é necessário que se produza a 'prova'. Alguns desses procedimentos ancoram-se no valor dos argumentos, sendo chamados de 'procedimentos semânticos'. Outros estão ligados aos recursos linguísticos para produzir determinados efeitos de discurso, sendo conhecidos como 'procedimentos discursivos'. Já os 'procedimentos de composição' ordenam o conjunto da argumentação, dependendo da situação de troca.

### 3 METODOLOGIA

Este trabalho tem como *corpus* a campanha publicitária 'é pra mim' da marca de cosméticos 'Quem disse Berenice'. A campanha foi veiculada no canal da marca no YouTube em setembro de 2015.

Partindo do pressuposto de que a marca se utiliza do discurso feminista como uma estratégia argumentativa a fim de se identificar com o público consumidor feminino e, por sua vez, feminista, nos propomos a analisar, com a contribuição da Teoria Semiolinguística, a construção das estratégias de persuasão da marca.

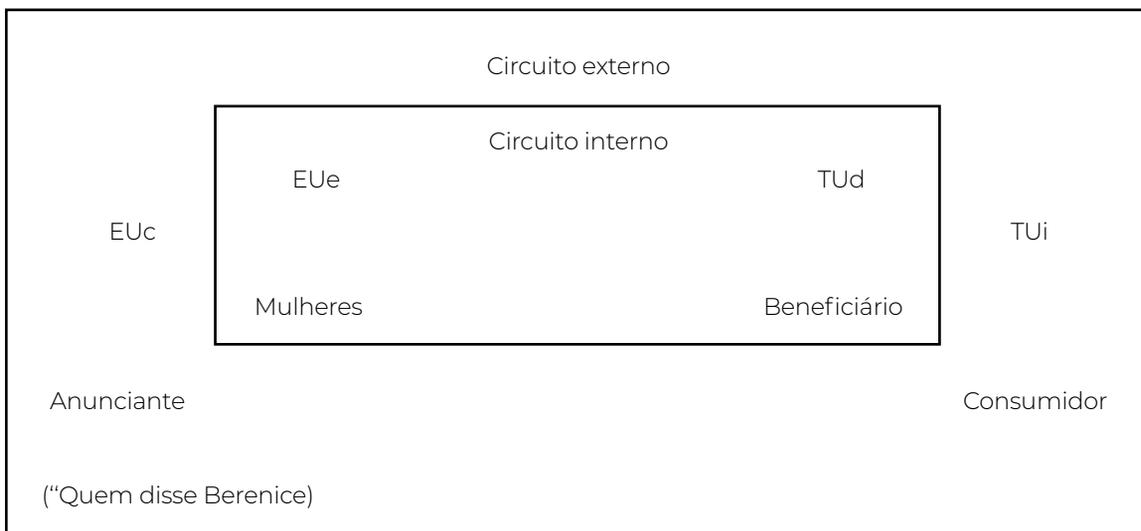
Para tanto, seguiremos o seguinte percurso: analisaremos os sujeitos comunicacionais e o contrato de comunicação que rege a troca verbal no *corpus*; analisaremos os componentes da 'encenação argumentativa' (o dispositivo argumentativo, os tipos de configuração e as posições do sujeito) e, por fim, examinaremos os procedimentos da encenação argumentativa. Essas categorias de análise poderão revelar as estratégias argumentativas da marca 'Quem disse Berenice' na construção da campanha 'é pra mim', já que a análise desses elementos é capaz de evidenciar aspectos ligados à situação de comunicação e ao projeto de fala da marca.

#### 4 ANÁLISE DA CAMPANHA PUBLICITÁRIA 'É PRA MIM'

Iniciamos a análise do *corpus*, composto pela campanha publicitária 'é pra mim', da marca 'Quem disse Berenice', apresentando os sujeitos comunicacionais e o contrato de comunicação que rege esta troca verbal. Como foi dito, manifestam-se quatro sujeitos na enunciação discursiva, dois no circuito externo e dois no circuito interno. No circuito externo, temos o EUc (o anunciante, ou seja, a marca 'Quem disse Berenice') e o TUi (o consumidor), o qual escapa ao domínio do EU. Já no circuito interno, temos o EUe (as mulheres), sujeito de fala que representa a intencionalidade de EUc; e o TUd (o beneficiário), fabricado pelo EU como destinatário ideal.

O contrato de comunicação da campanha em análise é marcado pelos quatro sujeitos acima identificados, sendo que EUc projeta um EUe cuja intencionalidade é vender um determinado produto (e uma determinada ideia), convencendo o consumidor a comprá-lo. O consumidor, por sua vez, pode ou não aceitar o contrato oferecido, ou seja, este pode aceitar comprar o produto ou não. Para convencer o consumidor a adquirir o produto, EUe utiliza diversas estratégias argumentativas, de modo a produzir um determinado efeito em seu parceiro de troca. O projeto de fala de EUe é, então, profundamente persuasivo.

O contrato de comunicação da campanha publicitária 'é pra mim'



Partindo do pressuposto de que a argumentação e a persuasão são inerentes ao gênero ‘campanha publicitária’, nos propomos a analisar as estratégias argumentativas utilizadas pelo EUE no *corpus* em questão. Na campanha em análise, alguns enunciados sexistas são ressignificados pelas mulheres que aparecem no vídeo. Cada uma delas representa um enunciado ligado a um imaginário sexista com relação à imagem da mulher. Seguem alguns desses enunciados: 1) “batom vermelho não é pra mim” (representado por uma mulher de batom vermelho); 2) “cabelo curtinho não é pra mim” (representado por uma mulher de cabelos curtos); 3) “maquiagem não é pra mim” (representado por uma mulher idosa usando maquiagem); 4) “ser chefe não é pra mim” (representado por uma mulher com trajés de trabalho); entre outros.

A fim de compreendermos melhor as estratégias da marca, utilizaremos as categorias do modo de organização argumentativo, em especial elementos componentes da ‘encenação argumentativa’. Como foi dito, a ‘razão demonstrativa’ liga-se a uma ‘razão persuasiva’, que varia de acordo com os sujeitos e com a situação de comunicação, as quais se associam a um determinado contrato que, por sua vez, rege as trocas linguageiras.

Temos, na campanha em análise, um caso de ‘argumentação polêmica’. Sabe-se que a questão sexista é polêmica por natureza, porém o tipo de ‘engajamento’ do sujeito (no caso, as mulheres) implica claramente uma controvérsia que coloca em causa os argumentos presentes nos enunciados antes de serem adulterados (com o corte do ‘não’). Ou seja, EUE rejeita a proposta de tais enunciados, ressignificando-os. Com isso, há uma tomada de ‘posição do sujeito’, que o leva a desenvolver um ato de ‘Persuasão’, fazendo com que ele refute a ‘Proposta’ anterior e elabore uma outra, contrária à primeira. Segue um exemplo.

1) “batom vermelho não é pra mim” [porque...]<sup>139</sup> (Proposta) -> [Discordância] (Proposição) -> “batom vermelho não é pra mim” (Persuasão) [porque...].

Abordaremos a seguir os fatores situacionais que caracterizam os tipos de configuração do dispositivo argumentativo. Com relação à situação de troca da campanha em análise, podemos dizer que há uma situação monológica, já que o próprio sujeito responsável pela totalidade do texto é que coloca em evidência a Proposta, a Proposição e que desenvolve o ato de Persuasão. No que diz respeito ao contrato de

---

<sup>139</sup> Os colchetes indicam uma asserção implícita.

comunicação, podemos dizer que a argumentação não remete necessariamente ao contrato estabelecido, sendo caracterizada como 'implícita'. A interpretação do texto é, portanto, um pouco mais abstrata, visto que é preciso relacionar questões de ordem situacional com os elementos verbais.

Por fim, examinaremos o procedimento da encenação argumentativa, responsável por validar a argumentação. No *corpus*, o procedimento utilizado é o discursivo, já que os recursos linguísticos é que são responsáveis pelos efeitos de discurso que são produzidos. Para produzir um determinado efeito, EUc dá voz a EUe que, por sua vez, recorre à definição de um determinado comportamento para convencer o interlocutor de sua ideia.

1) 'batom vermelho não é pra mim' → 'batom vermelho é pra mim'.

Ao cortar o 'não' nos enunciados, o sujeito visa rejeitar um determinado comportamento e definir outro, contrário ao primeiro. Ou seja, com a adulteração dos enunciados, o sujeito define determinados comportamentos que devem ser seguidos pelas mulheres e rejeita os comportamentos sexistas e estereotipados ditados pelos enunciados anteriores. Esse procedimento, portanto, produz determinados efeitos, discursivos e persuasivos, que enriquecem a argumentação.

## 5 CONCLUSÃO

Após a análise, podemos dizer que a marca 'Quem disse Berenice' dá voz às mulheres a fim de que elas ressignifiquem os enunciados sexistas e preconceituosos presentes no *corpus* da pesquisa. Assim, na campanha, elas cortam a palavra 'não' em todos os enunciados, passando uma ideia contrária àquela que havia sido proposta, o que gera um efeito de sentido proposital, fruto de uma estratégia argumentativa da marca. Utilizando-se dessa ressignificação, a marca visa chamar a atenção de seu público-alvo, composto, em sua maioria, por mulheres. Pelo fato de o discurso feminista estar em voga neste momento sócio-histórico, a marca aposta na utilização desse discurso com o intuito de se identificar com o público composto por mulheres feministas, na esperança de que essa identificação seja recíproca e elas adquiram o produto anunciado.

Para tanto, a partir do seu projeto de fala, da situação de comunicação e do contrato estabelecido entre os sujeitos participantes, a marca utiliza um procedimento discursivo, os recursos linguísticos, a fim de produzir um efeito persuasivo no in-

terlocutor e convencê-lo de sua tese. O objetivo da marca é definir certos tipos de comportamento contrários aos ditados pelos enunciados da campanha, sexistas e preconceituosos. A marca quer mostrar que, ao adulterarem tais enunciados, as mulheres estão se libertando de padrões de beleza e de comportamentos instituídos pela sociedade.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Jade Vilar de. *Feminismo de revista: Análise da apropriação do movimento feminista pelo mercado a partir da revista Elle*. Trabalho de Conclusão de Curso (Jornalismo). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2017. 125p.

BERTO, V. De *Watson a Arquette: o feminismo na mídia*. Disponível em: <http://www.tendere.com.br/blog/2015/03/07/feminismo-na-midia/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et Discours - Eléments de sémiolinguistique*, Paris: Hachette, 1983.

\_\_\_\_\_. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, Hugo; et al. (Orgs.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Fale-U-FMG. 1999. p. 27-43.

\_\_\_\_\_. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H; MACHADO, I. L.; MELLO, R. (orgs). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.

DOMINGUES, G. V. *Gênero Textual Campanha Publicitária sobre Bullying: a não violência nas aulas de LEM-Inglês*. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_unicentro\\_lem\\_artigo\\_geni\\_veres\\_domingues.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unicentro_lem_artigo_geni_veres_domingues.pdf). Acesso em: 20 jun. 2018.

MACHADO, Ida Lucia. Uma teoria de análise do discurso: a semiolinguística. In. MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Orgs). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2001. p. 39-62.

SOUZA, S. R. V.; BARBOSA, M. A. O discurso feminista e seus efeitos na sociedade pós-moderna. *Revista Travessias*, Cascavel, v. 11, n.1, p. 93 – 114, jan./ abr. 2017.



# CAPÍTULO 20

## A CIDADANIA FRANCESA COMO RECOMPENSA AO HERÓI: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIODISCURSIVAS DO MIGRANTE PELAS MÍDIAS BRASILEIRAS

Bárbara Mano de Faria (POSLIN/UFMG/CAPES)

---

**RESUMO:** Diante do cenário das migrações contemporâneas e da notoriedade que ganhou o caso de Mamoudou Gassama, migrante malinês que recebeu a cidadania francesa por um ato heroico que protagonizou em Paris, em maio de 2018, o presente artigo se volta para as representações sociodiscursivas da figura do migrante, veiculadas pelas mídias brasileiras. A partir de uma análise dos discursos relatados presentes em textos jornalísticos da mídia informativa *online* brasileira, são identificados os pontos de vista subjacentes aos discursos apresentados e os imaginários sociodiscursivos que atravessam tais discursos e a própria enunciação midiática. Tais imaginários, por sua vez, sustentam as representações do *ser migrante* conforme paradigmas que legitimam ou não a condição migratória e o próprio direito à cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** Representações sociodiscursivas. Imaginários. Discurso relatado. Pontos de vista.

---

### 1 INTRODUÇÃO

O ano de 2018 foi marcado por crescentes fluxos migratórios, principalmente de grupos que vivenciam a chamada “migração de crise” (CLOCHARD, 2007), e pela ascensão, em diversos países, de governos pautados em plataformas mais nacionalistas e conservadoras no âmbito social. Esse cenário nos permite situar alguns acontecimentos que, ao destacarem a condição de migrantes na Fran-

ça, projetaram o país no cenário mundial, gerando repercussões também nas mídias brasileiras.

Diante desse quadro, propomo-nos a analisar, discursiva e enunciativamente, um desses acontecimentos, refletindo sobre os modos de problematização da questão migratória contemporânea e das representações sociodiscursivas de migrantes pelas mídias referenciais, com base na Análise do Discurso de orientação francesa e em outros estudos do discurso e de áreas afins. O acontecimento em questão, ocorrido em maio de 2018, refere-se à concessão da cidadania francesa a Mamoudou Gassama, imigrante malinês que salvou uma criança prestes a cair do quarto andar de um prédio em Paris, o que suscitou novamente debates mundiais em torno das migrações contemporâneas e dos posicionamentos políticos e sociais acerca da questão.

Assim, tendo em vista a noção de representações sociais, amplamente desenvolvida pela Psicologia Social, e a de imaginários sociodiscursivos, proposta por Charaudeau (2006), buscamos identificar elementos linguísticos e enunciativos que revelam, em um *corpus* formado essencialmente por trechos de textos jornalísticos, imaginários acerca da figura do migrante, compartilhados pelas diversas instâncias públicas e preponderantes em discursos institucionalizados – das mídias, dos políticos e ainda dos membros da sociedade civil, engajados ou não com as questões migratórias.

Para tal, foram coletadas notícias e reportagens publicadas no mês de maio de 2018 por diferentes veículos da mídia *online* brasileira, com base em uma série de critérios a serem descritos posteriormente. Tais textos, por sua vez, oferecem-nos um panorama de como o tema das migrações contemporâneas tendem a ser problematizados nas mídias de grande circulação e como os migrantes costumam ser tratados nos discursos propagados por elas, conforme um movimento duplo que reflete e influencia o senso comum.

## **2 DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS AOS IMAGINÁRIOS SOCIODISCURSIVOS**

Ao empreendermos nosso estudo, partimos do pressuposto de que a abordagem discursiva de temas de caráter social não se limita à análise dos fenômenos e/ou acontecimentos sociais em si, em sua essência; ao contrário, na medida em que o próprio discurso só pode ser compreendido em relação às esferas de atividade humana (BAKHTIN, 1992), tratar desses temas requer fundamentalmente uma análise de seus modos de representação nos/pelos discursos das mais diversas fontes.

Logo, devemos considerar tanto as diferentes formas como as problematizações traçadas por essas fontes são representadas em seus enunciados quanto os diversos imaginários, valores e saberes que sustentam esses discursos. Em outras palavras, sem perder de vista que o propósito de todo ato de discurso é aquilo de que se fala, para além da tentativa de influenciar o outro, Charaudeau (2006, p.187) destaca que

Por mais que se fale (ou escreva) com a finalidade essencial de estabelecer uma relação entre si e o outro e de influenciá-lo, tentando persuadi-lo ou seduzi-lo, essa relação seria vazia de sentido se não tivesse por objeto certa visão que trazemos do mundo, isto é, o conhecimento que se tem da realidade e os julgamentos que dela se fazem. O homem é tomado tanto por um desejo de inteligibilidade do mundo quanto de troca com o outro.

Todas essas reflexões nos levam a conceber a comunicação e o discurso segundo uma necessidade constitutiva do ser humano de compreender a realidade na qual se inscreve e a sua própria condição humana. Esse processo de compreensão, por sua vez, fundamenta-se em sistemas de significação que atravessam a memória coletiva e que se sustentam a partir do compartilhamento de representações sociais apoiadas em imaginários sociodiscursivos. Nesse sentido, entendemos por representações sociais

Um sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social. (MOSCOVICI, 2015, p.21).

Percebemos, portanto, que as representações são um elemento fundamental para o estabelecimento não só de referências de valores e práticas conforme as quais uma sociedade e/ou comunidade se pauta, mas também de seu próprio senso de comunidade e de sua projeção face aos demais grupos que não a com-

põem, condicionando ainda o tratamento que dirige a esses grupos. Nessa perspectiva, a própria construção identitária parte de uma constatação da diferença do outro que, por um princípio de alteridade, desperta em nós a consciência da própria identidade, seja ela individual ou coletiva, e pode impulsionar um duplo movimento de atração e de rejeição em relação ao outro (CHARAUDEAU, 2015), que não raro se materializa, nos discursos institucionalizados, pela difusão de imaginários sociodiscursivos.

Diante disso, à luz de Charaudeau (2006), consideramos de suma importância atribuir um caráter discursivo à noção de imaginários sociais para adequá-la ao quadro teórico da Análise do Discurso. Com efeito, “para desempenhar plenamente seu papel de espelho identitário, esses imaginários fragmentados, instáveis e essencializados têm necessidade de ser materializados.” (idem, p.206). De qualquer maneira, não podemos deixar de esclarecer também a própria definição de imaginários sociais que aqui adotamos e que, por sua vez, inspira-se na concepção de representações sociais teorizada pela Psicologia Social:

O imaginário é efetivamente uma imagem da realidade, mas imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações. Ao descrever o mecanismo das representações sociais, aventamos com outros a hipótese de que a realidade não pode ser aprendida enquanto tal, por ela própria: a realidade nela mesma existe, mas não significa. A significação da realidade procede de uma dupla relação: a relação que o homem mantém com a realidade por meio de sua experiência, e a que estabelece com os outros para alcançar o consenso de significação. A realidade tem, portanto, necessidade de ser percebida pelo homem para significar, e é essa atividade de percepção significativa que produz os imaginários, os quais em contrapartida dão sentido a essa realidade. (CHARAUDEAU, 2006, p.203).

Assim, com o intuito de compreender de que modo a questão migratória contemporânea vem sendo significada – e os migrantes representados – nas mídias brasileiras, a partir da análise de reportagens e notícias em torno de um acontecimento de destaque na França, buscamos identificar a presença de imaginários em elementos linguísticos e enunciativos, projetando sempre essas reflexões no âmbito do discurso.

### 3 OS SISTEMAS DE PENSAMENTO QUE ATRAVESSAM OS DISCURSOS INSTITUCIONALIZADOS

Ao tratar do discurso político, Charaudeau (2006, p.199) aponta para uma finalidade estratégica que “procura fazer com que uma verdade de crença se passe por verdade de conhecimento”. Tal observação, que se estende aos diversos discursos institucionalizados considerados referenciais – das mídias, dos políticos, das associações e até mesmo de certos representantes da sociedade civil –, parte de uma definição de sistemas de pensamento em duas ordens: saberes de conhecimento e saberes de crença. Na concepção do autor, os primeiros “visam a estabelecer uma verdade sobre o mundo. Eles são oferecidos como existindo além da subjetividade do sujeito, pois o que funda essa verdade é algo exterior ao homem.” (idem, p.197). Já os segundos “visam a sustentar um julgamento sobre o mundo. Referem-se, portanto, aos valores que lhe atribuímos e não ao conhecimento sobre o mundo, que é um modo de explicação centrado na realidade e que, supostamente, não depende de julgamento humano [...]” (idem, p.198).

Nesse sentido, de que maneira os discursos institucionais – e mais especificamente os midiáticos, que aqui nos interessam – promovem a reificação de saberes originários do senso comum? Ora, tal movimento se vale justamente de uma série de estratégias discursivas e enunciativas que, de um lado, instauram e perpetuam as próprias representações sociais na sociedade e, de outro, inscrevem-nas nas bases dos discursos midiáticos. Isso porque, ainda que os veículos tidos como referenciais prezem por uma suposta objetividade, as representações por eles difundidas são fundadas em elementos da ordem dos imaginários sociais, sem os quais não haveria uma identificação entre os sujeitos envolvidos na atividade discursiva. Assim, cabe considerar que as representações, de acordo com Moscovici (2015, p.34-36; grifo do autor), possuem duas funções:

- a) Em primeiro lugar, elas *convencionalizam* os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como um modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e se sintetizam nele.
- b) Em segundo lugar, representações são *prescritivas*, isto é, elas se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação

de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós comecemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado.

Notamos, pois, que essa dupla função traz um aspecto que muito se assemelha às características dos conhecimentos de cunho científico e referencial. Na medida em que os discursos institucionalizados, valendo-se de estratégias discursivas e enunciativas, ressaltam, sobretudo, esse caráter prescritivo das representações sociais, trazem consigo não apenas uma aparente objetividade própria dos saberes de conhecimento, mas também um tom de autoridade detentora desses conhecimentos, não raro atribuído às reportagens e às notícias veiculadas na imprensa informativa. Por outro lado, se a noção de prescrição pode sugerir uma hierarquização de saberes que se impõe aos leitores, o caráter convencional das representações sociais favorece um processo de identificação desses leitores com os imaginários veiculados pelos textos jornalísticos.

Isso se dá a partir de dois mecanismos complementares que constituem as representações sociais (MOSCOVICI, 2015, p.60-61): a assimilação e a internalização de aspectos da realidade circundante (ancoragem), seguidas da sua interpretação e da sua classificação (objetivação). Com isso, temas que, até então, não eram familiares, e/ou não faziam parte da realidade dos leitores, tornam-se familiares a eles, a exemplo da abordagem, pelas mídias brasileiras, do acontecimento que se passou na França. A partir da transposição dos fatos relatados para o universo de significações compartilhadas nos imaginários da nossa sociedade, é promovida uma sensação de familiaridade, o que atribui, até mesmo, maior relevância ao que é abordado.

Finalmente, no que diz respeito aos aspectos discursivos e enunciativos, as representações sociais, assim definidas, também contribuem para cristalizar no/pelo discurso uma série de paradigmas, que traduzem preceitos e valores identitários de uma comunidade e ainda condicionam o olhar social sobre o outro que, ao menos em um primeiro contato, não faz parte dela.

#### **4 O DISCURSO RELATADO E A INTERAÇÃO DOS PONTOS DE VISTA: ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS E ENUNCIATIVAS QUE ECOAM IMAGINÁRIOS ATRAVÉS DE VOZES MÚLTIPLAS**

Tendo em vista, pois, que as palavras carregam significações na medida em que categorizam a realidade extralinguística, materializando-a no/pelo discurso, torna-

-se possível, por exemplo, refletir sobre os imaginários que predominam no Brasil acerca da sociedade francesa, do povo francês, do governo francês, dos migrantes que vivem na França, dentre outros. Tais imaginários, veiculados na imprensa dita referencial, revelam-se não na superfície dos discursos, mas são desvelados por uma análise minuciosa, que busca identificar as múltiplas vozes sob as quais se encontra subjacente uma série de representações sociais. A esse respeito, não podemos deixar de considerar que esses imaginários – e suas representações discursivas, implícitas ou explícitas – reforçam o caráter dialógico do discurso, segundo o qual

Por mais monológico que seja um enunciado (uma obra científica ou filosófica, por exemplo), por mais que se concentre no seu objeto, ele não pode deixar de ser também, em certo grau, uma resposta ao que já foi dito sobre o mesmo objeto, sobre o mesmo problema, ainda que esse caráter de resposta não receba uma expressão interna bem perceptível. A resposta transparecerá nas tonalidades do sentido, da expressividade, do estilo, nos mais ínfimos matizes da composição. As *tonalidades dialógicas* preenchem um enunciado e devemos levá-las em conta se quisermos compreender até o fim o estilo do enunciado. (BAKHTIN, 1992, p.317).

Logo, é sem perder de vista a noção de dialogismo que situamos os processos de significação, materializados pelas representações sociodiscursivas, na perspectiva do interdiscurso e das heterogeneidades enunciativas (Authier-Revuz, 1990), a partir dos quais são identificadas, no plano lexical ou na referência a discursos outros, as múltiplas vozes que perpassam pelo tecido social. Nessa perspectiva, atentamo-nos também para algumas formas de heterogeneidade mostrada que são designadas como “exteriores em relação ao discurso, vindo interferir na cadeia do discurso em enunciação” (idem, p.30) e apontam para a existência de uma alteridade explícita ou implícita, a exemplo do que ocorre com os discursos relatados.

Segundo Charaudeau (2009), esses discursos são característicos de uma modalidade *delocutiva* e se inserem no modo de organização enunciativo. Em outras palavras, considerando que os modos de organização do discurso - *enunciativo*, *descritivo*, *narrativo* e *argumentativo* – apresentam “os procedimentos que con-

sistem em utilizar determinadas categorias de língua para ordená-las em função das finalidades discursivas do ato de comunicação” (idem, p.74) e que o modo enunciativo é “uma *categoria de discurso* que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na *encenação* do ato de comunicação” (idem, p.81; grifo do autor), é possível identificar comportamentos enunciativos dentre os quais situamos o *delocutivo*. Ainda segundo o autor, na modalidade *delocutiva*,

O sujeito falante *se apaga* de seu ato de enunciação e não implica o interlocutor.

Ele *testemunha* a maneira pela qual os discursos do mundo (provenientes de um terceiro) *se impõem* a ele. O resultado é uma enunciação aparentemente objetiva (no sentido de “desvinculada da subjetividade do locutor”) que faz a retomada, no ato de comunicação, de Propósitos e Textos que não pertencem ao sujeito falante (ponto de vista *externo*). (CHARAUDEAU, 2009, p.83).

Caracterizando-se, portanto, por um suposto apagamento do ponto de vista do sujeito falante, a modalidade *delocutiva* mobiliza, dentre outros procedimentos de construção enunciativa, o discurso relatado. Tendo em vista as “maneiras de relatar”, Charaudeau (2009) aponta para a existência de quatro tipos de discurso relatado: a) *citado*, mais ou menos integralmente, “numa construção que o reproduz tal como foi enunciado, de maneira autônoma em relação ao *dizer enunciativo* que ele retoma” (idem, p.104); b) *integrado*, em que “o discurso de origem é retomado numa construção que o *integra parcialmente* ao dizer daquele que o relata, o que provoca a transformação do enunciado: o discurso é relatado em terceira pessoa” (idem, p.104); c) *narrativizado*, a partir do qual “o discurso de origem é relatado de tal maneira que *se integra totalmente*, ou mesmo desaparece, no dizer daquele que relata” (idem, p.105); d) *evocado* (alusão), no qual “o discurso de origem aparece apenas como um *dado evocador* do que o Locutor de origem disse, ou tem o hábito de dizer” (idem, p.105).

Ao tratarmos, pois, dessas diferentes modalidades de discurso relatado, pretendemos analisar também como o enunciador principal – que instaura o discurso de um *locutor midiático* – gere os diferentes pontos de vista que sustentam os imaginários e as representações acerca da figura do migrante, ainda que a sua enuncia-

ção sugira o apagamento do sujeito falante. Assim, partimos do princípio de que o enunciador principal “corresponde à simbiose do locutor e do enunciador” (RABATEL, 2013, p. 42). Os pontos de vista, por sua vez, aparecem tanto na alternância explícita entre os discursos de diversos locutores (como quando o locutor midiático faz uso de discursos citados) quanto na manifestação implícita de diferentes enunciadores que se encontram subjacentes ao discurso do locutor midiático e se desvelam a partir de um dialogismo interno. Ao assumirmos a natureza dialógica dos enunciados midiáticos, identificamos mais enunciadores que locutores, bem como marcas de acordo e desacordo explícitas e implícitas que inscrevem os pontos de vista nos enunciados (idem, p.34). Nessa perspectiva, consideramos que o enunciador é

a instância que se encontra na origem de um ponto de vista expresso em um conteúdo proposicional. Contudo, na medida em que nossa abordagem interessa-nos pelos textos e discursos, e pelas interações que se juntam em torno da interpretação dos pontos de vista que as estruturam, nós propomos agrupar os conteúdos proposicionais em função da fonte enunciativa [...] que preside as escolhas de referência, buscando igualmente esclarecer as relações entre esses enunciadores e o locutor que as coloca em cena, para determinar quem assume o quê. (RABATEL, 2013, p.19-20).

Nesse sentido, nossa análise considera a identificação dos discursos relatados nas reportagens e nas notícias coletadas a fim de reconhecer em que medida eles também promovem a difusão de representações e imaginários sociodiscursivos, através de pontos de vista em interação, além de sugerirem um efeito de objetividade que, conforme Rabatel (2013, p.55), é tão comumente atribuído às mídias ditas referenciais:

A encenação de discursos relatados é carregada de intenções interpretativas: apagando ao máximo os traços do locutor citante em proveito dos locutores citados, é produzido um efeito de objetividade, de transparência imediata da palavra dos atores políticos: a encenação dá uma ilusão do verdadeiro pelo apagamento de seu encenador [...].

## **5 AS REPRESENTAÇÕES DO SER MIGRANTE NA FRANÇA: UM PERCURSO ATRAVÉS DOS DISCURSOS RELATADOS NA MÍDIA BRASILEIRA**

Para além da forte influência da França, em termos de produção científica e teórica, sobre os estudos do discurso desenvolvidos aqui no Brasil, reconhecemos também sua relevância para o desenvolvimento do pensamento ocidental contemporâneo, em um sentido mais amplo. Isso se deve ao fato de a França ser identificada, em praticamente todo o mundo, como o berço do Iluminismo e dos princípios de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, difundidos a partir da Revolução Francesa de 1789 e inspiradores de documentos como a Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU e as Constituições Federais de diversas repúblicas ocidentais. Em outras palavras, ao ser tratada como precursora de ideais ligados aos direitos humanos, a França é representada a partir de um imaginário coletivo que a associa, normalmente, a valores que prezam pela universalidade e, por extensão, pela diversidade.

Diante disso, em um contexto sociopolítico no qual percebemos a ascensão, cada vez maior, de governos mais nacionalistas e conservadores em suas plataformas sociais, a exemplo da própria França, julgamos necessário analisar de que maneira questões que vão de encontro a essas plataformas são tratadas por diversas instâncias na França e representadas também no Brasil. Assim, procuramos estabelecer essa ponte ao considerarmos a repercussão, na mídia brasileira, de acontecimentos presenciados recentemente no cenário francês. Tais acontecimentos, por sua vez, enquadram-se em debates ainda maiores, para não dizer mundiais, em torno da questão das migrações contemporâneas – mais especificamente, das “migrações de crise” (CLOCHARD, 2007) – e da posição da França em relação a essa questão.

Partimos, portanto, de um acontecimento, ocorrido em maio de 2018, que coloca os migrantes – representados pela figura de um migrante em especial – como protagonistas no espaço público francês. Tal acontecimento consiste, como dito anteriormente, no episódio em que Mamoudou Gassama, jovem migrante do Mali, escalou quatro andares de um prédio em Paris e salvou uma criança prestes a cair do apartamento onde morava com seus pais. Esse feito deu a ele não só visibilidade nas redes sociais e nos veículos jornalísticos da França e de vários países, como também o reconhecimento do governo francês, que se dispôs a oferecer a Gassama um emprego no corpo de bombeiros e a cidadania francesa.

A fim de ter acesso à abordagem desses acontecimentos pelos veículos informativos brasileiros, empreendemos uma pesquisa, pela plataforma *Google*, das dez primeiras

notícias e reportagens *online* relativas ao acontecimento procurado<sup>140</sup>, como procedimento de coleta do *corpus*. Para tal, adotamos a *chave de pesquisa* “Mamoudou Gassama cidadão francês” no campo de busca do *Google*, buscando evitar, ao máximo, o uso de palavras ou expressões que traduzam juízos de valor ou estereótipos pela forma como são enunciadas. Paralelamente, a escolha dos dez primeiros sites relacionados a essa *chave de pesquisa* foi feita com o intuito de ter acesso aos materiais disponíveis mais prontamente aos leitores de textos *online*, considerando que o ambiente virtual vem sendo fortemente utilizado como meio de acesso a mídias.

Feita a coleta, voltamos nosso olhar para a presença de discursos relatados ao longo dos textos analisados. Após identificá-los, propusemo-nos a agrupá-los conforme os locutores a que são remetidos, de modo a organizá-los em cinco grupos (vide anexo): 1) discursos atribuídos a Gassama; 2) discursos atribuídos a Macron; 3) discursos atribuídos a Hidalgo; 4) discursos atribuídos a representantes de instituições e/ou de determinadas áreas do conhecimento; 5) discursos atribuídos a cidadãos comuns. A partir dessa estruturação, ao retomarmos os diferentes tipos de discursos relatados (CHARAUDEAU, 2009), notamos mais claramente a predominância de discursos *citados*, seguida da presença também considerável de discursos *integrados* – muitas vezes, inclusive, associados aos citados – e ainda da utilização, em menor escala, de discursos *narrativizados*.

Nessa perspectiva, notamos que a maior recorrência de discursos citados funciona como uma estratégia enunciativa de garantir um maior efeito de objetividade por parte dos veículos jornalísticos, na medida em que as falas atribuídas a terceiros, por meio de sua sinalização com aspas e com outros recursos gráficos, supostamente apagam os locutores midiáticos e o(s) ponto(s) de vista que apresentam. Por outro lado, observamos que, quanto mais os discursos relatados tendem para uma simbiose com os discursos dos locutores midiáticos, a partir da narrativização desses discursos outros feita pelos primeiros, mais os pontos de vista dos enunciadores subjacentes a esses discursos outros se inscrevem nos discursos institucionalizados.

Partindo, pois, dos discursos relatados de Gassama (anexo 1), percebemos que eles são pouco recorrentes, nos textos analisados, em relação à totalidade de discursos

---

<sup>140</sup> Pesquisa realizada entre os dias 29 de novembro de 2018 e 7 de dezembro de 2018. Último acesso em 11 de dezembro de 2018.

relatados e mesmo aos discursos relatados de Macron (anexo 2), especialmente se considerarmos os discursos integrados do presidente, que são empregados para justificar seu encontro com Gassama. Tal observação revela que, embora o migrante tenha protagonizado o acontecimento fortemente noticiado e reportado nas mídias brasileiras, o que recebeu destaque foi o ato em si e a sua repercussão, no que se refere tanto à visibilidade midiática dada à ação do sujeito quanto à sua regularização na França. De fato, nos seis trechos em que destacamos os discursos relatados de Gassama, encontramos, principalmente, a narração do acontecimento em questão. Ainda que tal narração contemple o ponto de vista de Gassama em relação aos fatos ocorridos, seus discursos relatados não aparecem sempre de forma citada (nove vezes), mas também de forma integrada (sete vezes) e de forma narrativizada (uma vez), gerando uma aproximação com os discursos dos locutores midiáticos que os enunciam. Em apenas dois dos veículos midiáticos integrantes do *corpus*, que divulgaram o texto de uma mesma fonte informativa, foram mencionadas as condições de Gassama como migrante, a partir de um discurso integrado: “Gassama contou a Macron que chegou à Itália em 2014, depois de passar um ano na Líbia, onde foi preso e espancado.”<sup>141</sup>.

Além disso, somente em três textos analisados, a atitude de Macron em relação a Gassama é confrontada com sua plataforma política para a questão das migrações contemporâneas, caracterizada pelo apoio ao endurecimento da Lei de Imigração na França. Isso aparece, por exemplo, no seguinte trecho (anexo 2): “Macron é apoiador de uma proposta que endurece a lei de imigração na França, *mas ressaltou que não há contradição entre recompensar Gassama pelo ato de bravura e apoiar o endurecimento da lei.*” (grifo nosso). Notamos, portanto, que a parte em destaque, iniciada por uma conjunção adversativa, além de opor sintaticamente os dois fragmentos do período separados por vírgula, opõe enunciativamente o ponto de vista do presidente, que aparece na forma de discurso integrado, ao ponto de vista, supostamente coletivo e compartilhado pelos enunciadores principais das mídias em questão, de um enunciador implícito que sugere uma contradição entre o posicionamento político de Macron e sua declaração em relação a Gassama.

---

141 Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/mundo/noticias/1964321-imigrante-que-salvou-crianca-em-predio-de-paris-recebe-nacionalidade-francesa>; [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/05/28/interna\\_internacional,962584/imigrante-que-salvou-crianca-em-predio-de-paris-recebe-nacionalidade-f.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/05/28/interna_internacional,962584/imigrante-que-salvou-crianca-em-predio-de-paris-recebe-nacionalidade-f.shtml).

Ao voltarmos nosso olhar propriamente para o discurso do presidente francês, Emmanuel Macron, percebemos algumas variações na forma como ele é relatado, conforme observado na comparação entre os seguintes trechos:

(I) “É um ato excepcional, e por isso, a partir de hoje, todos seus documentos serão regularizados e vamos dar início a um processo para que você possa obter sua cidadania francesa”, afirmou o presidente francês. “Você se tornou um exemplo para muitas pessoas, é normal que a nação demonstre seu reconhecimento”, completou.<sup>142</sup>

(II) Em agradecimento, o presidente francês concedeu a cidadania francesa ao malinês. “Por este ser um ato excepcional, nós vamos, obviamente, regularizar todos os seus documentos.” Macron também ofereceu que Gassama seja naturalizado e se torne um cidadão francês.<sup>143</sup>

(III) O presidente da França, Emmanuel Macron, convidou Gassama para um encontro no Palácio do Eliseu nesta segunda-feira para agradecê-lo pessoalmente e também prometeu ao imigrante a cidadania francesa.<sup>144</sup>

Com base nessa transição de um discurso majoritariamente citado (trecho I), passando por um discurso, em partes, citado e narrativizado (trecho II), até chegar em um discurso totalmente narrativizado (trecho III), percebemos de forma mais ilustrativa essa mobilização de estratégias enunciativas por parte dos diferentes enunciadores principais / locutores midiáticos. No que diz respeito à reação do presidente francês ao ato de Mamoudou Gassama, o primeiro trecho situa o agradecimento de Macron e as ações que se propõe a realizar em prol do migrante na fala do próprio político, enquanto o segundo aborda a concessão da cidadania e a oferta da naturalização a Gassama, por Macron, diretamente pelo discurso do locutor midiático, a partir da narrativização dessas propostas. Além disso, observamos também algumas

---

142 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/homem-aranha-imigrante-que-escalou-predio-para-resgatar-crianca-ganha-cidadania-francesa.ghtml>.

143 Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/mundo/noticias/1964321-imigrante-que-salvou-crianca-em-predio-de-paris-recebe-nacionalidade-francesa>.

144 Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/05/imigrante-crianca-predio-paris.html>.

pequenas alterações do discurso citado no primeiro trecho para o citado no segundo trecho, ainda que ambos tragam o mesmo conteúdo proposicional e remetam à mesma fonte (o presidente). Já o terceiro trecho, ao narrativizar as circunstâncias do agradecimento do político e de sua promessa de cidadania francesa ao imigrante malinês, incorpora o discurso original do presidente ao discurso do locutor midiático, o que gera um efeito de simbiose entre os pontos de vista que sustentam esses discursos na esfera de um dialogismo interno.

No caso dos trechos citados, notamos algumas designações, como “um ato excepcional” (trechos I e II) e “um exemplo” (trecho I), que são usadas não apenas para classificar, respectivamente, a ação de Gassama e o próprio sujeito, como também para justificar a obtenção de sua cidadania, deslocando-a do âmbito do direito, conforme a legislação francesa, para o âmbito do mérito. Paralelamente, nos trechos narrativizados, as ideias de “concessão” (trecho II) e de “promessa” (trecho III) da cidadania, apresentadas pelos locutores midiáticos, provocam ainda um efeito de aparente generosidade por parte do presidente francês, o que aponta, implicitamente, para sua posição de poder e para sua atitude benevolente em relação ao migrante.

Tais escolhas designativas vão também ao encontro do discurso da prefeita de Paris, Anne Hidalgo (anexo 3), relatado tanto de forma narrativizada (“Gassama também recebeu elogios da prefeita de Paris”) quanto de forma citada, ao se referir a Gassama como “Homem-Aranha” e “exemplo para todos os cidadãos” e à sua ação como “ato de bravura” e “gesto heroico”. Todas essas representações reforçam, pelo discurso, os imaginários sociais acerca do direito à cidadania e dos estigmas que qualificam os migrantes como legítimos ou ilegítimos, perceptíveis no discurso relatado de um cidadão comum (“Parabéns a Mamoudou Gassama um herói. Eu espero que o Estado lhe seja grato”<sup>145</sup> – anexo 5) e compartilhados inclusive pelos brasileiros que têm contato com esse cenário francês a partir das mídias brasileiras. Isso nos faz questionar, portanto, a objetividade e a neutralidade da imprensa no tocante ao tratamento das informações, uma vez que a subjetividade já se inicia na própria seleção dos elementos e nos modos como serão noticiados/reportados.

Um último aspecto a ser destacado é que, dentre os dez veículos informativos cujo acesso pelo *Google* se mostra mais disponível, apenas três deles trazem discursos

---

<sup>145</sup> Tradução livre do original: « Bravo a Mamoudou Gassama un héros. J'espère que l'état lui sera reconnaissant. ».

relatados de instituições ou de representantes de instituições e áreas do conhecimento diversas (anexo 4). O primeiro deles diz respeito à regularização de Mamoudou Gassama especificamente (“Políticos, personalidades e a associação SOS Racismo pediram ao ministro do Interior Gérard Collomb que regularizasse a situação do novo herói da nação.”<sup>146</sup>), enquanto o segundo aborda a condição física de Gassama em um discurso citado do porta-voz do corpo de bombeiros. Logo, percebemos que ambos focalizam novamente o acontecimento em si e o seu protagonista, de modo que a representação do herói reflita um imaginário social que trata cidadania como recompensa, associando-a à meritocracia.

Por outro lado, o terceiro veículo, por se tratar de um portal *online* voltado para o tema das migrações e por apresentar um texto que se configura mais conforme o gênero *artigo jornalístico*, é o único que se propõe a fazer uma reflexão mais detalhada sobre os modos de problematização da questão migratória na França, a partir de uma abordagem mais ampla suscitada pelo acontecimento protagonizado por Gassama. Dessa forma, trazendo discursos relatados de representantes de instituições e ONGs ligadas à questão migratória – alguns deles imigrantes –, bem como de representantes de instâncias políticas e midiáticas, tal veículo apresenta uma série de pontos de vista que contradizem o ponto de vista predominante nos demais veículos midiáticos. Assim, amplia o debate sobre as migrações, questionando as narrativas difundidas na opinião pública pelos discursos institucionalizados e o condicionamento de condições dignas de vida à realização de feitos pontuais como o de Gassama, que permitiu tirá-lo de uma situação de invisibilidade vivenciada por tantos migrantes

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de um estudo pormenorizado do fenômeno das representações e dos imaginários sociodiscursivos, bem como dos mecanismos discursivos e enunciativos que promovem a sua formulação e a sua difusão nos/pelos discursos institucionalizados, fizemos uma breve análise de como esses mecanismos influenciam discursivamente os modos de problematização de questões relevantes na sociedade. Nesse sentido, ao tratarmos da questão das migrações contemporâneas, buscamos reco-

---

<sup>146</sup> Disponível em: <http://br.rfi.fr/franca/20180528-homem-aranha-clandestino-vira-frances-depois-de-salvar-crianca-em-paris>.

nhecer como tal questão é representada nas mídias informativas brasileiras, assim como os próprios migrantes que, muitas vezes, encontram-se em uma condição de vulnerabilidade social e são reconhecidos pela sociedade apenas em situações pontuais e extremas protagonizadas por eles.

Assim, ao analisarmos notícias e reportagens brasileiras que reportaram o acontecimento ocorrido na França, em maio de 2018, que projetou o migrante malinês Mamoudou Gassama no cenário mundial, percebemos que, mesmo diante da visibilidade dada ao feito protagonizado por ele, Gassama e muitos outros migrantes continuam tendo seus espaços de fala reduzidos, o que faz com que sejam representados majoritariamente por discursos outros. Tais discursos, por sua vez, materializam uma série de valores, estereótipos e imaginários sociais que, no tocante a questões identitárias, mantêm os migrantes em um lugar de deslocamento, de estranhamento ou, no pior dos casos, de ameaça. Desse modo, refletem-se nos discursos, ações excludentes, que também se mantêm perpetuadas por influência deles.

---

## REFERÊNCIAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) discursiva(s). Campinas: Cad. Est. Ling., v.19, 1990.

BAKHTIN, Maikhaïl. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHARAUDEAU, Patrick. Identidade linguística, identidade cultural: uma relação paradoxal. In: LARA, Gláucia P.; LIMBERTI, Rita P. (orgs). *Discurso e (des)igualdade social*. 1 ed. Belo Horizonte: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_. *Discurso político*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2009.

CLOCHARD, Olivier. *Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité*. Echo-Géo, v. 2, p. 1-8, sep./nov. 2007. Disponível em: <http://echogeo.revues.org/1696>.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

RABATEL, Alain. *O papel do enunciador na construção interacional dos pontos de vista*. In: EMEDIATO, Wander (org.). *A construção da opinião na mídia*. 1 ed. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2013.

## ANEXOS

### Anexo 1: Discursos atribuídos a Gassama

- Mamadou Gassama disse que agiu sem pensar, “porque se tratava de uma criança e ele gosta muito de crianças”, de acordo com a Rádio França Internacional. Ele diz não ter avaliado o risco. “Ouvi as buzinas, os carros em volta buzinaem, atravessei a rua para salvá-lo e graças a Deus consegui”, declarou. Ao jornal “Le Parisien”, o imigrante malinês disse que “vai à academia, corre com frequência e joga futebol”.

Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/homem-aranha-imigrante-que-escalou-predio-para-resgatar-crianca-ganha-cidadania-francesa.ghtml>;  
<http://midianews.com.br/variedades/homem-aranha-imigrante-vira-cidadao-frances-apos-resgate/325624>.

- Mamoudou Gassama disse que agiu sem pensar, “porque se tratava de uma criança e ele gosta muito de crianças.” Ele diz não ter avaliado o risco. “Ouvi as buzinas, os carros em volta buzinaem, atravessei a rua para salvá-lo e graças a Deus consegui”, declarou. Ao jornal “Le Parisien”, o imigrante malinês disse que “vai à academia, corre com frequência e joga futebol”.

Disponível em: <http://br.rfi.fr/franca/20180528-homem-aranha-clandestino-vira-frances-depois-de-salvar-crianca-em-paris>.

- Gassama contou a Macron que chegou à Itália em 2014, depois de passar um ano na Líbia, onde foi preso e espancado.
- Durante o encontro com Macron, Gassama relembrou seu ato heroico. “Eu corri. Atravessei a rua para salvá-lo. Quando eu comecei a subir, tive coragem para continuar subindo. Deus me ajudou também”, disse. Ele revelou que começou a tremer de medo apenas quando colocou a criança dentro do apartamento.

Disponíveis em: <http://atarde.uol.com.br/mundo/noticias/1964321-imigrante-que-salvou-crianca-em-predio-de-paris-recebe-nacionalidade-francesa>;  
[https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/05/28/interna\\_internacional,962584/imigrante-que-salvou-crianca-em-predio-de-paris-recebe-nacionalidade-f.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/05/28/interna_internacional,962584/imigrante-que-salvou-crianca-em-predio-de-paris-recebe-nacionalidade-f.shtml).

- Gassama contou que estava andando quando viu uma multidão olhando para cima na frente de um prédio. Em uma entrevista à emissora francesa BFMTV, disse que, quando viu a criança pendurada na sacada, “não pensou, apenas salvou o menino”.
- “Quando eu o peguei nos meus braços, perguntei porque ele fez isso. Mas ele não me respondeu.”

Disponíveis em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/05/imigrante-crianca-predio-paris.html>

## **Anexo 2: Discursos atribuídos a Macron**

- “É um ato excepcional, e por isso, a partir de hoje, todos seus documentos serão regularizados e vamos dar início a um processo para que você possa obter sua cidadania francesa”, afirmou o presidente francês. “Você se tornou um exemplo para muitas pessoas, é normal que a nação demonstre seu reconhecimento”, completou.

Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/homem-aranha-imigrante-que-escalou-predio-para-resgatar-crianca-ganha-cidadania-francesa.ghtml>;  
<http://midianews.com.br/variedades/homem-aranha-imigrante-vira-cidadao-frances-apos-resgate/325624>.

- “É um ato excepcional, e por isso, a partir de hoje, todos seus documentos serão regularizados e vamos dar início a um processo para que você possa obter sua cidadania francesa”, disse o chefe de Estado, que vem sendo criticado por endurecer a política em relação aos imigrantes ilegais, favorecendo expulsões. “Você se tornou um exemplo para muitas pessoas, é normal que a nação demonstre seu reconhecimento”.

Disponível em: <http://br.rfi.fr/franca/20180528-homem-aranha-clandestino-vira-frances-depois-de-salvar-crianca-em-paris>.

- Em agradecimento, o presidente francês concedeu a cidadania francesa ao mali-nês. “Por este ser um ato excepcional, nós vamos, obviamente, regularizar todos os seus documentos.” Macron também ofereceu que Gassama seja naturalizado e se torne um cidadão francês.

- Macron é apoiador de uma proposta que endurece a lei de imigração na França, mas ressaltou que não há contradição entre recompensar Gassama pelo ato de bravura e apoiar o endurecimento da lei. “Um ato excepcional não faz política”, disse o presidente a jornalistas, prometendo manter uma “política “exigente” sobre conceder asilo e “rigorosa” em relação ao fluxo migratório.
- O presidente francês disse que as ações de Gassama o fizeram merecedor de tratamento especial. “Você salvou uma criança. Sem você, ninguém sabe o que teria acontecido”, afirmou Macron. “É preciso coragem e capacidade para fazer aquilo.”.

Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/mundo/noticias/1964321-imigrante-que-salvou-crianca-em-predio-de-paris-recebe-nacionalidade-francesa>;  
[https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/05/28/interna\\_internacional.962584/imigrante-que-salvou-crianca-em-predio-de-paris-recebe-nacionalidade-f.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/05/28/interna_internacional.962584/imigrante-que-salvou-crianca-em-predio-de-paris-recebe-nacionalidade-f.shtml).

- O presidente da França, Emmanuel Macron, convidou Gassama para um encontro no Palácio do Eliseu nesta segunda-feira para agradecê-lo pessoalmente e também prometeu ao imigrante a cidadania francesa.

Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/05/imigrante-crianca-predio-paris.html>.

- E o presidente francês, Emmanuel Macron, além de o receber no palácio presidencial, anunciou que ele receberia a cidadania francesa e seria integrado ao Corpo de Bombeiros.

Disponível: <https://migramundo.com/o-que-o-ato-de-coragem-do-migrante-malines-em-paris-pode-nos-ensinar/>.

### **Anexo 3: Discursos atribuídos a Hidalgo**

- Além de se encontrar com Macron, Gassama também recebeu elogios da prefeita de Paris, Anne Hidalgo. Ela se referiu ao refugiado como “Homem-Aranha” e afirmou que ele é um “exemplo para todos os cidadãos”.

Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/refugiado-resgata-menino-pendurado-em-4o-andar-de-predio-e-vira-heroi/>.

- A prefeita de Paris, Anne Hidalgo, elogiou o jovem:

*“Parabéns a Mamoudou Gassama pelo seu ato de bravura que salvou a vida de uma criança na noite passada. Eu tive o prazer de conversar com ele hoje por telefone, para agradecer-lo calorosamente. Ele me explicou que chegou do Mali há alguns meses sonhando em construir uma vida aqui. Eu respondi que esse gesto heroico é um exemplo para todos os cidadãos e que a cidade de Paris vai, obviamente, dar apoio ao esforço dele de se estabelecer na cidade.”*

Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/05/imigrante-crianca-predio-paris.html>.

#### **Anexo 4: Discursos atribuídos a representantes de instituições e/ou de determinadas áreas do conhecimento**

- Políticos, personalidades e a associação SOS Racismo pediram ao ministro do Interior Gérard Collomb que regularizasse a situação do novo herói da nação.

Disponível em: <http://br.rfi.fr/franca/20180528-homem-aranha-clandestino-vira-frances-depois-de-salvar-crianca-em-paris>.

- “Por sorte, tinha alguém fisicamente preparado e que tinha coragem para ir pegar a criança”, afirmou o porta-voz dos bombeiros à agência AFP.

Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/05/imigrante-crianca-predio-paris.html>.

- “Imigrante tem que ralar em dobro para ser visível, seja na escola, no trabalho... triste motivação”, resume o comunicador boliviano Antonio Andrade, diretor e fundador dos portais Bolívia Cultural e Planeta América Latina, ao fazer um paralelo entre o caso de Gassama e o que vê na própria comunidade em São Paulo, onde vive. “A molecada aqui tem que matar um leão por dia”.

- Para a produtora cultural colombiana Viviana Peña, que atualmente trabalha em Boa Vista no IMDH Solidário e foi coordenadora do CRAI (Centro de Referência e Atendimento ao Imigrante) em São Paulo, Gassama de fato é um herói – assim como outros migrantes pelo que enfrentam no seu dia a dia. “Acho que a França estava precisando de um herói negro e africano para rever seus contextos e olhares racistas e xenófobos. Ao meu ver quem empreende uma viagem dessas é um herói,

porque está cheio de coragem e está salvando a ele mesmo e aos seus. Para mim, todos e todas as imigrantes são heróis! Principalmente os que passam tanta dificuldade para chegar no destino e depois para tentarem ser aceitos”.

- A ONG francesa SOS Racisme sublinhou num comunicado que “Mamoudou Gassama lembra-nos que as pessoas em situação irregular são seres humanos, com (...) imensa coragem, da qual fazem prova durante a perigosa viagem com destino à Europa”.
- Em charge, o jornal francês Le Monde debateu a questão a partir de algo que poderia ser considerado como moralidade da cidadania, na qual somente alguns são considerados aceitáveis, e muitos outros não o seriam – a atitude de Gassama o teria “qualificado” a ser um desses poucos aceitáveis.
- “O que me surpreendeu no caso não foi a atitude do homem de subir e salvar a criança. O que me surpreendeu, sim, foi a reação de surpresa das pessoas com o fato daquele moço fazer aquilo, e ser migrante. Foi o desacostumar de olharmos para o diferente como ser humano também”, reflete a comunicadora Ofélia Ferreira, coordenadora do programa de migrações para a América do Sul da Fundación Avina.
- Já a cientista política Patrícia Nabuco Martuscelli, que já colaborou com o MigraMundo em 2017, crê que a história de Gassama ajuda a quebrar o discurso político do imigrante como o criminoso. Para isso, usa o contexto atual do debate sobre migrações nos Estados Unidos, onde vive como pesquisadora sobre o tema.
- Já Raphael Glucksmann, diretor de redação da Nouveau Magazine Littéraire, acredita que o ato de Gassama deve permitir lançar luz sobre os problemas do tratamento dos migrantes, e não deve escondê-los atrás de uma cortina de fumaça
- “Que o ímpeto de generosidade em torno de Mamoudou Gassama se estenda aos invisíveis, aos sem direitos e desabrigados que nossas políticas repressivas produzem. E aí podemos ser felizes juntos. E orgulhosos também”.

Disponíveis em: <https://migramundo.com/o-que-o-ato-de-coragem-do-migrante-malines-em-paris-pode-nos-ensinar/>.

### **Anexo 5: Discursos atribuídos a cidadãos comuns**

- Tweet: «Bravo a Mamoudou Gassama un héros. J'espère que l'état lui sera reconnaissant. ».

Disponível em: <https://pt.euronews.com/2018/05/28/franca-oferece-nacionalidade-ao-homem-aranha-do-mali>.



## **ANDRÉ WILLIAM ALVES DE ASSIS**

**assis.awa@gmail.com**

Possui pós-doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Doutorado em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, com período de doutorado sanduíche na Université Paris-Sorbonne (Paris V). Mestrado em Letras pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Especialização em Língua Portuguesa - Teoria e Prática, pelo Instituto Paranaense de Ensino e Faculdades Maringá. Graduação em Letras, com habilitações Português/Inglês e respectivas literaturas, pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Integra o NAD - Núcleo de Análise do Discurso (NAD/FALE/UFMG).

---

## **MARIANA PINTER CHAVES**

**marianapinter@gmail.com**

Doutoranda em Linguística do Texto e do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais, integrando o Núcleo de Análise do Discurso (NAD/FALE) desta instituição e o projeto de pesquisa Interações polêmicas e violência verbal em temas sociais sensíveis: análise do discurso polêmico e da gestão interacional de pontos de vista em diferentes meios. É mestra em Estudos Linguísticos - Teorias e Análises Linguísticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (2016 - 2018), especialista em Revisão de Textos (AVM - Unyleya) e em Gestão Cultural: cultura, desenvolvimento e mercado (Centro Universitário SENAC - São Paulo). Possui graduação (licenciatura e bacharelado) em Letras - Português e Inglês e suas Literaturas pela Universidade Federal de São João del-Rei (2008 - 2013). Interessa-se por discursos digitais e por temáticas que abordam discussões sobre o gênero social.

---

## **TATIANA EMEDIATO CORRÊA**

**tatyemedcorrea@gmail.com**

Graduada em Letras, Licenciatura Francesa e Mestre em Linguística do Texto e do Discurso pela Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do Núcleo de Análise do Discurso da mesma unidade. Atualmente, doutoranda na FALE/UFMG e bolsista pelo CNPQ (enquanto no Brasil) e pela CAPES (estágio doutoral no exterior/Paris Est-Créteil), dedicando-se à pesquisa sobre a representação da mulher dentro do discurso midiático brasileiro e francês. Professora de Produção de Texto nas línguas portuguesa e francesa.

---

## **AMANDA BARROS**

**amandabarros2000@yahoo.com.br**

Mestranda em Linguística Aplicada e especialista em Ensino de Línguas Mediado por Computador pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Possui Licenciatura em Letras Português e Inglês pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG) e atualmente é professora de Língua Inglesa da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

---

## **ADRIANA DO CARMO FIGUEIREDO**

**acfigueiredo.prof@gmail.com**

É Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do PosLin/FALE-UFMG. Mestre em Letras, Teoria da Literatura, pela UFMG. Especialista em Direito Constitucional pela UCAM. É advogada constitucionalista. Atua como docente na Fundação CEFET-Minas. É pesquisadora nas seguintes áreas: estudos linguísticos, jurídicos e literários, com ênfase em Análise do Discurso, Direitos Humanos e Hermenêutica Jurídica.

---

## **FÁBIO ÁVILA ARCANJO**

**fabioarcanjo1981@hotmail.com**

Graduado em Comunicação Social com ênfase em Jornalismo. Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorando em Estudos Linguísticos pela mesma instituição. Bolsista de doutorado pelo CNPq, desenvolve pesquisas centradas em estudos linguísticos-discursivos, com ênfase em Retórica e Argumentação. Seus principais temas giram em torno de estudos cinematográficos, memória e testemunho.

---

## **BÁRBARA AMARAL DA SILVA**

**barbara.amaral87@gmail.com**

Nasceu e mora em Belo Horizonte, Brasil. Licenciada em Letras com habilitação em Língua Portuguesa. Mestre em Estudos Linguísticos pela UFMG, tendo como linha de pesquisa a Análise do Discurso. É Doutoranda pela mesma instituição e na mesma linha. Durante sua trajetória acadêmica, atuou, principalmente, na área da Análise do Discurso, abordando temas como gêneros discursivos, transgressão de gêneros do discurso, argumentação, representações, discurso religioso, gênero social e feminismo. Como experiência de docência, desde o mestrado leciona na graduação da UFMG, sendo professora bolsista em disciplinas como Oficina de Português: Leitura e Produção de Textos e Introdução aos Estudos Linguísticos II.

---

## **GRACIELE MARTINS LOURENÇO**

**gracirpbh@gmail.com**

É bacharel em Relações públicas (Newton Paiva/2003), tem mestrado em Estudos Linguísticos, concentração em Linguística do Texto e do Discurso (UFMG/2017). Atualmente é doutoranda pelo programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN UFMG), ingresso em 2018, defesa prevista para 2022. Pesquisa Retórica, Multimodalidade e Storytelling Corporativo.

---

## **THIAGO FERNANDES PEIXOTO**

**thfpeixoto@gmail.com**

Licenciado em Letras pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB (2011) e mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/Capes (2014), realiza estudos em Análise do Discurso, com ênfase nos aspectos argumentativos do discurso político. É sócio fundador e efetivo da Sociedade Brasileira de Retórica. Atualmente cursa doutorado em Linguística do Texto e do Discurso pela UFMG, com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig.

---

## **STENER CARVALHO FERNANDES BARBOSA**

**stenercarvalho@hotmail.com**

Mestrando em Estudos Linguísticos pela UFMG, com especial atenção à área de Análise do Discurso Político. Graduado em História (2001-2006) e em Direito (2015-2019), tem publicações nos campos da linguagem jurídica com ênfase em Direito Constitucional, Democracia e Discurso Político legislativo.

---

## **ÉGINA GLAUCE SANTOS PEREIRA**

**eginaglauce@gmail.com**

Doutora e Mestre em Análise do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Universitária. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Sete Lagoas e em Letras pela UFMG.

---

## **TATIANA AFFONSO FERREIRA PAIVA**

**tatianaferreirarb@gmail.com**

Doutoranda e Mestra em Análise do Discurso pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Universitária. Graduada em Direito pela PUCMINAS e em Letras pela UFMG.

---

## **GABRIELA PACHECO AMARA**

**gabriela-pa-169@hotmail.com**

Doutoranda em Estudos Linguísticos do Texto e do Discurso na área da Análise do Discurso, pela UFMG. A pesquisa de doutorado concentra-se na investigação do papel das emoções na construção identitária discursiva do sujeito-que-se-conta em Narrativas de vida. Os trabalhos desenvolvidos pela pesquisadora baseiam-se no diálogo entre a Análise do Discurso e o Discurso literário.

---

## **NATÁLIA SILVA GIAROLA DE RESENDE**

**nati.giarola@gmail.com**

Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com estudos na área de semiótica francesa, discursos políticos, discursos intolerantes e análise de redes sociais, com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig. É mestre em Letras - Análise do Discurso e Representação Social (Universidade Federal de São João del-Rei - 2017). É especialista em Comunicação e Mídias Digitais pela faculdade Estácio de Sá - Rio de Janeiro (2014) e graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de São João Del-Rei (2013). Atualmente, cursa formação Pedagógica em Letras (2019-2020).

---

## **JANAÍNA VIEIRA TAILLADE ABUD**

**janataillade@gmail.com**

É bacharel em Jornalismo (UFC/ 1999) e Letras-Inglês (UECE/ 2016). Tem mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (conclusão em 2018). Atualmente, é doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ingresso em 2019. Pesquisa audiodescrição, no âmbito da Tradução Audiovisual Acessível (TAVa).

---

## **ALESSANDRA FOLHA MÓS LANDIM**

**cna.alessandrafolha@gmail.com**

Doutoranda e bolsista CAPES no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UFMG, na área de análise do discurso. É mestre em Letras pela UFOP e tem pesquisado sobre discurso desde sua graduação. Dedicar-se ao estudo de diferentes mídias, tais como religiosas e regionais até a grande mídia, à qual atualmente se dedica em sua tese sobre a construção discursiva dos rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais. No trabalho que escreveu para este livro, analisa discursivamente uma coluna de *ombudsman* da Folha de S. Paulo que trata do contato do jornal com leitores no que se refere à cobertura do colapso da barragem de Mariana-MG, em 2015.

---

## **LEANDRO MOURA**

**leandro\_slm@hotmail.com**

Graduado em Letras: Licenciatura em Língua Portuguesa e Mestre em Letras: Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Ouro Preto. Atualmente, é bolsista CAPES e doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais, dedicando-se à interface entre Prosódia, Retórica e Argumentação no discurso jurídico, especialmente na construção da emoção em depoimentos de testemunhas.

---

## **JULIENE SILVA VILELA**

**juliane.vilela@hotmail.com**

Relações Públicas, Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Linha de pesquisa Análise do Discurso, da Universidade Federal de Minas Gerais (POSLIN-UFMG).

---

## **KARINA DRUVE**

**karinadruve@yahoo.com.br**

Doutoranda em Estudos Linguísticos pela UFMG (desde 2015). Possui Mestrado em Estudos Linguísticos pela UFMG (2013-2015); especialização em Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2011-2012); graduação em Letras pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2000-2003). Tem experiência na área de Linguística do Texto e do Discurso, atuando, principalmente, nos seguintes temas: Argumentação; Teoria Semiolinguística; Discurso das Mídias; Discurso Acadêmico-Científico.

---

## **MAÍRA FERREIRA SANT' ANA**

**mairafsantana@yahoo.com.br**

Graduada em Letras, com habilitação em Português e Inglês, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), e mestre em Linguística do Texto e do Discurso pela mesma instituição. Ademais, é Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Mídias na Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Atualmente, é doutoranda em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), área de concentração Linguística do Texto e do Discurso, linha de pesquisa Análise do Discurso. É pesquisadora vinculada ao Núcleo de Análise do Discurso (NAD) da Faculdade de Letras da UFMG e ao Grupo de Estudos Cognição, Ensino, Imigração e Refúgio (GECEIR) (CNPq, FALE-UFMG). Atua como professora voluntária de Português Língua de Acolhimento (PLAc) para imigrantes e refugiados no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Possui experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, e ensino de Língua Portuguesa.

---

## **JAQUELINE DOS SANTOS BATISTA SOARES**

**jack.uemgletras@gmail.com**

Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais, PosLin/ CAPES. Mestra em estudos linguístico pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 2017. Licenciada em Letras Português/ Inglês pela Universidade do Estado de Minas Gerais, em 2014. Desenvolve pesquisas nas áreas de Análise do discurso, Enunciação e Argumentação. Professora de língua portuguesa e língua inglesa na educação básica. Membro do Núcleo de Análise do Discurso (NAD), Fale/ UFMG.

---

## **JULIANNA CHRISTINA CARVALHO BECHIR**

**juliannacbechir@gmail.com**

Mestranda no programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PosLin) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 2014. Atua no campo de Análise do Discurso, de vertente francesa, mais especificamente na área de argumentação. Possui interesse no estudo sobre a representação do feminino na publicidade

---

## **BÁRBARA MANO DE FARIA**

**barbaramfaria@hotmail.com**

Mestranda em Análise do Discurso pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (Poslin/UFMG). É formada em Letras - Licenciatura Português/Francês na mesma instituição, tendo feito parte de seus estudos de graduação na Université Sorbonne Nouvelle - Paris III.

---





